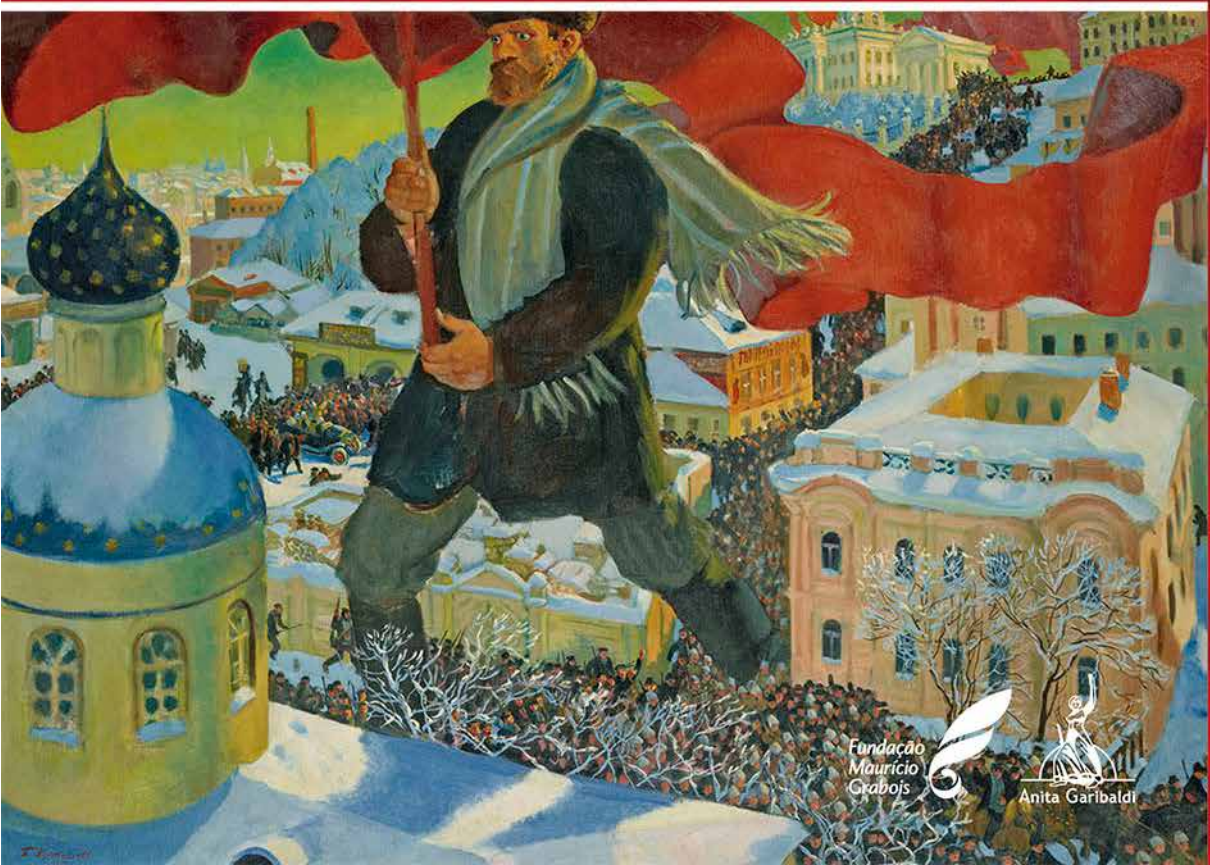


100

anos
da

REVOLUÇÃO RUSSA

LEGADOS E LIÇÕES



Fundação
Maurício
Grabois



Anita Garibaldi



100 anos
da
REVOLUÇÃO
RUSSA LEGADOS E LIÇÕES

Oswaldo Bertolino e
Adalberto Monteiro (orgs.)

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

Legados e lições

Fundação
Maurício
Grabois



Anita Garibaldi

São Paulo
2017

ORGANIZADORES
Oswaldo Bertolino e Adalberto Monteiro

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Cláudio Gonzalez

ILUSTRAÇÕES
Mazé Leite & Fioravante Mancini

CAPA
Pintura de **Boris Kustodiev**, *The Bolshevik*, 1920.
Óleo sobre tela. 101 x 140.5 cm. State Tretyakov Gallery, Moscow

REVISÃO
Maria Lucília Ruy

SECRETARIA EDITORIAL
Zandra de Fátima Baptista

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C394 100 anos da revolução russa: legados e lições./
Organizadores: Oswaldo Bertolino e Adalberto
Monteiro.—1.ed.—São Paulo : Anita Garibaldi ;
Fundação Maurício Grabois, 2017.
364 p.

ISBN 978-85-7277-179-5

1. Revolução Russa – Centenário. 2. Comunismo.
3. Segunda Guerra Mundial. 4. Rússia – História.
5. Partido comunista. 6. Socialismo. I. Bertolino, Oswaldo,
(Org.). II. Monteiro, Adalberto, (Org.). III. Título

CDU 947
CDD 947

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

1ª edição
São Paulo, março de 2017



Editora e Livraria Anita Ltda.
Rua Amaral Gurgel, 437 – Vila Buarque
São Paulo – SP – CEP 01221-001
Tel.: (11) 3129-3438
www.anitagaribaldi.com.br
livraria@anitagaribaldi.com.br



Fundação Maurício Grabois
Rua Rego Freitas, 192 - Sobreloja – Centro
São Paulo – SP – CEP 01220-010
Tel.: (11) 3337-1578
www.grabois.org.br
fmg@grabois.org.br

SUMÁRIO

Apresentação

- Passado, presente e futuro do socialismo
Luciana Santos **p. 7**

1 - Atualidade, significado e alcance

- O Socialismo continua viável – é uma exigência da história
Renato Rabelo **p. 13**
- Uma leitura panorâmica da URSS
Adalberto Monteiro **p. 23**
- Outubro 1917: o mais grandioso desvio
João Quartim de Moraes **p. 37**

2 - Impacto no Brasil

- A importância da Revolução Russa para o PCB
Marly Vianna **p. 51**
- Os primeiros passos
José Luiz Del Roio **p. 61**
- A influência soviética no Partido Comunista do Brasil
Oswaldo Bertolino **p. 67**

3 - Educação e ciências

- O legado educacional da Revolução Russa de 1917
Nereide Saviani **p. 81**
- A Guerra Fria e as Perspectivas Ocidentais sobre a Ciência Soviética
Climério Paulo da Silva Neto **p. 105**
- A Revolução Russa como cenário do surgimento da corrente materialista dialética da psicologia: *Lev Semenovitch Vigotski*
Madalena Guasco Peixoto **p. 127**

4 - Artes, literatura e cinema

- O realismo político de Lênin: literatura, cultura e revolução
Alexandre Simões Pilati, Ana Laura dos Reis Corrêa, Bernard Herman Hess e Edvaldo Aparecido Bergamo **p. 145**

- O cinema Russo: revolução dentro da Revolução
Jeosafá Fernandez Gonçalves **p. 159**
- Arte como construção, o sonho de Tatlin
Mazé Leite **p. 169**

5 - Trabalhadores e mulheres

- Os Trabalhadores e a Revolução Russa
Nivaldo Santana **p. 181**
- O protagonismo da União Soviética na luta pelo direito das mulheres
Lucia Rincon **p. 189**
- Alexandra Kollontai – os avanços e os limites da luta das mulheres na Rússia revolucionária
Ana Maria Prestes Rabelo **p. 203**

6 - Internacionalismo e a Grande Guerra Patriótica

- Internacionalismo e luta ideológica na afirmação do caminho revolucionário
José Reinaldo Carvalho **p. 215**
- A Revolução de 1917 e a luta contra o racismo
José Carlos Ruy **p. 223**
- A Grande Guerra Patriótica soviética
Raul Kroeff Machado Carrion **p. 233**

7 - Legado democrático

- Revolução de Outubro e democracia no mundo
Domenico Losurdo **p. 251**
- Os impasses da democracia soviética
Augusto C. Buonicore **p. 261**

8 - Construção econômica

- Ciclos econômicos, desenvolvimento e mercado: anotações sobre o socialismo e a “etapa primária”
Elias Jabbour, Alexis Dantas e Alexandre Belmonte **p. 277**
- A teia de Tânato: da industrialização acelerada à encruzilhada da inovação no socialismo soviético
Luis Fernandes **p. 289**

APRESENTAÇÃO

Luciana Santos

Passado, presente e futuro do socialismo

O centenário da Revolução Russa é uma efeméride que vai muito além do fato propriamente dito. Nela está contido um processo histórico de conquistas civilizatórias, como o acelerado progresso social, as transformações políticas revolucionárias e a evolução científica – aspectos essenciais do ideal socialista ressaltados neste livro. Com ele, a Fundação Maurício Grabois apresenta um conjunto de textos de pesquisadores e estudiosos, abrangendo um amplo leque de temas que compõem o legado e as lições da experiência socialista inaugurada com a Revolução de 1917.

Desde então, como um caudal que se espalhou pelo mundo, o socialismo plasmou um ciclo que descortinou vastos horizontes para a humanidade. O livro mostra, em um dos seus temas, que essa expansão ocorreu com revoluções, com as denominadas “democracias populares” no Leste Europeu e com as guerras patrióticas, apoiadas por União Soviética e China, que em determinadas circunstâncias assumiram caráter revolucionário, levando os comunistas ao poder. São experiências que se inscrevem como importantes feitos de muitos povos no curso do século XX.

Em outro tema, o livro esmiúça a relevância da ciência para o desenvolvimento do socialismo soviético, um processo que ganhou capilaridade e densidade social, fazendo a União Soviética ingressar rapidamente nas fileiras das maiores potências industriais do mundo. Os avanços são considerados inigualáveis na história. Houve o salto proporcionado pelas demandas da chamada “Guerra Fria”, logo após a Segunda Guerra Mundial, mas, como o tema engloba a multiplicidade de aspectos da sociedade soviética, ele é abordado neste livro de acordo com as controvérsias que se estabeleceram com a inevitável conflagração ideológica entre dois universos políticos opostos, elucidando bem essa questão central da Revolução.

O tema transcendeu fronteiras e se inseriu em questões sociais determinantes para a evolução da sociedade soviética. O livro mostra isso ao falar da condição da mulher, alçada à categoria de prioridade máxima desde os pri-



meiros momentos do poder revolucionário. A rápida mudança ocorrida nessa condição se apoiou nas transformações materiais que possibilitaram a eliminação das odiáveis opressões existentes antes da Revolução. Essa é uma das mais importantes conquistas revolucionárias, que não se limitou à geografia socialista – pois a expansão dos direitos femininos em âmbito mundial tem como nascente as notáveis premissas estabelecidas pelas mulheres soviéticas.

Os dilemas compõem uma importante parte do livro — a que analisa os impasses da democracia soviética. Tema de grande complexidade e profundas reflexões marxistas, ele está no cerne da transição do capitalismo ao socialismo por ser uma questão relacionada ao poder, fundamental em qualquer revolução. Nesta obra o assunto é esmiuçado desde as primeiras iniciativas para democratizar o Estado até a guerra ideológica, política e militar movida pelo capitalismo contra o socialismo. As condicionalidades temporais são novamente lembradas, inclusive em termos comparativos entre os dois sistemas, para situar os limites da democracia soviética em bases científicas. Talvez seja esse o tema de maior complexidade do livro, por entrelaçar variáveis cruciais dos processos históricos.

O poder político, como ponto mais essencial da Revolução, representou possivelmente o mais desafiante dilema das experiências socialistas exatamente porque ele abrange múltiplos aspectos da nova sociedade em desenvolvimento. O livro enfoca essa questão de diferentes ângulos e permite a conclusão de que essa é uma equação ainda inconclusa; superar a defasagem teórica que criou uma lacuna em um extenso interregno do novo sistema ainda é tarefa apenas iniciada. A transição do capitalismo para o socialismo representa desafios que não podem ser respondidos sem teorias que reportam a cada fase do seu desenvolvimento. Ou, numa definição sucinta, não é possível desenvolver o socialismo com estagnação teórica.

Mesmo com essas conhecidas — e até graves — limitações, é preciso considerar a influência da Revolução Russa na expansão da democratização em outros países. Não se pode negar que muitos direitos econômicos e sociais no capitalismo são ecos do socialismo. Um deles, abordado neste livro, é a questão racial — o combate ao racismo tem ligação direta com a Revolução Russa. Tema presente em muitas formulações de Vladimir Ilitch Lênin, foi também destaque em congressos da Internacional Comunista e influenciou muitas decisões em âmbito mundial.

O livro transita por outros temas-chave da estrutura do sistema socialista, como a cultura, as artes, o cinema, a economia, os direitos dos trabalhadores e o internacionalismo, aportando o leitor em um vasto conjunto de informações e análises que converge para a interação de fatores que possibilitaram os êxitos da Revolução — ressaltando, evidentemente, suas

limitações e insuficiências. Da mesma forma, faz indicações cruciais para se entender a conjugação de contradições na objetividade e na subjetividade russa, fundamentais para o êxito do engenho revolucionário formulado pelo marxismo-leninismo.

Estudar aquelas experiências, de todo modo, é sempre útil e indispensável. Mas estudar não significa copiar. Essa verdade-síntese nem sempre foi tida na devida conta, o que representou um erro que em muitos aspectos atrasou a teoria também em outros países socialistas e no movimento comunista em geral. O socialismo tem suas leis gerais, mas elas perdem vigor sem o enriquecimento com as especificidades de cada realidade concreta. Essas duas chaves do marxismo-leninismo se desdobram em variáveis como democracia e produtividade – o cerne da defasagem teórica que resultou na *débâcle* soviética. Desde que Karl Marx teorizou criticamente sobre a Comuna de Paris e Lênin formulou e desenvolveu a teoria da revolução na época do imperialismo, pouco se produziu nesse terreno.

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ao comemorar o centenário da Revolução Russa, evoca seu legado e suas lições lembrando que tem feito esforços no sentido de avançar na análise crítica das experiências socialistas para impulsionar formulações que inovem a teoria marxista. Desde a realização do nosso 8º Congresso, em 1992, temos avançado na compreensão dos novos desafios da luta pelo socialismo. João Amazonas, principal ideólogo e construtor do PCdoB, deu inestimável contribuição nesse sentido ao deflagrar esse ciclo de esforço teórico, indicando a relevância de formulações estratégicas e táticas com a singularidade brasileira, superando a petrificada tendência de modelo único de socialismo. Sua análise no 8º Congresso sobre a crise do marxismo representou um ponto divisor no nosso pensamento programático ao tocar nas causas profundas do fim do ciclo soviético.

Amazonas também deu um passo inédito ao apontar uma fase de transição entre o capitalismo e o socialismo, reavivando e inovando aspectos determinantes do pensamento de Lênin sobre as etapas revolucionárias. Suas conclusões, ainda no calor da onda contrarrevolucionária que varreu o socialismo de Berlim à Sibéria, alicerçaram o PCdoB em sua caminhada de êxitos táticos desde então ao proporcionar-lhe uma visão mais precisa dos meandros da luta social e política, em especial ao participar das vitórias e conquistas do ciclo de governos progressistas dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Renato Rabelo, igualmente um dos principais esteios do PCdoB, também foi inovador na formulação do nosso pensamento programático nesse período. Seu pensamento tem o conteúdo das conclusões de João Amazonas, com quem conviveu por três décadas, como demonstra sua intervenção na

8ª Conferência, realizada em 1995, que aprovou o nosso Programa Socialista. Aquele novo patamar teórico dos comunistas do Brasil, segundo ele, emergiu das ideias e das resoluções do 8º Congresso, que aumentaram a nossa convicção de que precisávamos de um revolvimento inovador. Foi um movimento que despertou energias criadoras e proporcionou respostas práticas aos dilemas da realidade surgida com a crise do socialismo, constatou.

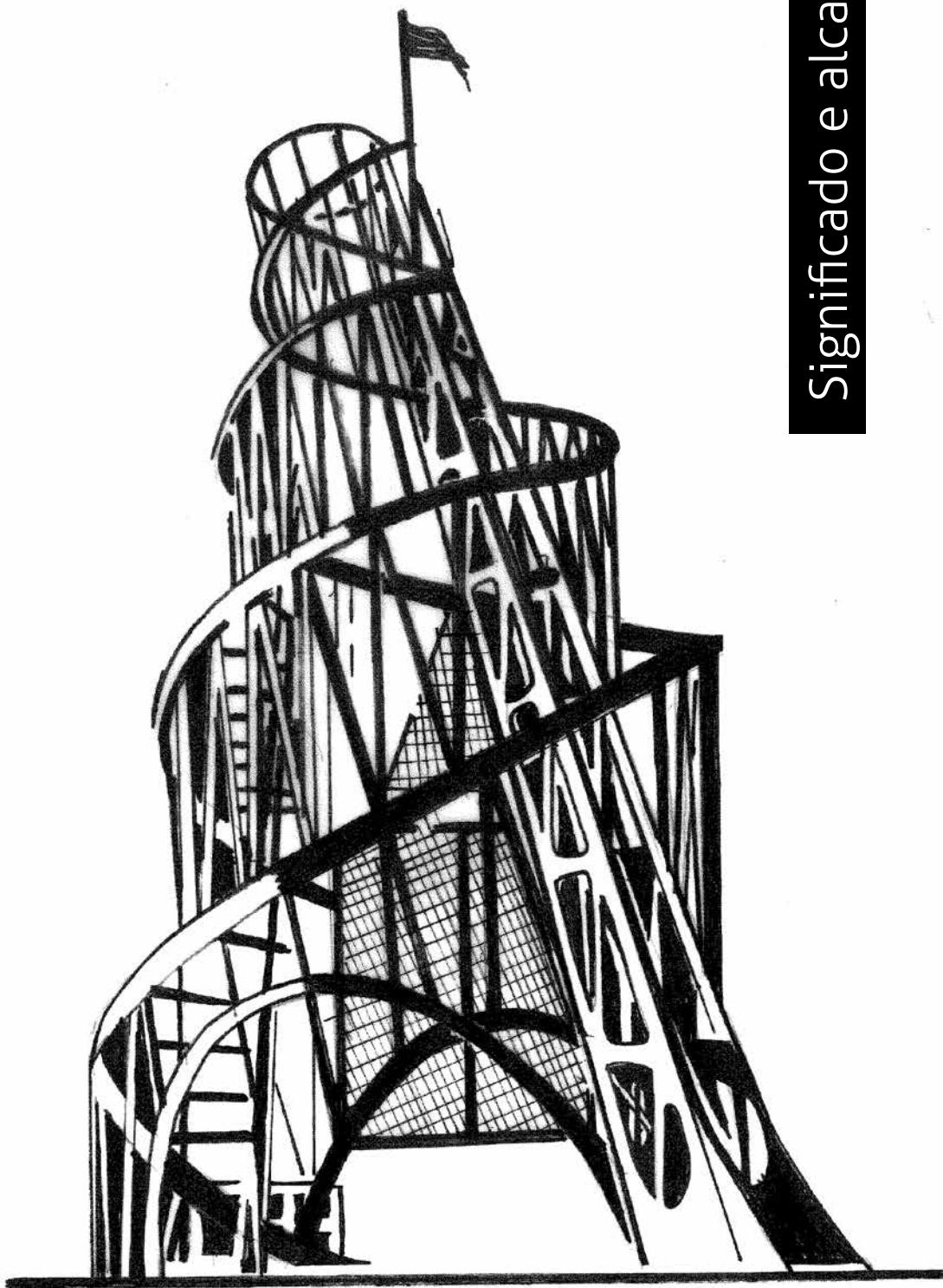
Mais tarde, Renato Rabelo disse que aquele processo resgatou a essência transformadora do marxismo, um salto de qualidade do pensamento estratégico do PCdoB. Saímos daquela prática de descrever o futuro socialista sem priorizar a abertura do caminho para se chegar a ele, destacou. Um esforço que prosseguiu de forma intensa, prospectando ideias inclusive fora do âmbito marxista, num esforço que Renato Rabelo chamou de nova luta pelo socialismo. Também foi de sua iniciativa a atualização do Programa Socialista, no 12º Congresso do PCdoB realizado em 2009, fundada no conceito dos ciclos civilizatórios pelos quais o Brasil passou.

São sínteses que revigoram o PCdoB substancialmente, ao mesmo tempo em que reafirmam sua essência revolucionária nascida sob a inspiração da Revolução Russa. Este livro percorre essa simbiose, mostrando a evolução do pensamento dos seus fundadores em 1922 e o seu desenvolvimento nas décadas seguintes. Como não poderia ser diferente, fomos influenciados por insuficiências e êxitos das experiências socialistas, o que proporciona um elevado saldo positivo das nossas atividades. Inclusive no aspecto teórico; na reconstrução de 1943, na Conferência da Mantiqueira, e na reorganização de 1962 houve uma profícua produção teórica.

Reafirmando a essência do antológico artigo de João Amazonas intitulado *Viva o PCdoB!*, publicado no jornal *A Classe Operária* de fevereiro de 1987, digo que vencemos muitas vicissitudes e chegamos aos 95 anos de existência porque, antes de tudo, tivemos uma correta orientação política, no essencial, e defendemos nossos princípios marxista-leninistas. Ou por outra: a atuação dos comunistas é uma exigência histórica.

A evolução do nosso pensamento programático, algo dialético e permanente, fonte para uma ação prática produtiva, no entanto, é a mais desafiadora tarefa especialmente nestes tempos de rápida acumulação de contradições do capitalismo. O aprendizado com as experiências socialistas, contido nos seus êxitos e deficiências, constituiu a pedra fundamental dessa tarefa. Este livro, um contraponto às deturpações que certamente serão fartas na mídia dos detratores do socialismo, tem o propósito de contribuir para isso.

.....
Luciana Santos é presidenta do PCdoB e deputada federal



Significado e alcance

O SOCIALISMO CONTINUA VIÁVEL

– é uma exigência da história

Renato Rabelo

O Partido Comunista do Brasil e a Fundação Maurício Grabois (à época Instituto) realizaram em 19 e 20 de novembro de 2007 um seminário, cujo pano de fundo foi o evento comemorativo dos 90 anos da Grande Revolução de Outubro na Rússia. Naquele ano, já vai quase uma década, participamos de um fecundo debate, que deixou contribuições relevantes acerca dos significados, legados e lições da Revolução de Outubro, compartilhado com convidados do exterior – China, Vietnã, Cuba, Portugal, Venezuela.

O Partido Comunista do Brasil é filho e herdeiro de toda a história desse magno empreendimento revolucionário na Rússia no século passado. A própria existência do PC do Brasil, em 1922, já quase secular, é um legado da Revolução Soviética, que permitiu o feito histórico de inserir pela primeira vez a luta política no âmbito do jovem movimento operário no Brasil.

Neste ano de 2017, abrindo as comemorações do Centenário Comemorativo da Revolução Socialista de 1917, reuniram-se nesta coletânea – compreendendo textos de 27 autores– professores universitários e quadros do PCdoB, que analisam com riqueza o vasto legado da revolução e da construção do socialismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o seu papel na evolução social e política da humanidade; oferecem significativo trabalho teórico e metodológico no esforço analítico das procuradas causas do desfecho, que culminou com o desmoronamento da URSS e dissolução do antigo bloco socialista; e extraem lições dando passos no estudo do socialismo contemporâneo.

Continuam atuais e mais exigentes as análises, para nós comunistas e os amantes do avanço civilizacional, sobre a Revolução de Outubro e os desafios de uma visão secular de pôr fim à exploração do homem pelo homem e de progredir no sentido da construção de nova sociedade – o socialismo – por meio da superação revolucionária do capitalismo.



Século 20 marcado pelo nascimento do socialismo

Em nossa época, as tendências atuais do sistema internacional compõem um quadro atual: de um mundo mais instável, perigoso e imprevisível; de grande crise continuada do capitalismo e de seu neoliberalismo internacionalizado; do ascenso de novos polos de poder que descortina um caminho progressivo na história para a nova ordem mundial, que supere a hegemonia imperialista contemporânea; de afirmação da perspectiva socialista, que não se trata apenas de um desejo subjetivo, mas também de que está respaldada em condições históricas concretas mais evidentes.

As forças da produção atingem um patamar gigantesco, nunca visto, embasadas no desenvolvimento moderno da ciência, da tecnologia e da inovação. No entanto, as relações de produção capitalistas e o seu princípio distribuidor da riqueza, em conjunto, vão sendo cada vez mais impotentes a fim de transformar essa imensa capacidade produtiva e de riqueza em proveito de toda a humanidade.

Em contraste, a verdade é que expõe um sistema crescentemente concentrador, gerando a mais extremada desigualdade social, maior marginalização e profundas assimetrias regionais no nível de desenvolvimento.

Já vai longe, apesar do pouco tempo, o senso comum instalado pelos “profetas” do fim da história e da eternidade do capitalismo, após o desmantelamento da União Soviética. Fica mais evidente que – apesar da grande derrota estratégica do socialismo como sistema mundial – o comunismo na sua etapa socialista não morreu; ao contrário disso, o que marcou o século 20 foi o nascimento do socialismo, que terá vida longa. Do ponto de vista dos comunistas, a Revolução Soviética foi a primeira experiência histórica, uma tentativa de estruturação de uma alternativa viável ao capitalismo, em um contexto histórico singular.

As novas formações políticas, econômicas e sociais de uma nova época, como modos fundamentais de produção, na evolução histórica da humanidade – para prevalecerem e terem sua continuidade e consolidação em um tempo histórico determinado–, realmente não se realizam de vez, de forma direta e em tempo curto. Não é iminente a queda do capitalismo, embora, objetivamente, é crescente sua incapacidade de responder e resolver – em verdade, só tem agravado – os grandes impasses, produtos do próprio sistema, que impedem o avanço civilizacional.

Temos a convicção também de que não há resposta fácil, porém utópica, de tratar a derrota do socialismo de forma idealista, atribuindo-a ao abandono ou à traição da teoria marxista, subtraindo os dilemas reais das circunstâncias históricas do acontecimento e, por conseguinte, ficando sem resposta

sobre qual seria o processo viável de edificação do socialismo. O exemplo da própria crítica a Stalin – sim, é imprescindível, mas fora do domínio do contexto histórico de sua época – pode levar a conclusões deformadas e falsas.

A dezena de trabalhos autorais expostos nesta coletânea traz uma abrangência do vasto legado à humanidade propiciado pela URSS nos terrenos: político, geopolítico, social, econômico, cultural; na luta dos trabalhadores e das mulheres; no âmbito da educação e das ciências, da literatura e do cinema; na aplicação do internacionalismo e no heroico sacrifício da Guerra Patriótica; e seu inestimável legado democrático à luta anti-imperialista e anticolonial. E, bem posto, vários escritos voltam às razões e causas da derrota, sendo que estas estão sempre em desenvolvimento e evoluem com o avanço do conhecimento, da experiência e da luta.

Debate das causas do revés histórico

Agora há um esforço de situar as causas mais significativas, em grande medida determinantes para o desmantelamento da União Soviética. Seguem a metodologia de tratar nos marcos do contexto histórico concreto a análise de um processo tão complexo e original. Evidente é que, quando se compara os cursos revolucionários em geral, há um descolamento entre o projeto subjetivo – o que proclama a ideologia e seus objetivos maiores definidos – e, outro, que é o resultado concreto, viável nas condições históricas dadas; o que, então, foi realizado pelo empreendimento revolucionário.

As análises e debates relativos às causas não se circunscrevem apenas em discernir as razões da derrota, situadas na especificidade do tempo e do lugar determinados, mas também em principalmente retirar os ensinamentos para atualizar a teoria revolucionária e procurar comprovar que a perspectiva do socialismo continua viável, é uma necessidade histórica. Para isso, é imprescindível atualizar e desenvolver a teoria de Marx, Lênin e outros revolucionários, para aprender com as lições das experiências concretas e para responder aos novos fenômenos de nossa época.

Dentre o debate que se procura dar conta do revés vivido pela primeira experiência socialista, sem dúvida, a causa determinante não é única nem homogênea. Há uma combinação de fatores justapostos que, conforme a ênfase dada e a sua sistematização, podem contribuir para explicar as razões do desfecho, consumado no final de 1991, com o fim e dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A primeira questão cabal se refere ao fato de que o programa de emancipação de Marx e Engels – sinteticamente, superação da propriedade privada – partia da compreensão de que as primeiras experiências de superação

do capitalismo visadas por eles se originariam nos países capitalistas mais desenvolvidos e se ampliariam mundialmente. Portanto, as condições históricas enfrentadas pela Rússia e de imediato pela União Soviética diferiam muitíssimo das previstas no século 19 pelos fundadores do marxismo.

Aí entra o gênio de Lênin, que foi capaz de atualizar e desenvolver a teoria revolucionária nas condições do capitalismo, com o advento do imperialismo, percebendo que a primeira possibilidade de suplantar o sistema capitalista despontava na periferia e não no centro do sistema. Isso se traduziu no programa bolchevique que pôde dar conta, mesmo num país mais atrasado do ponto de vista capitalista, de alcançar a vitória da revolução proletária em um só país. Porquanto, mesmo Lênin esperava que, após o êxito soviético na Rússia, avançasse a revolução nos países capitalistas mais desenvolvidos da Europa, favorecendo a consolidação do novo Estado dos soviets. Como sabemos, a vitória da revolução nos países da Europa não aconteceu e isso se somou a uma situação na qual a base material da sociedade era incipiente para o desenvolvimento ao socialismo, e mais, pela iminente reação das grandes potências capitalistas que executam grande cerco e agressão ao novo país que nascia. Resumo: a revolução proletária vitoriosa teve que se desenvolver e se consolidar em condições históricas excepcionais.

Conclusão, essa realidade resultou no **dilema estrutural** de ter de combinar a construção do socialismo com a superação acelerada do atraso herdado, em função da condição semiperiférica da Rússia e dessas condições excepcionais da época. A saída para responder a tal dilema é que vai ter o seu efeito em longo período da construção socialista, com suas sequelas e dilemas, tendo ainda pelo caminho o enorme desafio da Segunda Guerra Mundial. Os povos soviéticos se defrontaram com o nazi-fascismo, com determinação e heroísmo, vitoriosamente, ainda que com grandes perdas humanas e materiais.

A segunda questão é decorrência da primeira. É que esse desafio de transformação rápida, de industrialização acelerada, coletivização em tempo curto e do alcance de uma economia medianamente integrada, historicamente foi enfrentado de forma vitoriosa nesse período excepcional. De todo modo, para isso acontecer foi estabelecida uma economia fortemente centralizada e detalhadamente planejada, com plena estatização de quase todos os componentes produtivos. E para essa consecução teve que se instaurar um formato institucional concebido pela fusão entre o Partido e as estruturas do Estado, estando o Partido no centro. As lideranças partidárias maiores voltadas para mobilizar e conduzir a sociedade, visando à sustentação dessa linha econômica aplicada e à própria sobrevivência do Estado soviético. Aliás, sem isso, junto com o heroísmo dos povos soviéticos, não se alcançaria a vitória decisiva na Segunda Guerra.

No entanto, após a grande guerra mundial, já pelo começo da década de 1950, reaparece o dilema do desenvolvimento nessas condições: o principal problema é que justamente todo o aparato político e econômico – comandado e centralizado –, que resultou vitorioso no primeiro momento – foi se revelando progressivamente esgotado e superado para uma **nova etapa**. Não conseguia mais imprimir no novo período histórico – diante de uma sociedade crescentemente mais complexa e estruturalmente mais diversificada – o avanço desenvolvimentista anterior e a estabilidade política mais duradoura.

A impossibilidade de sustentação desse modelo resultante de um período peculiar se complicou profundamente pelo equívoco da direção do Partido Comunista da União Soviética, hoje reconhecido amplamente. O grande equívoco de transformar o marxismo em doutrina de Estado originou a exportação do modelo soviético muito específico – até mesmo já estranho para a nova etapa do desenvolvimento da URSS – como modelo único de socialismo. Tal concepção levou ao congelamento da própria teoria marxista, entretendo a sua natureza dialética, ficando aquém da evolução concreta das novas questões e impondo a exportação do modelo soviético, refletindo isso em todo o movimento comunista e operário, questão ressaltada no 8º Congresso do PCdoB em 1992.

A terceira questão é produto do processo e desenlace dos períodos históricos a partir da década de 1950, destacando-se nesse contexto a mudança da direção central do PCUS, após a morte de Joseph Stalin, em março de 1953. Em suma, até a década de 1950 a URSS alcança taxas apreciáveis de crescimento da produção, ostentando o feito de enviar o primeiro homem – Iuri Gagarin – ao espaço sideral. Mas, a partir da década de 1960, começa o declínio caracterizado por uma tendência constante de queda, chegando aos anos 1970 a um declínio em relação à maior potência capitalista, os Estados Unidos, e daí aprofundando uma involução econômica comparada com os países capitalistas mais desenvolvidos.

A vasta análise já processada e as categorias demonstradas sobre o definhamento do poder de Estado soviético se relacionam de várias formas e ênfases, com duas questões de fundo, inter-relacionadas: No plano político, a institucionalização de crescente fusão do partido bolchevique com os aparatos do Estado, prevalecendo uma concepção hermética, não subordinada ao controle popular, conferindo ao Estado uma característica dirigista e burocrática; no plano econômico, os mecanismos de estatização integral das forças produtivas, pela direção centralizada e pela planificação detalhada de metas de produção, a partir de certa etapa, começam a perder progressivamente a capacidade de manter a dinâmica de desenvolvimento e elevação contínua da produtividade na economia soviética.



No debate acerca dessas questões de fundo sobressai uma combinação de fatores que abrangem o contexto histórico atravessado pela primeira experiência socialista no mundo *vis-à-vis* com as questões gerais, universais, do projeto clássico de emancipação socialista. A premissa a fim de uma adequada compreensão – assim pensamos – passa pela **questão-chave**, que percorre toda a análise: os dilemas históricos, situados na realidade concreta, da construção do Estado soviético. A tentativa de construção do Estado soviético – nos moldes indicados originalmente por Marx da sua leitura da experiência da Comuna de Paris (1871), depois retomada por Lênin (*O Estado e a Revolução* – 1917) – não foi precisamente, como sabemos, o que prevaleceu como modo dominante de Estado na URSS. A mobilização determinada da luta pela sobrevivência e manutenção do poder soviético levou o partido a se sobrepor aos meios de controle democrático, outorgados na Constituição dos poderes soviéticos e distantes das formas de democracia direta e participativa, à luz da efêmera experiência da Comuna, assinaladas por Marx.

A prevalência institucional da fusão Partido-Estado remete à discussão das formas de democracia socialista, evidentemente situadas em um contexto determinado. Esse debate é enriquecido quando se traz à superfície a visão estudada por Marx, na *Crítica ao Programa de Gotha*, quando ele delineia que o socialismo é um extenso período histórico da transição entre o capitalismo e o comunismo, cujo princípio distribuidor da riqueza no socialismo é “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho”. Portanto, pode transcorrer nessa longa transição, a partir do início, a adoção de formas variadas de propriedade, resultante da sociedade capitalista, sendo o trabalho a medida da distribuição da renda e da riqueza. É também de Marx a visão esboçada de que a nova sociedade nasce das entranhas da velha sociedade. Disso se deduz que prevalece nas pessoas a motivação para o trabalho, nem tanto a visão de sua contribuição criativa à universalização do avanço civilizacional (a isso veremos de forma atualizada mais à frente).

A sociedade ainda está envolta pelo predomínio de visões particularistas nesse começo do período prolongado. E nem mesmo a mudança da infraestrutura reflete uma mudança imediata na superestrutura, e sobretudo na consciência social das pessoas. Segundo autores marxistas que se dedicam ao assunto, há uma questão: a “que repõe o imperativo da construção da democracia representativa no socialismo”, segundo cada situação e período histórico (FERNANDES, 2007). Trata-se de desenvolver as condições jurídicas e institucionais, conduzindo à necessidade de conceber o Estado socialista como um Estado socialista de direito. Este propósito, a primeira experiência histórica de construção do socialismo, em condições excepcionais e peculiares, não conseguiu alcançar e resolver.

No terreno do dilema do desenvolvimento da economia na experiência soviética se exprime de maneira relevante o “**dilema da produtividade**” ou da “**inovação**” (IDEM. IBIDEM). A não sustentabilidade do sistema estava na própria ordem natural dos acontecimentos. No capitalismo há mecanismos indutores, próprios de sua natureza anárquica que consiste em destruir para construir. E, para enfrentar a concorrência e crescer, as empresas são levadas a introduzir aceleradamente novas tecnologias, não obstante o elevado dano social resultante disso, não sendo este o seu interesse. No caso da União Soviética, tendo conseguido ultrapassar a etapa inicial de suplantação do atraso herdado dos tempos do czarismo, a experiência não alcançou a necessidade de estruturar um mecanismo econômico indutor da inovação equivalente nas condições do socialismo e nas suas etapas decorrentes.

Nova luta pelo socialismo

Esse dilema decisivo para as sociedades socialistas tem hoje, nas experiências chinesa (desde 1978), vietnamita (desde 1986) e mais adiante cubana (desde 2011), alternativas próprias que conseguem superar os impasses e dar materialidade ao socialismo na atual quadra histórica, alcançando altos índices de desenvolvimento das forças produtivas, se distanciando do “modelo soviético” de um período excepcional, abrindo o caminho na transição socialista atual, incorporando formas contemporâneas.

O início do período de transição socialista tem como premissa a constituição do Estado de caráter nacional, democrático e popular, hegemonizado pelas forças interessadas nessa transição à nova sociedade, sendo a *questão nacional* – independência e soberania – a questão primordial tanto para a conquista do poder quanto para a construção do socialismo, sob as condições de hegemonia global capitalista-imperialista – sendo esta a condição até hoje da experiência de construção socialista.

O socialismo irrompe desde o início do século 20 em sociedades capitalistas relativamente atrasadas e pré-capitalistas, impondo às forças dirigentes a tarefa primária de criarem (desenvolverem) a riqueza material e não de socializarem a riqueza material (in)existente – por isso a **centralidade** do desenvolvimento das forças produtivas nas experiências socialistas. Na visão marxista, o socialismo tem como pressuposto elevada riqueza social – daí o previsto era surgir nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas – que lhe permita afirmar o socialismo como superior ao capitalismo. De forma direta não há socialismo na pobreza, cujo efeito seria generalizar a miséria.

Compreender a construção do socialismo no curso histórico contemporâneo, tanto nas experiências atuais quanto nas passadas, reside no fato de o



socialismo existir e operar dentro dos marcos de uma economia internacional hegemônica pelo capitalismo e seus monopólios produtivos e financeiros. Daí a necessidade de combinar, conforme a particularidade de cada experiência, a percepção geral das leis de funcionamento do modo de produção capitalista, notadamente seus ciclos de acumulação e sua forma presente financeirizada.

Como vimos, o “modelo soviético” foi perdendo dinamismo a partir da década de 1960. A Direção estatal não percebeu o limite, que desde o pós-guerra mundial possivelmente se assomava uma **nova etapa**, que exigia mudanças na estratégia de desenvolvimento. Deng Xiaoping dizia que no processo revolucionário de construção do socialismo – à luz da experiência chinesa – o seu desenvolvimento se dá por etapas, e cada etapa exige **reformas estruturais** que deem seguimento à construção socialista, mantendo seu dinamismo para avançar a etapas superiores. No ressaltado declínio na União Soviética, as suas causas podem estar na ausência de mecanismos de mercado e competição, ainda necessários no contexto histórico contemporâneo.

Portanto, o avanço do conhecimento nas presentes experiências no processo de transição socialista em marcha no mundo reativou o debate da questão da **construção do socialismo e suas etapas**, tanto do ponto de vista econômico como da forma da democracia socialista, a constituição jurídica e institucional do Estado. Voltando à abordagem de Marx, de que o socialismo é o prolongado período de transição entre o capitalismo e o comunismo, conseqüentemente aquele se desenvolve por etapas no sentido ascendente de superação da divisão social do trabalho e sua relação correspondente entre campo e cidade, indústria e agricultura, e trabalho manual e intelectual até alcançar o cume do socialismo pleno e o comunismo, produto de vasto e superior desenvolvimento das forças produtivas e elevada consciência social.

No entanto, a abordagem inicial – constando da própria interferência da dinâmica dos ciclos econômicos do curso capitalista – da transição socialista é um *processo histórico* longo no qual persiste a luta entre a velha e nova sociedade, de antemão não assegurando quem vence quem. Nessa etapa primária ainda persiste a noção de que as pessoas se motivam em função do trabalho, prevalecendo o conceito do direito burguês – “a cada um segundo seu trabalho”, apesar de o capitalismo não aplicá-lo; assim, ainda é preciso contar para o desenvolvimento da infraestrutura com a existência de várias formas de propriedade privada, sendo o setor estatal crescentemente preponderante; por conseguinte, é a permanência da economia de mercado que evolui e é regulada pelo Estado, com instrumentos de planificação estatal que se desenvolvem; a **essência** desse sistema de transição é a **planificação** do desenvolvimento e da expansão do mercado e da divisão social do trabalho.

Então, essa etapa inicial vem sendo caracterizada como “etapa primária do socialismo”, a qual corresponde à necessidade histórica concretamente posta que exige rápido desenvolvimento das forças produtivas e da expansão ascendente do mercado. Sendo assim, a constituição de uma economia socialista de mercado é a própria **etapa primária** do socialismo, e esta se desenvolve em **fases** mais avançadas. O importante e atual trabalho que consta desta coletânea – *Ciclos econômicos, desenvolvimento e mercados: anotações sobre o socialismo e a “etapa primária”*, de Elias Jabbour, Alexis Dantas e Alexandre Belmonte – fornece preciosa metodologia e categorias que põem o debate sobre a construção do socialismo contemporâneo em outro patamar.

Por exemplo, eles afirmam, baseados na experiência chinesa, que “A essência da ‘fase superior da etapa primária’ está na junção de dois processos: 1) centralização de grande capital estatal em grandes conglomerados empresariais (China tem 149 desses conglomerados) prontos à tarefa de execução de grandes empreendimentos de Estado; e 2) criação de mecanismos de coordenação e socialização do investimento”.

Atualidade do Projeto Nacional de Desenvolvimento

Hoje, para os países em vias de desenvolvimento sujeitos à assimetria no nível de desenvolvimento na divisão internacional do trabalho, a expansão neocolonial atual do imperialismo impõe objetivamente a centralidade da **questão nacional** na luta estratégica pela conquista do poder político. E, como a experiência tem demonstrado, a correta relação em um programa que combine a soberania nacional com a questão social e a causa democrática compõe uma mesma realidade e tem sido fator da vitória das forças avançadas.

No curso dos processos de democratização, na viragem progressista latino-americana, a expressão política das forças de esquerda e progressistas esteve associada à causa da democracia. Isso permitiu acumular forças na resistência contra a dominância neoliberal. Resistência que, depois, avançou com a vitória em eleições nacionais na formação de coalizões de centro-esquerda em regimes presidencialistas, com fortes lideranças populares. A resultante forjou alternativas que em geral seguem a estruturação de novo projeto de desenvolvimento nacional, associado a uma linha de integração voltada para o desenvolvimento regional – sendo que alguns desses países como Venezuela, Bolívia e Equador relacionam esse desenvolvimento nacional com a perspectiva de construção do “socialismo no século 21”, em uma experiência recente e ainda a desenvolver sua causa.

Pode-se ainda considerar no caminho do desenvolvimento nacional em países do sudeste asiático, distintas experiências neoliberais impostas pela

hegemonia do grande capital financeiro internacionalizado. Tem prevalecido a via de um projeto nacional de desenvolvimento, autônomo, próprio, sob a condução indutora, controladora e planejadora do Estado. As metas de desenvolvimento estão no centro e são prioritariamente perseguidas, e não as metas de inflação. Esses países têm alcançado elevados índices de desenvolvimento, destacando-se a Índia que já é a sexta economia mundial.

Por fim, quero assinalar que no Brasil, o PCdoB, no seu Programa vigente desde 2009, tem como **rumo** alcançar o período de transição socialista. Tendo em vista este fim e como meio de abordar essa perspectiva revolucionária, o Programa delinea o **caminho estratégico** da construção e aplicação de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. O Programa justifica que, em nossa época, a superação das contradições estruturais e fundamentais da realidade brasileira ganha a dimensão de conquista estratégica. E, conforme indica a tendência histórica objetiva, “a solução viável hoje é o novo projeto nacional de desenvolvimento, caminho brasileiro para o socialismo”.

|| **RENATO RABELO** é presidente da Fundação Maurício Grabois. Membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, do qual foi presidente entre os anos de 2001 e 2015

UMA LEITURA PANORÂMICA DA URSS

Adalberto Monteiro

A Revolução de Outubro, de 1917, na Rússia, é um marco na história mundial. Ela abriu a era de Estados e sociedades socialistas, obviamente não se desconhecendo a efêmera e heroica experiência da Comuna de Paris (1871). Assim como para muitos a Revolução Francesa simboliza a época das revoluções burguesas, a ascensão do capitalismo, Outubro confirma o cerne do marxismo e descortina o primeiro ciclo histórico da passagem do capitalismo ao socialismo.

A Revolução de Outubro condicionou a dinâmica do século XX e moldou a geopolítica mundial. Em 1922 é constituída a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Inicialmente foi formada com quatro repúblicas, e quinze após a Segunda Grande Guerra. A partir de 1945, na esteira da participação vitoriosa da URSS nessa guerra, países do Leste Europeu e parte da Alemanha passaram a ter regimes de “democracia popular” como parte do processo da transição do capitalismo ao socialismo.

Em 1949, forma-se o Conselho de Cooperação e Ajuda Mútua (Comecon) que, em 1972, abrangia todos os países que se proclamavam socialistas, com exceção de China, Albânia, República Democrática e Popular da Coreia e Iugoslávia. Em 1955, constitui-se o Pacto de Varsóvia, acordo de defesa mútua do campo socialista em contraposição à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) que surgiu em 1949.

Processos revolucionários entrelaçados com guerras de libertação nacional e, também, por guerras anticolonialistas que abarcam um período de trinta anos (1945-1975) levaram os comunistas ao poder em vários países: China (1949); Coreia do Norte (1945); Vietnã (processo revolucionário que se estende de 1954 a 1974); Laos (1975). Esse ciclo também constituiu um elenco de países sob a influência do campo socialista.

Em 1959, ocorre a Revolução Cubana que, em 1961, se proclama socialista. Durante os anos 1960 e 1970, a luta anticolonialista, respaldada pela URSS e pela China, liberta vários países do jugo colonial na África e na Ásia. À época, os governos derivados desse processo – Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe – são tidos com “Estados de orientação socialista”.



Nos anos 1970, a América Central se levanta contra ditaduras entreguistas, mas a revolução democrática e patriótica só triunfa em 1979, na Nicarágua. Na América do Sul, entremeio a ditaduras militares que infestavam a região, houve a singular experiência do governo de Salvador Allende (1970-1973). A Unidade Popular – uma frente política e social, liderada pelos socialistas e comunistas – conquistou, pela via eleitoral, o governo do Chile. A experiência foi ceifada por um truculento golpe militar.

Os partidos comunistas estiveram à frente ou tiveram algum tipo de protagonismo na maioria destas jornadas revolucionárias, se revelaram eficazes e indispensáveis vanguardas da jornada emancipadora.

Um planeta e “dois mundos”

Como resultante, já nos anos 1960, um terço da população do planeta integrava países do campo socialista. Depois da Segunda Grande Guerra até 1990, objetivamente, o mundo foi regido pelo confronto entre os campos socialista e capitalista. Neste espaço de tempo, a Terra teve “dois mundos” antagônicos e, em razoável medida, compartimentados. Em parte considerável desse período, foram pequenos entre eles tanto o intercâmbio comercial quanto – menor ainda – a circulação de pessoas. Isso derivou de uma política de “cerco, isolamento e aniquilamento” adotada pelas potências imperialistas contra a Rússia soviética desde o seu nascimento. Basta dizer que só em 1933 os EUA viriam a reconhecê-la oficialmente na esfera diplomática. Tal política hostil se tornou ainda mais agressiva, a partir de 1945, com a denominada Guerra Fria, inequivocamente desencadeada com o lançamento de bombas atômicas sobre Nagasaki e Hiroxima, crime de lesa-humanidade cometido pelo imperialismo estadunidense.

No triênio 1989-1991, esse confronto tem desfecho com a derrota do campo socialista. Ocorre a derrocada dos governos do Leste Europeu e o fim da URSS. As potências imperialistas usam a toda carga seu complexo midiático, ideológico e cultural para disseminar a falência e a inviabilidade do socialismo e a caducidade do marxismo. Chega-se a vaticinar o “fim da história”.

Um tufão anticomunista e obscurantista varre o mundo.

Em decorrência disso, a desorientação e a deserção ganham terreno no campo revolucionário. Muitos chegam mesmo a negar que tenha existido socialismo na URSS. O imperialismo, de posse da vitória, parte para o ataque.

Se a Revolução influenciou positivamente a marcha da humanidade, o seu fim em 1991 tem impacto oposto. À época, George Bush, o pai, proclama ao mundo que com “o fim do comunismo” o planeta conheceria um período de paz e prosperidade.

Sem a URSS e o elenco de países por ela liderados para confrontá-lo, o imperialismo recrudescer sua ofensiva contra os povos e a exploração capitalista se exacerbou sobre os trabalhadores. A implementação em larga escala do neoliberalismo e a Guerra do Golfo (1990-1991), deflagrada nos estertores da URSS, sinalizaram o que estaria por vir.

Neste contexto, o campo socialista, sob inspiração marxista-leninista, foi chamado a empreender a resistência. Impunha-se um fecundo e amplo trabalho crítico e autocrítico para sistematizar as razões da derrota e as lições desse primeiro ciclo socialista.

A crítica e autocrítica do PCdoB

O Partido Comunista do Brasil, neste período, confrontou-se com a colossal campanha anticomunista. No país e pelo mundo afora, partidos e governos dissolveram-se. Fez-se longa a lista de descrentes e desertores. Mas o PCdoB resistiu, e mesmo se fortaleceu, durante a crise. Entre 1989 e 1995 o coletivo partidário, liderado por João Amazonas, destacada liderança dos comunistas brasileiros, empreendeu um labor teórico, político, ideológico, de conteúdo crítico e autocrítico. Passou em revista a experiência soviética e a própria trajetória do Partido Comunista do Brasil.

Ao final desse labor, em 1992, no 8º Congresso, e em 1995, na 8ª Conferência, o PCdoB reafirmou o socialismo sob um criterioso estudo. Defendeu o legado da URSS à humanidade e, ao mesmo tempo, apontou erros e insuficiências da primeira experiência do socialismo no mundo. Aliás, neste trabalho, usufruiu de uma singularidade de sua trajetória. Já na década de 1960, havia indicado o desvio daqueles países da rota revolucionária.

João Amazonas aponta que o fim da URSS provocaria às fileiras do movimento revolucionário mundial um longo período de defensiva estratégica dado a envergadura da derrota. Previsão que foi totalmente confirmada e que prevalece a esta altura da fase final da segunda década do século XXI.

Em 1995, o PCdoB supera concepções dogmáticas de seu pensamento estratégico e, com base na sistematização do estudo crítico da experiência da URSS e de um esforço de interpretação da realidade brasileira, elabora um Programa Socialista para o Brasil – socialismo renovado, enriquecido com a experiência e lições da história.

De lá para cá, o PCdoB prosseguiu em suas reflexões sobre o tema, interagiu com a elaboração teórica de outros partidos comunistas e, também, com o pensamento de intelectuais marxistas e progressistas.

Sustenta estar em curso uma nova luta pelo socialismo, jornada esta iniciada já mesmo no curso do enfrentamento da maré anticomunista ad-

vinda do fim do URSS. Nova etapa que se alimenta da resistência dos países que mantiveram a perspectiva socialista e da resistência ativa do movimento revolucionário.

Sob a liderança de Renato Rabelo, o PCdoB elabora, em 2009, um novo Programa no seu 12º Congresso que aponta a luta por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento como o “caminho brasileiro para o socialismo”. Um programa situado na dinâmica da história brasileira e no contexto do mundo contemporâneo. Esse “Programa Socialista para o Brasil” apura ainda mais o pensamento tático-estratégico dos comunistas brasileiros, e procura ser consequente com a lições da Revolução de Outubro. A luta pelo socialismo deve ser regida pelas singularidades de cada país.

No presente, a crise capitalista iniciada em 2007 põe em relevo seus paradoxos, suas mazelas e seus limites históricos e, ao mesmo, pressiona os povos a buscarem saídas. Nestas circunstâncias é que reaparece o socialismo como alternativa viável, e o marxismo enquanto teoria é re-valorizado.

As conquistas e o legado da URSS

Se, no fundamental, a Revolução de Outubro confirma as análises de Marx e Engels, nega também um prognóstico elaborado por eles. A revolução dos oprimidos de fato eclodiu, mas, ao contrário do que especulara Marx, ela não se realizou nos países capitalistas desenvolvidos. O espectro do comunismo que ronda a Europa de que fala o *Manifesto* ricocheteou nos países capitalistas desenvolvidos do Velho Mundo e foi estourar na Rússia, país destacadamente rural, agrícola, com “ilhas” de indústrias em algumas grandes cidades. E também o prognóstico inicial de Lênin não se deu: Outubro não se espalhou pela Europa.

Um e outro fato condicionaram profundamente a experiência soviética. E a realidade com sua força e criatividade impôs o desafio de se transitar do capitalismo ao socialismo num país relativamente atrasado quanto ao nível das forças produtivas. Para se ter uma ideia disto, 82% da população, em 1926, encontravam-se na zona rural e apenas 7,5% não estavam vinculados à agricultura. Ademais, sublinhe-se, um país cercado de capitalismo por todos os lados. Capitalismo que desencadeou feroz combate e empreendeu vários estratagemas para liquidar a primeira pátria socialista.

A URSS enfrentou o desconhecido, a barreira de chumbo do ineditismo. O processo de aprendizagem que toda revolução é obrigada a “frequentar”. Num grau de dificuldade maior do que o imposto às revoluções burguesas, como apontou Lênin. Estas, quando conquistaram o poder político, tinham a favor de si a preexistência das relações sociais de produção

burguesas que já haviam surgido no âmbito do feudalismo. *Outubro*, como toda revolução socialista, além de criar um novo Estado, um novo sistema político, teve também de fazer surgir novas relações de produção inexistentes sob o capitalismo.

Marx e Engels, adversários de “anteprojetos” utópicos de como seria a futura sociedade socialista, como assinalou João Amazonas, não se ocuparam em dar amplas indicações de como seria a transição do capitalismo ao socialismo. O tema comparece de modo parcimonioso no *Manifesto Comunista*, na *Crítica ao Programa de Gotha* e nas reflexões referentes à Comuna de Paris. Portanto, a liderança soviética teve que dar vida, concretude, a uma nova sociedade de cuja arquitetura havia apenas alguns traços.

Na URSS, mesmo sob circunstâncias adversas, várias fases da transição do capitalismo ao socialismo foram vencidas. Lá, o socialismo, sim, conheceu um processo de edificação. E o legado dele, nessa sua fase inaugural na história, é precioso.

A primeira grande conquista da URSS foi ter se transformado de país atrasado, no curso de 20 anos, numa grande economia industrial. O processo foi massivo e acelerado, sustentado durante décadas, por índices de crescimento econômico e produtividade entre os mais elevados do mundo. Por exemplo, de 1929 a 1938 o crescimento da produção industrial na União Soviética foi 117%, contra 73% do Japão, 15% da Grã-Bretanha e 30% da Alemanha e -22% dos Estados Unidos da América, às voltas com a grande crise do capitalismo iniciada em 1929.

Tal desenvolvimento cativou atenção de vários países do depois chamado Terceiro Mundo que buscavam também vencer o atraso, como salientou o historiador Eric Hobsbawm.

A URSS via uma espécie de “segundo dia da criação”, como denominou o escritor soviético Ilia Ehrenburg, torna-se – para espanto e medo dos capitalistas – uma potência mundial. Aliás, essa velocidade que o governo soviético imprimiu ao processo de industrialização se deu porquanto percebeu, acertadamente, que o imperialismo, em meados dos anos 1930, já preparava a Guerra.

A democracia burguesa passa a ser confrontada com sua rival, a democracia socialista. Para além dos direitos políticos, da igualdade jurídica que a democracia burguesa formalmente estabelece, o poder socialista canaliza considerável parte da riqueza produzida à elevação da qualidade da vida material e cultural do povo que se ampliou na URSS numa extensão e rapidez impressionantes. Quanto aos direitos políticos, a URSS consagra em sua Constituição de 1936 o sufrágio universal pleno. As mulheres adquirem o direito de voto já em 1917.



Ao chegar a Segunda Guerra Mundial – com a base material edificada e seus trabalhadores e suas nacionalidades com motivos de sobra para defendê-la –, a URSS enfrenta vitoriosamente a máquina de guerra hitlerista. Vin-te milhões de vidas soviéticas pereceram na jornada vitoriosa que derrotou a *peste* nazi-fascista.

No confronto entre os “dois mundos”, a URSS enfrenta e desmascara as teorias e ideologias racistas contra negros, judeus, os povos da Ásia e África, e das colônias, considerados pelo imperialismo como inferiores e “não civilizados”. Contribuição decisiva para romper a barreira da segregação, ser integrante “da humanidade” progressivamente deixou de ser privilégio de seletos povos, como destacou o filósofo Domenico Losurdo. Para além da luta ideológica, a URSS respalda as revoluções nacionais que libertaram os povos dos grilhões do colonialismo.

Ante as conquistas políticas e sociais do campo socialista, o próprio capitalismo se viu impelido a fazer concessões aos povos e trabalhadores. Essa influência impulsiona as lutas operárias e populares em vários países que resultam em conquistas no terreno dos direitos trabalhistas, sociais e previdenciários.

A Rússia soviética, ao estabelecer o voto popular qualificado desde os seus primórdios e, já na URSS, o voto universal pleno em 1936 – inclusive com mandato revogatório –, contribuiu para combater os liberais que nas democracias burguesas impunham ao sufrágio restrições censitárias, machistas e racistas. Não se deve esquecer que a lei que garante o voto aos negros somente é aprovada nos EUA em 1965.

Deste modo, reconhecidamente, muitas conquistas civilizatórias obtidas pela humanidade no século XX são legados diretos ou indiretos do socialismo.

Erros e Insuficiências

O fim da URSS – fato recente, sob o ângulo do tempo histórico – continua a demandar uma análise totalizante. O campo político marxista e revolucionário segue a empreender investigações e reflexões que elucidem o feixe de erros, causas e circunstâncias que concorreram à derrota. O objetivo desse esforço teórico e político é sistematizar o aprendizado da experiência concreta para reafirmar e rejuvenescer o socialismo.

Desde o início deste labor têm se destacado os condicionantes e as circunstâncias que envolveram a trajetória soviética. Quais sejam: o ineditismo, isto é, o “batismo” histórico do socialismo, a adversidade de se empreender a transição do capitalismo ao socialismo num país com forte presença de relações pré-capitalistas e o corrosivo cerco imperialista. Isto é imprescindível

sob pena de uma leitura idealista e a-histórica. Todavia, apesar deste contexto original, muito adverso, seria errôneo entender que a análise se esgota com tais corretas indicações. Absolutizá-las seria resvalar para o equivocado juízo da inevitabilidade da derrota.

Na esfera da construção econômica, a URSS, impulsionada durante décadas por uma perspectiva modernizadora, obteve índices de elevação da produtividade do trabalho equivalentes aos das potências capitalistas. Nesta etapa, a construção econômica se realizou por alta centralização e detalhado planejamento e com grande parte das forças produtivas estatizada, concentrada em grandes unidades de produção.

A partir dos anos 1960, o crescimento embora ainda competitivo vai perdendo impulso e, em meados da década de 1970, a economia soviética passa a descrever uma trajetória que tende crescentemente à estagnação. Em suma, como destaca Luis Fernandes, a economia da URSS “passou a ter um desempenho pior ou igual às demais potências capitalistas.”.

A direção política soviética deixou cair no esquecimento, como observou João Amazonas, a preciosa elaboração teórica de Lênin acerca da complexa tarefa da transição do capitalismo ao socialismo, sobretudo num país como a Rússia.

Na URSS, diz Amazonas, “a marcha do desenvolvimento da sociedade, em todos os campos, parecia depender principalmente da vontade dos homens, dos dirigentes, sem considerar que esse desenvolvimento tem raízes objetivas, envolve estágios determinados”.

Desse modo, a direção do PCUS cai na ilusão, conforme declarado em 1939, no texto do 18º Congresso, de que já se alcançara o socialismo pleno. Tratava-se, então, dali para diante, de se empreender a passagem gradual do socialismo ao comunismo.

Como dito acima, a partir da década de 1970, as forças produtivas não se desenvolvem a contento. Não se conseguiu passar da fase de crescimento econômico extensivo (expansão baseada em novas unidades de produção, com uma mesma base tecnológica) para a fase de crescimento intensivo (incorporação de novas tecnologias, mais inovação e força trabalho ascendentemente mais qualificada e emulada).

Embora, em certa medida, no decorrer dos anos da década de 1960, a liderança soviética tenha tomado consciência de que se esgotara o modelo ultracentralizado, de crescimento extensivo, ela não foi capaz de “engatar” aquela gigante economia a uma etapa que a revolucionasse, aportando à indústria avanços científicos e tecnológicos, reestruturando o processo produtivo.

O dinamismo tecnológico se restringiu, em poucos ramos, notadamente da indústria bélica e da aeroespacial. Enquanto isso, o capitalismo ganha

impulso com uma nova revolução técnico-científica aumentando contraste entre os dois sistemas, com vantagem para o capitalismo. Com a queda do crescimento econômico, em qualidade e quantidade, a vida do povo deixa de se elevar e a confiança no socialismo é afetada.

Este fenômeno de tendência à estagnação econômica na URSS, a partir dos anos 1970, suscita uma questão crucial na construção do socialismo, à qual Luis Fernandes denominou de “dilema da produtividade”, da inovação.

Como garantir o permanente desenvolvimento das forças produtivas, com a inovação tecnológica e elevação da produtividade do capital, do trabalho, da economia como um todo?

Convém sublinhar que, mesmo depois do triunfo da revolução; mesmo com o poder político sob controle de forças revolucionárias; mesmo depois de mudanças na base material e nas relações sociais de produção, isso não resulta em mudança automática na consciência social. Os valores e concepções do capitalismo continuaram a perdurar por longo tempo, dificultando e freando os avanços da construção econômica em bases socialistas.

Na URSS, o fator político de defesa da pátria ameaçada pelo cerco imperialista, e a defesa das conquistas da revolução se constituíram impulsores relevantes. Contudo, ficou demonstrado que não basta motivação política e ideológica, é preciso um fator material, econômico. Ficou também evidente que um sistema de produção, rigidamente comandado por um minucioso planejamento central, tolhe o dinamismo da economia e é refratário à inovação.

A semiparalisia a que chegou a economia soviética se relaciona e interage – com as deformações que corroeram o Estado soviético – com o rígido sistema político-institucional que conteve a expansão e o florescimento da democracia socialista. O Estado agigantou-se com numerosa burocracia e se tornou impermeável ao controle social. O Partido se fundiu com ele, além de exercer uma tutela sobre todas as organizações de representação dos trabalhadores e do povo, inclusive, sobre os soviets.

Neste ângulo também comparece o desprezo pelas etapas e a alteração qualitativa das circunstâncias.

A URSS, pós-Segunda Grande Guerra, já se tornara uma grande potência, já dispunha do tão almejado campo socialista, portanto, mais apta a enfrentar o cerco imperialista e outras adversidades, mas o Estado seguiu centralizador e onipresente, refratário à participação crítica e criativa das massas.

Embora tenha sido aprovada em 1936 uma Constituição democrática, que estabeleceu o sufrágio universal pleno entre outros dispositivos avançados, na prática a democracia socialista padecia de frequentes medidas

de exceção que feriam a legalidade socialista. Isto deu margem para grassar repressões e violências insanas e, conseqüentemente, instaurar o medo entre as massas.

Como pretexto de o Estado exercer uma das funções que lhe compete – a defesa da revolução –, se espalhou uma repressão cujo alvo, por vezes, foi o próprio coletivo partidário, tal como ocorreu na segunda metade dos anos 1930. Tal ação foi uma pá de cal na participação crítica e criadora das massas e fator de inibição da inteligência e da vigilância do coletivo militante.

Esse ambiente trouxe, também, conseqüências negativas para o avanço das ciências, o florescimento da cultura e da arte e, também, do marxismo. A ausência de liberdade e a ingerência tosca e indevida do Estado nos dilemas da ciência passaram a frear seu avanço na URSS. De igual modo, as artes – que tiveram sua força criativa presente na fase primeira da revolução – têm esse dinamismo freado.

O realismo socialista, como outras correntes estéticas da história universal das artes, produziu belas e fecundas obras. O erro crasso foi sua “entronização”, sua referência obrigatória.

O marxismo-leninismo, elevado à condição de doutrina oficial do Estado, estancou sua evolução vitimado pelo dogmatismo. Quando as diferenças e divergências de opinião se tornam delitos, não há teoria alguma que possa prosperar.

Por isto, o 8º Congresso do PCdoB, 1992, asseverou: “Não se pode desenvolver a sociedade, na fase de transição, sem o uso da democracia e da liberdade. Democracia socialista para incorporar grandes massas na atividade estatal, liberdade para combater a burocracia, os defeitos emergentes, a rotina conservadora”.

A degeneração do PCUS

O Partido Comunista da União Soviética (PCUS), força dirigente da gloriosa saga soviética, por seus feitos e realizações, gozava de imenso prestígio na URSS e no mundo. Seus quadros, por sua dedicação e competência, eram admirados mesmo no mundo capitalista. Todavia, saiu ferido de morte dessa fusão Partido-Estado, uma vez que Estado e Partido são categorias distintas, com funções definidas.

Com a teoria marxista estagnada, o PCUS gradativamente deixa de contar com um dos principais instrumentos que possibilitavam-lhe resolver os dilemas e problemas da dinâmica da construção do socialismo.

De vanguarda capaz de engajar milhões no processo revolucionário – e, posteriormente, na construção da nova sociedade, de liderar a defesa da

pátria tanto nos seus primórdios quanto na Guerra Patriótica – passou a ser fator de exclusão das massas nesta dinâmica.

Os quadros, exemplos de abnegação e competência, respeitados pelo povo por dedicação ilimitada, à medida que o PCUS se degenera, perdem perspectiva e valores revolucionários, recebem a repulsa das massas. Em vez de serem vistos como homens e mulheres dispostos a sacrifícios pela causa do povo, tornam-se símbolos de uma casta ímproba e privilegiada.

Dois episódios emblemáticos retratam a ascendente desqualificação do PCUS enquanto força revolucionária.

Em 1956, no seu XX Congresso, liderado por Kruschev, à guisa de um acerto de contas com o período Stálin – cujo papel, aliás, foi analisado com fecunda crítica pelo 8º Congresso do PCdoB –, excomunga o passado, enxovalha a trajetória soviética e é incapaz de adotar medidas que impulsionem o socialismo a uma nova etapa. Tal atitude provocou uma fratura política, ideológica e moral no seio da sociedade soviética e do movimento comunista e foi estéril quanto às lições e às perspectivas, como bem destacou João Quartim de Moraes.

Embora os erros e insuficiências já estivessem presentes no período anterior à sua realização, o XX Congresso representa uma ruptura ideológica no âmbito do PCUS, fato que, progressivamente, irá atuar negativamente para a edificação do socialismo.

O segundo episódio deu-se no final dos anos 1980. De vanguarda que liderou a transição do capitalismo ao socialismo – no auge de sua degeneração, à época da denominada Perestroica – transforma-se no seu oposto: o partido é que lidera a transição do que restara do socialismo ao capitalismo. De tal modo, o Estado e o debilitado sistema político soviético caem, em 1991, por ação coordenada pela própria cúpula do PCUS.

Outro elemento que elevou as contradições no campo socialista e atuou para o fracasso da transição em vários países foi a imposição por parte da URSS de um modelo “científico”, único de construção do socialismo, que passou a ser exportado independentemente das distintas realidades políticas, econômicas e sociais dos países. Com base nesse modelo “ideal” de socialismo, havia uma espécie de receita universal para o trânsito ao socialismo. Dessa maneira, qualquer abordagem mais nacional do processo poderia ser considerada “desvio” ou traição.

No âmbito das relações entre os países socialistas, há que se destacar, nos anos 1960 e 1970, a cisão ocorrida. Tais conflitos chegaram ao extremo de provocar conflitos bélicos entre eles. Exemplos disso são os conflitos sino-soviético e sino-vietnamita. O imperialismo explorou habilmente tais contradições, açulando as rivalidades entre os países socialistas.

No Oriente e na América Latina o socialismo resiste

A revolução socialista não prosperou na Europa, mas se expandiu na Ásia, e também nas Américas, através de Cuba, conforme já exposto. Embora descendentes do mesmo tronco, o marxismo-leninismo, e da mesma fonte inspiradora e apoiadora, a URSS, há singularidades nos processos revolucionários dos países que persistiram na construção do socialismo, depois do fim do campo socialista liderado pela URSS.

Todavia, se destaca a seguinte convergência: triunfaram e se legitimaram perante seus povos tendo a causa nacional, a luta pela soberania de seus países, como questão central, vinculando-a com a construção do socialismo. Por exemplo, China, Vietnã, Cuba tiveram capacidade de saber – apesar das dificuldades objetivas e dos erros cometidos, dos “zigzagues” e vicissitudes de cada um dos processos –, ao modo de cada um, resistir, persistir e renovar-se.

Quando o campo soviético dava sinais de esgotamento nos anos 1970, e óbices crescem no âmbito desses países, a China, em 1978, sob a liderança de Deng Xiaoping, busca revigorar a construção do socialismo com a política de “reforma e abertura”. Em dinâmicas e conteúdos distintos, renovações também passaram a ocorrer, logo a seguir no Vietnã e, mais recentemente, em Cuba.

Ao emergir a grande onda anticomunista no triênio em 1989-1991, e as dificuldades objetivas crescem com hegemonia unilateral do imperialismo estadunidense, estes países encontraram força e convicções para manterem o poder e as instituições políticas originárias de seus processos revolucionários.

Esta resistência e a crescente luta dos trabalhadores e dos povos tiveram papel relevante tanto para a elaboração da teoria revolucionária quanto para o surgimento de uma nova luta pelo socialismo.

A contribuição desses países se destaca pela capacidade de incorporarem reformas, correções e inovações a partir de uma reflexão crítica e autocrítica na esfera tanto política quanto econômica.

Resgata-se na prática a concepção de um processo de transição do capitalismo ao socialismo segundo a realidade de cada um deles. Tem-se procurado desenvolver as forças produtivas, com base tanto na economia planejada com suas empresas e empreendimentos estatais quanto alavancadas por um setor capitalista, misto e formas de capitalismo de Estado. Na esfera política, busca-se um aprimoramento da democracia socialista, com participação crescente dos trabalhadores na vida política e respeito à legalidade socialista.

São experiências avessas a modelos. Galvanizam o marxismo com o saber nacional e, apesar da indefinição e dos riscos inerentes a todo processo de transição, trilham caminhos originais e alimentam por força de seus êxitos a luta transformadora em nosso tempo.



Destacam-se, também, a luta anti-imperialista, contra a guerra, e a defesa da paz empreendida pelos povos, e as jornadas dos trabalhadores contra a forte investida dos capitalistas que lançam sobre os ombros do povo os ônus da corrente crise capitalista.

Na América Latina, em particular na América do Sul, da luta de resistência ao fracassado modelo neoliberal brotaram a partir do final do século passado, e início deste, governos democráticos, patrióticos e populares resultantes de um caminho singular: luta social, luta política forjando frentes partidárias que, pela via eleitoral, conquistaram governos centrais de vários países.

Estes governos enfrentam no presente forte contraofensiva do imperialismo e das classes dominantes de seus países, com derrotas significativas já ocorridas na Argentina (2015) e Brasil (2016) e pesadas dificuldades na Venezuela, o que não apaga seu legado e importância para a luta que segue na região.

Ao final da segunda década do século XXI, o capitalismo – mergulhado na sua maior crise desde 1929 – revela com agudeza seus limites históricos. As conquistas dos países que sustentam a perspectiva socialista, as jornadas dos trabalhadores e dos povos para desenvolver soberanamente seus países, assegurando melhores condições de vida ao povo, são fatores importantes que descortinam reais e férteis possibilidades de avanço da luta pelo socialismo neste século.

Ensinamentos significativos

O ciclo inaugural do socialismo representado pela URSS e pelo campo de países por ela liderados representa a “infância” da existência histórica do socialismo. Da experiência do século XX e da nova luta pelo socialismo que emerge no século XXI, se destacam as seguintes lições ao projeto revolucionário.

a – Não há modelo único nem de socialismo e nem de revolução. A concepção de um modelo único de socialismo revelou-se errada e anticientífica. A construção do socialismo rege-se pela singularidade de cada país. Sua dinâmica de edificação deriva da realidade política, econômica, social, cultural, histórica de cada nação. Corresponde ao seu nível de acumulação de forças e ao seu tipo de inserção na economia e geopolítica mundial. A construção da nova sociedade requer o poder nas mãos de um bloco de forças políticas comprometidas com o projeto socialista e em progressividade com a socialização dos meios de produção.

b – Não há passagem direta do capitalismo ao socialismo. Sua edificação passa por um período de transição, com etapas e fases realizadas com maior ou menor velocidade segundo a realidade de cada país e a correlação de forças no plano mundial. É um período histórico objetivamente determinado, com suas leis e etapas, no qual em decorrência da luta de classes se trava a luta entre a velha e nova sociedade e, de antemão, não se pode dizer quem vence quem.

c – A democracia socialista é uma das bases sobre a qual devem se erguer o Estado e o sistema político capazes de mediar e defender a construção da nova sociedade. A legalidade socialista garantida por um Estado de Direito regido por um ordenamento jurídico é uma necessidade imperativa à vida política e social do país. É imprescindível a participação crítica e criadora das massas. Esta visão se torna ainda mais importante ao ser revelada, pela prática histórica, a concepção teórica do “definhamento” no Estado como um processo complexo e prolongado, devido tanto ao cerco imperialista quanto aos adversários internos da edificação.

d – O desenvolvimento das forças produtivas e a passagem de etapas e fases na construção econômica – nas quais se busca permanente avanço do desenvolvimento, com base em crescente inovação tecnológica e elevação da produtividade – são condições indispensáveis ao êxito da transição. As experiências que associam o planejamento do Estado com as relações de mercado, que adotaram uma base econômica múltipla com uma parte socialista predominante e que compete com outra privada e mista, constituem-se em tentativas de implementar mecanismos que impulsionem a produtividade, a inovação tecnológica e o dinamismo do desenvolvimento.

e – A expansão neocolonial do imperialismo reforça a questão nacional como questão-chave tanto à conquista do poder quanto à edificação do socialismo. A correta relação entre as bandeiras nacional, social e democrática que fazem parte de uma mesma realidade é fator de vitória ou derrota tanto da revolução quanto da transição, da construção do socialismo. As eventuais contradições entre elas devem ser resolvidas, conforme cada circunstância histórica, no sentido do interesse e da perspectiva do que é determinante para o êxito da revolução e da transição. As tensões e diferenças existentes no âmbito da Nação decorrentes do processo histórico devem ser solucionadas sempre com o objetivo de fortalecer a unidade nacional. A Nação não se preserva e nem se realiza em plenitude sem o socialismo, e o socialismo não triunfa sem absorver a causa da soberania e da afirmação nacional. Numa palavra: impõe-se enraizar o projeto socialista no solo nacional.

f – Tarefa estratégica da atualidade é desenvolver e enriquecer a teoria revolucionária, uma vez que o dogmatismo travou sua evolução. O PCdoB



procura contribuir com este trabalho de importância estratégica, empreendendo um intercâmbio com o pensamento marxista e progressista, e buscando realizar interpretações marxistas das singularidades do capitalismo contemporâneo. Persegue, também, um domínio ascendente da realidade brasileira visando a desvendar os caminhos de sua transformação. A teoria revolucionária avança à medida que enfrenta os novos e principais fenômenos da contemporaneidade.

g – Os partidos comunistas são decisivos ao êxito da transição, estando, entretanto, sujeitos a processos de descaracterização e degeneração. A construção de partidos comunistas com hegemonia política nacional, vínculos com os trabalhadores, liderança política entre o povo, é um desafio a ser vencido no século XXI.

|| **ADALBERTO MONTEIRO** é jornalista e poeta. Membro do Comitê Central do PCdoB. Editor da revista *Princípios* e secretário-geral da Fundação Maurício Grabois.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA UTILIZADA

AMAZONAS, João. *Os desafios do socialismo no século XXI*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

FERNANDES, Luis. *URSS: ascensão e queda*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1992.

_____. *O Enigma do Socialismo Real*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOSURDO, Domenico. *Fuga da História?* Rio de Janeiro: Revan, 2004.

_____. *Stálin, História crítica de uma lenda negra*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

PCdoB. *O Socialismo vive – documentos e resoluções do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil, PCdoB*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1992.

RABELO, Renato. *Ideias e Rumos*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

VÁRIOS autores. *Capitalismo Contemporâneo e a Nova Luta pelo Socialismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2008.

OUTUBRO 1917: O MAIS GRANDIOSO DESVIO

João Quartim de Moraes

A revolução socialista de outubro de 1917 confirmou a tese marxista de que a classe operária é a principal força revolucionária de nossa época. Mas não a comprovou de modo conceitualmente “puro”. Os bolchevistas triunfaram na Rússia porque garantiram aos camponeses a paz e a terra, livrando-os da hecatombe nas trincheiras da “Grande Guerra” e da exploração dos grandes agrários. Assim, a formação do primeiro Estado operário durável simultaneamente confirmou e retificou as perspectivas de uma revolução proletária internacional.

Tomando o termo “ortodoxia” no sentido etimológico (opinião correta), sem a conotação pejorativa que recebeu na linguagem corrente (dogma), vemos mais de perto como se combinaram na Rússia revolucionária a confirmação e a retificação do programa ortodoxo exposto em 1848 no *Manifesto do Partido Comunista*. Marx e Engels nele apresentaram a primeira formulação da hipótese histórico-materialista sobre o fundamento da evolução social: quando as relações de produção deixam de se adequar ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, entrando em contradição com elas, instaura-se uma época de revolução social. Foi relativamente a esta ortodoxia que Luigi Cortese bem notou que “até 1914 a lógica da transição ao socialismo estava contida na própria lógica do desenvolvimento capitalista, a qual, em certo sentido, a garantia e a revolução socialista irromperia da plenitude deste desenvolvimento” (1).

Uma época considerada em sua totalidade histórica é um processo de longa duração. No prefácio de *Para a crítica da economia política* (1859), Marx distingue: (a) o sentido amplo do termo, que remete às quatro grandes épocas progressivas do desenvolvimento econômico das sociedades humanas, terminadas pelos quatro modos fundamentais de produção (“asiático, antigo, feudal e burguês moderno”), cuja sucessão constitui o principal fio condutor da evolução histórica da humanidade e (b) o sentido restrito, que designa a fase revolucionária de uma época que deixou de ser progressiva porque suas forças produtivas atingiram um estágio de desenvolvimento que as



pôs em contradição com as relações de produção socialmente predominantes. As contradições dos modos de produção não eclodem num vácuo, elas estão sempre arraigadas na trama espessa das condições sociais concretas. Algumas dessas condições (fome, epidemias, guerras, fanatismo religioso, opressão nacional) podem acirrar as lutas de classe mesmo quando o desenvolvimento das forças produtivas não está sendo entravado pelas relações de produção. Muitas das inumeráveis rebeliões populares que atravessaram a história da humanidade ocorreram em períodos de expansão econômica. Outras, entre as quais a Comuna de Paris (primeira, grande, mas efêmera revolução proletária), foram diretamente suscitadas pelos desastres da guerra.

As circunstâncias históricas não afetam a lógica imanente do modo capitalista de produção. Mas afetam sua *concretização* em cada situação concreta. A perspectiva do comunismo estava inscrita na lógica mundial do capital: quanto mais ele se expandisse, maior se tornaria a probabilidade de uma revolução proletária vitoriosa, cujo conteúdo consistiria na supressão das relações de produção que se tornaram um entrave à produção da riqueza social. Essa tendência objetiva foi entretanto contrariada e bloqueada pela competição entre as potências imperialistas em busca do controle das riquezas coloniais. Distribuindo a uma “aristocracia operária” pequena parcela dos ganhos proporcionados pela pilhagem sistemática do planeta, a burguesia de cada uma dessas potências enfraqueceu a luta de classe dos trabalhadores.

A influência burguesa sobre o movimento operário inglês foi assinalada por Marx e Engels, mas foi Lênin que a colocou no centro da luta ideológica, criticando em *Que fazer?* o espontaneísmo e o economismo. Estes desvios tinham uma base objetiva, já apontada por Engels: o quase monopólio exercido pela Inglaterra sobre o comércio internacional de produtos industriais permitiu “aburguesar” camadas operárias que recebiam salários acima do mínimo. Mas na passagem do século XIX para o XX, a contestação dos monopólios britânicos pela competição interimperialista, de um lado, e o avanço social e político do movimento operário na Europa continental, de outro, permitiram esperar que a luta de massas abrisse caminho para o socialismo. Desta expectativa partilhavam os dirigentes e militantes dos principais partidos da II Internacional, inclusive Lênin. No meio do caminho estava, porém, o espectro da guerra.

Paz e Guerra

Em 1895, ano de sua morte, Engels analisou, em sua Introdução a *As lutas de classe na França 1848-1850*, a tática do movimento operário à luz de meio século de combates, de Paris em 1848 e 1871 a Berlim em 1895, notando que, longe de enterrar definitivamente o proletariado combativo, como alguns ti-

nham acreditado, a Comuna de Paris tinha marcado o ponto de partida de seu mais formidável desenvolvimento. Na Alemanha, notadamente, a social-democracia enfrentara vitoriosamente a legislação repressiva adotada pelo chanceler Bismarck e se tornava uma grande força política. Embora combatendo as tendências oportunistas que erigiam a via eleitoral em princípio, ele pondera que “o novo urbanismo dos grandes ‘boulevards’ tinha também contribuído para tornar bem mais difíceis os combates de rua” e que “seria insensato o revolucionário que escolhesse os novos distritos operários do norte e do este de Berlim para um combate de barricadas” (2).

Em 1871, a derrocada da França na guerra com a Alemanha tinha instaurado uma situação caótica à qual o proletariado parisiense respondeu pela insurreição. Situações como esta não se criam artificialmente. Mesmo porque o caos favoreceu o levante, mas em condições que também favoreceram a contraofensiva reacionária que esmagou a Comuna. Em 1895, o combate da classe operária devia avançar por todas as formas da luta de massas, inclusive as eleitorais, sem contudo renunciar, no plano dos princípios, à violência e à insurreição em situações excepcionais, notadamente aquelas criadas pelas convulsões bélicas. Mas tais situações, nota Engels, são improváveis, porque:

“A completa transformação de todas as condições da guerra pelo recrutamento de toda a população apta a empunhar as armas em exércitos cujos efetivos se contam por milhões, as armas de fogo, os obuses e os explosivos de efeito desconhecido até então [...] puseram bruscamente fim ao período das guerras bonapartistas e asseguraram o desenvolvimento industrial pacífico, tornando impossível qualquer guerra que não seja uma guerra mundial de inédita crueldade e cujo desfecho seria absolutamente incalculável” (3).

A estupenda compreensão histórica de Engels permitiu-lhe vislumbrar, dezenove anos antes do desencadeamento da grande carnificina liberal-imperialista, a dimensão mundial e a “inédita crueldade” que assumiria “uma guerra mundial”. (Que diria de Hiroshima e de Nagasaki?). Mas, no horizonte histórico do final do século XIX, parecia razoável supor que o poder destrutivo das novas armas exerceria efeito dissuasivo sobre os meios militaristas das potências europeias, exorcizando o horrível espectro do triunfo universal da morte e tornando plausível a hipótese de um “desenvolvimento industrial pacífico”. Esse efeito dissuasivo afetaria também o recurso à insurreição por parte das massas proletárias. “Outrora, havia as relativamente pouco eficazes balas e obuses da artilharia; atualmente há os obuses de percussão dos quais basta um só para estraçalhar a melhor barricada” (4).



Em 1912, a socialdemocracia alemã obteve notável vitória eleitoral, tornando-se, com 34,8% dos votos e 397 deputados, o maior partido do Reichstag. Paralelamente, porém, a disputa pela supremacia exacerbava as contradições entre as grandes potências imperialistas, fazendo pairar no horizonte o espectro de uma guerra de grandes proporções. As correntes mais avançadas do movimento operário compreenderam a gravidade da ameaça e mobilizaram-se contra a escalada belicista. Em 24 e 25 de novembro de 1912, reunidos num congresso extraordinário em Basileia, os partidos da II Internacional adotaram, num clima carregado de entusiasmo, mas também de apreensão, um manifesto em que assumiam o compromisso solene de lutar contra a guerra. Nesse manifesto foi incluída uma resolução que Lênin apresentara em 1907 ao Congresso anterior da Internacional em Stuttgart, de que caso fosse desencadeada a guerra imperialista, os partidos socialistas deveriam fazer da situação caótica que ela criaria o fermento da revolução socialista.

Alguns dirigentes da II Internacional honraram este compromisso. O francês Jean Jaurès, que ao lado da alemã Clara Zetkin foi o orador principal em Basileia, pôs-se à frente da luta para barrar o avanço do belicismo, que em nome da defesa da pátria exacerbava o ódio entre os povos. Ele foi assassinado por um extremista de direita na tarde de 31 de julho de 1914, quando a guerra explodia. Na Alemanha, além de Zetkin, destacaram-se nessa luta Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e Wilhelm Pieck. Majoritariamente, porém, as seções nacionais contaminaram-se pelo nacionalismo retrógrado difundido pelas classes dominantes. Ao rufar dos tambores da guerra, elas renegaram os solenes compromissos assumidos perante a Internacional. A socialdemocracia alemã saiu na frente, votando imediatamente no Reichstag a favor do orçamento de guerra do Kaiser. Na França, o comportamento mais lamentável foi o de Jules Guesde, ao lado de Jaurès o maior nome do socialismo francês. Ele não somente aderiu à “Union sacrée” (bloco bélico de todos os partidos para enfrentar a Alemanha), mas foi ministro do governo de guerra de 1914 a 1916 (5). Apesar de carregar o epíteto de renegado, Kautsky não foi tão longe na trilha do social-patriotismo.

A cisão entre a maioria social-patriota e a minoria socialista revolucionária introduziu no movimento operário europeu uma amarga e duradoura ruptura. Mas a capitulação socialdemocrata não explica tudo. O fato de que a massa dos trabalhadores, submetida a um rígido enquadramento militar, tenha se deixado empurrar para os enormes matadouros do front mostra antes de mais nada o brutal poderio da máquina do Estado. As deserções eram punidas com penas severíssimas, frequentemente com fuzilamento. A carnificina foi pavorosa: morreram na grande guerra de 1914-1918, segundo

os dados oficiais, 9.720.453 combatentes e 8.871.248 civis. A ilusão de que a guerra seria rápida contribuiu, ao lado dos ódios nacionais, para reduzir a resistência à lógica perversa da morte.

Heterodoxia

Os marxistas russos organizados no partido bolchevista foram, ao lado dos partidos da Sérvia e da Bulgária, os únicos a condenar a guerra. No artigo *O oportunismo e a falência da II internacional* (6), publicado em janeiro de 1916, Lênin expôs exaustivamente o significado e as consequências da traição socialdemocrata aos compromissos solenemente assumidos em Stuttgart e em Basileia. Constatando ser evidente a traição ao socialismo “por parte daqueles que votaram pelos créditos de guerra, entraram para os ministérios e advogaram a ideia da defesa da pátria em 1914-1915”, ele sustenta que para explicar a crise do movimento socialista era necessário examinar seu significado econômico, as ideias que sustentaram esta política e sua ligação com a história das tendências no socialismo:

“A burguesia de todas as grandes potências trava a guerra com o fim de partilhar e explorar o mundo, com o fim de oprimir os povos. Um pequeno círculo da burocracia operária, da aristocracia operária e de companheiros de jornada pequeno-burgueses pode receber algumas migalhas dos grandes lucros da burguesia. A causa de classe profunda do social-chauvinismo e do oportunismo é a mesma: a aliança de uma pequena camada de operários privilegiados com a ‘sua’ burguesia nacional contra as massas da classe operária”.

A tomada do poder pelos soviets lançou um forte raio de luz através dessa colossal hecatombe. Associando a palavra de ordem insurrecional “Todo poder aos soviets” às duas grandes aspirações da massa camponesa do povo russo, a paz e a terra, a Rússia revolucionária promoveu um cessar fogo geral na frente leste da Europa e o confisco das propriedades feudais. Decisiva para o triunfo da revolução (e não apenas na Rússia, já que, vale lembrar, os soldados que esmagaram a Comuna de Paris eram de extração camponesa), a aliança da classe operária com o imenso campesinato russo, construída no programa e na ação pela lúcida e audaciosa política dos bolchevistas, configurou uma modificação heterodoxa em relação ao *Manifesto do Partido Comunista*, no qual o camponês (*der Bauer*) é apresentado, com os outros estamentos médios (*Mittelstände*), como “conservadores, mais ainda, reacionários, já que tentam virar para trás a roda da História” (7).

Esta não foi, porém, a última palavra de Marx sobre os camponeses. Em novembro de 1877, na resposta a Mikhailovsky (8), Marx foi mais longe, declarando com ênfase que a dissolução das aldeias camponesas nos países onde o capital havia penetrado em profundidade nas zonas rurais, não era inelutável em toda parte. Consequente com este esclarecimento, na carta de 8 de março de 1881 a Vera Zasulich, após ter lembrado que em *O Capital* a “fatalidade histórica” da “expropriação dos cultivadores” foi “expressamente restringida aos países da Europa ocidental”, Marx concordou com a tese de que a comuna rural “é o ponto de apoio da regeneração social na Rússia” (9).

Lênin consagrou a este debate alguns de seus primeiros escritos importantes, nomeadamente *A que herança renunciamos?*, de 1897 e *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de 1899. Nos dois, ele procurou mostrar, contra o socialismo agrarista dos populistas, que o avanço das relações capitalistas nas zonas rurais era inexorável. Teria defendido a ortodoxia marxista mais do que o próprio Marx, que em sua referida correspondência com Vera Zasulich relativizara esta tese? A ironia é só aparente. Naquele momento era indispensável pôr em evidência a transformação capitalista dos centros dinâmicos da economia russa e consequentemente o papel decisivo a ser assumido pela classe operária na luta contra o regime czarista. Mas o rigor materialista de sua análise objetiva dos processos sociais completava-se pela audácia dialética da formulação do programa revolucionário. Embora salientando em *Que fazer?* (1902), o caráter burguês da revolução vindoura, ele atribuiu à classe operária posição de vanguarda na luta pela democracia (10), rompendo com a determinação mecânica do papel político de uma classe por sua posição na base econômica da sociedade.

Foi esta compreensão dialética que lhe permitiu antecipar os desdobramentos da explosiva situação instaurada em fevereiro de 1917 pela derrubada do Czar. Em 7 de abril de 1917, ele publicou no jornal *Pravda* “As tarefas do proletariado na presente revolução” (ou *Teses de Abril* como este texto ficou conhecido mais tarde), em que tirou as consequências de sua constatação fundamental: “O que há de original na situação atual é a *transição* da primeira etapa da revolução, que deu o poder à burguesia [...] a sua *segunda* etapa, que deve dar o poder ao proletariado e às camadas pobres do campesinato”. (11).

Três palavras de ordem sintetizaram os objetivos desta segunda etapa: “Todo poder aos soviets”, “paz” e “terra”. Embora tenha constituído uma inovação bolchevista, a aliança operário-camponesa que assegurou a vitória da Revolução de Outubro inscreveu-se na sequência do longo debate sobre o papel dos camponeses na luta por uma nova sociedade.

Enquanto perdurou a mobilização revolucionária do proletariado europeu, brutalmente atingido pelos efeitos destrutivos da guerra, mas aguerrido

pelo entusiasmo suscitado pela Revolução de Outubro, os dirigentes da Rússia soviética e os marxistas revolucionários do mundo todo viram na heterodoxia bolchevista um desvio provisório de rota relativamente ao curso da revolução proletária previsto no *Manifesto*. Continuaram confiantes em que, rompido o *elo mais fraco* do capitalismo, a classe operária logo conquistaria o poder nos países economicamente mais avançados: o grande rio da história voltaria a seu curso normal. Tanto assim que Lênin, em geral comedido e sóbrio em suas previsões, concluiu o discurso de encerramento do Congresso de fundação da Internacional Comunista, em 6 de março de 1919, com a solene declaração de que estava próxima a hora da fundação da República Mundial dos Sovietes. A previsão pode, “ex post”, parecer excessivamente otimista. Em 1919, entretanto, era forte a possibilidade objetiva de fazer “o mundo mudar de base”. Os dirigentes do movimento comunista internacional tiveram, pois, razão de considerar Outubro 1917 o prelúdio da vitória dos operários na Europa central e ocidental. No mesmo momento, porém, em que morria o fundador do bolchevismo, a vaga revolucionária que abalara a Europa de 1918 a 1924 acabava de se quebrar de encontro às muralhas da reação.

Da Rússia à China

Entrementes, gestava-se na imensa China, agredida, ultrajada e saqueada ao longo do século XIX pelos traficantes de ópio da City londrina e por seus parceiros franceses, uma dinâmica revolucionária comparável por sua profundidade à da Rússia. Em dezembro de 1911, após uma década e meia de revoltas sucessivas, cujo principal inspirador foi Sun Yat-sen, a República foi proclamada em Nanking. Mas o general Yuan Shikai, chefe do exército imperial, anunciou que convenceria o imperador Puyi a abdicar desde que lhe fosse conferida a presidência. A desproporção entre as forças do general e as de que os republicanos de Nanking dispunham levou-os a aceitar a proposta.

No artigo *A luta dos partidos na China*, publicado no *Pravda* de 3 de maio de 1913, mostrando estar bem informado em Cracóvia, onde se instalara, sobre os acontecimentos na China, Lênin sintetizou bem a situação:

“Hoje, quando triunfou a democracia revolucionária, ele (Yuan Shikai) se proclama republicano. Ele se prepara para amanhã se pôr à frente de um Estado novamente monárquico, portanto a trair a república. O partido de Sun Yat-sen se apoia sobre o *sul* da China, isto é, sobre a região a mais evoluída, onde a indústria e o comércio são os mais desenvolvidos [...]. Os partidos que defendem Yuan



Shikai apoiam-se sobre o *norte* atrasado do país. No momento, Yuan Shikai saiu vencedor das primeiras escaramuças [...]” (12).

Desde que assumira a presidência interina em Pequim, Yuan Shikai tinha recebido importante auxílio monetário por parte de um consórcio dos mais poderosos bancos da Inglaterra, França, Alemanha e EUA, preocupados em “fortalecer o poder do governo de fato da China contra as forças que se opõem à lei e à ordem” (13). O dinheiro adiantado pelos banqueiros permitiu adquirir as armas e os equipamentos bélicos com os quais Yuan Shikai abria caminho para a ditadura. Mas os banqueiros tinham apenas feito um adiantamento de emergência. Em 15 de maio de 1912, eles propuseram uma “reorganização” dos empréstimos, na base de juros usurários e de condições humilhantes para o governo chinês: o consórcio controlaria a utilização dos empréstimos, cujo pagamento seria garantido pelo imposto sobre o sal; a desmobilização dos exércitos do centro e do sul (onde era forte a influência dos revolucionários) seria supervisionada por oficiais das potências imperialistas; o governo se absteria de solicitar outros empréstimos antes que fosse concluída a “reorganização”.

A divulgação das exigências do consórcio revoltou amplas camadas do povo chinês, levando Yuan Shikai a postergar sua aprovação até que a situação se tornasse mais propícia para uma solução de força. O acordo que ele estabelecera com Sun Yat-sen e os revolucionários de Nanking era precário; não passou de uma trégua entre duas guerras civis, mas permitiu realizar eleições legislativas no final de 1912 e início de 1913. O *Kuomintang*, partido nacional popular fundado por Sun Yat-sen, Huang Xing e Song Jiaoren, os principais dirigentes dos levantes pela República, obteve largo triunfo: 269 cadeiras na Assembleia Nacional num total de 596 e 123 no Senado, num total de 274. Mas Yuan Shikai já havia decidido compensar sua inferioridade nas urnas com a superioridade de fogo de suas tropas. Começou por um assassinato seletivo: Song Jiaoren, que vinha desenvolvendo corajosa campanha através da China para fazer respeitar o resultado das eleições, caiu sob as balas de um pistoleiro em 20 de março de 1913 na estação ferroviária de Shanghai. A iniciativa do atentado provinha sem dúvida da mais alta instância do poder executivo, mas a investigação do crime terminou com o “desaparecimento” do matador e de seus cúmplices mais próximos.

Sun Yat-sen foi favorável a responder ao assassinato pela luta armada; Huang Xing e outros dirigentes do *Kuomintang* acharam a iniciativa precipitada. Iludiam-se: Yuan Shikai já estava tomando medidas para impor a ditadura, notadamente a neutralização dos exércitos do centro e do sul. Ademais, em 27 de abril, sentindo-se forte o bastante para não mais postergar o “negócio

da China” proposto pelos bancos das potências imperialistas, ele tomou unilateralmente, contra a vontade das duas casas do Parlamento, a iniciativa de autorizar por decreto um grande empréstimo de 25 milhões de libras esterlinas, em condições semelhantes às apresentadas no ano anterior. A principal diferença é que o presidente Wilson – insatisfeito por não ter obtido para os representantes dos EUA posição decisória no consórcio financeiro, ao qual haviam aderido a Rússia czarista e o Japão – dele se retirou. Comentando essa pirataria financeira, Lênin denunciou a submissão do governo chinês “à burguesia a mais reacionária e a mais rapinante da Europa, [...] pronta a esmagar a liberdade de qualquer povo quando se trata de obter lucros” (14).

Em julho de 1913, o *Kuomintang* levantou-se de armas na mão contra o usurpador. A guerra foi curta: no início de setembro, com o apoio de tropas britânicas e alemãs e dos chamados “senhores da guerra” feudais, o exército de Pequim tomou os últimos baluartes republicanos. Dono do poder, Yuan Shikai pôs o *Kuomintang* fora da lei, cassando 438 mandatos nas duas câmaras. Em 1915, ele se fez proclamar imperador, mas desfrutou por pouco tempo do título. Morreu em 1916. A república foi oficialmente restabelecida por seus herdeiros políticos, nomeadamente o general Duan Qirui, comandante do exército de Pequim, que assumiu o cargo de primeiro-ministro, ladeado pelo presidente Li Yuanhong e pelo vice Feng Guozhang. Ao assumir o cargo, deixando clara a natureza militar de sua autoridade, Duan Qirui declarou, na trilha de seu predecessor, não reconhecer a Constituição republicana de 1912. De fato, a desagregação política do Estado chinês permitia não somente a ele, mas também aos demais “senhores da guerra”, exercer o poder nas regiões em que detinham o mando da força armada.

A eclosão da guerra mundial de 1914-1918 deixou o Japão de mãos livres para impor a Yuan Shikai, e depois a Duong Qirui, exigências colonialistas acintosas, às quais eles acabaram se submetendo. A vitória das potências liberal-imperialistas sobre os “impérios centrais” (o Reich alemão e o Império austro-húngaro) não contribuiu em nada para aliviar as pressões japonesas. Ao contrário, o governo britânico entendia-se com o do Japão para não se molestarem em seus respectivos interesses coloniais. A expectativa dos patriotas chineses de que a Sociedade das Nações, criada pelo tratado de Versalhes em 1919, tomasse medidas para condenar o cada vez mais agressivo expansionismo japonês foi vã. No dia 1º de julho de 1921, em sintonia com a vaga revolucionária propelida pela Revolução de Outubro, ocorreu em Shanghai o Congresso de fundação do Partido Comunista da China. Sun Yat-sen, à frente do *Kuomintang*, rearticulado em 1919, havia de seu lado compreendido que só a Rússia soviética estava disposta a apoiar a causa do povo chinês. Em 1922, embora já acometido da grave enfermidade que o levaria à morte dois

anos depois, Lênin estimulou as conversações que abriram caminho para o acordo com o *Kuomintang*, que foi assinado em 26 de janeiro de 1923 por Sun Yat-sen e por Adolph Joffe, embaixador soviético na China. O acordo estabeleceu uma estreita aliança política e cooperação militar entre as duas partes. Os comunistas chineses puseram-se na vanguarda da luta antifeudal e anti-imperialista, formando com o *Kuomintang* a Primeira Frente Unida, que lançou sem tardar contra os “senhores da guerra” a exitosa ofensiva dita Expedição do Norte, ponto de partida da segunda grande revolução socialista do século XX.

O apoio que o povo chinês recebeu da Rússia soviética nesse momento decisivo para seu futuro foi iniciativa de Lênin, que mostrou uma vez mais sua colossal estatura política e intelectual, desenvolvendo o aporte teórico de Marx e de Engels sem tirar os pés do chão. Lênin compreendeu lucidamente que o esmagamento das insurreições operárias na Europa deslocava para a Ásia o *elo mais fraco* do imperialismo. Em que medida este deslocamento confirmava e em que medida impunha uma retificação heterodoxa do programa ortodoxo exposto em 1848? Na Rússia, a heterodoxia tinha consistido na aliança da classe operária com a massa camponesa rumo ao poder dos soviets; na China, ela consistiu na aliança da classe operária e da massa camponesa com a burguesia patriótica, unidas pela libertação nacional e contra o feudalismo. Elas foram heterodoxas porque enraizaram o conteúdo de seus programas respectivos nas condições históricas concretas em que travaram seus combates. Essas condições eram diferentes daquelas da Europa desenvolvida que o *Manifesto do Partido Comunista* tinha em vista ao expor sua expectativa sobre o curso provável da revolução proletária. Os comunistas russos e chineses afirmaram essa diferença programática, mas afirmaram-na dialeticamente, como diferença na unidade, integrando notadamente a teoria leninista do imperialismo ao corpo das teses fundamentais que constituem o componente teórico universal da obra científica de Marx e de Engels.

O poder soviético lançou os fundamentos de uma sociedade socialista historicamente inédita, cuja construção foi limitada pelos contragolpes do insuficiente desenvolvimento capitalista das forças produtivas, pela agressão das grandes potências imperialistas, além, evidentemente, das contradições que ela própria gerou e que levaram ao enorme retrocesso de 1991. Não cabe discuti-las aqui. Para todos os que não se contentam em percorrer sendas batidas e vias balizadas, valem os célebres versos do grande poeta espanhol Antonio Machado: “*Caminante, son tus huellas/ el camino y nada más;/ caminante no hay camino,/ se hace camino al andar*”. O rumo do caminho aberto pela grandiosa Revolução de Outubro 1917 era o socialismo. Ao longo do século desde então transcorrido, incontáveis caminhantes, parte mais audaciosa e

generosa da humanidade, deixaram seu rastro seguindo este rumo. Muitos voltaram para trás, mas aqueles que nos importam são os que seguiram adiante. Desviaram-se? Certamente. Do comunismo de guerra à NEP, desta à coletivização forçada da produção camponesa e aos planos quinquenais, foram muitas as mudanças de rota impostas por condições materiais adversas ou pelos inimigos do socialismo. Mas o único modo de não correr o risco de cometer erros ao transpor obstáculos é sentar-se à beira do caminho.

|| **JOÃO QUARTIM DE MORAES** é professor titular aposentado da Unicamp; militante comunista

NOTAS

(1) CORTESE, Luigi. Lênin e il problema dello Stato (Lênin e o problema do Estado). In: LOSURDO, Domenico; GIACOMINI, Ruggero (orgs.). *Lênin e il Novecento* (Lênin e o século 20). Napoli: La Città del Sole, 1997, p. 244. O livro é resultado de um colóquio transcrito em janeiro de 1994 em Urbino, Itália. Comentamos os principais estudos dessa obra coletiva em *Crítica Marxista* n° 10, 2000, p.133-144.

(2) ENGELS, Friedrich. Introdução de 1895 a MARX, Karl. *As lutas de classe na França 1848-1850*. Paris: Éditions Sociales, 1974, p.30.

(3) ENGELS, Friedrich. *Ibidem*, p. 22-23.

(4) ENGELS, Friedrich. *Ibidem*, p. 29.

(5) Contrastamos as trajetórias de Jaurès e de Guesde em *Crítica Marxista* n° 24 (2007), na Apresentação (p. 139-141) de *O socialismo francês em 1900: o grande debate entre Jean Jaurès e Jules Guesde* (p. 142-172), na qual notamos, a propósito de Guesde, que após ter se oposto, em nome da pureza revolucionária, a qualquer colaboração com governos burgueses, aceitou participar, junto com outros "social-patriotas", do governo dito de "União Sagrada" que dirigiu a França beligerante durante a horrível carnificina de 1914-1918.

(6) Este artigo pode ser lido na Biblioteca do Portal Vermelho.

(7) MARX/ENGELS. Manifest der Kommunistischen Partei (Manifesto do Partido Comunista). In: *Ausgewählte Werke in sechs Bänden* (Obras escolhidas em seis volumes), Band 1. Berlin: Dietz Verlag, 1978, p. 427.

(8) Citamos a partir da tradução de Maximilien Rubel: MARX, *Oeuvres*. Vol. II. Paris: Gallimard, 1968, p. 1552-1555.

(9) MARX-ENGELS. *Correspondance*. Moscou : Éditions du Progrès, 1971, p. 349-350.

(10) Sem esquecer de que os argumentos de *Que fazer?* tinham sido anunciados e sinteticamente expostos no ano precedente (1901) em *Por onde começar?*

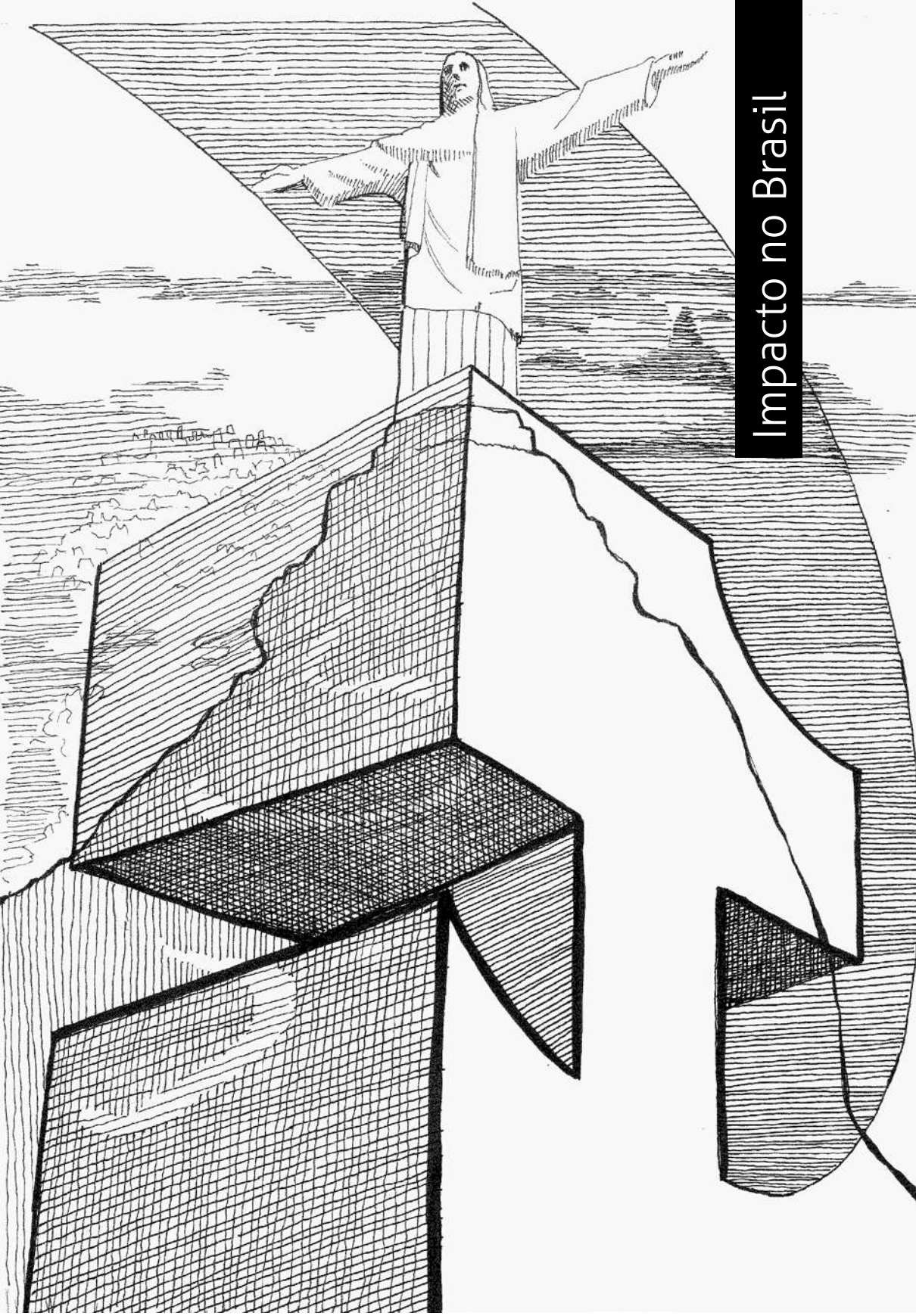
(11) LÊNIN, V. I. Les tâches du prolétariat dans la présente révolution (As Tarefas do Proletariado na Presente Revolução). In: _____. *Oeuvres*, tome 24, Paris-Moscou: Éditions Sociales/du Progrès, 1966, p. 12.

(12) LÊNIN, V. I. La lutte des partis en Chine (A luta dos partidos na China). In : _____. *Oeuvres*. Tome 41. Paris-Moscou: Éditions Sociales/du Progrès, 1970, p. 282.

(13) TIKHVINSKY, S. L. (editor). *Modern History of China* (História Moderna da China). Moscou: Progress Publishers, p. 573.

(14) LÊNIN, V. I. Op. cit., p. 282.





Impacto no Brasil

—
—

A IMPORTÂNCIA DA REVOLUÇÃO RUSSA PARA O PCB

Marly Vianna

A Revolução Russa de outubro de 1917 foi o acontecimento mais importante da história do século XX. Como já foi muitas vezes dito, pela primeira vez na história da humanidade os operários e o povo mais simples chegaram ao poder, não por um golpe ou uma eventualidade: a Revolução Socialista Soviética, dirigida pelos comunistas bolcheviques, mobilizou a imensa maioria da população do Império czarista.

Não foi somente a tomada do poder pelo proletariado. Houve uma inovadora organização popular revolucionária, os soviets, que empolgaram e fizeram com que participassem da direção do processo revolucionário não só operários, mas camponeses, soldados, marinheiros e diferentes camadas da população menos favorecida. Buscavam – e conseguiram – paz, pão, terra e liberdade.

Foi uma façanha extraordinária, quase inacreditável, vencer os exércitos coligados da Entente que, mal terminada a Grande Guerra, atacaram a recém-formada República Soviética por todas as suas fronteiras. A construção do socialismo, consolidar o proletariado no poder vencendo a burguesia, custou sacrifícios imensos, numa sangrenta guerra civil que durou quase quatro anos, exaurindo as forças dos revolucionários. Milhares deles pereceram num esforço hercúleo para vencer a luta – e venceram.

Tais acontecimentos, que repercutiram no mundo todo, não poderiam deixar de chegar ao Brasil, onde a classe operária era bastante combativa.

As primeiras lutas

A politização dos operários brasileiros foi obra dos imigrantes e da intelectualidade progressista da época. A influência estrangeira deu-se, assim, não só diretamente, pelos operários italianos, portugueses e espanhóis, destacadamente, como também, indiretamente, pelos pensadores, em especial franceses, sobre os intelectuais brasileiros. Foi o caso de Benôit-Malon, Benôit-Jules Mure (1), Louis Vauthier e Louis Blanc (os dois últimos atuando



no Nordeste), entre outros, ligados ao socialismo utópico, como Benoit-Jules Mure, ou ao positivismo evolucionista, no caso de Benoit Malon. Já Louis Vauthier estava mais influenciado pelos movimentos de 1848.

O anarquismo, a doutrina que predominou no movimento operário brasileiro nos primeiros 20 anos do século XX, tinha como grandes teóricos Pierre Joseph Proudom, Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin, Enrico Malatesta, Eliseu Reclus e outros aqui divulgados. De Karl Marx falava-se pouco.

Quanto às tentativas de organização, Edgar Rodrigues fala da criação, em 1870-1871, de uma Liga Operária, da Sociedade Operária de Santos, em 1877 (cuja sede existe até hoje) e da União Operária, em 1880, congregando os operários do Arsenal de Marinha (2). A partir dos anos 80 do século XIX os clubes socialistas começam a aparecer nas cidades de maior nível de industrialização e concentração operária, como Rio de Janeiro, São Paulo e Santos.

As primeiras organizações operárias são de ajuda mútua e resistência. Apesar de sua coesão, eram pequenos agrupamentos, dada a fragilidade da classe, e, por isso mesmo – de início pelo menos –, as organizações que mais se destacaram foram aquelas dirigidas por intelectuais, como é o caso do Círculo, e logo depois Centro Socialista de Santos, organizado e dirigido pelos médicos Silvério Fontes, Carlos Escobar e Sóter de Araújo. Destacam-se também intelectuais como Fábio Luz, médico, professor e jornalista; Edgar Leuenroth, gráfico e jornalista; e romancistas, críticos literários e jornalistas como Lima Barreto, Raul Pompeia, Astrojildo Pereira e Octávio Brandão. Com exceção de Pompeia, foram todos anarquistas, sendo que Astrojildo Pereira e Octávio Brandão aderiram ao comunismo.

A atividade anarquista, que rejeitava organizações políticas, valorizava a atuação sindical – daí serem chamados de sindicalistas revolucionários.

Precisamos levar em conta algumas características importantes do movimento operário brasileiro que irão embasar suas atitudes políticas. No final do século XIX, quando começam a apontar as frágeis organizações operárias, a classe estava tenuemente constituída – o que corresponde a uma ainda tênue industrialização. Daí uma primeira característica, a da organização da classe, estar dirigida por intelectuais e profissionais progressistas. E tais intelectuais eram majoritariamente socialistas reformistas, evolucionistas e contra as transformações sociais revolucionárias, pregando o voto para tais transformações. No Brasil, o anarquismo tomava o lugar do “positivismo da escola de Augusto Comte, que teve papel preponderante na revolução brasileira e na derrubada do Império” (3), positivismo que, em colaboração com a maçonaria, implantou a República no Brasil (4).

Nas primeiras duas décadas do século a industrialização cresceu enormemente chegando, segundo o senso de 1907, a ter empresas com mais de

mil operários (5). Uma segunda característica é a de que os operários eram, então, em sua maioria, estrangeiros, e destes, em São Paulo, quase 90% italianos. Foi nessa época que começaram a surgir organizações constituídas pela própria classe operária, que foram de início principalmente organizações de ajuda mútua.

Uma terceira característica foi a de terem sido esses operários que começaram a se unir principalmente simpáticos ao anarquismo. Uma quarta característica é a de que, ao contrário do que se tem colocado, identificando a classe operária ao anarquismo, os grupos que professavam esta ideologia eram absoluta minoria entre seus compatriotas estrangeiros e entre toda a classe operária.

A população brasileira tem ainda como predominantes os elementos incultos, provenientes do trabalho agrícola, de caráter colonial, com ressaibos de escravatura recente; e a esse elementos juntam-se, nos estados de imigração – os do Sul, especialmente – camadas novas e móveis, das quais apenas uma parte se fixa, quase sempre sem se adaptar inteiramente. (...) essas camadas instáveis são, em grande parte, constituídas por trabalhadores rústicos, saídos de regiões atrasadas e miseráveis.

Os imigrantes têm, em geral, um escopo único: o amontoamento de um pecúlio para regressar à pátria. Pelo menos é esse, muitas vezes, o seu pensamento exclusivo. Tal estado de espírito, somado à estranheza do novo ambiente, à incerteza causada na vida pela instabilidade da situação econômica e do lugar de residência, às diferenças de língua e às influências do clima não favorece, naturalmente a propaganda e ação de qualquer doutrina social (6).

Em quinto lugar, justamente esses grupos mais politizados e que maior influência tinham na classe eram ou totalmente contra qualquer tipo de organização em geral, ou – o que prevaleceu – contra quaisquer organizações políticas. Se considerarmos a importância da organização política para o avanço das lutas operárias, podemos indicar desde já o quanto a revolução bolchevique contribuiu para o avanço das lutas no Brasil.

Outro aspecto a considerar é o da sociedade brasileira da época, recém-saída da escravidão e profundamente autoritária, elitista e repressiva, e por aí temos uma ideia das dificuldades com que se defrontavam os operários em suas lutas. O ataque ao movimento operário, quando de seu primeiro congresso em 1906, mostra a posição da classe dominante em relação aos trabalhadores. Dizia o jornal *O Paiz*, de 23 de agosto de 1906:

Os revolucionários estrangeiros que para cá emigraram, pregadores da revolução social, extremados, afirmam que o proletariado deve desprezar os recursos legais e só confiar na subversão da sociedade;



agem em flagrante contraste com o nosso meio, que eles desconhecem. No Brasil não existem razão para o anarquismo ou socialismo, planta exótica trazida do estrangeiro, quando entre nós tudo é feliz e livre (7).

Fevereiro de 1917

1917 no Brasil foi, desde o início, um ano de greves e lutas operárias e para isso a influência da Revolução de Fevereiro na Rússia foi decisiva. O proletariado já se movimentava intensamente contra a guerra. Delegados de sindicatos e de jornais operários, coordenados pelo Centro de Estudos Sociais, criaram em março de 1915 uma Comissão Popular de Agitação Contra a Guerra e no 1º de Maio daquele ano leu-se um *Manifesto pela Paz* (8).

Nereu Rangel Pestana, diretor do jornal *O Combate*, escrevia sob o pseudônimo de Ivan Subirov:

Durante mais de 20 anos só os discípulos de Kropotkin sofriam pelo povo, pregavam às massas, sentiram as misérias da “santa canalha” (...) Por isso o proletariado brasileiro passou da escravidão à anarquia. Fez a sua evolução nas trevas, e vê a aurora da redenção surgir das estepes da Rússia (9).

As greves se seguiam e culminaram, em julho, com greves de solidariedade aos grevistas que as começaram por reivindicações trabalhistas. Houve uma reação em cadeia, o governo de São Paulo fugiu da capital e os operários, por dois dias, se apossaram dela. Everardo Dias, militante anarquista, relatou:

Nos bairros fabris, Brás, Mooca, Barra Funda, Lapa, sucedem-se tiroteios com grupos de populares; em certas ruas já começam a fazer barricadas com pedras, madeiras velhas, carroças viradas e a polícia não se atreve a passar por lá, porque dos telhados e cantos partem tiros certos (10).

Em meados de julho de 1917, havia 15 mil operários em greve em São Paulo (11). Apesar da força do movimento, que continuou até 1919, acabou por terminar sem maiores ganhos, tanto pelo desgaste da greve – principalmente pela falta de salários –, como pela ausência de organização política dos operários.

Em meio a esse ambiente, os operários louvavam a queda do czarismo. O jornal *O debate*, fundado por Astrojildo Pereira e Adolpho Porto, em seu primeiro número comenta no editorial:

Bem difícil, sem dúvida, é precisar o curso dos acontecimentos na Rússia. Aliás, seria rematada tolice pretender firmar tais ou quais traços definitivos do grande movimento que deu por terra, abruptamente, com a casta dos Romanov e com ela, de cambulhada, todas as demais castas aristocráticas e monopolizadoras das riquezas e do poder (12).

Em seu número 4, de 2 de agosto, o jornal trazia um longo artigo intitulado “Teremos também um comitê de soldados e operários” (13). O mesmo jornal, em setembro, defendia Lênin das acusações que vinha recebendo de parte dos inimigos da revolução:

A força de Lênin é a sua vontade de ferro, a sua clareza e simplicidade de seus lemas, o seu absoluto desinteresse, a sua incorruptibilidade, a sua ação metódica e uma habilidade organizadora consumada. Tinha sempre consigo a maioria do proletariado consciente dos grandes centros operários (14).

O mesmo jornal, em outubro daquele ano, transcreveu os principais pontos do programa de luta leninista (15).

Outubro de 1917

A Revolução Socialista de Outubro teve ainda maior repercussão no movimento operário. E o que de mais importante ocorreu não foi só o ânimo injetado na classe operária, certa agora de que era possível conquistar o poder. De maior importância foi a compreensão da necessidade de uma forte organização política para dirigir a revolução, o que até então vinha sendo negado pela vanguarda anarquista. É importante acompanhar o processo da formação do Partido Comunista do Brasil a partir da influência da Revolução Socialista Soviética, porque isso transformou não só a vida política do movimento operário, como a do país. Vejamos.

Os anarquistas, que já haviam saudado com entusiasmo a Revolução de Fevereiro, ficaram empolgados com a tomada do poder pelos bolcheviques. São inúmeras e constantes as manifestações de apoio a ela e o que há de se notar é que os anarquistas começam a ter uma visão da revolução que passava a aceitar uma organização política. Lênin foi enaltecido como grande organizador, o bolchevismo visto como uma perspectiva. Foram inúmeros os registros sobre isso nos jornais operários. Sobre a questão operária, escreveu-se: “Não há para onde fugir. O maximalismo caminha e nada o deterá na

sua marcha desde a Rússia até os mais longínquos recantos do globo. De fato, um exemplo como o da Rússia não poderá deixar de ser seguido por todos os outros povos” (16). O mesmo jornal falava da ditadura do proletariado: “Para maior esclarecimento da questão, apresentamos aqui a definição exata do maximalismo. O maximalismo é a aplicação do Máximo das concepções socialísticas, por meio da ditadura proletária” (17).

Os operários exaltavam a nova República e, falando da força dos soviets (18) sobre as relações internacionais da nova República, diziam:

Quanto à relação com os outros povos, a República dos Sovietes está no terreno dos princípios da I Internacional, a qual reconheceu a verdade, a justiça e a moral como base de suas relações com toda a humanidade, independentemente de raças, religiões ou nacionalidades (19).

E mais:

Quando, pois, a Revolução Russa varreu como um tufão a velha tirania czarista, abatendo um sistema secular e execrável de despotismo religioso, político e econômico que mantinha uma população de 130.000.000 na mais abjeta e asquerosa das servidões que é possível conceber e descrever, e que o governo dos soviets inscreveu no artigo 18 de sua Constituição aquele preceito sugestivo e lapidar: quem não trabalha não come”, produziu-se como que um relâmpago na consciência humana (20).

Primeiras tentativas de organização

- Durante o ano de 1918 houve tentativas para a criação de um partido comunista. Santos Soares fundou a Liga Comunista de Livramento, no Rio Grande do Sul (que durou até 1922); também no Rio Grande do Sul, em Passo Fundo, foi criado o Centro Comunista e ainda no mesmo estado a União Operária, cujo manifesto começava por conclamar: “Operários de todos os países, uni-vos!” A primeiro de novembro de 1918, Abílio de Nequete – que viria a ser um dos fundadores do partido comunista – fundou a União Maximalista, em Porto Alegre (21).

- A fracassada insurreição anarco-comunista de novembro de 1918 levou seus principais dirigentes para a cadeia, quebrando a continuidade da organização. A mobilização para a insurreição chegou a ser grande, em especial entre metalúrgicos e operários da construção civil. Um panfleto dos insur-

retos aos praças dizia: “Soldados e marinheiros: o patriotismo e a disciplina são os meios de que se servem os vossos opressores para vos enganarem. Só deveis ter um patriotismo e uma disciplina: a de libertar a classe dos pobres e dos humildes a que pertenceis.” (22).

Houve combates de rua, operários explodiram torres da Light e tomaram uma delegacia. Houve também uma tentativa de rebelião em uma companhia operária situada na Vila Militar, que foi logo abortada. Os operários, reunidos em São Cristóvão, acabaram duramente reprimidos, porque havia um traidor entre eles, o tenente Jorge Elias Ajus, que trazia a polícia informada da conspiração (23).

Soltos os militantes anarquistas revolucionários, a 12 de abril de 1919 *A Plebe* noticiava a criação do Partido Comunista do Brasil. Numa primeira circular do partido, datada de 23 de março de 1919 (quase a mesma data em que seria fundado definitivamente três anos mais tarde), dizia-se:

Camaradas

Saúde

Diante do entusiasmo que reina nas classes trabalhadoras e no povo em geral pelos movimentos que se desenrolam no mundo, tendentes a uma transformação social e amplamente baseados nas ideias comunistas, os libertários do Rio de Janeiro, reunidos no dia 09 do corrente, acordaram firmar o Partido Comunista do Brasil, além de desenvolver ativa propaganda entre todos os camaradas, no sentido de formar núcleos em todas as localidades do país (24).

Seguem as bases de acordo do partido. No dia 26 do mesmo mês, há um artigo de José Ingenieros elogiando o maximalismo (25) e, em maio, só elogios de um visitante que chegava de Moscou (26).

Apesar do conteúdo anarquista do novo partido, os programas dos núcleos comunistas que surgiam diziam-se todos maximalistas, enalteciam os soviets, louvavam Lênin e Trotski. E espalhavam-se pelos estados. De Minas, por exemplo, veio a notícia:

Da capital mineira comunicam-nos: Efetivamente não nos enganávamos ao pensar que os camaradas daqui não deixariam de acompanhar os companheiros de outros estados, visto que, em uma reunião realizada em 31 do mês passado, efetuaram a organização de um Centro Comunista Libertário, sobre as bases do Partido Comunista do Brasil (27).



O mesmo número informa sobre a criação de idênticos núcleos em São Paulo, Campinas e São Caetano (28). O primeiro de maio de 1919 foi amplamente comemorado por libertários comunistas, que falaram em nome do PC-doB e desfilaram com seu pavilhão. Em Recife, Joaquim Pimenta, de grande projeção local, chegou a ensejar versos:

Se seu Pimenta quisesse,
Inté os padres grevava,
Carola não tinha missa,
Nem as freiras rezava (29).

Tal partido teria vingado, sem maiores prejuízos para a unidade da classe operária, se a situação na Rússia Soviética não tivesse provocado o rompimento entre os que não abriam mão de seus ideais libertários e aqueles que agora se alinhavam com os bolcheviques russos, partidários da ditadura do proletariado. No final de 1920, a unidade dos anarquistas começou a se deteriorar, a partir da repressão bolchevique aos adeptos de Nestor Maknó. Os anarquistas maknovistas haviam participado ativamente da luta contra os exércitos brancos. Terminada a guerra civil, e por quererem implantar na região que dominavam comunas livres, negando-se a se submeter ao comando bolchevique, foram duramente reprimidos.

Foi principalmente a partir da insurreição dos marinheiros de Kronstadt, no início de março de 1921, que o rompimento definitivo se deu. Os anarquistas passaram a considerar os bolcheviques como inimigos, que diziam estar burocratizando a revolução e perpetuando o Estado. Apesar disso, um grupo de combativos líderes anarquistas assumiu a importância da criação de um partido político, continuou a defender a revolução proletária soviética e o bolchevismo. Com o movimento operário em refluxo, depois do desgaste de anos de greve, de intensas lutas e brutal repressão, para o pequeno grupo que aderiu ao bolchevismo a tarefa mais importante no momento era organizar aqui o partido comunista. E tinham razão.

Entre os dias 25 e 27 de março de 1922, com a presença de nove delegados – sete deles que haviam sido líderes anarquistas – fundou-se o Partido Comunista do Brasil (30) .

Uma breve conclusão

Por mais aguerridos e generosos que o fossem, e fundamentais para as lutas do movimento operário que se consolidava, os anarquistas não cogitaram da formação de um partido político que organizasse a classe operária e

coordenasse suas lutas. E o sucesso das lutas operárias não pode prescindir da organização política.

Organização política não é sinônimo nem de burocratização e nem de rígidas hierarquias de comando. Também não pode significar a substituição de uma classe por um grupo dirigente. Tais fenômenos, que ocorreram na história, não podem servir para invalidar a organização política. E os próprios anarquistas chegaram a aceitá-la.

Em que pesem – e pesaram tragicamente – as circunstâncias que desembocaram no chamado período stalinista, foi a organização política dos soviets bolcheviques que permitiu a primeira vitória do proletariado contra o capitalismo e a barbárie antidemocrática que está em seu código genético.

No Brasil, e apesar de todos os erros que possam ter sido cometidos, foi o partido comunista que combateu sozinho, ou liderou TODAS as lutas democráticas do país; contra o nazi-fascismo, contra o integralismo, pela independência nacional, contra o imperialismo estrangeiro, pela paz, e pela solidariedade entre os povos.

A fundação do partido comunista foi uma das maiores contribuições da Revolução Socialista Soviética em nosso país.

|| **MARLY VIANNA** é professora aposentada da UFSCar, leciona atualmente no PPG em História do Brasil da UNIVERSO

NOTAS

(1) Benoit-Jules Mure fundou uma colônia em Santa Catarina e ainda nos anos 40 do século XIX lançou o jornal *O Socialista da Província do Rio de Janeiro* que, na verdade, pouco tinha de socialista além do nome.

(2) RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Leammert, 1969, p. 59.

(3) RECLUS, Eliseu. Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1900. In: RODRIGUES, E. *Op. Cit.*, p. 70.

(4) RODRIGUES, E. *Op. cit.*, p. 70.

(5) Ver SILVA, Sérgio Salomé. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

(6) VASCO, Neno. Origens e primórdios de atividade. In: LEUENROTH, Edgar. *Anarquismo, roteiro de libertação social*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1953, p. 102-103. Grifo nosso.

(7) Cf. FERREIRA, Maria Nazareth. *Op. cit.*, p. 55.

(8) BANDEIRA, Moniz; MELO, Clóvis; ANDRADE, A. T. *O ano vermelho – a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 31.

(9) *Apud* SUBIROV, Ivan. A oligarquia paulista. In: BANDEIRA, Moniz; MELO, Clóvis; ANDRADE, A. T. *Op. cit.*, p. 49.



- (10) DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. Ver também LINHARES. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- (11) Entre outros, BANDEIRA, Moniz; MELO, Clóvis; ANDRADE, A. T. *Op. cit.*, p. 58.
- (12) *O Debate*, Rio de Janeiro, nº 1, 12 de julho de 1917, p. 12.
- (13) IDEM, nº 4, de 2 de agosto de 1917, p. 12.
- (14) IDEM, nº 12, 29 de setembro de 1917, p. 7.
- (15) IDEM, nº 15, 27 de outubro de 1917, p. 9.
- (16) “Maximalismo no Brasil?” In: *Tribuna do povo*, nº 26, Recife, 1º de dezembro de 1918, p. 4.
- (17) “A ditadura proletária” In: IDEM, nº 28, de 20 de dezembro de 1918, p. 1.
- (18) “Evidencia-se a força dos soviets”. In: *A Plebe*, fase 1, ano 2, nº 7, de 5 de abril de 1918, p. 2.
- (19) “O pacto fundamental da República dos Soviets”. In: IDEM.
- (20) PINHO, Adelino de. Folheto divulgado em 1921.
- (21) BANDEIRA, Moniz; MELO, Clóvis; ANDRADE, A. T. *Op. cit.*, p.153.
- (22) IDEM, p.128.
- (23) IDEM, p.123-142. Ver também ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- (24) “Está constituído o Partido Comunista do Brasil – qual é seu objetivo”. In: *A Plebe*, fase 1, ano 2, nº 8, de 12 de abril de 1919, p. 3.
- (25) INGENIEROS, José. A significação histórica do maximalismo. In: IDEM, 26 de abril de 1919, p.4.
- (26) “A situação da Rússia bolchevista”. In: IDEM, nº 22, de 19 de maio de 1919.
- (27) “Núcleos de Vanguarda em Belo Horizonte”. In: IDEM, ano 1, nº 2, de 14 de junho de 1919, p. 3.
- (28) IDEM, p. 4.
- (29) BANDEIRA, Moniz; MELO, Clóvis; ANDRADE, A. T. *Op. cit.*, p.193.
- (30) Sobre o assunto ver PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB, 1922-1928*. 3ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012. Os fundadores do Partido Comunista do Brasil presentes a essa reunião foram: Abílio de Nequete (barbeiro); Astrojildo Pereira (jornalista); Cristiano Cordeiro (funcionário); Hermógenes Silva (eletricista); João da Costa Pimenta (gráfico); Joaquim Barbosa (alfaiate); José Elias da Silva (funcionário); Luís Peres (operário vassoureiro); Manuel Cendon (alfaiate).

OS PRIMEIROS PASSOS

José Luiz Del Roio

O processo que desembocou na grande revolução soviética foi de difícil leitura. Revolucionários europeus e até mesmo russos se perdiam nos seus meandros. Podemos então imaginar o que sofreram os militantes brasileiros daquela época.

Uma imensa extensão, com poucas cidades dignas deste nome e um movimento operário ainda nascendo. Lutavam em um ambiente hostil, baixo uma república oligárquica, com meios de comunicação tecnologicamente atrasados e com uma grande imprensa enganosa. (Já naquela época.) E os acontecimentos revolucionários se desenrolavam em uma área tanto distante que parecia um conto de fada.

Seus instrumentos de análise eram muito frágeis, pois se baseavam, principalmente, em estudos sobre teóricos anarquistas e anarco-sindicalistas. Porém, contaram com duas importantes armas: a unidade em torno do problema da guerra e a clarividência de Astrojildo Pereira.

Desde o 1º Congresso Operário realizado em 1906, no Rio de Janeiro e sucessivamente nos encontros mais importantes, o proletariado organizado sempre se exprimiu contra a guerra de forma contundente. Nesta posição se sentiam respaldados pelos grupos anarquistas existentes em outros países e também pela II internacional, que declamava que contra a guerra os trabalhadores deviam declarar a greve geral.

Porém, quando em agosto de 1914 eclode o conflito em Europa que em poucos meses se transformaria em mundial, o desastre no campo da esquerda é total. Os partidos socialistas e socialdemocratas aderem aos governos de seus países e votam os créditos de guerra. Raros serão os líderes que resistem a esta onda chauvinista e denunciam a guerra imperialista.

O mesmo acontece com o anarquismo. O ícone deste movimento, P. A. Kropotkin, acompanhado por Jean Grave, Paul Reclus, Alceste de Ambris e outros, defendem a justeza da guerra contra o militarismo alemão.

A grande imprensa, os pequenos grupos socialistas e intelectuais importantes tendem a apoiar a Entente e fazem grande alarido disso. Entre outros

colocavam-se Rui Barbosa, Olavo Bilac e Nestor Pestana. Fácil de explicar tal posição, pois o capital britânico era dominante no Brasil e havia uma notável influência da cultura francesa. A situação piora quando o Reino da Itália se joga na carnificina em maio de 1915. O grupo mais consistente de proletários era italiano e os patrões de fábricas daquela mesma nacionalidade pressionavam pelo apoio à pátria de origem.

Os militantes sentem-se desarvorados. Isso se nota na frase de Astrojildo: “Eu esperava naturalmente, que esta guerra quando não fosse evitada, fosse pelo menos embaraçada pelas hostes da revolução. Não foi. Rapidíssima, traiçoeira, fatal. Foi um desastre.” Mas em tom profético dirá: “Após a maior guerra do mundo virá a maior revolução do mundo.” (1).

O movimento contra a guerra se reorganizou e já no 1º de Maio espocaram demonstrações substanciais em diversas cidades. Mas Astrojildo não achava que bastasse, tinha como objetivo estreitar relações com aqueles que peleavam em outros países, pela mesma causa.

A ocasião surgiu. Vários sindicatos, movimentos, socialistas e anarquistas convocaram um Congresso Internacional da Paz. Deveria se realizar na pequena cidade galega de Ferrol, Espanha, no final de abril de 1915. Embora o Estado ibérico fosse neutro, acabou sofrendo a pressão da Entente e proibiu o evento.

Astrojildo não teve dúvidas. Convenceu a Confederação Operária Brasileira a organizar o Congresso no Brasil. No dia 29 de junho de 1915 a COB lançou o manifesto-convite assinado por Antonio F. Vieytes e Astrojildo Pereira. Era dirigido “aos socialistas, sindicalistas, anarquistas e organizações operárias de todo o mundo”. Vamos ler algumas linhas. “Atos de sublevação já se deram nas trincheiras das nações em guerra. Liebknecht e outros na Alemanha, lançaram um manifesto pedindo a Paz. Sebastien Faure fala ao sentimento dos seus compatriotas, com um manifesto, e este chega às trincheiras, onde os soldados entusiasmados cantam a Internacional. Na Rússia, na própria capital da nação, os revolucionários protestam contra a guerra.”

Mais adiante clama: “Proletários das nações beligerantes!, antes de morrer nas trincheiras, defendendo os interesses da classe capitalista, é preferível morrer nas barricadas, defendendo a vossa emancipação.”

Um comentário sobre o texto revela conhecimento sobre o movimento de oposição à guerra nos países em conflito. E isso não era fácil. Afasta-se de um pacifismo inócuo, quando propõe a insurreição ou a guerra civil contra a guerra imperialista. Uma coincidência interessante foi a realização da Conferência de Zimmerwald, pequeno burgo na Suíça, entre 24 e 30 de abril. Encontraram-se 38 delegados de 10 países europeus para discutirem que atitude tomar perante a catástrofe. Um dos delegados russos, bolchevique, V.

Lênin, colocou a palavra de ordem: “*transformar a guerra imperialista em guerra civil.*” Foi um voto vencido, mas acabou se impondo, pelo menos no caso russo. Se Astrojildo ficou sabendo disso naquele momento, deve ter ficado muito satisfeito.

O Congresso realizou-se nos dias 14, 15 e 16 de outubro. Muitos foram os delegados brasileiros e representantes da Argentina, Portugal e Espanha. Outros países responderam ao apelo, mas se encontravam impossibilitados de chegarem pela dificuldade imposta pelo próprio conflito.

O fato de o Brasil ser um país periférico tirou muito do valor deste encontro, entretanto ajudou a espalhar os conceitos contra a guerra entre os trabalhadores brasileiros (2).

O conflito continuou a ampliar-se. Sempre novos países e seus povos eram jogados nas fornalhas. Centenas de milhares de soldados morriam nas trincheiras, não parecia ter nenhuma solução para a hecatombe. Os pobres jornais operários e anarquistas brasileiros continuavam impotentes a denunciar os fatos.

O ano de 1917 começou com uma crise econômica alarmante. O grande produto de exportação do Brasil, o café, ficava estocado. Era um luxo que os principais países importadores, agora em guerra, não podiam suportar. Os financiamentos internacionais sumiam, pois eram direcionados para a indústria militar. A carestia golpeava duramente e pesava nos ombros dos trabalhadores.

Demonstrações, protestos e greves começaram a espocar em todas as partes. Com muito maior força em São Paulo. Explica-se pelo fato de que nesta cidade se concentravam os cotonifícios, que conseguiam escoar sua produção, em parte, através da exportação e para cobrir as necessidades de uma população em acelerado aumento. Ao mesmo tempo em que a mão de obra escasseava, pois a emigração havia minguado. Agora o excedente populacional europeu morria na guerra. Fatores estes que fortaleciam a força de contratação dos trabalhadores.

A greve começou no dia 3 de junho no cotonifício Rodolfo Crespi no bairro paulistano da Mooca. Esta empresa era de capitais italianos, originários da Lombardia. A família Crespi era importante, tendo suas raízes na Idade Média. Suportar greves operárias não era uma das suas características. Poucos anos depois, Rodolfo Crespi seria um dos financiadores de Benito Mussolini. A repressão foi intensa. Outras fábricas foram se paralisando e o movimento se transformou em uma greve geral. Choques com a polícia se generalizaram, com mortos e feridos e muitas prisões. Batalhões do exército foram mobilizados, porém vacilavam em intervir. Finalmente depois de quase 50 dias de luta, os patrões cederam. Os grevistas tinham conseguido aumentos



de salários, redução das horas de trabalho e limitação do trabalho feminino e infantil.

O bom combate contra o desmando patronal se entrelaçava com as muitas notícias internacionais que chegavam a todo momento. A principal era de que o movimento do proletariado de Petrogrado, capital do Império Russo, iniciado no dia 8 de março (calendário gregoriano), havia derrubado a monarquia autocrática dos Czares. Imensa felicidade, todos festejavam o fim daquele regime infame. Parecia abrir uma nova fase na história da humanidade.

Mas os nossos anarquistas sindicalistas tinham desconfiança e encontravam-se confusos. O novo governo russo, que se declarava revolucionário, reafirmava a decisão de continuar a guerra imperialista, não realizava a distribuição de terras e tinha como primeiro-ministro um príncipe (G.Y. Lvov). Além disso, era aclamado pela imprensa da oligarquia brasileira.

E a angústia aumentou quando o governo dos Estados Unidos declarou guerra contra o império alemão no dia 6 de abril. Isto significava que as pressões para incluir o Brasil na lista das nações beligerantes iriam aumentar e muito. A Federação Operária do Rio de Janeiro rapidamente convocou uma grande assembleia e enviou um apelo ao presidente da República Wenceslau Brás, exortando para manter a neutralidade do país. Assim, as greves e manifestações contra a carestia e a luta pela paz se forjavam juntas.

Para tentar analisar o complexo quadro nacional e internacional e fornecer alguma orientação ao proletariado, Astrojildo Pereira, junto com Adolpho Porto e a colaboração de Lima Barreto, criaram a revista *O Debate*. Este veículo, junto com o jornal *O Cosmopolita* – que era o “*Orgam dos empregados em hotéis, restaurantes, cafés, bares e classes congêneres*” – realizam com seus parcos recursos um grande trabalho de informação (3).

Vou citar apenas alguns artigos que acompanham a evolução do pensamento de Astrojildo sobre a revolução em ato na Rússia. No 1º de julho, na sua página “*Os factos do exterior*”, ele, de forma quase genial, consegue localizar a questão dos dois poderes em que se debate a revolução e qual seria o seu desenlace mais provável. Quando Lênin colocou esta tese em discussão no Comitê Central dos Bolcheviques no final de abril, a resistência foi grande. Foram necessárias semanas para convencer a massa dos militantes do partido. E o próprio Soviete de Petrogrado se opôs. Logo, era ainda uma posição minoritária. Mas Astrojildo a defende.

Vamos ler algumas linhas: “Os dois núcleos orientadores do movimento, a Duma e o Comitê de Operários e Soldados, este surgido da própria revolução, logo tomaram posições antagônicas, terminado o primeiro golpe demolidor. A Duma, vindo do antigo regimen, pode dizer-se representa em maioria,

a burguesia moderada e democrática, ao passo que o Comitê de Operários e Soldados representa o proletariado avançado, democrata, socialista e anarquista. A Duma deu o governo provisório e o primeiro ministério; O Comitê de Operários e Soldados derrubou o primeiro ministério, e influiu poderosamente na formação do segundo e tem anulado quase por completo, sinão de todo, a acção da Duma.” Continua mais adiante com sua análise : “A qual das duas forças esta destinada a preponderância na reorganização da vida russa? O que pode se afirmar com certeza é que esta preponderância tem cabido até agora ao proletariado. E como o proletariado, cuja capacidade política já anulou o papel da Duma burguesa, esta também com as armas na mão, não encontrando, pois resistência séria aos seus desígnios” (4).

Astrojildo havia descoberto Lênin, mas também a grande imprensa começa a fazê-lo. Trazia notícias quase de páginas policiais, tratando-o como chefe da rede de espões do Kaiser alemão na Rússia. Noticiavam com satisfação e com certa frequência que havia sido preso ou morto.

A vacilação do exército em reprimir grevistas despertou no líder anarquista sonhos de que podiam ser criados também no Brasil os Sovietes. Sem afirmar esta possibilidade, lançava artigos e notícias em tom interrogativo sobre a criação de comitês de operários, soldados e marinheiros. *O Debate* de 29 de setembro publicava um artigo de Roberto Raport tentando explicar quem era de fato Lênin. Apesar dos erros e lacunas, tornou o nome do chefe dos bolcheviques conhecido. Astrojildo como pessoa séria, pesquisador consciente, revolucionário íntegro, assim que conseguiu um texto de Lênin o apresentou nas páginas de sua revista, no dia 27 de outubro. Finalmente podia se saber o que Lênin pensava realmente. Tratou-se da longa carta que ele escreveu aos socialistas helvéticos, quando deixou seu exílio na Suíça em março de 1917.

Naquelas mesmas horas, no dia 26 outubro, o governo brasileiro declarava guerra à Alemanha. A repressão recrudesciu, mas o movimento não arriou suas bandeiras e nem se deixou envolver na grande campanha chauvinista, incentivada pelo imperialismo estadunidense e pela oligarquia nativa. Lutaram com a força possível e dignidade.

A história caminhava rápido e no 7 de novembro agências de notícias estrangeiras começavam a anunciar a tomada do poder pelos soviets em Petrogrado. Foram necessários alguns dias para se entender alguma coisa, mas logo ficou claro que havia acontecido a maior revolução social da história.

Para os revolucionários brasileiros, teve início outra fase sendo preciso estudar, discutir e organizar-se de novas formas. Não foram fáceis as condições repressivas e atrasadas do desenvolvimento capitalista brasileiro, elas opunham grandes barreiras.

Em março de 1918, Astrojildo lança um folheto de 16 páginas assinadas como Alex Pavel, intitulado de *A Revolução Russa e a Imprensa*. Na introdução afirma: “As páginas que forma este folheto foram escritas em dias espaçados, no interregno de tempo contado de 25 de novembro do ano findo até o 4 de fevereiro último.” Apresenta a sua inteligente e implacável defesa da Revolução Soviética. Tem ainda muito de anarquismo, mas havia dado os primeiros passos que o levariam a criar a em Niterói, entre 25 e 27 de março de 1922, o Partido Comunista do Brasil.

|| JOSÉ LUIZ DEL ROIO é diretor do Instituto Astrojildo Pereira.

NOTAS

1 – Tal frase encontra-se na revista *A Vida* – publicação mensal encabeçada por Astrojildo que durou sete números, de 30 de novembro de 1914 a 31 de março de 1915. Interessante, pois aí se encontra a visão de Astrojildo sobre aqueles meses iniciais da Primeira Grande Guerra Mundial. Em 1988 foi feita uma edição Fac-similar, organizada pelo Centro de Memória Sindical e pelo Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro de Milão, Editora Icone. Conta com uma introdução de J. L. Del Roio.

2- No arquivo de Astrojildo Pereira, pertencente ao Instituto com o mesmo nome e depositado no Cedem/Unesp, encontra-se um farto material sobre esta conferência, com a correspondência, delegados, os debates e resoluções.

3- *O Cosmopolita*, jornal aparentemente sindical, mas na realidade muito político, onde escreviam Astrojildo Pereira, Orestes Barbosa, Jose Oiticica, João Vosgos, Rodrigues Martins, entre outros. Em dezembro de 1917 publica uma biografia de V. Lênin. Em seguida nos próximos números de mais alguns personagens da revolução soviética como L. Trotsky e M. Gorki.

4- Este artigo de Astrojildo sobre o duplo poder já foi tratado em algumas publicações. Como *O Ano Vermelho e sua influência no Brasil*, de Moniz Bandeira, Clovis Melo e A.T. Andrade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. *A Grande Revolução de Outubro e a América Latina* de Boris Koval. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. E também por mim, em um artigo para uma rede virtual marxista.

Aproveito nestas notas para agradecer à competente e dedicada equipe do Cedem/Unesp pelo carinho que dispensam aos arquivos do movimento operário e social do nosso país.

A INFLUÊNCIA SOVIÉTICA NO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Oswaldo Bertolino

Um Partido Comunista que não é comunista. Ou pelo menos não totalmente comunista. Foi assim que o Comitê Executivo da Internacional Comunista definiu, no final de 1922, o Partido Comunista do Brasil, então com a sigla PCB – constatação que pautou sua militância por muito tempo. O desafio era dar forma à inspiração da Revolução Russa, centrada em uma direção capaz de conduzir as ações dos comunistas de maneira segura – missão complexa especialmente nos tormentosos anos do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX. As dificuldades enfrentadas naquele período levaram o PCB a se inclinar para posições nem sempre afinadas com as diretrizes da Internacional Comunista.

Houve uma adaptação mecânica do que ocorrera na Rússia em 1917, o que fez os comunistas brasileiros definirem a tática revolucionária em duas etapas: a primeira como desdobramento das duas revoltas tenentistas — em 1922 e 1924 — e a segunda com o proletariado assumindo o comando da revolução. Seria uma frente com o proletariado como coadjuvante na primeira etapa e protagonista na segunda – uma adaptação do esquema agrarismo *versus* industrialismo; um aliado do imperialismo inglês e outro do imperialismo norte-americano. Cumpria superar o “capitalismo agrário semifeudal”, de acordo com o 2º Congresso do PCB, realizado em 1924, para em seguida enfrentar o “capitalismo industrial moderno”.

Essa tática seria revista no 3º Congresso, realizado na virada de 1928 para 1929, assimilando as teses do 6º Congresso da Internacional Comunista, ocorrido entre 17 de julho e 1º de setembro de 1928. O “caráter da revolução brasileira” era uma questão pendente como decorrência de insuficiências de natureza ideológica e teórica, de acordo com Octávio Brandão, um dos principais teóricos comunistas daquele período. Em seguida, o PCB, que redefinira o Bloco Operário criado em 1927 como Bloco Operário e Camponês (BOC), convidou Luiz Carlos Prestes para ser candidato a presidente da República nas eleições de 1930; diante da recusa do já lendário comandante da “Coluna Invicta”, a opção foi a candidatura de Minervino de Oliveira.



Mesmo com todas as debilidades, o PCB chegara ao final da década de 1920 como força política nacional considerável. Nesse período, os comunistas se pautaram basicamente pela conjuntura brasileira, mesmo distante do tenentismo num primeiro momento. Mas é possível que tenham considerado o apelo da Internacional Comunista de 1923, conclamando operários e camponeses da América do Sul para que se preparassem diante do conflito interimperialista no continente no contexto da “ação revolucionária mundial”. De acordo com Octávio Brandão, os comunistas foram sectários, passivos e negativos diante da “insurreição de Copacabana”, mas a partir de 1924 efetivaram alianças com os revoltosos.

Cumpre lembrar que até então não existia o birô sul-americano da Internacional Comunista, instituído em 1926; e os comunistas brasileiros se inspiravam no exemplo da Revolução de Outubro, interpretando a realidade nacional por esse viés político. A aproximação com a Internacional Comunista só ocorreria no 5º Congresso, em 1924, quando o PCB enviou o delegado Rodolfo Coutinho, no qual Astrojildo Pereira, mesmo ausente, foi eleito para a Comissão de Controle do Comitê Executivo e o PCB passou a ser reconhecido como membro efetivo daquela organização. Antes, no 4º Congresso, realizado em julho de 1922, o representante brasileiro, Antônio Bernardo Canellas, teve uma atuação conturbada.

Contudo, a 1ª Conferência Comunista da América Latina, realizada em 1929 na cidade de Buenos Aires (Argentina), constatou que o Secretariado sul-americano – criado como órgão para intermediar as relações dos comunistas locais com a Internacional Comunista e coordenar o trabalho revolucionário na região – preocupou-se tarde com a situação e, em alguns aspectos, comportou-se de maneira conflituosa com alguns partidos, inclusive o brasileiro.

O mundo capitalista vivia o auge da sua primeira grande crise e o fascismo despontava no horizonte. A Internacional Comunista entendia que a tática mais acertada naquelas circunstâncias seriam políticas limitadas ao campo do proletariado, mesmo mantendo a ideia da revolução em duas etapas. No Brasil, os comunistas adotaram uma concepção “democrático-pequeno-burguesa”, de acordo com a *Resolução da Internacional Comunista sobre a questão brasileira*, publicada no jornal *A Classe Operária* de 17 de abril de 1930. O PCB estaria sendo orientado por políticas “menchevista, antileninista e antimarxista”.

Como consequência, ao proletariado cabia um papel secundário, quando ele deveria ser a garantia essencial de que o poder seria conquistado e mantido, exercendo sua hegemonia na revolução democrático-burguesa. Mesmo as resoluções do 3º Congresso foram classificadas de “oportunistas” por

defenderem a teoria de “terceira revolta”, que mantinham os comunistas e o BOC na expectativa de um novo levante tenentista. O PCB assumiu essa orientação, assim como os demais partidos comunistas da América Latina, na Conferência de Buenos Aires. O resultado foi o afastamento do tenentismo, e consequentemente do processo da Revolução de 1930.

Segundo Maurício Grabois e João Amazonas, no documento *Cinquenta anos de luta*, os comunistas adotaram “posições sectárias” e se afastaram da situação real, “aplicando mecanicamente as teses da Internacional Comunista”. As decisões de 1929 teriam outras condicionantes, segundo Grabois e Amazonas, como o afastamento das grandes massas, deixando de “influir sobre elas e se tornar uma corrente política de projeção nacional”. Os comunistas não souberam “disputar, no decorrer da luta, a liderança daquele movimento com os agrupamentos burgueses e pequeno-burgueses”, comentaram.

De acordo com eles, tentaram “combater a influência nociva das ideias pequeno-burguesas”, mas enveredaram “por um caminho errôneo”, adotando a “proletarização” com uma “campanha contra os elementos de origem pequeno-burguesa e em favor de um pretenso modo de vida proletário”, vendo “como causa de sua estagnação os indivíduos e não as concepções estranhas”.

Esse debate voltaria à tona quando o PCB conquistou a legalidade, em 1945, conforme revelaram as *Teses* publicadas no começo de 1947, para o 4º Congresso, que, previsto para maio daquele ano, seria adiado em consequência da cassação do registro do Partido e se realizou somente em 1954. Os quadros do PCB deveriam beber na fonte inesgotável dos clássicos do marxismo-leninismo e na obra *História do Partido Comunista da União Soviética* — Prestes, no seu “Informe” ao Comitê Nacional da reunião de agosto de 1945, havia dito que este era o livro de que mais os comunistas necessitavam — para a elevação do nível teórico e para sua têmpera política, recomendou o documento.

No *Boletim de Debate*, publicado no jornal *A Classe Operária*, Maurício Grabois escreveu que essa luta vinha de 1929, quando os comunistas começaram, tardiamente, a “proletarização”. “A história do Partido se identifica com a própria luta do proletariado e do povo brasileiro nestes últimos vinte e cinco anos pelo progresso e pela democracia e, especialmente, pela solução dos grandes problemas da revolução democrático-burguesa”, comentou Grabois, que foi protagonista daquela trajetória, complementando que o Partido, desde a sua fundação até 1929, inclusive durante a realização do seu 3º Congresso, sofrera influências pequeno-burguesas e não lutara contra elas.

Mesmo depois de 1929, disse, o PCB andou por caminhos tortuosos.



“Não se pode também negar que durante os anos 1934 e 1935 predominavam o golpismo, o aventureirismo e a provocação na direção do Partido, apesar de muito se falar então em luta contra as influências estranhas. Ainda no período entre 1936 e 1940, esteve o nosso Partido sob uma orientação oportunista”, detalhou. O desligamento da massa, em sua avaliação, era o resultado da influência das “ideologias estranhas”, como o sectarismo, o oportunismo, o aventureirismo, e fundamentalmente a incompreensão das tarefas do proletariado na revolução brasileira.

Para ele, essa debilidade facilitava a subida aos postos da direção de “golpistas, esquerdistas extremados e, entre eles, alguns aventureiros facilmente transformáveis em provocadores policiais”. Da sua fundação em 1922 até 1928, os comunistas tinham uma espécie de “partido operário radical”, sem teoria revolucionária, sem perspectivas políticas, dominado pela ideologia pequeno-burguesa, com “as relações mais ou menos secretas com os dirigentes tenentistas”, agulhou ele. As *Teses*, comentou, mostravam que a crise do capitalismo trouxera “rápida diferenciação da pequena burguesia no Brasil e determinou séria crise interna em nosso Partido que, para não desaparecer no charco imperialista a que foram ter em sua quase totalidade de revolucionários pequeno-burgueses do tenentismo, precisou iniciar vigorosa luta pela sua efetiva proletarização”.

Só na 2ª Conferência Nacional, realizada em 1943, conhecida como “Conferência da Mantiqueira”, e que representou “um marco histórico na luta contra as ideologias estranhas” — ainda forte naquele período de legalidade, de acordo com Grabois —, o Partido começou o processo efetivo de ligação com as massas. Foi quando a União Nacional dos Estudantes (UNE) ganhou força e a Liga de Defesa Nacional, fundada em 1918, ressurgiu com forte presença comunista. Uma das tarefas prioritárias seria a mobilização popular a favor da entrada do Brasil na guerra contra o Eixo nazi-fascista (Alemanha-Itália-Japão), a Segunda Guerra Mundial, especialmente com a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutaria na Itália.

A 2ª Conferência, que homenageou o líder soviético Josef Stálin como a principal referência das forças aliadas contra o Eixo, conclamou a unidade nacional na defesa da “guerra de libertação dos povos nacionalmente oprimidos pelo fascismo”, “guerra de preservação da liberdade dos povos contra a ameaça de dominação fascista”, “guerra de todos os povos pelo esmagamento do fascismo, sob o exemplo da União Soviética dirigida por Stálin”. E avaliou como importante vitória a reviravolta na política exterior do governo brasileiro, em 1942, declarando guerra ao nazi-fascismo, resultado de poderosa pressão das massas, e indicando o caminho de todo apoio à abertura da segunda frente de batalha no conflito mundial — até 1944, a União Soviética-

ca, contando somente com suas forças, travaria uma batalha épica na frente oriental.

Grabois, embora protagonista da trajetória que analisou, olhava aquele período ainda recente historicamente com lentes que limitavam o alcance necessário para uma avaliação mais apurada, só possível com o decorrer de um maior espaço de tempo. Com todas as inegáveis debilidades, cumpre enfatizar o esforço dos comunistas brasileiros daquele período para darem consequência ao curso que o marxismo percorreu desde a chegada das ideias de Karl Marx na América Latina, no final século XIX. Só na década de 1920, com a fundação dos partidos comunistas, essa concepção teórica começou a ganhar forma política, especialmente com a constituição do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista.

Caio Prado Junior, em sua obra *Revolução Brasileira*, afirmou que desde 1926 essa organização preconizara a política de frentes populares, tomando como exemplo a experiência da China, ideia que daria forma à Aliança Nacional Libertadora (ALN) — que comandou o Levante de 1935 — e à “união nacional”, formulação do PCB defendida até a cassação dos seus mandatos parlamentares, em 1948. A política de frentes populares ficou melhor definida no 7º Congresso da Internacional Comunista, realizado em agosto de 1935, quando George Dimitrov apresentou o seu célebre *Informe*.

De acordo com sua formulação, o capitalismo, diante da grave crise que enfrentava, precisava do fascismo para resolver seus problemas. E a principal ação seria “atalhar” o crescimento das forças revolucionárias, com sua destruição, e tomar de assalto militar a União Soviética, o baluarte da revolução. A luta antifascista, segundo o relatório de Dimitrov, era abrangente e exigia um amplo espectro de forças, uma ferrenha batalha contra a ideologia do fascismo que, pela gravidade da crise, exercia forte influência nas massas.

O diagnóstico se revelou preciso, inclusive no Brasil; o golpe de 1937 foi uma guinada do governo do presidente Getúlio Vargas à direita, se aproximando ideologicamente do Eixo. Com o protagonismo da União Soviética no teatro da guerra e a formação dos “Aliados”, houve a reviravolta na política exterior. Quando os canhões silenciaram fogo na Europa, em 1945, os comunistas despontaram como poderosa força moral e política em quase todo o mundo, inclusive no Brasil. As bandeiras vermelhas que tremularam a cada lance da guerra foram importantes para a tática do PCB de unir o país contra o que restou de ameaça nazi-fascista e fazer avançar a democracia.

Como vítimas principais da barbárie fascista do Estado Novo, os comunistas sabiam que as boas relações do Brasil com a União Soviética seriam determinantes para a sua ação política. Logo após o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, em 2 de abril de 1945, Luiz Carlos

Prestes, ainda na prisão, telegrafou a Getúlio Vargas cumprimentando-o e cobrando anistia aos presos políticos.

Maurício Grabois também liderou um telegrama ao presidente da República, com várias assinaturas, dizendo que a aproximação do Brasil com a União Soviética contribuía “eficazmente para elevar o prestígio internacional da nossa pátria e ampliar as condições para o progresso e efetiva democratização do nosso país”. Era uma medida que concretizava os “anseios longamente alimentados pelo povo brasileiro, já irmanado com as armas soviéticas na luta pelo aniquilamento do nazi-fascismo, através da gloriosa Força Expedicionária Brasileira”.

Prestes seria libertado em 18 de abril de 1945, segundo o jornalista Muriilo Melo Filho, no livro *Testemunho político*, como cumprimento de parte de um pacote negociado pelo Brasil com a União Soviética para o restabelecimento das relações diplomáticas. O PCB, com sua política de “união nacional”, intensificou a campanha para democratizar o país, especialmente após a conquista da legalidade, condição que julgava diretamente ligada ao progresso das relações entre as potências.

Essa posição foi oficializada no “Pleno da Vitória”, como ficou conhecida a primeira reunião legal da direção nacional depois de vinte e três anos de vida clandestina, realizada entre 7 e 12 de agosto de 1945. Falando no encerramento da reunião, Prestes evocou os horrores do fascismo, mostrando como foi importante a colaboração das demais potências com a União Soviética, que teve como consequência no Brasil a politização do povo, um fator importante na luta pelo afastamento dos fascistas de posições-chave do governo.

Naquele momento em que os comunistas saíam para a vida legal – ao ar puro da livre discussão, ao sol meridiano da crítica e da autocrítica, disse Prestes –, os comunistas deveriam ter em conta a importância do Brasil no continente e no mundo. Por sua grandeza geográfica, por suas riquezas potenciais, por sua importância política como fator decisivo na luta pela consolidação da paz no período de desenvolvimento pacífico daquele pós-guerra. “Não é atitude patrioteira afirmar que o Brasil pode ser colocado ao lado das grandes potências do mundo. Se nos anos de 1937 a 1942 tivéssemos seguido outro caminho, se os aliancistas não tivessem sido derrotados em 1935, outra seria nossa situação hoje, e poderíamos estar ocupando o lugar de sexta potência, ao lado da União Soviética, dos Estados Unidos, da China, da Inglaterra e da França”, afirmou.

Em meados de 1942, Prestes recebeu a visita do deputado comunista cubano Blas Roca, que no dia seguinte visitaria o ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, e lhe pediria para dizer a Vargas que se o governo

fosse ao encontro dos anseios do povo e se colocasse à sua frente na luta contra o nazismo, declarando imediatamente guerra ao Eixo, seu nome iria para a história ao lado dos de Franklin Delano Roosevelt, Josef Stálin e Winston Churchill. “Mas o senhor Getúlio Vargas não quis seguir esse caminho. Sabemos o quanto custou ao nosso povo, povo antifascista, chegar à guerra contra o nazismo”, lamentou.

A existência legal do Partido Comunista, segundo ele, era uma garantia para a democratização, um poderoso esteio da democracia em todo o continente. “Não era por acaso que em Cuba, no México, no Chile, pediam a nossa liberdade, a liberdade dos presos brasileiros antifascistas, a liberdade do Partido Comunista do Brasil”, observou. “Não era por simples sentimentalismo que se fazia isso; os povos irmãos compreendiam a necessidade da existência da democracia no Brasil. Não pode haver democracia onde não existe o Partido Comunista legal. O Partido Comunista é, hoje, um fator de paz, de ordem, de tranquilidade, de evolução pacífica pela democracia”, enfatizou.

Prestes defendia a existência de um Partido Comunista poderoso no Brasil, como existia na União Soviética. Em visita ao escritor Monteiro Lobato, ele falou do assunto – registrado pelo jornal *Tribuna Popular*. “Capitão, que de melhor e mais útil o senhor viu na União Soviética, que mais lhe impressionou?”, indagou o escritor. “Vi muita coisa, mas de uma me convenci: o quanto é difícil construir o socialismo! E mais: que isso só é possível com um poderoso instrumento — o partido comunista bolchevista”, respondeu. Lobato quis saber se no Brasil era possível organizar um “instrumento” semelhante. “Temos todas as condições para construir em nosso país um poderoso Partido Comunista”, disse. “É preciso, é preciso, capitão!”, respondeu o escritor.

A União Soviética era, naquele momento, a mais destacada referência para os comunistas brasileiros, segundo disse João Amazonas num ato de comemoração do 28º aniversário da Revolução Russa, realizado na noite de 7 de novembro de 1945. Ali estava se comemorando uma data muito cara ao coração de todos os trabalhadores de todo o mundo e à humanidade em geral, afirmou. Segundo ele, o Partido “sempre a comemorara, nos heroicos anos da ilegalidade, e os comunistas jamais deixaram de render homenagem à grande data mesmo quando se achavam lançados pela reação fascista nas suas imundas cadeias”.

Amazonas lembrou que a reação fascista escolhera justamente o dia 7 de novembro, aniversário da Revolução, para conduzir Prestes brutalmente ao nefasto Tribunal de Segurança Nacional, em 1940. “Mas Luiz Carlos Prestes reafirmou-se na sua grandeza: perante o nefasto Tribunal, saudou os imortais povos soviéticos, prestou sentida e profunda homenagem à Revolução Socialista, dando-nos, assim, com sua corajosa atitude, um exemplo que ja-



mais será esquecido e que os comunistas sempre terão presente em sua luta contra o nazi-fascismo, pela democracia, progresso e bem-estar da pátria e do povo brasileiros”, discursou.

No mesmo ato, Grabois afirmou que comemoração como aquela estava ocorrendo em todos os países onde existiam correntes verdadeiramente democráticas, porque a humanidade devia a sua liberdade à vitória esmagadora das Nações Unidas sobre Hitler, das quais a União Soviética fora durante a guerra, e continuava sendo na paz, um dos mais decisivos esteios. “As forças reacionárias podem dizer cinicamente o que bem entendem, mas a verdade é que aqui se homenageia os povos soviéticos que varreram da sua pátria a tirania que sobre ela pesava e que, esmagando militarmente o nazi-fascismo, varreram da face da terra a tirania que pretendia escravizar para sempre toda a humanidade”, acrescentou.

A ideia de um Partido Comunista forte para fortalecer a democracia, contudo, esbarraria na correlação política que começou a se formar tão logo a guerra terminou. Comentando a Revolução Russa em artigo na *Tribuna Popular* de 10 de novembro de 1945, Grabois escreveu que os jornais reacionários brasileiros procuravam desmoralizar os comunistas, chamando-os de “bolcheviques”. “Não poderia haver elogio maior para um comunista do que chamá-lo de bolchevique, nome dado ao membro de um partido que conseguiu realizar o socialismo na sexta parte do mundo e contribuiu decisivamente para o aniquilamento militar do fascismo, trazendo para a humanidade a certeza de melhores dias. O bolchevique é um exemplo para todos os comunistas do mundo inteiro”, comentou.

Era a primeira vez que se comemorava livremente aquela data no Brasil. “Consideramos a queda do czarismo na antiga Rússia como um fato histórico que interessa a todos os povos progressistas, como interessa a Grande Revolução Francesa, que significou um grande passo no caminho do progresso da humanidade. É, portanto, com o mais profundo sentimento democrático que saudamos o 7 de novembro, justamente no momento que o povo brasileiro está lutando corajosamente para garantir a democracia em nossa pátria contra os manejos dos remanescentes do fascismo, que tudo fazem para impedir a marcha do país no sentido de sua democratização”, escreveu.

Poucos dias antes, um golpe militar, desfechado em 29 de outubro, depusera o presidente Vargas e atacara o Partido, 48 horas após a concessão do seu registro provisório pelo Tribunal Superior Eleitoral. Os comunistas continuaram na legalidade, mas começava ali o recrudescimento da ofensiva da direita, o que fez o PCB manter discreta proximidade com a embaixada soviética, na linha da “união nacional” para isolar os “restos fascistas” existentes no governo. O embaixador soviético no Brasil, Iakov Zakarovitch Suritz — a

troca de embaixadores só ocorreu no final de 1945 —, por exemplo, foi anunciado com uma pequena nota na *Tribuna Popular* comentando a notícia de uma rádio de Moscou e com discretas reportagens.

Nenhum membro do Partido compôs a Comissão de Recepção ao embaixador, apesar da importância que a União Soviética atribuiu ao posto, de acordo com uma agência de notícias de Moscou. A nota dizia: “O generalíssimo Stálin designou o senhor Iakov Zakarovitch Suritz, veterano diplomata soviético, como primeiro embaixador da União Soviética no Brasil. A nomeação do senhor Suritz para a embaixada do Rio de Janeiro indica claramente quão importante Stálin considera esse posto no Brasil. O senhor Suritz é um dos poucos diplomatas soviéticos da velha guarda, tendo ele entrado para o serviço exterior russo pouco depois da Revolução.”

Em 25 de março de 1946, a Comissão Executiva do PCB reuniu-se e divulgou uma nota denunciando a existência evidente de um “plano organizado” contra a marcha ascendente da democracia, mais particularmente contra os comunistas. A situação mundial explicava em parte os ataques, uma diretiva dos “elementos mais reacionários do capital financeiro americano e inglês”, que buscavam “mais uma vez uma saída guerreira” diante do “ascenso da democracia em todo o mundo, com o prestígio crescente da União Soviética”.

A cassação do registro e dos mandatos do PCB, em 1947 e 1948, respectivamente, azedou de vez a convivência com o governo do general Eurico Gaspar Dutra, eleito em 1945. Ainda em 1947, as relações diplomáticas com a União Soviética seriam rompidas, quando o país se viu envolvido em uma polêmica decorrente dos rumos que a situação internacional tomava após a morte do presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt. Os Estados Unidos usaram o Brasil, que pleiteava um lugar permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), em suas intrigas internacionais.

A pressão da direita fez o PCB ir para o esquerdismo, com uma retórica de defesa enfática da União Soviética. As palavras de Stálin serviam de referência em meio ao vendaval de informações e contrainformações que rodava no mundo. Na defesa de Prestes, violentamente atacado, por exemplo, Grabois escreveu no jornal *Voz Operária* que os comunistas brasileiros “assumiram o compromisso de que jamais faríamos guerra à gloriosa União Soviética, ao mesmo tempo em que também se comprometeram, caso os ingentes esforços que atualmente realizam os povos pela paz não pudessem evitar o desencadeamento de uma nova guerra imperialista, tudo fazer para transformar essa guerra imperialista em guerra de libertação nacional”.

Nessa época, os comunistas brasileiros procuravam uma sintonia mais precisa com o mundo socialista. Em abril de 1950, João Amazonas foi envia-

do ao 9º Congresso do Partido Comunista da Tchecoslováquia. Lá, além de saudar o evento em nome de Prestes e dos comunistas brasileiros, ele fez um breve comentário sobre a conjuntura do Brasil e retomou o contato com os soviéticos. Para o PCB, só a União Soviética, que saíra da guerra ainda mais poderosa e fora reforçada com a Revolução Chinesa, poderia evitar a catástrofe de uma nova guerra mundial.

Seguindo aquela tendência, o Partido assumiu com entusiasmo a campanha contra a bomba atômica e em defesa da paz. O Congresso Mundial dos Partidários da Paz, reunido em Paris em 1949, recomendou a organização, em cada país, de comitês nacionais. O movimento ganhou força quando, em março de 1950, o comitê permanente do Congresso Mundial dos Partidários da Paz, reunido em Estocolmo, lançou um apelo pela proibição da bomba atômica com uma campanha de assinaturas em sua defesa. Os comunistas brasileiros, que denunciaram a intenção do governo de enviar tropas à Guerra da Coreia, conseguiram mais de 4,2 milhões de assinaturas.

Os contatos de Amazonas permitiram que Diógenes Arruda Câmara participasse do 19º Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da União Soviética — que mudou o nome para Partido Comunista da União Soviética (PCUS) —, realizado em outubro de 1952. Segundo Arruda, Stálin foi muito receptivo. “O camarada Stálin tinha bastante carinho pelo nosso Partido e nos ajudou do ponto de vista teórico”, afirmou. Os comunistas brasileiros estavam discutindo o Programa que seria aprovado no 4º Congresso do PCB, realizado em 1954.

Arruda voltou convicto de que, com a mudança de rumo no mundo, o PCB deveria se preparar melhor. O Brasil estaria, de acordo com as análises de Stálin, no epicentro da crescente tempestade política mundial e os comunistas brasileiros deveriam se preparar à altura. Com esse objetivo, o Partido começou a enviar grupos de dirigentes e militantes para cursos intensivos de marxismo-leninismo em Moscou. Esse intercâmbio foi muito valorizado pelo PCB, uma vez que as informações sobre a pátria do socialismo chegavam ao Brasil com dificuldades.

Quando a terceira turma estava na União Soviética, estourou a bomba do 20º Congresso PCUS, que provocaria abalos profundos no movimento comunista mundial. No Brasil, criaram-se dois campos: um, ligado ao Partido Comunista do Brasil reorganizado, que assumiria a sigla PCdoB e se afastaria da órbita soviética; e outro, formado com o surgimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se manteve aliado às novas teses do PCUS. Apesar das acirradas divergências entre as duas organizações, o novo PCB, tido pelo PCdoB como revisionista, conservou em sua trajetória aspectos da teoria e da prática comunista, ao mesmo tempo em que estreitou seus vínculos com a

União Soviética — inclusive prosseguindo com o envio de integrantes para cursos naquele país.

Para o PCdoB, contudo, o 20º Congresso reviu princípios do marxismo-leninismo, fazendo do PCUS um instrumento político sem viés revolucionário. Consequentemente, quem ficou nesse campo se alinhou com o revisionismo. Na crise, uma prolífica publicação de documentos mostrou o abismo que se formara entre a China e a União Soviética. Na mesma margem ficaram o Partido Comunista da China (PCCh), o Partido do Trabalho da Albânia (PTA) e o PCdoB. O estudo da “guerra popular” — tida como um caminho revolucionário — passou a ser reforçado e se transformaria em prática quando veio o golpe militar de 1964. A Guerrilha do Araguaia foi o auge dessa experiência.

Com a *débâcle* do bloco soviético e da Albânia, nos anos 1989 a 1991, o PCdoB se voltou para uma análise histórica da experiência socialista. No seu 8º Congresso, realizado em 1992, João Amazonas conclamou a militância a enfrentar a crise do marxismo e do socialismo. O Congresso concluiu que os comunistas da União Soviética, com Stálin na liderança, não haviam respondido à altura, na elaboração teórica, à evolução do socialismo. Houve uma estagnação no desenvolvimento do marxismo, constatou-se. Amazonas, com sua experiência e vasto conhecimento teórico, liderou aquele exame clínico do socialismo e indicou a importância de se ultrapassar a fronteira do 20º Congresso do PCUS para ter a devida compreensão da crise.

O PCdoB fez um amplo balanço das conquistas da Revolução Russa de 1917 e indicou que ela — embora o novo sistema não tivesse ainda alcançado o nível de desenvolvimento econômico dos grandes países capitalistas — demonstrou inequívoca superioridade no equacionamento e na solução dos problemas angustiantes com que se defronta a humanidade. A União Soviética havia avançado séculos na luta por um mundo melhor, avaliou. O Partido também passou em revista o período revisionista iniciado em fins da década de 1950 e começo da de 1960, avaliando que uma tendência antissocialista, de fundo liberal-burguês, assumira o comando do país dos soviéticos.

Sobre Stálin, o PCdoB concluiu que ele, como principal dirigente do PCUS e teórico marxista-leninista, teve responsabilidade no ocorrido. Não deixou cair a bandeira revolucionária, mas revelou deficiências, cometeu erros — alguns graves —, equivocou-se em questões importantes da luta de classes. Particularmente no fim da vida, Stálin exagerou seu papel de dirigente máximo. Caiu no subjetivismo e, de certo modo, no voluntarismo. Permitiu o culto à sua personalidade que conduziu à subestimação do PCUS. O PCdoB também constatou que as debilidades ideológicas no enfrentamento com os revisionistas, em 1956-1957 — quando toda a velha guarda bolchevique tinha deixado se envolver nas maquinações de Krushev —, demonstra-

vam que Stálin não dera atenção suficiente, em especial a partir da década de 1940, à formação leninista e à luta ideológica.

O Partido afirmou ainda que a tese de Stálin de quanto mais avança a construção do socialismo, maior é o acirramento da luta de classes mostrou-se equivocada. Conduziu a repressões continuadas e possivelmente desnecessárias, com repercussão negativa na credibilidade do regime. Dificultou o fortalecimento da legalidade democrática e socialista. Ressalvou, entretanto, que os ataques a Stálin eram um artifício para manifestar oposição a certos conceitos básicos do socialismo. O PCdoB concluiu que avaliava a figura de Stálin no plano histórico e que não era stalinista nem tampouco antisstalinista.

O 8º Congresso chegou à crise do marxismo do tempo de Vladimir Lênin, o líder da Revolução Russa, para fazer um paralelo com aquela situação soviética. De acordo com a Resolução aprovada, seria necessário um esforço idêntico para o desenvolvimento da teoria revolucionária. E o ponto de partida deveria ser a reafirmação da identidade dos comunistas. Amazonas sistematizou, no Congresso, o que acumulara em suas pesquisas e prosseguiu nesse estudo enquanto esteve à frente do PCdoB, dando base à formulação do Programa Socialista, aprovado na 8ª Conferência em 1995, centrado na tese de que não existe modelo de socialismo. Começava, no processo do 8º Congresso e da 8ª Conferência, uma nova compreensão do PCdoB sobre a luta pelo socialismo.

|| OSVALDO BERTOLINO é jornalista, escritor e pesquisador da Fundação Maurício Grabois



Educação e ciências

—

—

O LEGADO EDUCACIONAL DA REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917

Nereide Saviani

Considerações Iniciais

No final dos anos de 1950, mais precisamente a 4 de outubro de 1957, um grande feito causou o maior alvoroço no mundo capitalista, em especial nos Estados Unidos da América, acendendo um alerta vermelho ao seu Alto Comando e abalando a crença do povo estadunidense sobre a superioridade de seu país. Nesse dia, a União Soviética – sem nenhum estardalhaço, nem mesmo comunicação prévia – lançou ao espaço o *Sputnik*, primeiro satélite artificial da Terra.

Pesado maior aconteceu um mês depois, quando a União Soviética repetiu a façanha, ao lançar o *Sputnik II*, levando a bordo a cadela Laika, no dia 3 de novembro de 1957.

Como foi possível isso, a um país que, quarenta anos antes, em 1917, figurava entre os mais pobres e atrasados do mundo, com um povo faminto e ignorante, majoritariamente analfabeto? Um país que passou por guerras civis, invasões estrangeiras, sem infraestrutura para superar a escassez de alimentos, a falta de combustível e de condições básicas para o desenvolvimento científico e tecnológico?

Em Educação, o impacto não foi menor. O pragmatismo – que grassava nos meios pedagógicos dos Estados Unidos da América e se alastrara mundo afora – passou a ser questionado por sua ênfase à utilidade dos conhecimentos, direta e imediatamente aplicáveis, de acordo com interesses individuais dos alunos. Assim como pela pouca atenção ao conteúdo do ensino, subordinado a técnicas, procedimentos e recursos de aprendizagem, e pela defesa de que não fosse tão difícil que os alunos não conseguissem aprendê-lo, nem tão fácil que pudesse tornar-se decepcionante (1).

Tais questionamentos levaram ao surgimento, a partir do início da década de 1960, de certo movimento, entre pesquisadores e educadores estadunidenses, voltado para a consideração da *estrutura das disciplinas* na organização do currículo escolar. Intensificou-se o interesse de sociedades científicas por

questões curriculares, passando-se a estabelecer relação direta com especialistas em Educação e educadores em exercício. Organizações profissionais de caráter nacional começaram a intervir nos processos de organização do currículo. Fundações privadas aumentaram o investimento no ensino oficial. Mobilização geral, para reflexão e debate sobre o nível do ensino no país e dos cientistas que esse movimento vinha formando. Isso tudo, diretamente decorrente do alarme provocado pelo lançamento do *Sputnik russo*.

Qual o segredo da “pedagogia russa”? Não teriam seus mentores e organizadores buscado referências nos países mais avançados e até “copiado” experiências dos Estados Unidos da América? O *método de complexos*, como meio didático e como forma de organização curricular, não se assemelhava aos *centros de interesses* e às *unidades de trabalho*, da chamada *escola ativa*, base da *pedagogia nova*, que os países capitalistas avançados praticavam, opondo-se à *pedagogia tradicional*, mais afeita ao autoritarismo predominante nos países socialistas, tão atrasados?

Perguntas eivadas de preconceitos, alimentados por pesada propaganda ideológica que deixara desprevenido o país inteiro, refém do castelo de crenças na “Grande América”, superior a todos os povos do resto do mundo. Castelo que teve seus alicerces gravemente sacudidos, com a constatação de que havia, sim, avanço tecnológico maior, capaz de atingir, antes, a proeza que os estadunidenses tentavam havia décadas. Justamente no campo inimigo, tão vilipendiado!

Do ponto de vista da União Soviética, teriam sentido tais interrogações? E como seriam respondidas? Existiria, mesmo, essa aludida *pedagogia russa, tradicional, arcaica*? Copiava as pedagogias do mundo capitalista em quê?

Enquanto concepção, as raízes se encontram em Marx e Engels, os quais não publicaram nenhuma obra especificamente sobre Educação, mas em cujos escritos se encontram profundas análises e reflexões que serviram de base para a luta pela educação do proletariado, já no seu tempo e por sua influência, em momentos posteriores, à luz da produção de outros autores marxistas. O principal conteúdo dessas contribuições é a crítica à educação burguesa (como concepção e como prática). Essa crítica tem por corolário o vislumbre de uma educação que supere as contradições do conteúdo e das formas educacionais então predominantes. Entre os temas por eles abordados, destacam-se: as condições de trabalho e de instrução das crianças trabalhadoras do século XIX; o papel do Estado na educação; o princípio da união entre escola e trabalho; ideais das revoluções burguesas (ensino universal, público, gratuito e obrigatório); a laicidade do ensino; a escola única. E a síntese feita por Marx (2) sobre a *educação integral*: educação intelectual; educação corporal (ou física); educação tecnológica (ou politécnica) (MARX; ENGELS, 1978, p. 223).

Pode-se dizer que Lênin levou bem a sério o que aprendeu de seus precursores e, ao analisar a realidade da sua época, desenvolveu a crítica à educação burguesa, a denúncia à precária situação da educação dos trabalhadores (na Rússia e em outros países), o que lhe permitiu o exame dos desafios a enfrentar e a decisão sobre medidas a tomar, uma vez realizada a Revolução.

Lênin também não escreveu especificamente sobre a Educação. No entanto, vários temas educacionais aparecem com muita frequência em seus discursos e artigos, dada sua obstinada preocupação com a formação do *homem* (ser humano) *novo*, numa sociedade de novo tipo. Notam-se, assim: discussão de princípios, diretrizes e propostas para a educação do proletariado; análise de experiências pedagógicas; diálogos com os movimentos estudantil e docente; reflexões sobre a relação da educação com outras esferas da vida social (o trabalho produtivo, a comunicação, a política, o papel do Estado, do Partido...). O trabalho de “garimpagem” nos 55 volumes das suas *Obras Completas* nos é poupado pela consulta a algumas coletâneas (LENINE, 1977; LÊNIN, 1981 (3)).

Todavia, sua contribuição se sobressai na relação dialética entre concepção e ação concreta, como líder da Revolução, dirigente do Estado Soviético e do Partido Bolchevique. Esforços no sentido do **desenvolvimento das forças produtivas e da elevação do nível de consciência do proletariado** marcaram a atuação do poder proletário, sob seu comando. Era imprescindível o restabelecimento das forças econômicas do país, assentadas em nova base, “com um vasto plano de transformação industrial e econômica (...) Essa nova base é o plano de eletrificação” (LÊNIN, 1981, p. 87-88). Obviamente, a instrução se colocava como primordial para a formação de trabalhadores capazes de entender e operar em bases técnicas modernas. Porém, não uma instrução reduzida ao ensino profissional, até então restrito ao adestramento e à subserviência à lógica capitalista. “Isso requer uma cultura e uma instrução mais elevadas” (IDEM. IBIDEM, p. 88). Daí a urgência de transformar a Educação, com a instauração de um sistema que englobasse a Instrução Escolar e a Educação Extraescolar. A começar com um plano de alfabetização.

Tratava-se de formar trabalhadores cultos e conscientes do seu papel como edificadores de uma nova sociedade, que entendessem seus novos valores e com eles se identificassem. E nisto contou com grandes educadores, como Krupskaya (s/d), Lunnartcharski (1988), Makarenko (1978), Pistrak (2009), entre outros, aos quais recorreremos para discutir o tratamento dado à Educação na União Soviética, no período imediatamente após a tomada do poder pelos bolcheviques, naquela que foi a gloriosa Revolução Russa, cujo centenário, em 2017, é digno das maiores comemorações, entre trabalhadores e trabalhadoras de todos os países.



Eliminar o Analfabetismo, Organizar a Instrução Pública

Primando pela *análise concreta da realidade concreta*, Lênin enxergava na Educação um elemento-chave para alavancar as necessárias transformações na base material e na superestrutura da sociedade. Assim é que colocou o acento na **alfabetização**, por ele valorizada tanto quanto a **eletrificação**. A sociedade precisava sair da obscuridade física, ambiental e, também, da obscuridade cultural. Não seria possível pôr em prática a eletrificação enquanto existissem analfabetos. E a alfabetização, para efetivar-se, precisava da eletrificação (LENINE, 1977, p. 36).

Por onde começar? Na visão dialética, não caberia tal conflito. Dois polos igualmente necessários seriam conjuntamente desencadeados. Então, eis a determinação do grande dirigente: cada central elétrica construída seria, também, base de instrução, a começar pela alfabetização. O plano de *eletrificação* seria também o plano das *brigadas de alfabetização*. Participar dessas brigadas passaria a ser a principal tarefa da juventude instruída – visitar todas as povoações para eliminar o analfabetismo, a fim de que a próxima geração não tivesse analfabetos. Mas “não basta que (...) se procure eliminar o analfabetismo. (...) Faltam-nos trabalhadores que, além de saberem ler, sejam cultos, conscientes, instruídos” (IDEM. IBIDEM, p. 37). E que saibam *trabalhar e valorizar o trabalho como prática social* – este o sentido da “alfabetização total”, sem a qual nenhum projeto, em qualquer área, teria êxito. Por exemplo: “se este problema elementar não está resolvido entre nós, é ridículo falar de uma nova política econômica” (IDEM. IBIDEM, p. 39).

De fato, o poder soviético encontrou-se diante de imensos desafios e dificuldades em matéria de alfabetização. Apesar de todas as medidas tomadas, o recenseamento de 1920 atestava, ainda, grande atraso no nível geral de instrução, com pouco avanço em relação à época czarista (dados de 1897). Quadro comparativo apresentado por Lênin (IDEM. IBIDEM, p. 40) revela que, em 1897, de cada mil homens, apenas 318 sabiam ler e escrever – índice que, em 1920, só atingiu 409. Situação pior a das mulheres: em 1897, apenas 131 em cada 1000 sabiam ler e escrever – só conseguindo chegar, em 1920, a 244! Dados que exigiram as seguintes reflexões:

Isto constitui uma advertência séria, uma censura àqueles que ainda se perdem em fantasias sobre a “cultura proletária”, demonstrando que ainda temos de executar um trabalho perseverante e penoso para dispormos de um nível normal de um país civilizado da Europa ocidental, e evidenciando, além do mais, quanto é grande a tarefa que temos de cumprir para conseguirmos, com base nas

nossas conquistas proletárias, um relativo nível cultural. (IDEM. IBIDEM, p. 41).

E quanto às escolas e aos alfabetizadores? No artigo *Acerca de nuestras escuelas* (publicado no jornal *Pravda*, n. 10, de 18 de dezembro de 1913), Lênin se referia ao censo escolar da Rússia, de 1911, mantido sob “segredo oficial”, e cujos dados – por cidades e aldeias –, a que se teve acesso até então, se referiam somente à comarca escolar de Petersburgo (LÊNIN, 1981, p. 59-60). As cidades da citada comarca contavam com 329 escolas urbanas unitárias, 139 escolas privadas e 177 escolas unitárias paroquiais. Sobre estas últimas, uma nota explicativa:

Escolas paroquiais: escolas primárias na Rússia pré-revolucionária, dependentes das paróquias eclesiásticas. Em seu programa de estudos ocupavam o lugar principal o catecismo, os livros sagrados em idioma eclesiástico eslavo e o canto litúrgico, dedicando-se menos atenção que nas escolas primárias de outros tipos ao estudo do russo e da aritmética (IDEM. IBIDEM, p. 162).

Além da insuficiente quantidade de escolas, os dados do censo levavam à constatação da precariedade e da insalubridade das instalações, ao informar sobre a superfície, a luminosidade e a capacidade cúbica de ar (considerando-se a quantidade e a dimensão das janelas em relação à dimensão das salas), assim como o espaço para cada estudante. Nas escolas em geral, mas principalmente nas paroquiais, as aulas aconteciam em salas pequenas, escuras, pouco ventiladas, configurando-se um verdadeiro “*hacinamiento*” (IDEM. IBIDEM, p. 60) – termo empregado para expressar as salas como um amontoado de alunos.

Sobre os alfabetizadores (mulheres, predominantemente), Lênin denunciava: “Mestras pobres e famintas (...) Mestras ignorantes”. Baixíssima remuneração: 924 rublos anuais nas escolas urbanas, 609 nas privadas e 302 nas paroquiais. Precária escolaridade, constatada na porcentagem de “instrução geral laica média e superior (...)”. Nas escolas urbanas, 76%; nas privadas, 67%; e nas paroquiais, 18%”! (IDEM. IBIDEM, p. 59). Dados que motivaram o autor a propor, no final do artigo:

Uma das tarefas essenciais dos representantes das organizações sindicais e culturais operárias no próximo Congresso Nacional de Instrução Pública deverá consistir em expor e avaliar em todos



seus aspectos a situação da nossa escola e dos mestres (IDEM. IBIDEM, p. 60).

Seis anos depois do censo escolar de 1911, o poder proletário constituído com a Revolução Russa iria encontrar um panorama educacional tão ou mais grave em Petersburgo e ainda pior nas demais regiões do país. Novos artigos e pronunciamentos do agora dirigente maior do Estado Soviético tratariam dos desafios para superar a escassez e a precariedade das escolas e transformar a formação e as condições de trabalho dos professores – tarefa de grande dimensão, árduo e longo trabalho, que exigiria perseverança, investimentos prioritários e a ação abnegada dos trabalhadores e das organizações da juventude. Como nos números 2 e 4 do *Pravda*, de janeiro de 1923, em que se destaca a necessidade de o mestre-escola ocupar uma posição mais elevada na sociedade, o que significaria prepará-lo para exercer adequadamente sua função, melhorar a sua situação material e estimular e reforçar sua organização. Alfabetizar, portanto, permanecia como objetivo de difícil alcance (LENINE, 1977, p. 43).

Não somente na alfabetização. Na instrução pública em geral – como em outros terrenos de trabalho e em todas as esferas de organização – grande desafio foi lidar com pessoas e organizações que durante muito tempo foram prisioneiras dos prejuízos burgueses e, mesmo assim (e até por causa disso), não reconheceram o Poder Soviético. No exército, grupos dirigentes de comitês militares ameaçaram marchar sobre Petrogrado e declararam solidariedade aos governos burgueses. Fenômeno que se repetiu em todas as organizações de massas, como as dos operários ferroviários, dos empregados dos Correios e Telégrafos e dos trabalhadores do ensino, estreitamente vinculados a operários e camponeses. Fez-se necessário combater a velha associação do magistério, composta por docentes que, implícita ou explicitamente, se mantinham favoráveis ao capitalismo, inclusive por adversários ideológicos que se autodenominavam socialistas. (LÊNIN, 1981, p. 81-82).

Duas grandes tarefas se colocavam como prioritárias e intimamente relacionadas: a militar e a educacional. Nos primórdios da Revolução, foi necessária a preparação para a resistência bélica, na defesa do Estado Soviético, exigindo-se do exército e do povo em geral o treinamento prático, mas com ampla atividade propagandística sobre a importância de se preservar o poder proletário na condução das mudanças requeridas e na transição para a edificação pacífica do projeto socialista. Vincular “a elevação geral da cultura e dos conhecimentos com as necessidades econômicas candentes” seria a chave para tal edificação – conforme assegurou Lênin (IDEM, p. 89) (4):

Estamos absolutamente seguros de que, se tivermos cumprido em dois anos a difícil tarefa militar, cumprimos no transcurso de cinco ou dez anos uma tarefa ainda mais difícil: a tarefa relacionada com o ensino, a cultura e a instrução.

Além da já mencionada ligação entre alfabetização e eletrificação, destacam-se, entre as medidas do novo regime: construir escolas; recrutar e formar professores, promovendo reformas na seleção do pessoal docente; organizar bibliotecas, tornando-as mais acessíveis ao povo, com ações para estimular a leitura; associar a instrução pública à educação extraescolar (fora do sistema de ensino, no âmbito da propaganda e agitação); relacionar a organização do ensino com a organização do trabalho, como meio para romper com a lógica capitalista.

De acordo com Lunatcharski (1988, p. 12-19), presidente do *Comissariado do Povo para a Instrução Pública* (5), esforços não faltaram para reformar o ensino e estimular os professores a participarem do trabalho nas escolas renovadas, assumindo-se o compromisso de não se tomar qualquer medida sem discussão com o magistério. E o que se obteve como resposta: sabotagem, hostilidade, incompreensão.

“Foi preciso adiar para mais tarde a reforma escolar e procurar os meios de traçarmos as vias de sua realização, dispensando esses pedagogos progressistas e contando com a iniciativa e a criatividade do próprio povo” (IDEM. IBIDEM, p.12).

Dispensados, recusaram-se a fazer a transmissão do expediente. O Comissariado encontrou os locais e as salas vazios e levou cerca de um ano para a organização de nova máquina. A saída foi o apelo ao próprio povo. Milhares de pessoas saíram do seio da classe operária e do campesinato para assumirem funções no poder soviético, somando-se ao esforço criador na tarefa de educar e instruir um *homem novo*.

Assim, o Comissariado foi ganhando forma. Constituiu-se o *Departamento de Instrução Pública*. Os professores que persistiram, passaram a participar da discussão da reforma escolar. Estudantes, operários e camponeses que aderiram às brigadas foram se preparando como professores e ajudavam na gestão da Instrução, com a compreensão de que a revolução deve se dar também na escola, “cujo dono é o povo trabalhador e mais ninguém” (IDEM. IBIDEM, p.13). Os trabalhadores foram estimulados a se interessarem pela escolaridade, propondo-se que os professores fossem eleitos e controlados pela população, organizada em comitês ou em sovietes, que assumiriam a direção das escolas.

Não tardou a constatação de que as massas ainda não se encontravam em condições de praticar uma verdadeira autogestão. Muitas das questões

somente poderiam ser decididas pelo governo: “as condições de um poder popular só podem ser reunidas se as massas às quais esse poder é entregue forem instruídas” (IDEM. IBIDEM, p.14).

Quão árduo e lento seria o processo de criação da *escola do trabalho*! Exigiria a organização do poder local, o combate a preconceitos, o enfrentamento à oposição de antigos docentes, professores de catecismo, pais atrasados. E, ainda, precaução contra boicotes e sabotagens de (inimigos) técnicos e especialistas a cujos serviços era necessário recorrer. Somente a atribuição do papel dirigente aos departamentos dos organismos soviéticos contribuiria para transpor esses e outros obstáculos. Objetivo que se procurou atingir com a criação do *Conselho para a Instrução Pública* junto aos *Soviets dos Deputados Operários*, no qual se admitiu maior representação de elementos hostis. Risco assumido, no desejo de criar laços com as mais amplas massas, propagando a elas as ideias da Revolução e estimulando-as a compartilhá-las no seu meio.

Foi preciso, no entanto, tomar medidas disciplinares com um mínimo de imposição policial ou outro tipo de pressão sobre as massas, mas com o máximo de *instrução escolar* e de *educação extraescolar*.

Decretos fundamentais foram promulgados:

- 1) Eliminação dos restos do antigo aparelho escolar: supressão das funções de procuradores dos distritos, diretores e inspetores de escolas;
- 2) decreto proibindo o ensino do catecismo, eliminando o latim dos programas escolares (6);
- 3) revogação de certificados de maturidade, substituindo-os por certificados de fim de curso;
- 4) introdução do ensino misto: até então, as meninas, quando tinham acesso à escola, estudavam em turmas específicas, separadas dos meninos (IDEM. IBIDEM, p. 16).

Na organização da Instrução Pública, o Comissariado criou seções (LUNATCHARSKI, 1988, p. 24-27) com responsabilidades específicas, mas interligadas. À **Seção Escolar** coube a tarefa de elaborar o programa da futura escola, voltando-se para a instrução geral e a instrução técnica, na articulação entre os objetivos econômicos e os objetivos de formação humana – dentro da escola (instrução pública) ou fora dela (educação extraescolar), garantindo-se a organização da propaganda das ideias sociais de cooperação revolucionária: “quem sabe alguma coisa deve passar o seu saber a outros”.

A **Seção Científica** teve por responsabilidade a “mobilização de todas as forças científicas, sem medir despesas”: organização de expedições, aquisição de edições científicas, montagem de laboratórios etc.; bom pagamento a peritos docentes, especialistas (“a Rússia tem necessidade de conhecimentos, e por isso é que adulamos nossos senhores sábios”); criação de aparelhos científicos em Conselhos Superiores (por exemplo, o Conselho Superior de Economia, com articulação de forças científicas para as necessidades técnicas do Estado). Já a **Seção Artística** pautou-se por “ir ao encontro das necessidades do povo, sem nada destruir da velha cultura (...) ao estudar a antiga, o proletariado edificará uma nova cultura”: restituição dos palácios do czar ao povo, convertidos em museus, abertos ao público, mostrando as belezas da construção humana e, ao mesmo tempo, denunciando o quanto os czares acumularam, para si, enquanto o povo era privado de tudo; demolição de monumentos sem valor histórico nem artístico (efígies dos czares, por exemplo), substituindo-os por inscrições com belas ideias buscadas em grandes pensadores; utilização de estátuas e pinturas como meios de educação artística; conclamação a artistas para criarem novos monumentos, cuja inauguração ensejasse a realização de festa popular. Em discurso proferido dez meses depois da revolução, Lunatcharski, 1988, p. 26, afirmava: “Nos dias que correm, tudo entre nós é marcado por um caráter de guerra e o nosso desejo de criação é também um elemento de luta”. A **Seção Científico-Pedagógica** tratava dos programas escolares e das orientações metodológicas para sua realização nas escolas. Era presidida por Krupskaya, que foi quem coordenou a elaboração dos programas de 1º e 2º Graus de 1923 e sua variante de 1927 (PROGRAMAS OFICIAIS, 1935).

Com essas e outras medidas, de alta prioridade à instrução pública, ampliou-se significativamente o número de escolas elementares e secundárias e foram criadas instituições pré-escolares (os jardins de infância), praticamente inexistentes na Rússia, antes de 1917. Segundo estatísticas militares da época (Cf. ANÁLISE VERMELHA, 2016), das 106.400 escolas, em 1913, chegou-se, no final de 1927 – décimo ano da Revolução – a 118.184, frequentadas por 11.372.507 alunos (média de 70% das crianças em idade escolar, sendo 98% nas cidades e 66% nas áreas rurais), com 337.435 professores.

Ocorreram avanços também no nível superior, antes restrito às elites. Em 1927, registravam-se 1.642 escolas/universidades, com 16.000 professores e 243.810 estudantes. Além de 20 instituições científicas, com 18.000 pesquisadores. Importante destacar que, nos colégios, universidades e instituições científicas, as mulheres atingiam cerca de 1/3 dos estudantes, professores e pesquisadores. (IDEM, IBIDEM)



No esforço de eliminar o analfabetismo, além do aumento das escolas elementares e das brigadas de alfabetização, foram criadas 54.600 escolas para jovens e adultos analfabetos e semianalfabetos, as quais, em 1927, abrigavam cerca de 1.317.000 alunos, números que, gradativamente, foram diminuindo na medida da redução do analfabetismo que, em 1939, chegou a menos de 10%, a seguir erradicado. (IDEM, IBIDEM)

A valorização da alfabetização fez-se acompanhar da multiplicação das bibliotecas e livrarias, presentes nas cidades e nas áreas rurais, em fábricas, usinas, fazendas, sindicatos, clubes e quaisquer organizações, com altíssimos índices de frequência às salas de leitura, empréstimos de títulos das bibliotecas circulantes e aquisições de obras nas livrarias. (Cf. IL OSSERVATORI, 2007). Além de jornais – alguns deles com tiragem superior a um milhão de exemplares – distribuídos diariamente aos trabalhadores. Ressalte-se que o próprio Exército Vermelho, em cujas fileiras o estudo era obrigatório durante o serviço, não o deixava até mesmo durante a segunda guerra mundial, como testemunha a escritora e jornalista norte-americana Anna Louise Strong, que viveu durante 20 anos na então União Soviética e que acompanhou o conflito, a partir da frente germano-soviética: “Cada destacamento do exército possui sua biblioteca própria”. (*Apud* IDEM, IBIDEM)

Obras clássicas dos mais diversos gêneros, inclusive infantis e juvenis, de autores de vários países, compunham acervos que, nos anos de 1940, chegaram a cerca de 25 milhões de volumes. De acordo com Jorge Amado (*Apud* IDEM, IBIDEM), a biblioteca Lênin, com seus 13 milhões de volumes e 5 mil leitores diários, se é a maior e a mais frequentada, não é a única de Moscou.” Sem dúvida, cabe afirmar, com Caio Prado Jr. (*Apud* IDEM, IBIDEM): “Este interesse tão generalizado pela leitura (...) só se explica num país de população alfabetizada”.

Escola Única do Trabalho: Educação Geral e Politécnica (7)

Ao fundamentar a crítica à escola no capitalismo, Marx e Engels – e também Lênin, à sua época – demonstravam a falácia do discurso da burguesia sobre a proposta, em princípio defensável, de *escola única* (articulação de ramos e modalidades de ensino), organizada num sistema nacional de educação. Porém, na prática, tratava-se de escola diferenciada, num sistema dual, isto é: composto de uma base comum, para todos; bifurcando-se em caminhos diversificados, para, de um lado, prosseguir rumo à formação de nível superior (no âmbito das ciências, das humanidades, das artes, da literatura) e, de outro, se restringir à capacitação técnica, ao adestramento pro-

fissionalizante. Um caminho, para formar o dirigente; outro, nos limites da formação de mão de obra e para a inculcação ideológica necessária a induzir a escolha dos dirigentes.

Em vez disso, propugnavam a necessidade de definição das responsabilidades do Estado em relação à educação – na construção, manutenção e no desenvolvimento das escolas –, as quais, no entanto, devem se exercer sob o controle e a fiscalização dos trabalhadores, organizados. Suas considerações orientaram o movimento operário no sentido de, ainda que admitindo ser impossível (e ingênua) a proposição de uma mesma escola para capitalistas e trabalhadores, lutar pela escola para todos, pública e gratuita, edificada a partir de diretrizes comuns, com professores capacitados a propiciar a apropriação da cultura em suas múltiplas manifestações e com possibilidade de acesso, pelos trabalhadores, aos seus diversos níveis, ramos e modalidades. E, em perspectiva, numa sociedade de tipo superior, a construir a **escola única do trabalho**, que a Revolução de 1917 buscou edificar.

Escola única, pelo seu caráter unitário, não de uniformidade, mas de unidade na diversidade. Não várias escolas, instituições independentes e isoladas, mas uma escola, articulada em seus vários níveis, graus, modalidades, instâncias de decisão e de realização. Nada tem a ver com a escola “única” da proposta liberal-burguesa ou de sua versão, recomposta, de “escola única diferenciada” (Cf. MACHADO, 1989, p. 76-81). Escola regida pela perspectiva de eliminar as condições geradoras da diferenciação e da desigualdade social, numa sociedade que busca tomar as medidas necessárias ao encurtamento das distâncias entre trabalho manual e intelectual, trabalho do campo e da cidade, trabalho do homem e da mulher e tantos outros antagonismos da sociedade capitalista. Que tenha o **trabalho** como *matéria de estudo* (ação humana, na produção da existência, mediada por técnicas e instrumentos cada vez mais desenvolvidos) e como *meio de educação* (ação coletiva, consciente, disciplinada, organizada). E que promova a participação de crianças, adolescentes e jovens no processo geral do trabalho da população, levando-os a distinguir trabalho de brincadeira e a formar valores de cooperação, na relação dialética teoria-prática (LUNATCHARSKI, 1988, p. 19).

A escola única do trabalho visa à formação multifacética das jovens gerações:

Ninguém deve ser ignorante. Cada um deve conhecer os rudimentos de todas as ciências e de todas as artes (...), compete à escola ensinar os rudimentos dos conhecimentos (...), o ideal não é preparar um homem para esta ou aquela especialidade, mas fazer dele um combatente pelo humanismo. Possibilitar que venha a saber: o



que é o mundo, como se formou, como se explicam seus problemas, quais os objetivos científicos, artísticos e técnicos da época em que se vive, qual o lugar que ocupam as pessoas, grupos, classes em cada momento histórico (IDEM. IBIDEM, p 45).

Tal é o significado da **educação integral**, que os programas escolares procuraram expressar, mantendo as mesmas matérias já encontradas no programa anterior, mas reagrupando-as e unificando-as, de modo a articular a educação intelectual, a educação física e a educação politécnica, de acordo com a abordagem marxista (IDEM. IBIDEM, p. 19-27):

1) *Educação Intelectual*: instrução científica, acompanhando o desenvolvimento do pensamento humano pela aquisição dos conhecimentos, pelo estudo metódico do trabalho (cultura humana), englobando “as ciências naturais como reflexo da natureza na consciência dos homens em todos os estádios da sua evolução” e a história da sociedade, inseparável da natureza. Na fase inicial da escolaridade, o programa não prevê separação em disciplinas. Com as bases constituídas, é possível estabelecer maior diferenciação: “Já não recearemos então que um homem que estuda as matemáticas não compreenda as relações destas com a natureza humana”.

2) *Educação física*: desenvolver o corpo – torná-lo ágil, são, belo. Compreende: *formação corporal* – ginástica, dança e atividades desportivas; *higiene* – orientação para a saúde; *estética* – desenvolvimento das inclinações criativas pela beleza, não somente como recepção, contemplação, mas como criação que proporcione o belo para a vista, para o ouvido, o agradável para outros sentidos: desenho, escultura, pintura, música instrumental, canto, que não se formam apenas em atividades espontâneas, também exigem disciplina, organização, conhecimentos – a estética está ligada à técnica e à física: “quando ensinamos a marcenaria ou o ofício de ajustador, queremos preparar o menino não só para uma profissão, mas também fazer dele um homem belo que possa construir a vida com beleza”.

3) *Educação Politécnica*: a íntima relação entre o estudo e o trabalho, como prática social, constituidora do ser humano. Implica o *domínio das bases da indústria moderna*, em seu desenvolvimento histórico – mundial, nacional e local. Supõe *uma base sólida de conhecimentos gerais*, associada à *formação profissional*, que não se confunde com a mera instrução para ocupações específicas. Os programas escolares incluem o conhecimento dos inúmeros tipos de indústria: condições de seu desenvolvimento; matérias-primas e sua produção/aquisição;

relação com a natureza; relações técnicas e sociais de produção; características dos métodos de produção e perspectivas de seu aprimoramento; contribuições da ciência e da tecnologia; o desenvolvimento humano (condições de trabalho, segurança, seguridade, remuneração, jornada, saúde dos trabalhadores e da população em geral); trabalho infantil e trabalho da mulher; relações internacionais de produção; circulação e repartição dos bens; profissões/tarefas envolvidas na produção, condições de desempenho e necessidades formativas; organização do trabalho nas fábricas e sua relação com a organização do trabalho em geral; história e desenvolvimento atual do movimento operário e sindical (na URSS e nos países capitalistas), entre outros fatores.

Tudo isso não proporcionará aos alunos uma profissão determinada que talvez se torne inútil no dia de amanhã, mas uma vasta instrução politécnica e hábitos gerais que lhes permitirão chegar à fábrica não como peritos cegos que se tropeçam todos, mas como operários conscientes, hábeis, que só necessitam de uma curta aprendizagem especial (KRUPSKAYA, s/d, p. 165).

Do ponto de vista didático, o estudo do trabalho humano comporta questões que, em linhas gerais, são tratadas em todas as etapas, com gradativa complexidade. Estudar pela observação do meio e pelos livros aparece com ênfase nas indicações metodológicas dos programas escolares, organizados não por matérias, mas por *complexos* (8), que são definidos como “conjunto dos fenômenos concretos tomados da realidade e agrupados em torno de uma ideia ou tema central e definido” (PROGRAMAS OFICIAIS, 1935, p. 26).

Os temas centrais são eixos em torno dos quais as matérias devem ser estudadas, com o emprego de todas as forças da escola. Nesse processo, a elocução, a leitura, a escrita, o cálculo devem ter *ligação estreita com os fenômenos reais*. O estudo deve estar sempre ligado à histórica luta dos explorados contra os exploradores e voltado para a apropriação da ciência moderna e a compreensão de sua aplicação na técnica. Mesmo nos anos iniciais, as experiências concretas, vivenciadas ou observadas pela criança, devem ser relacionadas com o registro de outras experiências, em outros tempos e espaços. Por exemplo, o trabalho na família, na escola, na aldeia, no bairro, na cidade e no país deve ser tratado na relação com o trabalho da humanidade, na sua evolução histórica e em suas características atuais. Os problemas propostos não devem ser artificiais, mas se basearem em situações reais e se constituírem em meio de estudo. As diversas atividades devem permitir que os alunos desenvolvam e manifestem *iniciativa e criatividade*. Na organização por complexos, o *método pedagógico* – entendido como instrumento aperfeiçoado de transmissão de conhecimentos e de orientação da aprendizagem – depende da matéria em estudo e das condições de seu



ensino. Assim, o melhor método é aquele que mais permite o desenvolvimento dos alunos e provoca a manifestação da sua *atividade pessoal*, com *iniciativa e capacidade de trabalho independente*. Ele exige a formação do hábito de trabalho coletivo, que deve se organizar segundo plano elaborado pelos próprios alunos, de acordo com as características de sua idade e sob a orientação dos professores. Para o desenvolvimento dos Programas, a Seção Científico-Pedagógica orienta as *Comissões Locais de Instrução Pública* quanto à sua “individualização”, isto é, a elaboração de esquemas próprios, com referência às diretrizes gerais (IDEM. IBIDEM, p. 26).

Apesar da grande importância de constarem dos Programas essas e outras disposições avançadas, discutível era sua correspondência ao que se realizava nas escolas.

Educação e Política: a Educação Extraescolar

Em discurso pronunciado na *Conferência Nacional dos Comitês de Educação Política* das seções provinciais e distritais de instrução pública, Lênin (1981, p. 11-121) afirmava que o ensino não se desliga da política: a diferença é que o ensino predominante na educação burguesa esconde sua política e o caráter de classe da escola capitalista, ao passo que na proposta do Comissariado do Povo para a Instrução Pública são explicitados os objetivos educacionais, definidos pelo Poder Soviético.

De fato, a *Nota Introdutória aos Programas da Escola de 1º Grau* enfatiza que: a escola jamais foi apolítica; na URSS, ela cumpre o duplo papel de travar a luta contra a burguesia e contribuir para a construção do socialismo; seus principais problemas são despertar o interesse pela ciência, ensinar a pesquisar, tratar a vida, o trabalho e o estudo de forma integrada, formar conhecimentos e hábitos adequados aos princípios e necessidades da nova sociedade que se quer edificar (Cf. PROGRAMAS OFICIAIS, p. 22-24).

Por isso mesmo, Lênin, no referido discurso, refletia sobre a contradição de existir um órgão específico de *educação política*, porque o próprio Comissariado do Povo para Instrução Pública tem essa função, na medida em que sua principal tarefa era instruir as massas trabalhadoras sobre o que havia de mais avançado na produção humana, ajudando-as a superar os problemas herdados do capitalismo e a construir a nova sociedade. E isso não é outra coisa que o vínculo da Educação com a política revolucionária do proletariado. Porém, independentemente do nome, caberia discutir os propósitos do Comitê, refletindo sobre a contradição principal presente na concepção de Educação almejada pelo Poder Soviético: lutar contra a burguesia, sem destruir o seu legado. Dizia ele:

O marxismo alcançou seu significado histórico universal como ideologia do proletariado revolucionário porque não rechaçou de modo algum as valiosas conquistas da época burguesa. Pelo contrário, assimilou e reelaborou tudo o que houve de valioso em mais de mil anos de desenvolvimento do pensamento e da cultura humanos (LÊNIN, 1981, p. 109-110).

Grande era o desafio de ligar indissolavelmente cada passo da atividade da escola, do estudo, da formação à luta de todos os trabalhadores contra a exploração. Mas não bastaria que o Poder Soviético desse uma ordem, ou que o Partido lançasse uma consigna. É aí que Lênin situava a maior contradição: edificar o socialismo com o acervo de conhecimentos, organizações e instituições – meios materiais e forças humanas – herdados das sociedades anteriores. A educação das novas gerações não poderia continuar sendo o que era antes, mas era preciso partir dos materiais legados pela velha sociedade, transformando-os, conforme os novos objetivos.

Nas condições, já tratadas, de imenso atraso da maioria da população em relação a aspectos mínimos de escolaridade (o alto índice de analfabetismo era o maior sintoma), quem detinha os conhecimentos e as técnicas? Pessoas formadas nos padrões da velha escola, privilégio das classes exploradoras. Impossível abrir mão de docentes e especialistas oriundos dessa formação. Alguns até simpáticos às novas propostas. Outros, opositores ferrenhos. Eis aí a política na escola. Sem garantia de que os princípios da nova concepção fossem os vencedores. Mas com a oportunidade de apropriação daquilo que sempre fora monopolizado, numa escola injusta na difusão do conhecimento (aos burgueses, conhecimento científico; aos proletários, adestramento). Assim, na luta para derrocar a burguesia, o trabalho no campo do ensino consistiria na **valorização do saber**. Árdua tarefa para os poucos comunistas, professores e alunos, no debate de ideias e no esforço de não somente assimilar os conhecimentos, mas deles se apropriar, **com espírito crítico**.

Tarefa que, no entanto, dificilmente poderia ser desempenhada nos limites de atuação da escola. Difundir às massas a nova concepção de educação e de sociedade, buscar a adesão de um número cada vez maior de operários e camponeses à luta por sua realização, eis a tarefa a ser cumprida pela **Educação Extraescolar**. Esta, sim, atribuída às organizações proletárias: os Sindicatos (de docentes e de outras categorias), a União de Mulheres, as organizações infantis (os *Pioneiros*, a partir dos 11 anos) e juvenis (o *Komsomol*, União da Juventude Comunista, dos 14 aos 28 anos). Com estrutura e funcionamento peculiares, essas organizações teriam o papel de estimular a

atuação direta na construção do socialismo: pelo estudo, pelo trabalho, pela propaganda, pelo esforço de superação dos problemas, dedicando-se à preservação e à continuidade das conquistas do novo regime.

As organizações infantis e juvenis atuavam no apoio e na complementação às funções escolares, com programas e dinâmicas próprios. Sempre no espírito do coletivismo. Os Pioneiros, realizando atividades diversas, voltadas para formar hábitos, atitudes, habilidades, cultivar valores, despertar emoções, formar convicções, desenvolver costumes, incorporar conhecimentos relacionados às práticas cotidianas. O Komsomol, com atividades voltadas para: a continuidade e o aperfeiçoamento da formação; a consolidação da organização de jovens, de distintas regiões e nacionalidades, na relação entre estudo, trabalho e ação social junto às massas operárias e camponesas; a formação cívica no espírito do internacionalismo proletário e dos valores comunistas. (Cf. KRUPSKAYA, s/d, vários trechos).

Sem necessariamente propor a mudança de nome do Comitê de Educação Política, Lênin chamava a atenção para medidas e iniciativas que lhe caberiam e que já vinham sendo tomadas pela *educação extraescolar*. Por exemplo, ao tratar das *Tarefas das Organizações Juvenis*, no III Congresso das Uniões de Juventude Comunista da Rússia, em 02 de outubro de 1920 (LÊNIN, 1981, p. 90-108), enfatizava que “as tarefas da juventude em geral e das [suas] organizações em particular poderiam definir-se com uma só palavra: aprender” (p. 90).

Dizia ele que as gerações precedentes se lançaram ao desafio de derrubar a burguesia, esforçando-se para criticar o capitalismo e a classe que o dirige, fomentar nas massas o ódio à exploração e desenvolver a consciência de classe e a habilidade de unir suas próprias forças para lutar contra o capitalismo. Essa geração de trabalhadores, educada na sociedade capitalista, poderia, quando muito, destruir os cimentos do velho modo de vida baseado na exploração; o máximo que poderia fazer era organizar um regime social que ajudasse o proletariado e as classes trabalhadoras a se sustentarem no poder e a criarem uma base sólida para a edificação da nova sociedade.

À geração que começava a trabalhar já em condições novas, sem relações de exploração entre as pessoas, se apresentavam tarefas mais complexas: unir as próprias forças para apoiar o poder operário-camponês contra a invasão dos capitalistas; edificar a nova sociedade. Ou seja, “é a juventude que deverá cumprir a verdadeira tarefa de criar a sociedade socialista” (IDEM. IBIDEM, p. 90).

Assim, a União da Juventude Comunista, que em 1920 contava com cerca de 400 mil jovens, precisava crescer, consolidar-se e atuar junto às massas: marchar a todos os lugares (compondo as brigadas de alfabetização); com-

partilhar conhecimentos com jovens que não conseguiam atingi-los por si mesmos; tomar (e participar de) iniciativas em todos os âmbitos, dispondo seu trabalho e suas energias a serviço da causa comum.

Os jovens comunistas, em suas organizações, deveriam ser emulados a dedicar o tempo livre a atividades laboriosas, contribuindo para que a sociedade visse o trabalho de outro modo, mostrando que o trabalho deve ser organizado, consciente e disciplinado: participar dos sábados comunistas, contribuindo para superar a fome (por exemplo, no cultivo das hortas suburbanas); trabalhar nas fábricas, como parte da própria instrução (todo membro da juventude comunista deveria ser instruído tanto na ciência quanto no trabalho – saber estudar e saber trabalhar); atuar no seu bairro ou aldeia (ajudar na limpeza, na distribuição de víveres); organizar destacamentos de jovens para contribuir no atendimento a enfermos e anciãos; participar de forma organizada de todos os trabalhos, por mais sujos e duros que fossem.

Complexos desafios se apresentavam também aos professores comunistas, em suas organizações sindicais e outras. No II Congresso Nacional dos Mestres Internacionalistas, em dezembro de 1919, o discurso de Lênin (1981, p. 72-75) já tratara da relação entre educação e política, nos termos acima destacados. Caberia aos docentes – insistia ele – preparar a jovem geração para ser capaz de continuar a obra iniciada pelas gerações anteriores, o que implicava examinar detidamente o que ensinar à juventude e como esta deveria aprender, para merecer de verdade o nome de Juventude Comunista. E alertava para os *riscos a evitar*: o unilateralismo, que consiste em restringir o estudo às compilações e aos resumos constantes dos manuais e folhetos dos comunistas (seus autores os produziram depois de estudar muito, não somente sobre o comunismo); o divórcio entre os livros e a vida prática (vício da educação nas velhas sociedades – a ser superado).

Nos discursos e escritos sobre a Educação escolar e extraescolar, assim como em documentos dos diversos Comissariados do Povo e até mesmo em resoluções do Comitê Central do Partido Comunista, repetia-se à exaustão a ideia de ser impossível edificar a sociedade socialista sem restabelecer a indústria e a agricultura – sobre uma base moderna, conforme a última palavra da ciência e da técnica. E que isso não se faria sem o domínio do que de mais avançado a humanidade acumulou. Porém, o que tomar da velha sociedade e como difundi-lo às jovens gerações? Os parâmetros para definir o que e como ensinar eram explícitos: os **objetivos de construção da nova sociedade**, cujo eixo principal tinha de ser, sempre, **a indissociável relação entre o desenvolvimento da base material e o desenvolvimento cultural**.

Imprescindível, para isso, o esforço conjunto de todas as organizações, não somente as especificamente educacionais, que deveriam ser amplas,



para atrair trabalhadores ainda contaminados pelas hipocrisias burguesas, empenhadas em passar a ideia de que a escola (e qualquer outra instituição) pode se manter à margem da política. Aos Mestres Internacionalistas caberia fundar uma organização mais ampla de trabalhadores do ensino, um sindicato único, buscando romper com o fracionamento que se criou a partir da revolução de fevereiro de 1917. Tal era a decisão do II Congresso Nacional dos Sindicatos (realizado em Moscou, de 15 a 25 de janeiro de 1919): “que todos os que se dedicam a uma profissão determinada se agrupem em um sindicato único”, somando-se às lutas mais gerais de todos os trabalhadores, pois “o movimento sindical não pode estar separado das tarefas fundamentais da luta por liberar o trabalho do jugo do capital” (LÊNIN, 1981, p. 75).

No espírito da educação extraescolar, impulsionar a luta (econômica, política e teórico-ideológica) das várias categorias deveria ser tarefa prioritária dos sindicatos, articulados entre si e com as demais organizações, que também contribuiriam para a defesa dos princípios da escola única do trabalho:

(...) que os conhecimentos e as ciências deixem de ser patrimônio dos privilegiados, deixem de ser um meio para fortalecer a posição dos ricos e exploradores e se convertam em instrumento de emancipação dos trabalhadores e explorados (IDEM. IBIDEM).

Educação e Emancipação

Na perspectiva marxista de educação integral, a *educação como formação humana*, o objetivo maior é a *emancipação da humanidade* – somente possível na sociedade sem classes, mas que deve ser forjada no socialismo, como longo período de transição da forma mais exacerbada de exploração (o capitalismo) para um regime de tipo superior, sem exploradores e explorados (o comunismo). Isto porque, mesmo depois de instaurada a revolução, a luta de classes continua, somente mudam suas formas: antes, contra os czares; depois, contra a burguesia; agora, a disputa se dá entre operários e camponeses, e de operários e camponeses contra a pequena burguesia. Por exemplo, um camponês que, instalado numa parcela de terra, se apropria do trigo de que não necessita para si e sua família, enquanto há operários (e até mesmo outros camponeses) que carecem de pão, se transforma em um explorador. E, não raro, isso vinha acontecendo: camponeses retendo o trigo para ser vendido, sem se importar que outros passassem fome; ao contrário, quanto mais fome houvesse, mais caro seria o trigo excedente. Ora, o socialismo se baseia no coletivismo, na cooperação: “É preciso que todos trabalhem com um plano comum, em uma terra comum, em fábricas comuns e conforme uma ordem comum” (LÊNIN, 1981, p. 100).

Tais princípios haveriam de reger a formação do *homem* (ser humano) *novo*. Daí a constante preocupação com a educação revolucionária dos comunistas, possibilitando-lhes aprender: a organizar-se e agrupar-se, para lutar; a converter em comunistas todos os membros das organizações e todos que os reconhecem como dirigentes; a exercer a moral comunista, que emana dos interesses da luta de classes do proletariado, compreendendo a união, a coesão das massas trabalhadoras.

À noção de *moral comunista* se associa tudo o que serve para destruir a antiga sociedade exploradora e para construir a nova sociedade, superar a divisão de classes: unir todos os trabalhadores ao proletariado contra toda exploração e para superar a tendência a manter na mão de um indivíduo o que foi criado pelo trabalho de toda a sociedade; não permitir o mercantilismo – impedir que uns indivíduos enriqueçam às custas dos demais; superar a lógica da sociedade burguesa de que cada indivíduo ou grupo se preocupa exclusivamente em ter o seu sem pensar nos demais; cultivar a solidariedade e a disciplina consciente. Diz Lênin:

Para um comunista, toda a moralidade reside nessa disciplina solidária e humana e nesta luta constante e consciente das massas contra os exploradores. Não cremos na moralidade eterna e denunciamos o embuste de todas as fábulas acerca da moralidade. A moralidade serve para que a sociedade humana se eleve à maior altura, para que se desembarace da exploração do trabalho. (IDEM. IBIDEM, p. 102-103).

A instrução e a educação devem servir a essa luta. A formação do homem novo passa pela atuação direta na construção do socialismo: pelo estudo, pelo trabalho, pela propaganda, pelo esforço de superação dos problemas e pela dedicação à preservação e à continuidade das conquistas do novo regime. E exige o desenvolvimento múltiplo (físico, intelectual, emocional, cultural, ético, estético, técnico, político) de crianças e jovens de ambos os sexos.

Nesse aspecto, grande desafio da revolução é a **emancipação das mulheres**, e a educação tem de enfrentá-lo por meio de ações voltadas não somente às meninas e moças, mas igualmente aos meninos e rapazes, estendendo-se também aos adultos, homens e mulheres (Cf. KRUPSKAYA, s/d, p. 143-150). Ações que teriam por objetivos: 1. Exercer controle social sistemático para superar sobrevivências do passado – insuficiente desenvolvimento cultural; dificuldade de estudar (decorrente da sobrecarga de trabalho doméstico e cuidado dos filhos); não atendimento à lei de obrigatoriedade de ensino. 2. Liquidar o analfabetismo entre as mulheres. 3. Combinar educação

social com educação familiar (eivar a cultura e a instrução dos pais, aprimorar a educação dos meninos e rapazes). 4. Garantir às mulheres o direito ao estudo. 5. Enfrentar de modo novo os problemas milenares – conceitos de matrimônio, maternidade e família; papel e tarefas da mulher; direitos e saúde da mulher; sua condição na sociedade.

Árdua e espinhosa a luta por essa emancipação! Avanços se conseguiram no âmbito da propaganda. Homens e mulheres comunistas passaram a incorporar, no discurso, ideias e propostas para se romper com a situação de subalternidade da mulher. No discurso. Mas, como constatava Krupskaya, quando confrontados com a vida cotidiana, meninos e jovens Pioneiros e do Komsomol eram flagrados ao justificar, como “natural”, que as irmãs não frequentassem a escola, ou que as mães não soubessem ler e escrever, ou que as empregadas não tivessem direitos trabalhistas nem acesso ao estudo. Da mesma forma, operários e camponeses, dirigentes sindicais e até membros do Partido Comunista, que desrespeitavam suas esposas, impedindo-lhes de estudar e trabalhar, chegando, muitos, a espancá-las. Além da tendência a ver a mulher como objeto de entretenimento: galanteios, libertinagem, atitudes irresponsáveis de jovens e adultos comunistas em relação a mulheres e moças, tratadas como brinquedos. Para não falar da sujeição das mulheres (inclusive comunistas) a essas e outras atitudes, contra si e contra as filhas, como contingência “natural” da condição feminina.

Corroborava-se, assim, a formulação do socialista utópico Fourier, destacada por Engels (IDEM. IBIDEM, p. 309), na crítica das relações entre os sexos e da posição da mulher na sociedade: “o grau de emancipação da mulher numa sociedade é o barômetro natural pelo qual se mede a emancipação geral”.

Para concluir, o legado

Marco histórico do século XX, a Revolução Russa de 1917 foi uma rica tentativa de construção socialista. Suas conquistas, seus êxitos e fracassos merecem análise rigorosa, não como modelo a ser/não ser seguido, mas como referência para a discussão teórica, política e ideológica que tenha por perspectiva a superação do capitalismo. De igual modo, é importante estudar as concepções que serviram de base aos projetos desenvolvidos nos diversos domínios da edificação da sociedade, sob o novo regime. Em especial no período inicial, logo após a tomada do poder pelos bolcheviques, quando a Rússia vivia intenso cerco externo e fortes tensões internas, numa situação de extrema pobreza, de guerra civil.

As perguntas que se fizeram os pesquisadores e educadores do mundo capitalista, em especial nos Estados Unidos da América – sobre como teria

a União Soviética tratado a Educação a ponto de conseguir, em tão pouco tempo, a proeza da conquista do espaço –, provocaram-lhes reflexões sobre o ensino das ciências e sua aplicação tecnológica, levando-os a repensar o lugar do conhecimento científico na educação escolar. Revelou-se falsa a ideia de que os russos teriam copiado os estadunidenses, transplantando seus métodos e processos. Na verdade, os programas escolares organizados por *complexos* superaram em conteúdo e em forma as propostas da chamada *escola ativa* da pedagogia liberal-burguesa, propiciando a elevação do nível de conhecimento das massas e a formação de cientistas e profissionais com alta capacidade tecnológica. Contudo, questões econômicas, sociais, culturais e político-ideológicas, como as destacadas neste texto, constituíam obstáculos à formação do pensamento crítico e da atividade criadora independente, imprescindíveis ao objetivo de *formação do homem novo*, que a Revolução buscava atingir, contando com a contribuição da educação escolar e extraescolar. Houve, possivelmente, muitas imperfeições e desvios, que precisam ser profundamente analisados. Problemas os mais diversos, ligados inclusive à própria concepção de socialismo, entrelaçam-se com a inadequada observância prática dos princípios teóricos defendidos. O exame desses problemas, no nosso entender, antes de negar a importância da concepção socialista de escola, reafirma a necessidade de sua melhor compreensão e de sua efetiva realização.

Nossa hipótese é de que o desenvolvimento da concepção de escola única do trabalho e os esforços empreendidos para sua edificação constituem o principal legado educacional da Revolução Russa de 1917. Para a União Soviética, com certeza. E, por seu grande exemplo, para os demais países que viveram (e vivem) a experiência de construção do socialismo, com todos os problemas peculiares a períodos de transição de um regime centrado no capital para uma sociedade centrada no trabalho. Neles, a educação tem merecido lugar de destaque, jamais encontrável em países capitalistas.

No entanto, grande é o legado também para a luta do proletariado em todos os países, ontem e hoje. Inspirado nessa concepção, já em Marx e Engels, e dialogando com as formulações de Lênin, muito contribuiu Gramsci para o pensar e repensar a Educação ainda nos marcos do capitalismo. A defesa da Escola Unitária e da Politecnia tem alimentado a luta pela educação pública, gratuita, universal, laica e de qualidade socialmente referenciada nos movimentos e fóruns de educadores, estudantes e trabalhadores de várias categorias, em âmbito internacional e em diversos países. Problemas relacionados à formação integral das jovens gerações, ao trabalho como princípio educativo, à inexorável relação entre educação e política são frequentemente (re)colocados a cada reforma educacional, como assistimos, hoje, no Brasil,



com as propostas de cunho neoliberal. Porque são “clássicos” problemas educacionais e permanecem enquanto não são criadas as condições, objetivas e subjetivas, para sua solução.

|| NEREIDE SAVIANI é doutora em Educação pela PUC-SP. Diretora de Formação da Fundação Maurício Grabois. Diretora da Escola Nacional João Amazonas – PCdoB

NOTAS

(1) Este texto reproduz, com alterações e sem autocitação, alguns trechos de outros textos da autora: Saviani, N. 2010; 2011; 2011(b).

(2) MARX, K. *Instruções para os delegados do Conselho Central Provisório a respeito de diversas questões*. Editado pelo Conselho Geral da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), em 1868.

(3) Artigos, discursos e notas compilados e publicados, a partir das *Obras Completas* de Lênin, por Edições Progresso. Versão em espanhol, sob o título *La instrucción pública* (LÊNIN, 1981). As transcrições, neste texto, são feitas em tradução livre para o português.

(4) Discurso pronunciado na III Conferência Nacional de Dirigentes das Subseções de Instrução Extraescolar dos Departamentos Provinciais de Instrução Pública, em fevereiro de 1920.

(5) A aliança operário-camponesa (liderada pelos bolcheviques) criou *Comissariados do Povo*, em substituição aos antigos ministérios. O *Comissariado do Povo para a Instrução Pública* – também referido na literatura como Comissariado Nacional de Educação, Comissariado Popular de Instrução Pública, Comissariado de Educação Popular – foi criado em 26 de outubro de 1917 para cuidar de toda a vida cultural, tendo por finalidade reconstruir o sistema educacional da Rússia. Anatoli Lunatcharski (1875-1933) foi seu presidente, no período de 1917 a 1929 (Cf. FREITAS, 2009).

(6) A eliminação do ensino do catecismo associava-se à justificativa para a eliminação do latim, o idioma no qual era publicada a doutrina da igreja católica. Também por não ser necessário ao entendimento do russo, por sua origem não latina. Porém, não de acordo com o pragmatismo da burguesia “realista”, que descartava o ensino das línguas clássicas (latim, grego), que “não levariam a lado nenhum” (LUNATCHARSKI, 1988, p. 19).

(7) A concepção de *escola única do trabalho* é tratada por Antonio Gramsci, com a formulação de *Escola Unitária*, na qual a relação entre educação geral e ensino politécnico é sintetizada no conceito de *Politecnia*. Sobre isto ver, entre outros: Ferretti, 2009; Frigotto, 1988; Kuenzer, 1989; Machado, 1989; Manacorda, 1990; Saviani, 2003.

(8) A organização por *complexos* assemelha-se à das propostas de *centros de interesse*, *unidades de trabalho* e, mais recentemente, interdisciplinaridade – a partir de temas geradores em torno dos quais são trabalhados os conteúdos das diversas disciplinas.

REFERÊNCIAS

ANÁLISE VERMELHA. *A educação na União Soviética*.

<http://analisevermelha.blogspot.com.br/2016/02/a-educacao-na-uniao-sovietica.html>

- ENGELS, F. Do Socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d, p. 281-336.
- FERRETTI, C. J. O Pensamento Educacional em Marx e Gramsci e a Concepção de Politécnica. In: *Revista Trabalho. Educação. Saúde*. Rio de Janeiro, vol. 7, suplemento, 2009, p.105-128. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v7s1/O6.pdf>>.
- FREITAS, L. C. de. A luta por uma pedagogia do meio. In: PISTRAC, M. M. *A Escola Comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- FRIGOTTO, G. Trabalho-educação e tecnologia: *treinamento polivalente ou formação politécnica?* In: *Educação e Realidade*, 14(1):17-26, jan.-jun., 1989.
- IL OSSERVATORI. *A União Soviética e seus méritos na educação*. <http://ilosservatori.blogspot.com.br/2007/10/unio-sovitica-e-seus-mritos-na-educao.html>
- KUENZER, A. Z. *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. São Paulo: Cortez, 1988.
- KRUPSKAIA, N. *Acerca de la Educación Comunista – Artículos y Discursos*. Tradução do russo por V. Sanchez Esteban. Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, s/d.
- LENINE, V. I. *Sobre a Educação*. Lisboa: Seara Nova, 1977 [2 vols.].
- LÊNIN. *La Instrucción Pública*. Moscou: Edições Progresso, 1981.
- LUNATCHARSKI, A. *Sobre a Instrução e a Educação*. Artigos e Discursos. Tradução de Filipe Guerra. Moscou: Edições Progresso, 1988.
- MAKARENKO, A. *Problemas da educação escolar soviética*. 4ª ed. Lisboa: Seara Nova, 1978.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Crítica da Educação e do Ensino*. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa: Moraes, 1978.
- PISTRAC, M. M. *A Escola Comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SAVIANI, D. *O Choque Teórico da Politécnica*. Belo Horizonte. Trabalho, Educação e Saúde, 1(1):131-152, 2003.
- SAVIANI, N. *Saber Escolar, Currículo e Didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*. 6ª ed. revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.
- _____. *Concepção Socialista de Educação: a contribuição de Nadedja Krupskaya*. In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p. 28-37, abr.-2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41e/art03_41e.pdf>.

_____. Escola e luta de classes na concepção marxista de educação. In: *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Londrina, vol. 3, n. 1, p.7-14; fev. 2011(b). Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9489/6913>>.

A GUERRA FRIA E AS PERSPECTIVAS OCIDENTAIS SOBRE A CIÊNCIA SOVIÉTICA*

Climério Paulo da Silva Neto

Apresentação ao texto

por Olival Freire Junior

O texto *A Guerra Fria e as Perspectivas Ocidentais sobre a Ciência Soviética* é uma análise crítica das tendências mais influentes na historiografia sobre a União Soviética e na historiografia da ciência soviética, bem como das suas interações recíprocas. Trata-se portanto de um ensaio sobre a historiografia e não um ensaio sobre a história, útil em particular para todos aqueles que queiram se familiarizar com as obras disponíveis ou mesmo promover estudos originais sobre a URSS e sobre a ciência soviética. O ensaio desvenda pressupostos, muitos deles frutos das conjunturas experimentadas, que têm influenciado os estudos históricos soviéticos.

O estudo crítico da experiência soviética tem sido um desafio para todos aqueles que na sequência da dissolução do Estado soviético não se renderam aos cânticos do fim da história ou à aceitação das sociedades capitalistas como único horizonte para os desenvolvimentos civilizatórios. Ou seja, para todos aqueles que pensam que o socialismo deve ser a saída histórica para a degradação e a barbárie que têm governado os países capitalistas o estudo crítico da experiência soviética, bem como de outras experiências, resta como desafio, como verdadeiro enigma à espera de ser decifrado. Tendo a sociedade soviética valorizado fortemente a ciência, tanto no plano ideológico quanto no plano do apoio material, o estudo da ciência soviética abre-se então como janela privilegiada para o exame da própria história soviética. Ademais, como assinalado pelo autor do ensaio que ora apresentamos, os estudos comparativos entre a experiência soviética e experiências ocidentais têm se revelado ricos como possibilidades de reflexão sobre estas distintas sociedades. Por tais razões pareceu-nos adequado sugerir a publicação deste trabalho em um volume no qual a Fundação Maurício Grabois reflete sobre o significado da experiência socialista soviética na ocasião do centenário de sua instauração.



O ensaio *A Guerra Fria e as Perspectivas Ocidentais sobre a Ciência Soviética* sugere uma periodização da historiografia sobre a União Soviética em três tempos. O primeiro foi marcado pela disputa ideológica própria do contexto da Guerra Fria, e no plano da história da ciência foi marcado pela associação entre ciência e democracia. Em que pese este viés, assinala o autor, tais estudos jogaram alguma luz sobre a história soviética. O segundo tempo, que o autor denomina de desafio revisionista, refletiu a mudança política e cultural no Ocidente como consequência das contestações políticas dos fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 bem como a ascensão, nestes países, da chamada New Left. O terceiro momento surge depois do fim da União Soviética e a historiografia passa a refletir melhor a complexidade da experiência histórica vivenciada. Este último período é beneficiado também pela maior disponibilidade de fontes históricas, e é o período no qual estamos imersos. Climério da Silva Neto conclui – a partir do legado destes diferentes períodos e da inevitabilidade de a produção historiográfica sofrer os contingenciamentos da época em que está imersa, e seguindo o historiador Christopher Hill – que a cada nova geração os historiadores precisam reescrever a história.

O autor do ensaio, Climério Paulo da Silva Neto, é um jovem pesquisador, graduado em Física pela UFBA, Doutor em Ensino, Filosofia e História da Ciência pela UFBA/UEFS, a quem tive o prazer de orientar academicamente desde a graduação, e hoje professor da Universidade Federal do Oeste Baiano (UFOB). Sua tese foi dedicada ao estudo do desenvolvimento do laser na União Soviética, desenvolvimento independente daquele dos EUA. Para a realização de uma tese original em história da ciência soviética Climério Paulo da Silva Neto aprendeu a língua russa e visitou arquivos russos, além de realizar um estágio doutoral na University of British Columbia, Vancouver, Canadá, sob a supervisão do historiador da ciência soviética Alexei Kojevnikov. Este percurso tem trazido seus frutos. Sua tese doutoral, intitulada *Descendentes Vermelhos de Apolo: Construindo as Bases para o Laser Soviético (1939-1961)* recebeu em 2016 o prêmio de melhor tese de doutorado em história da ciência pela Sociedade Brasileira de História da Ciência. Desta forma, Climério da Silva Neto passa a integrar o pequeno grupo de estudiosos brasileiros dedicados ao estudo da história russa e soviética.

O ensaio aqui publicado é uma tradução, com pequenas modificações, de um artigo que está sendo publicado, em inglês, na *Revista Brasileira de História da Ciência* (<<http://www.sbhc.org.br/site/capa>>). Este artigo foi extraído de um capítulo de sua tese de doutorado.

Olival Freire Junior é pró-reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA-UEFS) – Instituto de Física – UFBA

A ciência era um elemento central da União Soviética em toda a sua existência, considerada pelos ideólogos oficiais como essencialmente emaranhada com a sociedade. Não apenas sua direção, mas sua estrutura e demografia eram supostamente determinadas pelas necessidades sociais e políticas do Partido Comunista que, por sua vez, ofereceu apoio financeiro sem precedentes à ciência. Ao longo da história da União Soviética, os cientistas e o governo desenvolveram uma relação complexa e multifacetada que resultou no maior estabelecimento científico do mundo, igualmente complexo e multifacetado. Por essas e outras razões, Loren R. Graham, o decano da história da Ciência Soviética no Ocidente, argumentou que dificilmente podemos imaginar um caso mais adequado para testar nossas ideias e teorias contemporâneas sobre ciência, tecnologia e sociedade do que a história das experiências da Rússia e da União Soviética (1). Alexei Kojevnikov, ecoando Graham, ressaltou que “o caso soviético foi caracterizado, por um lado, por um desenvolvimento excepcionalmente elevado da ciência e, por outro lado, um ambiente social e cultural único artificialmente isolado da maioria dos contatos internacionais por barreiras políticas. Esta combinação excepcional oferece aos historiadores uma oportunidade perfeita para estudos genuinamente comparativos da ciência e da sociedade” (2).

Assim, a história da ciência soviética certamente merece a atenção das comunidades de historiadores, sociólogos e filósofos das ciências em geral, e sobretudo daqueles interessados na relação entre ciência, política e ideologia. Mais do que em qualquer outro país, talvez com exceção dos Estados Unidos, a ciência na União Soviética tem recebido muita atenção de pesquisadores estrangeiros, especialmente desde o início da Guerra Fria, e a literatura resultante oferece *insights* valiosos sobre a natureza do conhecimento científico. No entanto, como a própria ciência soviética, essa literatura tem sido fortemente influenciada pelas marés e paixões políticas da Guerra Fria. Com isso em mente, escrevemos este ensaio historiográfico com um panorama da evolução das perspectivas da ciência soviética desde a década de 1950. Nossa estratégia foi olhar para as tendências dominantes na historiografia ocidental sobre a União Soviética ao longo da Guerra Fria questionando como elas afetaram as perspectivas sobre a história da ciência soviética (3). Esperamos que este ensaio estimule outros estudantes da ciência a se familiarizarem com a ciência soviética e abraçarem esta “oportunidade perfeita para estudos genuinamente comparativos” (4). Em todo caso, há valiosas lições metodológicas a serem aprendidas com a evolução da historiografia da ciência soviética.



A história da ciência soviética está na intersecção de duas subdisciplinas, a saber, a história da ciência e a história da União Soviética, que evoluíram em linhas semelhantes no último meio século e nas últimas décadas passaram a se basear fortemente em métodos de história social e cultural. Entretanto, a semelhança não é surpreendente, se considerarmos que ambas as subdisciplinas foram afetadas pelo clima cultural e intelectual da Guerra Fria e por eventos-chave como a histeria anticomunista de fins dos anos 1940, que favoreceu um estudos enquadrados em termos da oposição binária entre o “Oriente totalitário” e o “Ocidente democrático”; e os protestos do final dos anos 1960, que favoreceram estudos contenciosos como os revisionistas na história da União Soviética e os construtivistas na história e sociologia da ciência. Talvez, no entanto, tenham sido o fim da Guerra Fria e a integração que se seguiu entre as comunidades orientais e ocidentais de historiadores, adicionada à influência dos desenvolvimentos na disciplina acadêmica da história (a virada linguística), que causaram a mais clara convergência entre a história soviética e a história da ciência soviética.

Este ensaio é então dedicado aos desenvolvimentos na história soviética e seu impacto sobre a história da ciência soviética. Na próxima seção discutirei a interpretação totalitária da União Soviética, que ressoava com as alegações de Robert Merton e Karl Popper de que a ciência se desenvolve melhor em sociedades democráticas. Em seguida, volto-me para os que desafiaram as interpretações da escola totalitária, um grupo de historiadores sociais autoproclamados revisionistas que amadureceram na década de 1960 e se assemelhavam a algumas escolas da sociologia da ciência tanto na sua motivação para subverter a perspectiva dominante em sua disciplina, quanto em suas escolhas metodológicas. Na seção 3, discutimos as perspectivas pós-Guerra Fria e pós-revisionistas sobre a história soviética e a história da ciência soviética e como eles desafiaram as crenças amplamente aceitas sobre a ciência e a sociedade soviéticas que sustentaram muitos trabalhos da era da Guerra Fria. Concluimos o ensaio discutindo como a historiografia da Ciência Soviética ressoa com a afirmação de Christopher Hill de que a história precisa ser reescrita a cada geração.

Totalitários e Mertonianos

Após a Segunda Guerra Mundial, quando a União Soviética substituiu a Alemanha nazista como o inimigo número um da civilização ocidental na visão dos guerreiros frios norte-americanos e europeus, os estudiosos ocidentais começaram a estudar atentamente o que estava acontecendo atrás da Cortina de Ferro. Kremlinologia e soviologia, ou estudos sovié-

ticos, adquiriram significância estratégica e foram altamente estimuladas nas universidades norte-americanas, atraindo algumas mentes brilhantes. Então, a ordem do dia era “conhecer seu inimigo”. Um caso emblemático desse período foi a criação do Russian Research Center da Universidade de Harvard. Em 1947, a Carnegie Corporation, diagnosticando a escassez em Washington de “trabalhos sérios sobre o comportamento soviético”, convenceu professores de Harvard a aceitarem dinheiro para criar um centro de pesquisa dedicado a estudos russos. O primeiro chefe do Centro, o antropólogo Clyde Kluckhohn, não conhecia quase nada sobre a língua e cultura russas naquela época. No entanto, ele era um velho conhecido de agências militares. Durante a Segunda Guerra Mundial, ele havia trabalhado na Divisão de Análise de Moral Estrangeira do Escritório de Informação de Guerra estudando a cultura japonesa. Depois, considerando o trabalho de guerra um grande sucesso, Kluckhohn energeticamente promoveu seus métodos de estudar “cultura à distância” (5).

A equipe de Harvard e outros centros semelhantes, criados para promover estudos soviéticos, desenvolveram métodos engenhosos para interpretar o que estava acontecendo dentro do Kremlin e como ele mantinha o controle ideológico sobre a população, os métodos mais prováveis sendo terror e coerção. A União Soviética, apesar de ter liderado a resistência antifascista, sob esta luz veio a assemelhar-se aos Estados fascistas e teve suas semelhanças com a Alemanha de Hitler enfatizada sob o rótulo de “Estado totalitário”. Esses estudos forjaram a perspectiva totalitária que dominou os estudos sobre a União Soviética até o final da década de 1960. Eles formaram uma visão sofisticada, embora unilateral, da União Soviética “de cima”, que se concentrava na alta política e nas bases ideológicas do regime, respeitando o marxismo-leninismo como motor por trás do projeto soviético, mas negligenciava a agência para a sociedade soviética (6).

Grande parte da literatura feita nos auge da escola totalitária, 1950 e 1960, foi enquadrada em termos da oposição binária entre o “Oriente totalitário” e o “Ocidente democrático”. Na história e filosofia da ciência, a tese de que a ciência e a democracia se reforçavam – forjada por Robert Merton e outros intelectuais no final da década de 1930, no contexto do surgimento do fascismo na Europa – foi endossada pelo filósofo da ciência Karl Popper na década de 1950. A suposta separação entre ciência e ideologia do “Ocidente democrático”, muitas vezes visto como um todo uniforme, foi contrastada com a mistura supostamente perigosa de ciência e ideologia marxista praticada na União Soviética (7).

No final da década de 1950, a perspectiva totalitária começou a desmoronar. David Engerman, em seu ensaio sobre ciências sociais na Guerra

Fria, deu dois exemplos de projetos militares cujos resultados questionaram as suposições básicas do modelo totalitário (8). Primeiro, no início dos anos 1950, a Força Aérea pagou US \$ 1 milhão (quase US \$ 55 milhões em dólares atuais) (9) ao Russian Research Center de Harvard para fazer um “Modelo de Trabalho do Sistema Social Soviético” baseado em entrevistas com refugiados. Em publicações e relatórios secretos, Kluckhohn e sua equipe concluíram que “o regime soviético tinha amplo, se não profundo, apoio de seus cidadãos, e não estava cambaleando em risco de colapso; as forças americanas que atacassem a União Soviética, em suma, não seriam saudadas como libertadoras.” Ao contrário do que se esperava, concluíram que a União Soviética era uma sociedade industrial estável, em muitas formas semelhantes aos Estados Unidos (10).

O segundo projeto militar, cujos resultados questionaram os pressupostos totalitários básicos, foi o Arquivo Smolensk, o primeiro disponível para os historiadores sociais da União Soviética ocidentais. Em 1941, quando o exército alemão invadiu a cidade de Smolensk, perto das fronteiras ocidentais da Rússia, confiscou uma grande parte do arquivo local do Partido Comunista. O arquivo continha uma preciosidade de documentos e cartas de cidadãos e oficiais do Partido, que ofereceu uma janela para um microcosmos da URSS. Após a derrota da Alemanha, o exército norte-americano encontrou e reivindicou o arquivo, que na sequência passou pela CIA, pela Força Aérea dos EUA, e foi finalmente entregue à RAND (Research and Development “Pesquisa e Desenvolvimento”) Corporation. A primeira análise desse arquivo, publicada em 1958 pelo cientista político de Harvard, Merle Fainsod, no livro *Smolensk under Soviet Rule* (Smolensk sob a regra soviética), “ofereceu um desafio empírico devastador à noção de que a União Soviética estava sob o controle total de um pequeno grupo de articuladores no Kremlin”. “A fachada totalitária”, concluiu Fainsod, “escondia uma série de contradições internas.” De fato, ele chamou a atenção para “energias de baixo para cima” que se tornariam “a semente de debates políticos futuros” (11).

Além disso, a interpretação totalitária, que já tinha dificuldade em explicar como a União Soviética tinha ganho uma guerra total que exigiu um enorme sacrifício da sua população baseado apenas no terror e na coerção, tornou-se ainda mais frágil quando, após a morte de Stalin em 1953, a União Soviética exibiu-se como um próspero poder econômico, científico e militar sob as políticas mais frouxas do “degelo” de Krushev. As dificuldades enfrentadas pela interpretação totalitária, somadas ao clima de contestação estabelecido pelos protestos contra a Guerra do Vietnã, favoreceram o surgimento de interpretações alternativas da história soviética.

Quebrando paradigmas: o desafio revisionista

O principal desafio para a escola totalitária e as obras baseadas em suas premissas veio de fora, do grupo de historiadores sociais autoprofessados revisionistas e liderados por Sheila Fitzpatrick, uma australiana residente nos EUA, que se formaram nos subversivos e socialmente revolucionários anos 1960. Na época, a Guerra do Vietnã causava um dos primeiros choques na comunidade acadêmica norte-americana sobre as políticas imperialistas dos Estados Unidos e o papel desempenhado pelos cientistas na produção de tecnologia militar. Naquela atmosfera de crescente descontentamento, as diferenças entre a “democracia liberal” norte-americana e a “autocracia totalitária” soviética já não pareciam tão claras. As ciências (incluindo as ciências sociais e humanas), cercadas por um véu de sigilo, já não pareciam tão democráticas (12).

Mais inclinados aos métodos e temas da história social e à visão “de baixo” da história, os revisionistas questionaram o “viés da guerra fria” da escola totalitária e criticaram sua interpretação como demasiadamente focada no Kremlin e em sua política, e por tratar a população como uma massa amorfa que poderia ser facilmente controlada por um regime todo-poderoso, como ratos de laboratório nas mãos de experimentadores. Eles alegaram que, com base no terror e na coerção apenas, a União Soviética não poderia ter permanecido estável por tanto tempo, não poderia ter alcançado o crescimento industrial impressionante que teve e não poderia ter ganhado uma guerra que exigiu um enorme sacrifício de sua população (13).

Em obras que se tornaram clássicas da escola revisionista, Sheila Fitzpatrick revelou a impressionante mobilidade social na Sociedade Soviética e as origens humildes de sua nova elite, argumentando que eles eram partidários leais do regime precisamente porque o regime os tinha criado por uma combinação de “Revolução Cultural” (14), termo de sua criação, e Grandes Expurgos. Da mesma forma, com base em um estudo da literatura popular stalinista do pós-guerra, a historiadora Vera Dunham concluiu que houve uma espécie de acordo (*Big Deal*) entre o regime stalinista e a classe média emergente, através do qual o regime proporcionou privilégio e acomodação de valores de classe média em troca de lealdade e apoio. Tomando de empréstimo a noção de *Big Deal* de Dunham, Fitzpatrick, em trabalhos posteriores, usou-a para descrever os termos da relação entre a *intelligentsia* soviética e o regime na década de 1930:

Se supusermos algo como um acordo entre a *intelligentsia* russa e o regime stalinista nos anos 1930, ele envolveria a promessa da lealdade e serviço ao regime em troca de privilégios e *status* social para si e o apoio do regime

às instituições tradicionais como a Academia de Ciências; e um acordo no qual os dois lados cooperariam para disseminar uma forma popularizada da cultura da *intelligentsia* entre as massas (15).

Os revisionistas tinham muito em comum com a escola de Edimburgo da sociologia do conhecimento, com a qual os pesquisadores em estudos sobre a ciência são mais familiares. Dois dos principais princípios explicativos da escola de Edimburgo, a ênfase no interesse e o princípio da simetria, são evidentes na historiografia revisionista, que explicava tanto o apoio social, quanto a falta dele, ao regime soviético em termos de “interesse” daqueles grupos da sociedade identificados como seus beneficiários (16).

Loren Graham, o pioneiro entre os historiadores ocidentais da ciência soviética, foi quem trouxe uma perspectiva revisionista à história da ciência soviética. Em seu influente livro *Science, Philosophy, and Human Behavior in the Soviet Union* (Ciência, Filosofia e Comportamento Humano na União Soviética), ele afirmou que as ciências naturais desempenharam um papel importante na ideologia da Revolução Russa, sem paralelo com outras revoluções dos tempos modernos, e que a filosofia marxista, por sua vez, era onipresente na ciência soviética. “Mesmo a boa ciência tem a marca da filosofia marxista, incluindo ciências duras como a física”, concluiu (17). Para Graham, no histórico da ciência soviética, havia apenas uma grande mancha negra – o stalinismo. Segundo ele, Stalin “converteu esse interesse em filosofia da ciência em uma interpretação dogmática de fenômenos naturais que rivalizavam com o sistema escolástico da Igreja Católica na Idade Média” (18). Nessa e em outras obras posteriores, Graham tendeu a encarar o período stalinista como prejudicial ao desenvolvimento da ciência soviética (19) – isso acabou sendo talvez a principal limitação da excelente obra de Graham.

Em outros trabalhos revisionistas notáveis sobre a história da ciência soviética, um dos discípulos de Graham, Kendall Bailes, relativizou o impacto negativo do stalinismo sobre a ciência soviética e foi mais longe em seu reconhecimento do papel dos cientistas e engenheiros na formação das políticas científicas stalinistas. Ele ressaltou que a relação entre os cientistas e o governo soviético era mais complexa do que o modelo totalitário sugere. Para Bailes, a “tecnoestrutura” soviética do pré-guerra não seguia simplesmente ordens emitidas pela “estrutura de poder”, mas desempenhava um papel significativo na formação social e cultural soviética (20). Em seu último livro, sobre o mineralogista e geoquímico Vladimir Vernadsky e sua escola científica, Bailes revelou nuances do compromisso entre a velha *intelligentsia* russa e os bolcheviques, mostrando que a posição científica de Vernadsky, seu trato no trato com os oficiais soviéticos e a combinação de pesquisa teórica e aplicada característica de sua escola permitiram que ele permanecesse um

crítico aberto da ideologia oficial até o fim de sua vida, enquanto promovia sua agenda científica e sua escola sob Stalin. As conclusões de Bailes mostram que o regime tinha apenas controle limitado sobre grupos da sociedade soviética, cientistas e engenheiros neste caso, e que as políticas do regime podiam ser modificadas na prática por meio de processos de negociação social informal (21).

No final da década de 1980, os revisionistas se tornaram a escola ocidental dominante da história soviética. Estudando vários grupos sociais e mostrando como seu interesse casava ou conflitava com as políticas do regime, eles pintaram um quadro mais rico da sociedade soviética, em comparação com a escola totalitária. No entanto, sua historiografia tinha seus próprios problemas. Um problema, identificado pelos próprios revisionistas com a evolução de sua agenda, foi que ao mesmo tempo que traziam a perspectiva “de baixo” e novos temas como mobilidade social e apoio social ao regime, eles ainda formulavam suas perguntas em termos “soviéticos”, no sentido de que mantiveram o foco em uma relação binária entre a sociedade e o governo. Estudos de apoio ou resistência social levavam a uma estrita divisão entre a sociedade e o Estado, minimizando o papel dos grupos sociais como construtores, por outros meios que não o apoio ou a resistência, da sociedade soviética (22).

Outros dois problemas da historiografia revisionista surgiram apenas com a abertura de novos arquivos na década de 1990 e a chegada da história cultural ao campo dos estudos soviéticos. O primeiro é a adoção de um referencial trotskista para entender a Revolução Russa. No contexto da década de 1960, muitos intelectuais de esquerda que simpatizavam com a Revolução Russa abraçaram com prazer a ideia de uma descontinuidade entre Lênin e Stalin proposta por Trotsky e posteriormente aprovada por Kruschev. Seguindo esta tendência, os revisionistas tendiam a ver o stalinismo como um retorno, sob condições de grande estresse, a tradições não revolucionárias sob uma burocracia conservadora. No entanto, na década de 1990, como fontes arquivísticas recém-abertas, revelaram, por um lado, “a firmeza de Lênin, sua vontade de derramar sangue” e sua “personalidade mais neurótica e sensível” e, por outro, Stalin como um “intelectual que continuou a ler seriamente mesmo no poder” e “dominava seus associados em parte tanto pelo poder intelectual, quanto por habilidades políticas”, tornou-se cada vez mais difícil manter alegações de que seus governos seriam qualitativamente diferentes. Tornou-se particularmente difícil manter o mito de um Lênin mais gentil do que Stalin (23). Isso minou a estrutura trotskista, e os revisionistas foram mais tarde retaliados por adotarem um referencial para entender a Revolução Russa proposto por Trotsky, “o maior perdedor da revolução” (24).

O segundo problema com a historiografia revisionista foi que, construindo sua historiografia em grande medida em oposição à escola totalitária, que enfatizava a ideologia, os revisionistas negligenciaram o papel do marxismo-leninismo na formação da sociedade soviética. Isto também, à luz de novas fontes arquivísticas disponibilizadas na década de 1990 e de métodos de história cultural, revelou-se como uma característica problemática de grande parte da historiografia revisionista. Com base em uma ampla variedade de fontes a geração seguinte, os pós-revisionistas, criticou os revisionistas por negligenciarem a ideologia. Eles mostrariam persuasivamente a importância da ideologia bolchevique e como ela moldou a vida na União Soviética (25). É notável, no entanto, que embora a geração pós-revisionista mais jovem tenha se anunciado como crítica dos revisionistas, estes últimos sabiamente aceitaram a maioria de suas críticas substanciais e abraçaram e promoveram a historiografia pós-revisionista (26).

Perspectivas Pós-Guerra Fria e Pós-revisionistas sobre a Ciência Soviética

A década de 1990 foi um ponto de virada para a história da ciência soviética, não só devido à abertura de novos arquivos, mas por uma convergência de muitos fatores que afetaram simultaneamente as disciplinas da história da ciência e história da União Soviética. No Ocidente, especialmente nos Estados Unidos, a história da ciência e a história da União Soviética foram fortemente influenciadas pelas mudanças no clima político e cultural que se seguiram ao fim da Guerra Fria, pela integração nas comunidades ocidentais de historiadores soviéticos que se mudaram para o Ocidente levando as perspectivas daqueles que tinham acabado de viver uma revolução (27) e, por último, mas não menos importante, os desenvolvimentos na disciplina acadêmica da história como a virada cultural e linguística dos anos 1980, que chegou a essas disciplinas com um certo atraso (28).

A reação dos historiadores da ciência soviética à perestroika foi dupla. Enquanto alguns seguiram os mantras de especialistas que lidavam com estudos soviéticos, ocidentais e russos, que poderiam ser resumidos em “o que deu errado com a União Soviética” e “como o sistema soviético falhou”, vendo nada além do mal no falecido regime (29); outros seguiram a tendência dominante entre historiadores de usar o clima político menos polarizado para desenvolver narrativas históricas menos tendenciosas. Este último grupo será o nosso principal foco.

A virada cultural na história da ciência e da história da União Soviética ocorreu quase simultaneamente e conduziu a novas perspectivas das relações

de poder na sociedade e na ciência soviéticas. A geração de historiadores formados na década de 1990, os pós-revisionistas, incorporou elementos de ambas as escolas conflitantes de totalitários e revisionistas, acrescentando elementos de história cultural à mistura, especialmente ideologia em forma de discurso. Desafiando “os paradigmas dos pais e dos avós” (30), eles escaparam à dicotomia historiográfica “de cima”/“de baixo”, enquadrando a interação entre o Estado soviético e seus cidadãos em termos de uma renegociação constante do poder. Aprendendo a “falar bolchevique” (31), ou a jogar os “jogos da democracia soviética” (32), os cidadãos soviéticos participaram ativamente da construção da sociedade stalinista. Nesta perspectiva, o stalinismo não era apenas um projeto imposto aos cidadãos soviéticos, mas também um projeto dos próprios cidadãos soviéticos.

A obra *Magnetic Mountain: Stalinism as a Civilization* (Montanha Magnética: o Stalinismo como uma Civilização) de Stephen Kotkin foi um trabalho de referência que estabeleceu a agenda principal da geração pós-revisionista. Baseado na criação da cidade Magnitogorsk, que ele considerou “o encapsulamento da construção do socialismo”, Kotkin argumentou que, longe de se afastar dos ideais originais da Revolução Russa, como sugerido pelas interpretações trotskistas, no início dos anos 1930, Stalin lançou um projeto progressista de construção do socialismo que transfixou e inspirou o povo soviético, bem como observadores estrangeiros. Como ideologicamente formulada, “a revolução de Stalin parecia o segundo, e potencialmente mais duradouro, amanhecer de uma Rússia justa, alegre e bela, onde aquele que não tinha nada se tornaria tudo.” (33). Kotkin propôs “deslocar o foco do que o Partido e seu programa impediu para o que ele possibilitou, intencionalmente e não intencionalmente (...), sem negar a intensa força coercitiva do projeto comunista” (34).

O clima político mais tolerante do pós-Guerra Fria permitiu o surgimento de outras obras com abordagens semelhantes ao stalinismo e títulos igualmente provocativos, como *Stalin's Great Science* (A Grande Ciência de Stalin) de Alexei Kojevnikov e *Affirmative Actions Empire* (O Império de Ações Afirmativas) de Terry Matin; títulos que alguns anos antes teriam sido suficientes para que seus autores fossem acusados de serem stalinistas (35). Essas obras, e outras da mesma geração, revelaram um lado da história soviética e alguns dos legados do Experimento Soviético que tinham sido sombreados pelo clima ideológico da Guerra Fria. Eles argumentaram, por exemplo, que a URSS foi a precursora de políticas que dariam forma às sociedades modernas como o Estado de seguridade social, ações afirmativas e *Big Science* (36).

Nas últimas décadas, desenvolvendo a historiografia pós-revisionista, uma geração mais jovem de historiadores construiu quadros altamente deta-

lhados e matizados da sociedade soviética sob Stalin e avançou em estudos de períodos posteriores. Recorrendo a diários, entrevistas de história oral e outras fontes impressas, como artigos de imprensa e memórias, como textos para análise do discurso, eles levaram a agenda pós-revisionista a um passo adiante, incluindo a análise da subjetividade soviética (37). As reivindicações de apoio social ao regime feitas pelos revisionistas, que suscitaram muita controvérsia durante a Guerra Fria, foram levadas a um novo patamar, já que os historiadores passaram a enfatizar a internalização dos valores soviéticos e do código de comportamento para entender como e por que determinados grupos tinham se tornado favoráveis ao regime (juventude Komsomol, judeus antes da Segunda Guerra Mundial (38), e veteranos de guerra, por exemplo). Mas, além disso, esboçaram um gradiente de atitudes em relação à ideologia e às políticas bolcheviques, incluindo a resistência passiva ao se desengajar do projeto soviético (como a contracultura dos *stilyagi* nos anos 1950, muitas vezes comparada à dos hippies) e a aparição dos primeiros dissidentes (39). Por exemplo, estudando a cultura jovem da última geração que cresceu sob Stalin, Juliane Fürst faz um relato abrangente dos padrões de participação dos jovens. Ela argumenta que os jovens adotaram atitudes variáveis com relação ao regime, indo do “compromisso ideológico à apatia apolítica, do carreirismo profissional à deriva em esferas alternativas”. Aquelas atitudes eram definidas sobretudo em diálogo com o Estado e suas políticas. Em retrospectiva, Fürst viu no final do stalinismo as sementes da reviravolta que levaria ao fim da União Soviética. Até o fim da era de Stalin, a dissidência aberta era rara, mas foram suficientes o desengajamento com a ideologia oficial e a deriva em esferas privadas alternativas para desestabilizar o sistema soviético, cujo projeto de construção do comunismo demandava um engajamento ativo de toda a população (40).

A fecundidade da perspectiva pós-revisionista na história da ciência soviética é evidente no livro *Stalin's Great Science: Times and Adventures of Soviet Physicists* (A Grande Ciência de Stalin: Tempos e Aventuras de Físicos Soviéticos) de Alexei Kojevnikov. O livro apresenta uma série de estudos de caso que investigam as vidas de alguns físicos na sociedade stalinista nos níveis social, político e ideológico para dar sentido ao que Kojevnikov chamou de paradoxo da ciência soviética: “as piores décadas do governo ditatorial de Stalin foram também o período de, sem dúvida, o maior progresso alcançado pela ciência e tecnologia em solo russo desde a época de Pedro, o Grande”. Ao longo de sua narrativa, Kojevnikov desmantela muitos estereótipos amplamente aceitos durante a Guerra Fria, como o de que a mistura de ciência e ideologia é sempre prejudicial à ciência, ou que a ciência e a democracia se desenvolvem juntas e não se pode desenvolver uma sem a outra (41). Mostrando como

os físicos e outros cientistas se engajaram com a ideologia oficial e interiorizaram costumes e regras da sociedade stalinista, Kojevnikov iluminou episódios como o polêmico caso Lysenko, e como os cientistas, especialmente o presidente da Academia Soviética de Ciências Sergei Vavilov, trabalharam para criar um dos maiores impérios científicos do mundo.

Outros exemplos de trabalhos desenvolvidos em estreito diálogo com a historiografia pós-revisionista, que desafiam os pontos de vista anteriormente defendidos sobre a ciência stalinista, são os estudos de Slava Gerovitch sobre o programa espacial soviético. Gerovitch argumenta que a cultura profissional dos engenheiros espaciais, com ênfase em estabilidade, controle e autoridade, sintetizou valores da sociedade stalinista na qual esses engenheiros foram formados. Surpreendentemente, Gerovitch mostra que «no folclore dos cientistas e engenheiros de foguetes soviéticos (...) mesmo o medo e a opressão da era de Stalin eram lembrados com carinho como mecanismos produtivos para incutir um forte senso de responsabilidade pessoal” (42). Portanto, para esse grupo que recebeu atenção mundial durante a Guerra Fria com as grandes realizações da corrida espacial, longe de ser prejudicial, o stalinismo promoveu a ciência soviética.

Os trabalhos de Alexei Kojevnikov e Slava Gerovitch, ambos russos sediados em universidades norte-americanas, fazem parte de uma agenda em curso que pode ser vista como a consequência da integração de historiadores da ciência russos na América do Norte e também apontam para a integração da história da ciência soviética com a história geral da ciência e da tecnologia (43). Por exemplo, Kojevnikov desenvolveu estudos que comparam a história da ciência na Rússia à história da ciência em outros contextos nacionais, especialmente nos Estados Unidos, e lançam luz sobre como a informação, as ideias e as abordagens científicas têm atravessado e influenciado cientistas em ambos os lados (44). Konstantin Ivanov, estudando as mudanças na ciência soviética após a morte de Stalin, chamou a atenção para a atitude convergente de físicos soviéticos e norte-americanos na década de 1950 – enquanto os soviéticos passaram ideologicamente da ciência aplicada para a ciência fundamental, os americanos moveram-se na direção oposta, da ciência fundamental à ciência aplicada. Ivanov sugere analisar o impacto dessa convergência na ciência em ambos os países (45).

As sugestões de Kojevnikov e Ivanov estão em ressonância com trabalhos mais recentes que defendem uma abordagem transnacional na história da ciência como uma maneira de articular os resultados de muitas narrativas locais e pensar a história da ciência em nível global (46). Com o renovado interesse nos debates sobre ciência, política e ideologia que se seguiu à Guerra Fria, muitos estudos examinaram o desenvolvimento da ciência e o

papel dos cientistas como atores políticos em contextos tão diversos quanto União Soviética, Estados Unidos, Alemanha Oriental e Ocidental, Brasil sob o domínio militar e China comunista (47). Essas obras têm forjado narrativas históricas sofisticadas que mobilizam fatores ideológicos, políticos e culturais para explicar o desenvolvimento histórico da ciência em contextos específicos (48). Eles ilustram a conclusão de Olival Freire Jr. de que “o trabalho do historiador é (...) desenredar o papel desempenhado por cada fator em cada contexto local e temporal” (49). Como um todo, refletem o surgimento da história cultural e social das ciências e a crescente autoidentificação dos historiadores das ciências como historiadores.

Reescrevendo a história

A evolução das perspectivas sobre o stalinismo na segunda metade do último século parece refletir a afirmação do historiador Christopher Hill de que “a história deve ser reescrita a cada geração, porque, embora o passado não mude, o presente muda; cada geração faz novas perguntas sobre o passado e encontra novas áreas de simpatia ao reviver diferentes aspectos das experiências de seus predecessores” (50). Talvez a forma como olhamos para a história nos diz tanto sobre nossos tempos quanto sobre o momento histórico em questão.

A necessidade de reescrever a história torna-se aparente em trabalhos sobre a história de lasers na URSS, a exemplo do livro de Loren Graham, *Lonely Ideas: Can Russia Compete?* (Ideias solitárias: pode a Rússia competir?), sobre invenção e inovação na Rússia (51). É difícil dizer qualquer coisa além de elogios sobre um livro “baseado não apenas em um estudo das fontes relevantes, mas também em um longo período de residência na Rússia, visitas a dezenas de universidades russas, institutos de pesquisa e industriais e conversas com milhares de cientistas e engenheiros” (52). O livro é de fato magistralmente escrito e reflete a experiência de vida de Graham e um conhecimento sólido das ciências soviéticas no sentido amplo da palavra russa *nauki*, que inclui todas as áreas do conhecimento. No entanto, embora reconhecendo e respeitando a autoridade e a qualidade do trabalho, não precisamos concordar com todos os seus pressupostos. O livro de Graham, além de ser baseado em sua longa experiência como historiador da ciência soviética, também é baseado em uma “rica literatura sobre inovação” (53) – eu acrescentaria neoliberal – que está por trás de muitas de suas conclusões ao longo do livro. Por exemplo, ele dá como uma prova de que a pesquisa em lasers na União Soviética ficou para trás as estatísticas de que, até o ano 2000, foram vendidos cerca de U\$ 200 bilhões de dólares em lasers e sistemas de lasers. No entanto, a parte russa do mercado

mundial de lasers, naquele momento, trinta e seis anos depois de dois russos e um americano receberem o Prêmio Nobel pela invenção do maser (*microwave amplification by stimulated emission of radiation* “amplificação de microondas por emissão estimulada de radiação”) e do laser (*light amplification by stimulated emission of radiation* “amplificação da luz por emissão estimulada de radiação”), foi de apenas 1-1,5% (54).

Embora possa parecer correto, tendo em vista a finalidade e o público-alvo do livro – usar receitas em dólares para avaliar o sucesso da inovação na Rússia –, é problemático usá-las para avaliar a inovação em lasers na União Soviética. Em primeiro lugar, a pesquisa e o desenvolvimento de lasers na URSS baseava-se numa rede de instituições estatais não mercantil. O Estado era ao mesmo tempo patrocinador, produtor e principal consumidor de tecnologia baseada em laser. O uso de indicadores de mercado para acessar instituições não mercantis é, na melhor das hipóteses, enganoso. Como ocorriam as operações financeiras entre essas instituições? Os preços eram fixados para cobrir os custos de produção ou gerar lucros? Podemos estimar as receitas geradas pela pesquisa e desenvolvimento de lasers na União Soviética sem incluir investimentos estatais em institutos científicos e tecnológicos e projetos orientados para aplicações específicas de tecnologia laser, uma parcela significativa dos quais foi direcionada para projetos sigilosos? Não há respostas fáceis para estas perguntas. Precisamos de uma análise mais cuidadosa e refinada, que visa a compreender os padrões de inovação na União Soviética em seus próprios termos, para avaliar o sucesso da pesquisa e desenvolvimento do laser na União Soviética.

A transição da Rússia para uma economia de mercado não aconteceu da noite para o dia. Como argumentam alguns historiadores, o colapso da União Soviética não terminou em 1991, mas se prolongou pelo menos até 2000, envolvendo muito mais do que o surgimento da sociedade civil e a adoção de reformas neoliberais. Para Stephen Kotkin, por exemplo, “o que aconteceu na União Soviética, e continuou na Rússia, foi o início súbito e, em seguida, o prolongamento inevitável da agonia da morte de um mundo composto de uma economia não mercantil e instituições antiliberais” (55).

Além disso, para Graham, a impossibilidade de se tornar super-rico com invenções, o que acontece com os inventores de lasers nos Estados Unidos, foi um retrocesso para a inovação na União Soviética. “Por causa de sua economia centralizada, a União Soviética não poderia desenvolver empresas de laser na maneira individualista, competitiva e, sim, caótica, como as que surgiram nos Estados Unidos”. Ele dá o exemplo de “Valentin Gapontsev, cuja história é impressionantemente parecida com um conto de *start-up*”. Um físico soviético especialista em luz e lasers, quando a União Soviética entrou em

colapso, Gapontsev, ilegalmente estabeleceu um negócio privado no porão de um pequeno laboratório no Instituto de Rádio-engenharia de Friazino, um instituto estatal perto de Moscou. Gapontsev começou a fazer negócios com empresas italianas e se mudou para a Itália para abrir seu próprio negócio. Logo sua empresa estava fabricando lasers e amplificadores de alta potência com fibra-ótica de alta qualidade na Itália e na Alemanha. Depois que seu negócio enfrentou problemas em torno de 2000, Gapontsev decidiu que ele “tinha que mudar para os EUA, porque um monte de negócios é baseado lá.”. Em 2006, sua empresa, com sede em Oxford, Massachusetts, estava avaliada em U\$ 143 milhões de dólares (56).

A história acima pode ser usada como prova de que o *American Dream* – não importa quão raramente – se torna realidade. De fato, muitos inventores, mesmo soviéticos, podem ter sido motivados pela perspectiva de enriquecimento rápido. No entanto, essa não é de modo algum a única maneira de promover a inovação e, de longe, não é a mais benéfica para a sociedade como um todo. Um exemplo vivo de que há maneiras eficazes de promover a inovação, além do empreendedorismo motivado pelo lucro, é encontrado na história do físico soviético Zhores Alferov.

Alferov recebeu o Prêmio Nobel de física em 2000 pela invenção de hetero-estruturas de semicondutores que permitiram a miniaturização da eletrônica e a criação do primeiro laser capaz de operar continuamente à temperatura ambiente, invenção à qual devemos ser gratos sempre que usamos CD ou DVD players (57). Em vários relatos, a vida de Alferov é abundante de episódios que ilustram como seu compromisso com os valores comunistas o levou a inovações. Por exemplo, na década de 1950, ele e outros estudantes do Instituto Físico-Técnico de Leningrado ajudaram a projetar uma central elétrica e trabalharam em várias brigadas em competição entre si para impulsionar o projeto, uma estratégia típica dos tempos de construção do socialismo da década de 1930 (quando cidades inteiras foram construídas a partir do zero), que então estava sendo empregada para construir o comunismo. Esforços como esse ecoavam com a fé de Alferov no poder da ciência e tecnologia para transformar a sociedade. Até hoje, ele ainda é comunista e promotor ativo da ciência e da tecnologia. Para ele, comunismo agora significa primariamente a defesa do bem-estar social, educação e saúde públicas e, por último, mas não menos importante, o renascimento da ciência e indústria de alta tecnologia russas (58).

O livro de Graham é um guia notável de como aproximar a Rússia de um modelo idealizado da sociedade liberal norte-americana. Um modelo que parece muito longe, e está ficando cada vez mais longe, da realidade. É improvável que os jovens historiadores de hoje, sentindo os efeitos do

neoliberalismo na própria pele, assumam tal agenda. Pelo contrário, a historiografia da União Soviética no século XXI parece estar indo na direção oposta. Aventurando-se em discutir como a União Soviética poderá parecer no século XXI, Fitzpatrick aposta que “o que havia de bom nela pode ser a próxima agenda” (59).

Enquanto a escola totalitária, escrevendo num momento de histeria anticomunista dos anos 1950, esteve excessivamente preocupada em demonstrar a crueldade do stalinismo, os revisionistas, experienciando o poder das mobilizações populares exibido nos protestos dos anos 1960, entenderam que o povo soviético deveria desempenhar um papel maior do que lhes fora concedido em relatos totalitários. Os pós-revisionistas, por sua vez, escrevendo em um momento de crescente insegurança social, em meio a discussões sobre crise no meio acadêmico devido à influência do neoliberalismo, voltaram sua atenção para alguns dos legados da União Soviética, como o Estado de Bem-Estar, um “pilar do mundo em que vivemos que hoje está se desfazendo em toda parte”, como Stephen Kotkin percebeu em 1997 (60). A academia norte-americana parece estar cada vez mais consciente do impacto negativo das políticas neoliberais na sociedade, claramente visível nas próprias intuições acadêmicas (61).

Talvez mais uma lição possa ser tirada da evolução das obras históricas sobre a União Soviética. Adquirir maturidade profissional em tempos de consciência coletiva sobre as deficiências em suas sociedades parece ter ajudado tanto os revisionistas quanto os pós-revisionistas a assumirem posições historiográficas menos condescendentes e mais perceptivas. Sendo autocríticos, parece que estamos mais inclinados a adotar uma postura mais compreensiva e menos crítica em nossa análise de outros tempos e sociedades e, portanto, mais abertos para ver seus lados positivos, bem como os negativos. Isso, sem dúvida, teve um impacto positivo nos estudos históricos da União Soviética, como podemos ver pelos ricos, perspicazes e interessantes relatos da cultura e sociedade soviéticas produzidos por ambas as escolas.

|| **CLIMÉRIO PAULO DA SILVA NETO**, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barra, Bahia, Brasil. cpsneto@gmail.com

*Este capítulo é tradução do artigo *The Cold War and Western Perspectives on Soviet Science* (A Guerra Fria e Perspectivas Ocidentais sobre a Ciência Soviética), publicado na *Revista Brasileira de História da Ciência*. Nosso agradecimento aos editores da revista pela autorização da publicação desta versão traduzida pelo próprio autor



NOTAS

(1) GRAHAM, Loren. *What Have We Learned About Science and Technology from the Russian Experience?* (O que aprendemos sobre ciência e tecnologia da experiência russa?). 1ª ed. Palo Alto: Stanford University Press, 1998

(2) KOJEVNIKOV, Alexei. *Stalin's Great Science: The Times and Adventures of Soviet Physicists* (A Grande Ciência de Stalin: Tempos e Aventuras de Físicos Soviéticos). London: Imperial College Press, 2004, p. 277.

(3) Para essa escolha metodológica de discutir as tendências historiográficas dominantes, deixo de lado obras que não dialogam com a historiografia da União Soviética. Muitas delas, como as do historiador Helge Kragh, são mais história de teorias ou disciplinas específicas, a cosmologia neste caso, do que a história da ciência soviética. Algumas dessas obras foram discutidas recentemente por BAGDONAS, Alexandre; ZANETIC, João; GURGEL, Ivã. Controvérsias sobre a natureza da ciência como enfoque curricular para o ensino da física: o ensino de história da cosmologia para o meio de um jogo didático. Em: *Revista Brasileira de História da Ciência*, vol. 7, n. 2, 2014, p. 242-260. Aquele trabalho já é um esforço de explorar as lições que podemos aprender sobre a natureza da ciência a partir do experimento soviético. Da mesma forma, outro trabalho recente apresenta uma visão geral da ciência russa de 1917 a 2010: SANTOS JUNIOR, R. L. Análise histórica da evolução e desenvolvimento dos campos da Ciência e da Tecnologia na antiga União Soviética e Rússia (1917-2010). Em: *Revista Brasileira de História da Ciência*, vol. 5 n. 2, 2012, p. 279-296. Meu ensaio difere substancialmente em conteúdo e abordagem. Enquanto Santos Júnior (2012) é uma síntese *longue durée*, este ensaio está mais preocupado com as tendências historiográficas na história da ciência soviética como uma disciplina.

(4) KOJEVNIKOV, 2004, Op. Cit., p. 277.

(5) ENGERMAN, David C. Social Science in the Cold War. Em: *Isis*, vol. 101 n. 2, 2010, p. 397. De fato, o trabalho foi considerado tão bem sucedido que os estudos de áreas, como estudos brasileiros, estudos latino-americanos, estudos asiáticos e assim por diante, se proliferaram em universidades norte-americanas alimentados por verbas militares. Hoje em dia, quando as paixões da Guerra Fria ficaram no passado, alguns cientistas sociais dos EUA sentem-se pouco confortáveis com seus papéis nos projetos patrocinados pelos serviços de defesa dos EUA e que foram úteis para operações de inteligência. Um diagnóstico do desconforto e defesa das ciências sociais na Guerra Fria é apresentado em WOLFE, Audra J. *Defending Cold War Science* (Defendendo a Ciência da Guerra Fria). *berfrois.com*, 2013. Disponível em <http://www.berfrois.com/2013/08/cold-war-social-science-by-audra-j-wolfe/>. Acessado em 27 de nov. de 2016.

(6) A interpretação totalitária é discutida em FITZPATRICK, Sheila. *New perspectives on Stalinism*. Em: *Russian Review*, vol. 45 n. 4, 1986; HALFAN, I.; HELLBECK, J. *Rethinking the Stalinist Subject: Stephen Kotkin's "Magnetic Mountain" and the State of Soviet Historical Studies* (Repensando o Tema Stalinismo: *Montanha Magnética* de Stephen Kotkin e o Estado dos Estudos Históricos Soviéticos). Em: *Jahrbücher für Geschichte Osteuropas* (Anuários para a História do Leste Europeu), v. 3 n. 44, 1996.

(7) Ver introdução de KOJEVNIKOV, 2004, Op. cit.

(8) Um dos propósitos do ensaio de Engerman é mostrar que o trabalho produzido em estudos de área, mesmo aqueles diretamente financiados por agências militares, nem sempre estavam alinhados com as necessidades e expectativas militares e produziam valiosos conhecimentos sobre culturas em todo o mundo. História soviética, como desenvolvido em universidades norte-americanas, é uma evidência para este argumento. ENGERMAN, 2010, Op. cit.

(9) O custo econômico de um projeto é medido usando a participação relativa de um projeto como uma porcentagem da produção da economia. Revela a importância do projeto para a sociedade como um todo. Ver <<http://www.measuringworth.com/uscompare/relativevalue.php>>. Acessado em 27 dez. 2014.

(10) ENGERMAN, 2010, Op. cit., p. 399. Os resultados parciais daquele projeto foram apresentados em BAUER, Raymond Augustine; INKELES, Alex; KLUCKHOHN, Clyde. *How the Soviet System Works: Cultural, psychological, and social themes* (Como funciona o Sistema Soviético: temas culturais, psicológicos e sociais). Cambridge: Harvard University Press, 1956. Resumos das entrevistas podem ser

acessados na página do Harvard Project on the Soviet Social System: <<http://hcl.harvard.edu/collections/hpsss/>>. Acessado em 03 out. 2016.

(11) ENGERMAN, 2010, Op. cit., p. 399

(12) Um indicativo de que no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 as duas grandes potências se assemelhavam cada vez mais, para os contemporâneos, foi o surgimento de algumas teorias de convergência, segundo as quais todas as sociedades industriais desenvolvidas enfrentam os mesmos problemas e desafios sociais e convergirão em seus sistemas sociais, políticos e econômicos por causa dos efeitos determinantes do desenvolvimento tecnológico. Para uma síntese de algumas teorias de convergência ver REQUATE, Jörg. *Visions of the Future: GDR, CSSR, and the Federal Republic of Germany (Visões do Futuro: RDA, URSS e a República Federal da Alemanha)*. In: HAUPT, Heinz-Gerhard; KOCKA, Jürgen (ed.). *Comparative and Transnational History: Central European Approaches and New Perspectives (História Comparativa e Transnacional: Abordagens e Novas Perspectivas da Europa Central)*. Berghahn Books. Chapter 8, 2012, p. 181-183.

(13) FITZPATRICK, 1986, Op. cit.

(14) A partir de 1918, os bolcheviques afrouxaram os requisitos para a admissão em universidades, aboliram títulos e diplomas formais e criaram uma série de ações afirmativas para povoar universidades com estudantes de grupos anteriormente desprivilegiados ou discriminados – camponeses, trabalhadores, mulheres e minorias raciais. Fitzpatrick chamou de Revolução Cultural o ápice e o fim desse processo, que vai de 1928, quando jovens estudantes radicais foram estimulados a desafiar a autoridade de seus professores, até 1934, quando a expansão foi controlada, os títulos foram restaurados e o novo sistema tornou-se focado em qualidade e disciplina. FITZPATRICK, Sheila. *The Cultural Front: Power and Culture in Revolutionary Russia* [A Frente Cultural: Poder e Cultura na Rússia Revolucionária] (Studies in Soviet History and Society "Estudos de História e Sociedade Soviéticas"). Ithaca: Cornell University Press, 1992. Um exemplo do impacto daquelas políticas nas vidas de físicos soviéticos é dado em KOJEVNIKOV, Alexei. A Grande Ciência de Stalin: Tempos e Aventuras de Físicos Soviéticos no Exemplo da Biografia Política de Lev Landau. Em: *Revista Brasileira de História da Ciência*, vol. 4 n. 1, 2011.

(15) FITZPATRICK, 1992, Op. cit., p. 9.

(16) Isso não é tão surpreendente, uma vez que eles foram contemporâneos e formados na idade de ouro das ciências sociais. Para uma breve discussão da historiografia revisionista e sua ênfase no interesse, ver HALFIN e HELLBECK, 1996, Op. cit. O princípio da simetria, para a escola de Edimburgo, implicava que os mesmos fatores deveriam ser usados para explicar tanto o sucesso quanto os fracassos dos empreendimentos científicos. Para uma discussão de interesse e simetria como princípios orientadores da escola de Edimburgo ver HACKING, Ian. *The Social Construction of What? (A Construção Social do quê?)*. Harvard University Press, 1999, p. 90. Outro ponto comum entre revisionistas e sociólogos da ciência parece ser o seu débito ao livro influente de Thomas Kuhn *As Estruturas da Revolução Científica* (1962). Fitzpatrick mais tarde escreveria: "muitos cientistas naturais – acreditando que suas disciplinas são cumulativas e suas generalizações são falsificáveis em princípio e na prática por novos dados experimentais – têm problemas com o argumento de Kuhn, enquanto as ciências sociais e as humanidades o amam». FITZPATRICK, Sheila. *The Soviet Union in the twenty-first century (A União Soviética no século XXI)*. Em: *Journal of European studies*, vol. 37 n. 1, 2007, p. 66.

(17) GRAHAM, Loren R. *Science, Philosophy, and Human Behavior in the Soviet Union (Ciência, Filosofia e Comportamento Humano na União Soviética)*. New York: Columbia University Press, 1987, p. xi.

(18) IBIDEM, p. x.

(19) GRAHAM, Loren R. *Science in Russia and the Soviet Union: A Short History (Ciência na Rússia e na União Soviética: Uma Breve História)*. Cambridge University Press, 1993.

(20) BAILES, Kendall E. *Technology and Society under Lenin and Stalin: Origins of Soviet technical intelligentsia, 1917-1941 (Tecnologia e Sociedade sob Lênin e Stalin: Origens da intelligentsia técnica soviética, 1917-1941)*. Princeton: Princeton University Press, 1978.

(21) BAILES, Kendall E. *Science and Russian Culture in an Age of Revolutions: V. I. Vernadsky and his scientific school, 1863-1945 (Ciência e Cultura Russas em uma época de revoluções: V. I. Vernadski e sua escola científica, 1863-1945)*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1990, capítulo 5, p. 160-178.



- (22) Para um reconhecimento autocrítico da incapacidade dos revisionistas de abandonar as questões soviéticas, veja: FITZPATRICK, 1986, Op. cit.
- (23) Os novos retratos de Lênin e Stalin baseados em arquivos abertos na década de 1990 são discutidos em FITZPATRICK, 2007, Op. cit., p. 54.
- (24) KOTKIN, Stephen. *Magnetic Mountain: Stalinism as a Civilization* (Montanha Magnética: Stalinismo como uma civilização). 1ª ed. Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press, 1997, p. 6.
- (25) HALFAN e HELLBECK, 1996, Op. cit.
- (26) FITZPATRICK, 2007, Op. cit.
- (27) KOJEVNIKOV, Alexei. Introduction: A New History of Russian Science (Introdução: Uma Nova História da Ciência Russa). Em: *Science in Context*, 15, 2002:2.
- (28) Para as novas interpretações da história soviética ver FITZPATRICK, 2007, Op. cit.; HALFAN e HELLBECK, 1996, Op. cit.
- (29) FITZPATRICK, 2007, Op. cit., p. 52. Em obras sobre a história da ciência soviética, esse tom pode ser encontrado, por exemplo, em GORELIK, Gennady. Lev Landau, Prosocialist Prisoner of the Soviet State (Lev Landau, Prisioneiro Pró-socialista do Estado Soviético). Em: *Physics Today*, 48 1995:5. Disponível em: <people.bu.edu/gorelik/Landau_PhysicsToday_1995.htm>; JOSEPHSON, Paul R. *Physics and politics in revolutionary Russia* (Físicos e políticos na Rússia revolucionária). University of California Press, 1991.
- (30) FITZPATRICK, 2007, Op. cit., p. 60. A ideologia já era um elemento essencial do referencial totalitário. No entanto, era visto como imposta pelo Estado sobre a sua população. Os pós-revisionistas, por sua vez, veem a ideologia como moldada pelo Estado e seus cidadãos. Dessa forma, eles combinaram elementos de ambos os referenciais. HALFAN e HELLBECK, 1996, Op. cit. Vendo o trabalho de gerações inteiras em tendências gerais corremos o risco de cometer algumas injustiças. Gostaria de alterar pelo menos uma delas, reconhecendo que Loren Graham, aqui discutido como revisionista, prestou a devida atenção ao marxismo-leninismo e à força motriz da ciência soviética.
- (31) KOTKIN, 1997, Op. cit.
- (32) KOJEVNIKOV, 2004, Op. cit, p. 186-216.
- (33) KOTKIN, 1997, Op. cit., p. 19.
- (34) IBIDEM, p. 22.
- (35) Chegamos a essa conclusão do comentário de Fitzpatrick: "O subtítulo de Kotkin, stalinismo como civilização, é um que, em anos anteriores, nenhum revisionista teria se atrevido a usar por medo de ser acusado (por mais inexata e injustamente que seja) de ser stalinista". FITZPATRICK, 2007, Op. cit., p. 61.
- (36) Para Big Science, ver KOJEVNIKOV, 2004, Op. cit., p. 23-46. Kojevnikov argumenta de forma convincente que o modelo soviético de ciência pode ser visto como o precursor do que seria mais tarde chamado *Big Science*, e influenciou a ciência em países como França, Inglaterra e, indiretamente, Estados Unidos. Quando os físicos britânicos começaram a trabalhar no projeto do radar no início da Segunda Guerra Mundial, eles chamaram suas reuniões semanais de "*Sunday Soviets*". KOJEVNIKOV, Alexei. The Phenomenon of Soviet Science (O Fenômeno da Ciência Soviética). Em: *Osiris*, 23, 2008. Para uma discussão do Estado de Bem-Estar Social ver KOTKIN, 1997, Op. cit., p. 21. Kotkin argumenta que, sob Stalin, o bem-estar social garantido pelo Estado foi desenvolvido em maior extensão do que jamais havia sido anteriormente em qualquer outro lugar e pode-se dizer que "o exemplo soviético, como mostrado em Magnitogorsk, exerceu uma influência direta e profunda no resto dos países industrializados do mundo. Em poucas palavras, a URSS influenciou decisivamente um dos pilares do mundo em que vivemos, pilar que hoje está se desfazendo em toda parte. MARTIN, Terry. *The Affirmative Action Empire: Nations and Nationalism in the Soviet Union, 1923-1939* (O Império da Ação Afirmativa: Nações e Nacionalismo na União Soviética, 1923-1939). Ithaca: Cornell University Press, 2001.
- (37) FITZPATRICK, 2007, Op. cit.
- (38) Yuri Slezkine desafiou os pressupostos ocidentais de que a história dos judeus na União Soviética

tica é puramente uma história de vítima, mostrando que a mobilidade ascendente dos judeus após a revolução constituiu uma importante fonte de apoio ao regime. No entanto, quando o antisemitismo cresceu no final dos anos 1940 um número crescente de judeus retirou seu apoio, alguns dos quais mais tarde tornaram-se dissidentes. SLEZKINE, Yuri. *The Jewish Century* (O Século Judeu). Princeton University Press, 2006.

(39) Para os veteranos de guerra, *stilyagi*, e a atitude de outros grupos da sociedade soviética com relação ao regime e suas políticas na última União Soviética stalinista ver ensaios no volume FÜRST, Juliane (ed.). *Late Stalinist Russia: Society Between Reconstruction and Reinvention* (Rússia Stalinista Tardia: Sociedade entre Reconstrução e Reinvenção). London and New York: Routledge, 2006.

(40) FÜRST, Juliane. *Stalin's Last Generation: Soviet Post-War Youth and the Emergence of Mature Socialism* (A Última Geração de Stalin: A Juventude Soviética Pós-Guerra e o Surgimento do Socialismo Maduro). Oxford University Press, 2010, p. 339.

(41) KOJEVNIKOV, 2004, Op. cit., p. xi-xii. KOJEVNIKOV, 2011, Op. cit. FREIRE JR., Olival. RESENHA: Stalin's Great Science: The Times and Adventures of Soviet Physicists (Alexei Kojevnikov). Em: *Revista Brasileira de História da Ciência*, vol. 3, n. 2, 2005.

(42) GEROVITCH, Slava. Stalin's Rocket Designers' Leap into Space: The Technical Intelligentsia Faces the Thaw (O Foguete de Stalin, do Intrigante Salto para o Espaço: A *Intelligentsia* Técnica enfrenta o Degelo). Em: *Osiris*, vol. 23, 2008, p. 189-209.

(43) KOJEVNIKOV, 2002, Op. cit.

(44) KOJEVNIKOV, 2004, Op. cit., p. 276-300.

(45) IVANOV, Konstantin. Science after Stalin: Forging a New Image of Soviet Science (A Ciência pós-Stalin: Forjando uma Nova Imagem da Ciência Soviética). Em: *Science in Context* vol. 15, n. 02, 2002, p. 317-338.

(46) Ver volume especial do periódico *The British Journal for the History of Science* dedicado à história transnacional da ciência: TURCHETTI, Simone; HERRAN, Néstor; BOUDIA, Soraya. Introduction: have we ever been 'transnational'? Towards a history of science across and beyond borders (Introdução: nós já fomos "transnacionais"? Rumo a uma história da ciência através e além das fronteiras). Em: *The British Journal for the History of Science*, vol. 45 n. 03, 2012, p. 319-336.

(47) Ver o volume especial *Physicists in the Postwar Political Arena: Comparative Perspectives* (Físicos na Arena Política Pós-Guerra: Perspectivas comparativas). Em: *Historical Studies in the Physical and Biological Sciences*, vol. 30, n. 1, 1999. WALKER, Mark (ed.). *Science and Ideology: A Comparative History* (Ciência e Ideologia: Uma História Comparativa). New York: Routledge, 2003.

(48) FREIRE JR., Olival. *The Quantum Dissidents: Rebuilding the Foundations of Quantum Mechanics (1950-1990)* [Os Dissidentes Quânticos: Reconstruindo os Fundamentos da Mecânica Quântica]. Springer, 2015; KOJEVNIKOV, 2004, Op. cit. CARSON, Cathryn; KOJEVNIKOV, Alexei; TRISCHLER, Helmuth (ed.). *Weimar Culture and Quantum Mechanics: Selected Papers by Paul Forman and Contemporary Perspectives on the Forman Thesis* (Cultura de Weimar e Mecânica Quântica: Artigos Selecionados por Paul Forman e Perspectivas Contemporâneas na Tese de Forman). London; Singapore, 2011.

(49) FREIRE JR., Olival. Quantum dissidents: Research on the foundations of quantum theory circa 1970 (Dissidentes quânticos: Pesquisa sobre os fundamentos da teoria quântica por volta de 1970). Em: *Studies In History and Philosophy of Science Part B: Studies In History and Philosophy of Modern Physics*, vol. 40, n. 4, 2009, p. 281.

(50) HILL, Christopher. *The World Turned Upside Down* (O Mundo Virou de Cabeça para Baixo). Penguin Books, 1984. p. 15.

(51) GRAHAM, Loren R. *Lonely Ideas: Can Russia Compete?* E-book. Cambridge: MIT Press, 2013. Capítulo 9.

(52) IBIDEM, posição 118.

(53) IBIDEM, posição 97.

(54) IBIDEM, posição 1.653.



(55) KOTKIN, Stephen. *Armageddon Averted: The Soviet Collapse, 1970-2000* (Armageddon Evitado: O Colapso Soviético, 1970-2000). Oxford University Press, 2008, p. 2.

(56) GRAHAM, 2013, Op. cit., posição 1.686.

(57) KOJEVNIKOV, Alexei. A Nobel for communism (Um Nobel para o comunismo). Em: *Physics World*, March 2011.

(58) JOSEPHSON, Paul R. Lenin's Laureate: Zhores Alferov's Life in Communist Science (O Laurel de Lênin: a Vida de Zhores Alferov na Ciência Comunista). MIT Press, 2011; ALFEROV, Zhores I. Nauka i Obshchestvo. Sankt-Peterburg: Nauka, 2005; Idem, Zhores I. Alferov. Biographical, 2014. Em: <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/physics/laureates/2000/alferov-_bio.html>. KOTKIN, 1997, Op. cit.; KOJEVNIKOV, 2011, Op. cit.

(59) FITZPATRICK, 2007, Op. cit., p. 64.

(60) KOTKIN, 1997, Op. cit., p. 22.

(61) Recentemente, surgiram muitos artigos e posts sobre a influência prejudicial das políticas neoliberais nas faculdades e universidades norte-americanas. Professores das principais universidades dos EUA, como Columbia, chegaram a dar este tipo de conselhos aos alunos: "Não vou mais falar com os alunos sobre a pós-graduação (...). Ir para a pós-graduação é uma missão suicida". DERESIEWICZ, W. *Faulty Towers: The Crisis in Higher Education* (Torres Defeituosas: A Crise no Ensino Superior). The Nation, 2011. Disponível em: <<http://www.thenation.com/article/160410/faulty-towers-crisis-higher-education#>>. Acessado em 3 de outubro de 2016.

A REVOLUÇÃO RUSSA COMO CENÁRIO DO SURGIMENTO DA CORRENTE MATERIALISTA DIALÉTICA DA PSICOLOGIA: LEV SEMENOVICH VIGOTSKI

Madalena Guasco Peixoto

Resumo:

Assim como todas as revoluções que ocorreram na história da humanidade, a Revolução Russa de 1917 realizou profundas mudanças na base objetiva e subjetiva e contribuiu com a produção de conhecimentos que ultrapassaram o momento e ambiente histórico no qual foram produzidos. Mas a Revolução de Outubro teve uma qualidade absolutamente nova em relação a todas as outras revoluções históricas. Pela primeira vez na história, os trabalhadores, tendo como centro a classe operária, assumiram em suas mãos a tarefa de construir uma nova sociedade, uma experiência que foi dirigida de forma absolutamente consciente. Essa revolução usou os principais conhecimentos produzidos pela modernidade, mas fundamentalmente baseou-se nas construções críticas do liberalismo e na filosofia e no método do materialismo dialético e histórico que alicerçam a teoria social, política e econômica, produzida por Marx e Engels e por Lênin. Pelo seu caráter inédito, precisou responder a questões novas e fundamentais para o sucesso da nova experiência. Assim foram os esforços teóricos para construir uma nova concepção de educação, de escola e de conhecimento e também a construção do estudo materialista dialético da consciência. Duas tarefas que só poderiam ser cumpridas de forma articulada — não poderia ser de outra maneira —, como este artigo pretende mostrar. Essas tarefas foram abraçadas por muitos teóricos revolucionários, mas, sem dúvida, sem a contribuição Lev Semenovich Vigotski, elas não teriam sido cumpridas.



Introdução

A revolução não é um processo espontâneo, é ação humana. E, como qualquer ação humana, depende da ação consciente. A Revolução de Outubro foi obra dos trabalhadores que agiram de forma organizada e exigiu o conhecimento para além das aparências, uma vez que pensar a realidade usando abstrações teóricas não é algo que se forme espontaneamente, mas algo que precisa ser produzido deliberadamente.

A criação de algo novo não tem nada de místico e de irracional, é resultado do acúmulo social de experiências, como explicou Vigotski (2009, p. 42): “A criação é um processo de herança histórica em que cada forma que sucede é determinada pelas anteriores”.

As revoluções possuem, de forma conectadas e interdependentes, bases objetivas e subjetivas. As revoluções sociais promovem amplas modificações qualitativas para além das econômicas, sociais e políticas. Fazem parte da preparação e da consolidação das revoluções modificações na subjetividade e na consciência social.

No processo revolucionário se dá um salto na forma de organização da sociedade, mas o que possibilita essa grande transformação é o domínio consciente das condições e contradições que se formaram na realidade anterior. A revolução como um processo altamente criativo exige o domínio de ferramentas intelectuais altamente desenvolvidas.

Marx (1980) assim definia as revoluções no texto *Prefácio à contribuição à crítica da economia política*:

“Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social. Com a transformação do fundamento econômico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura (p.301).”

As revoluções burguesas e seus elementos materiais fizeram eclodir novas concepções de método e conhecimento, de universo, ciência, educação, artes e literatura, além de novas e inusitadas visões éticas e estéticas. Não mudaram somente a estrutura e a composição do Estado, mas as teorias e

concepções políticas e sociais que promovem a sustentação do Estado burguês e também, contraditoriamente, as concepções de contestação e de superação do Estado capitalista, entre elas o materialismo dialético e histórico, a economia política marxista e a teoria do socialismo científico.

As revoluções Inglesa, Francesa e Alemã, ao mesmo tempo em que contribuíram para o desenvolvimento do pensamento moderno em geral, fizeram evoluir o pensamento da unidade política e de domínio global capitalista, construindo uma nova consciência social e política hegemônica, em processo constante de modificações, acompanhando o desenvolvimento do sistema capitalista e suas contradições. Assim, toda produção teórica tem raízes históricas e está de alguma forma conectada às contradições sociais.

Mesmo a concepção de neutralidade apregoada pelo positivismo de Augusto Comte com o término do período revolucionário continha em seu cerne a ideia de que depois do capitalismo não seriam mais necessárias, ou possíveis, revoluções de quebra da ordem, porque o que passaria a reger o desenvolvimento social seria a relação entre ordem e progresso, negando portanto as ideias revolucionárias dos iluministas e de outros pensadores modernos. Augusto Comte promove uma teoria de sustentação nada neutra do capitalismo e da ordem social.

É nesse movimento de avanço das ideias e da compreensão de mundo, e ao mesmo tempo de constituição de uma base subjetiva de sustentação do *status quo*, que o capitalismo e suas revoluções burguesas contribuíram tanto para a constituição e o fortalecimento do próprio capitalismo quanto para a possibilidade de sua superação.

Essa relação interdependente entre as bases objetivas e subjetivas das revoluções mostra de forma inequívoca que o conhecimento, as teorias e a subjetividade em geral acompanham o momento histórico, constroem as bases subjetivas de sustentação da nova ordem social, mas também propiciam o desenvolvimento de conhecimentos que ultrapassam essa vinculação.

Foi assim, por exemplo, com a concepção de universo produzida pelos gregos e egípcios em plena ordem escravocrata e depois resgatada pelos teóricos do Renascimento, ajudando o desenvolvimento de uma visão de universo que destituiu a concepção feudal e deu suporte às visões modernas, contribuindo com o desenvolvimento da ciência. Alguns conhecimentos produzidos em determinadas épocas históricas, impulsionados pelas questões da realidade e pelos limites e possibilidades do conhecimento no período, podem ultrapassar os limites nos quais foram produzidos e se desenvolver sob novas bases.

Com a Revolução Soviética não foi diferente, em que pese o pouco tempo histórico entre a vitória dos bolcheviques e o *débâcle* do socialismo, tendo ainda no meio o período revisionista pós-guerra. Mas a Revolução Soviética



mostrou sua potencialidade e sua capacidade em produzir conhecimentos que não só ajudaram na constituição da nova sociedade, mas também, pelo vigor científico e teórico de sua produção, ultrapassaram o tempo histórico e os limites sociais em que foram produzidos.

A Revolução de 1917 teve características qualitativamente novas em relação às outras revoluções que a história da humanidade conheceu. Quando a classe operária toma o poder tem por objetivo o desenvolvimento do socialismo e a construção, em processo histórico, de uma sociedade na qual não dominem a propriedade privada e o capital. É a primeira experiência de um Estado que representa o trabalho e não a propriedade privada. Por esse motivo, os teóricos que analisam esse processo ressaltam que essa foi uma revolução de base consciente.

A Revolução de Outubro inicia um processo de transformação da sociedade e das pessoas. É a formação de um novo *ethos* e, por esse motivo, a educação e a compreensão do processo e desenvolvimento da consciência tornam-se objetos de investigação e de produção teóricas fundamentais.

Com destaque nas contribuições pioneiras e fundamentais de Vigotski, este artigo tem por objetivo mostrar como a Revolução de Outubro de 1917 propiciou a base histórica para o desenvolvimento da psicologia como ciência, criando uma nova vertente de investigação, e como esse aperfeiçoamento da psicologia contribuiu para uma nova concepção de educação e para o desenvolvimento do próprio método dialético-histórico através da introdução mais específica e focada do estudo da consciência e seu desenvolvimento.

Vigotski: arte, educação e psicologia

Vigotski viveu muito pouco e morreu jovem, antes de completar 38 anos. No entanto, sua produção intelectual foi tão significativa e tão demarcadora de uma nova concepção de educação e da psicologia que várias tentativas de neutralizar essa contribuição foram feitas: Desde a censura na própria URSS no período dogmático de Stálin até a proibição da tradução de suas obras nos países capitalistas. Tanto é assim que, até hoje, os estudantes de educação, se não avisados, poderão pensar que Vigotski é um autor da década de 1960.

Vigotski foi criticado em vida e acusado de uma série de crimes ideológicos. Depois de sua morte, no ano de 1936, foram editados decretos atribuídos a Stálin sobre as aberrações do sistema de educação nacional. Os livros de Vigotski foram retirados das bibliotecas e alguns destruídos. E Vigotski só foi reabilitado entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960.

De acordo com Newman e Holzman (2002), nos trinta anos posteriores ao decreto, pouco se soube dele no seu próprio país, bem como no resto do

mundo. Somente na década de 1950 suas obras voltaram a ser publicadas na União Soviética. No entanto, nessa retomada, de acordo com Tuleski (2001), foi realizada: “uma seleção de seus textos que teriam interesse maior para o período de ‘abertura’ da União Soviética, excluindo-se grande parte dos trabalhos de Vigotski” (p. 18).

Duarte (2001) salienta outros tipos de tentativas de deturpação e esvaziamento da obra do autor: as de unificação das suas ideias e as de Piaget; as de afastamento de sua teoria da de Loentiev; a substituição de sua teoria pelo que escreveram seus intérpretes e tradutores; a desvinculação da teoria vigotskiana de sua base marxista; e, por fim, as tentativas de aproximá-lo da concepção escola-novista e, mais recentemente, do ecletismo pós-moderno e neoliberal.

Essas tentativas possuem uma intenção clara: por um lado, esconder ou desvincular a teoria de Vigotski do método que a sustenta, o materialista dialético; por outro, abstraí-lo da história como se ele fosse um autor desvinculado do ambiente social e político no qual produziu.

É claro que sua contribuição, atualíssima, ultrapassou o seu período histórico. No entanto, não seria possível entender a contribuição de Vigotski a não ser dentro da Revolução Russa e do que ela representou.

A Revolução Russa de 1917 configurou-se como possibilidade de transformação da sociedade e provocou importantes transformações na consciência social, na poesia, no teatro, na literatura, nas artes plásticas, nas ciências e na educação.

Foi a primeira tentativa de construção socialista. Uma experiência rica, em um curto espaço de tempo histórico, marcada por uma realidade muito adversa, e que constituiu avanços sociais, políticos e teóricos inimagináveis, que colocaram em xeque a produção intelectual de grandes potências mundiais. Dessa experiência se tiram muitas lições tanto dos erros quanto dos acertos.

Com a Revolução de 1917, com maior força, a concepção materialista dialética e histórica passa a deslocar-se de concepção de mundo para um método vivo de construção de conhecimentos específicos em várias áreas do saber. É a filosofia e o método aplicados ao estudo de diferentes objetos da realidade, criando categorias próprias das áreas de conhecimento, ultrapassando o caráter geral, para a constituição e contribuição em áreas específicas. É o movimento dialético entre o caráter universal da concepção de mundo e os princípios metodológicos para a constituição de uma abordagem materialista dialética das diferentes ciências e áreas de conhecimento. É a continuidade, nas áreas mais diversas, do que fora realizado por Marx, Engels e Lênin. É o método aplicado ao estudo de fenômenos específicos.



Vigotski, durante sua trajetória intelectual militante, articulou sua produção em três principais áreas: educação, artes e psicologia. A realidade educacional russa era muito adversa na proximidade da revolução e nos seus primeiros anos. Com alto índice de analfabetismo e com resistência de parte do magistério, que sob liderança do seu sindicato da época do czar se colocava contra as mudanças em curso, a revolução democrático-popular de fevereiro de 1917, que resultou na derrubada do czar e na instituição do governo provisório, desencadeou uma série de reformas de caráter burguês.

Foi nesse período que se constituíram os Sovietes (conselhos populares), que se mantiveram e foram depois fortalecidos a partir da Revolução Bolchevique de outubro. Para cuidar da educação, foi criado o Commissariado para a Instrução Pública, em 26 de outubro de 1917, com o objetivo de reconstruir o sistema educacional da Rússia.

Tomando por base os princípios de uma educação socialista enunciados por Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) e desenvolvidos por Vladimir Ilitch Lênin (1870-1924), vários intelectuais soviéticos contribuíram com o desenvolvimento da educação soviética. O grande desafio que esses intelectuais se colocaram foi o de construir a escola e a concepção de educação soviética sob bases teóricas novas, diferente das que alicerçavam as concepções burguesas de educação da época.

No âmbito teórico da educação, a Revolução Soviética trouxe a contribuição de uma ampla revisão da produção burguesa, a superação da pedagogia tradicional de base racionalista cartesiana e da pedagogia nova de base empirista, pragmática e democrático-liberal. Foi sob a necessidade de desenvolver uma educação de tipo novo para um novo tipo de sociedade que se constituiu, com base materialista histórica, a pedagogia progressista, no Brasil chamada de concepção histórico-crítica, definida por Saviani (1997, p. 119-20) da seguinte maneira:

[...] trata-se de uma pedagogia que procura [...] fundar e objetivar historicamente a compreensão da questão escolar, a defesa da especificidade da escola e a importância do trabalho escolar como elemento necessário ao desenvolvimento cultural, que concorre para o desenvolvimento em geral. A escola é, pois, compreendida a partir do desenvolvimento histórico da sociedade; assim compreendida, torna-se possível a sua articulação com a superação da sociedade vigente em direção a uma sociedade sem classes, a uma sociedade socialista. É dessa forma que se articula a concepção política socialista com a concepção pedagógica histórico-crítica, ambas fundadas no mesmo conceito geral de realidade, que envolve a compreensão da

realidade humana como sendo construída pelos próprios homens, a partir do processo de trabalho, quer dizer, da produção das condições materiais ao longo do tempo.

A revolucionária Nadja Konstantinovna Krupskaja (1869-1939) elaborou o primeiro Plano de Educação da URSS depois da Revolução de 1917 e foi responsável pela constituição dos princípios fundamentais da nova concepção: uma educação integral, não sexista, igualitária, inclusiva e tendo por base a politecnia. Os avanços na elaboração das proposições fundamentais e diretivas da nova educação começaram já antes de outubro de 1917 com a criação da Comissão Estatal para a Educação, cujos membros – Krupskaja, Lepshinsky (1868-1944) e Pokrovsky (1868-1932) – foram responsáveis pela elaboração do documento *Princípios fundamentais da Escola Única do Trabalho*, que resultou na *Declaração sobre a Escola Única do Trabalho*, aprovada pelo Comitê Central do Partido Comunista Bolchevique, em 30 de setembro de 1918.

A concepção de educação não sexista de Krupskaja foi tão inovadora que chama a atenção até hoje. Para ela, os homens soviéticos precisariam aprender todos os afazeres domésticos não por uma questão de libertação das mulheres que precisavam entrar no mercado de trabalho, mas por uma questão do princípio de emancipação dos homens, que precisariam ser formados para a autonomia e a independência.

Além de Krupskaja, contribuíram também na construção dessa nova concepção de educação intelectuais como E. Pistrak (1888-1940), cujos trabalhos foram fundamentais na análise crítica da concepção tradicional da escola burguesa; Anatoli Vasilievith Lunatcharski (1875-1933), o verdadeiro responsável por toda a transformação legislativa da escola russa e o criador dos sistemas de ensino primário, superior e profissional socialista, bem como dos conselhos de escola, tendo sido o responsável também pela autogestão escolar; Pavel Petrovitch Blonsky (1884-1941), crítico da escola nova, que se preocupou especialmente em superar o liberalismo burguês da escola nova e em dar um conteúdo marxista a seus princípios; e Anton Semionovich Makarenko (1888-1939), que se destacou, sobretudo, por defender que não poderia haver educação senão através da relação com a vida, do trabalho coletivo, da participação da criança na organização da escola, ultrapassando a concepção experimentalista da escola nova e colocando a centralidade do trabalho nas bases conceituais da educação. Makarenko também publicou novelas, peças de teatro e livros sobre a educação, sendo *Poema pedagógico* o mais importante.

Vigotski foi fundamental na formulação da nova concepção de educação, dando a ela o suporte teórico-metodológico. A articulação entre arte,



educação e psicologia é feita por Vigotski de forma concreta. Sua produção artística começou desde muito jovem e nela já aparecem os traços da análise da psicologia e a preocupação com a educação. Depois de formado, ele passou a atuar como professor e também como pesquisador e contestador da velha psicologia soviética e da psicologia de base experimentalista e idealista.

Grande parte da produção teórica de Vigotski se deu no período inicial, quando a Rússia vivia intenso cerco externo e fortes tensões internas, com extrema pobreza, com guerra civil. A contribuição de Vigotski no campo das artes foi extensa e significativa. A crítica literária, segundo Leontiev (1996), ocuparia um lugar de destaque dentro da diversidade de interesses humanísticos de Vigotski. Sua paixão pela literatura se iniciou ainda na infância. Leontiev (1996) relata que o apogeu desse seu interesse é a famosa análise de *Hamlet*, que já trazia uma forte orientação psicológica. Escreveu vários textos articulando arte, educação e psicologia, sendo o mais importante o livro *Psicologia da arte*.

Vigotski lia e falava oito línguas, além de ter conduzido o círculo de estudos judaicos através do qual passou a se interessar por Hegel e, posteriormente, por Marx. Davidov e Zinchenko (1995) afirmam que data da época de estudante a imersão profunda de Vigotski no estudo da história da filosofia, quando foi atraído pelas ideias de Spinoza e quando começou também a estudar a filosofia do marxismo. Blank (1996) também ressalta que Vigotski estudou Hegel, que o conduziu a Marx e Engels, e destes a Lênin, cujas obras compreendia com profundidade.

No ano de 1917, ano da Revolução Russa, conforme informações de Baquero (1998), Vigotski graduou-se nas duas universidades – Universidade de Moscou onde estudou direito e Universidade do Povo Shniavsky onde estudou história, filosofia, psicologia e literatura – regressando depois a Gomel, onde deu início a uma intensa atividade científica e profissional em diversos terrenos, como o da estética e da arte, o da psicologia e dos problemas relativos à educação e à pedagogia.

Sobre esse período particularmente rico de sua trajetória científico-intelectual, Newman e Holzman (2002) registram que, ao mesmo tempo em que ensinava em Gomel, ele fundou várias revistas literárias, assinou uma coluna sobre teatro, deu palestras sobre história, literatura, teatro e ciências, leu amplamente filosofia, linguística, história e psicologia e se correspondeu com alguns dos principais pensadores europeus. Todo aquele momento de extremas dificuldades materiais que envolviam o período revolucionário na Rússia foi também acompanhado, de acordo com Baquero (1998), por um rico movimento cultural e intelectual que parece difícil de imaginar nos tempos de hoje.

Somente é possível entender a contribuição de Vigotski como intelectual de maneira vinculada à modificação da Revolução Russa. Ele era um entusiasta da revolução e sua produção intelectual se colocou a serviço da construção de uma nova visão da psicologia como ciência e de educação para a formação do novo homem.

Vigotski envolveu-se com as ciências humanas nos anos de preparação, realização e consolidação dos primeiros resultados da maior revolução social da história. Uma revolução que, além de mudar as bases materiais e a composição de classe do Estado, criou a possibilidade de integrar intelectualmente os trabalhadores que ficaram distantes dessa possibilidade durante séculos. Esse era o papel da nova escola: democratizar o acesso dos trabalhadores(as) e de seus(suas) filhos(as) ao conhecimento de todas as áreas.

Sua visão de mundo desenvolveu-se nos anos da revolução e refletiu as mais avançadas e fundamentais influências socioideológicas relacionadas à compreensão das forças essenciais do homem e das leis de seu desenvolvimento histórico e de sua formação plena, nas condições da nova sociedade socialista. Esse pensamento manifestou-se plenamente na filosofia materialista dialética, que Vigotski conhecia a fundo e na qual baseou seu próprio ponto de vista sobre a linguagem, conforme Davidov e Zinchenko (1995, p.153).

A crítica à psicologia da época surge pela necessidade de elaborar uma nova psicologia, vinculada a uma nova concepção de homem e de educação. Com Vigotski, o espírito da Revolução de Outubro adquire forma nos escritos da psicologia soviética de base marxista.

A psicologia na Rússia pré-revolucionária era muito pouco desenvolvida, atrasada em relação ao nível que tinha alcançado essa ciência no Ocidente (Alemanha, França e Estados Unidos). Leontiev (1996) destaca que “a ciência psicológica oficial que era cultivada nas universidades e colégios de antes da revolução estava impregnada por um espírito idealista” (1996, p. 427).

A Revolução Socialista de Outubro, por sua vez, passou a induzir mudanças radicais na ciência psicológica da Rússia, visando a desenvolver em um curto espaço de tempo uma nova ciência que substituísse a velha psicologia. A nova psicologia teria dois objetos centrais: o estudo da consciência sob base materialista e dialética e o desenvolvimento de uma teoria da aprendizagem.

Leontiev (1996, p. 431) afirma que esse movimento trouxe algo fundamental e decisivo: “os psicólogos soviéticos foram os primeiros no mundo a iniciar de forma consciente a construção de uma psicologia nova, marxista”. Entretanto, isso não se deu de imediato e nem sem resistências. Alguns psicólogos desse período, especialmente os discípulos de Tchelpanov, não compreenderam a necessidade de tal reconstrução, o que ocasionou uma batalha entre concepções diferentes.

Essa luta interna fica mais evidente a partir da realização do I Congresso Nacional de Psiconeurologia celebrado em Moscou, no período de 10 a 15 de janeiro de 1923. Shuare (1990) afirma que esse congresso foi um ponto de virada no desenvolvimento da psicologia baseada no marxismo, embora, contraditoriamente, seus organizadores – Tchelpanov e Nechaev – continuassem trabalhando em uma linha subjetivista e empirista.

Para os psicólogos idealistas parecia um contrassenso uma psicologia de base materialista. Nesse campo, Vigotski teve papel fundamental ao defender, no II Congresso Nacional de Psiconeurologia, “a necessidade de tomar a consciência como objeto de investigação de uma psicologia objetiva, ainda que esses termos parecessem, até o momento, inconciliáveis” (BAQUERO, 1996, p. 19).

Como mostra a história da psicologia da Rússia e do Ocidente, outros autores se debruçaram sobre a crise da psicologia e buscaram tentativas teóricas e metodológicas para a sua superação. Contudo, a primeira tentativa de compreensão desse fenômeno, a partir de uma perspectiva marxista, deve-se a Vigotski.

Doente e hospitalizado de novembro de 1925 até a primavera do ano seguinte, ele escreveu seu ensaio *O significado histórico da crise da psicologia*, no qual demonstrou um profundo conhecimento da psicologia da época, avançando para o desenvolvimento da teoria histórico-cultural e para a elaboração de sua concepção marxista de psicologia; uma psicologia social, como ele mesmo designou:

A psicologia precisa de seu *O Capital* – seus conceitos de classe, base, valor etc., com os quais possa expressar, descrever e estudar seu objeto [...]. O capital deve-nos ensinar muito, porque a verdadeira psicologia social começa depois de *O capital* [...] (VIGOTSKI, 1996, p. 393-395).

Depois de sair do hospital, Vigotski continuou suas investigações científicas e palestras nas mais diversas instituições, como o Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Moscou, a Sociedade Psicanalítica Russa, a Academia Krupskaja de Educação Comunista, o Instituto para a Saúde da Criança e do Adolescente, o Departamento Pedagógico do Conservatório de Moscou e o Instituto Pedagógico-Industrial Karl Liebknecht. Escreveu mais de cinquenta trabalhos entre 1929 e 1930, tendo ainda, no mesmo período, desenvolvido estudos sobre arte, realizando conferências e seminários para discutir a referida questão na perspectiva do materialismo histórico.

Vigotski articulou sua produção na área da psicologia com suas preocupações como professor e, aproximadamente na mesma época do II Congresso

de Psiconeurologia, publicou o livro *Psicologia pedagógica*, que resume boa parte das suas atividades de pesquisas em Gomel.

O livro trata de uma variedade de assuntos considerados relevantes para a profissão de um professor. Vigotski informava o leitor sobre assuntos amplamente diversos, como a função da secreção interna; o sistema nervoso; a teoria evolutiva; o condicionamento clássico; a atenção; a memória; a origem dos instintos; a educação moral e estética; as vantagens de escolas mistas; a necessidade de informar as crianças a respeito de questões sexuais; e a origem da linguagem. *Psicologia pedagógica* foi, de longe, o livro mais ideológico de Vigotski, contendo muitas referências às perspectivas da nova sociedade sem classes e se contrapondo à ideia de uma natureza humana a-histórica. Entre outras coisas, Vigotski fazia referência à análise de Marx e Engels das subestruturas econômicas da sociedade (VAN DER VEER; VALSINER, 1991, p.61-62- 67).

Entre as obras nesse período encontram-se os livros *Pensamento e linguagem* e *A formação social da mente*, nos quais, através da crítica que faz à produção teórica do jovem Piaget, elabora as bases da concepção materialista dialética da psicologia da aprendizagem e os principais elementos do estudo do desenvolvimento e da constituição da consciência.

Baquero (1996) relata que os aspectos essenciais das pesquisas dessa fase estiveram centrados na “constituição dos processos psicológicos superiores e no papel que as ferramentas desempenham em tal constituição” (p. 63). Este seria o período de formulação da teoria histórico-cultural.

Ao se contrapor à concepção de socialização presente na psicologia do desenvolvimento de Piaget, Vigotski faz a crítica aos pressupostos filosóficos idealistas e relativistas dessa psicologia, assinalando que a psicologia de Piaget não conseguia entender os fatores sociais no desenvolvimento psicológico, criando uma polarização entre o individual e o social e entre o biológico e o social. Segundo o método dialético de entendimento dessas categorias, existe uma relação dialética entre o individual e o social e entre o biológico e o social, a qual ocorre no processo histórico-social. Para Vigotski, há necessidade da formulação histórica do psiquismo humano.

Não se pode considerar o pensamento como uma atividade totalmente desligada da realidade, porque a sua principal função é exatamente refletir a realidade, mas não uma realidade totalmente à parte, e sim uma realidade refletida e contida no pensamento, numa articulação entre a subjetividade e objetividade. Assim como não existe o indivíduo isolado e abstrato, também não é possível conceber uma objetividade totalmente isolada; ela produz subjetividades e essas subjetividades modelam a objetividade histórica no processo da formação da consciência.



Vigotski deixa clara a necessidade de construir a psicologia infantil sobre outras bases teórico-metodológicas, levando em consideração a historicidade do ser humano e, conseqüentemente, a historicidade das características da infância do homem e do pensamento infantil.

Defender que o ser humano é histórico significa, antes de mais nada, defender que a realidade humana é histórica e que essa realidade é fruto da atividade social do homem. Admitir a historicidade implica admitir que o gênero humano é resultado da atividade social e da experiência social acumulada nos produtos objetivos e subjetivos dessa atividade. Considerar a historicidade como o aspecto mais importante na definição de ser humano é admitir que o gênero humano pode tornar-se sujeito de sua história, tornar-se sujeito do processo pelo qual a humanidade produz e reproduz a si mesma, por meio de processos objetivos e subjetivos (cf. DUARTE, 2001). A psicologia, ao assumir como seu pressuposto a historicidade do ser humano, defendeu a concepção de que o gênero humano pode tornar-se sujeito da formação dos processos psicológicos por meio da educação.

Quando os homens se relacionam com a realidade social como se essa fosse regida por leis naturais, eles abrem mão da possibilidade de dirigir os processos sociais. Construir uma subjetividade de inevitabilidade das leis sociais é próprio do capitalismo em todas as suas fases e atualmente na fase neoliberal. O mesmo ocorre em relação ao desenvolvimento psicológico dos indivíduos. Quando a psicologia, chamada seja de psicologia infantil, seja psicologia do desenvolvimento ou psicologia da educação, concebe o desenvolvimento psicológico como se ele fosse regido por forças naturais, isso resulta no não reconhecimento da possibilidade de formação intencional do psiquismo humano, o que implica igualmente a desvalorização da educação (cf. DUARTE, 2001).

Vigotski, ao situar a formação intencional dos seres humanos, colocou a educação no centro de sua teoria psicológica. Assim afirmava Vigotski em 1926:

O problema educativo, como esclareceremos mais adiante, ocupa um lugar central na nova maneira de enfocar a psique do homem. Daí resulta que a nova psicologia seja um fundamento para a educação em medida muito maior do que era a psicologia tradicional, como teremos ocasião de mostrar nas páginas seguintes. O novo sistema não terá de se esforçar para extrair de suas leis as derivações pedagógicas nem adaptar suas teses à aplicação prática na escola, porque a solução para o problema pedagógico está contida em seu próprio núcleo teórico e a educação é a primeira palavra que

pronuncia. Por conseguinte, a própria relação entre psicologia e pedagogia mudará consideravelmente, sobretudo porque aumentará a importância que cada uma tem para a outra e serão desenvolvidos, portanto, os laços e o apoio mútuo entre ambas as ciências (VYGOTSKI, 1991, p. 144).

A Revolução Russa propiciou o surgimento de uma psicologia sócio-histórica que se propagou como o campo de investigação materialista dialética da psicologia que se desenvolve até hoje. A noção da psicologia sócio-histórica é a historicidade, um pressuposto de que todos os fenômenos humanos são produzidos no processo histórico de constituição da vida social, a qual se constitui na materialidade das relações ente os homens e entre os homens e a natureza, para a produção de sua existência.

Tais pressupostos vêm do materialismo histórico e dialético, método que afirma objetividade e subjetividade como unidade de contrários, em movimento de transformação constante. Vigotski constrói as categorias para pensar e compreender o psiquismo: atividade, consciência, identidade e afetividade, que devem ser consideradas como denominadoras de um processo com gênese social. Essas características do psiquismo são as chaves para a compreensão da subjetividade na sua relação dialética com a objetividade.

A teoria materialista dialética da psicologia permite a compreensão não dicotômica de subjetividade-objetividade, sujeito-objeto, indivíduo-sociedade que marcam o desenvolvimento da psicologia, sobretudo a psicologia social. O trabalho com a historicidade permite tomar sujeito e subjetividade como constituídos historicamente. Permite perceber que o momento histórico e suas contradições constroem subjetividades. O estudo do movimento dialético da subjetividade é essencial para se entender a luta de ideias, a construção das subjetividades, o seu conteúdo e suas consequências.

O capitalismo atual e suas contradições têm formulado uma subjetividade cada vez mais individualista, consumista, de negação de todo tipo de totalidade e coletividade. É a subjetividade da antipolítica, da negação das modificações estruturais, da impossibilidade de transformações radicais na história, da aceitação da exploração como fenômeno inevitável.

Vigotski via no socialismo a possibilidade de construção de uma subjetividade alicerçada na coletividade, na consciência científica e histórica dos fenômenos, na capacidade do homem de transformar de forma consciente a realidade histórica. Para ele, isso seria conquistado com a nova educação histórico-crítica com base na psicologia sócio-histórica. Essa experiência foi produzida concretamente nos anos da revolução e durante a construção do socialismo.



A produção teórica de Vigotski elaborada no âmbito da revolução soviética contribuiu para o desenvolvimento teórico da psicologia e da educação mundiais, tornando-se referência de uma produção progressista do estudo dos fenômenos educacionais e da formação da consciência.

MADALENA GUASCO PEIXOTO é professora titular do Departamento de Fundamentos da Educação da PUC-SP

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAQUERO, Ricardo. *Vigotski e a aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BLANK, Júlio Guillermo. *Vygotsky: o homem e sua causa*. In: MOLL, Luis C. *Vigotski e a educação: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BOCK, Ana Mercês B.; GONÇALVES, Maria da Graça M. (orgs.). *A dimensão subjetiva da realidade: Uma leitura sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2009.

CARMO, Maurilene; JIMENES, Susana Vasconcelos. *Vigotski: Elementos de contextualização histórica de sua vida e obra*. In: *Revista e-Ped. FACOS/CNEC Osório*. Vol. 3, n. 2 – setembro/2013 – ISSN2237-7077.

COELHO, Luana; PISONIL, Cilene. *Vigotski: sua teoria e a influência na educação*. In: *Revista e-Ped. FACOS/CNEC Osório*. Vol. 2, n. 1 – agosto/2012 – ISSN2237-7077.

DAVYDOV, V. V.; ZINCHENKO, V. P. *A contribuição de Vigotski para o desenvolvimento da Psicologia*. In: DANIELS, Henry (org.). *Vigotski em foco: pressupostos e desdobramentos*. São Paulo: Papirus, 1994.

DUARTE, Newton. *Vigotski e o "aprender a aprender": crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana*. 2ª ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2001.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. *Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?: Um estudo crítico comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana*. Campinas (SP): Autores Associados, 2004.

LEONTIEV, A. N. *Artigo de introdução sobre o trabalho criativo de L. S. Vigotski*. In: VIGOTSKI, L. S. *Teoria e método em psicologia*. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Prefácio à Contribuição Crítica à Economia política*. In: *Obras escolhidas*. Tomo I. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 300-303.

NEWMAN, Fred; HOLZMAN, Lois. *Lev Vigotski: cientista revolucionário*. São Paulo: Loyola, 2002.

RABELLO, E. T.; PASSOS, J. S. *Vigotski e o desenvolvimento humano*. Disponível em <<http://www.josesilveira.com>>. Último acesso: 20 out. 2016.

RATNER, Carl. *A psicologia sócio-histórica de Vigotski: aplicações contemporâneas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (orgs.). *Pedagogia histórico-crítica e a luta de classes na educação escolar*. Campinas (SP): Autores Associados, 2012.

SHUARE, Marta. *La psicologia soviética tal como la veo*. Moscú: Progreso, 1990.

TULESKI, Silvana C. *Vigotski: a construção de uma psicologia marxista*. Maringá (PR): Eduem, 2001.

VALSINER, Jaan; VAN DER VEER, René. *Vigotski: Uma síntese*. São Paulo: Loyola, 1991.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

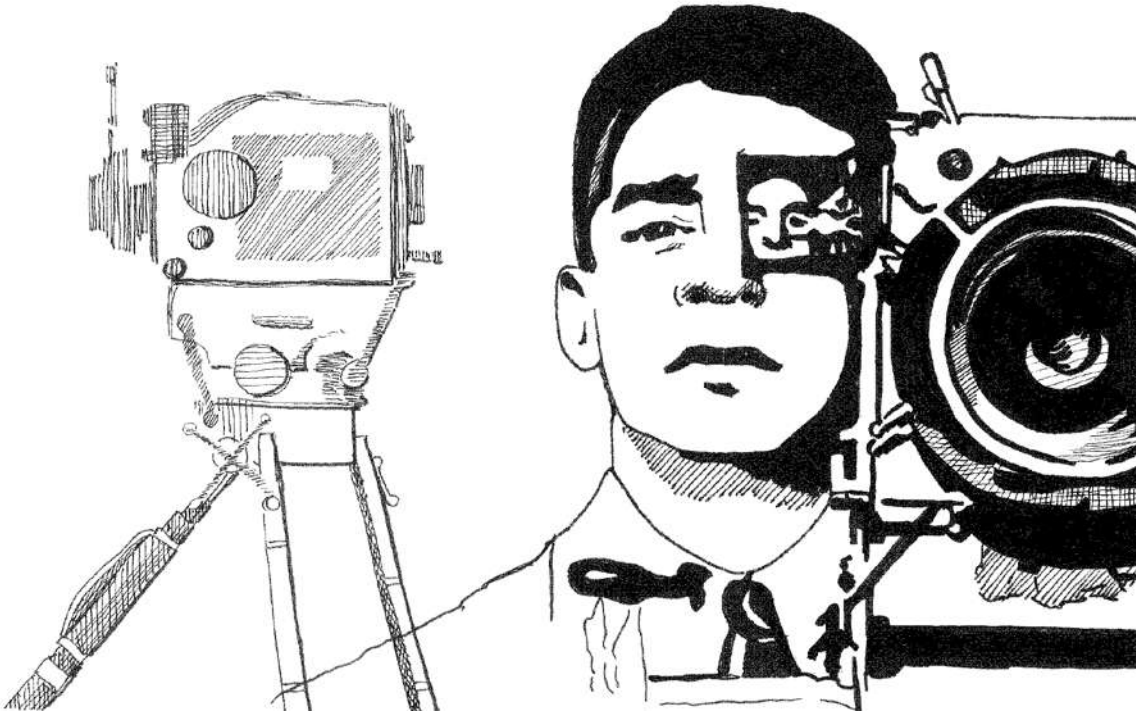
_____. *Estudos sobre história do comportamento: Símios, homem primitivo e criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. *Pensamento e linguagem*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Teoria e método em psicologia*. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Imaginação e criação na infância*. São Paulo: Ática, 2009.





O REALISMO POLITICO DE LÊNIN: LITERATURA, CULTURA E REVOLUÇÃO

*Alexandre Simões Pilati, Ana Laura dos Reis Corrêa,
Bernard Herman Hess e Edvaldo Aparecido Bergamo*

Este texto é uma síntese de estudos desenvolvidos conjuntamente pelos autores acerca dos ensaios de Lênin sobre Leon Tolstói (1) e da concepção leniniana de política cultural no âmbito da Revolução de Outubro. Nos textos de Lênin sobre literatura e cultura, encontramos um ponto de partida para o esboço de um quadro político-cultural do processo revolucionário russo, desde as primeiras manifestações de uma revolução de novo tipo até a tomada do poder no levante de outubro, considerando-se o período que lhe antecede – o movimento camponês de massas e a originalidade particular do romance de Tolstói como espelho da revolução camponesa –, até o período pós-revolução – quando surgem os primeiros impasses e desafios para a cultura proletária: os limites da política cultural soviética e a proposição de uma cultura genuinamente proletária, que pressupunha a negação total da tradição literária e a crítica do realismo burguês. Parte desse quadro, já ulterior a Lênin, é também o momento, com o stalinismo, do estancamento da revolução e da impossibilidade do realismo socialista na forma do romance histórico, conduzindo ao retorno do gênero da novela, com Sholokhov e Soljenitsin, como forma estética do impasse histórico.

Esse quadro histórico e estético tão amplo não pode evidentemente ser aqui pintado de forma total e profunda e se trataria apenas de um projeto ambicioso e inexecutável caso não existisse um elemento vivo e atual que, como fio vermelho, percorresse a enorme variedade de riquezas e limites do processo revolucionário articulando-a ao nosso tempo presente. Trata-se do *realismo* da ação revolucionária de Lênin que, recusando um marxismo esquemático, mecanicista e dogmático, pôde descobrir no momento histórico vivido a via para o *novo* historicamente necessário:

O realismo político de Lênin, tão celebrado pelo velho Lukács, consiste justamente em haver sabido ler a possibilidade objetiva da transformação revolucionária dentro das circunstâncias russas, de um modo parecido a um artista que consegue ver a estátua escondida, como uma latência, dentro do bloco de mármore. (VEDDA, 2015, p.17).



1. Tolstói: espelho da revolução

A nova concepção histórica, advinda da era das revoluções (1789-1848), foi um fator decisivo para a conformação do romance no século XIX, o que possibilitou a criação de uma forma literária destinada a captar o tempo histórico como agitação contínua que interfere na vida corrente. Para György Lukács (2011), a nova consciência histórica é o fator decisivo para o desenvolvimento do gênero, tendo em vista o surgimento de um método realista de figuração da realidade, uma forma narrativa privilegiada para *apanhar a História em movimento*. Desse modo, o romance caracteriza-se por revelar forças sociais em contenda, e seu aspecto mais eloquente é o de observação do habitual da vida prática, num esforço de apreensão das forças encarnadas em indivíduos representativos das camadas médias que sofrem as consequências da oscilação histórica que afeta a vida de todos, num fluxo histórico em disputa.

Nesse sentido, o romance de Tolstói possibilita vislumbrar a velha Rússia agonizante, com a preparação da revolução burguesa-camponesa. Manifesta o protesto contra o Estado, a Igreja, a propriedade privada da terra, o patriarcalismo, numa colidente oscilação entre a defesa da reforma e a probabilidade da revolução. Expressa a importância do campo para a acumulação primitiva do capitalismo, numa Rússia que transita do modo feudal de produção e trabalho para um processo de modernização burguesa que aprofunda a exploração das classes espoliadas. Porém, não encontra solução apaziguadora aos impasses, para além da revolta camponesa, reproduzindo, de alguma maneira, as debilidades das respostas dadas aos problemas cotidianos. Há a perspectiva de reformas com a insurreição camponesa, mas não de uma revolução proletária, que vai ocorrer somente em 1917. Assim, o maior contributo do romance de Tolstói foi o de figurar as imensas contradições sociais e históricas vigentes na Rússia do seu tempo que se precipitam sem perspectivar objetivamente os meandros da revolução proletária vindoura.

Lênin (1979), na aclamada série de artigos sobre Tolstói, afirma que há em tal obra relevantes contradições que ilustram as enormes dificuldades do processo evolutivo da revolução russa. Tolstói não compreendeu corretamente o movimento operário russo, no entanto, figurou de maneira magistral as frouxidões ideológicas da insurreição campesina numa época de mudanças, cujos marcos são a abolição da servidão e a modernização burguesa-capitalista. O escritor russo flagra as transformações de mentalidade das massas, sendo o seu romance o sismômetro de tais mudanças. Acertadamente, critica a influência do antigo modo de vida czarista, a opressão exercida pelos tribunais militares e pelas instituições religiosas, as agruras do

casamento burguês etc. Entretanto, na contraposição entre campesinato e proletariado, Tolstói não percebe que a única classe capaz de demolir o velho mundo russo seria o proletariado em ascensão histórica.

O percurso literário de Tolstói cobre uma época histórica que vai de 1861 a 1905, destarte, consegue espelhar o fim da velha ordem e o surgimento de uma nova ordem no seu país. Mas a doutrina pacifista de Tolstói não permite esclarecer devidamente as forças motrizes que colocam o proletariado como o novo agente histórico das transformações urgentes e não o campesinato atrasado. Entretanto, a limitação histórica na obra de Tolstói, que é reflexo da limitação ideológica do escritor, não é impeditiva de se reconhecer em tal produção literária as riquíssimas incongruências de um movimento histórico que não é linear, mas caracterizado por contradições que a obra em causa antecipa sem necessariamente compreendê-las em sua plenitude. Para Lênin:

Tolstói reflejó el odio acumulado, el maduro afán de una vida mejor, el deseo de liberarse del pasado, la falta de madurez que entrañaban los sueños, la incultura política y la blandura revolucionaria. Las condiciones histórico-económicas explican la necesidad del surgimiento de la lucha revolucionaria de las masas, su falta de preparación para la lucha y la tolstoiana no resistencia al mal, que fue una causa importantísima de la derrota de la primera campaña revolucionaria (LÊNIN, 1979, p. 107).

Tais entraves não são propriamente um empecilho para o desenvolvimento do realismo em sua obra. Lukács (1965), no substancioso ensaio *Tolstói y la evolución del realismo*, defende que o escritor russo não é a mera atualização de Balzac. Mesmo no pós-1848, o realismo tolstoiano apresenta personagens modeladas pela própria vida hodierna, relata situações absorventes do cotidiano com ênfase na vida interior do indivíduo. Assim, as contradições da vida social e o grande drama da vida íntima realizam um desmascaramento das forças históricas reativas que procuram evitar as mudanças que estão para ocorrer. A figuração dos caracteres e da ação possibilita em Tolstói uma elaboração ficcional com riqueza de detalhes, demonstrando ainda a oscilação de ânimo dos indivíduos, ao evidenciar uma conexão entre circunstâncias exteriores e desenvolvimento pessoal. Desse modo, em Tolstói vemos uma configuração mais refinada e complexa da composição narrativa. São novos procedimentos formais que demonstram as oscilações das personagens, as modificações de estilo, as quais revelam uma época de transição, uma etapa de superação, não sem imensos conflitos e sofrimentos, com o apodrecimento das velhas estruturas mentais e materiais. Para o referido filósofo húngaro:

Estas conexiones entre los caracteres y los destinos humanos de los personajes y el gran trasfondo histórico y social eleva al realismo tolstoiano por encima de lo nivel cotidiano. En las obras de Tolstoi podemos observar aquella misma riqueza, aquella misma unidad natural y orgánica de los personajes y de los destinos que los viejos realistas conseguían alcanzar, antes que la superficial pobreza, sofocada en una sobre abundancia de particularidades inconexas, que distingue la obra de los modernos (LUKÁCS, 1965, p. 228).

Lukács argumenta que Tolstói apresenta uma afinidade técnica e formal com o novo realismo pós-1848, mas não propriamente ideológica. As desilusões e antinomias não têm um sentido apenas negativo de desilusão e de renúncia. Há expectativa social, perspectivada na insatisfação do campesinato secularmente oprimido. A exploração, o parasitismo, as patologias vigentes resultam de uma realidade conflitante e opressiva, de tal modo, a análise social empreendida não é uma questão meramente de ilusão de ótica do escritor iludido com utopias enganadoras. Embora a concepção de mundo de Tolstói possa ser considerada reacionária, os preconceitos sociais, morais e religiosos estão conectados com o movimento popular, com o devir histórico: a libertação do campesinato, a ascensão da burguesia, a formação do proletariado na Rússia. Lukács pondera que Tolstói desenvolve as grandes tradições do realismo, no que tange às ações, a personagens, narração, comunicação do escritor, relevo dos acontecimentos etc., o que, em suma, possibilita captar a insatisfação social, registrando uma expectativa de mudança, especialmente com personagens numa posição de classe problemática em relação à vida política conturbada e ao tempo histórico em transformação.

Mas por causa do desenvolvimento peculiar da Rússia, o próprio Tolstói é ainda um escritor da época de preparação da revolução democrática; mesmo que, conscientemente, só pudesse se opor a ela, foi contemporâneo da revolução democrática na literatura e, pode-se dizer, um contemporâneo fortemente influenciado por ela. Por isso, também aqui sua obra é capaz de romper os limites estreitos de sua visão consciente do mundo (LUKÁCS, 2011, p. 259).

Sendo assim, as peculiaridades da evolução da arte literária na Rússia, com uma abertura maior da vida interior em conexão com a vida social, estabeleceram uma ponte estético-ideológica entre Tolstói e Gorki, ou seja, entre o novo realismo tolstoiano e o realismo socialista. A grande herança de Tolstói está na concepção do romance como arte popular, possível com o desenvolvimento do realismo em tempos de grandes agitações sociais com investidas revolucionárias que alteraram o curso da História. Grandes obras como

Guerra e paz, *Anna Karenina* e *Ressurreição* são romances que prenunciam a luta revolucionária, como um espelho que reflete os movimentos efervescentes da vida social pulsante sem compreendê-los ainda em sua totalidade histórica. A obra de Tolstói, portanto, foi o principal sismógrafo artístico que detectou o cataclismo que a Revolução Russa de 1917 provocaria no país e em todo o mundo, com desdobramentos palpáveis ainda na sociedade contemporânea globalizada.

2. Lênin: realismo e política cultural

Os ensaios de Lênin sobre Tolstói configuram-se como exemplo de leitura crítica viva de um escritor cuja obra foi definitiva tanto para o povo russo quanto para a humanidade como um todo. A vitalidade da crítica de Lênin à obra de Tolstói advém da profunda conexão do crítico com a realidade vivida, sua postura participante e ativa vai no sentido oposto à do conjunto da intelectualidade europeia da época, cuja crítica à vida social burguesa é estancada pelo imobilismo e pela desilusão frente à realidade decadente e estreita que, desde a segunda metade do século XIX até os nossos dias, se impõe, de maneira fetichista, como quadro social único e insuperável, acuando intelectuais e artistas até o redil dos observadores críticos e inconformados, mas incapazes de ação. O caráter ativo de Lênin frente à realidade tampouco se confunde com uma ação voluntarista frente às condições objetivas, regida pela lógica de que “se os fatos são contra, pior para os fatos”. A utopia abstrata do voluntarismo, baseada na ação que desconsidera as situações históricas concretas, está de mãos dadas com o imobilismo crítico diante dos fatos, apresentados como insuperáveis pela perspectiva burguesa decadente. As duas posições opostas têm em comum a desconsideração da realidade, com a qual não podem se reconciliar; assim, ambas se dirigem ao território da abstração: seja colocando-se à margem da realidade pela inação, seja colocando a realidade à margem de sua ação.

A posição de Lênin diverge dessas perspectivas, pois o princípio metodológico básico que orienta sua prática revolucionária é a análise concreta da realidade concreta, buscando a significação histórica dos fenômenos no enfrentamento das circunstâncias sociais presentes. Sua crítica a Tolstói e sua práxis política evidenciam uma constante conexão com a realidade, que existe independentemente da consciência e precede sempre as formulações teóricas, as quais devem ser uma expressão intelectual da história mesma, caso não queiram se reduzir a uma repetição da concepção burguesa fetichizada de mundo ou ser um reflexo deformado da vida na consciência dos homens: não há o que fazer diante da decadência burguesa sob o capitalismo

ou é preciso fazer a mudança da vida social a despeito dos fatos, uma vez que eles jamais apontarão na direção da revolução? Essas questões buscam uma saída falsa para uma insatisfação legítima frente ao mundo decadente do capitalismo. A resposta de Lênin a elas se expressa no grande *realismo* que guiou tanto sua reflexão quanto sua ação e que pode ser percebido já no parágrafo inicial de seu artigo *L. Tolstói como espelho da revolução russa*:

O confronto do nome do grande artista com a revolução, que ele claramente não compreendeu, da qual ele claramente se afastou, pode à primeira vista parecer estranho e artificial. E não se pode chamar espelho àquilo que à evidência não reflete corretamente os fenômenos. Mas a nossa revolução é um fenômeno extraordinariamente complexo entre a massa daqueles que diretamente a realizam e nela participam há muitos elementos sociais que claramente também não compreenderam o que se passa, que também se afastaram das verdadeiras tarefas históricas que a marcha dos acontecimentos lhes colocava. E se temos perante nós um artista realmente grande, então ele deve ter refletido nas suas obras pelo menos alguns dos aspectos essenciais da revolução. (LÊNIN, 1986, p. 75).

Nesse trecho se evidencia o realismo de Lênin: a realidade é a fonte e a matéria do grande artista que deve refletir “corretamente os fenômenos”, porém isso não significa a reprodução estanque da imediatez da vida, uma vez que o processo social, como a revolução de 1905, “é um fenômeno extraordinariamente complexo” e, portanto, o grande artista, ao refletir esteticamente a realidade, não pode deixar escapar seus “aspectos essenciais”, que revelam o nervo vivo da história que articula os fenômenos imediatos a sua profunda significação histórica.

O realismo de Lênin permitiu que ele reconhecesse em Tolstói não apenas o grande artista continuador dos realistas dos séculos XVIII e XIX, mas um autor que, estando à altura do presente, pôde compor uma obra original porque soube ver nos fenômenos sociais – a rebelião camponesa de 1861 a 1905 – os aspectos essenciais que apontavam para o historicamente novo, que exige uma forma esteticamente nova, que é sempre um singular desenvolvimento das tradições do grande realismo do passado. No caso de Tolstói, esse elemento novo é o camponês explorado, que se constitui como princípio organizador de toda a sua obra, como centro vital e móvel “presente visível ou invisivelmente em todos os fenômenos” de sua arte poética (LUKÁCS, 1965, p.188). A originalidade de Tolstói emerge, assim, da vida social russa, de onde ele extraiu o elemento novo e essencial que dirigiu sua arte à origina-

lidade exigida pela história, como afirma Lênin em uma conversa com Gorki sobre Tolstói: “Nele se encarnou o camponês autêntico. Antes que esse conde chegasse, não existia um verdadeiro camponês na literatura” (LUKÁCS, 1965, p. 164, minha tradução).

A perspectiva realista de Lênin impediu que ele reduzisse sua análise de Tolstói e da realidade aos mesmos parâmetros que nos limitam a considerar apenas o que está diante dos olhos, e nos levam a desconsiderar as dinâmicas e variadas conexões que relacionam as forças em tensão na história. O realismo de Lênin o afastou também da resposta simples e direta da sociologia vulgar frente aos desafios sempre novos da história e do presente. Ao contrário de notórios intelectuais da II Internacional que, seguindo a crítica de Georgi Plekhanov, viam nas posições conservadoras de Tolstói um entrave para a realização plena de sua obra, para Lênin, a grandeza da conformação estética com que Tolstói plasmou o processo revolucionário russo de 1861 a 1905 “que ele claramente não compreendeu” é algo que apenas superficialmente pode parecer estranho e artificial àqueles que, na verdade, sequer compreenderam o significado revolucionário da agitação camponesa. Em oposição à sociologia vulgar, que encara o marxismo como um conjunto estanque de prescrições dogmáticas e mecânicas, Lênin expressa em sua prática política uma concepção que reconhece a história como fruto das ações humanas e, portanto, como realidade em movimento, mutável, rica em possibilidades, não obstante suas limitações efetivas.

Assim como a obra de Tolstói foi compreendida de forma superficial e até deformada, também o pensamento de Lênin quanto à política cultural da Revolução de 1917 foi muitas vezes desfigurado pelo mecanicismo e o burocratismo que, principalmente após a sua morte, ameaçaram o desenvolvimento da arte do realismo socialista (2). A manipulação das ideias de Lênin para fundamentar uma política cultural em tudo distante da sua concepção original tanto serviu aos apologistas dos aspectos mais infecundos do stalinismo, quanto aos detratores dos mais altos ideais revolucionários, mas, sobretudo, tal deformação, junto a outros fatores, desnutriu a nova literatura que se afirmava na sociedade nascente, sufocando possibilidades estéticas, ao sufocar, por razões extremamente complexas que não podem ser aqui desenvolvidas, as possibilidades históricas que se abriam para o novo.

A emergência do novo nas formas estéticas é inseparável do surgimento do novo nas formas históricas e envolve tanto o confronto com o velho que ainda não morreu quanto as incertezas referentes ao novo que ainda não se consolidou. Essa problemática própria do movimento da história foi enfrentada por Lênin no que diz respeito à questão da herança cultural (3) na conjuntura revolucionária. Para Lênin, a herança cultural não pode ser

entendida como oposição mecânica ao novo, pois a nova cultura da sociedade proletária em formação deveria ser “o desenvolvimento lógico do acervo de conhecimentos conquistados pela humanidade sob o jugo da sociedade capitalista, da sociedade latifundiária, da sociedade burocrática” (LÊNIN, 1968, p. 98). Assim sendo, a política cultural de Lênin defendia que os proletários aprendessem “a compreender melhor a *literatura para todos*” e se opunha a que os operários ficassem confinados “ao quadro artificialmente limitado de uma ‘literatura para operários’” (LÊNIN *apud* NETTO, 2015, p. 147).

Uma percepção desse tipo, como a que foi abraçada pelo *Proletkult*, favorece mais a permanência fetichizada do velho que o efetivo surgimento do novo, basta ver como as tendências de ruptura absoluta com o passado foram difundidas em determinados momentos da cultura burguesa, como os do naturalismo e das vanguardas, sem que houvesse uma conexão efetiva com as possibilidades concretas de progresso e avanço da humanidade. A crítica de Lênin ao *Proletkult* se fundamenta na recusa ao sectarismo, à petrificação do marxismo em uma doutrina fechada em si mesma, como se fosse “surgida à margem da estrada real do desenvolvimento da civilização mundial.” (LÊNIN, 1986, p.181). Separar a cultura proletária, a revolução e o marxismo do desenvolvimento histórico da humanidade é uma mistificação do legado de Marx e da revolução, é ignorar que, na verdade, “O marxismo é o sucessor *legítimo* do que de melhor criou a humanidade” (IDEM. IBIDEM).

Fundamentado nessa perspectiva, Lênin pôde ver no andamento dinâmico da história humana, sem desconsiderar o jugo desumano da sociedade capitalista, as possibilidades para o passo adiante na direção do efetivamente novo, assim como pôde ver na grande obra de Tolstói, sem ignorar o conservadorismo do autor, o espelho da revolução camponesa. Essa visão desfetichizada da realidade só é possível com o que chamamos aqui, no âmbito da discussão marxista da estética, de realismo, isto é, o “impulso a nada aceitar como resultado morto e acabado e a dissolver o mundo humano numa viva ação recíproca dos próprios homens. Assim, todo realismo verdadeiro implica a ruptura com a fetichização e com a mistificação” (LUKÁCS, 2010, p. 81).

3. O sentido da evolução do realismo na literatura soviética em Sholokhov: de *O Don silencioso* a *O destino de um homem*

Apresentaremos aqui, de modo sintético, dois polos do longo processo de desenvolvimento da literatura soviética; ensejamos fazê-lo a partir da análise de duas obras do romancista Mikhail Sholokhov, que refletem a experiência histórica e social de ascensão e de queda do mundo soviético.

A polêmica em torno da produção literária dos primeiros anos da Revo-

lução de Outubro se liga estreitamente ao debate travado pelo *Proletkult*. Isso, na medida em que procuramos ligar aqui a complexa transição da forma literária à própria conturbada e complexa transição socialista, na medida em que a literatura reflete esteticamente a transição histórica desta etapa, ou seja, a transição entre capitalismo e comunismo. Portanto, os novos procedimentos estéticos não podem negar as contradições histórico-sociais objetivamente existentes; não podem se eximir, inclusive, do seu caráter crítico, pois é pela primeira vez que uma nova práxis política e econômica é empreendida, com fôlego, pela classe proletária emergente. O realismo literário atravessa, portanto, uma transição cultural e artística de caráter social concreto; passa, paulatinamente, da forma do realismo crítico (precedente) para a nova forma, a do realismo socialista – passagem que, naturalmente, não se daria coercitivamente por via de uma política normativa do novo método de escrita. A concepção de realismo que apresentamos difere radicalmente da noção ingênua e idealista preconizada pelo *Proletkult*, que seria declarada oficialmente, em 1934, pelo Primeiro Congresso de Escritores Soviéticos, no qual, embora existissem interpretações divergentes (como a de Máximo Gorki), prevaleceu o subjetivismo abstrato, defendido por escritores que pretendiam figurar uma sociedade objetivamente inexistente.

Como indicado acima, a nova forma literária se dá sempre numa relação de continuidade com o grande legado cultural do passado, com a tradição literária precedente. Lênin sempre defendeu que seria necessário apoderar-se de toda a cultura deixada pelo capitalismo, de tudo o que ele trazia de valioso, que esse legado deveria ser apropriado pela nova classe no poder, o proletariado. De acordo com os pressupostos da estética marxista, a nova literatura russa seria, necessariamente, um reflexo da realidade social objetiva, isto é, da Rússia revolucionária, contraditória por sua própria natureza. Só assim podemos entender como se dá, no momento da virada revolucionária, a percepção dos nexos entre a nova forma e o conteúdo social e ideológico novo, isto é, em transformação. Ou seja, dá-se aqui precisamente essa unidade dialética interna de conteúdo e forma. A tomada do poder pelos bolcheviques e pela classe operária russa significa apenas o primeiro passo (embora, decisivo) para a constituição de uma nova cultura, de uma nova forma literária, baseada na forma social objetivamente existente e no conteúdo ideológico predominante, isto é, *determinante*. Assim, considerada a primazia do conteúdo histórico e social – e a concepção de que a forma é forma de determinado conteúdo –, a nova forma literária da Rússia revolucionária precisou levar em conta o seu conteúdo histórico determinado, que se ligava organicamente ao passado. Essa relação dialética entre a literatura e a história russa em seu período soviético pode ser nitidamente ilustrada pela breve exposição de



duas obras do grande realismo socialista russo: *O Don silencioso*, romance de Mikhail Sholokhov, e a sua novela *O destino de um homem*.

O Don silencioso, escrito entre 1925 e 1940, é um romance histórico que narra, em estilo épico, as profundas e sangrentas transformações operadas na Rússia ao longo de aproximadamente dez anos, e que giram em torno do epicentro da Revolução Bolchevique. A história ambienta-se em uma das regiões russas habitadas pelos cossacos da região do rio Don, um povo que inicialmente se opôs ao governo bolchevique e protagonizou a contrarrevolução. A superação dessas forças contrarrevolucionárias durante a guerra civil significou, como sabemos, a vitória e a consolidação do regime soviético. A narrativa abrange o amplo período entre os tempos em que reinava o “idílio” camponês anterior à Primeira Guerra (4), e o desfecho da guerra civil, vitorioso para os Vermelhos. Segundo Carlos Nelson Coutinho:

Sholokhov nos apresenta – através da figuração de destinos humanos típicos – toda a contraditória atitude da comunidade cossaca, que, saindo da fase “idílica” do pré-guerra, enfrenta os tempestuosos acontecimentos da época: a guerra mundial de 1914, a guerra civil, a revolução bolchevista e a implantação do Poder Soviético. (COUTINHO, 1967, p. 198).

A unidade entre as tendências da história universal e da história russa em particular é plasmada em toda a complexidade e profundidade na pessoa do herói mediano, Grigori Melekhov. Como apontado por Lukács (1964) em seu ensaio sobre este romance de Sholokhov, no herói mediano se concentram os traços mais comuns aos camponeses e aos cossacos, os traços que, esteticamente concentrados, o elevam acima da média cotidiana dos homens da aldeia. Nos cossacos do Don, encontramos os traços mais típicos do pequeno e mesquinho proprietário de terra que, *a priori*, hesita e resiste em apoiar um governo comandado por operários. O protagonista Grigori terá seu destino traçado por esse caráter oscilante. Precisa escolher um lado. Mas, ora luta ao lado dos Brancos, ora ao lado dos Vermelhos.

O caráter titubeante, dilacerado, do herói é percebido inicialmente na relação de Grigori com Aksínia, uma paixão impossível, pois ela é prometida a outro. Ele encarna o trágico dilaceramento entre a sua individualidade e a tipicidade da aldeia, seus valores e preconceitos. No final da narrativa, Grigori se encontra num beco sem saída; ele é um homem alquebrado. Mas nesse desfecho revela-se algo fundamental e estruturante para este tipo de realismo: a derrota política, social e humana do herói faz com que cesse o seu papel como representante de sua classe. Mas a experiência humana, em-

bora fracassada, conferiu a ele, e, no limite, ao leitor, uma vivência tão rica do mundo das contradições históricas em que o homem se vê e se verá envolvido que o fracasso está longe de ser absoluto. Pelo contrário, o fracasso individual, vivido de um modo tão sofrido e dilacerado, revela ao leitor um ensinamento central à vida autoconstruída: o valor da luta humana por sua emancipação social.

A perspectiva socialista não se apresenta dentro da moldura do romance, mas fora dela; a perspectiva é implícita, compondo um ponto imaginário, espécie de ponto de fuga, na direção da qual a sociedade tende ou precisa caminhar ou para a qual se vê impelida. O fim trágico, determinado desde o início pelo conflito interno vivido pelo personagem, é prova das dificuldades culturais, sociais, políticas e humanas que decorrem do enfrentamento da vida burguesa, individualista, e do caminho tortuoso, conflituoso, da transição socialista.

Sholokhov, além de se filiar à tradição interna de escritores russos que buscavam uma forma de representação própria, se conecta também, implicitamente, à tradição literária clássica, ao grande realismo do passado. Se é herdeiro direto e indireto dos grandes realistas críticos russos e do Ocidente, Sholokhov cria também uma nova forma de expressão artística e literária, uma forma capaz de figurar o novo conteúdo social em curso, em radical execução; apresenta a história viva pulsando, e *em movimento*. A obra de Sholokhov constitui, assim, entendida como parte integrante da tradição realista russa, uma espécie de elo, de fundamental importância, para o ulterior desenvolvimento da literatura russa, *socialista e crítica*, em sua pátria e fora dela.

Para entendermos como a literatura soviética – o realismo socialista – se situa e evolui diante das mudanças operadas ao longo das primeiras três décadas da experiência socialista, apresentamos agora algumas reflexões sobre uma das obras tardias de Sholokhov. Referimo-nos à sua novela *O destino de um homem*. Após dois monumentais romances históricos, *O Don silencioso* e *Terras desbravadas*, Sholokhov trata agora de um tema que, efetivamente, se havia colocado no caminho da transição socialista: a Segunda Guerra Mundial.

Enredo e estrutura são simples, porém simbólicos. Encontramos dois narradores; mas um deles é aqui apenas ouvinte; o outro narra sua história de sobrevivente da guerra, a despedida da mulher antes dela, a própria guerra, sua prisão pelos nazistas e, enfim, o retorno ao final do conflito. A mulher e o filho não vivem mais. Está só e moralmente destruído. Encerra sua narrativa, contando ao interlocutor que adotara um órfão. O enredo é simples e breve, a estrutura opera um corte brutal. Temos uma quase ausência de diálogos, no lugar destes, um monólogo interior.

Quem lê a novela se esquece do interlocutor, que introduz o narrador protagonista. Este, sim, conta a sua história pessoal ao outro e a nós; ficamos sem conhecer a história do outro, apenas imaginamos que este guarde também uma história de sofrimentos que quer explodir.

Não há aqui espaço para a loquacidade e a ação dos grandes romances épicos. Novamente a história demanda uma nova forma literária na qual o projeto coletivo, comunista, se vê interrompido ou ameaçado. Recria-se o gênero da novela. A obra contrasta radicalmente com os infinitos diálogos e os acontecimentos velozes d'*O Don silencioso*. A sociedade socialista é incapaz de apresentar aqui aos homens um futuro radiante. Impera aqui a dor da perda. O futuro da sociedade de homens livres está sob ameaça. Mas ainda restam esperanças: dó há dois homens partidos, Sokolov e a criança órfã. Mas, juntos, suportarão seus destinos, e construirão novos destinos.

A transição socialista, se não inteiramente interrompida pela guerra e pelas suas consequências sociais e políticas, sai dela mortalmente ferida. A novela é, como procuramos demonstrar, o gênero literário mais apropriado para o novo momento histórico, aquele em que fica ameaçado, por razões objetivas e subjetivas, todo o processo de transição socialista. O espírito épico e popular dos romances históricos anteriores desaparece. Nesta novela, encontramos um homem – e uma humanidade – pela metade, destroçado, destituído das esperanças que o novo regime havia lhe inspirado.



O que apresentamos até aqui são apenas algumas questões que o estudo da noção de *realismo* em Lênin e Lukács pode suscitar no sentido de produzir-se um balanço crítico da literatura e da cultura no contexto da Revolução Russa de 1917. Como antes mencionado, tais questões foram apenas sugeridas com o fito de provocar os leitores a refletirem, através delas, sobre a atualidade da cultura e do pensamento relacionados com a Revolução. Acreditamos que a recuperação dessas questões e o seu enfrentamento denso podem nos favorecer também uma interpretação intensiva do nosso presente, passado um século do grande evento que marca indelevelmente o século XX.

|| Professores adjuntos de Literatura na Universidade de Brasília, membros do grupo de pesquisa Literatura e Modernidade Periférica.

NOTAS

(1) L. Tolstói, espelho da revolução russa (1908); L. Tolstói, L. Tolstói e o movimento operário contemporâneo, Tolstói e a luta proletária, Os heróis da "pequena reserva" (1910) e L. Tolstói e sua época (1911).

(2) Um exemplo marcante é o da divulgação do artigo *A organização do partido e a literatura de partido* (1905), que trata das polêmicas em torno da "literatura de partido", referentes à adequação do jornalismo à nova conjuntura da revolução. Nos anos 1930, as formulações da política cultural stalinista deformaram os termos da "literatura de partido" estendendo-os "para o domínio da arte" e transformando-os em uma forma de "enquadrar, mediante uma política estatal-partidária coativa e repressiva, a atividade de artistas e escritores" (NETTO, 2015, p. 138).

(3) Ver os textos de Lênin *A que herança renunciamos?* e *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo* (1986).

(4) A ideia de um pretense idílio é verificada na crítica literária conservadora, sobretudo no Ocidente, para a qual Tolstói sustentava uma visão idílica da vida no campo, principalmente entre os cossacos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, Carlos Nelson. *Literatura e humanismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

LÊNIN, V. I. *Cultura e revolução cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Escritos sobre la literatura y el arte*. Barcelona: Península, 1975.

_____. *La literatura y el arte*. Moscou: Editorial Progreso, 1979.

_____. *Obras escolhidas em três tomos*. Lisboa: Avante!; Moscou: Progreso, 1986.

LUKÁCS, G. Marx e o problema da decadência ideológica. In: *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 51-103.

_____. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Tolstoi y la evolución del realismo. In: *Ensayos sobre el realismo*. Buenos Aires: SigloVeinte, 1965, p.163- 263.

_____. Scholohov: 'Der stille Don' Epos des Bürgerkriegesim Kosakenland. In: *Der russische Realismus in der Weltliteratur*. Neuwied und Berlin: Luchterhand, 1964.

NETTO, José Paulo. Lênin: da política cultural e dos artigos sobre Tolstói. In: DEO, A. et alii. (org.). *Lênin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 131-163.

VEDDA, Miguel. Prefácio. In: DEO, A. et alii. (org.). *Lênin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 11-28.



O CINEMA RUSSO: REVOLUÇÃO DENTRO DA REVOLUÇÃO

Jeosafá Fernandez Gonçalves

A revolução socialista malogrrou temporariamente, mas está mais viva do que quando nasceu, pois nesse tempo era apenas uma linda hipótese, não mais que isso, que sequer entrava em cartaz.

O cinema russo pré-Revolução

As relações entre arte, política, história e sociedade não são harmônicas, nem diretas, nem equilibradas. Dotadas de dinâmicas próprias, essas dimensões da vida, cada qual regida por suas próprias contradições, às vezes divergem, às vezes se negam parcial ou totalmente e às vezes convergem, a bem da verdade, muito raramente.

Por essa razão, tratar da Revolução Russa como um fenômeno linear, pacífico, mero acúmulo de datas, fatos e personagens consiste em equívoco na própria gênese do pensamento, mais ainda em se tratando do cinema que emerge dessa convulsão, pois se houve um campo em que ela se manifestou conflitivamente, nunca exata e algumas vezes bastante ideologizada, foi o do cinema.

Antes da Revolução, ainda na fase muda, o cinema russo, ainda nascente, era estruturado em termos de mercado não diferindo muito do que vinha ocorrendo pelo mundo, com a particularidade de que o czar patrocinava parte da produção, naturalmente com interesse no elogio da monarquia e nos valores que ela representava.

Usando como fonte dessa primeira fase a literatura e a história oficial, esse cinema desenvolveu uma narrativa bastante apoiada no realismo literário tardio e nos dramas shakespearianos. Personagens das classes altas russas envolvidos em conflitos individuais com finais trágicos eram o lugar comum do qual os cineastas evitavam se distanciar.

Em razão disso, na contramão do que ocorre nos EUA e na Europa, onde prima a exploração da velocidade, das peripécias e do deslocamento espacial até mesmo frenético, no cinema russo o movimento parece congelar-se, de



maneira que o público “leia” a imagem projetada na tela como o faria em um livro. Até mesmo o recurso das legendas, empregado como substituto da voz, no cinema russo do período ganha também outra função: a de retardar o desenvolvimento da projeção para que o público reflita sobre o já visto, sem perder a próxima cena. As sequências de imagens são, desse modo, lentas, arrastadas, literalmente freadas.

O peso da literatura e suas técnicas nessa fase do cinema russo é tal que a narrativa cinematográfica mimetiza a forma literária, estruturando-a em tomadas, closes, cenas e partes que se parecem a capítulos de um romance psicológico, nos quais se abrem largos parênteses para a exploração dos aspectos íntimos das personagens.

A sensação, para os habituados ao cinema de Hollywood, é de que “o filme não anda”, de que o tempo foi congelado e de que “nada acontece”. Mas essa sensação acomete também o leitor que, habituado à literatura romântica, vê-se diante da tarefa hercúlea de avançar nas páginas de um romance naturalista de fins do século XIX, mesmo em se tratando do romance *Germinal*, de Émile Zola.

Sob esse aspecto, a questão da recepção no Ocidente do cinema russo pré-Revolução é menos o filme e mais o público que, habituado a uma gramática herdada da literatura romântica, procura nele o que ele não tem para dar: peripécias rocambolescas.

Num interessante artigo para a *Revista Universitária do Audiovisual*, da Universidade Federal de São Carlos, Roberto Acioli aborda a questão nestes termos:

“Vladimir Gardine chamava essa corrente de ‘Escola de Frenagem’! O próprio Mojukine escreveu um manifesto incitando os espectadores a reclamar caso o filme fosse projetado com movimentos muito rápidos. Entre 1914 e 1919, o cinema russo divergiu completamente das tendências de outros países europeus. O público parecia apreciar filmes com pouca ação e pouco movimento, em filmes geralmente melancólicos, poéticos ou de romances ciganos.” (OLIVEIRA).

Nesse cinema bastante característico, não os fatos, mas as personagens e sua vida interior ganham destaque. Quem leu Pushkin, Gogol e mesmo Dostoiévski não recebe com estranhamento e nem rejeita *a priori* essa narrativa.

Porém, estamos falando aqui de um cinema de costas para a realidade russa, um cinema que nem de longe capta o terremoto que se gesta nas bases dessa sociedade. Quando fala de história, esse cinema se volta para a épica tradicional, na qual as classes superiores são retratadas como protagonistas heroicas. No mesmo artigo, Roberto Acioli registra:

“Com um filme sobre a guerra da Crimeia, *A Defesa de Sebastopol* (Oborona Sevastopolya, 1911), Gontcharov consegue o patrocínio do Czar – o cineasta será condecorado em seguida.” (IDEM).

Nesse cinema pré-revolucionário que avançou até um pouco depois da Revolução de Outubro, e que entre 1907 e 1919 produziu centenas de filmes anualmente para mais de 1.400 salas (Chapron), salta aos olhos os temas tratados em longas-metragens concorridíssimos – e ainda mais os omitidos.

A presença de trabalhadores e de personagens representativos das chamadas “classes baixas” nas telas restringiu-se nesse período ao papel de pano de fundo para protagonistas aristocráticos e burgueses e seus dramas pessoais, e às pantomimas de comédias ligeiras, em que o miserável convertia-se em objeto do riso fácil.

Seja em adaptações cinematográficas de obras literárias, como as de Tolstói, a exemplo de *O cadáver vivo* (direção de Eugeni Bauer), seja em melodramas como em *Silêncio Tristeza*, *Silêncio* (direção de Pyotr Chardynin e Cheshlav Sabinsky), ambos de 1918, o cinema parece completamente descolado da realidade social, política e histórica.

Não que a arte em geral e o cinema em particular devam prestar continência a esses aspectos da vida, porém ignorá-los e mesmo rejeitá-los é uma atitude ideológica evidente demais para ser ignorada. E, a partir de 1919, não seria.

A classe operária invade as telas, à força

A verdade é que o “cinema de mercado” praticado na Rússia, mesmo no período da NEP, portanto já na fase revolucionária, não abriu espaço à representação dos trabalhadores, de seus conflitos, sonhos, expectativas, alegrias e tragédias. Foi preciso que em 1919 o Estado revolucionário nacionalizasse o cinema para que o povo ocupasse nele lugar algo além das poltronas das salas escuras e das funções de projetorista, bilheteiro e lanterna.

Hoje a crítica fácil acusa a Rússia revolucionária de interferência indevida no mundo das artes. Porém, essa mesma crítica omite que o mercado não apenas se imiscui nelas como destina um mar de esgoto estético ao sucesso, enquanto condena à morte pelo mundo toda uma significativa produção de qualidade inquestionável.

Foi preciso uma violenta revolução também simbólica para que enfim a Rússia visse sua gente retratada com um mínimo de verdade nas telas grandes, e para que o mundo conhecesse sua primeira escola de cinema, o VGIK, que possibilitou a profissionalização do setor, inclusive com formação de diretores, atores e técnicos – e mesmo, nos anos seguintes, com a formulação de propostas estéticas de repercussão mundial, inequivocamente:



“E, na verdade, foi o marxismo a doutrina que, em concorrência com o fascismo para oferecer uma saída à sociedade europeia, se adiantou, triunfando politicamente num país só parcialmente europeu, a Rússia, apresentando-nos, durante os anos entre 1925 e 1930, um cinema que assombrou o mundo, não só pelo seu arrojado técnico, mas ainda porque, ao conceito formal de um cinema de diversão, opôs a frente ampla de uma arte a serviço de uma solução social. Na verdade, o primeiro cinema especificamente social a aparecer no mundo foi o cinema soviético.” (ESCUADERO, p. 178).

A Revolução Russa não apenas introduziu no cinema o tema social, ainda que ela seja acusada de tê-lo feito a fórceps, como ofereceu à indústria do cinema, por um meio não apoiado no capital, uma escala nunca imaginada sequer pelo mais otimista realizador: das pouco mais de 1.400 salas em 1919, saltou-se em 1970, já no sistema de repúblicas soviéticas configurado na URSS, a nada menos de 147.200 salas fixas e mais 9.800 itinerantes, enquanto os EUA, no mesmo ano, contavam com 14.420 salas de exibição (SALVAT).

Ao mesmo tempo em que desenvolvia novas formas estéticas para pôr em cena as classes trabalhadoras – questão com a qual o cinema de mercado não estava preocupado –, foi no interior da Revolução que o cinema russo fez a transição do mudo para o sonorizado (e depois do preto e branco para o colorido), sob o boicote dos países capitalistas, que restringiram o quanto puderam acesso à tecnologia. Noutras palavras, a Rússia realizou esses desenvolvimentos tecnocientíficos contando com suas próprias forças, sob um bloqueio comercial feroz capitaneado à distância pelos EUA e, de perto, sob a ameaça constante da Alemanha nazificada.

As vanguardas estéticas russas foram pioneiras na formulação de propostas e programas revolucionários em todas as artes do século XX e também no cinema. A especificidade do filme em relação à literatura e ao teatro marcou a ruptura do cinema revolucionário com as práticas anteriores. Obviamente o experimentalismo inicial teria de resultar em formulações mais delineadas, porém não do dia para a noite.

Assim, uma gramática mais assumidamente cinematográfica, sem as muletas emprestadas da literatura ou do teatro, aparece apenas em 1929, em *Um homem com uma câmera*, de Dziga Vertov. A captação da realidade substitui a mediação preconcebida, intelectualizada e algumas vezes estereotipada, da realidade. A imagem, ela própria, sem o filtro do modelo literário, se apresenta como signo primário: lá está o miserável, não alguém representando a miséria; lá está uma pessoa andando, não um personagem representando o movimento de uma pessoa, lá está a paisagem rural ou urbana, não o cenário montado especialmente para a representação dos atores.

Bem, estamos aqui na fronteira do documentário, sem dúvida, mas, indagam os revolucionários da imagem em movimento: Quem disse que documentário não é cinema? Quem disse que documentário não pode ser arte? Quem disse que as fronteiras entre realidade e ficção não podem ser atravessadas?

Por detrás de *Um homem com uma câmera* há mais que um conceito, há uma proposta de ação e de transformação, que só muito mais tarde será expressa manifestamente, já em 1946, na famosa carta dos cineastas soviéticos:

“A nossa tarefa no cinema não é apenas a de descobrir o mundo, mas também a de ajudar a sua transformação. Somos construtores e não observadores ociosos. Não somos fotógrafos das festas dos outros, nem os seus convidados. Somos os senhores da vida”. (ES-CUDERO, 178).

Para os revolucionários russos, não se tratava apenas de substituir o herói aristocrático ou burguês pelo herói proletário, mas de uma revolução mais profunda, de valores, que ao implicar uma nova moral ainda em construção, implicava também uma nova estética – e nem uma, nem outra dadas aprioristicamente.

São sabidos hoje as crises e os conflitos enfrentados pelos cineastas soviéticos em face do Estado revolucionário e da própria Revolução como um todo. A luta de classes, a luta ideológica e a luta pelo poder não cessaram um só minuto após a vitória dos bolcheviques.

Nem sempre quem venceu a luta de ideias no interior do Estado revolucionário (onde, em última instância, se formulavam as políticas socialistas) representou o aprofundamento da Revolução – o fim da URSS ao final do século XX é eloquente demais para deixar dúvidas quanto a isso.

Porém, tanto a invenção do Estado socialista (pois se tratou disso, mais que “construção”, uma vez que não havia modelos anteriores para se copiar ou negar), quanto a do cinema revolucionário soviético fizeram parte do mesmo fenômeno extremamente complexo, comungaram das mesmas expectativas e, feitiço aziago, morderam a mesma maçã envenenada.

Se houve conflito dentro do PCUS para o encaminhamento da Revolução, com derrotados e vitoriosos circunstanciais, não ocorreu diferentemente no que tange ao desenvolvimento do cinema soviético. Alianças e traições, retrações e concessões foram o dia a dia de cineastas voltados para o inusitado de se criar uma sociedade socialista, a mais igualitária possível, porém sob o império de um mundo capitalista extremamente agressivo (que ia explodir na Segunda Guerra) e de uma cultura individualista arraigada por milênios – que

não desapareceu apenas porque Lênin e depois Stálin ocuparam o poder, ou porque se obtinham sucessos consecutivos nos planos quinquenais.

Tomemos como exemplo o maior ícone do cinema russo, Eisenstein. Estreando em 1924 com *A greve*, em 1925, seu *Encouraçado Potemkin* entrou em cartaz e entrou para a história. Seja do ponto de vista técnico, seja do ponto de vista artístico, *O encouraçado Potemkin* é revolução e primor em escala maior. Muitos historiadores e críticos pelo mundo o consideram o ponto mais alto a que o cinema mudo poderia ter chegado. Após ele, o cinema teria inevitavelmente de começar a falar. Nesse ano de 1925, Eisenstein tinha 27 anos! Ele, a Revolução Russa e o nascente cinema soviético eram a própria revolução em estado de lava, em ebulição, com explosões sucessivas e contínuas. Porém, esse filme não foi uma simples inspiração autoral, foi uma demanda social que a própria Revolução impôs, e que ele agarrou ávido por concretizar cinematograficamente suas ideias estéticas e sua paixão revolucionária.

Quase vinte anos depois, mais perto dos cinquenta anos de idade do que dos 40, com uma guerra mundial no quintal, e ainda no esforço insano de expulsar os nazistas da Mãe Pátria, a mesma Revolução impôs a ele outra demanda, a que o cineasta igualmente acorreu sem titubear: *Ivan, o terrível* – embora, pela dimensão (três partes) o projeto tenha enfrentado obstáculos e ficado incompleto (faltou a última parte) com sua morte em 1948.

O filme era um esforço do Estado soviético de concentrar energias e mobilizar o povo para a resistência ao nazi-fascismo, cujas botas, às centenas de milhares, com artilharia e bombardeios incessantes da Luftwaffe, esmagavam a população russa e própria Revolução.

Em que pesem as polêmicas sobre a representação de Ivan, acusado de ser, na fita, *alter ego* de Stálin, o fato é que o cineasta levou o projeto adiante, sob críticas dos que o admiravam (pois abrira concessão para representar um herói individual, que ele execrara em outras oportunidades), e dos que admiravam Stálin (afinal, esse Ivan eisensteiniano era um tanto claudicante).

O fato é que tanto o primeiro filme, *O encouraçado Potemkin*, quanto o segundo, *Ivan, o terrível*, são clássicos do cinema mundial, nasceram do mesmo cineasta, das mesmas contradições e da mesma Revolução. Entre eles, *Outubro* (1927), considerado obra-prima do experimentalismo, e *Alexandre Nevski* (1938), outra demanda estatal do esforço de guerra antifascista, rechearam a excepcional produção do cineasta, que conquistou o coração do público e de importantes artistas intelectuais pelo mundo todo.

Sobre *Ivan, o terrível*, não custa acrescentar algumas palavras de uma voz brasileira em relação à qual há nos dias de hoje poucas restrições:

“Quem ainda não viu ‘Ivan, o terrível’, quando de sua primeira rodagem nesta cidade, não deve perdê-lo agora. O grande filme de Serguei

Eisenstein estará na tela do São José por uma semana, e todos os estudiosos e curiosos do Cinema têm obrigação de lá estar pelo menos duas ou três vezes. Eu já vi a película oito vezes e pretendo revê-la tanto quanto possível durante esta reprise. Isso porque 'Ivan' é um filme que ganha momentum cada vez que se o assiste. De início duro e lento, aos poucos abre novas perspectivas íntimas, podendo chegar, como chegou a mim, a um verdadeiro absurdo de comunicação – pejado, em cada imagem, de sentido social e humano, e estalando de qualidade artística." Vinicius de Moraes (MORAES, p. 404).

O esforço da crítica burguesa de "limpar" a Revolução da filmografia de Eisenstein chega a ser comovente. Ela tenta, mas quando vê que ao fazer isso não sobra nada, prefere recomendar os filmes e o cineasta com muitas notas de lamentação sobre o quanto ele foi "injustiçado", "mal compreendido" e "cerceado" na URSS. A mesma crítica fala pouco do absoluto desprezo que Hollywood devotou a Eisenstein quando ele por lá esteve.

Se de uma atitude mais vanguardista e estetizante, pela pressão do Estado revolucionário, sem dúvida Eisenstein se viu instado a, abjurando a muitas de suas convicções iniciais, adotar uma linguagem mais direta e menos complexa para atingir as massas trabalhadoras, também é verdade que morre em 1948 em Moscou, sem dar sinais de que pretendia fazer outro *tour* pelo belo mundo "livre" de Hollywood, que não lhe rendeu um dólar para realizar suas ideias revolucionárias. Aliás, Orson Welles, outro gênio do cinema, nem russo nem politicamente revolucionário, também não conseguiu grande coisa com o "livre mercado" hollywoodiano. Se é hoje também um clássico de dimensão mundial e histórica, agradeçamos à sua índole indomável, que não se curvou aos mercenários do cinema *fast food*.

Pelo mundo e pelo tempo

O impulso humano e as contradições econômicas, sociais, políticas e ideológicas que deram origem à revolução russa e a seu admirável cinema, como dizemos hoje em dia em relação à TV, estão no ar.

Por mais que os poderosos meios de comunicação insistam na morte da revolução, do socialismo e do comunismo, eles estão por toda parte, na forma de lutas sociais, de produção crítica e teórica e de símbolos, informativos, científicos ou artísticos.

Para conseguirmos um filme soviético durante a ditadura militar brasileira, e ainda na vigência da URRSS, os riscos eram enormes, as dificuldades imensas e o alcance de uns poucos revolucionários, numa sala pequena, na maior clandestinidade.



Hoje, se se quiser assistir a *Três cantos a Lênin*, de Vertov; *Outubro*, de Eisenstein; *Quando as cegonhas voam*, de Kalatozov é só buscar no Youtube, as versões integrais de excelente qualidade estão lá.

Moscou não acredita em lágrimas, de Menshov; *Tempestade sobre a Ásia* e *O fim de São Petersburgo*, de Pudovkim; *Que viva México!* e *Alexandre Nevsky*, de Eisenstein também estão on-line, mas preferi comprar excelentes cópias em DVD, a preço módico de atacado, em uma lojinha da praça do Correio em São Paulo.

Com o fim da URSS, as sementes da revolução se espalharam pelo mundo. E nada garante que, assim como nasceu e feneceu inusitadamente na Rússia, não renasça por lá também em tempo imprevisto e de maneira insuspeitada.

Se peneirmos o século XX cinematográfico do mundo, embora a produção audiovisual global seja uma enchente avassaladora e esse século seja considerado a era de ouro do cinema, pouca coisa escapará de qualidade realmente significativa que não deva algo ou muito à Revolução Soviética e a seu cinema. De Chaplin a Nelson Pereira dos Santos; do Neorealismo italiano ao nosso Cinema Novo; de Akira Kurosawa a Abbas Kiarostami; de Sergio Leone, Brian de Palma, Bob Altman, irmãos Coen, Tarantino e Scorsese ao novo cinema argentino; da Nouvelle Vague a Costa Gavras, Fassbinder, Manoel de Oliveira e Wong Kar-Wai, quem honesto terá coragem de atirar uma pedra contra essa Madalena que tantos descendentes legítimos e ilegítimos já espalhou pelos quatro cantos da Terra, para horror de uma burguesia cada vez mais desprovida de valores éticos e morais e para a qual nada vale mais do que o dinheiro?

Para tristeza dos revolucionários do mundo, a primeira revolução proletária de longo prazo malogrou ruidosamente ao final do século XX e, com ela, temporariamente, o projeto global de uma sociedade socialista, igualitária, justa e pacífica.

Porém, removidos os escombros dessa tragédia monumental, vê-se que seu legado em todos os campos da vida humana é uma seara vermelha que não cessa de emitir fortes sinais de vida. São os rebentos de uma Madalena que, a despeito de seus pecados e sem ter podido escapar ao apedrejamento dos desonestos, fecundou o mundo. O cinema é um desses rebentos, nem o único, nem solitário – e dos mais férteis.

JEOSAFÁ FERNANDEZ GONÇALVES é membro dos históricos cineclubes Bixiga e Oscarito, presidente por duas gestões do Centro Cineclubista de São Paulo e atualmente membro da coordenação do Cineclube Vladimir Herzog, do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. É escritor de ficção por diversas editoras e professor doutor em Letras pela USP

BIBLIOGRAFIA

BEYLIE, Claude. *Les films clés du cinéma*. Paris: Larrousse-Bordas, 1998.

CARVALHO, Diogo. Película Vermelha. Da revolução a desestalinização. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza, ANPUH. 2009.

CHAPRON, Joel. *História do cinema russo*. Festival de Cannes. Paris. Disponível em: <<http://www.festival-cannes.fr/pt/article/57958.html>>. Acesso em: 27 dez 2016.

ESCUADERO, José María García. *Cinema e problema social*. Tradução de José Carlos González. Lisboa: Aster. Sd.

MORAES, Vinicius de. *O cinema de meus olhos*. Organizado por Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

OLIVEIRA, Roberto Acioli de. O Czar e a Sétima Arte: Cinema Russo Antes da Revolução. In: *Revista Universitária do Audiovisual*. São Carlos: UFSCAR. Disponível em: <<http://www.rua.ufscar.br/o-czar-e-a-setima-arte-cinema-russo-antes-da-revolucao/>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

SALVAT. *O cinema, arte e indústria*. Biblioteca Salvat de Grande Temas. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979.

SF (Soviéticos Films). *Revista Mensal Ilustrada*. Aparece em Ruso, Español, Inglês, Francês y Alemán. Moscou, 1986: 8, 10, 12; 1987: 2, 3, 11, 12; 1988: 8, 10; 1989: 1, 3, 5, 8, 9; 1990: 3.

STEPHENSON, Ralph; DEBRIX, Jean. R. *O cinema com arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.



ARTE COMO CONSTRUÇÃO, O SONHO DE TATLIN

Mazé Leite

Entre o final do século XIX e 1932 aconteceu na Rússia o aparecimento de muitas escolas e muitos movimentos artísticos e intelectuais. Pela primeira vez na história, um grupo de jovens artistas viu concretizar sua visão de arte em termos práticos e com a grandiosidade patrocinada pela Revolução de 1917. Vladimir Tatlin, uma das figuras centrais da chamada “vanguarda russa”, inspirou o nascimento de um desses movimentos, o Construtivismo.

A história do povo russo vem de muito longe, quando povos eslavos começaram a se aglomerar em torno de Kiev, cidade que hoje se situa na Ucrânia. Os Rus de Kiev, como eles se chamavam, passaram a ocupar uma região que, em termos atuais, alcança toda a Bielorrússia, uma grande parte da Ucrânia e o centro e noroeste da Rússia. Pelos fins do século X, o príncipe Vladimir de Kiev, inaugurou o Cristianismo Ortodoxo como a religião oficial do seu império. No ano 1050 foi inaugurado o primeiro mosteiro em solo russo, o Mosteiro das Cavernas de Kiev.

Na opinião de muitos estudiosos, a religião ortodoxa teve grande papel na formação da cultura russa desde os primeiros momentos, por volta do século X. Traziam de Constantinopla (de onde o príncipe Vladimir importou a religião) muitas de suas regras, como, por exemplo, os padres podiam se casar e não havia um Patriarca único centralizador de todo o poder, como na igreja Católica Romana. O padre casado era membro da sociedade local. O monasticismo era menos organizado e as prédicas dos sacerdotes não levavam tanto em conta o exame dos comportamentos e as confissões dos pecados. Por volta de 1200, as cidades, como Kiev e Novgorod, estavam se tornando mais ricas, surgiam igrejas e mosteiros de pedra magníficos e, com isso, chegaram os primeiros pintores de ícones, oriundos de Bizâncio, com quem o povo Rus começou a aprender sua arte, cuja prática – a pintura de Ícones – teve grande importância na história da arte russa.

Um dos mais conhecidos artistas pintores de ícones foi Andrei Rubliev, que nasceu por volta de 1360 e viveu até mais ou menos 1430. Rubliev viveu

em um período marcado pelas invasões tártaras e pelo sectarismo religioso dos cristãos ortodoxos. Pouco se sabe da vida deste artista, a não ser que foi também um monge e viajou por muitos cantos do seu país, sempre para pintar ícones em igrejas e mosteiros. Em maio de 1969, o cineasta russo Andrei Tarkovsky estreou seu 12º filme, intitulado *Andreï Rubliev*, onde mostra como deve ter sido a vida deste artista, assim como a vida difícil que o povo russo vivia nesse período. Rubliev executou afrescos em igrejas de cidades como Zvenigorod, Vladimir e na Catedral da Anunciação do Kremlin de Moscou.

Séculos mais tarde, em 1682, tomou posse como czar o homem que tinha mais de dois metros de altura, Pedro, o Grande. “*O reinado de Pedro, o Grande, representou a maior transformação da Rússia antes da Revolução de 1917*”, diz o professor de história da Universidade de Yale, Paul Bushkovitch em seu livro *História Concisa da Rússia*. E acrescenta: “*Ele realizou em 36 anos uma mudança na cultura russa que levou séculos na Europa Ocidental*”. E grande parte de seus feitos diz respeito a ter levado para a Rússia muito da cultura europeia.

Uma de suas reformas foi a construção da cidade de São Petersburgo em 1703, nos pântanos do rio Neva, no golfo da Finlândia. A construção de São Petersburgo “*foi planejada, projetada e organizada inteiramente por arquitetos e engenheiros estrangeiros, trazidos da Inglaterra, França, Holanda e Itália*”, diz Marshall Berman em *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. Pedro construiu São Petersburgo nos moldes das cidades europeias, num padrão de planejamento urbano advindo do Renascimento. O desenho geométrico e retilíneo dava “ao panorama urbano uma aparência de amplitude horizontal infinita”.

Com suas linhas retas em meio à sinuosidade caótica das velhas cabanas da aldeia anterior, São Petersburgo era considerada por muitos autores como “produto do pensamento” Iluminista. Criou-se, e acentuou-se nas décadas seguintes, a polaridade Moscou/São Petersburgo. Petersburgo representando as forças estrangeiras e ocidentais, a modernidade, a civilização, o novo; Moscou, por seu lado, a tradição, o sagrado, a nacionalidade, o antigo. Este dualismo também alcançava as mentes da *intelligentsia* russa, chegando ao final do século XIX com duas grandes correntes antagônicas: os Ocidentalistas, defensores da modernidade e os Eslavófilos, defensores da tradição e da cultura nativa.

A Literatura era o “campo de batalha da ideologia política e cultural”, como aponta Paul Bushkovitch. As revistas literárias de Puchkin e Senkovski guerreavam entre si sobre suas opiniões de autores russos ou estrangeiros como Goethe e George Sand. O crítico literário Vissarion Belinski, que fazia parte do movimento Ocidentalista, “*passou a ser visto na Rússia como o arquétipo do crítico ‘engajado’, que julgava as obras de arte segundo critérios amplamente utilitaristas e de acordo com sua relevância para a reforma da sociedade russa*”. Ele se inspi-

rava nas ideias de Hegel, segundo as quais “a arte era uma das manifestações da Ideia na história, junto com a filosofia ou o desenvolvimento do Estado”. A arte que não tinha esse fim utilitarista era insignificante e ruim. Belinski se alinhava com o pensamento dos socialistas utópicos franceses. Ele considerava que a sociedade russa deveria se aproximar do padrão civilizado do Ocidente – idealizado, é claro. Com esse ponto de vista, Belinski rejeitava totalmente a antiga cultura russa e inaugurava também uma forma de pensar a arte que mais tarde foi utilizada pelos Construtivistas.

Mas em 1863, treze estudantes da Academia de Arte abandonaram a instituição. Ivan Kramskoi e seus amigos se opunham às condições da premiação anual da academia e formaram a “Associação Livre dos Artistas”. Eles rejeitavam os modelos acadêmicos, as regras e convenções da técnica ensinada naquela escola, importados em grande parte da Academia Francesa. Para esses jovens rebeldes, a pintura que se ensinava lá nada tinha a ver com a realidade russa, “que mudava tão rápido em torno deles nos anos 1860”, diz Bushkovitch. Eles e outros artistas pensavam que, se tinham que se inspirar em algum modelo europeu, seria no pintor francês Gustave Courbet ou nos realistas alemães. Nessa década a pintura russa realista retratava a figura humana e a vida em seu próprio país, como o fizeram Ilya Repin, Vladimir Stasov, Isaak Levitan e o próprio Ivan Kramskoi.

Entre aquelas duas grandes correntes de pensamento (Eslavófilos e Ocidentalistas) foram se gestando miríades de movimentos artísticos, que também acompanhavam o desenrolar da luta política e ideológica que levou à Revolução de Outubro de 1917. Do final do século XIX até a primeira década de 1920, os debates em torno desta questão – a assimilação ou não da cultura europeia – eram muito intensos dentro do mundo artístico russo. Mas uma grande parte dos artistas, em contato com as novidades francesas, se deixou influenciar por elas e levou as novas estéticas artísticas às suas últimas consequências, inspirada pelo espírito revolucionário que incendiava o país e criava esperança no futuro. “Una de las metas esenciales de todos los artistas de principios del siglo fue incorporar lo experimental – tan característico de los ámbitos científicos – al mundo del arte”, explica Lourdes Cirlot em *Las vanguardias artísticas en el siglo XX*.

Matisse, Cézanne, Manet, Gauguin e depois Picasso, com seu Cubismo, tiveram grande influência sobre os artistas russos, que também buscaram formação na França. Também mantiveram uma constante inter-relação com correntes estéticas diversas, da França e Alemanha. Os franceses já haviam no passado inaugurado a pintura Impressionista, que depois gerou outros movimentos como o Pontilhismo e o Fauvismo. Na Alemanha, o movimento “Die brücke” (A ponte) já dava os primeiros passos do Expressionismo alemão.



Os italianos, em 1909, inauguraram o Futurismo, movimento que foi liderado por Filippo Marinetti, que depois se rendeu ao Fascismo. Do Futurismo italiano e do Cubismo francês, os russos criaram o movimento conhecido como Raionista, no começo do século XX. Em 1914, Kasimir Malevich cria na Rússia o seu Suprematismo, corrente que abria espaços largos para a Abstração, que já havia sido iniciada por Vassili Kandinsky. Outros artistas russos já haviam passado pelo Raionismo, pelo Simbolismo...

Na passagem para o século XX, a Rússia ainda era um país muito atrasado. A imensa maioria de sua população vivia nos campos; suas cidades eram aglomerados labirínticos onde viviam os pobres em casas mal iluminadas, com comida escassa. O regime de servidão somente tinha sido abolido em 1861 e o analfabetismo era generalizado. Os romances de Dostoievski fazem um bom retrato do que era a vida nessa Rússia.

Veio a Revolução de 1917. Naqueles tempos de radicalismos, para *“os artistas, este era o sinal para a exterminação da odiada velha ordem e a introdução de uma nova, baseada na industrialização”*, diz Camilla Gray em seu livro *O grande experimento – Arte russa – 1863-1917* (Camilla Gray foi uma bailarina inglesa que visitou a URSS pela primeira vez em 1955 e deixou como legado uma rica pesquisa sobre a vanguarda russa). *“A revolução deu um senso de realidade às suas atividades e uma direção, longamente aguardada, às suas energias – uma vez que não havia, em suas mentes, nenhuma dúvida que os impedisse de identificar suas descobertas revolucionárias no campo artístico com essa revolução econômica e política”*.

A Revolução acendeu verdadeiras fogueiras no coração dos artistas. Malevitch, Rodchenko, Maiakovski e Tatlin, dentre muitos outros, tomaram em suas próprias mãos a reorganização da vida artística russa enquanto anunciavam que estava terminada a fase da “pintura de cavalete” que eles associavam ao sistema burguês: agora eles tinham as ruas para pintar, as praças e pontes, como arena de suas atividades artísticas.

O fervor revolucionário – como se costuma afirmar – atingia em cheio esses artistas. Coisas extraordinárias estavam acontecendo ao seu redor, todo um país se movimentava em direção a um futuro mais feliz; os ideais de Liberdade, para um povo que somente havia pouco tempo tinha se livrado da servidão secular, inspiravam-lhes ainda mais a criação artística. Poetas, escritores, músicos, pintores, escultores, desenhistas, artesãos se empenhavam para fazer ressoar sua arte com essas mudanças trazidas por aqueles punhos levantados de homens e mulheres trabalhadoras, das cidades ou dos campos, carregando bandeiras vermelhas, plenas de vigor. A Esperança antecipava um novo começo, uma nova vida para uma nação inteira.

Tudo estava em fermento, crescendo, junto com a alegria de viver nessa sociedade nova. Esses ventos varriam campos e cidades, atravessavam este-

pes passando pelas isbás onde viviam famílias de russos empobrecidos por séculos de servidão. Era necessário ser parte desse maremoto e os artistas russos desta época responderam à altura, propondo novas formas de fazer arte. Gerações inteiras de artistas se lançaram na empreitada de construir uma arte nova para o mundo novo que também eles ajudavam a construir.

Nos quatro primeiros anos pós-revolucionários conseguiram montar museus e escolas de arte por todo o país, assim como salas de teatro e de concerto. Foram eles que decoraram as ruas para as celebrações de Primeiro de Maio e do aniversário da Revolução. Artistas, atores, escritores, músicos e compositores se empenharam em organizar espetáculos de arte para festejar essas datas. *“Trens decorados com temas revolucionários foram enviados para o front levando notícias da Revolução política e artística para todos os cantos do país”*, conta Camilla Gray.

Em 1919, o Departamento de Belas Artes encomendou a Vladimir Tatlin o *Monumento à III Internacional*. Era um projeto para ser erguido no centro de Moscou. Tatlin trabalhou neste projeto de 1919 a 1920, construindo um modelo em madeira e metal. Esta obra foi exibida no VIII Congresso dos Sovietes em dezembro de 1920. Foi este o primeiro símbolo do movimento Construtivista, que se tornou modelo para as esculturas de Naum Gabo e os móveis de Alexander Rodchenko.

Camilla Gray, que teve acesso aos esboços e projetos, assim descreve o *Monumento à III Internacional*:

“O monumento de Tatlin era para ter duas vezes a altura do Empire States Building. Seria executado em ferro e vidro. Uma armação espiral em ferro apoiaria um corpo formado por um cilindro de vidro, um cone de vidro e um cubo de vidro. Esse corpo seria suspenso sobre um eixo assimétrico dinâmico, como uma Torre Eiffel inclinada, que prolongaria, assim, seu ritmo espiral, espaço adentro. Tal ‘movimento’ não iria limitar-se ao desenho estático. O corpo do próprio Monumento mover-se-ia literalmente. O cilindro deveria girar sobre seu eixo uma vez por ano: a esta parte do edifício seriam destinadas atividades tais como: palestras, conferências e reuniões do congresso. O cone deveria completar uma revolução uma vez por mês e abrigar atividades do executivo. No topo, o cubo deveria completar uma volta completa em seu eixo uma vez por dia, e ser um centro de informações. Iria constantemente transmitir boletins, proclamações e manifestos – por telégrafo, telefone, rádio e alto-falante. Como traço singular, uma tela ao ar livre, iluminada à noite, deveria constantemente retransmitir as últimas notícias; uma projeção especial deveria ser instalada para que, em tempo nublado, pudesse lançar palavras no céu, anunciando o lema do dia.”.



O projeto nunca foi executado. Os tempos eram de profunda penúria, pois a Rússia estava passando por um período de muita fome, causada pelos longos anos da guerra civil e dos ataques estrangeiros à recém-inaugurada nação soviética. Mas os artistas construtivistas eram férteis na criação de seus projetos.

Vladimir Tatlin nasceu em 1885. Perdeu a mãe ainda bebê e era muito maltratado por seu pai e madrasta. Fugiu de casa aos 18 anos para se tornar marinheiro e sua primeira viagem levou-o ao Egito. Nessas viagens, desenhava portos e pescadores. Em 1904, quando seu pai morreu, voltou e entrou na Escola de Arte Penza, onde estudou com um pintor. Em 1910 foi para Moscou e entrou na Faculdade de Pintura, Escultura e Arquitetura. Sua primeira exposição foi em 1911, organizada pela União da Juventude. Conheceu e trabalhou muito próximo a Larionov e Natalia Goncharova. Em 1913 fez uma viagem a Paris e Berlim.

Tatlin participou ativamente do processo revolucionário soviético e se tornaria um dos principais artistas executores dos programas de arte para a sociedade nova que surgia. Foi dele também a criação de um outro monumento, o *Projeto para a Tribuna de Lênin*, que não saiu do papel. Assim como outros, projetou cenários para teatro, vestuário, peças de mobiliário, mesas de trabalho, fez ilustrações, desenhou cartazes. Junto com Rodchenko, seu impulso era “fazer das ruas seus pincéis e das praças sua paleta”, como disse o poeta Maiakovski.

Em 1920, Tatlin e outros “artistas esquerdistas” criaram o Instituto de Cultura Artística. Sua preocupação era “desenvolver um enfoque teórico da arte sob uma sociedade comunista”, observa Camilla Gray. Inicialmente, o programa a ser seguido era o desenvolvido por Kandinsky, que incluía o Suprematismo de Malevich, o Construtivismo de Tatlin e as teorias do próprio Kandinsky. O programa foi publicado em 1920. A segunda parte do curso seria dedicada à criação de arte monumental, incluindo um estudo aprofundado das cores e da geometria das formas.

“Essas ideias, que deveriam logo depois formar a base do curso da Bauhaus de Kandinsky”, ressalta Gray, foram recusadas pelos “futuros construtivistas” do Instituto. Estes tinham uma concepção mais racional da criação artística. As ideias de Kandinsky eram, para eles, muito subjetivas para serem aceitas. Kandinsky deixou o Instituto. Em 1922 foi convidado para ensinar na escola Bauhaus de Weimar, na Alemanha, e para lá se mudou.

No começo da Revolução, as exposições de arte eram basicamente dominadas pelo estilo abstrato. A V Exposição Estatal, acontecida em 1919, foi intitulada *Sindicato dos Artistas Pintores da Arte Nova – Do Impressionismo à Pintura Abstrata*, ocorrida no Museu de Belas Artes de Moscou. Kandinsky,

assim como Rodchenko e as artistas Varvara Stepanova e Liubov Popova, expuseram obras abstratas. Tatlin e Malevich não participaram. Na X Exposição Estatal, Malevich expôs uma série intitulada *Branco sobre branco*. Rodchenko, em contrapartida, enviou sua pintura *Preto sobre preto*, acompanhada de um manifesto onde dizia: “As cores caíram fora, está tudo misturado em preto”, entre outras frases de efeito mescladas com citações do poeta Walt Whitman. Foi a última exposição de pintura coletiva realizada pela vanguarda na Rússia.

O Proletkult

Proletkult é a sigla em russo da Organização para a Cultura Proletária. Começou a atuar efetivamente após a Revolução de 1917. Sua visão da arte era assim declarada: “Arte é um produto social, condicionado pelo ambiente social. Também é um meio de organizar o trabalho (...). O proletariado tem de ter sua própria arte de classe, a fim de organizar suas forças na luta pelo socialismo”.

Seu principal teórico era Alexander Bogdanov, um marxista que sempre disputava com Lênin sobre a doutrina, observa Camilla Gray. Bogdanov exigia que o Proletkult tivesse autonomia em relação ao partido bolchevique e fosse o “verdadeiro representante da cultura proletária”. Lênin discordava. Gray observa: “Segundo dizem, Lênin chegou a declarar que um tal monopólio do título de arte proletária oficial por parte de uma escola, era prejudicial, ideológica e pragmaticamente”. Entretanto, a ideia de uma cultura proletária separada acabou por se tornar oficial a partir de 1932, quando se impôs a estética do “Realismo Socialista”.

“Imediatamente após a Revolução de 1917, o Proletkult começou a pôr em prática seu sistema de há muito preparado”, continua Gray. Desde o início o Proletkult intencionava criar uma espécie de cultura de massa, e a indústria era o seu maior aliado. Em agosto de 1918 criou uma Subseção da Arte da Produção, cuja primeira responsável foi a artista Olga Rosanova, que faleceu no mês de novembro do mesmo ano.

No mesmo ano de 1918, a capital russa voltou a ser Moscou e para lá se mudaram os principais artistas “esquerdistas”. Para eles, foi um tempo de profícua atividade. Estavam obcecados com a ideia do papel que estavam sendo chamados a desempenhar nesta nova Rússia. “A arte não era mais algo remoto, um vago ideal de sociedade, mas a própria vida”, diz Camilla. Eles sonhavam com este novo mundo cheio de arranha-céus, máquinas, foguetes e automatização. Todos os seus projetos se voltavam para ajudar a criar este novo mundo.

Em meio a apaixonados debates nasceu o Construtivismo. O centro principal era a sede do antigo Instituto de Cultura Artística em Moscou, mas as

discussões aconteciam em qualquer parte e qualquer hora. Destes debates, surgiu mais uma cisão: de um lado, o grupo de Malevich, para quem a arte era uma atividade essencialmente espiritual, “cuja tarefa consistia em ordenar a visão de mundo do homem”. Do outro lado, se enfileiravam Vladimir Tatlin, Alexander Rodchenko e Vladimir Maiakovski, dizendo que o artista deveria se tornar um técnico, aprender a usar as ferramentas e os materiais de produção. “Arte para a vida!”, era seu slogan.

Em 1922, a maioria dos artistas que estavam migrando para o Construtivismo se tornaram membros do Proletkult.

Os seguidores de Tatlin, Rodchenko e os outros, abandonaram por completo a pintura de cavalete para trabalharem na “arte da produção”. Os Construtivistas desejavam criar uma “ponte entre arte e indústria”, mas também negavam o passado, a tradição. Para estes artistas, o passado era a arte burguesa, que não servia à nova sociedade. Seu manifesto era tão doutrinário quanto foi doutrinária na década de 1930 a visão jdanovista da arte...

Eles se dedicaram ao desenho industrial. Vladimir Tatlin até foi à metalúrgica Lessner, perto de São Petersburgo, para se tornar um artista-engenheiro. Popova e Stepanova trabalharam numa fábrica têxtil, onde criaram tecidos. Rodchenko e Maiakovski passaram “a desenhar cartazes de propaganda e desenvolveram um método construtivista de desenho para tipografia”. Rodchenko passou a utilizar a fotografia como ilustração dos seus cartazes.

Com a política da NEP implementada por Lênin, que industrializava o país, os artistas passaram a ser contratados para desenhar emblemas, selos, slogans, cartazes. No Clube dos Trabalhadores “*tudo, das mesas e cadeiras aos slogans nas paredes e à montagem da iluminação, era projetado em estilo construtivista*”, aponta Gray. Tatlin projetava fogões, mesas, cadeiras, pratos, canecas, objetos de uso social.

Mas havia uma divisão em relação à proporção ideal dos objetos. Alguns construtivistas, como Rodchenko, defendiam a ideia de que o objeto deve seguir uma medida de proporção geométrica. Tatlin discordava e criava objetos mais orgânicos. Nas roupas dos operários que ele desenhava, se preocupava com que as peças dessem o máximo de movimento e calor com um mínimo de peso. “*O movimento natural e a medida do homem ditavam seus desenhos*”, diz Gray. Os outros construtivistas “*trabalhavam os materiais, mas de modo abstrato, como um problema formal, aplicando mecanicamente a técnica à sua arte. O construtivismo não levou em conta a relação orgânica entre o material e a capacidade elástica, sua característica de funcionamento*”, teria dito Tatlin, anos mais tarde, segundo um catálogo de sua exposição feita em Moscou em 1932, onde apresentou pela primeira vez o seu planador “Letatlin”.

O Construtivismo foi um movimento estético amplo, que atingiu também a Arquitetura e o Desenho Gráfico. Mas como as condições iniciais da URSS eram difíceis, os arquitetos quase só conseguiam ver seus projetos realizados em cenários de teatro e estandes de exposições, como o pavilhão russo da Exposição de Artes Decorativas de Paris, em 1925, projeto do arquiteto Konstantin Melnikov. Além dele, e o mais famoso de todos, construído em modelo também construtivista, em 1924: o Mausoléu de Lênin, na Praça Vermelha em Moscou, desenhado por Aleksei Shchusev. Foi construído inicialmente em madeira, depois em granito vermelho e ainda hoje é um dos lugares mais visitados por turistas de todo o mundo.

Vladimir Tatlin morreu aos 68 anos de idade em Moscou. Após o endurecimento das políticas soviéticas em relação às artes e aos artistas, ele continuou na URSS desenhando cartazes. Depois voltou à pintura figurativa de cavalete. Pioneiros em muitas áreas, das artes às ciências, poderíamos dizer que os russos são os verdadeiros inventores da modernidade do século XX. O maior feito moderno da história recente, a Revolução Socialista de 1917, mudou a face do planeta e seus efeitos permanecem, mesmo que a propaganda e o *marketing* ideológico capitalista ainda hoje tentem esconder este fato. As artes russas – da pintura ao cinema – ainda hoje inspiram artistas e estudantes de arte pelo mundo afora.

|| MAZÉ LEITE é artista plástica, pesquisadora de história da arte e professora de desenho e pintura a óleo no Ateliê Contraponto.

BIBLIOGRAFIA

BUSHKOVITCH, Paul. *História Concisa da Rússia*. São Paulo: Edipro, 2015.

GRAY, Camilla. *O grande experimento: Arte russa 1863-1922*. São Paulo: Worldwhitewall, 2004.

MARSHALL, Berman. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



Trabalhadores e mulheres



OS TRABALHADORES E A REVOLUÇÃO RUSSA

Nivaldo Santana

Comemora-se em 2017 o centenário da Revolução Russa, um dos acontecimentos mais marcantes de todo o século XX. A revolução dirigida por Lênin desperta ainda hoje o respeito e a admiração dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo. Revisitar a epopeia dos combatentes soviéticos, com efeito, é sempre uma fonte inesgotável de estímulo para a construção de uma nova sociedade.

No presente texto, de modestas pretensões, busca-se lembrar e destacar apenas alguns aspectos da luta política e sindical, da consolidação dos seus direitos trabalhistas e sociais, dos espaços de poder ocupados pelos trabalhadores e de sua organização sindical. A análise em tela se fixa fundamentalmente nas décadas iniciais da transição do capitalismo para o socialismo naquele país.

Preliminarmente, é importante sublinhar que a Revolução Russa possibilitou a comprovação prática dos sábios ensinamentos de Karl Marx e Friedrich Engels, idealizadores da nova teoria que aponta para a superação do modo de produção capitalista. Essa evolução histórica rumo ao socialismo corresponde à luta pelo fim da exploração do homem pelo homem, da libertação do operário da sua condição de escravo assalariado do burguês, do Estado burguês e da máquina a serviço da burguesia. Vladimir I. Lênin, o dirigente maior da Revolução Russa, interpretou e atualizou o pensamento de Marx à luz das contradições concretas da Rússia daquele período.

Superar a exploração do trabalho assalariado

Uma das tarefas essenciais do socialismo é eliminar a exploração do trabalho assalariado, base da acumulação capitalista. Para tanto, ele precisa enfrentar a contradição entre a produção social e a apropriação privada. Essa contradição aprofunda o antagonismo entre as duas classes fundamentais desse sistema, o proletariado e a burguesia, e aumenta a desigualdade social. Harmonizar as relações de produção com o desenvolvimento das forças produtivas, portanto, é o caminho inicial para se erradicar a exploração do trabalho assalariado e construir um novo tipo de sociedade.



Essa nova sociedade, dirigida pelos trabalhadores, enfrentará os desafios de empreender uma construção política e econômica de novo tipo, a complexa transição do capitalismo para o socialismo. São nesses marcos teóricos que devemos buscar as chaves para interpretar o papel e a nova situação dos trabalhadores na vigência do poder soviético.

No caso concreto da Rússia, uma importante particularidade é o fato de que a revolução ocorreu em um país atrasado. A teoria de Marx previa que o socialismo surgiria a partir dos países capitalistas mais avançados. Não foi o que ocorreu. Nesses países, por uma série de circunstâncias que não cabe aqui analisar, as revoluções fracassaram.

A revolução foi vitoriosa na Rússia e, com ela, se inicia a edificação do novo regime. Essa realidade de revolução vitoriosa em um país atrasado exigiu da liderança russa o desenvolvimento da teoria e de novas práticas para enfrentar dilemas nunca antes postos para a humanidade. Para tanto, empregou-se uma variedade de formas e meios para consolidar o novo poder, com avanços e recuos na construção econômica e política. Tudo isso num contexto histórico de agressões externas, guerra civil, economia debilitada e uma sociedade com maioria camponesa e com remanescentes importantes da própria burguesia.

Dessa forma, o primeiro dilema enfrentado pelos revolucionários russos foi a polêmica da viabilidade de a Rússia, sozinha e isolada, avançar rumo ao socialismo. As derrotas dos processos revolucionários nos países mais avançados da Europa turvavam o horizonte político da Rússia e geravam dúvidas quanto ao destino da revolução. Quis a história, no entanto, que aos russos coubesse a tarefa de construir o “socialismo em um só país”.

Essa foi a decisão da maioria. Contra ela, se insurgiram setores que pregavam uma chamada “revolução permanente”, sem o que, acreditavam eles, o poder soviético não se sustentaria. A tese da revolução mundial permanente, tendo como base os países capitalistas mais avançados, significaria, na prática, renunciar à revolução na Rússia.

As Vicissitudes do Trabalho na URSS

Vitoriosa a revolução, deflagra-se a tarefa mais difícil: a consolidação do novo poder. Lênin argumentava que manter o caminho revolucionário era empreitada bem mais complexa do que a própria conquista do poder. De fato, a Rússia revolucionária enfrentou, desde o início, guerras de agressão externa e também uma guerra civil. Essas guerras cobraram um alto preço para o país, com imensos sacrifícios para os trabalhadores e todo o povo.

Nesse quadro, a fase inicial da transição na Rússia exigiu a aplicação de uma política dura, que ficou conhecida como comunismo de guerra. Esse pe-

ríodo cobrou um esforço descomunal do poder soviético para manter a economia em patamar mínimo para enfrentar os inimigos externos e internos, garantir condições básicas de vida para a população e preparar o terreno para uma arrancada futura.

Com o fim da guerra civil, em 1921, o comunismo de guerra foi substituído pela Nova Política Econômica (NEP). A NEP foi um recuo necessário para alavancar a economia a partir da adoção do capitalismo de Estado. Foram permitidas a liberdade de comércio e a autonomia de gestão nas empresas do Estado. E também foram alterados a relação com os camponeses e os critérios para o pagamento da produção agrícola. Essas mudanças buscavam dinamizar a economia, desenvolver as forças produtivas e, no plano político, recompor de forma mais consistente a aliança dos operários com os camponeses.

A luta pelo crescimento econômico e as concessões feitas ao capitalismo na vigência da NEP deram relativa estabilidade ao regime, mas geraram também suas contradições. Os parâmetros para definição dos salários, por exemplo, deveriam se basear, segundo Lênin, no aumento da produção e da produtividade. Os rendimentos dos trabalhadores, nessa fase de transição do capitalismo ao socialismo, levam em consideração a qualidade e a quantidade do trabalho realizado. Uma visão reducionista de salários iguais não guarda correspondência com o estágio preliminar de desenvolvimento da construção socialista.

É certo que, no socialismo, a força de trabalho progressivamente deixa de ser mercadoria e o trabalho assalariado é substituído pelo trabalho social. Mas no período de transição ainda persistem as velhas divisões entre trabalho manual x trabalho intelectual, trabalho operário x trabalho camponês, trabalho pesado x trabalho leve, trabalho qualificado x trabalho simples. E a essas divisões aplicam-se salários diferenciados.

Concomitantemente ao salário, o poder soviético procurava diminuir as jornadas de trabalho, principalmente para as atividades penosas. No entanto, tanto os salários quanto a jornada de trabalho estavam condicionados pela necessidade do aumento da produtividade do trabalho. A produtividade crescente, como orientação básica do socialismo, exige também o avanço da inovação nos processos produtivos.

Essas duas questões – produtividade e inovação – são fundamentais para assegurar a industrialização acelerada da União Soviética e remetem ao debate sobre a organização do trabalho. O aumento da produção, da produtividade e do crescimento industrial afeta as condições de trabalho, por isso havia certa relutância em se adotar os mesmos métodos de organização do trabalho dos países capitalistas, baseados no taylorismo.

O taylorismo foi uma criação de Frederick Winslow Taylor (1856-1915), especialista na divisão técnica do trabalho humano dentro da produção indus-



trial. As contribuições de Taylor, na passagem do século 19 para o 20, foram determinantes para o grande salto na produção industrial no mundo. O próprio Lênin, todavia, ao encarar os desafios da produtividade, passa a considerar o taylorismo como uma opção necessária.

Para ele, os métodos tayloristas poderiam ser um meio para o incremento da produtividade industrial. Por isso, opinava que se devia “aplicar o que há de científico e progressista no sistema Taylor”, sem tornar o operário escravo da máquina e dos novos processos produtivos. Ele dizia que “o socialismo é inconcebível sem a técnica do grande capitalismo, construída segundo a última palavra da ciência moderna”.

Ademais, o aumento da produtividade a partir do desenvolvimento técnico e outros mecanismos de estímulo material vieram acompanhados da emulação ideológica para a elevação do rendimento da produção do trabalho. Exemplo emblemático desse estímulo foi o movimento denominado stakhanovismo, nome dado em homenagem ao operário Alexei Stakhanov.

Stakhanov foi um mineiro da cidade de Donetsk, na União Soviética, que foi celebrado em todo o país por ter conseguido a proeza de aumentar sua capacidade de trabalho em catorze vezes na extração de carvão nas minas de sua cidade. A propaganda de sua façanha, como exemplo a ser seguido por todos, buscava, também por esse meio, fazer a economia crescer mais rápido, aumentar a produção industrial e, em consequência, criar as bases econômicas para a consolidação do poder socialista.

Os esforços para combinar a industrialização acelerada, o crescimento da economia, o aumento da produtividade com a contrapartida de elevação da situação social dos trabalhadores foram a marca de todo esse período de transição. Mas os enormes obstáculos que o país enfrentou, com guerras e problemas na economia, nem sempre permitiram uma melhora em linha reta das condições salariais e de trabalho.

Passada a fase do comunismo de guerra (1917-1920) e da NEP (1921-1927), a União Soviética reorienta o país com base nos planos quinquenais. Esses planos elevaram a taxas inéditas o crescimento econômico da União Soviética, viabilizaram a erradicação da pobreza absoluta, do desemprego crônico, do analfabetismo e da mendicância. Foram decisivos também para a vitória na Segunda Guerra Mundial. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas se tornou uma grande potência, a segunda maior do mundo.

O movimento sindical na União Soviética

O movimento sindical é parte dos processos políticos da União Soviética, influencia e é influenciado pelas mudanças na conjuntura política e

econômica. Para melhor localizar essa evolução, é importante fazer uma breve retrospectiva da história do movimento sindical nesse país. Começamos em 1905. Neste ano é realizada a 1ª Conferência Sindical Pan-Russa, em que participaram 600 entidades representando 250 mil membros. No ano seguinte, realiza-se a 2ª Conferência, mas a partir de 1908 o czarismo começa grande repressão e a resultante são prisões, exílio, confisco de recursos e dos livros, forçando assim o surgimento da atividade sindical clandestina.

Entre os anos de 1912 e 1914 há uma retomada do movimento, prejudicada, no entanto, pelo início da guerra. Uma nova onda grevista acontece em 1915 e vai até 1917. E com a revolução democrática de fevereiro de 1917, o movimento sindical tem um crescimento acelerado, de modo que em junho daquele ano, a Rússia já contava com 967 organizações sindicais e 1,5 milhão de membros sindicalizados.

Nesse período surge uma polarização política na Rússia entre os sindicatos e os soviets. Os sindicatos eram dirigidos pelos mencheviques e seus dirigentes defendiam que a revolução russa deveria se limitar às reformas democráticas burguesas. Por outro lado, surgia outro tipo de organização, os soviets, embrião do que viria a ser o novo poder. Dele faziam parte operários eleitos nas fábricas, camponeses e soldados. Os soviets, dirigidos pelos bolcheviques, defendiam a transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista.

Essa polarização entre bolcheviques e mencheviques marcou a 3ª Conferência Sindical Pan-Russa, em junho de 1917. Nela, os mencheviques tinham 55,5% dos delegados e os bolcheviques 36,4%. Depois da revolução socialista, no entanto, a correlação de forças se inverteu. No 1º Congresso Sindical Pan-Russo, em 1919, os bolcheviques passaram a contar com 65,6% dos delegados e os mencheviques com 21,4%. No 5º Congresso, os bolcheviques consolidaram ampla hegemonia, com 91,7% dos delegados.

Contudo, as disputas acerca da concepção sindical não cessavam. Parcela de dirigentes considerava que, com o novo Estado socialista, os sindicalistas deveriam assumir não só a gestão como a propriedade das empresas. Lênin, no entanto, chegou à conclusão de que a gestão das empresas deveria ser compartilhada. O governo indica um diretor, com maior especialização e capacidade gerencial, e os operários exercem o controle. Com isso procurava-se evitar a fragmentação e a dispersão produtiva.

Durante um longo período havia acesas polêmicas sobre o papel dos sindicatos. Depois da guerra, dois dirigentes da revolução, Lênin e Trotsky, tinham opiniões distintas sobre as tarefas dos sindicatos. Trotsky, por um lado, defendia a militarização das entidades, defendendo que só com forte disci-

plina e incorporação dos sindicatos à máquina estatal a revolução iria para frente. Lênin, por outro, considerava essa concepção um erro, pois levaria a uma grande burocratização do sindicalismo.

Nesse novo período, em dezembro de 1921, um relatório da comissão que tratava da questão sindical, com a participação de Lênin, afirmava: “A tarefa principal dos sindicatos, segundo ficou estabelecido, é, **de hoje em diante** (grifo nosso), salvaguardar por todos os meios possíveis os interesses da classe proletária na sua luta contra o capitalismo. A essa tarefa deve ser dada proeminência indisfarçável. Para esse fim, a máquina sindical deve ser reconstruída, reformada e aperfeiçoada. Deverão ser organizadas comissões de resistência, fundos de greve, fundos de auxílio mútuo etc.”.

Mesmo com essa orientação, durante a vigência da NEP havia certa ambiguidade sobre a postura dos sindicatos diante do empregador privado e do empregador estatal. Com o fim da NEP, o Estado assumiu o controle total da produção e surgiu um novo debate. Em tese, o movimento sindical não tinha um inimigo a combater, já que o Estado socialista era proprietário de todos os meios de produção.

No VII Congresso Sindical (1928-1929), Trotsky, ex-presidente do Conselho Central dos Sindicatos, órgão supremo do sindicalismo, que anteriormente propunha a disciplina militarizada dos sindicatos, passou a defender outra concepção. Para ele, o papel dos sindicatos deveria ser o de lutar pelo aumento dos salários, tanto no capitalismo como no socialismo, e não lutar pelo aumento da produção e da produtividade. Lênin, como já foi mencionado, defendia a ideia de que os trabalhadores deveriam lutar pelo aumento da produção e da produtividade como premissas para um maior aumento dos salários ao aumento da produtividade.

O legado sindical do Poder Soviético

O estudo do período inicial da transição do capitalismo para o socialismo apresenta ensinamentos que podem ser aproveitados pelas atuais gerações de sindicalistas. A história registra o caminho sinuoso que percorreu o movimento sindical, em correspondência com as vicissitudes de construção do socialismo na União Soviética. Apesar das imensas dificuldades, esse período registra melhora na vida dos trabalhadores soviéticos. Maiores salários, menores jornadas de trabalho, acesso à aposentadoria, a saúde, educação, moradia, cultura, lazer etc.

Os rendimentos do trabalho se distribuíam, para economia de orientação socialista, em diversas modalidades: a) salário; b) suporte para consertos e depreciação dos estabelecimentos; c) ampliação da indústria nacional; d)

construção de equipamentos, minas, fábricas e ferrovias; e) despesas gerais da nação com defesa, pesquisa e áreas sociais.

Os rendimentos, portanto, se dividiam entre remuneração pessoal (salário) e remuneração socializada (o conjunto das outras despesas). Os salários variavam de um a oito e os trabalhadores sustentavam suas entidades sindicais com uma contribuição equivalente a 1% do salário.

Um estudo mais amplo de todo esse período, que não é objeto do presente texto, deve compreender melhor as diferentes concepções e orientações para a luta dos trabalhadores da época. Uma gama variada de questões (estatização dos sindicatos no período do comunismo de guerra, maior independência durante a realização da NEP, novo papel nos planos quinquenais) certamente demanda maior estudo, desenvolvimento e novas abordagens.

Mas é importante lembrar que a queda da União Soviética evidencia erros que hoje já se admitem, como o insuficiente desenvolvimento da teoria, a perda de dinamismo na economia e, no plano político, a fusão do Estado com o Partido e as organizações sociais, como os sindicatos. Esses erros levaram à burocratização do regime, à perda do protagonismo político dos trabalhadores e a diversos outros desvios.

Em função disso, as justas celebrações para o centenário da Revolução Russa, no entanto, precisam vir acompanhadas de um estudo criterioso das causas que levaram ao enrijecimento do novo regime soviético, mesmo reconhecendo as gigantescas conquistas da Revolução.

Esse estudo deve partir de algumas importantes premissas. Não há modelo único de revolução e de socialismo, cada país realizará, a seu modo e com suas singularidades, a construção da nova sociedade. E o trânsito do capitalismo ao socialismo obedecerá a uma transição sem prazos estabelecidos.

Para finalizar, cabe relembrar os ensinamentos de Lênin: “O desenvolvimento do proletariado, porém, não se realizou, nem pode realizar-se, em nenhum país de outra maneira senão por intermédio dos sindicatos e por sua ação conjunta com o partido da classe operária (...). O partido deve dedicar-se mais, de modo novo e não apenas pelos processos antigos, a educar os sindicatos, dirigi-los, sem esquecer, ao mesmo tempo, que estes são e serão durante muito tempo uma ‘escola de comunismo’ necessária.”

|| **NIVALDO SANTANA** é secretário Sindical Nacional do PCdoB,
vice-presidente nacional da CTB

Agradeço pela colaboração na indicação de textos, revisão e sugestões a Sérgio Barroso e Adalberto Monteiro, da Fundação Maurício Grabois, e a Raimunda Gomes, Rogério Nunes e Márcia Viotto, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTELHEIN, Charles. *A luta de Classes na União Soviética*. São Paulo: Paz e Terra.

DOCUMENTOS E RESOLUÇÕES do 8º congresso do Partido Comunista do Brasil – PCdoB – *O Socialismo vive*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1992.

FERNANDES, Luís. *Capitalismo contemporâneo e a nova luta pelo socialismo*. Mesa 3: Lições da experiência soviética – os múltiplos legados da revolução soviética e os dilemas da formação do estado socialista. São Paulo: Anita Garibaldi, 2008, p. 134-143.

_____. *URSS: ascensão e queda*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.

HOBSBAWM, J. Eric. *Sindicato e Estado proletário*. Andrés Hegedus, item 4. São Paulo: Paz e Terra, 1986, p. 20.

LENINE, V. I. *Os sindicatos da Classe Operária (II)*. Lisboa: Maria da Fonte, 1971.

LÊNIN, V. I. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

WEBB, Sidney e Beatrice. *URSS: uma nova civilização*. Capítulo 3º Sindicalismo soviético, vol. I. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1945.

O PROTAGONISMO DA UNIÃO SOVIÉTICA NA LUTA PELO DIREITO DAS MULHERES

Lucia Rincon

Em 1918, no primeiro ano de vigência de uma nova organização política de um povo, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), passa a ser implementada a mais progressista legislação que o mundo já tinha visto até então, o Código da Família, que instituiu o casamento civil em substituição ao religioso e estabeleceu o divórcio a pedido de qualquer um dos cônjuges. O governo que emergiu da Revolução Russa de 1917 instituiu o direito de voto às mulheres, também incentivou a educação feminina (no começo do Século XX, 88% das mulheres russas não sabiam ler nem escrever) e encorajou as mulheres a assumirem os mesmos postos de trabalho que os homens pelos mesmos salários. A União Soviética tornou-se, em 1920, o primeiro país do mundo a garantir às mulheres o direito ao aborto legal.

Essas conquistas e muitas outras que marcaram a história de lutas da humanidade pelos direitos das mulheres originaram na União Soviética e ocorreram com a participação das próprias mulheres na reivindicação pelos seus direitos enquanto seres humanos e cidadãs – heroínas cujos nomes, em sua grande maioria, permanecem esquecidos. A Revolução Russa iniciou-se com a participação ativa das operárias soviéticas realizando uma manifestação massiva no dia 8 de março de 1917 (23 de fevereiro do calendário russo), quando as mulheres de Petrogrado – atualmente São Petersburgo, a segunda maior cidade da Rússia que, na época, era o principal polo industrial do país – saíram corajosamente às ruas exigindo pão para os filhos e as filhas e o regresso dos maridos das trincheiras da Primeira Guerra Mundial (durante o conflito bélico foram perdidas quatro milhões de vidas). A luta delas era contra a fome, a guerra e o czarismo.

Os protestos das mulheres diante das filas de racionamento de pão provocadas pela miséria decorrente da Primeira Guerra Mundial tornaram-se, assim, o estopim da Revolução Russa. O movimento se estendeu para as fábricas e os quartéis, derrubando a monarquia secular que governava a Rússia e se tornando, também, a revolução com a maior conquista das mulheres em toda a história na luta pela sua libertação. O movimento protagonizado pelas



mulheres era considerado pelo líder revolucionário, Vladimir Lênin, como parte integrante e decisiva do movimento de massas. Ele considerava a igualdade social da mulher como um princípio indiscutível do comunismo.

“Em Petrogrado, em Moscou, nas cidades e nos centros industriais afastados, o comportamento das mulheres proletárias durante a revolução foi soberbo. Sem elas, muito provavelmente não teríamos vencido. Essa é minha opinião. De que coragem deram provas, e que coragem mostram ainda hoje! Imaginai todos os sofrimentos e as privações que suportaram... Mas mantêm-se firmes, não se curvam, porque defendem os soviets, porque querem a liberdade e o comunismo”, analisou Vladimir Lênin, líder da Revolução Russa, em declaração feita para Clara Zetkin, liderança feminista do Partido Comunista que colaborou com a construção do Estado Soviético, descrita no livro *O Socialismo e A Emancipação da Mulher*.

Em menos de dez anos, conquistaram-se na Rússia mais passos em direção à emancipação das mulheres do que em 200 anos de luta das mulheres no mundo até então. Esses avanços foram possíveis porque a revolução transformou as bases materiais, econômicas e estruturais que mantinham a opressão da mulher como parte indissolúvel do processo de exploração. E, na época, as mulheres russas eram exploradas nas fábricas como mão de obra barata, não possuíam direitos trabalhistas, cumpriam jornada excessiva de trabalho, não tinham onde deixar os filhos e as filhas e depois retornavam para casa onde ainda cumpriam a jornada de afazeres domésticos.

A contextualização do cenário da época contribui para melhor compreender o momento no qual o antigo Império Czarista havia deixado a União Soviética em situação de extrema pobreza com os recursos financeiros destinados à manutenção das despesas da guerra. O investimento estrangeiro havia construído fábricas modernas nas grandes cidades, criando um proletariado capaz de promover a revolução em um país que era predominantemente camponês. Na maioria dos casos, os trabalhadores e as trabalhadoras revolucionários/as eram oriundos/as de famílias que haviam deixado o campo apenas uma ou duas gerações antes. A economia era essencialmente agrária.

Em 1917, a servidão tinha sido abolida apenas havia 50 anos e 85% da população eram formados por camponeses e camponesas que viviam num sistema de aldeias com uma hierarquia patriarcal rígida, sem a infraestrutura moderna mais rudimentar, sem eletricidade ou mesmo estradas pavimentadas. As mulheres rurais eram praticamente escravas e trabalhavam arduamente no campo para sustentar suas famílias, nas quais a opressão e a violência doméstica se faziam presentes. A população, em sua maioria, era analfabeta.

A Revolução trouxe uma série de mudanças fundamentais na situação da mulher soviética. A incorporação de uma parte das mulheres no mercado

de trabalho, sobretudo na indústria, foi importante para aumentar o nível de consciência da classe operária russa e fortalecer a luta contra a exploração. Uma das primeiras medidas adotadas pelo governo revolucionário foi o direito integral ao divórcio a partir do pedido de qualquer dos cônjuges, como já foi citado, impedindo que fosse forçado o convívio entre os casais sem laço afetivo e consentimento mútuo.

Ao criarem o programa de uma sociedade socialista, os bolcheviques foram os primeiros líderes mundiais da história a imprimirem o ideal de igualdade e liberdade para as mulheres como orientação principal das políticas públicas do governo. Dessa maneira, garantiram para as mulheres soviéticas a liberdade e igualdade civil perante os homens, apregoando a dissolução da família patriarcal para acabar com a opressão histórica sobre as mulheres.

Emancipação da Mulher

A libertação da mulher foi tratada como uma necessidade fundamental da Revolução Russa e uma condição para o seu triunfo. A Revolução teve por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração e a construção de uma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano. De acordo com Mirla Cisne Álvaro, é dentro deste contexto, analisado pela pesquisadora no livro *Feminismo e a consciência de classe no Brasil*, que surge a questão da emancipação da mulher na União Soviética naquele momento histórico.

Há uma estreita conexão entre a luta da classe trabalhadora e a melhoria da posição da mulher na sociedade. A emancipação da mulher está inseparavelmente ligada à luta pela causa dos/as trabalhadores/as no socialismo. O desenvolvimento do socialismo caminha com o processo de emancipação da mulher. Ela envolve as dimensões profundas da condição de se tornar humano, e o nível de transformação da sociedade é determinado pelo progresso da mulher diante da liberdade.

Abolir a propriedade privada e transformar a economia doméstica individual em uma economia doméstica socializada são premissas consideradas como indispensáveis para a emancipação da mulher – propósito que para ser atingido exige a transformação da cultura e dos valores, bem como a socialização dos meios de produção e uma legislação não discriminatória.

Mesmo com o refluxo da emancipação da mulher e do feminismo na década de 30 do século passado, a condição das mulheres na União Soviética já havia mudado. Em 1897, 55% das mulheres empregadas eram serviçais domésticas, enquanto em 1930 esse percentual era de apenas 2% (ou seja, no período de 33 anos – pouco mais de três décadas – 53% das mulheres deixaram de ser empregadas como serviçais domésticas). Nas eleições de 1934-



1935, foram eleitas 26,2% de mulheres como deputadas (na época somente 22 países no mundo garantiam o sufrágio universal), enquanto no Brasil, nas eleições de 2014 – 80 anos depois – foram eleitas 9,9% de deputadas federais. Em 1937, 41% das mulheres soviéticas estavam estudando nas instituições superiores de ensino.

Segundo a historiadora americana e professora da Carnegie Mellon University, Wendy Goldman, os ideais de emancipação da mulher e o amor livre que inspiraram o movimento feminista ocidental nas décadas de 1960 e 1970 já eram debatidos nos primeiros anos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, na década de 1920.

A política do governo bolchevique em defesa da mulher, igualando-a juridicamente ao homem e atendendo a reivindicações fundamentais pela sua emancipação, conquistou adeptas no mundo todo estimulando o movimento de mulheres de uma forma nunca vista antes – e que reverbera ainda nos dias atuais –, uma vez que era a expressão do desejo e interesse de milhares de mulheres que ingressavam, e continuam ingressando, em massa no mercado de trabalho; tornando-se politicamente a referência mundial consolidada da luta pelos direitos da mulher.

A Revolução Russa promoveu, ainda, o incentivo à promoção cultural, a proibição da discriminação sexual, numa época em que no Brasil o código civil considerava o homem como chefe de família e, somente na sua ausência, a mulher poderia tomar decisões de forma independente, o que vigorou, legalmente, até finais do século XX.

Os Códigos de Família da União Soviética de 1918, 1926 e 1936 são considerados pontos importantes da política estatal soviética para a questão da mulher. O Código de 1918, aqui já lembrado como o que constituiu a legislação mais progressista que o mundo já tinha visto até então, foi substituído pelo Código de 1926, que entrou em vigor mesmo em um período de intensa luta política entre governistas e correntes de oposição. Já o Código da Família de 1936, instituído no governo de Josef Stalin, buscava reconstituir a família, dificultar o divórcio e proibir o aborto (a proibição vigorou até 1955, mas não resultou na diminuição do número de abortos).

Neste período de 1917 a 1936, a visão soviética oficial sobre a família passou por uma completa inversão. Durante a revolução, a política soviética foi iniciada com o compromisso de promover a liberdade individual e a dissolução da família; mas esse período terminou refluindo para o fortalecimento da unidade familiar, limitação dos divórcios e com a adoção de medidas para garantir a responsabilidade em relação ao pagamento de pensões alimentícias. A política stalinista, no entanto, continuava motivando o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e promovendo a sua capacitação.

A descriminalização da homossexualidade masculina ocorrida nos primeiros anos da Revolução Russa, que sinalizava mudanças nos direitos criminal, de família e de propriedade, minando a regulação religiosa da sexualidade pelo regime czarista, voltou a ser criminalizada em 1934.

A incorporação das mulheres no mundo do trabalho: espaço público X trabalho doméstico

A contradição entre as demandas do trabalho formal e as necessidades da família era sentida de forma dura pelas mulheres que acumulavam as tarefas do trabalho doméstico. Apenas a título de exemplo, a máquina de lavar roupa – um dos primeiros equipamentos utilizados para a mecanização dos trabalhos domésticos – teve sua produção em grande escala iniciada em 1906, mas ainda hoje está distante de ser considerada popularizada, o que significa que, à época, o trabalho doméstico era essencialmente braçal.

À medida que aumentava a participação das mulheres no mercado de trabalho, cresciam os conflitos entre as demandas da produção econômica e as da reprodução – elas ainda eram consideradas as únicas responsáveis por criar os filhos e as filhas, cozinhar, limpar, costurar e cuidar da família. De acordo com a pesquisadora Wendy Goldman, a sobrecarga de responsabilidades no lar impedia que as mulheres ingressassem na vida pública (trabalho e política) em iguais condições com os homens. Como solução para o problema, ressalta, o governo socialista transferiu parte desse trabalho doméstico para a esfera pública e coletiva. As tarefas que eram assumidas individualmente por milhares de mulheres sem qualquer remuneração seriam assumidas por trabalhadores e trabalhadoras assalariados/as em refeitórios públicos, lavanderias e creches. Não existia a preocupação de compartilhar o trabalho doméstico entre os membros da família.

Assim, as mulheres poderiam buscar seu próprio desenvolvimento nas instituições de ensino e no mercado de trabalho, de maneira igualitária com os homens. Diante dessas circunstâncias, analisa a historiadora Wendy Goldman, o casamento deixaria de existir enquanto uma necessidade social. Homens e mulheres poderiam se unir e se separar como quisessem. A união livre poderia substituir paulatinamente o casamento. Os pais e as mães, independentemente de seu estado civil, tomariam conta de seus filhos e de suas filhas com a ajuda do Estado. A família não teria mais suas funções prévias e cederia lugar para que homens e mulheres, em condições de igualdade e autônomos, fossem livres para escolher seus parceiros e suas parceiras com critérios baseados no amor e respeito mútuos.



A divisão sexual do trabalho na família, as bases legais e a credibilidade econômica estavam sendo questionadas. Nos anos 1920, a ideia soviética de matrimônio consistia de uma relação entre pessoas em condições de igualdade, uma união de camaradas fundada no afeto mútuo e em interesses comuns. O entendimento era de que as mulheres precisavam participar da vida política e cultural para que suas relações com os homens fossem construídas em bases de compreensão e respeito mútuos.

A visão bolchevique baseava-se, segundo a pesquisadora Wendy Goldman, na união livre, na emancipação das mulheres por meio do trabalho assalariado, na socialização do trabalho doméstico e no definhamento da família. Essas ideias nasceram e foram defendidas por movimentos a favor de uma ordem social mais justa para todos e todas.

O direito ao aborto

No caso do aborto, o governo revolucionário garantiu o direito integral à sua realização, inclusive através da rede pública de saúde, gratuitamente, em todo o país, atendendo a uma das reivindicações mais importantes para as mulheres: o fim da gravidez indesejada – uma violência contra a mulher que poderia causar o abandono do trabalho, dos estudos, o reforço da exploração, além do embrutecimento proveniente do trabalho doméstico e da dependência do marido, no caso das mulheres casadas.

Havia escassez de contraceptivos em parte devido à falta de acesso a matérias-primas como a borracha – resultado direto do bloqueio imperialista contra a Rússia. A fome, a miséria e a ruína econômica que assolavam a população no período pós-guerra estimulavam a prática do aborto. O governo revolucionário tratou a questão como uma necessidade de saúde pública, pois acarretava sérios riscos de vida, uma vez que os antibióticos ainda não haviam sido descobertos (o primeiro antibiótico, a penicilina, foi descoberto pelo médico microbiologista escocês, Alexander Fleming, em 1928 – quase uma década após a Revolução Russa), faltavam anestésicos e a população não internalizara a cultura de hábitos e práticas básicas de higiene.

A lei exigia que os abortos fossem realizados em hospitais públicos, localizados nos centros urbanos, o que geograficamente também acabava priorizando o atendimento das mulheres trabalhadoras. No campo, os abortos continuaram sendo realizados de forma insegura, especialmente por parteiras, provocando danos à saúde por falta de assistência médica.

A historiadora Wendy Goldman, no livro *Mulher, Estado e Revolução: Política da Família Soviética e da vida Social*, ressalta que, apesar da ênfase tradicional camponesa nas famílias grandes soviéticas, mais de uma entre

quatro mulheres reconhecia ter feito um aborto legal ou ilegal, o que o tornava na prática, a segunda forma mais popular de controle da natalidade depois do coito interrompido. A análise foi baseada, segundo a pesquisadora, em uma pesquisa publicada sobre as mulheres camponesas das fazendas coletivas (kolkhoz), na região da cidade de Smolensk, localizada no Oeste da Rússia, às margens do Rio Dnieper.

De acordo com Wendy Goldman, a enorme demanda por abortos fez com que critérios de atendimento fossem estabelecidos nos hospitais. A prioridade era dada às mulheres com problemas de saúde, depois para as mulheres saudáveis com seguro social (zastrakhovannye). Funcionários/as administrativos/as e operários/as, bem como suas famílias, tinham cobertura; mas estudantes, artesões/ãs, profissionais liberais, camponeses/as e desempregados/as não registrados/as ficavam sem cobertura. Já as mulheres solteiras e desempregadas, que haviam sido registradas no Escritório do Trabalho, tinham prioridade; seguidas por mulheres solteiras com pelo menos um filho, mulheres empregadas e casadas com três filhos ou mais.

Os critérios, destaca a historiadora, foram formulados conforme a hierarquia baseada na posição de classe e vulnerabilidade social. As operárias tiveram a preferência sobre outros grupos sociais, e as solteiras e desempregadas possuíam a prioridade mais alta. O Estado privilegiava o trabalho assalariado e a necessidade social para acesso do atendimento ao aborto nos hospitais públicos.

“Uma vez que uma mulher obtinha a permissão para fazer um aborto, a operação em si era relativamente segura. As mulheres raramente morriam por abortos realizados em um hospital. Em Moscou, o aborto era mais seguro do que dar à luz: a probabilidade de uma mulher morrer de uma infecção pós-parto era entre 60 e 120 vezes maior do que após um aborto. Entre 15% e 30% das mulheres sofriam de complicações, potencialmente graves, como sangramento, inflamação, febre e um maior risco de ter um aborto espontâneo no futuro. Pobreza, desnutrição e falta de cuidados médicos resultavam geralmente em uma população feminina com problemas de saúde. Doenças sexualmente transmissíveis não diagnosticadas, infecções vaginais não tratadas e repetidos abortos legais e ilegais multiplicavam os riscos da operação”, afirma a historiadora completando que, a operação em si, embora segura, era dolorosa pelo fato de ser praticada sem anestesia, mas que durava entre cinco e dez minutos.

Em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo em 16 de agosto de 2016, a ativista Nadya Tolokonnikova, membro do grupo de punk rock feminista russo Pussy Riot, escreveu sobre o protesto promovido pela banda no outono de 2011 – 94 anos após a Revolução Russa – contra a possibilidade de a Rússia adotar uma nova lei antiaborto, que propunha tirá-lo da lista de

procedimentos médicos gratuitos fornecidos pelo Estado e proibi-lo caso não houvesse consentimento do marido, se a mulher fosse casada, ou dos pais, se ela fosse menor de idade.

A proposta da lei antiaborto surgiu depois de o chefe da Igreja Ortodoxa Russa ter se pronunciado na Duma (Assembleia Federal da Rússia) alegando que as restrições ao aborto ajudariam a aumentar a taxa de natalidade no país. De acordo com Tolokonnikova, uma pesquisa publicada no site russo Meduza, informou que no período de 1990 a 1999, o número de abortos na Rússia caiu 1,8%, enquanto o número de nascimentos caiu 1,6%. “Perdas demográficas aconteceram no começo dos anos 30, mesmo após a proibição do aborto por Stálin na União Soviética, que durou de 1936 a 1955. A lei quase não teve efeito na taxa de natalidade: em 1937 registrou-se um salto de 10% nos nascimentos, mas logo a taxa voltou a cair, enquanto a mortalidade materna subia dramaticamente”, ressalta a ativista, afirmando que iniciativas antiaborto provavelmente não proporcionarão uma taxa de natalidade mais alta para a Rússia e, com certeza, estão em harmonia com os valores conservadores do atual presidente da Rússia Vladimir Putin.

De acordo com Nadya Tolokonnikova, o aborto continua legal na Rússia, mas estão em ascensão, na atualidade, forças antiaborto e que também são contra a mulher ter o direito de escolha sobre os métodos contraceptivos. Ou seja, há quase um século a União Soviética promoveu um avanço em relação ao aborto que muitos países ainda não conquistaram em 2016 – como, por exemplo, o Brasil. Agora, a onda conservadora também tenta promover retrocessos nesse campo por lá.

A Educação

Lênin foi o primeiro revolucionário socialista a assumir o controle de um governo e, confiante no poder da educação como elemento importante e indispensável para a transformação social, colocou as ideias socialistas em prática na educação. Sob sua orientação, a educação e a criação das crianças (assim como todo o trabalho doméstico), conforme explica a pesquisadora Elisa Mainardi, no artigo *Educação na Rússia Leninista: (1917-1924) – Dilemas e Perspectivas que Influenciaram a Pedagogia*, publicado no Portal da Anped Sul (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação da Região Sul), foram socializadas para possibilitar a libertação da mulher e tornar a educação das futuras gerações como responsabilidade do Estado. O que estava em pauta era a formação de homens e mulheres que se entendessem como células integrantes de uma coletividade internacional constituída pela classe operária na luta por construir um novo regime social.

“Em 1918, por causa do grande índice de pessoas analfabetas e da grande falta de professores e professoras, Vladimir Lênin decreta uma mobilização cultural e convoca os cidadãos e as cidadãs cultos/as a instruírem a população. Ele acreditava profundamente que a educação deveria desempenhar um papel maior no processo de construção de uma nova sociedade, pela qual estava lutando”, afirma a pesquisadora no referido artigo.

Elisa Mainardi ressalta ainda que a educação foi importante e indispensável especialmente no contexto da Rússia encontrado por Lênin, em 1917, quando mais de 80% da população eram analfabetos. Na análise dela, a Revolução Russa não abalou o mundo somente pela instauração de um novo governo com participação popular, mas também pelas ideias inovadoras e propulsoras do desenvolvimento das ciências, dentre as quais a pedagogia, construída pela ação-reflexão-ação.

Logo após a Revolução Bolchevique de outubro de 1917, a educadora e líder bolchevique, Nadezhda Krupskaya, foi nomeada Comissária da Educação (cargo equivalente ao de ministra da Educação). De acordo com o historiador José Levino, no artigo *Krupskaya, Educadora e Líder Bolchevique*, publicado pelo jornal *A Verdade*, ela desenvolveu em sua gestão a “adequação do ensino à nova sociedade”, dentro dos princípios de eliminar o caráter de classe da escola; tornando-a acessível a todos os setores da população para educar pessoas integralmente, no sentido de formá-las com uma visão de mundo capaz de compreender o que ocorre na natureza e na vida social; sendo preparadas na teoria e prática para o trabalho, tanto manual como intelectual.

“Vinte e três anos depois, a Rússia tornou-se a terceira potência econômica mundial e trinta e dois anos após a revolução (1949), erradicou quase que por completo o analfabetismo. Nesse mesmo período, formaram-se, anualmente, seis milhões de profissionais em nível superior”, ressalta a pesquisadora Elisa Mainardi. Na década de 1950, a Rússia enviou o primeiro satélite para fora da órbita terrestre, o Sputnik, e, logo em seguida, o primeiro homem para o espaço – o cosmonauta Yuri Gagarin em 12 de abril de 1961. A primeira mulher a chegar ao espaço foi a cosmonauta russa, Valentina Tereshkova, que fez história abrindo caminho para outras mulheres, sendo selecionada entre mais de 400 candidatas/as para a missão Vostok 6, em 16 de junho de 1963, somente dois anos depois de Gagarin.

Transformada em heroína nacional após o sucesso de sua missão, Valentina Tereshkova condecorada por líderes soviéticos e estrangeiros de várias gerações, nos anos seguintes torna-se liderança política na União Soviética. Em 1969, ela formou-se em engenharia na Academia Militar da Força Aérea de Zhukovsky. Após sua formatura, retirou-se oficialmente do programa



espacial para entrar na política e recebeu uma comissão honorária da Força Aérea Russa, retirando-se com a patente de major-general. Também foi presidente do comitê das mulheres soviéticas e tornou-se membro do Soviete Supremo, o parlamento da URSS, e do Presidium, um grupo especial dentro do governo soviético, tendo sido proeminente na política no período de 1966 a 1991, representando a União Soviética na Conferência das Nações Unidas para o Ano Internacional da Mulher na Cidade do México em 1975. Em 2011, foi eleita deputada pelo partido Rússia Unida.

A segunda mulher a ir ao espaço foi Svetlana Savitskaya, em 19 de agosto de 1982, 19 anos após sua compatriota e pioneira Valentina Tereshkova, e foi a primeira mulher a realizar uma caminhada espacial. Svetlana cursou o Instituto Federal de Aviação de Moscou, foi piloto de jatos e de testes, quebrou dezessete recordes mundiais de velocidade em jatos e chegou a receber duas condecorações como “Heroína da União soviética” em decorrência de seus voos espaciais. Também teve participação na política, sendo eleita para a Duma, o parlamento soviético, em 1989 e reeleita em 1999-2003-2007, como representante do Partido Comunista da Federação Russa.

Sufrágio Feminino

Uma das maiores vitórias femininas ao longo dos tempos foi o direito ao voto. A Rússia revolucionária foi o primeiro grande país europeu a instituir esse direito. O segundo foi a Alemanha, após a revolução operária de 1918. A França e a Itália só viriam a instituir o sufrágio universal feminino em 1945, e a Suíça em 1971. A vanguarda e o pioneirismo em relação ao sufrágio feminino foram da Nova Zelândia que o instituiu em 1893.

Em 1913, quando a Rússia ainda encontrava-se sob o regime czarista, foi realizada a Primeira Jornada Internacional das Trabalhadoras pelo Sufrágio Feminino. As operárias e militantes socialistas russas que participaram do Dia Internacional das Mulheres em Petrogrado foram reprimidas e, em 1914, como já foi dito, as principais organizadoras da Jornada ou do Dia Internacional das Mulheres na Rússia estavam presas, o que tornou impossível uma comemoração com manifestação pública. As lutas para que as mulheres conquistassem os direitos políticos foram muitas, e constituem condição necessária para a existência da democracia em qualquer país.

Zhenotdel / Organizações específicas

Zhenotdel era o Departamento de Mulheres Trabalhadoras e Mulheres Camponesas do Partido Bolchevique, criado em 1919 com o objetivo de me-

lhorar as condições materiais das mulheres e de ampliar a participação política delas. De acordo com a pesquisadora Thaiz Carvalho Senna, no artigo apresentado no XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio (Associação Nacional de História – Seção Rio), não se tratava de um “partido à parte” ou uma oposição partidária, mas de uma seção própria das mulheres para que elas mesmas pudessem construir de forma autônoma a liberdade, traçando suas próprias políticas de atuação. Já em 1910, o Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, por proposta de Clara Zétkin, aprova a instituição do 8 de março como Dia Internacional da Mulher.

O Primeiro Congresso Nacional das Mulheres Trabalhadoras e Camponesas na URSS foi organizado em novembro de 1918, na cidade de Moscou, pelas lideranças feministas e militantes Alexandra Kollontai, Inessa Armand, Nadezhda Krupskaya, Konkordia Samoilova, Klavdia Nikolayeva e Zlata Lilina. Pelo fato de ter sido organizado em pouco tempo e com divulgação precária, a estimativa era a de que teria aproximadamente 300 delegadas. A previsão foi superada com a presença de 1.147 delegadas na abertura do congresso, em 16 de novembro (em 1922 o número subiu para 95 mil pessoas, e em 1926-1927 aumentou para 620 mil delegadas).

No congresso, a pauta incluiu os problemas de mulheres trabalhadoras na União Soviética naquele período: a família; o papel das mulheres na revolução internacional; os problemas de organização; a luta contra a prostituição; a luta contra o trabalho infantil e a questão da habitação. A partir das discussões, que englobaram ainda a experiência de trabalho com mulheres, do Partido Social Democrata Alemão, as delegadas aprovaram a proposta de Inessa Armand e Konkordiia Samoilova, de criar um comitê no partido para organizar entre as mulheres mais ativas do partido grupos especiais para a propaganda e agitação entre as mulheres, a fim de colocar a ideia do comunismo em prática. Dessa forma, foi criado um comitê central de mulheres, que um ano depois viria a se tornar o Departamento de Mulheres Trabalhadoras e Mulheres Camponesas, o Zhenotdel.

De acordo com o artigo *La Revolución Rusa y la emancipación de la mujer*, publicado no site da Liga Comunista Internacional (Quarta-Internacionalista), o objetivo do Zhenotdel era instruir as mulheres soviéticas que não eram do partido para que soubessem usar seus direitos recém-conquistados, aprofundando a sua consciência como ser político que pudesse cooperar para a construção do Estado operário. Houve cinco mulheres que lideraram a seção em seus anos de existência: Inessa Armand (1918-1920), diretora do Zhenotdel até sua morte; Alexandra Kollontai (1920-1922); Sofia Smidovich (1922-1924); Klavdiia Nikolaeva (1924-1925), Alexandra Artuijina (1925-1930).



Em 1930, o comitê central anuncia uma reorganização geral e a liquidação do Zhenotdel. Com a medida, o trabalho das mulheres foi transferido para as seções do comitê central. O governo Stálin justificou o fim do Zhenotdel argumentado que a questão histórica da mulher já havia sido resolvida e, portanto, não havia mais a necessidade de uma seção exclusiva para tratar dela. Assim, o trabalho das mulheres de passar as vozes e as necessidades da grande massa de mulheres da União Soviética para o partido, para que fossem formuladas políticas e soluções, junto com o coletivo de mulheres, se inverte: após a dissolução do Zhenotdel ocorre apenas a pura transmissão das vontades do partido para as mulheres soviéticas.

O número de mulheres membros do Partido Comunista também havia crescido de 40 mil, em 1922, para 500 mil em outubro de 1932.

A construção de um mundo com equidade de gênero

O despertar das mulheres na Revolução de Outubro de 1917 – que completa o centenário neste ano – marcou a história da humanidade e a influência até os dias atuais. A experiência soviética demonstra que a libertação e a emancipação das mulheres são fundamentais na construção de um mundo socialmente justo, democrático, menos desigual e com mais equidade de gênero. O exemplo de organização política e desejo de transformação social das lideranças que promoveram a Revolução Russa constituem importantes referenciais de luta neste momento histórico no qual forças ideológicas conservadoras e fundamentalistas se abatem sobre o mundo. Que as boas sementes da revolução germinem, floresçam e frutifiquem sempre para as mulheres!

|| **LUCIA RINCÓN** é coordenadora nacional da União Brasileira de Mulheres (UBM).
|| Professora doutora da PUC/Goias.

BIBLIOGRAFIA

BUONICORE, Augusto César. As Mulheres e a Luta Socialista. In: MACIEL, Davi; MAIA, Cláudio; LEMOS, Antonio Henrique (org.). *Revolução Russa: Processos, personagens e influências*. Goiânia: Centro Popular de Estudos Contemporâneos (CE-PEC), vol. 1, 2007.

CISNE, Mirla. *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução: Política da Família Soviética e da Vida Social*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo/ Iskra, 2014.

JESUS, Diego Santos Vieira. *O camarada de um amor sem nome: medo e desejo na união soviética (1917-1934)*. In: Revista de História Comparada, Rio de Janeiro: UFRJ, 4-1: 2012, p. 70-92.

MAINARDI, Elisa. *Educação na Rússia Leninista: (1917-1924). Dilemas e Perspectivas que Influenciaram a Pedagogia*. In: Anped Sul, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Seção Sul. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2002/Educacao,_Historia_e_Filosofia/Trabalho/11_51_22_t358.pdf>. Acesso em 18-11-2016.

SENNA, Thaiz Carvalho. *Zhenotdel – A Seção de Mulheres do Partido Bolchevique Soviético*. XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio (Associação Nacional de História – Seção Rio).

SOARES, Aline Monge dos Santos. *Discussões sobre políticas para mulher e família na Rússia Revolucionária*. Dissertação(mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2012, 99 p. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96355>>.

SPARTACIST, n. 34. *La revolución rusa y la emancipación de la mujer*. Edição em espanhol, 2006. Disponível em <<http://www.icl-fi.org/espanol/spe/34/rusa.html>>.

SITES PESQUISADOS:

<http://astropolitica.blogs.sapo.pt/mulheres-no-espaco-svetlana-202323>

<https://dinamicaglobal.wordpress.com/historica/valentina-tereshkova-a-primeira-mulher-no-espaco/>

<http://www.esquerda.net/dossier/mulheres-militantes-na-revolucao-de-outubro/17398>

<http://www1.folha.uol.com.br/vice/2015/08/1671159-a-coluna-do-pussy-riot-a-luta-pelo-direito-ao-aborto-na-russia.shtml>

<https://lavrapalavra.com/2016/02/26/nadezhda-krupskaya-a-emancipacao-da-mulher-segundo-lenin/>

<http://averdade.org.br/2015/03/krupskaia-educadora-e-lider-bolchevique/>

<http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/cinco-coisas-que-nunca-agradecemos-a-uniao-sovietica/>

<http://www.grabois.org.br/portal/especiais/152239-44658/2010-03-07/eman-cipacao-das-mulheres-uma-luta-socialista>



ALEXANDRA KOLLONTAI – OS AVANÇOS E OS LIMITES DA LUTA DAS MULHERES NA RÚSSIA REVOLUCIONÁRIA

Ana Maria Prestes Rabelo

Alexandra Kollontai foi uma mulher avançada para sua época, e essencialmente apaixonada pela causa socialista (1). Em suas próprias palavras, sua vida estava centrada no “movimento revolucionário russo e no movimento operário de todo o mundo” (2). Sua contribuição fundamental para determinadas características do período de transição provocado pela Revolução Russa de 1917, no entanto, teve um componente essencial, que foi a centralidade da condição feminina no contexto da mudança revolucionária. Kollontai alertava que a transformação do regime econômico para o socialismo não implicaria, automaticamente, o fim da opressão à mulher. Junto com a mulher estaria também aprisionado o verdadeiro amor entre homens e mulheres, aquele que é isento da finalidade econômica e do sentimento de propriedade do homem em relação à mulher. Ela analisou a opressão da mulher inerente ao capitalismo e apontou que, apesar de não ser automático, somente o socialismo poderia trazer uma plena emancipação da mulher, pois, somente no socialismo seria possível destruir as bases da estrutura familiar burguesa que aprisiona a mulher.

Kollontai se sobressaiu como um dos expoentes do pensamento feminista marxista, ao lado de outras lideranças intelectuais como Clara Zetkin, August Bebel e Rosa Luxemburgo. No cerne de suas preocupações estava o fato de que não é possível desvincular a questão da mulher dos aspectos econômicos de uma sociedade. Sua grande contribuição foi demonstrar como o capitalismo, enquanto sistema econômico, vale-se da opressão da mulher e que somente com sua superação poderá ser libertada. A libertação da mulher, segundo Kollontai, não se daria com o mero estabelecimento de igualdade de direitos entre homens e mulheres, como defendiam as sufragistas burguesas, mas somente a transformação das bases econômicas poderia eliminar a opressão suportada pelas mulheres (3).



Quem foi Alexandra Kollontai

Filha de uma abastada família latifundiária russa, de mãe camponesa nascida na Finlândia e pai general russo, Alexandra nasceu em 31 de março de 1872, em São Petersburgo. Seu nome ao nascer era Alexandra Mikhaylovna Domontovitch. O sobrenome Kollontai ela só adquiriria mais tarde, ao se casar. Impedida pelos pais de ir à escola primária, foi educada em casa por preceptoras. Mais tarde conseguiu se formar e receber o título de professora, aos 16 anos, no ano de 1888. Em 1893 casou-se pela primeira vez, tendo então 21 anos de idade, com um primo engenheiro, chamado Vladimir Kollontai. Do casamento nasceu o filho Mikhail, ou Misha, como os russos chamam no diminutivo.

Casada e com um bebê nos braços, Kollontai iniciou em 1894 seu trabalho como professora em classes de trabalhadores de São Petersburgo. Em 1895 ela teve seu primeiro contato com a literatura feminista marxista, ao ler *Mulher e Socialismo* de August Bebel. A obra teve grande influência sobre seu pensamento e seu engajamento na política e na luta pela libertação das mulheres. Corriam os anos de florescimento do marxismo na Rússia, a luta pelo socialismo crescia, mas, segundo Kollontai em sua autobiografia, era também um tempo de descobertas pessoais para ela, por exemplo, das impossibilidades e restrições impostas às mulheres revolucionárias diante do seu aprisionamento às atividades domésticas e de cuidados com os filhos.

Nas suas palavras,

A felicidade de meu casamento durou apenas três anos. Tive um filho. Porém, ainda que eu mesma tenha educado meu filho com grande empenho, a maternidade não foi nunca o ponto central da minha existência. Um filho não conseguiu tornar indissolúvel [sic] meus laços matrimoniais. Eu continuava amando meu marido, mas a dita existência de dona de casa e esposa se converteu em uma espécie de jaula. (KOLLONTAI, A. *Autobiografia de uma mulher emancipada*).

Em 1896, ainda casada, Kollontai visitou uma grande fábrica de tecidos onde seu marido, que era engenheiro, estava instalando um sistema de ventilação. Foi uma visita muito marcante para ela e sua conexão com as operárias têxteis de São Petersburgo permaneceria até o fim de sua carreira política. Nesta fábrica trabalhavam doze mil operários, entre homens e mulheres, de forma desumana. A cena chocou profundamente a jovem professora. Seu marido, por sua vez, segundo ela, interpretou suas inclinações pró-operariado como teimosia pessoal, como “algo dirigido contra ele”.

Mãe divorciada e socialista, Kollontai parte para sua missão revolucionária

Separada e convicta de sua adesão ao marxismo, Kollontai seguiu para Zurique, na Suíça, para estudar economia política com Heinrich Herkner. Na universidade, ela teve contato com as obras de Kautsky e Rosa Luxemburgo, ambos teóricos marxistas alemães. Durante o curso, se tornou crítica de Herkner e passou a contestar suas visões “revisionistas”. Engajou-se também nos debates que se davam no interior da II Internacional entre Kautsky, Luxemburgo e Bernstein, aderindo à defesa das posições de Kautsky e Luxemburgo. Suas formulações mais críticas eram contra as posições de Bernstein.

A grosso modo, a polêmica entre Bernstein, Luxemburgo e Kautsky, no interior do Partido Social-Democrata Alemão (PSDA) e que reverberou na II Internacional, tratava da contraposição de visões sobre política de alianças, incorporação de outras classes no partido e democracia burguesa. Bernstein se permitia ponderar sobre as possibilidades de reformar o capitalismo para atingir os objetivos da classe operária. Já Kautsky e Luxemburgo – marxistas mais ortodoxos, cada um com seu viés intelectual e militante, mais ao centro ou à esquerda –, defendiam o enfrentamento ao capitalismo e a busca revolucionária do socialismo. Kollontai se aliou intelectualmente aos últimos.

Seguindo seus estudos sobre economia política, e já filiada ao Partido Social-Democrata Operário Russo (PSDOR), Kollontai se dedicou à investigação da estrutura social e econômica da Finlândia, pátria de sua mãe. Em 1903, publicou um grande trabalho científico sobre a vida e as condições de trabalho do proletariado finlandês: *Vida dos operários finlandeses*. Mais tarde, ela escreveria muitos textos e comentários, em livros e revistas, sobre a “questão finlandesa”. Também auxiliaria os representantes do PSDOR na Duma (parlamento russo nos tempos do czarismo) quando tratavam de questões relacionadas à Finlândia. Seu envolvimento com o movimento de libertação da Finlândia e a organização do Primeiro Clube de Mulheres Trabalhadoras a levaria, em 1908, ao exílio, após decreto de sua prisão por “incitação ao levante armado contra a Duma”. Ela ficaria fora da Rússia até 1917.

Nas suas palavras,

Tive que desaparecer imediatamente, e nunca mais voltei a ver minha casa. Meu filho foi acolhido por uns bons amigos e meus móveis foram liquidados. Fiquei “à margem da lei”. (KOLLONTAI, A. *Autobiografia de uma mulher emancipada*).



Outro momento, desses derradeiros anos da Rússia czarista, que marcaria profundamente Kollontai foi o então cunhado “Domingo Sangrento”, em 22 de janeiro de 1905. Ela assistiu ao massacre de operários nas ruas de São Petersburgo pelo exército czarista. O massacre foi a resposta a uma crescente onda de protestos que se deu no país entre os anos 1904 e 1905. Liderados por Gapon, que os czaristas chamavam de “espécie de padre socialista”, cerca de 120 mil operários resolveram marchar até o Palácio de Inverno do Czar para lhe entregar uma carta de reivindicações.

Durante o percurso, em que os símbolos empunhados eram variados e iam de cruzeiros à bandeira nacional, e embalados por cânticos de “Deus salve o Czar”, não houve um único confronto com as tropas repressoras. As pessoas, ávidas por ver o Czar na varanda do palácio, não previam a tragédia. No entanto, os soldados, comandados pelo irmão do Czar que o substituíra por este estar fora de São Petersburgo, abriram fogo e as balas atingiram homens, mulheres e crianças. Esse dia, o “Domingo Sangrento”, foi um ponto de virada na história da Rússia. Não demorou para as pessoas concluírem que o czarismo estava por um fio.

Kollontai enfrenta os “homens do partido” ao se dedicar aos “assuntos de mulheres”

Entre 1905 e 1908, antes de ser exilada, Kollontai se empenhou no trabalho de organização das trabalhadoras russas. Já reconhecida dentro do partido, ela tentava fazer com que o movimento operário assumisse as questões relativas à pauta dos direitos das mulheres como objetivos integrantes do programa do partido. Segundo a pesquisadora Ana Isabel Alvarez Gonzáles, que escreveu *As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres*, os “homens do partido” reagiram e descartaram em princípio as ideias de Kollontai, pois “viam nisso o perigo divisor do feminismo, que levaria as trabalhadoras a se unirem às burguesas, esquecendo seus interesses de classe”. De todo modo, havia homens de partido, como Lênin, por exemplo, atentos às reivindicações das mulheres e, mais tarde, várias dessas ideias seriam incorporadas e Kollontai se tornaria um grande referencial na organização.

As resistências sofridas dentro do partido não intimidaram seu trabalho e ela continuou atuando e produzindo. Em 1907 participou da abertura do Primeiro Clube de Mulheres Trabalhadoras, que se dedicou a organizar um levante armado contra a Duma, fazendo com que Kollontai fosse processada e tivesse prisão decretada. A situação provocou seu exílio da Rússia, como visto anteriormente. Participou também, no mesmo ano, da I Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, organizada por Clara Zetkin, em Stut-

tgart, como integrante da delegação russa. Na época, ainda escreveu, entre outros textos e materiais, *Fundamentos sociais da questão feminina* (1907).

A preocupação central de seus textos feministas da época era a diferença de perspectivas entre as feministas burguesas e proletárias. Segundo Kollontai, não se poderia perder de vista o fato de que as lutadoras pelos direitos das mulheres tinham posição de classe. Portanto, seria impraticável para as feministas burguesas lutar pela transformação fundamental da estrutura econômica e social capitalista, sem a qual a libertação das mulheres não poderia ser concluída (5). Na esteira dessas reflexões, surgiram também os apontamentos do papel do modelo familiar burguês, no âmbito do capitalismo, para perpetuar a opressão da mulher.

Nas suas palavras,

Para se tornar verdadeiramente livre, a mulher deve desatar as correntes que a atam à forma atual, antiquada e opressiva da família. Para as mulheres, a solução para o problema familiar não é menos importante do que a conquista da igualdade política e o estabelecimento da independência econômica completa. (KOLLONTAI, A. *Os fundamentos sociais da questão feminina*, 1907).

As inquietações de Kollontai quanto à opressão da mulher no interior da família nuclear burguesa e do casamento monogâmico foram fundamentais para suas posteriores formulações de políticas públicas, enquanto membro do governo revolucionário russo. A coletivização das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças, como atribuição do Estado social, só poderia surgir da mente de alguém que fazia essa leitura das entranhas do patriarcado capitalista. Esse é o principal diferencial dessa líder comunista, que identificava a impossibilidade de se chegar à igualdade de direitos entre homens e mulheres apenas com a luta por emancipação política, avanço na carreira acadêmica, equidade salarial e de oportunidades de trabalho. Era preciso revolucionar a vida privada.

O exílio e a conquista do mundo

Ao precisar se exilar, perseguida pela polícia czarista, Kollontai se refugiou na Alemanha, onde se filiou ao PSDA. De 1908 a 1917, ela passaria por países como Alemanha, Inglaterra, França, Suécia, Noruega, Dinamarca, Suíça, Bélgica e Estados Unidos (onde visitou cerca de 80 cidades). Durante esse período, seu engajamento se deu principalmente contra a Primeira Guerra Mundial, sem perder de foco a luta pelos direitos das mulheres.



Segundo Alvarez González,

Kollontai foi a mais ativa propagandista na Rússia contra a Primeira Guerra Mundial, acontecimento que a levou ao bolchevismo, resultado da desilusão que sofreu com o apoio dado pelos mencheviques e por toda a socialdemocracia europeia à guerra (5).

Em 1914, ela organizou uma campanha antiguerra na Alemanha e na Áustria, chegando a ser presa em decorrência dessa movimentação. Uma vez solta, mudou-se para a Escandinávia e estabeleceu contato com V. I. Lênin, que estava exilado na Suíça. Dali nasceria uma longa e profícua amizade e camaradagem. A pedido de Lênin, ela escreveu o panfleto *Quem necessita da guerra*, em 1915, dirigido aos soldados que estavam nas frentes de batalhas e traduzido em diversas línguas. No texto ela diz: “meu inimigo está no interior do meu país e é o mesmo de todos os trabalhadores do mundo. O inimigo é o capitalismo...”.

Nesse mesmo período, que vai de 1914 à Revolução de Outubro de 1917, além da pauta antiguerra, Kollontai reafirmou sua oposição ao movimento feminista burguês e teve influência na criação do 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher. Por trás da comemoração da data, estava o embate entre as feministas burguesas e operárias, em que as primeiras se atinham à luta pelo sufrágio da mulher e as segundas focavam nas questões sociais inerentes à situação de desigualdade de gênero. Se, por um lado, a luta das feministas burguesas, ou “sufragettes”, era para adquirir as mesmas vantagens, poder e direitos, no âmbito do capitalismo, de seus maridos, pais e irmãos, por outro, as mulheres trabalhadoras pretendiam abolir os privilégios derivados dos berços de ouro e riquezas estabelecidas. Segundo Kollontai, para a trabalhadora era indiferente se o chefe era um homem ou uma mulher. Essas trabalhadoras buscavam direitos para homens e mulheres, sem esquecer que também eram mães e, como tal, demandavam atenção especial para suas crianças e o exercício da maternidade. E foi na toada desse debate que se constituiu um campo próprio da luta das mulheres no então jovem século XX.

Tudo muda no ano revolucionário de 1917

Às vésperas de 1917, a Rússia era um país devastado pela guerra contra a Alemanha. Ao partir pessoalmente para o comando das tropas, em um quartel-general a centenas de quilômetros da sede do governo, o czar deixou descoberta a condução do Estado russo. À medida que a guerra avançava,

demonstrava-se correta a avaliação de Lênin de que, além da paz, a preocupação predominante do povo russo era com a falta do pão. A fome e a angústia extremas criaram as condições favoráveis para a revolução. Os coros de protestos nas ruas eram entoados principalmente por mulheres. “Queremos pão!”, gritavam elas. Ficou famoso um telegrama enviado pelo czar ao general Khabalov, governador militar de Petrogrado:

“Ordeno que as desordens na capital, intoleráveis nesses tempos de guerra, estejam terminadas amanhã. Nicolau” (6).

Enquanto o czar se iludia com a reversibilidade da crise interna de seu enorme país, a revolução avançava a passos largos. O ano de 1917 traria acontecimentos que marcariam para sempre a história da humanidade. Ainda exilada na Noruega, Kollontai regressou à Rússia tão logo soube da abdicação do czar, em março de 1917. Em abril ela já estaria integrada ao Soviete de São Petersburgo, no qual era a única mulher. Mesmo nas novas circunstâncias, ela continuou sendo perseguida e o governo provisório de Kerenski a manteve presa entre abril e setembro de 1917. Sua prisão durou até a véspera da Revolução de Outubro desse ano revolucionário. Nessa mesma época ela passou a ser membro do Comitê Central do Partido Comunista, sendo uma das que se posicionou favoravelmente ao levante armado.

Na sequência da Revolução de Outubro, em novembro de 1917 foi nomeada Comissária do Povo do Bem-Estar Social. Alexandra Kollontai foi a primeira mulher na História a ocupar um cargo equivalente ao de ministro dentro do primeiro escalão de um governo estatal. Apesar de ter durado pouco tempo no cargo, devido às sabotagens e pressões que sofreu, ela conseguiu estabelecer políticas públicas e aprovar legislações que beneficiaram a vida de pobres, menores abandonados, doentes inválidos da guerra, mulheres jovens e em estado de vulnerabilidade social. Tudo isso sem perder seu principal foco do período pré-revolucionário: as mulheres. Por isso, foi atacada:

Meus esforços para socializar a proteção à maternidade e aos recém-nascidos foram motivo de novos e disparatados ataques contra a minha pessoa. Contavam todo tipo de mentira sobre a “nacionalização das mulheres”, sobre meus projetos de lei que objetivavam transformar as meninas de 12 anos em mães etc. (KOLLONTAI, A. Autobiografia de uma mulher emancipada).

Na primeira década revolucionária, Kollontai ainda se casaria com um jovem revolucionário, Pavel Dybenko, com quem ficaria poucos anos, e

mais tarde se uniria a Schliapnikov, junto a quem formaria a facção *Oposição Operária* dentro do Comitê Central do Partido Comunista. Nesse período, ela ainda assumiria a direção do departamento de mulheres do partido e o secretariado da Internacional de Mulheres da Internacional Comunista (III Internacional).

A persistência de Kollontai na defesa das mulheres produziu uma revolução feminina na Rússia de então. Entre algumas das conquistas, destacam-se a liberação do aborto, a abolição do casamento religioso, o direito ao divórcio, a liberação da obrigação da mulher adotar o nome do marido. Isso tudo em menos de um ano de mandato como Comissária do Povo, tendo renunciado sob pressões em 1918. Na época, Kollontai refletia que mesmo tendo conseguido legalmente seus direitos, as mulheres continuariam em desigualdade caso continuassem a ser oprimidas na vida familiar, escravizadas pelos afazeres do lar e das tarefas da maternidade.

Desta reflexão nasceu a principal contribuição de Kollontai para a teoria feminista apoiada no marxismo e na prática revolucionária. Ela concluiu que somente com a transformação das tarefas domésticas, e da maternidade, em funções sociais seria possível almejar a igualdade de direitos para a mulher. Somente assim o Estado se responsabilizaria com a proteção e o amparo às mulheres. A mulher precisaria ser vista como elemento produtivo na economia nacional e como cidadã com direitos sociais e políticos. Infelizmente, os avanços para a igualdade entre os gêneros que poderia advir desta concepção esbarraram nos limites objetivos do posterior governo soviético, nas circunstâncias da guerra e na falta de convicção partidária.

Nos anos 1930, quando o processo revolucionário já havia se expandido para o complexo soviético e estava sob o comando de Stalin, presenciou-se um sistemático retrocesso dos direitos até então adquiridos pelas mulheres. O Código da Família, de 1936, por exemplo, baniou o aborto, a gratificação pelo exercício da maternidade e dificultou o divórcio. Nos anos 1940, formulou-se ainda um Novo Código que tornava o divórcio quase impossível, não se reconhecia as uniões não registradas, não se reconhecia os direitos das crianças nascidas fora do casamento. A primeira obrigação da mulher voltava a ser a família, e a reprodução a sua função primordial. Nesta época, as mulheres praticamente desapareceram da política.

O retrocesso não se delimitou somente aos direitos individuais e da vida privada das mulheres, mas foi também social. O foco na guerra e na industrialização, do período stalinista, fez com que o processo de socialização dos afazeres domésticos (restaurantes públicos, creches, lavanderias públicas) recuasse e o trabalho voltasse às mãos das mulheres. Portanto, além de não se libertarem da opressão suportada no âmbito do casamento, as mulheres

tiveram sua situação agravada com o acúmulo do trabalho fora de casa e das tarefas domésticas, contrariando as aspirações de Kollontai. Não é difícil supor que, diante desse cenário de retrocesso, dos anos 1930 até sua morte, Kollontai já não tenha participado dos debates no interior do partido. Sua participação ficou restrita a uma carreira diplomática que durou até 1945, quando então retornou à Rússia para falecer sem glórias ou honrarias que homenageassem sua trajetória.

As críticas e os questionamentos de Kollontai no interior do partido e do processo revolucionário fizeram com que lhe fossem sistematicamente delegadas tarefas fora do país. O fato fez com que, ao representar a União Soviética no exterior, ela passasse a ser a primeira mulher da História a ser embaixadora de seu país. Sua carreira diplomática teve início com um posto na Noruega (1922-1925) e prosseguiu no México (1926-1927), novamente na Noruega (1927-1930) e por fim na Suécia (1930-1945), de onde retornou para Moscou. Kollontai morreu aos 80 anos, no dia 9 de março de 1952. Mesmo limitada em suas ações e podada na batalha por suas ideias, deixou um legado que mais tarde beneficiou não somente as mulheres soviéticas, como também as mulheres de todo o mundo.

ANA MARIA PRESTES RABELO é cientista social, mestre e doutora em ciência política. Autora do livro infanto-juvenil *Mirela e o Dia Internacional da Mulher*, trabalha como assessora política na Câmara dos Deputados e é membro do Comitê Central do PCdoB.

NOTAS

(1) KOLLONTAI, A. *Autobiografia de uma mulher emancipada*. Tradução de Elizabeth Marie, São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

(2) Ibid.

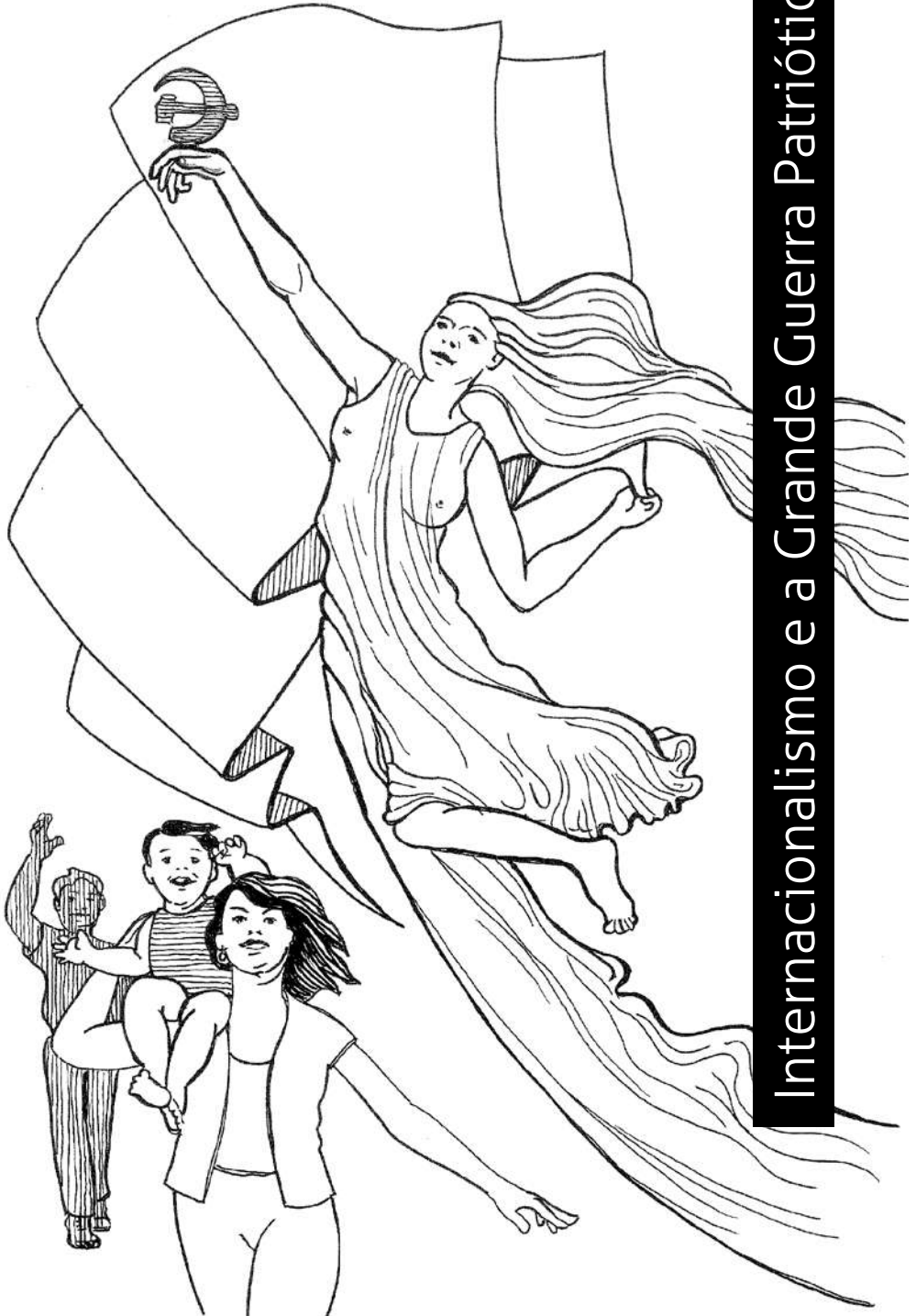
(3) LOUREIRO DA CRUZ, P. *Alexandra Kollontai, feminismo e socialismo – uma abordagem crítica do Direito*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2012.

(4) KOLLONTAI, A. *Os fundamentos sociais da questão feminina*. 1907.

(5) ALVARÉZ GONZÁLEZ, Ana Isabel. *As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

(6) MASSIE, Robert. K. *Nicolau e Alexandra – o relato clássico da queda da dinastia Romanov*. Tradução de Angela Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Rocco Digital.





Internacionalismo e a Grande Guerra Patriótica



INTERNACIONALISMO E LUTA IDEOLÓGICA NA AFIRMAÇÃO DO CAMINHO REVOLUCIONÁRIO

José Reinaldo Carvalho

A Revolução cujo centenário será motivo de comemoração pelas forças vivas do movimento operário, revolucionário e comunista ao longo do ano de 2017 – a Grande Revolução Socialista soviética, dirigida pelo partido bolchevique liderado por Lênin – foi o mais importante acontecimento político-social da história da humanidade. Pela primeira vez o proletariado, unido às demais camadas populares, principalmente o campesinato, tomou o poder político e iniciou a construção do poder dos trabalhadores e da sociedade socialista.

A Revolução Russa de 1917 confirmou a tese de Marx e Engels, baseada na análise científica da sociedade, de que o capitalismo é um sistema econômico-social e político historicamente condenado. Sob o influxo de suas incontornáveis contradições antagônicas, num dado momento a evolução econômica e a luta política de classes atravessam momentos agudos e têm lugar situações revolucionárias, as quais, num quadro de amadurecimento das condições objetivas e subjetivas, resultam na vitória da revolução.

A Revolução de 1917 foi propulsora do progresso social. Partindo de uma base econômica atrasada, em poucas décadas a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) tornou-se um dos países mais prósperos e socialmente mais avançados do mundo. Sobre os escombros de uma sociedade retrógrada, surgiu uma nova civilização humana, uma economia desenvolvida, o progresso material e espiritual, a justiça, a igualdade, um povo culto e digno. São incomparáveis as conquistas sociais, as reformas estruturais, os avanços civilizacionais operados pelo novo ordenamento político do Estado proletário baseado na aliança operário-camponesa.

A vitória da Revolução Russa, nas condições peculiares do início do século passado, confirmou a tese de Lênin de que, com a passagem do capitalismo à etapa imperialista, abria-se a época da revolução socialista, devido ao amadurecimento das contradições objetivas: entre o proletariado e a burguesia, o imperialismo e os povos e nações oprimidos; além das contradições entre as potências imperialistas, em luta cruenta pelo domínio do mundo.



O triunfo das classes oprimidas em 1917 na Rússia demonstrou que somente a revolução pode abrir caminho à conquista da libertação, das transformações sociais e políticas progressistas. A Revolução Russa sepultou a colaboração de classes como estratégia do movimento operário e popular.

Dimensão internacional da Revolução soviética

Nenhum outro acontecimento político-social materializou com tamanha dimensão a palavra de ordem lançada seis décadas antes por Marx: “Proletários de todos os países, uni-vos”! Se bem não tenha resultado na revolução proletária mundial – esta era a expectativa dos bolcheviques e de todo o movimento revolucionário à época –, a revolução socialista de 1917 teve extraordinário impacto internacional, exerceu influência direta sobre acontecimentos subsequentes, mudou a face do mundo e deixou marca indelével em todo o século 20.

A revolução triunfante em 7 de novembro de 1917 mudou a face do mundo e abriu nova época na história da humanidade. Realizada no auge da guerra entre grandes potências que rivalizavam para dominar o planeta, estabeleceu o contraponto essencial com o sistema imperialista. Desde então, a disjuntiva entre o capitalismo (imperialista) e o socialismo tornou-se uma das contradições essenciais da época. Os embates políticos, as guerras e as revoluções nacional-libertadoras e socialistas do século 20 eclodiram e desenvolveram-se tendo esses antagonismos como fatores objetivos condicionantes.

O poder estatal socialista que emergiu em 1917, internacionalista por natureza, tornou-se o vetor preponderante na luta pela paz mundial e o progresso social, um incontornável fator a neutralizar os efeitos da agressividade do imperialismo e a influenciar positivamente as lutas dos trabalhadores e dos povos.

Depois da revolução soviética de 1917 e sob sua direta influência, formaram-se partidos comunistas em diversos países, destacadamente Argentina, Finlândia, Brasil, Uruguai, Áustria, Hungria, Estônia, Polônia, Alemanha, Grécia, China, Portugal, França, Itália, Espanha, Austrália, Itália, Luxemburgo, Portugal, Nova Zelândia, Romênia, Suíça, Tchecoslováquia, Mongólia, Canadá, Estados Unidos, Indonésia, Iraque, Índia, Vietnã, Cuba, Coreia, África do Sul, entre outros.

A Revolução Russa provocou impacto mobilizador no movimento operário revolucionário internacional e dos povos das colônias e semicolônias. Greves e manifestações em solidariedade com o poder soviético ocorreram em quase toda a Europa, nos Estados Unidos, Japão e América Latina. O

movimento de libertação nacional em países coloniais e semicoloniais, como China, Coreia, Índia e na Indochina cobrou ímpeto.

A criação das Repúblicas Soviéticas em 1919 na Hungria e na Bavária (Alemanha) assinalou momentos culminantes dos movimentos revolucionários na Europa na sequência da Revolução Russa, embora fossem derrotados.

A Grande Revolução Socialista Soviética criou condições propícias para o surgimento da Internacional Comunista, a Terceira Internacional, após a bancarrota da Segunda Internacional, provocada pelo oportunismo de direita. Essa revolução exerceu grande influência no movimento revolucionário mundial, especialmente no movimento operário, na expansão e compactação de grupos de esquerda e na sua separação da influência socialdemocrata. Como partido no poder, coube ao partido bolchevique, sob a direção de Lênin, a iniciativa de agrupar no âmbito da nova organização internacional as forças de esquerda, comunistas, revolucionárias, demarcadas dos centristas e oportunistas de direita, depois de longo processo de decantação que durou quase uma década. A criação da Terceira Internacional em 1919 foi, assim, um fato auspicioso no movimento operário internacional sob a influência da Revolução Russa. Seu mérito foi ter assimilado a tempo os frutos da luta revolucionária do proletariado russo, como base para a trajetória que se abria na luta pelo socialismo em escala mundial.

A vitória da revolução assinalou uma viragem profunda na história das lutas emancipadoras dos povos, na luta da classe operária internacional e apresentou novas questões teóricas e práticas, metodológicas e organizativas, novos desafios à organização da luta da classe operária em todo o mundo. É nessa perspectiva que devem ser encarados a existência e o desenvolvimento da Terceira Internacional no contexto da época, durante quase um quarto de século.

O século 20 foi fortemente marcado pelo socialismo vitorioso na União Soviética, e sob a influência desta tornou-se o século das revoluções anti-imperialistas, democráticas, populares e socialistas, das lutas pela libertação nacional e social dos povos, das lutas anticoloniais, pela paz e a justiça, objetivos estes que se confundem com os valores e ideais da Grande Revolução Socialista de Outubro.

Partiu da Internacional Comunista e dos partidos nela organizados a iniciativa de criar as Frentes Populares, decisivas na luta dos povos contra o fascismo.

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi a força principal na vitória sobre a maior e mais agressiva potência militar da burguesia imperialista – a Alemanha hitlerista. A vitória sobre o nazi-fascismo foi uma con-

quista dos povos, das forças da paz, da democracia, da solidariedade e do progresso social. Para esse triunfo, concorreu especialmente a ação dos comunistas, que se postaram à frente da luta contra o nazi-fascismo. A União Soviética, pátria do socialismo, com a luta heroica do seu povo, foi o fator político e militar decisivo.

Os povos da União Soviética pagaram o mais terrível preço em vidas humanas e prejuízos materiais, com a morte de 27 milhões dos seus filhos, incluindo 7,5 milhões de soldados. O país passou por inusitada devastação: 1.710 cidades e 70 mil povoados foram completamente destruídos; milhares de fábricas, empresas e cooperativas agrícolas danificadas, seis milhões de casas demolidas.

As vitórias do Exército Vermelho nas históricas batalhas de Moscou (outubro de 1941 a janeiro de 1942), Stalingrado (agosto de 1942 a fevereiro de 1943), Kursk (entre a primavera e o verão de 1943) e Berlim (na primavera de 1945) permanecerão indelevelmente marcadas na memória da humanidade como o tributo dos povos soviéticos para a causa da libertação da humanidade.

A vitória foi, assim, a expressão e o resultado da fraternidade internacionalista entre os povos, na busca pela liberdade, a democracia, a independência e a justiça.

Sob a influência da revolução, desenvolveram-se o movimento operário nos países capitalistas e a luta anticolonial nos países dependentes.

A Revolução socialista e o socialismo soviético estiveram presentes como inspiração, influência indireta e apoio moral na grande Revolução Chinesa, na Revolução Cubana, na Resistência Vietnamita. Até mesmo a adoção, pelos países capitalistas, do Estado de “bem-estar”, resultou, a par das lutas sindicais e políticas nos países capitalistas, da influência da Revolução de Outubro e do socialismo na URSS. E foi a Revolução soviética a base para a organização do campo socialista e do Movimento Comunista Internacional.

A luta contra o oportunismo de direita e de “esquerda”

A Revolução de 1917 teve grande impacto político e ideológico. Os princípios em que se inspirou e posteriormente desenvolveu constituem a linha vermelha, demarcatória, entre o pensamento socialista científico, revolucionário, comunista, classista e internacionalista, e o pensamento social-democrata, oportunista, que desde Edouard Bernstein, considera pragmaticamente que “o movimento é tudo e o objetivo final é nada”.

Comemorar mais um aniversário dessa Revolução e enaltecer seus feitos não significa considerá-la como modelo e cair no anacronismo ou posição

dogmática de transplantá-la para os dias atuais. O mundo vive sob condições totalmente diversas e a própria evolução das nações ensina que os processos revolucionários são singulares e irrepetíveis.

Convém refletir sobre o que Lênin chamava de “uma das condições fundamentais do êxito dos bolcheviques”, em uma de suas obras clássicas, *O esquerdismo, doença infantil do comunismo*.

“Hoje, sem dúvida, quase todo mundo já compreende que os bolcheviques não se teriam mantido no poder, não digo dois anos e meio, mas nem sequer dois meses e meio, não fosse a disciplina rigorosíssima, verdadeiramente férrea, de nosso Partido, não fosse o total e incondicional apoio da massa da classe operária, isto é, tudo que ela tem de consciente, honrado, abnegado, influente e capaz de conduzir ou trazer consigo as camadas atrasadas”, escreveu em *O esquerdismo, doença infantil do comunismo* o líder da revolução, para quem “a ditadura do proletariado é a guerra mais severa e implacável da nova classe contra um inimigo mais poderoso, a burguesia, cuja resistência está decuplicada, em virtude de sua derrota (mesmo que em apenas um país)”.

Neste mesmo texto em que analisa as condições em que o bolchevismo triunfou, Lênin diz: “Somente a história do bolchevismo em todo o período de sua existência é capaz de explicar satisfatoriamente as razões pelas quais ele pôde forjar e manter, nas mais difíceis condições, a disciplina férrea, necessária à vitória do proletariado”.

E prossegue: “A primeira pergunta que surge é a seguinte: como se mantém a disciplina do partido revolucionário do proletariado? Como é ela comprovada? Como é fortalecida? Em primeiro lugar, pela consciência da vanguarda proletária e por sua fidelidade à revolução, por sua firmeza, seu espírito de sacrifício, seu heroísmo. Segundo, por sua capacidade de ligar-se, aproximar-se e, até certo ponto, se quiserem, de fundir-se com as mais amplas massas trabalhadoras, antes de tudo com as massas proletárias, mas também com as massas trabalhadoras não proletárias. Finalmente, pela justeza da linha política seguida por essa vanguarda, pela justeza de sua estratégia e de sua tática políticas, com a condição de que as mais amplas massas se convençam disso por experiência própria. Sem essas condições é impossível haver disciplina num partido revolucionário realmente capaz de ser o partido da classe avançada, fadada a derrubar a burguesia e a transformar toda a sociedade. Sem essas condições, por um lado, os propósitos de implantar uma disciplina convertem-se, inevitavelmente, em ficção, em frases sem significado, em gestos grotescos. Mas, por outro, essas condições não podem surgir de repente. Vão se formando somente através de um trabalho prolongado, de uma dura experiência; sua formação é facilitada por uma acertada teoria



revolucionária que, por sua vez, não é um dogma e só se forma de modo definitivo em estreita ligação com a experiência prática de um movimento verdadeiramente de massas e verdadeiramente revolucionário”.

Lênin formulou o princípio de que é sempre necessário fazer “análise concreta de situação concreta”. Por isso, ao explicar as razões do triunfo de 1917, assinalou que o bolchevismo, surgido em 1903, fundamentava-se “na mais sólida base da teoria do marxismo” que se desenvolveu na Rússia em condições peculiares: “O bolchevismo, surgido sobre essa granítica base teórica, teve uma história prática de quinze anos (1903-1917) sem paralelo no mundo, em virtude de sua riqueza de experiências. Nenhum país, no decurso desses quinze anos, passou, nem ao menos aproximadamente, por uma experiência revolucionária tão rica, uma rapidez e uma variedade semelhantes na sucessão das diversas formas do movimento, legal e ilegal, pacífico e tumultuoso, clandestino e declarado, de propaganda nos círculos e entre as massas, parlamentar e terrorista. Em nenhum país esteve concentrada, em tão curto espaço de tempo, semelhante variedade de formas, de matizes, de métodos de luta; luta que, além disso, em consequência do atraso do país e da opressão do jugo czarista, amadurecia com singular rapidez e assimilava com particular sofreguidão e eficiência a ‘última palavra’ da experiência política americana e europeia”.

Para os comunistas, a Revolução triunfante em 1917 será sempre uma fonte de inspiração nos combates que realizamos, sob novas condições, na resistência à feroz ofensiva do sistema capitalista contra os trabalhadores e os povos e para abrir caminho à nova luta pelo socialismo.

Objetivamente, a extinção da União Soviética, no início dos anos 1990, marcou uma viragem negativa na evolução do quadro mundial. Sendo resultado de uma contrarrevolução, cujos primeiros sinais se manifestaram a partir do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956), a derrota da Revolução soviética implicou inaudito retrocesso na situação política internacional, quadro em que se desenvolve uma brutal ofensiva da burguesia, do imperialismo e de toda a reação mundial, contra todas as conquistas democráticas, sociais, civilizacionais da humanidade.

Atualmente, os povos estão confrontados com as potências imperialistas, os Estados Unidos e seus aliados, que tentam impor sua dominação através do militarismo e da guerra. Nesse quadro, tornou-se uma noção corrente que o socialismo e a revolução sofreram um golpe fatal e doravante já não há por que insistir numa estratégia revolucionária. Com isso, ressurgem as propostas de adaptação do movimento revolucionário à ordem estabelecida.

Os comunistas, contrariamente a esse senso comum, consideramos que a luta pelo socialismo continua na ordem do dia, porque corresponde a uma

necessidade objetiva da evolução da sociedade. E não nos iludimos quanto à possibilidade de esse salto histórico se processar espontaneamente ou por dádiva das classes dominantes. As forças que lutam pelo socialismo têm em conta as novas condições históricas, que a revolução não será fruto de aventuras nem o socialismo pode ser construído abruptamente. O exame atento da história e da realidade contemporânea mostra que o caminho revolucionário comporta muitas etapas e a construção do socialismo será obra de muitas gerações. É preciso também ter em conta que não há modelo para a luta revolucionária e a construção do socialismo. A adoção do modelo único foi um grave erro, uma posição anticientífica.

O socialismo é universal enquanto teoria geral e aspiração de libertação da classe operária em todo o mundo. É universal enquanto transformação de uma época de opressão numa era em que a humanidade será livre e realizará suas aspirações de justiça e progresso. Mas o socialismo será resultado de uma luta multifacética de cada povo, em circunstâncias históricas e políticas bem delimitadas, o que exigirá das forças revolucionárias e do Partido Comunista de cada país a elaboração de novos e originais programas, estratégias e táticas consoante os princípios e o contexto histórico concreto.

O transcurso do centenário do maior acontecimento da história da humanidade enseja à atual geração de lutadores pelo socialismo reflexões que resultem em ação prática. Não está ainda plenamente configurada a correlação de forças que levará a humanidade a um novo ciclo revolucionário. Mas tampouco essa correlação de forças forma-se por geração espontânea, cabendo às forças revolucionárias adotarem linhas estratégicas, procedimentos táticos e métodos de ação consoantes à necessidade de abordar, nas novas condições, a luta pelo socialismo.

Diante do capitalismo-imperialismo mundializado, da sua profunda e inarredável crise estrutural e sistêmica, atualmente em fase aguda, das políticas neoliberais, das políticas de guerra, da natureza reacionária do sistema político e econômico burguês, ganha relevo uma questão decisiva: encontra-se na ordem do dia a tarefa de lutar por melhorias no capitalismo, de apenas combater as “deformações” da globalização, ou se trata, ao contrário, de elaborar estratégias, táticas e métodos revolucionários que conduzam os trabalhadores em todo o mundo à luta pelo socialismo como único caminho para superar revolucionariamente os impasses em que a humanidade está confrontada sob o atual sistema? O grande paradoxo da presente época é que o capitalismo atingiu um tal nível de desenvolvimento, um tamanho grau de expansão, que alcança todos os rincões do planeta, um grau antes inimaginável de desenvolvimento de suas capacidades, mantendo sua essência de perseguir o lucro máximo, o que obtém através da exploração e opressão

das massas trabalhadoras e da espoliação das nações dependentes. Esta é a contradição fundamental a partir da qual se desenvolverá a luta política das classes trabalhadoras. O capitalismo dos nossos dias beneficia apenas as grandes burguesias parasitárias dos países imperialistas e suas dependências. É, assim, inevitável a eclosão de lutas, em que os fatores de classe se entrelaçam com os nacionais. É nesse contexto que ressurgue contemporaneamente a luta pelo socialismo.

Nesse quadro, apresenta-se perante os comunistas e demais correntes da esquerda revolucionária consequente a questão de construir um sujeito político capaz de unir, mobilizar e organizar a classe trabalhadora e as massas populares em suas dimensões estratégica e tática.

Do ponto de vista dos comunistas, é imperioso persistir no fortalecimento político, ideológico, orgânico, eleitoral e de massas do partido comunista. Em momentos de profunda crise do capitalismo e em que as saídas da burguesia monopolista-financeira e do imperialismo são cada vez mais antidemocráticas e belicistas, o partido comunista deve ter nítido o horizonte socialista, consolidar a sua identidade de classe e ideológica e reforçar os seus laços com as massas populares e trabalhadoras. Quaisquer que sejam os procedimentos táticos necessários à acumulação de forças e por mais flexíveis que os comunistas devam ser na concertação de alianças amplas para alcançar vitórias parciais, mais ainda deve afirmar-se o caráter revolucionário de sua estratégia e seu perfil político e ideológico.

Para os comunistas, a Revolução triunfante em 1917 será sempre uma fonte de inspiração nos combates que se realizam, sob novas condições, na resistência à feroz ofensiva do sistema capitalista contra os trabalhadores e os povos e para abrir caminho à nova luta pelo socialismo.

|| **JOSÉ REINALDO CARVALHO** *é jornalista, membro do Comitê Central, Comissão Política Nacional e Secretariado do PCdoB, responsável de políticas e relações internacionais*

A REVOLUÇÃO DE 1917 E A LUTA CONTRA O RACISMO

José Carlos Ruy

Uma consequência importante da Revolução Russa de 1917 foi o fortalecimento da luta contra o racismo. E a grande e determinante influência, neste particular, foram o pensamento e a ação, crescentemente antirracistas, do principal dirigente daquela revolução pioneira na construção de um Estado operário e socialista: Vladimir I. Lênin.

O dirigente bolchevique conclamou à luta pelo socialismo na época em que o capitalismo se tornava monopolista sob dominância financeira e fortalecia a feição imperialista de sua intervenção no mundo. E promovia um verdadeiro esquarteramento dos continentes, sobretudo da África, submetidos aos interesses das nações dominantes que exploravam as riquezas minerais e a produção agrícola principalmente das colônias e de antigos países coloniais.

Para Lênin, a luta anticapitalista assumia decididamente o caráter anti-imperialista. Por isso, ele destacava a defesa radical da autonomia nacional, sobretudo das pequenas nações, ante os grandes impérios dominadores.

Ainda naqueles anos, em 1922, à frente da construção do primeiro Estado revolucionário e proletário da história, a URSS, Lênin insistiu na necessidade de respeito à autonomia das pequenas nações. Este é um “importante problema de princípio”, escreveu. É preciso distinguir o nacionalismo dos grandes países, opressores, do nacionalismo dos pequenos. “Nós, os integrantes de uma nação grande, quase sempre somos culpáveis no terreno prático histórico de infinitos atos de violência; e mesmo mais: sem nos darmos conta, cometemos um infinito número de atos de violência e ofensas”. Condenou enfaticamente desde as expressões jocosas usadas em tom de brincadeira, até ações públicas e de governo, que sinalizem o domínio das grandes sobre as pequenas. E defendeu a solidariedade de classes que está implícita nesta atitude diante das pequenas nações. “Para o proletário é não só importante, mas uma necessidade essencial, gozar, na luta proletária de classe, do máximo de confiança por parte dos componentes de outras nacionalidades”, disse, referindo-se aos “interesses da solidariedade proletária de classe”. E defendeu, em relação às pequenas nações que fazem parte da URSS, o respeito imperioso à sua cultura nacional e o en-

sino e emprego do seu idioma, exigindo que isso fosse feito “com particular cuidado”. Defendeu também que “a união das repúblicas soviéticas” não se limitasse apenas aos planos militar e diplomático, mas em todos os demais aspectos, restabelecendo “a autonomia completa dos distintos Comissariados do Povo”. (LÊNIN: 1922a).

O marxismo de Lênin acentuou, ao lado da posição de classe revolucionária, a importância da questão nacional. E, junto com ela, a denúncia do racismo como ferramenta e instrumento do domínio imperialista sobre os povos não europeus, de tez amarela, morena e negra, que eram cada vez mais considerados inferiores aos europeus de pele branca. Condenava essa forma de pensar exclusivista e racista que existia para legitimar o domínio imperialista, e que chegou a formular o chamado “racismo científico”, cujo auge foi o regime criminoso de Adolf Hitler na Alemanha (1933-1945), responsável pelo assassinato em massa, puro e simples, de milhões de seres humanos.

Uma das primeiras manifestações que podem ser incluídas entre aquelas em que Lênin recusou a ideia da superioridade racial dos povos brancos sobre os demais pode ser vista num texto publicado em 1913, intitulado *A Europa atrasada e a Ásia avançada* (LÊNIN: 1977 b).

É uma confrontação paradoxal, nota ele no início do artigo. “Quem não sabe que a Europa é avançada e a Ásia atrasada?” A indústria, a economia, a cultura e os regimes constitucionais são avançados ali. Mas a Europa atrapaalha e tenta deter o avanço da luta social e nacional na Ásia, como nos demais países do mundo.

A Europa alcançou, disse, um grau da história no qual a burguesia dominante teme o crescimento e o fortalecimento do proletariado e “apoia tudo o que é atrasado, agonizante e medieval. A burguesia vive seus dias finais e se une a todas as forças obsoletas e decadentes para tratar de conservar a também cambaleante escravidão assalariada”. A burguesia defende o atraso que a favorece, cria obstáculos ao progresso social e se apoia nas “forças obsoletas e decadentes” – cabe frisar – da Ásia e demais continentes (LÊNIN: 1977b).

Ao comparar a Europa “avançada” com a Ásia “atrasada”, Lênin esclarece: naquela, “a única classe avançada é o proletariado”, e a burguesia “está disposta a chegar a não importa que selvageria, crueldades e crimes para defender a agonizante escravidão capitalista”. E se alia, para isso, à reação “na Ásia, em benefício dos fins egoístas dos magnatas financeiros e os exploradores capitalistas” (IDEM. IBIDEM).

Na Ásia, ao contrário, “as centenas de milhões de trabalhadores” têm “um firme aliado no proletariado de todos os países civilizados”, e não há “no mundo força capaz de impedir sua vitória, que libertará tanto os povos

da Europa como os povos da Ásia” (IDEM. IBIDEM; publicado no *Pravda*, 18 de maio de 1913).

A história mundial entrou em outra fase, assinalou Lênin em outro artigo (*O despertar da Ásia*), escrito no mesmo ano. Fase simbolizada pelo “despertar da Ásia e o começo da luta pelo poder que liberta o proletariado da avançada Europa” (IDEM. IBIDEM; publicado no *Pravda*, 1º de maio de 1913).

Em outro texto (Os russos e os negros), o dirigente bolchevique comparou a situação dos negros com a do povo russo e mostrou como, nos EUA, a situação da população de origem africana mantém cruéis marcas da escravidão, que permanecem e se manifestam no racismo, isto é, no domínio da parte da população portadora de pele branca. E conclui: mesmo em países avançados “o capitalismo não ‘admite’ outra emancipação que a legal”, e ainda esta “é restrita por todos os meios” (LÊNIN: 1977b).

Estas ideias significaram um avanço para o marxismo, destaca Domenico Losurdo. O pensamento de Lênin representa uma ruptura epistemológica quando diz que não pode haver democracia onde existam “excluídos”, onde haja “o despotismo” de uma parte da população sobre outra, considerada como “bárbara” e inferior, sendo por isso obrigada à “obediência absoluta” exigida dos escravos. É a mesma infame política imperialista, que o capitalismo impõe ao mundo e explora as demais nações a pretexto da “inferioridade racial”. E não hesita em colocar em prática, dentro de suas próprias fronteiras nacionais. O melhor exemplo é o domínio sobre a população negra nos EUA. Lênin, afirma Losurdo, levou radicalmente a sério a “tese de Marx e Engels, segundo a qual um povo que oprime outro não pode ser livre (LOSURDO: 2006).

Foi por iniciativa do dirigente bolchevique que os primeiros congressos da Internacional Comunista, fundada em 1919, tenham abordado a questão racial. Lênin deu relevo ao “problema nacional” e incluiu nele a questão das minorias oprimidas em diferentes nações. Esta questão incluía o problema do racismo, cuja justificação era a pretensa superioridade racial dos europeus.

A luta contra o imperialismo como uma das principais dimensões do anticapitalismo estava no centro dos debates na Internacional Comunista, e abria caminho para o tratamento analítico e político cada vez mais intenso da questão do racismo.

Estas questões estavam irremediavelmente imbricadas, e exigiam a atenção dos comunistas de todo o mundo. A questão do imperialismo, central para Lênin, levava necessariamente à questão do domínio sobre as minorias nacionais, e ligadas a ela estão as questões nacional e racial.

Desde muito tempo, como os marxistas já haviam notado e denunciado, o domínio sobre os povos não europeus e pequenas nações era justificado

com a alegação de sua inferioridade racial e do papel “civilizador” que seria exercido pelos dominadores europeus. Era um disfarce para legitimar a espoliação econômica daqueles povos encarados como “inferiores”.

Já em 1905, o historiador e cientista social brasileiro Manoel Bomfim chamou aquelas ideias racistas de “filosofia do massacre” e “sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes” (SUSSEKIND: 1984).

O pensamento marxista enfatizava, antes da Primeira Grande Guerra, a exploração de classe, à qual estava subordinado o domínio racial; este era visto como fator de divisão racial da classe trabalhadora, ao provocar uma disputa em seu interior, resultante da racialização da força de trabalho, e favorecer assim a superexploração do trabalho.

Sob a influência de Lênin a Internacional Comunista deu um novo passo nessa compreensão e elaborou, desde sua fundação, a denúncia do racismo como intrinsecamente ligado ao domínio imperialista. Esta denúncia avançou rapidamente nos congressos da Internacional Comunista, que logo constatou o caráter específico do racismo, como justificação do domínio de uma pretensa raça “superior”, e funciona como fator adicional da legitimação do domínio de classe. Avançou para a compreensão de que a dominação do homem sobre o homem tem simultaneamente duas dimensões – de classe e de raça.

Lênin introduziu a questão da igualdade racial nos debates no I Congresso da Internacional, em 1919, quando defendeu também a luta pela igualdade religiosa e contra a opressão da mulher. Denunciava que as democracias burguesas admitiam apenas a igualdade formal, que é aparente e falsa. No 2º Congresso (1920) ele insistiu nesse debate e se referiu diretamente a minorias nacionais oprimidas, como os judeus, irlandeses, alsacianos, os povos coloniais, sem esquecer os negros nos EUA, referindo-se a eles como povos “dependentes” e “subordinados” cuja luta pela igualdade tinha enorme papel da luta de classes anticapitalista nos EUA. Ele chamou a atenção para o fato de que, lá, a situação de exploração a que os negros estavam submetidos era agravada pela dominação racial e também porque não tinham acesso à propriedade da terra. E explicou esta situação como uma sobrevivência econômica do escravismo.

O 3º congresso da IC (1921) teve a importante participação de David Ivon Jones, delegado da África do Sul, que pela primeira vez caracterizou o racismo como um problema mundial que precisa ser analisado ao lado da questão de classe.

A IC encaminhava-se, naqueles anos, rapidamente para a compreensão mais precisa da questão racial que, cada vez mais, deixava de ser encarada como apenas uma questão econômica, sendo ao mesmo tempo ideológica

e cultural, com características e dinâmicas próprias que se combinavam ao domínio de classe e o agravavam.

O 4º congresso (1923) foi aquele em que, pioneiramente, e depois de longo e intenso debate, surgiu o primeiro documento da IC sobre a questão racial, as Teses sobre a questão negra, reconhecendo as especificidades locais, nacionais, do domínio do imperialismo sobre os povos negros. E que, assim, a luta contra o racismo e pela libertação dos negros é internacional, anticapitalista e anti-imperialista.

No 6º Congresso da IC (1928) emergiu uma nova e mais avançada interpretação da questão racial, entendida agora em suas particularidades nacionais. Havia no mundo quatro grandes regiões nas quais os negros se encontravam: EUA e América do Sul, onde são importante minoria no conjunto da população; na África do Sul, onde são maioria; países como a Libéria, Haiti e República Dominicana são “Estados negros” submetidos ao imperialismo; a África Central estava dividida entre os países imperialistas que dominavam trechos extensos do continente negro. Ao descrever o racismo como um problema mundial, a IC encarou-o como fortemente ligado às lutas revolucionárias anticapitalistas, antirracistas e pela libertação nacional.

A Internacional Comunista teve, desde o início, forte papel na propaganda, organização e no desenvolvimento no combate ao racismo. Isso aconteceu, por exemplo, nas colônias de Portugal na África. Nelas, notícias já de 1919 mostram como a propaganda bolchevique difundia a “mensagem aos trabalhadores brancos e negros”, que tinha a assinatura de Lênin. Uma cópia dela foi encontrada por policiais coloniais nas mãos de um nativo no território da Manica e Sofala (centro de Moçambique, região onde mais tarde começou a luta da independência, na década de 1970).

Poucos anos depois, em 1927, a mesma polícia colonial registrou a passagem por Lourenço Marques (hoje Maputo, capital de Moçambique) de um cidadão russo, que faria parte de um grupo que agia na Guiné, Angola e provavelmente Moçambique, acompanhado do comunista português José Almendroa. Esse grupo teria a missão de fomentar a ação anticolonial e antirracista nas colônias portuguesas e também nas inglesas (ANDRADE: 1999).

Se, no mundo, a luta contra o racismo era vista como fortemente vinculada à luta anti-imperialista, no interior da União Soviética as relações étnico-raciais igualitárias eram notáveis, e reconhecidas por quem visitasse a pátria do socialismo. Uma negra, delegada no Congresso Internacional das mulheres contra a guerra e o fascismo, realizado em Paris (1934), ficou impressionada com as relações de igualdade e fraternidade, apesar das diferenças de línguas e de raça, que observou existirem entre os participantes daquela iniciativa comunista: “Era o paraíso na terra”, disse.

Quem na época chegasse a Moscou, observou um historiador estadunidense citado por Losurdo, experimentava uma liberdade desconhecida no sul dos EUA. Um negro que se apaixonasse por uma branca soviética e se casasse com ela não poderia levá-la a seu país, os EUA, pois lá eram proibidos os casamentos inter-raciais.

Dois delegados da África do Sul – Jimmy Arnold La Guma e Josiah Tshangana Gumede – visitaram a URSS para conhecer a experiência de construção socialista, e ficaram muito impressionados com o que viram. Na volta, um deles proclamou: “Eu vi um novo mundo chegar”. Em 1926, o dirigente negro estadunidense William Edward Burghardt Dubois – fundador da National Association for the Advancement of Colored People (NAACP, na sigla em inglês, Associação Nacional para o Desenvolvimento das Pessoas Negras) visitou a URSS. Ele ficou maravilhado com o que viu na pátria do socialismo: “Se o que eu vi com meus olhos e escutei com meus ouvidos na Rússia for bolchevismo, eu sou um bolchevique”. Em 1961, aos 91 anos de idade, ele se filiou ao Partido Comunista dos EUA.

Na URSS havia uma forte política de integração das minorias nacionais, cuja consciência nacional era sistematicamente promovida e apoiada pelo governo, que assumiu a liderança de um processo de descolonização. O Estado soviético fomentou e educou novas elites nacionais, que promoveu a posição de lideranças no governo, nas escolas, nas empresas e indústrias. Em muitos casos, diz Losurdo, apoiou a criação, onde fosse necessário, de uma língua escrita; financiou a produção em massa, nos idiomas não russos, de livros, jornais, diários, filmes, óperas, museus, orquestras de música popular e outros produtos culturais.

Mas dentro do próprio movimento comunista mundial persistiam incompreensões sobre o racismo e a luta contra ele. Havia forte limitação na ação antirracista de alguns partidos comunistas importantes, e elas decorriam da maneira como dirigentes comunistas de países colonialistas e imperialistas partilhavam alguns preconceitos racistas das elites coloniais de seus próprios países.

O desenvolvimento das políticas antirracistas levou a Internacional Comunista a criticar duramente esses dirigentes comunistas cujas ações e ideologias não haviam rompido radicalmente com os preconceitos racistas dominantes em seus países. E se chocavam com os postulados teóricos do marxismo e com as determinações da IC. Sobretudo os partidos comunistas britânico, francês e português, que fugiam aos ataques contra o colonialismo de seus países. E, na prática, o justificavam com argumentos racistas que alegavam uma pretensa “missão civilizatória” de suas nações colonizadoras. E chegavam a incluir nela o próprio socialismo, ao pretenderem que a inde-

pendência das colônias só poderia ocorrer após a vitória do comunismo nas metrópoles!

Chegavam a considerar que as colônias eram povoadas por populações racialmente incapazes de civilização! E que, assim, sua independência e autodeterminação dependiam da vitória da revolução socialista nas metrópoles.

A situação começou a mudar após a derrota do nazi-fascismo na Segunda Grande Guerra. Para os soviéticos, aquela foi a “grande guerra patriótica” a qual venceram com enorme esforço de sua população e seus dirigentes. Derrotaram e expulsaram os invasores nazistas e destruíram a ameaça que representavam para a humanidade.

Ao final da guerra, foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU), no âmbito da qual surgiu, em 1946, a Unesco (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization; em português, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Nestas organizações internacionais o debate sobre o racismo e a luta contra ele foi intenso.

Não havia mais lugar para o desmoralizado racismo, ideologia derrotada nos campos de batalha. Mas persistia o domínio imperialista sobre as nações pobres, e os argumentos que o justificavam tinham o mesmo fundo racista de antes da Segunda Grande Guerra.

A ONU e a Unesco eram organizações que surgiram para regular os conflitos entre as nações e encontrar saídas pacíficas para eles. A questão dos direitos humanos passou a ser central, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proclamada pela ONU em 1948. No mesmo contexto, a Unesco iniciou o debate sobre a questão racial. A União Soviética, que só foi admitida na Unesco em 1954, não participou diretamente dele, mas as conclusões antirracistas alcançadas na IC tiveram reflexos nele. Sobretudo porque, na nova situação mundial, as potências coloniais europeias (sobretudo Inglaterra e França) estavam enfraquecidas e seu papel foi cada vez mais assumido pelos EUA, que despontaram como a grande potência imperialista no pós-guerra. E se contrapunha à outra grande potência que emergiu então, a União Soviética, cuja ação revolucionária tinha agora nova dimensão: a de apoiar decididamente as nações que ainda permaneciam como colônias a se libertarem de suas metrópoles.

Este foi o pano de fundo do debate que surgiu em organizações internacionais como a Unesco. O antropólogo brasileiro Artur Ramos teve participação importante nos primeiros tempos desse debate, e foi dele a proposta da criação de uma comissão de cientistas para discutir a questão e formular uma declaração antirracista a ser adotada oficialmente. Mas ele morreu em 31 de outubro de 1949, e não chegou a ver a comissão em funcionamento.

O debate da questão racial tomou corpo desde 1948, quando uma Resolução do Conselho Econômico e Social das Nações propôs à Unesco que



debatesse e rejeitasse o preconceito racial com base na ciência. No ano seguinte, a Unesco aprovou resoluções antirracistas e destinadas a realizar uma campanha educativa contra o preconceito racial. Mas não havia ainda a necessária clareza científica sobre o assunto e, para isso, em meados de outubro de 1949, Artur Ramos – que era o diretor do Departamento de Ciências Sociais da Unesco – havia apresentado um plano de estudos sobre a questão.

Meses depois, em julho de 1950, a Unesco publicou, em caráter oficial, sua Declaração Sobre Raça, onde dizia: “raça é menos um fato biológico do que um mito social e, como mito, causou graves perdas de vidas humanas e muito sofrimento em anos recentes”.

O forte debate que levou àquela declaração envolveu posições liberal-democráticas favoráveis aos EUA e às velhas potências coloniais que não aceitavam a igualdade expressa na Declaração, mas pensavam haver uma hierarquia “cultural” entre as raças que tinha os europeus de pele clara no topo. Estas posições contrastavam claramente com a igualdade defendida pelos soviéticos, pelo campo socialista, e pelos marxistas, que não aceitavam a existência de nenhuma hierarquia racial entre os seres humanos. Mas pregavam a autodeterminação dos povos e defendiam os negros, entre eles os norte-americanos, contra a dominação racial.

A URSS e pesquisadores soviéticos tiveram grande influência para que a Unesco adotasse, no final da Segunda Grande Guerra e no início da década de 1950, a declaração que condenava o racismo e afirmava que há uma única raça humana sendo, portanto, absolutamente iguais todos os membros da espécie humana, não importando a cor de sua pele, o formato de seus crânios, lábios, narizes e cabelo – somos todos iguais e ponto final!

Na mesma linha antirracista, a Declaração das Raças da Unesco de 1950 foi revista em 1951, reafirmando existir apenas uma espécie de *Homo sapiens*, que os homens não formam “raças” apesar de estarem divididos em diferentes grupos nacionais. A Declaração de 1951 dizia: “Os cientistas estão de acordo, de um modo geral, em reconhecer que a humanidade é uma e que todos os homens pertencem à mesma espécie, *Homo sapiens*” e condenava os “graves erros ocasionados pelo emprego da palavra ‘raça’ na linguagem corrente [que] tornam desejável que se renuncie completamente a esse termo quando se tratar da espécie humana e que se adote a expressão de ‘grupo étnico’”.

A influência das ideias de Lênin, reforçada depois da Revolução Russa de 1917, ganhou grande expressão internacional. Transformadas em política de governo no novo Estado socialista nascido em 1917, aquelas ideias ganharam força política e influência internacional. Inspiraram, por exemplo, o grande esforço feito pela URSS – e também por países do campo socialista, como

Cuba e China – em apoio à luta pela libertação das antigas colônias, que cresceu no pós-guerra. E também na denúncia e campanha militante contra o racismo e a opressão racial em todas as regiões do mundo. Não houve luta de libertação nacional que não tivesse o apoio de nações do antigo bloco socialista, e esta foi uma durável influência da Revolução Russa de 1917, que se fez sentir em todos os quadrantes da Terra.

|| JOSÉ CARLOS RUY é jornalista, estudioso de história e do pensamento marxista.

REFERÊNCIAS:

ACADEMIA das Ciências da URSS. *O racismo na teoria e prática do imperialismo contemporâneo*. Moscou: Redação Ciências Sociais Contemporâneas, 1987.

ALMEIDA, Mário Pinto Andrade. *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

BUONICORE, Augusto. Reflexões sobre o marxismo e a questão racial. In: *Espaço acadêmico*, n. 51 (agosto de 2005) e n. 53 (outubro de 2005). Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/051/51buonicore.htm>> e <<http://www.espacoacademico.com.br/053/53buonicore.htm>> (consultados em 20-11-2016).

CHADAREVIAN, Pedro C. Os precursores da interpretação marxista do problema racial. In: *Crítica Marxista*, n. 24, 2008.

EVANGELISTA, Ely Guimarães dos Santos. *A UNESCO e o mundo da cultura*. Campinas (SP): Unesco Brasil, 1999.

IC – Internacional Comunista. *5º Congresso*. Buenos Aires: Pasado y presente, 1975.

_____. *6º Congresso*. México DF: Pasado y presente, 1977.

_____. *Los cuatro primeros Congresos*. Buenos Aires: Pasado y presente, 1977.

LENINE, V. I. A Respeito do Problema das Nacionalidades ou sobre a “Autonomização”. In: *Obras escolhidas*, vol. 3. Lisboa/Moscou: Avante!/Progresso, 1977 (a). Versão eletrônica em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1922/12/31_ga.htm>, visitada em 20-11-2016.

LÊNIN, V. I. *Obras Completas*. Tomo XIX. Madri: Akal, 1977(b).

_____. Projeto de Tese Preliminar: as questões coloniais e nacionais para o II Congresso da Internacional Comunista. _____. In: *Sobre o direito das nações à autodeterminação*. Lisboa: Avante!, 1978.

LOSURDO, Domenico. *Liberalismo. Entre civilização e barbárie*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

SCHLESINGER, Rudolf. *La Internacional Comunista y el problema colonial*. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1974.

SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e Dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

A GRANDE GUERRA PATRIÓTICA SOVIÉTICA

Raul Carrion

Na madrugada do dia 22 de junho de 1941, a Alemanha nazista atacou de surpresa a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sem declaração prévia de guerra e apesar da plena vigência do Tratado Germano-Soviético de Não Agressão. Iniciava-se a operação *Barba Ruiva*, que tinha como objetivo “*esmagar a Rússia soviética numa breve campanha*” (Diretiva nº 21 de 18-12-1940). O ataque se deu em uma frente de 2.800 quilômetros de extensão – do mar de Barents, no norte, ao mar Negro, no sul.

Antes de seu ataque à URSS, a Alemanha havia acumulado uma série de vitórias que evidenciavam a pouca disposição das democracias capitalistas em enfrentar o nazi-fascismo – considerado um dique contra o comunismo – e sua intenção de empurrar Hitler contra a URSS.

Assim, sem disparar um único tiro, a Alemanha anexou a Áustria e a Tchecoslováquia (1938); em quatro semanas, aniquilou a Polônia (1939); ocupou a Dinamarca e a Noruega, sem resistência (1940); derrotou Holanda, Bélgica e França, em 30 dias, e expulsou as tropas inglesas do continente, em Dunkerque (1940); em questão de dias, dominou a Iugoslávia e a Grécia (1941). Por fim, obteve a adesão aos seus planos guerreiros dos regimes fascistas de Itália, Romênia, Hungria, Bulgária e Finlândia.

A decisão de atacar a URSS – tomada no 2º semestre de 1940 – fez Hitler adiar as operações “Leão Marinho” (Inglaterra), “Félix” (Gibraltar) e “Átila” (Sul da França), para concentrar todas as forças contra a URSS. Como afirmou o parlamentar inglês Arthur Woodburn, “*o grande poderio da Rússia (...) era um peso de chumbo nos pés de Hitler que o impedia de saltar contra nós*”.

“A URSS de joelhos em duas a três semanas”

Tendo por base seus êxitos militares fulminantes no Ocidente capitalista, Hitler e seus generais prognosticaram uma rápida vitória contra a URSS: “*Não é um exagero afirmar que a campanha da Rússia será vencida em duas semanas*”



afirmou o comandante em chefe das Forças Armadas da Alemanha, general Brauchitsch. *“Três semanas após o início do nosso ataque, este castelo de cartas cairá”*, prometeu seu chefe do Estado-Maior, general Alfred Jodl.

Para a *Operação Barba Ruiva* – maior operação militar da História – o Alto Comando alemão destinou 152 divisões – incluindo 19 divisões de tanques e 14 motorizadas – totalizando 3,3 milhões de soldados. A eles se somavam 1,2 milhão de homens da Força Aérea e 100 mil homens da Marinha de Guerra, o que perfazia 77% dos efetivos do exército alemão. Os países satélites aportaram 29 divisões e 16 brigadas, somando 900 mil soldados. Assim, os efetivos da Alemanha e seus satélites para o ataque ascendiam a 5,5 milhões de homens. O armamento incluía 47.260 canhões e morteiros, 2.800 tanques e 4.950 aviões.

Esse imenso exército – calejado em dois anos de combates invictos – tinha detrás de si a poderosa economia de guerra da Alemanha e de toda a Europa ocupada, com uma produção bélica muito superior à da URSS, e não precisava temer qualquer confronto militar sério a Oeste, vista a total inatividade inglesa (os EUA ainda mantinham sua neutralidade). Seu objetivo era aniquilar as principais forças armadas soviéticas e ocupar a URSS europeia – de Arkhangel no Norte, a Astrakan no Sul, antes do final do verão.

Guerra de extermínio

Diferentemente da guerra no Ocidente, a guerra contra a URSS seria “uma guerra de extermínio”, com o objetivo de eliminar a população eslava – considerada “infra-humana” – e liberar terras para colonos alemães. Em maio de 1941, foi aprovada diretiva isentando oficiais e soldados alemães de quaisquer crimes em território soviético e determinando *“matar a todos os guerrilheiros e suspeitos de simpatizar com eles e fuzilar sem processo a todos que opusessem a mínima resistência aos alemães.”* Foi decidido o fuzilamento imediato dos instrutores políticos e o extermínio dos prisioneiros do Exército Vermelho.

Deveriam ser expulsos dos lugares onde viviam 80% a 85% dos polacos, 65% dos ucranianos ocidentais e 75% dos bielo-russos. Hitler afirmou: *“devemos exterminar a população; isso faz parte da nossa missão de proteger a população alemã. Temos que desenvolver a técnica de aniquilamento da população (...) Eu tenho direito a suprimir milhões de pessoas de raça inferior, que se multiplicam como vermes”*. E o chefe do Estado-Maior das forças terrestres alemãs, general Halder, anotou em seu diário, no 17º dia da invasão: *“A decisão inabalável do Führer é arrasar Moscou e Leningrado, para se livrar totalmente da população dessas cidades, pois, de outra forma, seremos obrigados a alimentá-la durante o inverno.”*

A busca da paz com a Inglaterra antes do ataque à URSS

Em 1940, quando invadiu a França, Hitler havia ordenado aos exércitos alemães que se dirigiam a Dunkerque – com o objetivo de aniquilar as tropas inglesas encurraladas – que se detivessem. Com isso, os ingleses puderam escapar para a Inglaterra, sem grandes perdas humanas. Ficou clara a intenção de Hitler de não fechar as portas para uma negociação com os ingleses. Desde então, os alemães fizeram várias tratativas de paz com a Inglaterra, com o objetivo de ter as mãos livres para atacar a URSS. Nisso, contavam com a conivência do *Grupo de Cliveden* e outros setores pró-nazistas da Inglaterra. Churchill não se opôs a essas tratativas, buscando encorajar o ataque nazista à URSS.

Em 10 de maio de 1941, Rudolf Hess – braço direito de Hitler – saltou de paraquedas na Escócia, para informar os ingleses do ataque à URSS e propor-lhes um acordo, pelo qual a Inglaterra teria carta branca em suas colônias, em troca da devolução das ex-colônias alemãs, do reconhecimento da hegemonia nazista na Europa continental e do apoio inglês à invasão da URSS. Churchill incentivou as expectativas de Hitler em relação a um acordo nesses termos, para induzi-lo a atacar a URSS.

Sentindo-se seguro a Oeste, Hitler atacou a URSS. Só então, Churchill afirmou que apoiaria a URSS contra Hitler e esclareceu os motivos: *“Ele [Hitler] quer destruir a potência russa porque espera, se tiver êxito, poder trazer do Leste o grosso de seus exércitos e de suas forças aéreas e precipitá-los sobre nossa ilha. (...) Sua invasão da Rússia nada mais é do que um prelúdio a uma tentativa de invasão das ilhas Britânicas.”*

Meses depois, a URSS assinou um tratado de amizade e assistência mútua com a Inglaterra e firmou uma declaração conjunta americano-soviética, onde se afirmava que *“representantes dos dois países puseram-se de acordo quanto à necessidade de criar imediatamente uma segunda frente na Europa, em 1942”*. O que não foi cumprido...

As verdadeiras intenções de ingleses e norte-americanos foram confessadas pelo futuro presidente dos EUA, Harry Truman, que dois dias após o ataque alemão à URSS escreveu no *New York Times*: *“Se constataremos que a Alemanha vence, devemos ajudar a Rússia. Se, pelo contrário, for a Rússia a vencer, devemos ajudar a Alemanha.”*

Os três vetores principais do ataque alemão

O ataque nazista ocorreu em três direções principais: o Grupo de Exércitos Norte – comandado pelo marechal de campo Von Leeb – avançou para



os Estados bálticos com o apoio dos exércitos finlandeses, com o objetivo de tomar Leningrado e chegar ao mar Branco. O Grupo de Exércitos do Centro – comandado pelo marechal de campo Von Bock – buscava ocupar o centro da Rússia europeia e tomar Moscou. Já o Grupo de Exércitos Sul – comandado pelo marechal de campo Von Rundsted – com o apoio de romenos, húngaros e checos – deveria avançar na Ucrânia, tomar Kiev, a bacia siderúrgica e carbonífera do Baixo Don, o ferro de Krivoi-Rog, o aço, o manganês e os ricos poços de petróleo do Cáucaso. Também devia tomar a Crimeia, para dominar o mar Negro.

Ao efeito surpresa e à enorme superioridade dos exércitos atacantes somou-se o fato de o sistema de defesa da URSS ainda não ter sido concluído, a modernização de suas forças armadas ainda estar em andamento e 75% dos oficiais do Exército Vermelho estarem em seus postos havia apenas um ano, devido aos expurgos de 1937 no exército.

Como Stalin e a liderança soviética sabiam que a Inglaterra buscava provocar a guerra entre a URSS e a Alemanha, isso fez com que desconfiassem dos diversos alertas de ataque alemão proporcionados pelos ingleses e por seus próprios informantes. Mas, a URSS não havia deixado de preparar-se para a inevitável guerra com a Alemanha. Além de transferir, a partir de 1939, milhares de empresas para além dos Urais, as despesas com a defesa nacional saltaram de 5,4%, no 1º Plano Quinquenal, para 12,6%, no 2º, e 26,4%, no 3º. E, em 1941, 43,4% do orçamento da URSS foram destinados à defesa do país. De janeiro de 1939 a 22 de junho de 1941, o Exército Vermelho recebeu mais de sete mil carros de combate, 30 mil canhões e 52 mil morteiros e 17.700 aviões. Às vésperas da guerra, foi reforçado por 800 mil homens.

Apesar de todas as cautelas em relação a uma eventual provocação inglesa, às 0h30min do dia 22 de junho, os comandantes Timochenko e Jukov enviaram instruções às forças aéreas e terrestres, informando que: “É possível que no decorrer dos dias 22 ou 23 de junho se verifique um ataque súbito dos alemães na frente das regiões de Leningrado, do Báltico, do Ocidente, de Kiev e de Odessa. O ataque alemão pode começar por ações de provocação. (...) *As nossas tropas têm obrigação de não se prestar a qualquer provocação que possa suscitar complicações graves. Ao mesmo tempo, (...) devem estar prontas a repelir eventuais ataques súbitos dos alemães ou de seus aliados*”. As instruções determinavam, ainda, que na noite do dia 21 as tropas ocupassem discretamente os locais fortificados das zonas de fronteira, dispersassem e camuflassem as aeronaves civis e militares, colocassem em alerta as unidades de artilharia antiaérea e preparassem o *blackout*. Essas instruções, porém, chegaram tarde a muitas unidades que não se prepararam em tempo para o ataque que se seguiu. Outras receberam essas instruções já sob o fogo inimigo.

Diferentemente do que alguns propalam, Stalin não sumiu nem caiu em prostração diante do ataque alemão. Ao contrário, colocou-se desde a madrugada de 22 de junho à frente da resistência ao invasor nazi-fascista. Às 5h45, encontrou-se com Jukov, Timochenko, Mekhlis, Beria e Molotov para saber da situação militar. Às 7h reuniu-se com membros do Politburo – Molotov, Voroshilov, Kaganovitch, Beria e Malenkov –, além de Dimitrov e Manuilski, da Internacional Comunista. Georgi Dimitrov anotou em seu diário: *“O que surpreende é a calma, a determinação e a grande confiança em si mesmo de Stalin e de todos os outros.”*

Analisando o fato de ter sido Molotov e não Stalin quem falou ao povo soviético nesse dia, o historiador Pierre Vallaud – duro crítico da URSS e de Stalin – diz: *“não havia vácuo de poder, principalmente não de Stalin. E se este último não toma a palavra, é oficialmente por ordem de seu médico: Stalin foi examinado na noite anterior, está com febre e um abscesso na garganta. Ele não pode, de maneira alguma, pronunciar um discurso no rádio”*. Em 3 de julho, Stalin fará o seu primeiro discurso ao povo soviético.

Iniciada a invasão, as tropas alemãs avançaram rapidamente – principalmente suas unidades blindadas – e abriram profundas brechas nas defesas soviéticas, tomando importantes nós de comunicação, estabelecendo “cabeças de ponte” em setores-chave e realizando o cerco de grandes agrupamentos de tropas soviéticas. Só na primeira noite foram destruídas 1.489 aeronaves, das quais 1.100 no solo. Quase todo o sistema de comunicações soviético foi destruído, dificultando a condução coordenada da defesa. Em 25 de junho, as forças alemãs de vanguarda haviam avançado 230 quilômetros, em algumas áreas.

O avanço do grupo de exércitos do centro

Na Frente Central, em apenas duas semanas, os alemães ocuparam a Polônia Oriental, tomaram Minsk (28-06) e boa parte da Bielo-Rússia, Ucrânia e Moldávia. Grandes contingentes de tropas soviéticas foram aniquilados nos bolsões de Bialystok e Minsk. Em 16 de julho, Smolensk foi tomada e importantes forças soviéticas foram cercadas. Em 23 de julho, um contra-ataque soviético rompeu o bolsão de Smolensk e permitiu que a maioria das tropas escapasse. Os soviéticos estabeleceram uma nova linha defensiva ao longo do rio Dnieper, onde detiveram o avanço alemão até fins de agosto, causando-lhes pesadas perdas.

As fortes perdas dos exércitos alemães – 250 mil homens só nos combates de Smolensk – e as dificuldades para abastecê-los, devido aos constantes ataques soviéticos pelos flancos e à ação guerrilheira na retaguarda, impedi-



ram Hitler de investir de imediato contra Moscou. Em 30 de julho, ele ordenou à Frente Central que passasse à defensiva e às frentes Norte e Sul que avançassem para tomar Leningrado e Kiev.

Leningrado resiste e é sitiada

No Norte, em três semanas de luta, os exércitos alemães ocuparam Lituânia, Letônia e Estônia e Pskov, ao Sul de Leningrado. No caminho, ficaram bolsões de tropas soviéticas resistindo. Atacando pelo Sul – enquanto os finlandeses atacavam pelo Norte –, as tropas nazistas foram detidas no rio Luga. Em meados de julho, um forte contra-ataque soviético obrigou os alemães a recuarem 50 quilômetros e destruiu boa parte de suas forças blindadas. Em agosto, outro forte contra-ataque soviético causou grandes perdas aos alemães. Com isso, o seu avanço foi retardado e Leningrado pôde preparar-se para uma luta “casa a casa”, incorporando centenas de milhares de cidadãos à sua defesa. Foram construídos quase mil quilômetros de trincheiras, 650 quilômetros de fossos antitanque e cinco mil casamatas.

Na medida em que a resistência soviética na Frente Central passou a exigir uma parte dos blindados da Frente Norte, houve um enfraquecimento das forças que atacavam Leningrado. Depois de diversas tentativas de tomá-la, em 23 de setembro o general Halder reconheceu a impotência alemã: “*Nossas forças (...) sofreram pesadas perdas. Essas forças são suficientes para a defesa, mas não para acabar com o inimigo*”. Von Leeb, então, informou Hitler que diante da impossibilidade de tomar Leningrado, passaria a sitiá-la, com o objetivo de exterminar seus três milhões de habitantes pelos bombardeios e pela fome.

A resistência heroica de Leningrado reteve um grande número de divisões alemãs, indispensáveis para a tomada de Moscou. O cerco causou mais de um milhão de mortos – 800 mil dos quais de fome – e só foi rompido em 27 de janeiro de 1944, quase 900 dias depois, quando a ofensiva geral do Exército Vermelho aniquilou as tropas alemãs que sitiavam Leningrado.

O avanço alemão no Sul e a tomada de Kiev

No Sul, os exércitos alemães – com o apoio dos romenos, húngaros e tchecos – avançaram em direção a Kiev. Em 11 de julho, os alemães atacaram os arredores da capital ucraniana. Frente à ameaça de cerco, uma parte do comando soviético propôs, em 11 de setembro, um recuo geral e o abandono de Kiev; outra parte se opôs ao abandono de Kiev e convenceu Stalin a manter a resistência. Só em 17 de setembro, quando a situação se tornou insustentável, essa decisão foi adotada, mas tarde demais para evitar que,

além da queda de Kiev, centenas de milhares de soldados soviéticos fossem feitos prisioneiros. Com isso, foi aberto o caminho para os alemães ocuparem a Bacia do Don.

Mais ao Sul, os alemães avançaram na Crimeia, chegando quase ao mar de Azov. Em agosto, os nazi-fascistas atacaram Odessa, que resistiu por 73 dias, causando mais de 100 mil baixas aos exércitos nazi-fascistas. Quando a resistência se tornou impossível, foram evacuados por barco 80 mil soldados, 350 mil habitantes e 200 mil toneladas de material.

A “Operação Tufão” e o seu fracasso diante de Moscou

Em 2 de outubro de 1941, as tropas alemãs iniciaram a *Operação Tufão* – com o objetivo de destruir até o início do inverno, o resto das tropas soviéticas, tomar Moscou e derrotar definitivamente a URSS. Para isso, foram mobilizadas 75 divisões – quase dois milhões de homens, mais de 500 tanques e mil aeronaves. O avanço inicial foi rápido e no dia 6 a cidade de Orel – 240 quilômetros adiante – foi conquistada. Em Viazma e Briansk, oito exércitos soviéticos que defendiam Moscou foram cercados e sofreram grandes perdas. Ainda que parte deles tenha escapado ao cerco, o caminho para Moscou estava aberto para os alemães.

Porém, a resistência obstinada dos soviéticos cercados em Viazma e Briansk retardou irremediavelmente a investida contra Moscou. O clima começou a mudar e caíram as primeiras chuvas e nevascas do outono russo. As estradas tornaram-se intransitáveis e o abastecimento dos agressores chegou ao seu ponto mais baixo. Os soviéticos ganharam um tempo precioso para organizar a defesa de Moscou e trazer tropas frescas do Extremo Oriente e da Ásia Central.

Diante do perigo, o governo soviético e as legações estrangeiras foram transferidos para Kuibyshev – a 2,5 mil quilômetros de distância – e 500 fábricas foram transportadas para o Volga e os Urais, mas Stalin e o Alto Comando permaneceram no Kremlin. Foram construídos oito mil quilômetros de trincheiras e valas antitanque e Moscou preparou-se para uma defesa “casa a casa”.

Só em meados de outubro – após o aniquilamento de centenas de milhares de soviéticos em Vyazma e Briansk –, os alemães retomaram o ataque a Moscou, mas enfrentaram uma resistência titânica, que lhes causou enormes perdas. Em Kalinin, Tula, Mojaisk e Kursk eles foram detidos. Na retaguarda, unidades que haviam escapado do cerco, junto com forças guerrilheiras, atacavam dia e noite as tropas alemãs e os comboios de carga, colapsando o seu abastecimento. Em fins de outubro, os alemães tiveram que passar à defensiva.



Em 7 de novembro – aniversário da Revolução Socialista de 1917 –, apesar da guerra, os soviéticos promoveram o tradicional desfile da Praça Vermelha, demonstrando a sua capacidade de resistência e a sua confiança na vitória contra as hordas nazi-fascistas.

Em meados de novembro, os alemães concentraram 51 divisões – 13 delas blindadas e sete motorizadas – e retomaram a ofensiva, conseguindo chegar a apenas 25 quilômetros de Moscou, mas suas forças estavam esgotadas. Em 3 de dezembro, Von Kluge lamentou: *“as tropas se encontram em uma situação extremamente difícil. (...) as perdas alemãs em homens são simplesmente colossais.”*

Três dias depois, os soviéticos iniciaram sua contraofensiva, romperam o cerco a Moscou e obrigaram os alemães recuarem de 150 a 350 quilômetros, retomando Kalinin e Tula. Segundo o marechal Júkov, *“na batalha de Moscou os nazistas perderam ao todo 500.000 homens, 1.300 carros de combate, 2.500 canhões, mais de 15.000 veículos e muitos outros equipamentos.”* E o general alemão Westphal confessou amargurado: o *“exército alemão, antes considerado invencível, encontra-se à beira da destruição.”*

Enfurecido, Hitler destituiu o comandante geral do Exército, Von Brauchitsch, o comandante dos exércitos do Centro, Von Bock, três dos seis chefes de exército – Guderian, Hoepner e Strauss – e quatro dos 22 comandantes. Além disso, teve de trazer tropas dos países ocupados na Europa, buscando recuperar a capacidade de combate de suas tropas.

A catástrofe alemã em Stalingrado

Fracassadas suas ofensivas em Leningrado e Moscou, Hitler decidiu atacar ao Sul, para ocupar a Crimeia e o Cáucaso, rico em petróleo, cereais e minérios. Em uma segunda fase, buscaria tomar Stalingrado e o Volga, para daí atacar Moscou, pelo Sul. Segundo Júkov, em maio de 1942, os alemães tinham na Frente Oriental *“um exército de seis milhões de homens (...), 3.229 carros de combate e armamentos de assalto, 57.000 canhões e morteiros e 3.395 aviões de combate.”* O ataque alemão começou em 7 de maio.

Em uma semana, toda a península foi conquistada, com exceção de Sebastopol, que resistiu até julho de 1942. Parte das tropas avançou para o Cáucaso, chegando a 60 quilômetros dos campos petrolíferos de Grosny. Outra parte tomou Kharkov e Rostov e interrompeu o abastecimento de petróleo e cereais. A Oeste de Stalingrado, todas as comunicações caíram em mãos alemãs. Ao inexistir uma 2ª frente na Europa, os alemães puderam concentrar 70% de suas tropas contra a URSS, metade deles na Frente Sul.

Em 17 de julho de 1942, Von Paulus lançou contra Stalingrado o 6º Exército de blindados – com 250.000 homens, 1.200 aviões e 750 tanques. –, o 4º Exército de blindados e alguns exércitos italianos e romenos. Em 8 de agosto, os agressores romperam as linhas de defesa no Don. Em 14 de setembro, chegaram aos subúrbios de Stalingrado. A partir daí, a luta prosseguiu “casa a casa”. Os soviéticos – reduzidos a 40 mil combatentes, encurralados em uma área de 25 quilômetros de extensão por cinco quilômetros de profundidade – resistiram meses a fio, exaurindo as tropas alemãs.

Em 19 de novembro – surpreendendo totalmente os alemães –, os soviéticos iniciaram uma contraofensiva ao Norte e ao Sul de Stalingrado, com um milhão de homens, 13 mil canhões, 894 tanques e 1.150 aviões. O 3º Exército romeno foi destroçado e o 6º e 4º exércitos nazistas cercados e divididos em dois bolsões. Os esforços alemães para romper o cerco a partir do Oeste fracassaram. Precariamente abastecidos pelo ar, pouco a pouco os alemães foram sendo dizimados e estrangulados. Em 31 de janeiro de 1943, o marechal Von Paulus, 24 generais, 2.500 oficiais e 91.000 soldados restantes se renderam. Em 2 de fevereiro, capitularam as últimas tropas alemãs cercadas. As perdas nazistas nas regiões do Don, Volga e Stalingrado somaram 1,5 milhão de homens, 3.500 carros de combate e armas de assalto, 12 mil peças de artilharia, três mil aviões e outros equipamentos. Segundo o general alemão Westphal *“a derrota de Stalingrado horrorizou o povo alemão, bem como o seu exército. Nunca antes, em toda história da Alemanha houve um caso tão terrível de mortandade de força tão numerosa.”*

O esmagamento de alemães, romenos e italianos em Stalingrado marcou uma viragem na guerra. A partir daí, a Alemanha perdeu a iniciativa estratégica e logo teve de abandonar o Cáucaso, para evitar o cerco. O Exército Vermelho iniciou uma ofensiva que em três semanas libertou Rostov e avançou 260 quilômetros na frente do Don. Kharkov também foi retomada, mas um contra-ataque alemão a recuperou. Ao Norte, houve o desbloqueio parcial de Leningrado. Na região central, foram recuperadas Rzhev, Viazma, Demiansk e Kursk.

Fracasso do ataque alemão em Kursk e a contraofensiva geral soviética

Para vingar-se da derrota em Stalingrado, os alemães prepararam um ataque ao saliente de Kursk, na Frente Central, utilizando 900 mil homens, 2.400 carros de combate (70% do total existente na Frente Oriental), dez mil canhões e morteiros. Os soviéticos – prevenidos por seus serviços de informações – concentraram 1,3 milhão de homens e 3.500 carros de combate e



canhões autopropulsados, 20 mil peças de artilharia e 2.900 aviões. O ataque alemão teve início em 5 de julho de 1943, obtendo alguns êxitos iniciais. Em 12 de julho, uma poderosa contraofensiva soviética fez os alemães recuarem além de onde haviam partido, com enormes perdas. Em 22 de julho, Hitler teve que ordenar a suspensão do ataque. Em sua contraofensiva, o Exército Vermelho expandiu o bolsão de Kursk ao Norte e ao Sul e libertou Orel, Bielgorod e Kharkov (23-08-1943). As perdas alemãs na batalha de Kursk foram de 500 mil homens, 1.500 carros-combate, três mil canhões e 3.700 aeronaves.

O Exército Vermelho iniciou, então, sua ofensiva geral, em uma frente de mais de mil quilômetros. Foram libertadas Briansk (17-09), Smolensk (24-09), Kiev (06-11) e Gomel (27-11). Os alemães foram empurrados 250 quilômetros para Oeste e jogados ao outro lado do rio Dnieper. Em retirada, os alemães sofreram – entre julho e outubro de 1943 – 365 mil baixas e grandes perdas materiais. Recuaram destruindo tudo o que encontraram no caminho e assassinando dezenas de milhares de idosos, mulheres e crianças.

Expulsão dos nazi-fascistas do território soviético

Mesmo ferida de morte, a Alemanha ainda contava na Frente Oriental com cinco milhões de homens, 5.400 carros de combate, 55 mil canhões e três mil aviões, incluídas as tropas de seus aliados.

Mas nada conseguiu deter a ofensiva soviética. Ao Norte, em janeiro de 1944, o Exército Vermelho rompeu o cerco de Leningrado, libertou Novgorod, a Estônia e parte da Letônia. Em junho, atacou os finlandeses na Carélia, obrigando-os a assinar o *Armistício de Moscou* (19-09). Em outubro, os alemães abandonaram o Ártico soviético e o Nordeste da Noruega.

No Sul, em fevereiro e março, os alemães foram jogados além do Dniester e expulsos da Ucrânia oriental e da Galitzia. Toda a península da Crimeia – incluindo Odessa e Sebastopol – foi higienizada de tropas nazistas. Em abril, foi libertada a Moldávia e as tropas soviéticas entraram na Romênia onde aniquilaram, nos arredores de Iasi e Kishiniov, 25 divisões germano-romenas, avançando para o centro do país. Em 23 de agosto, um levante popular-militar – com forte participação do Partido Comunista da Romênia – depôs o ditador Antonescu e formou um novo governo, que propôs aos aliados um armistício e declarou guerra à Alemanha.

Na região central, o Exército Vermelho iniciou, em junho, a *Operação Bagration*, que aniquilou o Grupo de Exércitos Centro – o mais poderoso destacamento de tropas da Alemanha nazista, com 1,2 milhão de soldados, 900 tanques, dez mil canhões e 1.400 aviões –, libertou a Bielorrússia, parte da

Lituânia e da Letônia, a Ucrânia ocidental e grande parte da Polônia oriental, incluindo Lublin, Helm, Brest-Litovsk e Lvov.

Em Lublin, foi formado o Comitê Polaco de Libertação Nacional (CPLN) e constituídas as Forças Armadas Polonesas (FAP) – dirigidas pelo Partido Operário Polaco – que, em fins de 1944, já contavam com 286 mil homens, jogando importante papel na vitória contra os nazistas. Em julho de 1944, as tropas soviéticas cruzaram o Vístula e chegaram às portas de Varsóvia, após um avanço de 724 quilômetros. A extensão das linhas de suprimentos e a perda de 30% de seus efetivos, além da crescente resistência alemã, obrigaram os soviéticos a uma parada. No decorrer dessa ofensiva, haviam sido mortos 500 mil alemães e o general alemão Buttlar afirmou que “*a derrota do Grupo de Exércitos ‘Centro’ pôs fim à resistência alemã no leste.*”

O levante de Varsóvia e o tardio desembarque aliado no Sul da França

É nesse contexto que, em 1º de agosto de 1944, sem qualquer articulação com o Exército Vermelho, o general Komorowski – chefe da resistência polaca pró-ocidental – iniciou um levante em Varsóvia, com o único objetivo de antecipar-se à chegada das tropas soviéticas, alijar o CPLN formado em Lublin e instalar um poder anticomunista.

Apesar de estar com suas forças exauridas, o Exército Vermelho buscou ajudar os insurretos retomando a ofensiva durante agosto e a primeira metade de setembro, sofrendo pesadas baixas. Foi feito um ataque contra Praga, subúrbio de Varsóvia, e o 1º Exército Polaco cruzou o Vístula, mas não conseguiu vencer a forte resistência alemã. Aviões soviéticos realizaram 2.243 incursões e lançaram para os sublevados 156 morteiros, 505 fuzis antitanque, 2.667 subfuzis e fuzis, 41.780 granadas, três milhões de cartuchos, 113 toneladas de víveres e 500 quilos de medicamentos.

Os alemães concentraram poderosas forças em Varsóvia e reprimiram cruelmente o levante, matando 38 mil combatentes – entre eles tropas da FAP que estavam em Varsóvia – e mais de 250 mil civis. Desmentindo aqueles que difundem que o Exército Vermelho só não tomou Varsóvia naquele momento porque não quis, o general alemão Tippelskirch reconheceu que “*a insurreição estalou em 1º de março, quando a força do golpe russo já havia se esgotado.*” Os soviéticos só conseguiram tomar Varsóvia em janeiro de 1945 e Lódz só foi libertada em fins de janeiro.

Diante da ofensiva avassaladora dos exércitos soviéticos na Frente Oriental, os EUA e a Grã-Bretanha – após três anos de tergiversações – finalmente realizaram um desembarque no Sul da França, em 6 de junho de 1944, abrindo a “2ª frente”, prometida para 1942... Ficava claro que depois de deixarem

a URSS enfrentar sozinha, durante três anos, a máquina de guerra nazi-fascista, agora os “aliados” atuavam com o claro objetivo de impedir que a URSS vencesse a guerra sozinha. O número irrelevante de soldados que desembarcou no Sul da França – 150 mil homens – mostra o ridículo das afirmações dos ideólogos do imperialismo (não podemos considerá-los “historiadores”) que afirmam que esse desembarque foi “o momento da virada” da Segunda Guerra Mundial.

O avanço em direção a Berlim e a capitulação alemã

Em 5 de setembro de 1944, a União Soviética declarou guerra à Bulgária, onde já atuava o Exército Popular de Libertação, com quase 20 mil homens, sob a direção do Partido Operário Búlgaro. No dia 9, uma sublevação em Sofia derrubou o governo fascista e colocou no poder a “Frente Patriótica”, que havia formado 670 comitês em todo o país. Esse novo governo assinou uma trégua com os aliados e declarou guerra à Alemanha.

Em 28 de setembro de 1944, o 57º Exército soviético entrou na Iugoslávia e – em conjunto com o Exército Popular de Libertação da Iugoslávia, que contava com 400 mil homens – iniciou uma ofensiva contra Belgrado, que foi libertada em 20 de outubro. Na Albânia, o Exército de Libertação Nacional, dirigido pelo Partido Comunista da Albânia, libertou Tirana em 17 de novembro.

Em janeiro de 1945, os soviéticos iniciaram a ofensiva que expulsou os alemães dos últimos territórios poloneses ocupados. Em 31 de janeiro, as tropas soviéticas conquistaram uma cabeça de ponte no rio Oder, a 70 quilômetros de Berlim. Em 13 de fevereiro de 1945, após duros combates, os soviéticos tomaram Budapeste, na Hungria. Em fins de fevereiro, parte do Exército Vermelho avançou para o Báltico e varreu as tropas alemãs que ali ainda se encontravam. Outra parte dirigiu-se para Viena, libertando-a em 13 de abril.

Sentindo-se derrotados, os nazistas buscaram uma negociação de paz em separado com os EUA e a Inglaterra. Enquanto diminuía a resistência a Oeste, a fortaleciam a Leste. Era evidente a intenção das tropas nazi-fascistas de se renderem aos aliados ocidentais e não aos soviéticos.

Cientes disso, os soviéticos deram início à sua ofensiva contra Berlim em 16 de abril. Oito dias depois, a capital alemã estava cercada e Hitler suicidou-se. O almirante Dönitz, ao assumir o governo, afirmou: *“minha tarefa primeira é salvar os alemães da eliminação pelos bolcheviques (...) As ações militares continuam apenas em prol deste objetivo”*. Propôs, então, a ingleses e norte-americanos um entendimento, para lutarem juntos contra a URSS. Nessa ocasião, Churchill orientou Montgomery a *“recolher cuidadosamente as armas alemãs e*

armazená-las, para que seja mais fácil distribuí-las de novo entre os soldados alemães com que teremos de colaborar caso a ofensiva soviética continue”.

Após 16 dias de combate, as tropas soviéticas tomaram Berlim – defendida por um milhão de homens – e no dia 2 de maio a bandeira vermelha foi hasteada no Reichstag. Seis dias depois, os alemães firmaram em Berlim a capitulação incondicional da Alemanha.

Na Tchecoslováquia – onde os alemães ainda tinham de 50 divisões – eclodiu em Praga, no dia 5 de maio, uma insurreição popular. Em marcha batida, as tropas soviéticas avançaram para aniquilar os exércitos alemães que se preparavam para afogá-la em sangue. Assim, Praga foi libertada no dia 9 de maio.

Menos de 20 dias após a capitulação alemã, Stalin – em reunião com Molotov, Voroshilov e Jukov – constatou: “Enquanto nós desarmamos e enviamos ao acampamento todos os soldados e oficiais do exército alemão, os ingleses mantêm as tropas alemãs em completa prontidão, estabelecendo com eles uma cooperação mútua. Até o momento, os comandos das tropas alemãs, liderados por seus ex-comandantes, têm total liberdade e, por determinação de Montgomery, reúnem e organizam os armamentos e equipamentos de suas tropas.”

As armas ainda fumegavam nos campos de batalha e os Estados Unidos e a Inglaterra já tramavam – sem quaisquer escrúpulos – uma aliança com os nazi-fascistas, para a futura luta contra a URSS.

URSS — baluarte na luta contra o nazi-fascismo

A vitória da URSS sobre a Alemanha, ao custo de 27 milhões de mortos e a devastação do país – contra apenas 405 mil estadunidenses e 375 mil britânicos mortos, em toda a guerra e em todas as frentes –, salvou a humanidade de um retrocesso histórico inimaginável. O que ganha ainda maior importância se considerarmos que a Alemanha estava a um passo de detonar a sua bomba atômica – cujos testes ocorriam no Estado da Turíngia –, o que lhe teria garantido a vitória na guerra e a consequente escravização do conjunto da humanidade aos seus desígnios.

Na Frente Oriental, os alemães enfrentaram pela primeira vez uma verdadeira resistência. Combatendo com uma tenacidade heroica, os soviéticos causaram enormes baixas aos nazi-fascistas. Suas tropas não se rendiam mesmo em situação de extrema inferioridade. Como observou um oficial dos corpos blindados alemães: *“Onde o inimigo aparece, ele luta obstinada e corajosamente até a morte. Desertores e aqueles em busca de rendição não foram relatados a partir de nenhuma posição”.*



Assim, à medida que avançavam, obtendo vitórias táticas, os alemães iam exaurindo as suas forças. Em setembro de 1941, já haviam sofrido 535 mil baixas, perdido 70% de seus tanques e 40% de seus aviões. E em novembro de 1942, suas perdas haviam atingido mais de 2,5 milhões de mortos, feridos e desaparecidos. Sua “guerra relâmpago” – vitoriosa em todo o Ocidente capitalista – acabou derrotada em sua luta contra o socialismo.

Os atos de heroísmo coletivo em Brest-Livotski, Smolensk, Minsk, Leningrado, Moscou, Odessa, Stalingrado, Sebastopol, e tantos outros lugares, desmentiram aqueles que diziam que o poder soviético não tinha sustentação no povo e desmoronaria frente ao ataque nazista. Milhões de soviéticos foram mortos ou aprisionados, defendendo sua Pátria, mas também o socialismo. Os prisioneiros soviéticos eram mortos a tiros, pela fome ou pelo frio. Menos de 30% sobreviveram. Nas áreas ocupadas, foram destruídas milhares de cidades e aldeias e sua população exterminada ou enviada para o trabalho escravo na Alemanha.

Ao mesmo tempo em que aplicaram uma política de terra arrasada, os soviéticos multiplicaram as guerrilhas na retaguarda alemã, desorganizando seu abastecimento, destruindo suas comunicações, aniquilando pequenas unidades, impedindo que os invasores explorassem os territórios tomados. Os guerrilheiros imobilizaram meio milhão de alemães na Bielorrússia e 460 mil na Ucrânia. Só em 1943, explodiram 11 mil trens, tiraram de circulação seis mil locomotivas e 40 mil vagões, destruíram 900 pontes ferroviárias e 22 mil veículos. Para combater as guerrilhas, o exército nazista precisou empregar 25 divisões de seu exército de operações, além de unidades de polícia SS e SD e meio milhão de soldados de tropas auxiliares. Funcionavam mais de 400 emissoras nas áreas de guerrilha e estas controlavam vastas regiões nos territórios ocupados. Estima-se que existiam 220 mil guerrilheiros na Ucrânia, 370 mil na Bielorrússia e 260 mil nos territórios ocupados da Rússia. As mulheres participavam ativamente e, em alguns destacamentos, eram de 10% a 25% dos combatentes.

Apesar de os alemães terem ocupado vastos territórios – onde viviam 40% dos soviéticos, estavam 40% das ferrovias e dos rebanhos bovinos, 60% dos suínos, 84% do açúcar, 38% dos cereais, 60% da produção de aço e alumínio, 63% do carvão e 70% das fundições –, a URSS não colapsou. Milhares de empresas – em especial as de grande porte e militares – foram evacuadas, entre junho e novembro de 1941. E mesmo com grande parte do seu território ocupado e enormes perdas na fase inicial da luta, a URSS logo passou a produzir mais armamentos que a Alemanha. Entre 1941 e 1945, a URSS fabricou 137.271 aeronaves, contra 99.339 da Alemanha; 99.488 tanques, contra 53.800 da Alemanha; 514.700 peças de artilharia, contra 87.000 dos alemães. Nenhum país capitalista seria capaz de tal proeza!

O Poder Soviético mostrou-se capaz de mobilizar milhões de homens e mulheres para enfrentar os nazi-fascistas. No início da invasão, o Exército Vermelho tinha 5,4 milhões de homens. Em fins de agosto – apesar de enormes perdas –, já contava com 6,9 milhões e, ao findar o ano, chegou a oito milhões de combatente. Espantado, Goebbels afirmou: “*Parece um milagre. Das amplas estepes russas surgem continuamente novas massas de pessoas e técnicos – como se um grande mágico os esculpisse da argila dos Urais bolcheviques – e equipamentos em qualquer quantidade.*” Esse “grande mágico” era o sistema socialista soviético!

Nessa luta titânica, as mulheres tiveram um papel decisivo, sustentando a maior parte da produção e lutando no *front* como atiradoras de elite, aviadoras, tanquistas, guerrilheiras, médicas e enfermeiras. Os trabalhadores faziam jornadas de 12 a 18 horas para produzir armas, munições, roupas e alimentos para a luta.

Certamente, não foi o “General Inverno”, como dizem alguns, que derrotou a máquina de guerra nazista. Foi a luta titânica e heroica do povo soviético! Só um país socialista, com uma economia avançada, tecnologia de ponta, grande coesão interna e líderes prestigiados, poderia vencer – e venceu – um inimigo tão poderoso e cruel.

Sem dúvida, os povos de todo o mundo devem à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas a derrota do nazi-fascismo e a libertação da humanidade da ditadura hitlerista!

RAUL KROEFF MACHADO CARRION é historiador formado pela UFRGS, com Especialização em História Afro-Asiática pela FAPA. Organizador de três obras coletivas, é coautor de outros sete livros. Preside a Fundação Maurício Grabois no Rio Grande do Sul

BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL CONSULTADA

CROSS, Robin. *Citadel: A Batalha de Kursk*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

DE NÁPOLI, Carlos. *El pacto Churchill-Hitler – El vuelo de Rudolf Hess*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2007.

ELLEINSTEIN, Jean. *História da URSS*. Vol. 3 – A URSS na Guerra (1939-1946). Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1976.

GERRARD, Howard. *Hitler Desafiado em Moscovo*. Barcelona: Osprey Publishing, 2009.

IEREMEEV, Leonid. *A União Soviética na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Revan, 1985.



JÚKOV, G. K. *Memórias e reflexões*. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015-2016.

KILZER, Louis C. *A Farsa de Churchill*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

KONEV, Ivan. *Ano de 1945*. Moscou: Progresso, 1985.

MATTHEWS, Rupert. *Stalingrado*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2013.

MINASIÁN, M. et al. *La Gran Guerra Patria de La Union Sovietica, 1941-1945*. Moscou: Progresso, 1975.

STAHEL, David. *A Batalha por Moscou*. São Paulo: Amarilys, 2015.

VALLAUD, Pierre. *O cerco de Leningrado*. São Paulo: Contexto, 2012.

WERTH, Alexander. *Stalingrado 1942 – O início do fim da Alemanha nazista*. São Paulo: Contexto, 2015.



REVOLUÇÃO DE OUTUBRO E DEMOCRACIA NO MUNDO*

Domenico Losurdo

Introdução

A ideologia e a historiografia ocidental parecem querer resumir o balanço de um século dramático em uma historieta edificante, que pode ser assim sintetizada: no início do século XX, uma moça fascinante e virtuosa (a senhorita Democracia) é agredida, primeiro por um bruto (o senhor Comunismo) e depois por outro (o senhor Nazi-fascismo); aproveitando também os contrastes entre os dois e através de complexos eventos, a moça consegue enfim libertar-se da terrível ameaça; tornando-se nesse meio tempo mais madura, mas sem perder o seu fascínio, a senhorita Democracia pode agora coroar o seu sonho de amor mediante o casamento com o senhor Capitalismo; cercada pelo respeito e admiração geral, o feliz e inseparável casal adora levar a sua vida entre Washington e Nova Iorque, entre a Casa Branca e Wall Street. Estando assim as coisas, não é mais permitido ter qualquer dúvida: o comunismo é o inimigo implacável da democracia, a qual pôde consolidar-se e desenvolver-se apenas depois de tê-lo derrotado.

1. A democracia como superação de três grandes discriminações

Todavia, esta historieta edificante nada tem a ver com a história real. A democracia, assim como hoje a entendemos, pressupõe o sufrágio universal: independentemente do sexo (ou gênero), da riqueza e da raça, cada indivíduo deve ser reconhecido como titular de direitos políticos, do direito eleitoral ativo e passivo, do direito de votar nos seus próprios representantes e de ser eventualmente eleito nos organismos representativos. Isto é, nos nossos dias a democracia, até em seu significado mais elementar e imediato, implica a superação de três grandes discriminações (sexual ou de gênero, censitária e racial) que eram ainda vivas e vitais às vésperas do Outubro de 1917, e que foram superadas apenas com a contribuição, por vezes decisiva, do movimento político saído da revolução bolchevique.



Começemos com a cláusula da exclusão, macroscópica, que negava o gozo dos direitos políticos à metade do gênero humano, isto é, às mulheres. Na Inglaterra, as senhoras Pankhurst (mãe e filha), que promoviam a luta contra tais discriminações e dirigiam o movimento feminista das sufragistas, eram obrigadas a visitar periodicamente as prisões do país. A situação não era muito diferente nos outros grandes países do Ocidente. Ao contrário, foi Lênin, em *O Estado e a Revolução*, quem denunciou a “exclusão das mulheres” dos direitos políticos como uma confirmação clamorosa do caráter discriminatório da “democracia capitalista”. Tal discriminação fora cancelada na Rússia já após a revolução de fevereiro, por Gramsci saudada como “revolução proletária” pelo seu papel de protagonista desenvolvido no seio das massas operárias, como o confirmava o fato de que a revolução havia introduzido “o sufrágio universal, estendendo-o também às mulheres”. O mesmíssimo caminho fora depois percorrido pela república de Weimar, saída da “revolução de novembro” que eclodiu na Alemanha a um ano de distância da Revolução de Outubro, e sob a influência e como imitação desta última. Sucessivamente, na mesma direção se moviam também os Estados Unidos. Na Itália e na França, ao contrário, as mulheres conquistaram os direitos políticos somente após a Segunda Guerra Mundial, na onda da Resistência antifascista, e para a qual os comunistas contribuíram de modo essencial ou decisivo.

Considerações análogas podem ser feitas a propósito da segunda grande discriminação, ela que também há tanto tempo tem caracterizado a tradição liberal: refiro-me à discriminação censitária, que excluía dos direitos políticos ativos e passivos os não proprietários, os destituídos de riqueza, as massas populares. Já eficazmente combatida pelo movimento socialista e operário, mesmo se profundamente enfraquecida, esta continuava a resistir teimosamente às vésperas da Revolução de Outubro. No ensaio sobre o imperialismo e em *O Estado e a Revolução*, Lênin chamava a atenção para as persistentes discriminações censitárias, camufladas mediante os requisitos de residência e outros “pequenos” (os pretensos pequenos) detalhes da legislação eleitoral”, que em países como a Grã-Bretanha comportavam a exclusão dos direitos políticos do “estrato inferior propriamente proletário”. É possível acrescentar que mesmo o país clássico da tradição liberal tardou de modo particular a afirmar plenamente o princípio “uma cabeça, um voto”. Só no ano de 1948 desapareceram os últimos traços do “voto plural”, a seu tempo teorizado e celebrado por John Stuart Mill: os membros das classes superiores considerados mais inteligentes e mais dignos gozavam do direito de exprimir mais de um voto. Retornava, assim, pela janela a discriminação censitária expulsa pela porta.

No que diz respeito à Itália, nos manuais escolares se pode ler que a discriminação censitária foi cancelada em 1912, mas, na realidade, continua-

vam a subsistir as “pequenas” cláusulas de exclusão denunciadas por Lênin. Não é este, porém, o ponto mais importante. A lei aprovada naquele ano concedia graciosamente os direitos políticos só àqueles cidadãos do sexo masculino que, mesmo se de modesta condição social, deveriam ser distinguidos ou por “títulos de cultura ou de honra” ou pelo valor militar mostrado no curso da guerra contra a Líbia terminada pouco antes. Em outras palavras, não se tratava do reconhecimento de um direito universal, mas de uma recompensa pela prova de coragem e de ardor bélico que haviam dado no decorrer de uma conquista colonial de traços brutais e, por vezes, genocidas.

Em cada caso, também lá onde o sufrágio (masculino) tornou-se universal ou virtualmente universal, isso não valia para a Câmara Alta, que continuava a ser apanágio da nobreza e das classes superiores. No Senado italiano tomavam assento, na qualidade de membros de direito, os príncipes da Casa Savoia: todos os outros eram nomeados vitaliciamente pelo rei, por recomendação do presidente do Conselho. Não era diversa a composição das Câmaras Altas nos diferentes países da Europa que, à exceção da França, não eram eletivas, mas caracterizadas por um entrelaçamento de hereditariedade e nomeação régia. Até no que diz respeito ao Senado da Terceira República francesa, que mesmo tendo atrás de si uma série ininterrupta de levantes revolucionários que culminaram na Comuna, é de se notar que isso resultava de uma eleição indireta e era constituído de modo tal a garantir uma super-representação ao campo (e à conservação político-social), em detrimento obviamente de Paris e das maiores cidades, isto é, em detrimento dos centros urbanos considerados o foco da revolução. Também na Grã-Bretanha, não obstante a secular tradição liberal às costas, a Câmara Alta (inteiramente hereditária, excetuados poucos bispos e juizes) não tinha nada de democrática, e nítido era o controle exercido pela aristocracia na esfera pública; uma situação não muito diversa daquela que caracterizava Alemanha e Áustria. É por isso que um ilustre historiador (Arno J. Mayer) falou da persistência do antigo regime na Europa até o primeiro conflito mundial (e a Revolução de Outubro e as revoluções e os levantes que se seguiram a ela).

Naqueles anos, nem sequer nos Estados Unidos estavam ausentes os resíduos da discriminação censitária. Com relação à Europa, porém, o antigo regime se apresentava em uma versão diferente: a aristocracia de classe se configurava como uma aristocracia de raça. No Sul do país, o poder estava nas mãos dos antigos proprietários de escravos, que nada haviam perdido da sua arrogância racial ou racista e que não por acaso eram tachados por seus adversários de Bourbons; não havia por certo desaparecido o regime, de um lado, celebrado pelos seus apoiadores e, de outro, criticamente analisado pelos estudiosos contemporâneos como um tipo de ordenamento de castas,

por estar fundado sobre agrupamentos étnico-sociais tornados impermeáveis à miscigenação, vale dizer, fundado na proibição das relações sexuais e matrimoniais inter-raciais, severamente condenadas e punidas enquanto suscetíveis de pôr em discussão a *supremacia branca*.

2. A dupla dimensão da discriminação racial

E chegamos assim à terceira grande discriminação, a discriminação racial. Antes da Revolução de Outubro esta estava mais viva que nunca e manifestava a sua vitalidade de dois modos. No âmbito global o mundo se caracterizava, para dizê-lo com Lênin, pelo domínio incontestado de “poucas nações eleitas” ou por um punhado de “nações-modelo” que atribuíam a si mesmas “o privilégio exclusivo de formação do Estado”, negando-o à vasta maioria da humanidade, aos povos estranhos ao mundo ocidental e branco, e, portanto, indignos de se constituírem como Estados nacionais independentes. E assim, as “raças inferiores” eram excluídas em bloco do gozo dos direitos políticos até mesmo pelo fato de serem consideradas incapazes de autogovernar-se, incapazes de discernimento no plano político. Tal exclusão era reafirmada em um segundo nível, o nível nacional: na União Sul-Africana e nos Estados Unidos (o país ao qual faremos referência), os povos de origem colonial eram ferozmente oprimidos: estes não gozavam nem de direitos políticos nem de direitos civis.

Pensemos por exemplo nos linchamentos que, entre o século XIX e o século XX, eram reservados em particular aos negros. Um ilustre historiador estadunidense (Vann Woodward) nos deu uma descrição seca, mas tanto mais eficaz quanto aterrorizante:

Notícias dos linchamentos eram publicadas em anúncios locais e va-gões suplementares eram acrescentados aos trens para os espectadores, algumas vezes milhares, provenientes de localidades a quilômetros de distância. Para assistirem ao linchamento, as crianças podiam gozar de um dia livre nas escolas.

O espetáculo podia incluir a castração, o escalpelamento, as queimaduras, o enforcamento, os disparos de arma de fogo. Os *souvenirs* para os adquirentes podiam incluir os dedos das mãos e dos pés, os dentes, os ossos e até os órgãos genitais da vítima, assim como postais ilustrados do evento.

Vemos que aqui opera não a democracia fabulada pela historieta edificante da qual falei no início, mas aquela que eminentes estudiosos estadunidenses têm definido como *Herrenvolk democracy*, uma democracia reservada exclusivamente ao povo dos senhores, o qual exercia uma aterrorizante *White*

supremacy não só sobre os povos de origem colonial (afro-americanos, asiáticos etc.), mas às vezes também sobre os imigrantes provenientes de países (como a Itália) considerados de duvidosa pureza racial.

Ainda nos anos 1930, os negros, que no curso da Primeira Guerra Mundial foram chamados a combater e a morrer pela “defesa” do país, continuavam a suportar um regime de terror que ao mesmo tempo funcionava como uma repugnante sociedade do espetáculo. São eloquentes os títulos e as crônicas dos jornais locais da época. Nós os reproduzimos da antologia (*100 Years of Lynchings*) editada por um estudioso afro-americano (Ralph Ginzburg): “Grandes preparativos para o linchamento desta noite”. Nenhum pormenor deveria ser negligenciado: “Teme-se que disparos de arma de fogo dirigidos ao negro possam errar o alvo e atingir espectadores inocentes, que incluem mulheres com os seus filhos nos braços”; mas se todos respeitarem as regras, “ninguém ficará desapontado”. A inédita sociedade do espetáculo procedia de modo implacável. Vejamos outros títulos: “Linchamento realizado quase como previsto no anúncio publicitário”; “A multidão aplaude e ri pela horrível morte de um negro”; “Coração e genitais extirpados do cadáver de um negro”.

A sofrerem o linchamento não eram apenas os negros culpados de “estupro” ou, no mais das vezes, de relações sexuais consensuais com uma mulher branca. Bastava muito menos para ser condenado à morte. O *Atlanta Constitution* de 11 de julho de 1934 informava a execução de um negro de 25 anos “acusado de ter escrito uma carta ‘indecente e insultante’ a uma jovem branca do condado de Hinds”; nesse caso, “a multidão de cidadãos armados” estava satisfeita de ter enchido de bala o corpo do infeliz. No mais, além dos “culpados”, a morte, infligida de modo mais ou menos sádico, assombrava até mesmo os suspeitos. Continuemos a consultar os jornais da época e a ler os seus títulos: “Absolvido pelo júri, depois linchado”; “Suspeito enforcado em um carvalho na praça pública de Bastrop”; “Linchado o homem errado”. Enfim, a violência não se limitava a pegar os responsáveis ou o suspeito do delito a ele atribuído. Acontecia que, antes de proceder ao seu linchamento, fosse incendiada e queimada a cabana em que habitava a sua família.

É de se acrescentar que a terceira grande discriminação terminava por atingir também certos membros e certos setores da mesma casta ou raça privilegiada. Ainda lendo a antologia relativa aos cem anos de linchamentos nos Estados Unidos, encontramos no título de um artigo do *Galveston (Texas) Tribune* de 21 de junho de 1934: “Uma jovem branca é encarcerada, seu amigo negro é linchado”. Sobre aquela jovem branca o regime de terror da *white supremacy* se abatia de modo dúplice: seja privando-a de sua liberdade pessoal, seja atingindo-a pesadamente em seus afetos.

3. Movimento comunista e luta contra a discriminação racial

Em qual direção, para qual movimento e para qual país olhavam as vítimas de tal horror, na procura de solidariedade e inspiração para a luta de resistência e de emancipação? Não é difícil imaginar. Logo após a Revolução de Outubro, os afro-americanos que aspiravam pôr em xeque o jogo da *white supremacy* eram frequentemente acusados de bolchevismo, mas pronta era a réplica de um militante negro que não se deixava intimidar: “Se lutar pelos nossos direitos significa ser bolchevique, então eu sou bolchevique e os demais que se calem de uma vez por todas”.

São os anos em que os negros se faziam militantes do Partido Comunista dos Estados Unidos ou que visitavam a Rússia soviética seguindo uma experiência inédita e emocionante: se viam finalmente reconhecidos na sua dignidade humana; em igualdade com seus companheiros poderiam participar da criação de um mundo novo. Compreende-se agora por que motivo estes olhavam Stalin como um “novo Lincoln”, o Lincoln que teria posto fim desta vez de modo concreto e definitivo à escravidão dos negros, à opressão, à degradação, à humilhação, à violência e aos linchamentos que continuavam a suportar. Não há com o que se surpreender com esta visão. Tenha-se presente que por um longo tempo, no período em que a discriminação racial e o regime de supremacia branca reinavam quase imperturbáveis no interior dos Estados Unidos, mas também mundialmente nas relações entre metrópoles capitalistas e colônias, o termo “racismo” teve uma conotação positiva, como sinônimo de compreensão sóbria e científica da história e da política, uma compreensão científica que só os ingênuos (especialmente socialistas ou comunistas) se obstinavam a ignorar ou a pôr em discussão.

Quando começou o momento da virada na história dos afro-americanos? Em dezembro de 1952 o ministro estadunidense da justiça enviava à Corte Suprema, que era chamada a discutir a questão da integração na escola pública, uma carta eloquente: “A discriminação racial leva água à propaganda comunista e suscita dúvidas também entre as nações amigas sobre a intensidade da nossa devoção à fé democrática”. Até por razões de política externa era necessário estabelecer a inconstitucionalidade da segregação e da discriminação antinegra. Washington observa o historiador estadunidense (Vann Woodward) que reconstrói tal evento corria o perigo de distanciar-se das “raças de cor” não só no Oriente e no Terceiro Mundo, mas no coração mesmo dos Estados Unidos: também aqui a propaganda comunista obtinha um considerável sucesso na sua tentativa de ganhar os negros para a “causa revolucionária”, fazendo abalar sua “fé nas instituições americanas”. Em outras palavras, não seria possível conter a subversão comunista sem pôr fim ao

regime da *white supremacy*. E assim: a luta engajada do movimento comunista e o medo do comunismo terminavam por desenvolver, nos Estados Unidos (e depois na África do Sul), um papel essencial na revogação da discriminação racial e na promoção da democracia.

Neste ponto se impõe uma reflexão. As opiniões políticas de qualquer um de nós podem ser as mais diversas. E, todavia, quem queira fundamentar as suas afirmações em uma reconstrução elementar que seja da história deve reconhecer um ponto essencial: a historieta edificante da qual falamos no início, e que continua a ser apregoada pela ideologia dominante, não é mais que uma historieta. Se por *democracia* entendemos ao menos o exercício do sufrágio universal e a superação das três grandes discriminações, é claro que essa não pode ser considerada anterior à Revolução de Outubro e não pode ser pensada sem a influência que esta última exerceu mundialmente.

4. A discriminação racial entre os Estados Unidos e o Terceiro Reich

Se, de um lado, incitava as suas vítimas a porem suas esperanças no movimento comunista e na União Soviética, de outro, o regime da *white supremacy* vigente nos Estados Unidos e no mundo suscitava a admiração do movimento nazista. Em 1930, Alfred Rosenberg, que depois se tornaria o teórico mais ou menos oficial do Terceiro Reich, celebrava os Estados Unidos, com o olhar voltado principalmente ao Sul, como um “esplêndido país do futuro” que havia tido o mérito de formular a feliz “nova ideia de um Estado racial”, ideia que se tratava agora de pôr em prática “com força juvenil”, sem que se ficasse a meio caminho. A república norte-americana havia corajosamente chamado a atenção para a “questão negra” e de fato a havia colocado “no vértice de todas as questões decisivas”. Assim, uma vez cancelado para os negros, o absurdo princípio da igualdade racial deveria ser liquidado por completo: se deveria tirar “as necessárias consequências também para os amarelos e os judeus”.

Não há dúvida, o regime da *white supremacy* inspirou profundamente o nazismo e o Terceiro Reich. É uma influência que deixou traços profundos também no plano categorial e linguístico. Tentemos nos interrogar acerca dos termos-chave suscetíveis de exprimir de modo claro e concentrado a carga de desumanização e de violência genocida inerente à ideologia nazista. Não se necessita de uma pesquisa muito difícil: *Untermensch* é o termo-chave que de antemão despoja de qualquer dignidade humana todos os que são destinados a se tornarem escravos a serviço da raça dos senhores ou ser aniquilados como agentes patogênicos, culpados de fomentar a revolta contra a raça dos



senhores e contra a civilização enquanto tal. E eis que o termo *Untermensch*, que cumpre um papel tão central e nefasto na teoria e na prática do Terceiro Reich, não é senão a tradução do americano *Under Man*! Reconhece-o Rosenberg, o qual exprime a sua admiração pelo autor estadunidense Lothrop Stoddard: cabe a este o mérito de ter sido o primeiro a cunhar o termo em questão, que se destaca como subtítulo (*The Menace of the Under Man*) de um livro publicado em Nova Iorque em 1922 e da sua versão alemã (*Die Drohung des Untermenschn*) surgida três anos depois. No que diz respeito ao seu significado, Stoddard esclarece que ele indica a massa dos “selvagens e bárbaros”, “essencialmente incapazes de civilidade e seus inimigos incorrigíveis”, com os quais é necessário proceder a um radical acerto de contas, se se quer evitar o perigo iminente do colapso da civilização. Elogiado, antes ainda que por Rosenberg, por dois presidentes estadunidenses (Harding e Hoover), Stoddard é sucessivamente recebido com todas as honras em Berlim, onde encontra não só os expoentes mais ilustres da eugenia nazista, mas também a mais alta hierarquia do regime, incluindo Adolf Hitler, já investido em sua campanha de dizimação e escravização dos “indígenas” ou dos *Untermenschn* da Europa oriental, e empenhado nos preparativos para o aniquilamento dos *Untermenschn* judeus, considerados os insanos inspiradores da revolução bolchevique e da revolta dos escravos e dos povos coloniais.

Bem longe de poderem ser assimiladas uma e outra como inimigas mortais da democracia, União Soviética e Alemanha hitleriana estão colocadas historicamente em posições contrapostas: a primeira teve um papel de vanguarda na luta contra a terceira discriminação (a discriminação racial), enquanto a segunda se distinguiu na luta para radicalizar e eternizar a terceira grande discriminação e, ao fazer isto, invocou o exemplo constituído pelos Estados Unidos. Na sua complexidade, a análise histórica obriga a reconhecer a contribuição essencial ou decisiva fornecida pelo movimento surgido da Revolução de Outubro para a superação das três grandes discriminações e, portanto, para a realização de um pressuposto iniludível da democracia.

5. Um incompleto processo de democratização

Convém agora colocar-nos uma última pergunta: as três discriminações estão hoje completamente desaparecidas? Já há muitos anos um eminente historiador estadunidense, Arthur Schlesinger Jr., que foi também conselheiro do presidente John Kennedy, traçava um quadro bem pouco lisonjeiro da democracia no seu país: “A ação política, uma vez fundada no ativismo, funda-se agora na disponibilidade financeira”. Dados os “custos assustadoramente altos das recentes campanhas eleitorais”, se delineava claramente

a tendência a “limitar o acesso à política àqueles candidatos que têm fortunas pessoais ou que recebem dinheiro de comitês de ação política”, ou dos “grupos de interesses” e *lobbies* vários. Em outras palavras, era como se a discriminação censitária, expulsa pela porta, retornasse pela janela. Tome-mos nota: a campanha neoliberal contra os “direitos sociais e econômicos”, solenemente proclamados e sancionados pela ONU em 1948, mas denunciados por Friedrich August Von Hayek como expressão da influência (por ele considerada ruínosa) da “revolução marxista russa”, terminou por atingir também os direitos políticos.

No ato de acusação contra a Revolução de Outubro formulado pelo patriarca do neoliberalismo (e Prêmio Nobel de Economia em 1974) se pode e se deve ler um grande reconhecimento. Aquela revolução contribuiu para a realização dos direitos econômicos e sociais e sua edificação também no Ocidente; não por acaso, nos nossos dias, à ausência do desafio do movimento comunista corresponde o desmantelamento do Estado Social na própria Europa, com o resultado de que a discriminação censitária termina por reaparecer ao abrigo de novas formas.

E o que dizer das outras duas grandes discriminações? Certamente, a história não é o eterno retorno do idêntico, como pretendia Nietzsche. Seria errado e enganoso ignorar as mudanças de contexto e os resultados conseguidos pela luta de emancipação. Nos nossos dias ninguém ousaria defender o racismo e proclamar em voz alta a necessidade de defender ou restabelecer a *white supremacy*. Porém, não devemos esquecer que historicamente um aspecto essencial da terceira grande discriminação foi a hierarquização dos povos e das nações. Isto foi bem compreendido por Lênin, que vimos definir o imperialismo como a pretensão de “poucas nações eleitas”, ou de poucas “nações-modelo”, de reservarem exclusivamente para si o direito de constituírem-se em Estado nacional independente. Foi abandonada de uma vez por todas tal pretensão? Por ocasião dos graves conflitos políticos e diplomáticos, o Ocidente e em particular o seu país-guia se dirigem ao Conselho de Segurança da ONU para que autorize a intervenção militar por eles preconizada ou programada, mas ao mesmo tempo declaram que, também na ausência desta autorização, estes se reservam o direito de desencadear soberanamente a guerra contra este ou aquele país. É evidente que, arrogando-se o direito de declarar superada a soberania de outros Estados, os países ocidentais se atribuem uma soberania dilatada e imperial, a ser exercida bem além do próprio território nacional, enquanto para os países por eles tomados como alvo, o princípio da soberania estatal é declarado superado ou destituído de valor. Sob uma nova forma reproduz-se a dicotomia (nações eleitas e realmente providas de soberania/povos indignos de se constituírem em Estado nacional

autônomo) que é própria do imperialismo e do colonialismo. Com a força das armas continua sendo invocado o princípio da hierarquização dos povos e das nações.

No caso dos Estados Unidos, esta pretendida hierarquia é proclamada em alta voz e é mesmo religiosamente transfigurada. Em setembro de 2000, ao conduzir a campanha eleitoral que o havia levado à presidência, George W. Bush enunciava um conveniente dogma: “A nossa nação foi eleita por Deus e tem o mandato da história para ser o modelo para o mundo”. É um dogma bem radicado na tradição política estadunidense. Bill Clinton havia inaugurado o seu primeiro mandato presidencial com uma proclamação ainda mais enfática do primado dos Estados Unidos e do direito-dever de dirigir o mundo: “A nossa missão é eterna”!

Dir-se-ia que a *white supremacy* é substituída pela *western supremacy* ou a *American supremacy*. O que resta é que o princípio da hierarquia dos povos e das nações segue inalterado, uma hierarquização natural, eterna e até consagrada pela vontade divina, como na monarquia absoluta do Antigo regime! Ao menos no que diz respeito à sua dimensão internacional, a terceira grande discriminação não desapareceu. Dito de outro modo, pelo menos no que respeita às relações internacionais, estamos bem longe da democracia. O processo de democratização iniciado com a Revolução de Outubro está ainda bem longe da sua conclusão.

|| **DOMENICO LOSURDO** é professor emérito de História da Filosofia na Universidade de Urbino, Itália. Presidente da *Internationale Gesellschaft Hegel-Marx für dialektisches Denken* (Sociedade Internacional Hegel-Marx para o pensamento dialético).

* Opúsculo publicado na Itália sob o título *Rivoluzione d'Ottobre e democrazia nel mondo. Napoli: La Scuola di Pitagora*, 2015, 25 p. No Brasil apareceu também na revista *INTERtesis*, vol. 12, n. 1, 2015. Tradução portuguesa de Marcos Aurélio da Silva, professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

OS IMPASSES DA DEMOCRACIA SOVIÉTICA

Augusto C. Buonicore

Quando eclodiu a Revolução de Outubro de 1917 o paradigma do que seriam o Estado e a democracia no socialismo era a Comuna de Paris (1871). Marx analisou aquela experiência original e escreveu sobre ela uma série de textos para a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), que seria organizada e publicada posteriormente sob o título Guerra Civil na França.

O que caracterizava a organização estatal implantada pela Comuna de Paris – que a diferenciava essencialmente da quase totalidade dos Estados burgueses daquele período – era o sufrágio universal; a separação da Igreja do Estado; a fusão das tarefas executivas e legislativas num mesmo órgão; a revogabilidade dos mandatos pelos eleitores; a eleição para o Poder Judiciário; a padronização dos vencimentos dos membros da Comuna e da burocracia estatal ao nível do salário médio de um operário; e fim do exército permanente e o armamento geral do povo.

A Comuna seria um arranjo político-institucional que permitiria evitar a autonomia do Estado e, conseqüentemente, o surgimento de uma burocracia autônoma e onipotente. As medidas tomadas representariam passos importantes no processo de eliminação gradual do Estado como aparelho especial de dominação/opressão de uma classe sobre outra. Segundo Marx, o Estado-Comuna já não seria um Estado no sentido forte do termo e sim um Estado em vias de desaparecimento.

Fortemente influenciado por essa experiência histórica e por *Guerra Civil na França*, Lênin escreveu, entre fevereiro e agosto de 1917 *O Estado e a Revolução*. Este texto é marcado por certo otimismo revolucionário, especialmente no que dizia respeito à possibilidade de se começar a desconstrução do Estado logo após a vitória da revolução socialista. Ali retomou a tese sobre a necessidade de reduzir os vencimentos dos representantes do povo e da burocracia ao nível do salário médio dos operários – tese ridicularizada pelo revisionista Eduard Bernstein como “democratismo ingênuo e primitivo”. Respondeu-lhe Lênin: “Como todos os oportunistas, (...) Bernstein absolu-

tamente não compreendeu que a passagem do capitalismo ao socialismo é impossível sem certo ‘regresso’ a certo democratismo ‘primitivo’.

Continua Lênin na senda da Comuna de Paris: “Elegibilidade absoluta, revogabilidade, em qualquer tempo, de todos os cargos sem exceção, redução dos vencimentos ao nível do salário operário habitual – essas medidas democráticas (...) servem, ao mesmo tempo, de ponte entre o capitalismo e o socialismo (...). **Pode-se e deve-se começar, imediatamente, de um dia para o outro**, a substituir a ‘hierarquia’ específica dos funcionários por simples cargos de ‘contramestres’ e ‘guarda-livros’, cargos já agora inteiramente acessíveis à população urbana, dado o grau do seu desenvolvimento geral, e fáceis de desempenhar ‘mediante um salário operário (...). **Eis o nosso objetivo imediato**”.

O otimismo leninista – naqueles meses que precedem a vitória bolchevique – também pode ser visto na seguinte passagem: “o esmagamento de uma minoria de exploradores pela maioria dos escravos assalariados é uma coisa relativamente fácil, tão simples, tão natural, que custará à humanidade muito menos sangue do que a repressão das revoltas de escravos, de servos e de operários assalariados! E isso é compatível com uma democracia que abarque uma maioria tão grande da população que comece a desaparecer a necessidade de um aparelho especial de coação (...), o povo pode coagir os exploradores sem aparelho especial, mas pela simples organização armada das massas”.

As coisas, no entanto, foram mais complicadas do que previa o revolucionário marxista russo. O projeto democrático, assentado no modelo da Comuna de Paris, não conseguiu ser implantado na União Soviética. O Estado foi fortalecido e com ele os aparelhos especiais de repressão, como a polícia política. Também não se conseguiu estabelecer o salário operário à burocracia nem a revogabilidade para todas as funções de Estado. O “democratismo ingênuo e primitivo”, visto como algo positivo em *O Estado e a Revolução*, passou a ser considerado um desvio pequeno-burguês.

Esses desencontros entre intenções e gestos na experiência soviética originaram-se das dificuldades objetivas enfrentadas por uma revolução que se viu isolada e ameaçada por poderosos inimigos internos e externos. Não podemos entender as vicissitudes e incompletudes da democracia soviética abstraindo as condições terríveis impostas pela intervenção militar estrangeira e dos “exércitos brancos”, ocorrida entre 1918 e 1921. A situação tornou-se verdadeiramente dramática naqueles anos, o jovem país dos soviets viu-se praticamente reduzido às cercanias de Petrogrado e Moscou. Mesmo depois de derrotada esta primeira grande ofensiva armada da contrarrevolução, a Rússia continuou submetida a um feroz cerco econômico e militar.

O Partido Bolchevique, que encabeçou a Revolução Socialista de Outubro de 1917, representava a vanguarda do proletariado urbano. Contudo, este constituía a minoria absoluta da população. A maior parte dela era constituída de pequenos e médios proprietários de terras. Conjunturalmente, amplos segmentos desse campesinato – especialmente os mais pobres – se uniram aos operários com o objetivo de colocar fim ao czarismo e, depois, ao governo de Kerensky, que mantinha o país numa guerra desastrosa e não colocava em prática o programa democrático-popular esboçado pela Revolução de Fevereiro. A reforma agrária antilatifundiária, por exemplo, não saía do papel.

A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte era reivindicação dos soviets desde fevereiro, mas o governo provisório adiou-a o quanto pôde. Sua eleição, finalmente, foi marcada para novembro de 1917. Nesse meio tempo, ocorreu uma revolução que colocou os bolcheviques no poder. Estes resolveram mantê-la, pois constava do seu programa. Eles, inclusive, não mudaram as regras das eleições mesmo sabendo que a ordem das listas dos candidatos já apresentadas não correspondia mais à correlação de forças no seio do maior partido russo: o social-revolucionário. Esta organização acabara de sofrer uma grave cisão. A ala esquerda rompeu com a direção e conheceu um rápido crescimento, aliando-se aos bolcheviques. Mas eram os candidatos da direita, antissoviéticos, que encabeçavam a lista partidária e, por isso, deveriam ser os primeiros a se elegerem e em maior número.

Na eleição, da qual participaram 40 organizações, os mencheviques conseguiram apenas 4% dos votos. O Partido Democrata Constitucionalista (kadete), representante da burguesia liberal (antissocialista), conseguiu 13%. Os bolcheviques, que estavam no auge do seu prestígio, chegaram a 25%. Como previsto, os vitoriosos foram os social-revolucionários que alcançaram 58% da votação. A sua força vinha do campo onde estavam cerca de 80% da população. Dos 529 deputados eleitos, 267 eram social-revolucionários – a maioria da ala direita do partido – e 161 bolcheviques. O resultado foi que as correntes pró-soviéticas (bolcheviques e esquerda SR) ficaram em minoria justamente na instância que deveria elaborar a nova Constituição da Rússia revolucionária.

Logo nas primeiras sessões, a maioria dos deputados recusou-se a homologar as medidas aprovadas pelos soviets, como a reforma agrária. Eclodia assim uma grave crise político-institucional com o restabelecimento de um duplo poder. Situação que levou Lênin a propor e executar o fechamento da Constituinte em janeiro de 1918. A medida foi aprovada pelos anarquistas e a esquerda social-revolucionária. A oposição – composta por liberais, mencheviques e social-revolucionários de direita – protestou e denunciou a implantação de uma ditadura bolchevique.



Apenas no final de 1920 a Rússia soviética se viu livre dos exércitos brancos. Mas a situação econômica e social tornara-se catastrófica depois de longos anos de guerra. Seu parque industrial estava reduzido a 13% do que era em 1914. Houve um processo de desindustrialização e, portanto, de desproletarização. A classe operária dos principais centros urbanos – vanguarda da Revolução de Outubro e que deveria dar suporte social ao novo poder socialista – praticamente desapareceu naqueles dias turbulentos. A parte mais consciente dela havia sido incorporada à Guarda Vermelha (depois Exército Vermelho), dezenas de milhares morreram ou foram mutilados na guerra civil e contra a intervenção dos exércitos estrangeiros. Ela, também, por falta de quadros ideologicamente formados, foi obrigada a assumir postos nos aparelhos de Estado e do Partido Bolchevique, abandonando as fábricas.

Então, os empregos fabris passaram a ser ocupados por pessoas que tinham saído havia pouco tempo do campo – levando sua ideologia pequeno-burguesa –, e mesmo por elementos expropriados da burguesia. A diretiva soviética “quem não trabalha não come” levou-os a se integrarem forçosamente à produção. Contraditoriamente, estavam na condição de operários, mas não eram “verdadeiros” operários. Levavam consigo um profundo ódio aos bolcheviques e ao poder soviético em construção. Sentimento que estaria por trás de muitas das greves ocorridas entre 1918 e 1921.

Diante dessa situação inusitada, o Partido Bolchevique foi obrigado a “substituir” a classe que, em tese, deveria ser a força social de vanguarda na construção do socialismo. Nessas circunstâncias históricas particulares, a ditadura do proletariado se expressaria numa ditadura do Partido Bolchevique, que deveria ser exercida, inclusive, contra setores dessa nova classe operária de origem pequeno-burguesa e burguesa. Aqui estaria a raiz do gradual processo de integração/fusão do Partido Bolchevique e do Estado soviético – e as consequentes vicissitudes da democracia no processo de construção do socialismo.

O sistema de partido único não estava nos planos iniciais dos bolcheviques. Ele se constituiu a partir do processo de radicalização objetiva do processo revolucionário. Logo que Lênin anunciou a tomada do poder, várias correntes abandonaram o 2º Congresso dos Sovietes e se recusaram a reconhecer o novo governo. Entre os que adotaram esta posição estavam os social-revolucionários e os mencheviques. Nesta situação, os bolcheviques foram obrigados a assumir, sozinhos, as rédeas do primeiro governo soviético. Ainda em 29 de outubro de 1917 Lênin diria: “não é por nossa culpa que os social-revolucionários e os mencheviques partem. Nós lhes propusemos partilhar o poder, mas eles preferem esperar que a luta contra Kerensky termine (...). Todo mundo sabe que os Social-Revolucionários e os menchevi-

ques saíram porque estavam em minoria (...), nós desejaríamos um governo soviético de coalizão”.

Uma resolução do Partido Bolchevique, aprovada alguns dias depois, dizia: “O Comitê Central confirma que (...) está pronto a receber de volta os que dele se retiraram e a reconhecer uma coalizão destes dentro dos soviets; e confirma que são absolutamente falsos os comentários segundo os quais os bolcheviques não desejam dividir o poder com ninguém”. Seguindo essa diretiva, retomaram os contatos objetivando estabelecer esse governo de coalizão. Contudo, mencheviques e SRs. impuseram condições inaceitáveis, como a de inclusão dos kadetes no governo. Ainda assim – contra a opinião de Lênin –, os bolcheviques continuaram as negociações, que resultaram em completo fracasso. Neste ínterim, em 12 de dezembro, os social-revolucionários de esquerda concordaram em participar do governo soviético. Eles ficaram com sete comissariados do povo (ministério) e os partidários de Lênin com onze. Isso refletia a correlação de forças existente naquele momento.

No mês de fevereiro de 1918, as concessões territoriais feitas à Alemanha durante as negociações do tratado de paz de Brest-Litovski abriram uma grave crise no interior do governo, a qual levou ao afastamento da esquerda social-revolucionária e sua adesão à oposição. Novamente, contra a sua vontade, os bolcheviques ficaram sozinhos no poder.

O IV Congresso dos Sovietes, ocorrido em março de 1918, tinha a seguinte composição: 65% bolcheviques e 22% social-revolucionários de esquerda. O restante (14%) era uma mescla de social-revolucionários de direita, mencheviques, anarco-comunistas e independentes. Os kadetes já haviam sido colocados na ilegalidade por sua ação contrarrevolucionária. No V Congresso, realizado em julho daquele mesmo ano, os SRs de esquerda possuíam 352 delegados e os bolcheviques 754. Portanto, até então, a Rússia Soviética era ainda um sistema pluripartidário ainda que restrito ao campo democrático-popular.

Neste último congresso, vários dirigentes social-revolucionários conclamaram abertamente a derrubada do governo bolchevique. Logo eles passariam dos discursos à prática insurrecional. Ainda em julho assassinaram o embaixador da Alemanha com o objetivo de forçar o rompimento do tratado de paz e retomar a guerra. No mês seguinte, Lênin sofreu um atentado à bala e ficou gravemente ferido. Uritsky, presidente da Cheka (polícia política) de Petrogrado, foi assassinado. Em setembro de 1919 um grupo explodiu a sede do Partido Bolchevique em Moscou, causando 12 mortos e ferimentos em outros 50 militantes. A partir desses atentados ocorreu um recrudescimento do “terror vermelho” com o aumento de prisões e execuções. Os social-revolucionários e mencheviques foram colocados na ilegalidade.



No final de 1918, o Comitê Central menchevique aprovou uma moção de apoio crítico ao governo soviético, que travava uma luta decisiva contra os exércitos brancos. Por esse motivo foram readmitidos no seio dos Sovietes. Em fevereiro do ano seguinte – apesar do seu envolvimento com atentados terroristas –, os social-revolucionários de esquerda também puderam voltar à cena política. Delegados dessas duas organizações ainda participaram dos congressos dos Sovietes em 1919 e 1920 – uma demonstração de que o sistema de partido único não estava entre os objetivos iniciais dos bolcheviques.

O funcionamento dos Sovietes, contudo, começou a enfrentar alguns problemas. No projeto original, os seus congressos deveriam se reunir trimestralmente. Nos intervalos, o poder seria assumido pelo Comitê Executivo Central dos Sovietes (CECS). Este escolheria o Commissariado do Povo (ministério) que deveria exercer funções executivas. Devido a inúmeras dificuldades estruturais, após 1918 os congressos passaram a se realizar anualmente e a partir de 1927 de dois em dois anos. Pior: entre 1931 e 1935 não houve nenhum congresso. A gradual perda de importância desse órgão – que deveria ser o poder supremo da URSS – reforçou a apatia política das massas em relação a eles.

As próprias reuniões do CECS, que eram mensais, foram se espaçando e também perdendo sua importância. Em 1921 ocorreram apenas três delas. Quem efetivamente exercia o poder político era o Conselho dos Comissários do Povo, comandado por Lênin, que passou a ser o verdadeiro órgão legislativo e executivo da Rússia Soviética. Situação que iria se agravar nos anos seguintes.

Em julho de 1918, aprovou-se a primeira Constituição soviética. Ela não proibia a existência de outros partidos do campo democrático-popular (pró-soviéticos), mas limitava o direito de voto aos que “ganhavam a vida através da produção ou do trabalho social útil”. Ou seja, estavam excluídos os patrões da cidade e do campo. Também foram proibidos de votar os que haviam servido ao regime czarista, incluindo os padres. Como forma de aumentar a influência dos operários, os distritos eleitorais urbanos passaram a ter maior peso que os rurais, elegendo mais deputados. Um mecanismo que levava que o voto operário das grandes cidades valesse cinco vezes mais que o voto do camponês. Era uma espécie de voto qualificado às avessas.

O rompimento com os social-revolucionários de esquerda foi o acontecimento mais traumático vivenciado pelo jovem poder soviético, pois com ele naufragava o projeto assentado num sistema político de dois partidos aliados: um representando o proletariado urbano (os bolcheviques) e o outro os camponeses médios e pobres (os social-revolucionários). Fracassou devido ao tratado de Brest-Litovski e ao acirramento da luta de classes entre operários e camponeses durante o período de “comunismo de guerra” (1918-1921), que

levou à expropriação dos excedentes agrícolas produzidos pelos camponeses visando a suprir de alimentos as cidades que passavam fome.

As contradições no interior da sociedade soviética só tenderam a se agravar. Em março de 1921 – quando ocorria o 10º Congresso do PCRb –, eclodiu o levante dos marinheiros da frota vermelha na fortaleza de Kronstadt, duramente reprimida pelo governo. No mesmo período, várias fábricas entraram em greve e o descontentamento camponês chegou ao auge. A situação tornou-se explosiva. Uma nova guerra civil era iminente. Diante de tal crise, aquele congresso partidário propôs dar um fim ao “comunismo de guerra” e iniciar a Nova Política Econômica (NEP) – numa clara concessão aos camponeses em pé de guerra. A partir de então, estes podiam pagar os impostos em espécie (produtos agrícolas) e ficar com o restante para comercializar livremente no mercado.

Houve um movimento aparentemente contraditório: com uma liberalização econômica maior e o aumento do controle político sobre a oposição. Naquele conclave, pela primeira vez se proibiu a existência de frações no interior do partido bolchevique. Medida extrema encarada por muitos militantes como algo provisório tendo em vista o grave momento por que passava a Rússia revolucionária. A suspensão das tendências não significou o fim das acirradas polêmicas no interior do partido, pois elas continuaram existindo até o final de década de 1920.

A crise de 1920-1921 de fato assustou os líderes bolcheviques – que temeram que ela pudesse levar a uma perigosa cisão no interior da sociedade e nas próprias fileiras partidárias com consequências nefastas para o desenvolvimento da revolução. A NEP, ao oferecer oportunidades à expansão do capitalismo e ao fortalecimento das camadas burguesas e pequeno-burguesas, podia ameaçar a hegemonia proletária representada pelo Partido Bolchevique. O novo quadro exigiria maior unidade partidária e a repressão às organizações que supostamente representavam esses setores sociais que se fortaleceriam. A ditadura do proletariado cada vez mais se confundiria com a ditadura do Partido Bolchevique, elevado à condição de partido único.

Milhares de mencheviques seriam presos e em seguida libertados – muitos seguiriam o caminho do exílio. Os social-revolucionários tiveram que responder a processos por suas atividades antissoviéticas, como os atentados terroristas. Alguns foram condenados à morte – embora as penas fossem comutadas. Na segunda metade da década de 1920, as oposições (menchevique e social-revolucionária) já haviam sido afastadas de todas as organizações políticas e sociais. Então, o poder soviético passou a se constituir efetivamente num sistema de partido único. As Constituições socialistas futuras iriam formalizar o fato já consumado.



O problema era que o sistema de partido único limitava as possibilidades de escolha do eleitor e a autonomia dos eleitos e dos funcionários públicos, pois estes, sendo comunistas, tinham que acatar as decisões partidárias, independentemente da vontade da sua base social/eleitoral. As coisas se tornam mais graves quando a democracia partidária se reduz, ou simplesmente deixa de existir. Neste caso, não há mais espaço para nenhuma autonomia do Estado e das organizações sociais soviéticas diante da estrutura centralizada e verticalizada do Partido Comunista. Quem decide tudo é a direção, e às massas cabia opinar e decidir apenas sobre um leque pequeno de possibilidades. A fusão do Estado e do Partido impõe-se como uma tendência objetiva (necessidade) em sociedades de partido único e centralizado.

Não sem razão, neste período já se podia sentir certa apatia das massas em relação aos mecanismos de representação soviéticos. Nas eleições de 1924, entre 15% e 20% dos trabalhadores habilitados exerceram o seu direito ao voto. Um fato grave. Precisou ser realizada uma grande campanha – com forte pressão sobre os soviéticos e seções partidárias regionais – para que esse número subisse. Em 1927 atingiu-se o índice de 60% dos eleitores dos soviéticos urbanos e 50% dos rurais. Mesmo assim o número de abstenção continuava alto.

Voltemos ao problema da democracia partidária. Os congressos do Partido Bolchevique, que deveriam ser instâncias máximas, se tornaram simples órgãos homologatórios das decisões tomadas – e muitas vezes já executadas – pelo núcleo da direção. Até 1925 eles eram anuais e depois passaram a ser realizados em prazos cada vez mais dilatados (1925, 1927, 1930, 1934, 1939, 1952). O próprio Comitê Central ficou sem se reunir durante todo o período que durou a Segunda Guerra Mundial. A única instância que funcionava, ainda que de maneira irregular, era o Birô Político do CC. Na verdade, as decisões mais importantes eram tomadas por Stálin, consultando seus camaradas mais próximos. Algo bastante diferente do que ocorria no partido nos tempos de Lênin.

Stálin, o Estado e a Democracia Soviética

Em 1928, seguindo a tradição marxista, Stálin afirmaria: “quando o socialismo se realizar o Estado se extinguirá”. Dois anos depois, no XVI Congresso do PCUS, mudaria substancialmente o seu discurso: “Nós somos partidários do reforçamento da ditadura do proletariado, que constitui o Estado mais poderoso e mais forte que já existiu. Desenvolvimento máximo do Estado a fim de preparar as condições de desaparecimento do Estado, eis a fórmula marxista”. Pela sua lógica, o Estado no socialismo iria se fortalecendo

até um dia desaparecer numa estranha dialética. Obviamente, nem Marx nem Lênin afirmaram algo parecido.

O XVII Congresso do PCUS, realizado em 1934, ocorreu depois da derrota da oposição de “direita” e de “esquerda” no interior do partido. Ao final dos trabalhos, Stálin afirmou: “Os debates evidenciaram a completa unidade dos pontos de vistas dos dirigentes do partido. O que vimos foi uma extraordinária coesão ideológica, política e de organização das fileiras do nosso partido”. Segundo ele, não existiriam mais classes sociais antagônicas na URSS, mas apenas duas classes amigas: o proletariado e os camponeses. Numa sociedade tão homogênea e harmônica não se justificaria a existência de vários partidos ou mesmo tendências no interior do partido único: “Vários partidos (...), liberdade partidária só podem existir em uma sociedade onde existem classes antagônicas (...). Portanto, na URSS só existe terreno para um partido: o Partido Comunista”.

O líder soviético chegou a afirmar que o socialismo estava plenamente implantado na URSS e que agora se tratava de construir o comunismo (num único país). Contudo, mesmo nessa etapa tão avançada do desenvolvimento social continuava sendo necessário o fortalecimento do Estado. No seu informe dizia: “Será mantido em nosso país o Estado também durante o período do comunismo? Sim. Será mantido, caso não se liquide o cerco capitalista, caso não seja suprimido o perigo de ataque armado do exterior”. O papel do Estado na transição comunista seria “castigar os espíões, assassinos e sabotadores enviados ao nosso país pelos serviços de espionagem estrangeiro”. Estes não representariam classes ou segmentos sociais, mas seriam apenas um punhado de degenerados.

Concebia, assim, o comunismo sendo construído em meio ao cerco imperialista. Esta tese contrapunha-se ao marxismo-leninismo que negava a possibilidade de se atingir o comunismo nos marcos de um único país e que não concebia a permanência do Estado numa sociedade sem classes sociais. Um Estado militar e policialmente forte no comunismo seria um contrassenso.

Por outro lado, mesmo se fosse correta a opinião de existir apenas duas classes amigas na URSS, não estaria eliminada a necessidade de mais de um partido. A simples existência de duas classes (mesmo amigas) pressupõe a manutenção de certo grau de contradições que pode perfeitamente se traduzir em projetos políticos e societários diferentes, embora não necessariamente antagônicos. E mesmo a classe operária não forma um bloco homogêneo. Ela se divide em frações e camadas que podem se diferenciar pelo grau de consciência e de organização.

A Constituição soviética aprovada em 1936 – ao contrário das anteriores – garantia os direitos eleitorais aos antigos proprietários, clérigos, ex-guardas

brancos etc. Stálin justificaria tal política: “se o povo elege homens hostis, isso quer dizer que o nosso trabalho de agitação não serve para nada e que nós teremos merecido semelhante vergonha. Se, pelo contrário, nosso trabalho de agitação se faz de maneira bolchevique, o povo não deixará que os elementos hostis passem a seus órgãos supremos. Por conseguinte, há de se trabalhar e não gemer”. A Constituição estabelecia ainda uma série de garantias democráticas, como o direito de não ser preso sem um mandado e nem condenado sem o devido processo legal com ampla oportunidade de defesa.

Mas esta Constituição “mais democrática do mundo”, segundo os seus autores, não impediu que as prisões e execuções sem processo – ou com processos bastante discutíveis – fizessem parte do cotidiano da política soviética nos anos seguintes. A repressão e o desrespeito à legalidade socialista cresceram e atingiram o ápice durante os chamados Processos de Moscou, realizados entre 1936 e 1938. Segundo o relatório apresentado por Krushev ao XX Congresso do PCUS, nesse curto período mais de 200 mil de membros do partido foram presos e dezenas de milhares executadas. Dos 1966 delegados presentes ao XVII Congresso (1934), 1.108 – ou seja, 56% – foram presos e a maior parte executada como “inimigos do povo”. Dos 139 membros eleitos para o Comitê Central bolchevique, 98 – ou seja, 70% deles – tiveram o mesmo destino. Fontes oficiais dão conta de que teriam existido aproximadamente nove milhões de presos políticos na URSS em 1939. Neste período proliferaram os Gulags.

As divergências ideológicas e políticas não seriam mais explicadas pela existência de contradições no seio da própria sociedade soviética, que aparentemente era tão harmônica. Elas só poderiam ser o resultado da infiltração de agentes a serviço dos diversos imperialismos. Os discursos acusatórios de Vishinsky, promotor dos grandes processos, traduzem bem essa visão conspirativa e maniqueísta da história. Para ele, os opositores não passavam de “uma corja de assassinos, espões e sabotadores (...) não constituem um partido, uma tendência política, mas um bando de criminosos traiçoeiros, criminosos que se venderam aos serviços de inteligência do inimigo”.

Os grandes processos se dão no momento do avanço do nazi-fascismo na Europa e da preparação febril para uma nova guerra mundial. Muitos sinceramente acreditavam que os expurgos teriam permitido uma unidade maior dentro do partido e do Estado, o que possibilitaria à URSS resistir às ameaças que pairavam sobre ela. Mas este raciocínio conduz à subestimação da democracia socialista, encarando-a como algo prejudicial à unidade de ação do povo e dos comunistas. Deixa a entrever que não se pode enfrentar momentos difíceis mantendo-se os mecanismos democráticos. Uma tese no mínimo discutível do ponto de vista histórico.

Durante o 17º Congresso do PCUS (1939), Stálin afirmaria: “indiscutivelmente não teremos mais a necessidade de recorrer ao método dos expurgos em massa”, como ocorrera nos anos anteriores. Mas os expurgos seletivos continuaram. No início da década de 1950 vários membros do CC do PCUS foram presos e executados. Em janeiro de 1953, anunciou-se que nove médicos servindo no Kremlin tinham sido desmascarados como agentes dos serviços secretos dos Estados Unidos e de Israel. Este estranho caso, decerto, era o prelúdio de novos processos contra elementos da direção partidária.

Contudo, em março, Stálin morre. Mal terminaram as cerimônias fúnebres, transformações importantes começaram a ocorrer no país. No mês seguinte, a direção do PCUS anunciou um projeto de anistia que libertou os menores de 18 anos, os doentes, as gestantes e todos aqueles com condenações inferiores a cinco anos de prisão. As penas superiores foram reduzidas à metade. Pela primeira vez, chefes da polícia política foram punidos por abuso de poder e violação da legalidade socialista. Estas medidas liberalizantes foram tomadas por aqueles que haviam sido homens de confiança de Stálin, sobreviventes dos diversos expurgos. Era o início do período chamado de degelo, e que ocorreu muito antes do XX Congresso do PCUS no qual Kruschev denunciou os erros e crimes da Era Stálin.

Esses acontecimentos são provas inequívocas de que a sociedade soviética estava a exigir reformas democráticas. A pior consequência dos expurgos foi o aumento da apreensão e a apatia das massas que, decerto, não poderiam se sentir à vontade para expressar opiniões contrárias à política adotada pelos dirigentes soviéticos. Temiam que a crítica pudesse ser encarada como parte de uma conspiração imperialista contra a União Soviética.

João Amazonas e as vicissitudes da democracia na construção do socialismo na URSS

No 8º Congresso Nacional do PCdoB (1992), o dirigente comunista João Amazonas fez um balanço das vicissitudes da democracia durante o processo de construção do socialismo na URSS. O Estado soviético teria sofrido ao longo dos anos “alterações no seu conteúdo democrático e popular”. Ele se converteu num órgão burocrático, afastado das massas. O poder havia se tornado demasiadamente centralizado. Os soviets, de maneira geral, passaram a ter funções homologatórias, infringindo-se o princípio democrático de que o centro decisório do Estado Socialista deveria repousar nos órgãos da soberania popular, livremente eleitos pelos trabalhadores. Substituíam-se “a atividade criadora das massas por métodos de aceitação formal das decisões adotadas na cúpula dirigente”.



Na URSS, especialmente no período de Stálin, realizavam-se “repressões políticas que atingiam setores populares”. Violou-se “a legalidade democrática” e isso teria criado um “ambiente de temor que induzia à passividade e ao silêncio ante os erros e defeitos existentes”. O PCUS não compreendeu que Estado e partido devem ser “coisas distintas com funções definidas”. Por isso, ele acabou por “absorver a atividade independente do Estado”, criando “um sistema fechado, ultracentralizado, nas mãos do Partido”. Esta prática levou ao esmagamento “da iniciativa e da criatividade no seio da população”.

Durante os anos em que Stálin governou, ocorreram “repressões continuadas e possivelmente desnecessárias, com repercussão negativa na credibilidade do regime. Dificultou o fortalecimento da legalidade democrática e socialista, indispensável à consolidação do sistema de ditadura do proletariado”. Não se compreendeu que a construção do socialismo deveria se basear fundamentalmente em métodos de persuasão e não repressivos.

Segundo Amazonas, “a hegemonia política da organização de vanguarda tem de ser conquistada permanentemente, tanto no campo social quanto na direção do Estado. É preciso convencer os trabalhadores da justeza da orientação partidária, jamais impor, como verdades irrefutáveis, as nossas opiniões”. Continua ele: “O Partido tem de ser um defensor resolutivo da democracia socialista e da liberdade para o povo (...). Não se pode desenvolver a sociedade, na fase de transição, sem o uso da democracia e da liberdade. Democracia socialista para incorporar grandes massas na atividade estatal, liberdade para combater a burocracia, os defeitos emergentes, a rotina conservadora”.

AUGUSTO C. BUONICORE é historiador, presidente do Conselho Curador da Fundação Maurício Grabois. E autor dos livros *Marxismo, história e a revolução brasileira: encontros e desencontros*, *Meu Verbo é Lutar: a vida e o pensamento de João Amazonas e Linhas Vermelhas: marxismo e os dilemas da revolução*. Todos publicados pela Editora Anita Garibaldi

BIBLIOGRAFIA

AMAZONAS, João. *Os desafios do socialismo no século XXI*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999.

BETTELHEIM, Charles. *A Luta de Classes na União Soviética*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

BUONICORE, Augusto C. *Linhas Vermelhas: marxismo e os dilemas da revolução*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois/ Anita Garibaldi, 2016.

CARR, E. H. *A Revolução Russa de Lênin a Stálin*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, Luís. *O enigma do socialismo: Um balanço das principais teorias marxistas e ocidentais*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

LENINE, V. I. *Democracia socialista*. Lisboa: Edições Avante!, 1975.

LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1986.

LOSURDO, Domenico. *Fuga da história? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

_____. *O pecado original do século XX*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois/ Anita Garibaldi, 2013.

MANDEL, Ernest. *A luta pela democracia socialista na União Soviética*. Lisboa: Antídoto, 1977.

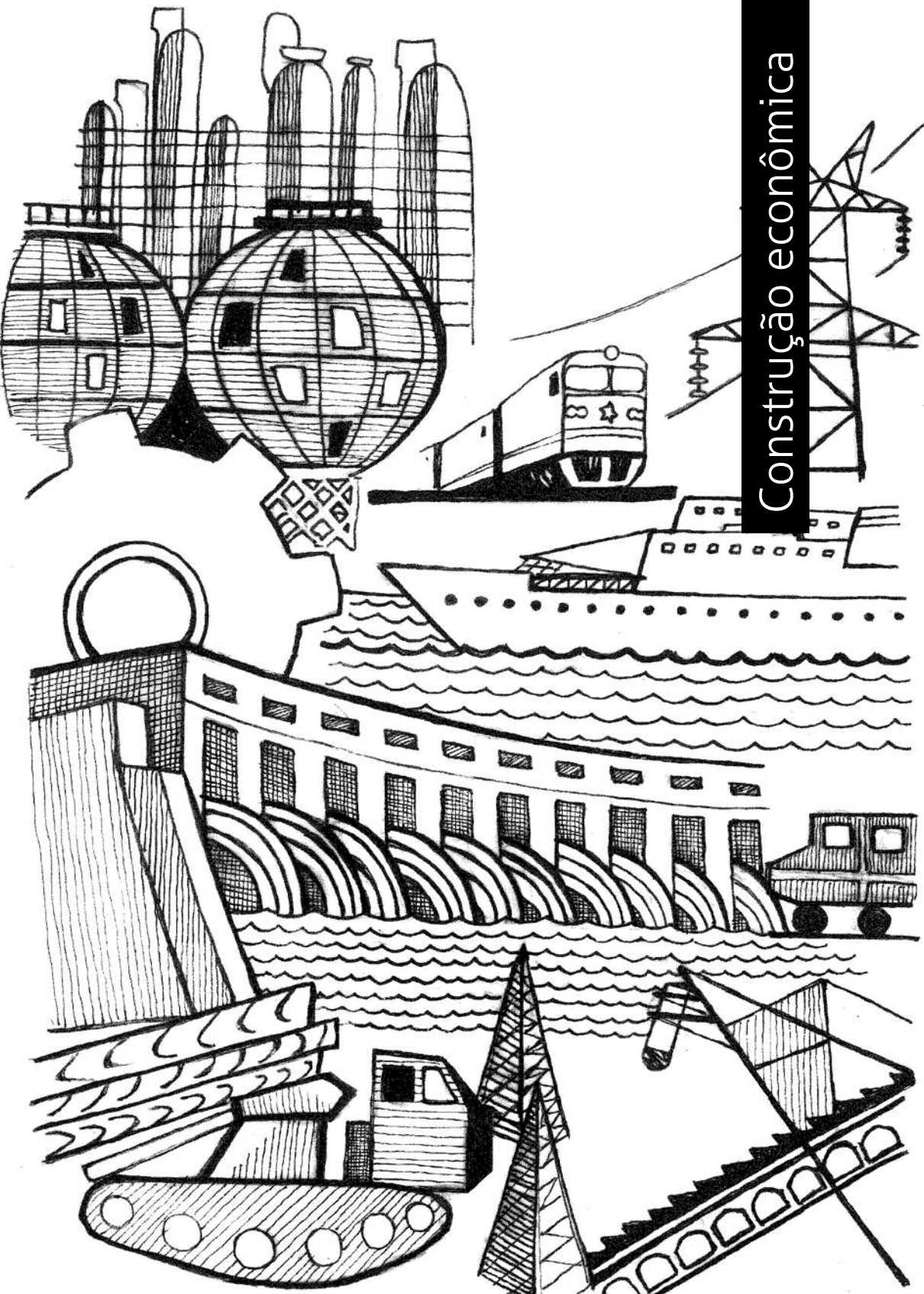
MARTORANO, Luciano. *A Burocracia e os Desafios da Transição Socialista*. São Paulo: Anita Garibaldi/ Xamã, 2002.

SAES, Décio. Socialismo e democracia. In: *Estado e Democracia: Ensaio Teóricos*. Campinas (SP): IFCH/Unicamp, 1994.

STÁLIN, J. *Cuestiones del leninismo*. México, DF: Ediciones Sociales, 1941.



Construção econômica



CICLOS ECONÔMICOS, DESENVOLVIMENTO E MERCADO: ANOTAÇÕES SOBRE O SOCIALISMO E A “ETAPA PRIMÁRIA”

Elias Jabbour, Alexis Dantas e Alexandre Belmonte

Introdução

1. É indiscutível a oportunidade aberta pelo centenário da ocorrência da Revolução Russa no sentido de perceber, historicamente, seu significado e legado. Sua importância para o movimento comunista internacional, nascido ainda com Marx em vida, só pode guardar paralelo histórico se comparada ao papel que as revoluções Puritana (1640) e Francesa (1789) cumpriram na transição do feudalismo ao capitalismo na Europa ocidental. É neste contexto que é válido afirmar que a Revolução Russa é o ponto de partida de um longo, tortuoso e rico *processo histórico* cujo objetivo de longo alcance está na possibilidade da superação do capitalismo pelo socialismo em âmbito mundial.

2. São muitos os campos de análise e discussão suscitados pela ocasião. No campo da economia, não são poucas as polêmicas, sendo a principal delas sobre o papel (ou não) do mercado e da iniciativa privada no processo de construção do socialismo. No imaginário de muitos advogados da causa não é incomum a identificação do socialismo com uma economia estatizada e mediada por uma férrea planificação central, enquanto a ação do setor privado e do mercado é vista como sinônimo de capitalismo.

3. É verdade que o “modelo soviético” (1) logrou – em seu tempo – um rápido desenvolvimento das forças produtivas, cujos feitos históricos vão desde a vitória soviética na Segunda Guerra Mundial até a vanguarda da exploração espacial por parte da União Soviética. Por um lado, a generalização da planificação possibilitou grandes aportes em todas as esferas da atividade econômica.

4. Por outro lado, o modelo foi perdendo dinamismo com a reprodução de uma dinâmica extensiva na economia, cujas causas podem estar na au-



sência de mecanismos de mercado e competição. Assim sendo, a ineficiência e a tendência de aumento dos custos de produção tendiam a ser ou remetidas aos preços internos ou corrigidas pela via dos subsídios (2). A insustentabilidade do sistema estava na ordem quase natural dos acontecimentos (3).

5. O final da experiência soviética e as presentes experiências em curso no mundo reacenderam as possibilidades de aprofundamento da questão sobre a construção econômica do socialismo e suas etapas (4). As anotações que seguem são uma tentativa de contribuição a este debate. Longe de demarcar algum campo na polêmica, nossa preferência recaiu sobre a exposição de algumas categorias de análise que acreditamos ser de fundamental importância, como por exemplo a abordagem sobre os ciclos longos, a propriedade privada, o mercado e o planejamento.

6. A exposição de algumas noções, categorias de análise, a nosso ver, é de fundamental importância para a compreensão tanto da “etapa primária” quanto do que se convencionou chamar de “socialismo de mercado”. Pontuar a experiência chinesa e algumas de suas características é um necessário pouso no concreto.

Dos ciclos econômicos à “etapa primária”

7. A tarefa de se discutir e elaborar sobre as etapas da construção econômica do socialismo requer determinado grau de abstração tendo como ponto de partida a não realização da tendência original marxiana. Por um lado, o socialismo não irrompeu em sociedades capitalistas desenvolvidas. Ao contrário, sua ocorrência incidiu sobre sociedades agrárias, de rarefeita industrialização e onde mesmo a *propriedade privada* e o *mercado* não estavam em pleno funcionamento. Recaindo assim sobre as forças políticas no comando de estratégias de caráter socializante a tarefa primária não de socializar a riqueza material existente, e sim de criar riqueza material – daí a centralidade do desenvolvimento das forças produtivas nas experiências socialistas.

8. Por outro lado, ao analisar o socialismo como um *processo histórico* – portanto não imune a fluxos e refluxos, avanços e retrocessos –, faz-se necessária a percepção de que o capitalismo se tem mostrado muito mais resiliente do que se imaginou à época da grande crise econômica de 1929. Não somente aquela crise não se transmutou numa “crise geral” como o próprio sistema, desde então, tem mostrado grande capacidade de reprodução e reinvenção *cíclicas* (5).

9. É pertinente abordar a problemática dos *ciclos econômicos*, para além da dinâmica capitalista. A apreensão dos ciclos econômicos, sua periodicidade e alcance pode ser elemento interessante para a análise das determinantes da derrocada de algumas experiências, notadamente aquelas – como a Polônia e a Iugoslávia – em que o comércio com o Ocidente constituía-se em forte elemento de demanda. Quanto maior a integração comercial de um país com o resto do mundo, maior sua vulnerabilidade ao ciclo econômico (6).

10. Ao lado da dinâmica dos ciclos, o estudo da saga das atuais e pretéritas experiências socialistas deve ser um empreendimento que combine a percepção das vicissitudes de cada experiência com uma percepção geral das leis de funcionamento do modo capitalista de produção, notadamente seus ciclos de acumulação e sua presente forma *financeirizada*. A importância deste aporte reside no fato de o socialismo existir e operar dentro dos marcos de uma economia internacional hegemônica pelo capitalismo e seus monopólios produtivos e financeiros.

10. Posta a questão dos ciclos econômicos, salientamos que as etapas de construção do socialismo são demarcadas em concordância com as exigências históricas do processo de desenvolvimento. Não se trata de um esquema rígido que funciona como um modelo válido para todas as experiências e épocas. Porém, analiticamente, sendo a construção do socialismo um longo e tortuoso *processo histórico*, é de forma *histórica* que determinadas categorias devem ser tomadas.

11. No original marxiano, o socialismo seria o processo de superação da divisão social do trabalho e de suas diferenças anexas às relações entre campo e cidade, agricultura e indústria e trabalho manual e intelectual (7). A divisão social do trabalho desenvolve-se sob o capitalismo a partir da expansão da economia de troca gerando interdependência entre indivíduos e mercados e amplificando – via espraiamento da técnica – a tendência à especialização produtiva e à urbanização.

12. Fica evidente que onde o socialismo se defronta com baixos graus de complexidade da divisão do trabalho, sua expansão (da divisão social do trabalho) transforma-se em tarefa histórica, certamente a primeira etapa da construção econômica do socialismo. E a possibilidade de planificação desta expansão foi um grande legado da Revolução Russa, em detrimento do “crescimento por espasmos” típico do capitalismo desregulado. Esse legado é de tamanha importância que é muito justo afirmar que, em grande medida, as

revoluções socialistas, em sua totalidade, foram movimentos políticos nacionais em torno da bandeira do direito ao desenvolvimento e sua planificação.

13. O reconhecimento da necessidade de etapas de construção do socialismo deve se combinar com as tarefas postas ao poder político socialista, incluindo a superação da chamada “etapa primária do socialismo” (8). Etapa esta que corresponde ao processo histórico de instalação de instituições políticas e econômicas com vistas a um rápido desenvolvimento das forças produtivas. A história recente da experiência chinesa lança luz sobre o desbravamento desta etapa.

14. A relação entre o baixo nível de desenvolvimento de determinadas sociedades e as tarefas históricas da etapa inicial da construção socialista remete não somente – e de forma direta – ao papel da propriedade privada e do mercado no processo. Também devemos ser mais claros neste ponto, priorizando a abstração (visão de processo histórico) ante o abstrato (visão dogmática, “ideologizada”). Estado, mercado, planejamento, propriedade estatal e propriedade privada são categorias históricas. E é historicamente que devemos perceber a *historicidade* intrínseca a cada uma dessas categorias.

“Etapa primária” e socialismo de mercado

15. A história pretérita e presente do socialismo e a realidade do próprio capitalismo nos defrontam com novas questões. São questões que vão além da utilização ou não de mecanismos de mercado numa economia socialista. Determinadas polêmicas devem ser superadas, ou postas em patamar de solução histórica (9), sendo a principal delas a referente ao alcance do setor privado e sua relação de cooperação/competição com o setor estatal (dominante) (10).

16. Estado e mercado são entes opostos? Ou instituições com alto grau de complementaridade? Qual a relação entre a “etapa primária do socialismo” e a constituição do “socialismo de mercado”? Seria o socialismo de mercado a própria “etapa primária”?

17. A resposta à primeira pergunta é negativa. A nosso ver, Estado e mercado não são entes opostos e sim instituições com alto grau de complementaridade. Por um lado, o Estado é o aparato político, jurídico e institucional a serviço da classe dominante. No socialismo, este aparato, a serviço da estratégia socializante, alça o planejamento econômico ao grau de essência do sistema. Por outro, o mercado é um verdadeiro elemento de ação coletiva

cuja regulação por parte do Estado planejador garante plena coordenação das ações econômicas entre as diferentes e múltiplas formas de propriedade presentes no sistema socialista (11).

18. O processo de desenvolvimento nada mais é do que a combinação da expansão tanto da economia de mercado quanto da divisão social do trabalho (12). A etapa primária do socialismo corresponde à necessidade historicamente posta do desenvolvimento das forças produtivas e da expansão da economia de mercado.

19. Sendo assim, sugerimos que a constituição de uma economia socialista de mercado seria a própria etapa primária do socialismo. Etapa tal dividida em duas fases distintas.

“Uma etapa, duas fases”

20. A divisão em duas fases faz-se necessária, o que não significa que outras fases não possam existir. A extensão e a existência de cada fase dependem de cada particularidade nacional e de seu nível de desenvolvimento. Por exemplo, a primeira fase não se aplica a realidades que combinam alto grau de urbanização, indústria com certo grau de concentração e agricultura submetida ao capital industrial.

21. Se observarmos o “modelo soviético” como uma dinâmica adequada às exigências de uma realidade excepcional (13), a primeira fase da “etapa primária” (partindo de “Estado mínimo de normalidade”) demandaria a combinação de algumas políticas e estratégias: **a)** implantação da planificação em larga escala de toda atividade econômica; **b)** estatização do sistema financeiro, grande indústria e comércio exterior; **c)** recomposição da agricultura comercial de forma a estabilizar o abastecimento alimentar e acelerar as trocas comerciais entre campo e cidade; e **d)** incentivo à formação e à unificação de um grande mercado nacional partindo de induções à formação de complexos mercantis regionais.

22. Uma grande política deve ser perseguida nesta fase e está relacionada à intensificação do comércio exterior *via à vis* com o processo interno de industrialização. A importância – e centralidade – do comércio exterior para o projeto socialista está relacionada diretamente à construção de condições materiais à superação da restrição externa ao crescimento econômico, notadamente a escassez de divisas (14).



23. Ainda sobre o comércio exterior (15), a nosso ver, os Estados desenvolvimentistas do Sudeste asiático surgidos na segunda metade do século XX são referências a ser estudadas, melhor interpretadas e adaptadas a determinadas realidades que encetam o desenvolvimento e o socialismo. Evidente que cada realidade encerra complexidades e desafios políticos e sociais diversos. Porém, a percepção da industrialização como a base do enfrentamento dos grandes desafios externos e a adoção de políticas comerciais agressivas têm grande similaridade com as grandes questões que assaltam as experiências socialistas, incluindo o cinturão bolivariano de nosso continente.

24. O socialismo não se defronta somente com as possibilidades negativas de restrição externa. A tarefa do desenvolvimento acelerado das forças produtivas conta com um elemento de vantagem a ser explorado: o atraso econômico e a tendência de espraiamento da técnica produzida no centro do sistema à periferia, diminuindo assim mais rapidamente a distância em relação aos países desenvolvidos. O atraso é um atributo a ser explorado pela via de estratégias de recepção e associação com o capital estrangeiro detentor de tecnologias de ponta (16). O processo de reforma e abertura da China é pródigo de exemplos nesta matéria (17).

25. Nesse sentido, sugerimos que a primeira fase do socialismo tem a responsabilidade pela construção de mecanismos institucionais com vistas à implantação de uma dinâmica mista de crescimento. Esta dinâmica deverá combinar substituição de importações com promoção de novas exportações, especialmente de origem industrial. Dentre tais mecanismos, o controle sobre o fluxo de capitais é vital para o isolamento da política monetária tanto em relação aos fluxos externos quanto ao ciclo econômico e suas fases descendentes. Administrar a taxa de câmbio em correspondência aos objetivos da modernização é outro mecanismo de fundamental importância.

26. Ao final da primeira fase, determinados contornos econômicos/institucionais desenvolvidos estarão prontos ao seu próprio desenvolvimento e aperfeiçoamento diante dos novos desafios impostos pela realidade. Uma economia de mercado razoavelmente desenvolvida já é perceptível com a convivência e competição entre si de diferentes setores e com níveis de planificação da grande atividade econômica atingindo patamares não imaginados no período do “modelo soviético” (18).

27. O setor privado da economia de variado tamanho, desde a pequena produção mercantil até a produção capitalista em larga escala, existirá.

Porém, em comparação com as economias de mercado de tipo capitalista, o setor estatal é predominante. O comércio exterior é um setor à parte, onde predominam relações de novo tipo em relação ao comércio externo típico do mundo capitalista (19).

Algumas indicações sobre a fase superior da “etapa primária”

28. O intento de dar cabo na construção de uma poderosa economia de mercado – regulada pelo Estado socialista –, nas condições de uma economia com setores e instrumentos de planificação já definidos (20), reside na ampliação da centralização do setor estatal e na construção de mecanismos de coordenação e socialização do investimento (21). Trata-se de construir as bases que capacitarão o Estado a planificar o processo de desenvolvimento em outro patamar, superior em relação à primeira fase.

29. Nesse sentido, pode-se falar em uma recomposição estratégica do Estado em comparação com o seu papel na primeira fase.

30. Por exemplo, a centralização do capital estatal em grandes conglomerados empresariais é um passo decisivo na construção das forças produtivas socialistas durante a etapa primária do socialismo. Esta centralização será mediada por um planejado processo de fusões e aquisições dentro do próprio setor estatal da economia (22). A importância deste passo estratégico reside na formação de um núcleo na economia capaz de ser o executor direto de grandes políticas de Estado (23).

31. Se esse núcleo de grandes conglomerados seria o executor de grandes políticas de Estado, é de se supor que a iniciativa privada é um ente ancilar da economia estatal e beneficiário das possibilidades abertas pelos investimentos “na frente” executados pelas empresas estatais. A complementaridade entre os setores estatal e privado é alçada a um novo patamar.

32. Assim sendo, uma ampla e complexa economia de mercado socialista estaria em vias de existência e composta por um setor estatal (concentrado, centralizado e onde se localiza a fina flor da ciência e tecnologia nacionais), um largo e amplo setor privado (capaz de atender às demandas abertas pelos efeitos de encadeamento provocados pelos investimentos do setor estatal) e aparelhos institucionais avançados (que dotam o Estado socialista de condições de intervenção sobre o ciclo econômico).



Considerações finais

33. As presentes anotações têm caráter inicial, demandando novos aportes e avanços. Trata-se de algumas conclusões a partir da história das experiências socialistas, do “modelo soviético” e da atual experiência chinesa de “socialismo de mercado”.

34. Em princípio, classificaríamos as experiências de “modelo soviético” como excepcionalidades históricas, enquanto o “socialismo de mercado” se enquadraria numa função de “quase normalidade sistêmica” (24), com a participação ativa da experiência em questão (China e Vietnã, por exemplo) na divisão internacional do trabalho.

35. Não se trata de experiências sob cerco, porém o peso do comércio internacional ao próprio sucesso dessas experiências as coloca expostas às fases dos ciclos econômicos –daí a ênfase dada à centralidade da planificação do comércio externo.

35. Com este plano de fundo, tentamos aqui lançar uma noção que tem a constituição de uma sólida economia de mercado socialista como a própria “etapa primária do socialismo”. E a dividimos em duas fases, sendo a primeira aplicável somente a países com nível muito baixo de desenvolvimento das forças produtivas.

36. A separação da etapa primária em duas fases obedeceu a uma percepção clara e presente nos países capitalistas desenvolvidos: a criação de condições institucionais prontas a dotar o Estado de capacidade de controle e intervenção sobre a economia de mercado. Em outras palavras, isso significa a elaboração contínua de novas formas de planificação.

37. A essência da “fase superior da etapa primária” está na junção de dois processos: **1)** centralização do grande capital estatal em grandes conglomerados empresariais prontos à tarefa de execução de grandes empreendimentos de Estado; e **2)** criação de mecanismos de coordenação e socialização do investimento.

38. Esperamos ter lançado alguns apontamentos importantes a este debate, que não é novo, mas que demanda novos aportes e mais profundidade.

ELIAS JABBOUR é professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ). E-mail: eliasjabbour@terra.com.br

ALEXIS DANTAS é professor associado e diretor em exercício da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ). E-mail: alexis.dantas@gmail.com.

ALEXANDRE BELMONTE é professor adjunto da Faculdade de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IFCH-UERJ). E-mail: alexbelmonte@gmail.com

NOTAS

(1) Sobre o “modelo soviético” ler DOMAR (1972).

(2) Uma boa e rápida discussão sobre o problema da formação de preços no “modelo soviético” pode ser encontrada em GUTIÉRREZ (2003).

(3) Tendo em vista que as primeiras experiências socialistas, notadamente a URSS, importaram o sistema de produção em massa desenvolvido por Ford, a insustentabilidade do sistema tem relação, também, com a própria decadência do fordismo na década de 1970 concomitante ao surgimento de um novo paradigma industrial/tecnológico no Japão (toyotismo).

(4) Esta discussão sobre as “etapas” não é nova e já estava presente nos clássicos do marxismo desde o *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels. Novos aportes podem ser percebidos em ENGELS (1847 [1969]) e LÊNIN (1921 [1964]). No caso das contribuições de Lênin, uma competente sistematização pode ser vista em CLIFF (1978).

(5) O economista russo Nikolai Kondratiev foi pioneiro na sistematização de dados estatísticos que comprovaram uma certa *rationalité* cíclica do sistema capitalista, indo além do próprio Marx nesta matéria. Segundo Kondratiev cada ciclo de acumulação tem duração de 50 a 60 anos mediado por uma fase expansiva (A) e outra recessiva (B). Escrita em meio à certeza de que o sistema capitalista estava diante de uma crise final e geral, a obra de Kondratiev foi esquecida em seu próprio país. De sua pena surge o paradigma das “Ondas Largas” ou “Ciclos Longos” de Kondratiev. Sobre as ondas largas da conjuntura, ler KONDRATIEFF; STOLPER (1935).

(6) Daí, no socialismo, a centralidade da transformação do comércio exterior em bem público, planejado e de Estado.

(7) A tarefa histórica do socialismo em superar a divisão social do trabalho é descrita em MARX (1891 [2012]).

(8) O economista russo Eugeni Preobrazhenski (1886-1937) foi o primeiro intelectual a se referir a uma chamada “etapa primária do socialismo”. Sobre isso ler PREOBRAZHENSKI (1973) e DAY (1975).

(9) “Patamar de resolução histórica” refere-se ao fato de que determinadas questões devem ser respondidas em seu devido tempo histórico, cabendo, portanto, somente indicações gerais, não conclusivas.

(10) Engels (1847 [1969]) e Lênin (1922 [1973]) lançam necessária luz sobre a relação de concorrência entre os setores estatal e privado nas fases iniciais do socialismo.

(11) Essa visão de complementaridade entre Estado e mercado não anula a supressão do mercado e da propriedade privada numa fase de alto desenvolvimento das forças produtivas socialistas. Estamos tratando aqui da materialidade do socialismo na atual quadra histórica internacional.

(12) Lênin (1893 [1964]) disserta genialmente sobre o papel da economia de mercado ao processo de desenvolvimento. Suposições que certamente foram base teórica para a elaboração da NEP.



(13) Excepcionalidade marcada pelo cerco político, militar e econômico e comercial do mundo capitalista ao socialismo recém-surgido.

(14) A formação de grandes reservas cambiais é uma questão de ordem estratégica a ser perseguida. Sobre a relação entre o processo de industrialização e a restrição externa, ler PREBISCH (1951 [2000]). Aceitamos a tese Prebisch-Thirlwall que disserta sobre a baixa elasticidade-renda dos produtos de menor valor agregado exportado por países em desenvolvimento, comparada com a maior elasticidade-renda das importações produzidos pelos países desenvolvidos, gerar déficits de caráter estrutural no balanço de pagamentos nos primeiros. Esses déficits crescentes podem resultar em um obstáculo significativo ao crescimento econômico em países em desenvolvimento, uma vez que a manutenção de um déficit em conta corrente não explosivo requer que a taxa doméstica de crescimento seja mantida abaixo da taxa de crescimento mundial, de modo que as importações e exportações se equilibrem. Ver, a respeito, THIRLWALL (2002).

(15) A centralidade que conferimos ao comércio exterior não é algo novo. Sobre tal centralidade, ler LÊNIN (1922 [1977]) e (1922 [2004]).

(16) Gershenkron (1952) analisa os atributos, vantagens e possibilidades do atraso econômico. Além disso, trata-se de um autor pioneiro no que concerne à análise das especificidades históricas distintas do processo de industrialização retardatária, no qual o sistema financeiro e o Estado desempenham um papel fundamental.

(17) O desenvolvimento das Empresas de Cantão e Povoado (ECP's) e a implantação gradual de Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) são exemplos de uma estratégia bem-sucedida de inserção externa que envolveu a elaboração de políticas com vistas à recepção e à associação de empresas locais com o capital estrangeiro.

(18) O exemplo é a China, pois é a experiência onde a economia de mercado socialista tem avançado de forma mais nítida. Esses "patamares não imaginados no modelo soviético" podem ser resumidos, por exemplo, na planificação da estratégia de inserção externa do país e seus rápidos resultados.

(19) Sobre o caso da China, acerca desta dinâmica de convivência e competição entre diferentes formas de propriedades, ler JABBOUR (2012).

(20) Inclui-se nestes "instrumentos de planificação" a existência de um aparelho de intermediação financeira, sob a forma de bancos comerciais e de desenvolvimento, controlados pelo Estado.

(21) Sobre a coordenação e a socialização do investimento, temos pleno acordo com a seguinte citação de Keynes (1936 [1996], p. 345): "O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte, através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, recorrendo a outras medidas. (...). Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada".

(22) Esse processo na China é descrito por Gabriele (2009) e Jabbour; Dantas (2016).

(23) Os 149 conglomerados empresariais estatais chineses foram os executores diretos do programa de investimentos de US\$ 600 bilhões lançado pelo governo em 2009.

(24) "Quase normalidade sistêmica" no que se refere à participação plena de determinados países socialistas no mercado internacional, significando relações comerciais ativas com os países capitalistas centrais.

REFERÊNCIAS

CLIFF, T. *Lênin 3: Revolution Besieged* (Lênin 3: Revolução Sitiada). London: Pluto Press, 1978.

DAY, R. B. Preobrazhenski and the Theory of Transitional Period (Preobrazhenski e a Teoria do Período de Transição). In: *Soviet Studies* (Estudos Soviéticos), 8, 1975.

DOMAR, E. A Soviet Model of Growth (Um Modelo Soviético de Crescimento). In: NOVE, A.; NUTI, D. M. *Socialist Economics* (Economia Socialista), Penguin, 1972.

ENGELS, F. The Program of the Blanquist Fugitives from the Paris Commune (O Programa dos Blanquistas Desertores da Comuna de Paris). In: *Der Volksstaat* (O Estado Popular), n.73, 26 June 1874. Translated by Ernest Untermann for International Socialist Review, vol. IX, n. 2, August 1908, (1847 [2002]).

_____. The Principles of Communism (Princípios do Comunismo). In: *Selected Works* (Obras Escolhidas). Moscow: Progress Publishers. vol. 1, 1847 [1969], 81-97.

GABRIELE, A. The role of state in China`s industrial development: A reassessment (O papel do Estado no desenvolvimento industrial da China: uma revisão). In: *MPRA Working Paper*, 1451, April 2009.

GERSCHENKRON, A. Economic backwardness in historical perspective (O atraso econômico em perspectiva histórica). In: HOSELITZ, B. (ed.). *The Progress of Underdeveloped Countries* (O Progresso de Países Pouco Desenvolvidos). Chicago: University of Chicago Press, 1952.

GUTIÉRREZ, A. Socialismo y mercado en la etapa inicial. In: *Cuba Siglo XXI*. Mar.-2003. Disponível em: <https://www.nodo50.org/cubasingloXXI/congreso/gonzalez_10abr03.pdf>.

JABBOUR, E. *China Hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado*. São Paulo: Anita Garibaldi/EDUEPB, 2012.

_____; DANTAS. The Political Economy of Reforms and the Chinese Present Transition (A Economia Política de Reformas e a Atual Transição Chinesa). Artigo aprovado para publicação na *Revista de Economia Política*. Mimeo, 2016.

KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1936 [1996].

KONDRATIEFF, N.; STOLPER, W. F. The Long Waves in Economic Life (As ondas longas na vida econômica). In: *The Review of Economics and Statistics* (Revista de Economia e Estatística). Vol. 17, n. 6, 1935, 105-115.

LÊNIN, V. I. The Tax in Kind (The Significance Of The New Policy And Its Conditions) [O Imposto em Espécie (O Significado da Nova Política e suas Condições)]. In: *Collected Works* (Obras Escolhidas). Moscow: Progress Publishers. Vol. 32, 1921 [1964], 326-365.

_____. We Have Paid Too Much (Nós pagamos demais). In: *Collected Works* (Obras Escolhidas). Moscow: Progress Publishers. Vol. 33, 1922 [1973], 330-334.

_____. On the So-Called Market Question (Sobre a então chamada Questão de Mercado). In: **Collected Works**. Moscow: Progress Publishers. Vol. 1, 1893 [1964], 75-128.

_____. New Economic Developments in Peasant Life (Novos Desenvolvimentos Econômicos na vida do camponês). In: *Collected Works*. Moscow: Progress Publishers. Vol. 1, 1893 [1964], 11-74.

_____. Acerca del Monopolio del Comercio Exterior. In: *Obras Escogidas*. Moscu: Editorial Progreso. Vol. 12, 1922 [1977], 352-356.

_____. XI Congresso do PCR (b). In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega. Vol. 3, 1922 [2004], 571-603.

MARX, K. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 1891 [2012].

PREBISCH, R. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 1951 [2000].

PREOBRAZHENSKI, E. *From NEP to Socialism: a glance into the future of Russia and Europe* (Da NEP ao Socialismo: um olhar sobre o futuro da Rússia e da Europa). New York: New Park, 1973.

THIRLWALL, A. P. *The Nature of Economic Growth* (A Natureza do Crescimento Econômico). Cheltenham, UK: Edgard Elgar, 2002.

A TEIA DE TÂNATO: DA INDUSTRIALIZAÇÃO ACELERADA À ENCRUZILHADA DA INOVAÇÃO NO SOCIALISMO SOVIÉTICO

Luis Fernandes

A derrocada da União Soviética e do bloco socialista nos anos de 1989-1991 marca o fim do que o historiador britânico Eric Hobsbawm chamou de “breve século XX”, iniciado com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, em 1914, que criou as condições para o triunfo da Revolução de Outubro na Rússia em 1917 (HOBBSAWM, 1995). Os critérios para essa periodização histórica são geopolíticos e geoeconômicos, e não obedecem, evidentemente, à cronologia linear do calendário gregoriano (adotado, por sinal, pela Rússia após a Revolução Soviética, em 1918). O que a periodização nos indica é que a evolução histórica do mundo no século XX foi marcada pelo advento e derrocada da experiência revolucionária que completa, agora, o seu centenário.

As bases e marcas legadas pela Revolução Soviética ao mundo no século XX são múltiplas e duradouras. Em primeiro lugar ela introduziu na agenda política mundial, de forma abrangente e profunda, a questão social. Isso não apenas por suas realizações diretas, que transformaram as estruturas sociais do antigo Império Russo e promoveram o maior e mais profundo processo de mobilidade social da história da humanidade. Há também a afirmação “indireta” da questão social pela experiência soviética, fruto da “ameaça” que o mundo socialista representou para as elites do mundo capitalista e que tornou possível a estruturação de Estados de Bem-Estar e a generalização de direitos sociais na Europa, bem como a sua ampliação nos processos de desenvolvimento dos países capitalistas dependentes. Há que se destacar, igualmente, o papel decisivo da URSS na derrota e desarticulação do bloco nazi-fascista, bem como na promoção — com base na orientação “anti-imperialista” da sua política externa — dos processos de descolonização no sistema internacional após a Segunda Guerra Mundial.



O principal marco distintivo da Revolução Soviética, no entanto, foi o de ser a primeira experiência histórica de estruturação continuada de um sistema socialista alternativo ao capitalismo. É isso, certamente, o que imprime singular importância histórico-mundial a essa revolução centenária. Nos marcos da estruturação e posterior derrocada desse sistema, a Rússia passou da condição de “sócia tardia e menor” do núcleo central do capitalismo mundial (no formato imperial) para a de polo articulador de um sistema mundial antagônico (no formato soviético), para acabar na de potência recalcitrante constrita à semiperiferia do sistema capitalista (no formato atual).

Este texto examina a economia política da gênese, consolidação e derrocada do modelo socialista soviético através das várias fases da sua evolução. Ele expande reflexões e pesquisas que tive oportunidade de desenvolver por ocasião da derrocada do socialismo na URSS e no antigo bloco soviético (FERNANDES, 1991 e 2000). Examina, em particular, como a experiência revolucionária que assombrou o mundo (favorável e desfavoravelmente) durante décadas por sua energia, entusiasmo, confiança e capacidade de realização, pôde sofrer uma derrocada tão singular e fulminante – abandonando conquistas sistêmicas e geopolíticas sem ter sido derrotada militarmente e sem oferecer maior resistência, depois de tanto sacrifício. Evocando as imagens de deuses da mitologia clássica – com ramificações psicanalíticas modernas –, esse desfecho expressaria o triunfo de *Tânato* (força associada à morte, à destruição e à autonegação) sobre *Eros* (força associada à vida, à criação e à autorrealização) no próprio sistema soviético.

O argumento que apresento neste artigo aponta que um fator central que determinou esse desfecho — no contexto da aguda polarização da Guerra Fria — foi a incapacidade de o sistema se reestruturar para alicerçar o seu desenvolvimento produtivo com base em estímulos econômicos efetivos à inovação e à rápida disseminação de tecnologia endógena. Nos marcos globais da chamada Terceira Revolução Industrial (ou Revolução Científico-Técnico-Informacional) e do advento da Sociedade do Conhecimento – como a confiança e legitimidade dos dirigentes soviéticos se baseava na afirmação da “superioridade econômica” do seu sistema sobre o capitalismo –, essa incapacidade acabou tendo profundo impacto político-ideológico sobre esses dirigentes, minando sua convicção na capacidade de a URSS e o bloco socialista sustentarem uma confrontação sistêmica prolongada com o mundo capitalista.

O legado da industrialização czarista e o desafio da construção do socialismo na União Soviética

Os detratores e entusiastas mais empedernidos da experiência soviética tendem a conceber a sua evolução como materialização meticulosa e linear

de um plano de engenharia social pré-estabelecido, visando à montagem de uma nova sociedade (“totalitária” ou “socialista”, conforme a orientação político-ideológica do intérprete). Nada mais distante da realidade. Ao longo do seu desenvolvimento, a experiência soviética passou por variados processos de avanço e recuo, com seguidas reorientações de rumo acompanhadas de fortes embates teóricos e políticos (abertos ou velados) sobre formulações estratégicas alternativas. Não raro, os mesmos dirigentes individuais mudavam ou reviam seus posicionamentos no processo. Os próprios *soviets* (conselhos) para os quais a Revolução de Outubro transferiu o *locus* do poder estatal foram uma criação relativamente espontânea dos movimentos sociais russos nas crises de 1905 e 1917, não planejada ou antecipada pelos dirigentes revolucionários.

O primeiro embate sobre formulação estratégica surgiu no próprio nascedouro da Revolução Soviética em função de as condições econômicas, políticas e sociais da realidade imperial russa diferirem tanto das concepções e previsões originais de Marx e Engels para o advento das primeiras experiências socialistas. Estes, ao analisarem as contradições fundamentais do desenvolvimento capitalista no século XIX, indicavam que as primeiras rupturas revolucionárias com esse sistema tenderiam a surgir justamente nos países onde o capitalismo estivesse mais desenvolvido, devido ao maior aguçamento da contradição entre o caráter privado da propriedade (centrada no “Capital”) e o caráter social-cooperativo do processo produtivo industrial (centrada no “Trabalho”). Grandes esperanças eram depositadas por eles no advento de rupturas revolucionárias na Inglaterra, França e Alemanha (sobretudo nesta, ao final do século). Por se tratar dos países mais avançados da economia capitalista mundial e centrais no sistema internacional moderno, o processo revolucionário tenderia a se espalhar rapidamente para o resto do mundo, culminando com a substituição relativamente rápida do sistema capitalista mundial por um sistema socialista global. Neste sentido, não se cogitava a perspectiva de vitória do socialismo em um único país por período mais prolongado, nem se problematizava política e teoricamente que espécie de relações este deveria manter com a economia capitalista mundial e com o sistema internacional moderno.

Apesar do seu tamanho e importância geopolítica no sistema internacional, a Rússia, às vésperas da Revolução Soviética, era um Estado multinacional que havia recém-embarcado na transição para o capitalismo e mantinha um acentuado atraso econômico, político e cultural em relação às principais potências capitalistas da sua época. O grande surto de industrialização russa só tomou corpo na última década do século XIX, a partir da adoção, pelo regime czarista, de uma política agressiva de substituição de importações.

O principal arquiteto dessa política foi o conde Sergei Witte, que exerceu o cargo de ministro das Finanças e do Comércio da Rússia entre 1892 e 1903. Considerações de ordem geopolítica foram determinantes para o lançamento desse esforço industrializador. Segundo o próprio conde Witte, nas condições internacionais gerados pelos processos de industrialização, “a força política das grandes potências chamadas a cumprir grandes tarefas históricas no mundo” passara a depender diretamente do seu poderio industrial relativo (citado em VON LAUE, 1963:2-3). Para preservar um papel de liderança mundial nestas novas condições, não restaria à Rússia alternativa a não ser acelerar e intensificar a montagem de um parque industrial próprio.

Um marco fundamental na implementação da nova política de industrialização via substituição de importações foi a introdução, em 1896, de elevadas tarifas para proteger a produção industrial em setores considerados chave para a contínua expansão da malha ferroviária e a modernização militar, como o ferro e o aço. Estas tarifas para a importação de produtos industriais vieram se somar às tarifas proibitivas já vigentes para gêneros alimentícios. Sua adoção significou uma importante alteração na política anterior de promoção da importação de equipamentos e materiais industriais via a intensificação das exportações agrícolas. A política de promoção de superávits comerciais continuou, mas acompanhada, agora, de elevado investimento estatal na montagem de indústrias consideradas estratégicas, quer via a ampliação do esforço anterior de construção e operação de ferrovias, quer via a concessão de subsídios, serviços e/ou infraestrutura para a instalação de grupos empresariais privados.

Os resultados deste novo esforço de industrialização foram, de fato, impressionantes. A produção industrial russa cresceu a uma taxa de 8% ao ano na última década do século XIX (SKOCPOL, 1979:91). Após uma interrupção provocada pela crise financeira mundial de 1899-1900, pela guerra com o Japão em 1904 e subsequente revolução em 1905, a produção industrial russa voltou a crescer a uma taxa de 6% ao ano entre 1906 e 1913 (IDEM. IBIDEM). Estes surtos de crescimento foram sustentados pela montagem de empresas gigantes, empregando a tecnologia europeia mais avançada em setores estratégicos da indústria pesada (sobretudo mineração, ferro, aço e petróleo). A indústria russa já nasceu, assim, sob o signo de uma espécie de “monopolização precoce”, com elevadíssimo grau de concentração e centralização da produção e da propriedade. Sete empresas controlavam 90% da produção de trilhos para as ferrovias, enquanto seis firmas eram responsáveis por dois terços da produção petrolífera concentrada na região de Baku (DOBB, 1966:34). Para se ter uma ideia de quão concentrada era a produção industrial russa para a época, cabe ver que, em 1914, as empresas com mais

de mil operários ocupavam 17,8% do efetivo total de operários na indústria dos Estados Unidos, ao passo que na Rússia essa cifra chegava a 41,4% (nas principais regiões industriais ela era ainda mais elevada: 44,4% em São Petersburgo e 57,3% em Moscou) (TROTSKY, 1978:28-29).

A caracterização deste surto de industrialização promovido pelo regime czarista tem sido objeto de muita polêmica teórica desde o início do século. Na tradição do pensamento marxista, o próprio Lênin interpretou a experiência russa como uma versão singular da chamada “via prussiana”, em que o desenvolvimento do capitalismo se processa sem uma ruptura com a grande propriedade latifundiária (LÊNIN, 1980). Em veio parecido, Barrington Moore destacou a subordinação dos interesses urbanos às elites agrárias na Alemanha e na Rússia como o fator fundamental que determinou que ambos trilhassem caminhos de modernização distintos da via “liberal-burguesa” que teria caracterizado as experiências inglesa, francesa e norte-americana (MORE, 1980). Já o estudo clássico de Gerschenkron (1973) identificou no desenvolvimento econômico russo as características básicas de um padrão de industrialização das sociedades mais atrasadas. Quanto mais atrasado fosse um país ao iniciar um processo de industrialização, mais o seu desenvolvimento seria marcado por seis características centrais:

1. Sua industrialização começaria de forma descontínua e assumiria a forma de um grande surto, com ritmos elevados de crescimento;
2. seria dada prioridade, no esforço de industrialização, às fábricas e empresas de grande porte;
3. a produção de bens de produção seria privilegiada no processo industrial, em detrimento dos bens de consumo;
4. seria exercida uma forte pressão para conter o nível de consumo da população;
5. fatores institucionais especiais (como a intervenção ativa do Estado) desempenhariam papel decisivo na oferta de capital para as novas indústrias;
- e
6. a agricultura não desempenharia papel ativo no processo de industrialização, seja como mercado para a produção industrial, seja como zona para a elevação da produtividade do trabalho.

Para Gerschenkron, o que distinguia a industrialização tardia russa da alemã era o fato de o Estado (e não os bancos) ter assumido a função de fonte principal de capital para a primeira arrancada da industrialização. Esta diferença institucional, por sua vez, decorreria do maior atraso da economia russa em relação à alemã, que se materializava em uma insuficiência maior na acumulação de capital doméstico. Segundo o autor, à medida que o surto



inicial de industrialização começasse a dar frutos, a Rússia (ou qualquer outro país mais atrasado que embarcasse em processo análogo) tenderia para um padrão de desenvolvimento cada vez mais “ocidental”, com os bancos substituindo o Estado como fonte principal do financiamento (como na experiência do capitalismo tardio alemão) e, em seguida, as próprias empresas industriais substituindo os bancos como fonte principal do estoque de capital (como na experiência originária do capitalismo inglês). Gerschenkron avaliava que a industrialização russa já havia transitado para um padrão mais “alemão” na década que precedeu a Primeira Guerra Mundial.

Não há dúvida de que a sistematização de Gerschenkron conseguiu captar características fundamentais e relevantes da experiência russa. Por isso mesmo, não deixa de ser curioso que, ao trazer para o centro da sua abordagem um problema clássico do desenvolvimento — o das fontes de financiamento do esforço de industrialização —, ele tenha virtualmente ignorado o papel desempenhado pelo capital externo no desenvolvimento russo. Na verdade, para além da taxa indireta (e altamente regressiva) dos artigos de consumo de massa, a contração de empréstimos junto a bancos dos países capitalistas centrais também constituiu uma fonte crucial dos investimentos e gastos efetuados pelo Estado czarista no esforço de industrialização acelerada. A estes se somaram, ainda, os investimentos diretos de empresas estrangeiras, que passaram a ser ativamente promovidos pela nova política de industrialização. Foi para viabilizar a intensificação desse fluxo de créditos e investimentos estrangeiros que a Rússia aderiu ao Padrão Ouro em 1897 e estabeleceu uma cotação fixa para o rublo no sistema monetário internacional, então dominado pela libra inglesa.

Com base nessa política, o volume total de capital estrangeiro investido na Rússia passou de 215 milhões de rublos em 1890, para 911 milhões em 1900 e mais de 2 bilhões em 1914 (SONTAG, 1968:530-531). A Rússia já detinha, em 1913, a segunda maior dívida externa do mundo (CARSON, 1959:130-131). Com os gastos da mobilização militar na Primeira Guerra Mundial, essa dívida alcançou, no início de 1917, o valor de 10 bilhões e 800 milhões de rublos-ouro (cerca de 5,5 bilhões de dólares aos valores da época) (1). No que concerne aos investimentos diretos, estima-se que a participação estrangeira no capital das empresas privadas instaladas na Rússia tenha crescido de 28,5% em 1900 para 33% em 1913 (NOVE, 1984:12-13) (2). Estes dados — já por si indicativos de uma participação importante do capital externo no desenvolvimento russo — podem não dar uma dimensão completa do seu real impacto. Os investimentos estrangeiros se concentraram nos setores mais dinâmicos e estratégicos da economia russa. Às vésperas da Primeira Guerra, a maior parte da indústria metalúrgica e da mineração

da Rússia se encontrava sob controle de grupos estrangeiros com destaque para empresas de capital francês e belga instaladas no sul enquanto o capital alemão tinha participação decisiva na indústria química e na engenharia elétrica (SETON-WATSON, 1952:531). Metade dos poços de petróleo pertencia a capital anglo-francês (PC[b] da URSS, 1974:260-261). No setor financeiro, grupos estrangeiros (principalmente franceses) controlavam 42% do capital básico dos 18 principais bancos privados da Rússia (DOBB, 1966:38).

A intensificação do fluxo de créditos e investimentos estrangeiros gerou sérias dificuldades na balança de pagamentos da Rússia. Entre 1900 e 1913, o valor das suas importações não excedeu 75% do valor das exportações (seu principal mercado de exportação era a Alemanha, que absorvia 30% das exportações russas) (LEWIS, 1994:200). Mas o valor combinado do pagamento do serviço da dívida, da repatriação de lucros das empresas estrangeiras e dos gastos de cidadãos russos (sobretudo, nobres) no exterior excedia em muito o valor dos superávits comerciais. A Rússia dependia cada vez mais de novos financiamentos externos para cobrir o déficit da sua balança de pagamentos, financiamentos estes regidos por condições que acabavam agravando o próprio déficit. O regime czarista se via preso, assim, à clássica armadilha do endividamento.

Mais graves ainda, entretanto, eram as consequências geopolíticas da armadilha do endividamento. Não há dúvida de que os padrões de financiamento adotados no esforço de industrialização acelerada estreitaram os laços da Rússia com os centros dominantes do capitalismo na Europa Ocidental. Sua própria entrada na Primeira Guerra se deveu, em grande parte, à sua dependência financeira dos países que encabeçavam a *Entente* (Inglaterra e França). O regime czarista não tinha como fugir aos compromissos firmados nos “acordos secretos” com seus aliados e teve de abrir uma frente de luta contra a Alemanha quando as tropas desta já marchavam sobre Paris em 1914, dando início à sua trágica e suicida participação no conflito (3).

Às vésperas da Revolução Soviética, a Rússia ocupava, assim, uma posição singular no mundo unificado pelo capitalismo. Em certas dimensões como a dependência financeira e tecnológica, e a concentração na exportação de produtos primários, ela ocupava uma posição quase semicolonial nas suas relações com o Ocidente. Apesar do forte surto de industrialização deflagrado no final do século passado, a economia russa mantinha um acentuado atraso em relação aos centros dominantes do mundo capitalista. Sua renda real *per capita*, por exemplo, não chegava a um terço das da Inglaterra e dos Estados Unidos (GOLDSMITH, 1961:443). Mais significativo ainda é que, visto pelo ângulo de indicadores-chave de poderio industrial (como a produção de ferro, a construção de ferrovias e a utilização de energia a va-

por), sua distância em relação aos polos mais dinâmicos do mundo capitalista (sobretudo Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra) não só se mantinha como se ampliava (NOVE, 1984:15). Ou seja, o programa de industrialização acelerada fracassava no seu principal objetivo estratégico: a paridade com as potências líderes do novo sistema internacional.

Por outro lado, a mesma Rússia alimentava ambições imperialistas em relação a regiões situadas ao sul, sudeste e leste das suas fronteiras, para as quais exportava capitais e produtos industrializados. Internamente, como vimos, sua economia mesclava um capitalismo relativamente desenvolvido nas cidades com uma agricultura atrasada no campo, onde ainda predominava uma estrutura fundiária de origem feudal. A própria população urbana não passava de 21% do total, enquanto 80% da população economicamente ativa ainda se dedicavam à agricultura. Segundo o próprio Lênin, esta “dualidade” do desenvolvimento da Rússia a situava a “meio caminho” entre o Ocidente e o Oriente, isto tanto do ponto de vista geográfico, como político e econômico-social. Esta posição iria condicionar fortemente o desenvolvimento soviético após a Revolução de 1917.

Do capitalismo de estado ao comunismo de guerra

O triunfo da revolução soviética se deu na sequência do agravamento das contradições do desenvolvimento capitalista tardio na Rússia, em meio à destruição humana e material causada pelo seu envolvimento na Primeira Guerra Mundial. A “dualidade” do desenvolvimento anterior determinou uma natureza igualmente “dual” para a própria Revolução de Outubro: do ponto de vista das suas bases sociais, esta havia assumido um caráter eminentemente socialista nas cidades (sustentada pelo forte movimento operário que se formou nos grandes centros industriais) e essencialmente democrático no campo (sustentada pelos setores camponeses mais radicalizados na luta pela terra) (4). Isto ajuda a explicar por que uma das primeiras medidas tomadas pelo poder soviético, por iniciativa de Lênin, foi, precisamente, a aprovação do programa de reforma agrária do Partido Socialista Revolucionário, contra o qual ele havia polemizado duramente até então. Mas como avançar, a partir desta base, para a transformação socialista do antigo Império Russo?

O debate em torno desta questão provocou profundas fissuras no movimento marxista russo e internacional. A opinião dominante dos partidos agrupados na II Internacional e entre os grupos *mencheviques* russos era de que os socialistas ainda teriam que aguardar um período relativamente longo de desenvolvimento capitalista e consolidação democrática para poderem

colocar na ordem do dia a questão da tomada do poder e da transformação socialista da Rússia. Já os *bolcheviques* chegaram a uma compreensão distinta do problema, sobretudo a partir da elaboração das célebres *Teses de Abril* de Lênin em 1917 (LÊNIN, 1978a e 1978b).

Ao tomar o poder em outubro desse ano, a concepção dominante entre os dirigentes do Partido *Bolchevique* era a de que sua revolução seria uma “ponte” para o triunfo de revoluções mais ou menos imediatas nos países capitalistas mais adiantados. Esperava-se, em particular, que a crise social provocada pela Primeira Guerra desembocasse numa onda de crises revolucionárias na Europa. Havia grandes expectativas em torno de um desfecho favorável da situação revolucionária gestada na Alemanha. O auxílio estatal de nações socialistas mais desenvolvidas poderia, então, compensar o atraso da Rússia e garantir sua transição ao socialismo. Esta formulação estratégica combinava a disposição política de tomar proveito da situação revolucionária criada na Rússia com a preservação de uma orientação referenciada nas expectativas do marxismo clássico quanto ao rápido desenvolvimento do sistema socialista no mundo a partir do seu triunfo nos países capitalistas centrais. Esta formulação estratégica se assentava sobre uma compreensão geopolítica tornada pública por Lênin no VIII Congresso do rebatizado Partido Comunista (*Bolchevique*) de Toda a Rússia realizado em março de 1919, em plena Guerra Civil:

“Vivemos em um sistema de estados, e não em um único estado. É inconcebível que o poder soviético possa existir ao lado de estados imperialistas por um tempo longo. No final, um ou o outro tem de triunfar.” (s.d.:64).

Mas, o que fazer na Rússia enquanto esse “final” e a ajuda material de Estados socialistas mais avançados não chegassem? Do ponto de vista das suas relações econômicas com o mundo capitalista, o jovem poder soviético adotou, no início de 1918, duas medidas fundamentais que viriam a marcar profundamente toda a evolução posterior da URSS e do bloco socialista. A primeira destas medidas foi o cancelamento de todas as dívidas da Rússia com os bancos dos países capitalistas centrais. A *Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador* encaminhada pelo governo revolucionário à Assembleia Constituinte em janeiro de 1918 caracterizou essa medida como “um primeiro golpe no capital bancário, financeiro internacional, exprimindo a certeza de que o poder soviético continuará firmemente nesse caminho, até a vitória da insurreição internacional contra o jugo do capital” (LÊNIN, 1978c:449). A segunda medida fundamental, adotada em abril de 1918, foi a decretação do monopólio estatal sobre as relações econômicas com o exterior. Todas as ope-

rações econômicas externas – seja de importação-exportação, seja de fluxo de pagamentos – passaram a ser conduzidas por organismos estatais especialmente montados para esse fim, vinculados ao Commissariado do Povo para o Comércio Externo. Ou seja, as empresas russas não podiam interagir diretamente com empresas estrangeiras para operações de exportação, importação ou investimento. Estas passaram a ser conduzidas por pelos organismos governamentais centrais responsáveis pelo exercício do referido monopólio. Este monopólio passou a ser encarado pelo poder soviético como sua principal arma para proteger a economia russa das flutuações e das relações de “troca desigual” do mercado mundial.

O tom virulento que caracterizou a anulação da dívida externa russa na *Declaração* encaminhada à Assembleia Constituinte encobria uma compreensão muito mais complexa e matizada sobre as relações que o poder soviético deveria desenvolver com o mundo capitalista na ausência de um triunfo socialista em algum país mais adiantado (5). Esta compreensão foi explicitada por Lênin em um texto publicado no *Pravda* em maio de 1918, seis meses após a revolução e dois meses depois de haver perdido um terço do território do antigo Império Russo para assegurar a paz com a Alemanha no Tratado de Brest-Litovsk (1978d). Em dura polêmica com os chamados “comunistas de esquerda”, na época encabeçados por Bukharin, o líder *bolchevique* caracterizou a Rússia soviética de então como uma formação social “em transição” onde conviviam cinco tipos diferentes de estruturas econômico-sociais: 1) A economia camponesa natural, descolada do mercado; 2) a pequena produção mercantil; 3) o capitalismo privado; 4) o capitalismo de Estado; e 5) o socialismo. Cada uma destas estruturas seria caracterizada pela prevalência de determinadas formas de propriedade e relações de produção. Deste ponto de vista, a denominação de “República Socialista Soviética”, conferida à Rússia na época, não significava que ela já se assentasse sobre uma nova ordem econômica efetivamente socialista, e sim que o poder soviético dominante estava determinado a realizar, no futuro, a transição para o socialismo (IDEM. IBIDEM, 599).

O que predominava na Rússia de então, segundo Lênin, era justamente a dispersão da pequena produção. Contra esta, ele defendeu, inclusive, o fortalecimento do “capitalismo de Estado”, de forma a criar, progressivamente, as condições para uma socialização efetiva da sociedade russa mais adiante (6). Os textos do dirigente soviético neste período estão repletos de referências elogiosas à experiência do “capitalismo de Estado” alemão, considerado “a ‘última palavra’ da grande técnica capitalista moderna e da organização planejada” (IDEM. IBIDEM, 602-603). Nas condições soviéticas, isto implicava a predominância de uma política de controle “pelo alto e por baixo”

do capitalismo privado (nacional e estrangeiro), ao invés de nacionalizações extensivas. Nos primeiros meses do poder soviético, as nacionalizações ficaram restritas aos bancos (que foram fundidos em único Banco do Estado), a empresas-chave da indústria armamentista e a empresas abandonadas por seus proprietários em represália ao triunfo da revolução. Para as demais, foram montadas agências reguladoras integradas por representantes dos sindicatos, dos proprietários privados e do governo. No caso das empresas com participação de capital externo, foram iniciadas negociações visando à criação de empresas mistas associando esse capital ao Estado soviético, além de concessões especiais reservadas para investidores estrangeiros.

Esta política de controle do capitalismo pelo poder soviético foi uma das primeiras vítimas da escalada de hostilidades que arrastou a Rússia para a Guerra Civil no verão de 1918, com o levante de diferentes tropas russas comandadas por “generais brancos” e a intervenção de treze exércitos estrangeiros. Os próprios capitalistas privados cortaram suas relações com o governo, aguardando a sua possível derrota militar. A maior parte destes abandonou suas empresas, procurando refúgio em áreas dominadas pelas forças “brancas” ou no exterior. Já as potências aliadas trataram de estabelecer um bloqueio econômico para estrangular o combalido poder soviético. Neste contexto, toda a ação do governo revolucionário foi subordinada à mobilização militar para derrotar a contrarrevolução. Isto incluiu uma escalada de nacionalizações que acabou atingindo toda a indústria russa, além da generalização das práticas da requisição compulsória de produtos agrícolas e matérias-primas e da distribuição centralizada de produtos e suprimentos que levou a uma drástica redução das relações monetário-mercantis. Como seria de se esperar, as relações econômicas da Rússia com o exterior entraram em colapso nesse período. O valor total do comércio externo realizado entre 1918 e 1920 não chegou a representar nem 1% do comércio realizado em 1913 (SMITH, 1973:12-13).

No auge da mobilização militar durante a Guerra Civil, algumas lideranças agrupadas nas tendências dos “comunistas de esquerda” e da “oposição operária” chegaram mesmo a conceber que as medidas adotadas nos marcos do “comunismo de guerra” poderiam servir de atalho para uma transição mais rápida e direta para o socialismo e até para o comunismo na Rússia. O igualitarismo que predominara na distribuição centralizada de produtos e as iniciativas de trabalho voluntário aos fins de semana (os *subbotniks*) no âmbito do esforço de guerra eram vistos como embriões já em pleno desenvolvimento da futura sociedade comunista. Não por acaso, essas mesmas tendências haviam se oposto ao tratado de paz firmado em março de 1918 com a Alemanha em Brest-Litovsk (com condições duríssimas para a Rús-

sia), argumentando que o poder soviético deveria perseguir uma política de “guerra revolucionária” visando dar apoio militar a “revoluções proletárias” nos países capitalistas centrais.

Da NEP à industrialização socialista acelerada

Quando a poeira do conflito se assentou em 1921, no entanto, já estava claro para Lênin que a situação exigia uma nova virada na política interna e externa do poder soviético. Dois fatores básicos contribuíram para isso: a própria destruição causada pela Guerra Civil e o isolamento internacional ocasionado pelo fracasso dos levantes revolucionários que haviam se espalhado pela Europa no rescaldo da Primeira Guerra Mundial. Isto recolocou para a liderança soviética o debate sobre os caminhos para a construção do socialismo na URSS sem o apoio de Estados socialistas mais adiantados.

As bases da Nova Política Econômica (NEP) proposta foram apresentadas ao X Congresso do PC russo em março de 1921. A urgência da sua adoção foi ilustrada graficamente com a irrupção da revolta na “fortaleza vermelha” de Kronstadt durante os próprios trabalhos do Congresso, revelando a erosão do apoio ao poder soviético em seus próprios redutos políticos em função do quadro de ruína econômica e penúria que assolava a Rússia após sete anos seguidos de guerras e conflitos (a Primeira Guerra, a Revolução e a Guerra Civil). Na verdade, a NEP proposta por Lênin retomava e ampliava as bases da política econômica esboçada nos primeiros meses do poder soviético. Um pilar básico da nova política foi o fim da prática de “requisição compulsória” de produtos e a recuperação das relações monetário-mercantis na economia soviética (sobretudo nas relações entre a indústria e a agricultura). Para isto, foi fundamental a adoção de uma ousada política de estabilização monetária que, partindo de um sistema bimonetário entre 1922 e 1924, restabeleceu a conversibilidade parcial da moeda russa em ouro.

Essa estabilização monetária, por sua vez, facilitou a normalização das relações comerciais da URSS com os países capitalistas. Do ponto de vista político, esta era uma realização fundamental, já que o restabelecimento de relações comerciais era um passo decisivo para o reconhecimento diplomático da União Soviética no sistema internacional, como já havia sido evidenciado anteriormente com a suspensão do bloqueio econômico das potências aliadas em 1920. O relacionamento econômico soviético com o exterior, no entanto, continuava a operar através das estruturas do monopólio estatal decretado em 1918. Com a eliminação dos principais fatores responsáveis pelos problemas na balança de pagamentos da Rússia czarista (o pagamento do serviço da dívida externa, a repatriação de lucros das empresas estrangeiras

e os gastos com turismo de elite), já não havia mais necessidade de produzir grandes superávits comerciais. Por isso mesmo, o valor do comércio externo soviético durante a NEP nunca ultrapassou a metade do valor registrado pela Rússia em 1913.

Ao lançar e defender a NEP, Lênin resgatou a análise que havia desenvolvido anteriormente sobre as cinco estruturas econômico-sociais fundamentais existentes na Rússia e voltou a defender a necessidade do alargamento do capitalismo de Estado no âmbito da NEP:

“Voltamos frequentemente a cair ainda neste raciocínio: ‘o capitalismo é um mal, o socialismo é um bem’. Mas este raciocínio é errado, porque esquece todo o conjunto de estruturas econômico-sociais existentes, abarcando apenas duas delas. O capitalismo é um mal em relação ao socialismo. O capitalismo é um bem em relação ao medievalismo, em relação à pequena produção, em relação ao burocratismo ligado à dispersão dos pequenos produtores. Uma vez que ainda não temos forças para realizar a passagem direta da pequena produção ao socialismo, o capitalismo é em certa medida inevitável, como o produto espontâneo da pequena produção e da troca, e, portanto, devemos aproveitar o capitalismo (principalmente dirigindo-o para a via do capitalismo de Estado) como elo intermédio entre a pequena produção e o socialismo, como meio, via, processo ou método de elevação das forças produtivas.” (1979c:508509).

Em diferentes trabalhos deste período, Lênin identificou cinco componentes básicos do capitalismo de Estado a ser desenvolvido pelo poder soviético:

1. O estabelecimento de concessões, onde forças produtivas eram alocadas a grupos capitalistas privados russos ou estrangeiros por um prazo determinado;
2. o arrendamento (aluguel) de forças produtivas a grupos capitalistas privados, também por prazo determinado;
3. a montagem de empresas mistas associando empresas capitalistas estrangeiras e empresas estatais soviéticas;
4. o pagamento de comissões do Estado a comerciantes privados para comercializar mercadorias; e
5. a formação de cooperativas de pequenos produtores com liberdade para comercializar seus excedentes de produção.



Lênin considerava tratar-se de um “capitalismo de Estado” original e diferente do praticado nos países ocidentais, precisamente por se tratar de um capitalismo controlado e regulado pelo Estado operário. Isto permitiria ao poder soviético controlar as concessões, mantendo o capitalismo de Estado dentro de determinados limites e eliminando-o assim que as condições para isso estivessem criadas.

A questão estratégica que se apresentava para a liderança soviética após a implantação da NEP era a seguinte: seria possível avançar na construção do socialismo na Rússia (e, após 1923, na recém-constituída União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS) a partir deste capitalismo de Estado controlado pelo poder soviético, sem necessitar do apoio de Estados socialistas mais desenvolvidos? Nos seus últimos anos de vida – já com a saúde bastante debilitada – a resposta dada por Lênin a esta questão era **sim**: desde que fosse consolidada — através do poder soviético — a aliança entre os trabalhadores das cidades e a grande massa de camponeses no campo (1979a:657-658; 1979b:665) (7).

Esta posição do líder da Revolução Soviética não estava isenta de ambiguidades. Afinal, se a formação e a consolidação de cooperativas de pequenos produtores eram uma forma de “capitalismo de Estado” – portanto, uma concessão a “ser eliminada assim que as condições para isso estivessem criadas” –, como seria garantido o apoio da grande massa de camponeses a uma transição que restringisse e/ou eliminasse a sua liberdade de comercialização de excedentes? No final de 1921, Lênin chegou mesmo a avaliar que a vigência das concessões efetuadas na NEP poderia ser relativamente curto:

“Nós recuamos diante do capitalismo de Estado. Mas recuamos na justa medida. Agora recuamos na regulação estatal do comércio. Mas recuamos na justa medida. Há já sintomas (...) que indicam que não está demasiado longe a possibilidade de pôr termo a este recuo. Quanto mais conscientes e unidos, com quanto menos preconceitos efetuarmos este recuo necessário, mais depressa poderemos pôr-lhe termo, mais firme, rápido e amplo será depois o nosso avanço vitorioso.” (IDEM, 1979d:556).

Como se sabe, apesar deste apelo do líder da revolução soviética por “consciência” e “unidade”, o debate em torno dessas questões voltou a produzir profundas fissuras no movimento marxista (agora, comunista) russo e mundial. Trotsky e outros dirigentes *bolcheviques* continuaram insistindo na impossibilidade da construção isolada do socialismo na União Soviética. Se-

gundo a visão destes, sem o apoio de Estados socialistas mais desenvolvidos, a industrialização soviética dependeria da extração de elevados excedentes de setores pré-socialistas, sobretudo no campo. É o que Preobrazhenski chamava de “acumulação socialista primitiva”, o que implicava forte antagonismo com parcelas importantes do campesinato (PREOBRAZHENSKI, 1965).

A posição majoritária da liderança soviética — articulada em torno de Stálin e do ex-“comunista de esquerda” Bukharin, após a morte de Lênin — entendeu que as particularidades das condições russas (seu tamanho, a dimensão das suas riquezas naturais, a existência de indústrias altamente concentradas e desenvolvidas nas cidades etc.) permitiam a construção do socialismo na URSS, sem o apoio de outros Estados. Isto implicava o contínuo desenvolvimento de relações de mercado no campo, ainda que nos marcos da propriedade pública da terra, como fundamento para o estabelecimento de relações “equilibradas” entre a agricultura e a indústria. A transição para formas coletivas de trabalho no campo — via cooperativas — deveria ser gradual e voluntária. O chamado que melhor expressava a compreensão predominante no período foi dirigido por Bukharin às camadas mais abastadas do campesinato russo (os *kulaks*): “Enriquecei-vos!”. A premissa era a de que a diferenciação socioeconômica do campesinato seria aceita pelo poder soviético no âmbito da NEP, desde que promovesse o desenvolvimento das forças e capacidades produtivas no campo.

Na base desta proposição de uma transição gradual para o socialismo na URSS estava uma reavaliação da evolução do quadro de forças no sistema internacional. Era fato que este sistema era dominado por potências capitalistas mais poderosas e estava estruturado sobre princípios econômicos, políticos e sociais antagônicos à orientação socialista da Revolução Soviética. Este sistema reagiu à “ameaça” soviética de forma análoga à que, em outros tempos, havia reagido à Revolução Francesa: buscando cercar, conter, isolar, minar e, por fim, derruir o foco que ameaçava a continuidade das suas normas dominantes. Mas esta intervenção contrarrevolucionária unificada das potências dominantes era minada pelo agravamento das contradições e disputas entre os próprios países capitalistas centrais, em função da dinâmica de “desenvolvimento desigual” que os contrapunha, conforme o próprio Lênin (1977) havia identificado na sua teorização sobre o advento do imperialismo. Isto conferia margem de manobra para o poder soviético explorar os antagonismos e diferenças entre as potências capitalistas, de forma a cindir a sua reação unificada e enfraquecer o cerco hostil, prolongando sua convivência com o sistema internacional. Era esta a lógica estratégica que fundamentara o dolorido e polêmico tratado de paz com a Alemanha em 1918. Com a intensificação das contradições entre as potências capitalistas vencedoras e perdedoras da Primeira Guerra, a avaliação



predominante na liderança soviética em meados dos anos 1920 — consubstanciado no Informe apresentado por Stálin ao XIV Congresso do PC soviético em 1925 — era de que havia se formado um “equilíbrio temporário de forças” permitindo “um período de convivência pacífica entre o Estado soviético e os capitalistas” (STÁLIN, 1982:265-266).

Apesar de a maioria dos dirigentes soviético haver alinhado com Lênin no apoio ao lançamento da NEP, houve muita polêmica sobre sua caracterização geral do regime econômico implantado por essa política como “capitalismo de Estado” (8). Curiosamente, as duas alas principais que passaram a polarizar a liderança soviética após a sua morte convergiam nas suas críticas a essa caracterização. Já depois da morte de Lênin, Trotsky argumentava que “a indústria estatal e a economia camponesa não se enquadram nessa definição” e que “definir o sistema como um todo com base nos seus componentes menos significativos (as companhias mistas, as concessões, os arrendamentos etc.) seria uma completa violação das proporções” (TROTSKY, 1975:387). Antes disso o próprio Bukharin, ainda na sua fase de líder dos “comunistas de esquerda”, escrevera no seu livro *A Economia do Período de Transição*:

“Sendo o capitalismo de Estado a coalizão do Estado burguês com os trustes capitalistas, é óbvio que não se pode conceber qualquer ‘capitalismo de Estado’ sob a ditadura do proletariado, que por princípio exclui essa possibilidade. (...) Tal forma é impossível, pois sua premissa se apoia na ilusão de que o proletariado possa supostamente ‘se apoderar’ dos aparatos capitalistas sem afetar a sua virgindade capitalista, e que os senhores capitalistas se submeterão com prazer às ordens do poder proletário”. (1979:133-134).

A questão foi discutida em 1925 no mesmo XIV Congresso do Partido mencionado acima, e concluiu-se que o conceito de capitalismo de Estado era aplicável à realidade então vivida pela URSS, mas apenas para as relações estabelecidas entre o poder soviético e os setores não socialistas com base nos cinco componentes indicados acima. O fato, no entanto, é que relações estabelecidas com grupos capitalistas privados não chegaram a alcançar maiores proporções na sociedade soviética no decorrer dos anos 1920. Já no início da aplicação da NEP, isto provocou o comentário bem-humorado de Lênin de que, em relação ao capitalismo de Estado, “as discussões são abundantes, mas as concessões poucas” (citado em TROTSKY, 1987:207). No que concerne ao capital externo, poucos investimentos fluíram para a União Soviética nos marcos da NEP. A produção total das empresas concessionárias não passou

de 1% da produção industrial da URSS em 1926-1927 (LEWIS, 1994:205). Em 1928, essa proporção já havia caído para 0,6% (NOVE, 1984:89). O setor da pequena produção cooperativada, por sua vez, acabou estabelecendo relações principais com o setor socialista, e não com os demais componentes identificados como pertencentes ao capitalismo de Estado. A maior parte deste setor cooperativado não empregava trabalho assalariado alheio (não era, portanto, em si capitalista). O peso efetivo do capitalismo de Estado se manteve, assim, bastante limitado na URSS, não correspondendo às expectativas iniciais do próprio Lênin.

No tocante à obtenção de créditos bancários dos países capitalistas, os resultados também foram bastante magros. A Rússia se limitou a receber alguns créditos comerciais de curto prazo. A negociação de créditos adicionais para financiar a importação de bens pelo governo soviético sempre enfrentou fortes obstáculos nos centros financeiros internacionais, quando não um boicote aberto. Para além das motivações diretamente políticas, esta “má vontade” era, também, uma reação ao cancelamento unilateral da dívida russa decretado pelas autoridades soviéticas no início da revolução.

Diferentemente do regime czarista, portanto, o poder soviético não contou com um fluxo significativo de investimentos estrangeiros para financiar o seu desenvolvimento econômico. Esses recursos tinham de ser gerados internamente. Quando a economia soviética recuperou, em 1925-1926, os níveis de produção alcançados pela Rússia antes da Primeira Guerra, o problema da geração de recursos para sustentar um novo ciclo de industrialização entrou na ordem do dia. Este problema já havia sido antecipado na chamada “crise da tesoura” em 1923-1924. Na época, tanto Stálin quanto Bukharin haviam criticado duramente a “oposição de esquerda” por querer forçar artificialmente a elevação dos índices de crescimento da economia soviética, colocando em risco a recém-conquistada estabilidade monetária e financeira. Poucos anos depois, a questão passaria a ser apreciada em outros termos.

O dilema fundamental da liderança soviética era se deveria insistir na política de industrialização mais gradual desenvolvida nos marcos da NEP, financiando o desenvolvimento através de superávits comerciais gerados no setor agrícola; ou deveria partir para uma política mais agressiva e acelerada de industrialização a partir de investimentos estatais altamente concentrados. A opinião da liderança soviética se deslocou da primeira para a segunda opção em 1927-1928, sob liderança de Stálin e enfrentando forte resistência de Bukharin (cuja posição passou a ser caracterizada como um “desvio de direita”).

Uma vez mais, considerações geopolíticas pesaram fortemente nesta flexão. A situação internacional voltara a se agravar a segunda metade dos

anos 1920. O Tratado de Locarno, firmado no final de 1925, reaproximava a França da Alemanha. Nesta, o partido nazista já havia iniciado sua trajetória de ascensão ao poder com um programa violentamente anticomunista. Na Itália, o governo já havia passado para as mãos dos fascistas liderados por Mussolini. Na Polônia, um golpe de Estado em 1926 levava ao poder o marechal Pilsudski, francamente hostil ao poder soviético com o qual se recusara a firmar um pacto não agressão. A Inglaterra, por sua vez, rompeu relações comerciais e diplomáticas com a URSS em 1927; e o poder soviético temia uma nova escalada de hostilidades. Já na China, o governo de Chang Kai-shek promovia o “Massacre de Shangai”, expurgando os comunistas chineses do *Kuomintang* e atacando a embaixada da URSS em Pequim. Na visão do próprio Stálin, estes acontecimentos estariam alterando o “equilíbrio temporário de forças” estabelecido anteriormente, com o fortalecimento de “círculos imperialistas” dispostos a “relegar a um segundo plano as contradições no seu próprio campo” para “formar uma frente única dos imperialistas e se colocar em marcha contra a URSS” (STÁLIN, 1982:278-279).

Estes desenvolvimentos deram um sentido especial de urgência ao problema da industrialização na União Soviética. Sem uma base industrial que pudesse ser rapidamente convertida para a produção militar em grande escala, a URSS certamente sucumbiria diante de uma nova intervenção das potências capitalistas centrais. O próprio Stálin previu, no início dos anos 1930, que a União Soviética sofreria nova agressão no espaço de dez anos e precisava estar em condições de se defender.

A nova orientação materializou-se no lançamento do Primeiro Plano Quinquenal em 1928. Este plano foi concebido pelo Conselho de Comissários do Povo (i.e., ministros do governo) ainda em 1927, com o objetivo de fomentar “o máximo de desenvolvimento das regiões econômicas com base na especialização”, de forma a garantir “a utilização máxima dos seus recursos na industrialização do país” (*apud* NOVE, 1984:144). O Comitê Estatal de Planejamento (*Gosplan*) se tornou o órgão central responsável pela formulação, o monitoramento e execução dos planos quinquenais. Esta opção pela industrialização acelerada da URSS deu prioridade absoluta para a montagem de novas empresas estatais em setores estratégicos da indústria pesada, em detrimento da indústria leve e, sobretudo, da pequena produção artesanal e da agricultura privada. Os setores privilegiados foram os da produção de máquinas-ferramenta, tratores, caminhões, carros, usinas elétricas, ferro e aço, além da mineração do carvão e da exploração do petróleo. A justificativa para essa política já havia sido esboçada no XIV Congresso do PCUS realizado em dezembro de 1925, que indicou a necessidade de transformar a União Soviética de um país “importador de máquinas” em um país “produtor de

máquinas”, de forma a evitar que, nos marcos do cerco capitalista, “a URSS fosse transformada em mero apêndice da economia mundial capitalista, em vez de uma unidade econômica independente que constrói o socialismo” (citado em DOBB, 1966:192).

Esta opção por uma versão socialista da política de industrialização acelerada via substituição de importações repôs, na URSS, o problema clássico das fontes de financiamento do desenvolvimento. Enfrentando uma espécie de “bloqueio financeiro” dos países capitalistas centrais (pelo menos no que dizia respeito aos créditos de longo prazo), a União Soviética teve de se valer, fundamentalmente, de fontes internas para financiar o seu esforço de industrialização. A primeira destas foi o lançamento, em 1927, de “títulos de industrialização” resgatáveis em dez anos, com um rendimento médio de 12% ao ano (bastante elevada para a prática soviética no período). Diante da insuficiência de recursos gerados por essa fonte, o poder soviético partiu para a taxação especial dos *kulaks* no campo e dos comerciantes privados (os *nepmen*) na economia em geral. Ainda enfrentando um quadro de escassez de fundos, o governo adotou, em 1930, uma reforma fiscal que iria constituir a principal fonte de financiamento da industrialização socialista da URSS: um imposto diferenciado sobre a circulação de mercadorias, que recaía fortemente sobre os produtos agrícolas. A cobrança desse imposto, por sua vez, se articulava com o retorno a práticas de requisição compulsória de produtos agrícolas pelo poder soviético, a preços reduzidos. Em meados dos anos 1930, quase metade da arrecadação do Estado provinha das organizações responsáveis por essas requisições (NOVE, 1984:212). Com base nestas medidas, a taxa de investimento em relação ao produto nacional da economia soviética passou de 7% em 1928 para 21% em 1937 (BETTELHEIM, s.d.:268).

Nos marcos da sobrevivência das estruturas econômicas da NEP no comércio e na agricultura — já que, como vimos, o alcance das concessões ao capitalismo na indústria foi bem limitado — a reação a essas medidas pelos produtores agrícolas detentores de maiores excedentes (sobretudo os *kulaks* e os camponeses mais abastados) foi a de fugir às requisições do Estado e vender o máximo possível da sua produção a comerciantes privados (que pagavam preços mais elevados) ou simplesmente não comercializar a sua produção. O resultado foi uma grave crise de abastecimento nas zonas urbanas. O poder soviético reagiu a isto explorando as tensões sociais geradas no campo pela política da NEP, insuflando os camponeses mais pobres a tomarem as terras dos produtores mais abastados e agrupá-los em fazendas coletivas. Em contrapartida, o poder soviético fornecia a estas fazendas coletivas máquinas e equipamentos produzidos pelas novas empresas industriais (as Estações de Tratores e Máquinas, ETM). A própria liderança soviética batizou

este movimento de “revolução pelo alto”, tendo por objetivo a “liquidação dos *kulaks* como classe”.

O processo de coletivização da agricultura também avançou a passos acelerados nos marcos do Primeiro Plano Quinquenal. No que concerne à principal produção agrícola da URSS, a participação de fazendas individuais e/ou privadas na superfície do cultivo de cereais passou de 94% em 1929 para apenas 15% em 1933 (STÁLIN, 1977). Já no que concerne à participação do setor privado/individual na renda nacional da URSS, esta passou de 47% em 1928 para 9% em 1932 (NOVE, 1984). Para todos os efeitos, essa evolução sinalizava a reversão da estratégia de transição gradual formulada previamente nos marcos da NEP a favor de uma opção de industrialização socialista acelerada movida por objetivos geopolíticos, ainda que à custa de um forte desequilíbrio entre a indústria e a agricultura e da irrupção de grave crise no campo no início dos anos 1930.

Além das fontes internas de financiamento indicadas acima, a URSS ainda contou com um incremento de créditos bancários dos países capitalistas para bancar o esforço de industrialização do Primeiro Plano Quinquenal. A maior parte destes empréstimos era composta, uma vez mais, por créditos comerciais de curto prazo destinados a financiar a compra de equipamentos para o esforço de industrialização. Seu volume, no entanto, foi significativamente mais elevado do que no período da NEP. O endividamento da URSS junto a bancos capitalistas passou de 392 milhões de rublos-ouro em outubro de 1927; para 615 milhões em outubro de 1929; até chegar ao pico de um bilhão 400 milhões em 1931 (que equivaliam a cerca de 720 milhões de dólares na época) (LEWIS, 1994:313). O mais interessante é que este aumento da dívida externa russa se deu na sequência da decretação, em 1928, da não conversibilidade do rublo nos mercados monetários internacionais – uma medida que os dirigentes soviéticos consideravam crucial para, junto com o monopólio estatal do comércio externo, preservar a independência econômica da URSS. O fato é que os créditos bancários externos desempenharam um papel marginal no esforço concentrado de industrialização dos planos quinquenais soviéticos. Com o colapso dos mercados do mundo capitalista no início dos anos 1930, mesmo este fluxo marginal foi interrompido, reduzindo a dívida externa da URSS a insignificantes 85 milhões de rublos-ouro em 1936 (IDEM. IBIDEM).

Mais relevantes foram os acordos de assistência técnica firmados com empresas capitalistas no âmbito do programa soviético de industrialização acelerada. O primeiro destes contratos foi firmado com uma empresa francesa em 1928. No final de 1929, havia 64 acordos de assistência técnica em operação. No final de 1931, esse número já alcançava 124. Alguns dos acordos mais conhecidos foram os estabelecidos com as empresas Siemens, AEC

e Telefunken para organizar a produção de geradores e outros equipamentos elétricos e telefônicos; com a empresa norte-americana Cooper para a construção da represa de Dnieper; e com a Ford para construir uma fábrica de automóveis em Novogorod (SKOROV, 1980:41). Todos estes acordos seguiram a orientação dada pela liderança soviética ao esforço de industrialização: ênfase na produção de bens de capital, energia, aço e insumos industriais básicos como base do desenvolvimento. Sob o impacto, uma vez mais, da retração dos mercados do mundo capitalista e com a crescente capacitação tecnológica da própria economia soviética, a implementação deste tipo de contrato de assistência técnica e transferência de tecnologia foi sendo progressivamente limitada. Em 1933, só sobravam 46 contratos em operação; e em meados dos anos 1930, praticamente todos já haviam sido cancelados (IDEM. IBIDEM). De todo modo, as bases tecnológicas e gerenciais assimiladas foram disseminadas na economia e tiveram papel importante na montagem da base industrial da URSS.

O esforço de industrialização acelerada dos primeiros planos quinquenais foi acompanhado por massivos investimentos na formação de capacidades científicas e tecnológicas na URSS. Para além de dar continuidade à política de remuneração diferenciada superior para os quadros técnicos, especialistas, pesquisadores e intelectuais formados no período do regime czarista (apesar do número limitado destes e da hostilidade de parte deles para com a revolução), o poder soviético expandiu significativamente o financiamento da educação em todos os níveis, aboliu a cobrança de mensalidades no ensino, multiplicou o número de escolas técnicas, e promoveu ativamente o ingresso e a formação de novos quadros de origem operária e popular, mulheres e integrantes de minorias nacionais nas universidades (sobretudo nas áreas das ciências exatas, biológicas e engenharias). O objetivo era formar uma nova e ampla camada de quadros técnicos comprometidos com o poder soviético para dar sustentação à construção da base econômica do socialismo da URSS – os chamados “especialistas vermelhos”. O lema que sintetizava esse objetivo era “Os quadros decidem tudo!”. O resultado foi um processo de mobilidade social sem precedentes articulado às transformações econômico-sociais geradas pelos processos de industrialização e coletivização, constituindo uma autêntica revolução cultural no período (FITZPATRICK, 1978 e 1992). Com base nesse esforço, o número de quadros com formação técnica e científica em atividade quase quintuplicou na União Soviética entre o lançamento do Primeiro Plano Quinquenal em 1928 e a invasão nazista de 1941, passando de 543 mil para mais de dois milhões e 500 mil (LEWIN, 2007). Já o número específico de diplomados universitários passou de 233 mil para 906 mil no mesmo período (REIS FILHO, 1997:129).



Ao lado deste gigantesco esforço de formação, o poder soviético estruturou uma ampla rede de institutos de pesquisa em diversas áreas científicas e tecnológicas, com pessoal técnico e científico dedicado em tempo integral às atividades de pesquisa e produção de conhecimento. A maioria destes institutos passou a ser vinculada à Academia de Ciências da URSS, sucedânea direta da antiga e prestigiosa Academia de Ciências da Rússia, fundada em 1725. Desde o triunfo da Revolução de Outubro, o poder soviético optou por manter relações de cooperação com a Academia, preservando a sua condição relativamente independente e autônoma, mas se valendo do seu apoio para promover o avanço do conhecimento científico e tecnológico em áreas consideradas estratégicas. A missão e organização dos referidos institutos é semelhante à dos institutos públicos de pesquisa que integram o sistema brasileiro de Ciência, Tecnologia e Inovação, mas a escala e abrangência da rede montada na experiência soviética era incomparavelmente maior: em 1950, já havia 3.447 institutos em operação na URSS.

Da consolidação do sistema socialista soviético à formação do sistema socialista mundial

Apesar dos duros percalços, os resultados alcançados pelo esforço de industrialização socialista acelerada na URSS foram, de fato, impressionantes. A média anual de crescimento econômico da União Soviética foi de 13,2% no Primeiro Plano (de 1928 a 1932) e 16,1% no Segundo (de 1933 a 1937). O Terceiro Plano Quinquenal foi interrompido pela invasão nazista em 1941 e registrava, até então, um crescimento médio anual de 12,5%. Este crescimento se baseava, fundamentalmente, na entrada em operação de novas máquinas ou unidades de produção, que procuravam incorporar a base técnica mais avançada existente nos países capitalistas na época. Por considerações estratégicas, as novas indústrias foram espalhadas por oito ou nove regiões industriais principais, estendendo o desenvolvimento econômico soviético para o leste (em contraposição à experiência czarista anterior, em que esse desenvolvimento ficou confinado às regiões ocidentais) (DOBB, 1966: Cap. 16).

Com base nestas transformações, a direção do PCUS e do Estado soviético anunciou haver completado a construção da base econômica do socialismo na URSS em meados da década de 1930. Segundo o informe apresentado por Stálin ao XVII Congresso do Partido em 1934, “a primeira, a terceira e a quarta estruturas econômico-sociais identificadas por Lênin (a economia camponesa comunal, o capitalismo privado e o capitalismo de Estado) já não existiam mais; a segunda (a pequena produção mercantil) fora deslocada a posições de segunda ordem; ao passo que a quinta (a socialista)

havia se tornado a única força regente de toda a economia nacional” (STÁ-LIN, 1977b). O socialismo, assim, teria deixado de ser uma “perspectiva” de Estado para se tornar um novo “modo de produção” efetivamente dominante na sociedade soviética.

O interessante, aqui, é comparar as características assumidas por esta experiência de industrialização socialista com as do seu predecessor czarista, segundo a sistematização feita por Gerschenkron. Há, certamente, importantes semelhanças entre os dois processos. A industrialização assumiu, em ambos, a forma de um grande surto, com elevados índices de crescimento industrial. Ambos buscaram explorar as “vantagens do atraso” dando prioridade à montagem de empresas de grande porte com as bases técnicas mais avançadas das suas respectivas épocas. Ambos priorizaram, igualmente, a produção de bens de produção em relação aos bens de consumo; e tiveram de conter (pelo menos temporariamente) o nível de consumo da população para financiar o esforço de industrialização. Em ambos, por fim, a intervenção ativa do Estado desempenhou um papel decisivo no processo de industrialização e o desenvolvimento da agricultura manteve um acentuado descompasso em relação à indústria (9).

Estas semelhanças, no entanto, encobrem diferenças muito mais significativas. A principal, entre estas, é que, na URSS, o papel ativo desempenhado pelo Estado no desenvolvimento econômico não era concebido como um expediente temporário destinado a preparar as condições para o predomínio futuro de capitalistas privados, e sim como a ponta de lança de um processo de transição socialista destinado a eliminar a própria acumulação privada. O peso dos investimentos estrangeiros nos dois processos também foi inteiramente distinto: absolutamente crucial na industrialização czarista e marginal no desenvolvimento soviético. Os mecanismos adotados para proteger as respectivas economias nacionais foram totalmente diferentes: a Rússia czarista optou por tarifas nos marcos de uma economia de mercado relativamente aberta, ao passo que a União Soviética adotou mecanismos de desengate muito mais efetivos (como o monopólio estatal do comércio exterior e a inconvertibilidade da sua moeda nos mercados internacionais). Por fim, os resultados alcançados pelos respectivos processos de industrialização também foram diversos: enquanto a industrialização capitalista tardia fomentada pelo regime czarista foi incapaz de alterar a posição relativa da Rússia no sistema internacional, a industrialização socialista soviética logrou dobrar a participação da URSS na produção industrial mundial entre 1929 e 1938 (BOLÓTIN, 1989:27) e sustentar um processo de desenvolvimento prolongado que a viria a transformar na segunda potência do mundo (10). No que concerne à produção global da sua

economia, em 1940 – às vésperas da invasão alemã que arrastaria a União Soviética para o coração da Segunda Guerra Mundial –, os territórios que integravam a URSS já eram responsáveis por 9,3% do PIB mundial medido por Paridade de Poder de Compra, PPP (contra uma participação de 7,8% desses mesmos territórios, então sob a égide do Império Czarista, no PIB mundial em 1900) (11).

As profundas transformações vividas pela URSS nos marcos dos primeiros planos quinquenais marcaram a gênese e consolidação do sistema socialista soviético. Suas características básicas eram a estatização quase integral das forças produtivas (embora a forma predominante na agricultura fosse a de fazendas coletivas apoiadas pelas ETM's), a planificação centralizada de todo o desenvolvimento econômico e social, e a concentração de todo poder político efetivo na estrutura vertical do partido dirigente. As considerações geopolíticas que presidiram a constituição deste sistema seriam logo colocadas à prova, com a irrupção da Segunda Guerra Mundial e a invasão da URSS por tropas nazistas em 1941. Na escalada de tensões internacionais que precederam essa invasão, o regime soviético foi se fechando e centralizando cada vez mais, promovendo uma sequência de expurgos que vitimaram (com prisão, morte ou exílio) lideranças e integrantes das variadas tendências de oposição que haviam se formado no Partido *bolchevique* até então (incluindo o próprio Bukharin) e boa parte dos comandantes e oficiais das Forças Armadas. Este período, que atingiu o seu ápice em 1937-1938, veio a ficar conhecido como o do “Grande Terror” na Revolução Soviética, em analogia ao período do “Terror” jacobino na Revolução Francesa.

A invasão alemã interrompeu o Terceiro Plano Quinquenal bem no meio. A guerra que seguiu acarretou uma destruição colossal da economia e da sociedade soviéticas. A URSS acabou se tornando o palco decisivo e a força determinante da Segunda Guerra. As tropas nazistas chegaram a ocupar um terço do território soviético, restaurando a propriedade privada nas regiões sob seu domínio. Ao final de 1941, a URSS já havia perdido territórios responsáveis por 63% da sua produção de carvão, 68% da de ferro, 58% da de aço, 60% da de alumínio, além de 41% das suas linhas férreas, 84% da área de cultivo de açúcar e 38% da área de cultivo de grãos (NOVE, 1984:271). À medida que recuavam, as forças soviéticas praticavam uma política de “terra arrasada”, destruindo tudo o que pudesse vir a ser utilizado como fonte de abastecimento das tropas alemãs. Isto sem falar no brutal custo humano da luta contra o nazismo – cerca de 20 milhões de cidadãos soviéticos pereceram no conflito, o que equivale a dois entre cada cinco pessoas mortas na Segunda Guerra Mundial.

Nos marcos da aliança militar contra o nazismo, a URSS contraiu um volume significativo de empréstimos junto a bancos de países capitalistas.

O volume total de créditos recebidos pela União Soviética durante o conflito chegou a 10 bilhões de dólares (HARISSON, 1994:250). A maior parte desses créditos foi fornecida pelos Estados Unidos – nos marcos do *Master Lend Lease Agreement* firmado entre a URSS e os EUA em julho de 1942 –, e destinada à compra de equipamento militar e matéria-prima de empresas norte-americanas. O grosso desse montante só foi entregue aos soviéticos entre meados de 1943 e o final de 1944 – depois, portanto, da Batalha de Stalingrado, que se tornou o ponto de virada da Segunda Guerra Mundial.

Apesar do volume substancial desses créditos externos, o armamento importado dos Estados Unidos e da Inglaterra com base nos créditos mencionados acima não representou mais do que 2% das armas, 14% dos aviões de combate e 11% dos tanques e canhões autopropulsados usados pela União Soviética na guerra (12). O grosso do armamento e do equipamento militar usado pela URSS no conflito foi produzido pelo parque industrial montado nos primeiros planos quinquenais, convertido integralmente para o esforço de defesa a partir da invasão nazista. A decisão estratégica de espalhar esse parque por todo o território soviético também se revelou crucial, já que as regiões ocidentais da URSS (onde se concentrara a produção industrial russa na experiência de industrialização czarista) foram as primeiras a ser ocupadas pelas tropas alemãs. A inesperada resiliência da oposição soviética à operação *Barbarossa* levou o próprio Hitler a reconhecer, em setembro de 1941, que “a preparação bélica dos russos deve ser considerada fantástica” (HITLER, 1980:61). Dois meses depois, ele se indagava: “Como é possível que um povo tão primitivo possa alcançar semelhantes avanços técnicos em tão pouco tempo?” (IRVING, 2001:550).

Vista, assim, pelo ângulo geopolítico, a opção estratégica pela aceleração do ritmo da industrialização soviética tomada em 1928 – apesar da alta cota de sacrifícios que possa ter imposto à população – revelou-se crucial para a derrota da máquina de guerra nazista e a própria sobrevivência da União Soviética uma década e meia depois. O próprio desfecho da Segunda Guerra redefiniu a inserção global da URSS, conferindo-lhe o papel de nova liderança (ou “superpotência”) no sistema internacional.

No imediato pós-guerra, a liderança soviética considerava que o desfecho do conflito poderia gerar um novo quadro de equilíbrio de forças no sistema internacional, possibilitando um período mais prolongado de coexistência pacífica da URSS com as potências capitalistas. Nem todas as zonas que ficaram sob ocupação e influência soviética na Europa Central e do Leste – nos termos dos acordos de Ialta firmados pelas potências aliadas no início de 1945 – deveriam se orientar para uma transformação socialista, bastando uma reorganização da sua economia e sociedade “na base de princípios amplos, antifascistas e demo-



cráticos” (LOSURDO, 2010:142). Para os países que optassem pela transição para o socialismo, esta deveria se realizar com “métodos e formas diferentes” do sistema soviético, em linhas mais próximas às proposições gradualistas formuladas no período da NEP (ROBERTS, 2006). A liderança soviética recomendava aos seus aliados locais cautela e moderação na promoção de medidas de coletivização da terra no âmbito dos processos de reforma agrária que estes deflagravam nas regiões sob seu controle e influência.

Do ponto de vista das suas relações econômicas internacionais, o poder soviético chegou a cogitar, na fase final da Segunda Guerra, continuar recebendo créditos significativos dos países capitalistas para ajudar no financiamento da sua reconstrução econômica. Nesses termos, a URSS chegou a participar das negociações da Conferência de Bretton Woods, em 1944, que desenharam o novo arranjo financeiro e monetário para a economia mundial do pós-guerra, baseados na liberalização comercial na adoção do padrão dólar-ouro. Ao término do conflito, no entanto, a liderança soviética concluiu que os termos desse arranjo – e as instituições e mecanismos a ele associadas – expressavam e configuravam, na verdade, o novo poder hegemônico dos Estados Unidos no mundo capitalista. Ademais, o acordo firmado na Conferência determinava o desmantelamento de dois componentes do sistema socialista soviético considerados cruciais para a preservação da sua independência econômica: o monopólio estatal das relações econômicas com o exterior e a inconvertibilidade do rublo nos mercados monetários do mundo capitalista. Por essas razões, a URSS, em 1946, se recusou a ratificar o acordo e tampouco se associou aos recém-criados FMI e Banco Mundial (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, BIRD).

Como o governo dos Estados Unidos passou a condicionar a liberação de créditos à aceitação dos termos do “programa de Bretton Woods”, a liderança soviética declinou, igualmente, as ofertas condicionadas de crédito oferecidas por aquele no âmbito do Plano Marshall, em 1947. Ao mesmo tempo, a URSS pressionou os demais países que integravam a sua área de influência na Europa Central e do Leste a também rejeitarem o Plano. Um caso notório é o da Tchecoslováquia, que foi convencida, após a visita de uma delegação oficial a Moscou, a rever a aceitação de créditos oferecidos pela Inglaterra e pela França (no âmbito do Plano Marshall) já aprovados pelo Conselho de Gabinete do governo tchecoslovaco. Na avaliação da liderança soviética, a aceitação de créditos para a reconstrução cujos termos e condições eram controlados por um Comitê Diretor vinculado ao governo americano comprometeria a independência econômica dos países da Europa Central e do Leste (FEJTÖ, 1975: 164-166). Para agravar a escalada de tensões nas relações econômicas entre as duas potências, a União Soviética também se negou a reconhecer qualquer

dívida pendente com os Estados Unidos no âmbito do *Master Lend Lease Agreement* de 1942, argumentando tratar-se de gasto inerente à mobilização militar comum para derrotar a Alemanha nazista na Segunda Guerra. Abria-se, assim, mais um contencioso entre a URSS e o capital financeiro internacional (agora sob hegemonia americana).

Após a “lua de mel” da aliança contra o nazismo, os Estados Unidos passaram, a partir de 1947, para uma política deliberada de “contenção” do socialismo soviético, dando início à confrontação bipolar da Guerra Fria, a qual viria dominar (com intensidade variada) toda a evolução do sistema internacional nas quatro décadas seguintes. A nova política norte-americana tomou corpo com o lançamento oficial da “Doutrina Truman” em março de 1947. A lógica estratégica que orientava a política de “contenção” foi explicitada em famoso artigo do chefe do Gabinete de Planejamento Político do Departamento e Estado dos EUA, George Kennan, publicado (sob pseudônimo) na revista *Foreign Affairs* no mesmo ano (KENNAN, 1947). Segundo este, os Estados Unidos deveriam adotar uma política de “contenção paciente, mas firme e vigilante, das tendências expansionistas russas”. Isto implicaria “confrontar os russos com um constante contrapoder em todos os pontos em que dão sinais de invasão dos interesses de um mundo estável e pacífico” para, em longo prazo, “quebrar a unidade e a eficácia do partido como instrumento político”, o que poderia mudar a Rússia soviética “de um dia para outro, de uma das mais fortes para uma das mais fracas e deploráveis sociedades”.

Os desdobramentos políticos e econômicos da nova política de contenção não tardaram a aparecer. Já em 1947, os Partidos Comunistas foram excluídos dos governos de coalizão na França e na Itália e a Inglaterra e os Estados Unidos intervieram pesadamente na guerra civil da Grécia. No âmbito da criação da aliança militar da OTAN, em 1949, foi montado um Comitê Coordenador para o Controle das Exportações Multilaterais (*Cocom*), visando a conter e a reduzir o intercâmbio de produtos considerados “estratégicos” no comércio dos países capitalistas centrais com os países integrantes do “bloco soviético”. Pouco depois da sua criação, mais de duas mil categorias de artigos foram incluídas na lista bens e serviços cuja comercialização com a URSS e seus aliados era proibida, o que representava quase metade dos artigos disponíveis no mercado mundial à época (MASTANDUNO, 1992).

Temendo novo isolamento, a União Soviética reagiu à política de “contenção” patrocinando a transição acelerada ao socialismo nas áreas da Europa Central e do Leste sob sua ocupação e influência. O sistema socialista soviético consolidado nos anos 1930 passou a ser apresentado e defendido como “modelo único” a servir de paradigma para todas as demais experiências, apesar de as condições históricas internas e externas enfrentadas por



estas nos anos 1940 e 1950 serem bem diferentes das enfrentadas pela URSS nos anos 1920 e 1930 (a começar pelo fato de não se tratar mais de experiências socialistas nacionais isoladas). A Tchecoslováquia e a Bulgária lançaram os seus primeiros planos quinquenais baseados na experiência soviética em 1949. Em 1950 foi a vez da Hungria e da Polônia, em 1951 da Albânia. A Iugoslávia de Tito já havia se antecipado e lançado o seu plano em 1947, mas a escalada de desavenças com a liderança da URSS levou à sua exclusão do “bloco socialista” liderado por esta já em 1948 (13). Assim, uma vez mais, considerações e tensões geopolíticas determinavam a forma e o ritmo da construção socialista.

Visando a desenvolver relações de “cooperação” e “assistência econômica mútua” para promover a acelerada industrialização dos novos parceiros socialistas foi criado, em 1949, o Conselho de Assistência Econômica Mútua (*Came*), integrado, inicialmente, pela própria URSS, a Bulgária, a Tchecoslováquia, a Hungria, a Polônia e a Romênia reforçado, em seguida, pela Albânia e pela República Democrática da Alemanha (Alemanha Oriental). A estes se somariam, como membros observadores, a China e a República Democrática da Coreia (Coreia do Norte) nos anos 1950, e como membros efetivos, a Mongólia, Cuba e Vietnã nos anos 1960 e 1970. Em resposta à criação da OTAN e à incorporação nesta da República Federal Alemã (Alemanha Ocidental), os países integrantes do *Came* formaram, em 1955, a aliança militar do Pacto de Varsóvia.

Nos marcos da integração sistêmica do novo “campo socialista”, foram estendidos para o conjunto de países membros os mesmos mecanismos de “desengate parcial” da economia capitalista mundial adotados anteriormente pela União Soviética (o monopólio estatal das relações econômicas com o exterior e a inconversibilidade das suas moedas nacionais nos mercados monetários capitalistas). O intercâmbio comercial entre os países socialistas passou a ser regido pela articulação e compatibilização das metas estabelecidas nos respectivos planos quinquenais nacionais. Os preços de referência neste intercâmbio eram fixados em negociações bilaterais entre as autoridades responsáveis pela condução das relações econômicas externas, e não pela incorporação automática da estrutura de preços praticada no mercado mundial. A justificativa oficial para isso era a disposição para romper com as “injustas relações de troca desigual” que predominavam nesse mercado. Caberia ao *Came*, assim, coordenar a operação e integração do novo “mercado socialista mundial”. Sua política inicial voltava-se para a construção de uma base econômica e industrial diversificada em cada país membro, reproduzindo (em menor escala) a trajetória de industrialização socialista acelerada adotada pela URSS duas décadas antes.

Para a liderança soviética, o resultado econômico e político mais importante desta evolução no pós-guerra fora a cisão do mercado mundial único (capitalista), que englobava a todos os países, em dois mercados mundiais opostos (capitalista e socialista), mas que operavam no âmbito do mesmo sistema internacional (interestatal) que passaram a ter sua principal expressão política na Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1945 (STÁLIN, 1975:85-86). Como bem observou Fred Halliday, esta realidade configurava a Guerra Fria não apenas como um tradicional conflito geopolítico entre potências rivais no sistema internacional, mas como um conflito intersistêmico de novo tipo (HALLIDAY, 1999)

Segundo Halliday, a primeira etapa da confrontação bipolar da Guerra Fria assumiu as seguintes características:

1. A escalada dos gastos militares, com ênfase nas armas nucleares, tendo por objetivo central evitar os avanços do concorrente sobre áreas de hegemonia definidas pelo resultado da Segunda Guerra (sobretudo na Europa).

2. A intensificação das campanhas de propaganda de ambos os lados, cada qual procurando denegrir ao máximo o seu adversário.

3. A ausência de sucesso em negociações entre os Estados Unidos e a União Soviética sobre questões de mútuo interesse, sejam bilaterais, referentes à Europa ou ao resto do mundo.

4. A transplantação do conflito entre capitalismo e socialismo para as situações revolucionárias no chamado “Terceiro Mundo”, com as potências capitalistas procurando de todas as formas conter e/ou reverter movimentos locais que eram vistos como meros instrumentos da política soviética (como nos casos da Coreia, Vietnã e Filipinas).

5. O reforço dos controles internos em cada campo, com a montagem dos seus respectivos blocos militares e a intensificação da repressão aos que eram suspeitos de “simpatia” pelo outro lado (o “macarthismo” nos EUA e o combate ao “titismo” no Leste Europeu).

6. A subordinação de todos os conflitos na arena internacional à lógica e dinâmica da confrontação Leste x Oeste (HALLIDAY, 1989:8-9).

Dos “anos dourados” do socialismo soviético aos ajustes frustrados

Apesar das tensões da Guerra Fria, as duas décadas posteriores ao término da Segunda Guerra Mundial podem ser consideradas os “anos de ouro” do sistema socialista soviético. Suas realizações assombravam o mundo, mesmo que os países capitalistas centrais estivessem ingressando no seu próprio “ciclo dourado” sob o impulso dos massivos investimentos na reconstrução



econômica e no desenvolvimento no mesmo período (HOBSBAWM, 1995: Cap. 9). O “assombro” começou com a própria epopeia da derrota da máquina de guerra de Hitler na Segunda Guerra, simbolizada pela entrada triunfal do Exército Vermelho em Berlim ao final desta. As forças soviéticas foram diretamente responsáveis por quase 80% das baixas totais das forças do Eixo no conflito, concentradas nas batalhas incessantes e de proporções dantescas travadas durante quatro anos na Frente Oriental da Guerra (DAVIES, 2006).

Este desfecho decorreu, em grande medida, da estreita colaboração estabelecida entre o amplo sistema de Ciência e Tecnologia montado na URSS nos anos 1930 e as iniciativas de defesa militar. Fruto desta colaboração, foram desenvolvidos inúmeros equipamentos militares novos que tiveram papel decisivo no triunfo das Forças Armadas soviéticas sobre as tropas nazistas, entre os quais canhões (incluindo um inovador canhão antitanque), lança-mísseis (o famoso *Katyusha*), baterias antiaéreas, diferentes tipos de carros de combate e aviões muito eficazes: os *Mig*, o *Yakovlev* e o *Il 2*. Após a guerra, esta colaboração estreita continuou e resultou em inúmeras – e, para boa parte do mundo, surpreendentes – conquistas científicas e tecnológicas. Um primeiro marco se deu na área da Física nuclear com o bem-sucedido teste da primeira bomba atômica soviética em 1949, quebrando o monopólio sobre esse tipo de armamento estabelecido pelos Estados Unidos ao final da guerra, evidenciado de forma tão trágica quanto gráfica nos ataques às cidades de Hiroshima e Nagasaki no Japão (HOLLOWAY, 1994). Mais emblemática ainda foi a dianteira tecnológica alcançada pela União Soviética na área da engenharia aeroespacial na primeira fase da chamada “corrida espacial”, com feitos de enorme repercussão global como a primeira viagem ao espaço do satélite *Sputnik* em 1957, o primeiro voo com um ser vivo (a cadela Laika) no mesmo ano, o primeiro voo tripulado por um homem com Yuri Gagarin em 1961 e o primeiro voo tripulado por uma mulher com Valentina Tereshkova em 1963. As aplicações militares da capacidade missilística revelada nestes feitos eram evidentes. Seu reconhecimento gerava ondas de preocupação e choque nos dirigentes das principais potências capitalistas – e uma singular “oportunidade de negócio” para espertalhões venderem projetos de abrigos antiaéreos domésticos para a assustada classe média americana...

Os planos quinquenais do pós-guerra foram marcados pelo gigantesco esforço de reconstrução e desenvolvimento da economia soviética, que havia sido devastada nos quatro anos do conflito. Eles viabilizaram uma rápida recuperação dos índices de crescimento econômico da URSS (11,9% no Quarto Plano, de 1946 a 1950, e 11,2% no Quinto, de 1951 a 1955), dando continuidade às características básicas do sistema socialista soviético consolidadas nos anos 1930. Sob o impacto desses planos – e apesar dos desarranjos provo-

cados pela suspensão do início da implementação do Sexto Plano Quinquenal após o XX Congresso do PCUS em 1956 (única vez que isso ocorreu em toda a história soviética) –, a URSS atingiu, em 1961, o ápice da sua participação no PIB mundial medido por PPC (10,2%), mantendo-se próximo desse índice por mais de uma década (14).

O clima geral da sociedade soviética no período era de entusiasmo e euforia, apesar do choque causado pelas duras e inesperadas críticas apresentadas pelo novo dirigente principal do PCUS, Nikita Krushev, ao XX Congresso do Partido denunciando a prática massiva de arbitrariedades e violência e do “culto à personalidade” nos anos em que Stálin comandara a construção do socialismo na URSS (sobretudo na fase dos “grandes expurgos” de 1937 e 1938). No estilo fanfarrão que lhe era peculiar – e refletindo o otimismo então reinante –, um empolgado Krushev tratou de alertar, em discurso em discurso proferido em 1956 para os embaixadores dos principais países capitalistas em Moscou, que “A História está do nosso lado. Nós vamos vos enterrar!”. O XXI Congresso do PCUS, em 1959, decretou “a vitória total e definitiva do socialismo na URSS”. O novo Programa do Partido, aprovado no XXII Congresso em 1961, anunciava que a União Soviética alcançaria e superaria economicamente os Estados Unidos em dez anos e entraria na fase do comunismo em 1980. Pelo visto, o espírito de *Eros* reinava absoluto nos corações e mentes da liderança soviética.

O XXI Congresso indicara que a tarefa econômica fundamental a ser enfrentada pela URSS era alcançar e ultrapassar os mais desenvolvidos países capitalistas na produção *per capita*. Os prognósticos a este respeito consolidados no *Manual de Economia Política* do Instituto de Economia da Academia de Ciências da URSS –, publicado em 1959, quando se iniciava a implementação do Plano Setenal (de 1959 a 1965) que substituíra o Sexto Plano interrompido em 1956 – eram francamente otimistas (para não dizer triunfalistas):

“Passo decisivo para o cumprimento da tarefa econômica fundamental será o plano setenal de desenvolvimento da economia nacional da URSS. Como resultado do plano setenal, a União Soviética terá uma produção industrial per capita maior do que a atual nos mais desenvolvidos países capitalistas da Europa — a Inglaterra e a Alemanha ocidental — e passará, no que se refere a este índice, para o primeiro lugar na Europa. Com relação ao volume absoluto da produção anual de alguns tipos fundamentais de produção industrial, a União Soviética ultrapassará o nível atual da produção industrial dos Estados Unidos, aproximando-se destes com relação



a outros produtos. Por esta época, a produção, na URSS, dos mais importantes produtos agrícolas, globalmente e per capita, superará o nível atual dos Estados Unidos.

O povo soviético se esforça no sentido de que, já cinco anos após a execução do plano setenal, e, se possível, mesmo antes, a URSS passe para o primeiro lugar no mundo não somente quanto ao volume absoluto da produção, mas também quanto à produção per capita. Esta será uma vitória histórico-universal do socialismo na competição econômica pacífica com o capitalismo, na arena internacional. A URSS se tornará o primeiro país industrial do mundo, com a mais alta produtividade do trabalho e o mais alto nível de vida.” (ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS, 1961: Cap. XXXV).

Ou seja, a perspectiva adotada pela liderança soviética na virada dos anos 1950 para os anos 1960 era a de que a URSS se tornaria a principal potência econômica mundial em pouco mais de uma década (i.e., no início dos anos 1970). Exageros ideológicos à parte, a capacidade de realização do sistema socialista soviético era levada a sério por dirigentes políticos e estudiosos em todo o mundo. A questão da perda da supremacia científica e tecnológica dos Estados Unidos em relação à URSS e suas consequências foi um dos temas centrais dos debates da campanha presidencial entre Kennedy e Nixon em 1960 (os primeiros a ser televisionados para todo o país). Anos antes, mesmo um historiador com profunda admiração por Trotsky como Isaac Deutscher reconhecia, no seu necrológio de Stálin, a profunda transformação operada na União Soviética entre os anos 1920 e os anos 1950: “O núcleo da ação histórica do stalinismo é este: ele encontrou uma Rússia que trabalhava com arados de madeira e a deixou equipada com reatores atômicos” (DEUTSCHER, 1953). O sucesso da saga modernizadora do socialismo soviético a tornou referência para o lançamento de programas nacionais de desenvolvimento por dirigentes de inúmeros países que recém-conquistavam a sua independência com o avanço dos processos de descolonização na África e na Ásia (como Nehru na Índia, Sukarno na Indonésia e Nasser no Egito), e influenciou fortemente a agenda econômica do Movimento dos Países Não Alinhados formado em 1961. Neste ano, os dirigentes cubanos liderados por Fidel Castro foram além e proclamaram a orientação socialista da revolução que triunfara na ilha dois anos antes, passando a integrar o campo socialista liderado pela URSS (15).

Apesar do tom confiante e desafiador dos seus discursos, a liderança soviética reconhecia, em meados dos anos 1950, a necessidade de fazer ajus-

tes no funcionamento do sistema socialista consolidado havia duas décadas. Após concentrar os cargos de “Primeiro-Secretário” do Partido e “Primeiro Ministro” do governo — após aguda luta interna na cúpula do poder soviético —, Krushev sinalizou que o sistema de planejamento e gestão da economia da URSS estava excessivamente centralizado, o que poderia afetar a eficiência do seu desempenho. Em função disto, adotou medidas para ampliar os poderes dos governos das repúblicas sobre as empresas instaladas nos seus territórios e alargar os poderes dos diretores dessas empresas na gestão das mesmas. Lançou um ousado e polêmico plano de expansão agrícola que visava à ocupação de 35,9 milhões de hectares de terras virgens (equivalente ao total da terra cultivada do Canadá), sobretudo para o cultivo de trigo. Essa iniciativa foi complementada por uma igualmente agressiva campanha para expansão do cultivo do milho, cuja área plantada passou de 4,3 milhões de hectares em 1954 para 37 milhões em 1962. A principal reforma, no entanto, veio em 1957 com a abolição dos ministérios centrais que eram os condutores da economia até então, e sua substituição por 105 conselhos econômicos regionais. O próprio *Gosplan* foi dividido em dois organismos — um para planejamento de longo prazo, e outro para planejamento de curto prazo — mirando sua capacidade de coordenação integrada da economia soviética. Em seguida adotou-se uma medida que havia sido explicitamente criticada por Stálin cinco anos antes: as Estações de Tratores e Máquinas (ETM) foram desarticuladas e seu equipamento vendido às fazendas coletivas (16). No âmbito destas mudanças, o Sexto Plano Quinquenal que havia sido aprovado no XX Congresso do PCUS foi interrompido e substituído por um novo plano de sete anos (o Sétimo, cobrindo o período de 1959 a 1965).

Essas mudanças não chegaram a gerar um “modelo” alternativo de desenvolvimento para a economia, mas removeram e/ou esvaziaram um elemento-chave na cadeia de comando do sistema socialista soviético (os ministérios centrais e o *Gosplan*). O resultado foi uma febre de localismo (*mestnichestvo*) nas decisões econômicas que desarticularam o funcionamento integrado da economia como um todo, que dependia da complementariedade definida e garantida pelo planejamento central (NOVE, 1984:360361). Este desenvolvimento solapou os próprios programas ousados de ocupação e exploração de novas terras agrícolas, já que a quebra do sistema de planejamento centralizado impedia o adequado fornecimento de sementes, fertilizantes, equipamentos e meios de transporte para as novas fazendas. O impacto deste quadro de desorganização logo se fez sentir nos indicadores de desempenho econômico. A Média anual de crescimento no Sétimo Plano ainda ficou em 6,5%, mas houve acentuada perda de dinamismo ao longo dos anos: 8% em 1959; 7,4% em 1960; 6,9% em 1961; 5,6%, em 1962; e 3,8%

em 1963 (o mais baixo da economia soviética em tempos de paz desde o lançamento do Primeiro Plano Quinquenal) (17).

Do ponto de vista político-ideológico, essas mudanças se deram nos marcos de uma intensa disputa pelo poder no coração da liderança soviética, que resultaram no “Relatório Secreto” proferido por Krushev contra Stálin no XX Congresso do PCUS em 1956, na derrota e exclusão do chamado “grupo antipartido” (encabeçado por Molotov, Kaganovich e Malenkov) em 1957, e no abandono dos conceitos de “ditadura do proletariado” e “partido da classe operária” (substituídos, respectivamente, pelos conceitos de Estado e Partido “de todo o povo”) no novo programa do PCUS adotado no XXII Congresso em 1961. A escalada de divergências em torno destas formulações e mudanças levaram a uma segunda e mais grave cisão do campo socialista, com a exclusão da China e da Albânia do bloco liderado pela União Soviética.

O fraco desempenho da economia sob o impacto da desorganização gerada pelas medidas implementadas por Krushev enfraqueceu sua posição na direção do poder soviético e acabou determinando a sua queda em 1964. O líder que ocupou o seu lugar foi Leonid Brejnev, que permaneceu no comando principal do Partido e Estado soviéticos até a sua morte em 1982. A nova liderança da URSS já identificava, em meados dos anos 1960, a necessidade de passar a uma nova fase de desenvolvimento mais intensivo da sua economia. A lógica subjacente a esta avaliação já havia sido antecipada nas páginas do *Pravda* na fundamentação de uma polêmica proposta de reforma econômica apresentada pelo professor E. Liberman em 1962:

“É essencial encontrar uma solução que seja, ao mesmo tempo, simples e bem fundamentada para um dos mais importantes problemas colocados pelo Programa do PCUS: construir um sistema de planejamento e estímulo para o trabalho das empresas, para que elas possam ter um vivo interesse em cumprir ao máximo as metas do Plano, em introduzir novas técnicas e produtos de melhor qualidade, em suma, maximizar a eficiência da produção” (Citado em DOBB, 1978:379).

Nas resoluções do Comitê Central do PCUS em 1965 e no XXIII Congresso do Partido em 1966, esta mesma preocupação se expressava na identificação de um “desequilíbrio” entre a extensão já adquirida pela produção na economia soviética e os métodos de planificação, gestão e estímulo herdados de fases anteriores do seu desenvolvimento. Defendia-se a necessidade de incorporar as “conquistas da revolução técnico-científica” às “vantagens so-

ciais e possibilidades do regime socialista”. Com este objetivo, foi lançado um novo conjunto de mudanças na política econômica da URSS que ficaram conhecidas como “as reformas de Kossiguin” (presidente, à época, do Conselho de Ministros). Uma das primeiras medidas adotadas foi a dissolução dos órgãos sucessores dos “conselhos econômicos regionais” criados por Krushev, e o reestabelecimento dos poderes executivos dos Ministérios Centrais e do *Gosplan* (reunificado e fortalecido). Este reestabelecimento dos órgãos centrais, no entanto, veio acompanhado da introdução de várias medidas que haviam sido propostas por Liberman três anos antes (e que haviam suscitado intensos debates e polêmicas). Entre estas se destacavam:

1. A ampliação da autonomia e iniciativa das empresas, tanto na elaboração dos planos quanto na sua execução.

2. A introdução da autonomia financeira das empresas e a ampliação dos seus direitos e deveres nesta base.

3. O reforço e ampliação dos contratos econômicos entre as empresas.

4. O estabelecimento do lucro como critério central para determinar a eficiência empresarial junto com o reforço de outras “alavancas econômicas” como o preço, o crédito, os salários, os prêmios etc.

5. O reforço e ampliação dos poderes dos diretores de empresa (inclusive na determinação de cortes na mão de obra visando ao aumento de eficiência produtiva), com diminuição do número e tipo de índices determinados pelas “instâncias superiores”.

A nova reforma aboliu, também, a distribuição gratuita e centralizada de meios de produção e fundos de investimento, substituída pelo financiamento das compras e investimentos das empresas. Ampliou-se a parcela de lucros a ser retida nas próprias empresas para reinvestimento. Foi feito um reajuste geral no sistema de preços, para que estes refletissem de maneira mais precisa os custos de produção.

No auge das suas divergências políticas e ideológicas com o PCUS, a liderança do PC chinês, nucleada em torno de Mao Tsé-tung, passou a caracterizar as reformas implementadas na URSS como um abandono do caminho socialista, em direção a uma forma de “capitalismo monopolista de Estado” (*RENMIN BAO; HONGKI, 1968*). Mas apesar de serem mais amplas e profundas do que as medidas adotadas anteriormente por Krushev, as medidas implementadas por Brejnev não alteraram os fundamentos do sistema socialista soviético consolidado nos anos 1930. Não introduziram componentes identificados com o “capitalismo de Estado” conforme a caracterização feita por Lênin, que examinamos mais acima. A economia continuou estruturada sobre a base da propriedade social-estatal. A abrangência desta foi, inclusive, ampliada no período: a participação das fazendas estatais na produção agrí-



cola total da URSS passou de 18% em 1960 para 28% em 1970 (18). O objetivo central da atividade empresarial – a partir do qual se avaliava sua eficiência e “lucratividade” – continuou sendo o cumprimento das metas estabelecidas no Plano central. A fixação de preços continuou sendo responsabilidade administrativa do Comitê Estatal de Preços, e não pela operação mais livre das forças de mercado (embora o Comitê tenha procurado desenvolver, no seu âmbito, mecanismos que pudessem servir de substituto funcional para essa operação, como pesquisas de opinião e preferências, reuniões com vendedores e compradores, modelos matemáticos etc.).

A verdade é que a preservação das características básicas do “modelo soviético” minou significativamente o alcance das reformas anunciadas. Enquanto se ampliavam os direitos e deveres das empresas no plano local, os poderes decisórios e executivos dos órgãos centrais eram reinstituídos e alargados. Os diretores de empresa, por exemplo, voltaram a ser nomeados pelos ministérios centrais a que se subordinavam, o que, evidentemente, limitava sua “autonomia”. Embora tenha se ampliado a parcela de lucros a ser mantido nas próprias empresas para reinvestimento, a participação dos investimentos não centralizados na economia soviética não chegou a 20% no período (KHACHATUROV, 1972:156). Mesmo com a introdução do princípio da “autogestão financeira”, o Banco Central do Estado continuou sendo a grande fonte de financiamento para a compra de bens de capital pelas empresas, podendo, assim, monitorar e controlar a atuação destas visando ao atendimento das metas do Plano central. Dado o compromisso contínuo do poder soviético com o objetivo da eliminação do desemprego, o poder dos diretores para demitir trabalhadores era mitigado e anulado pelos incentivos dos órgãos centrais para que demissões só fossem processadas depois que fossem identificados e viabilizados novos postos de trabalho para os atingidos. Como observou Alec Nove, ao se chegar em 1970, muito pouco havia sobrado dos poderes gerenciais ampliados dos diretores de empresa anunciados pela reforma de 1965: “os planos e políticas voltaram a ser implementados através do sistema tradicional de planejamento centralizado, com múltiplas metas obrigatórias impostas aos gestores, e a alocação administrativa dos insumos” (NOVE, 1984:376).

O impacto inicial deste contraditório processo de “recentralização econômica” foi positivo. A média anual de crescimento da economia soviética se recuperou no Oitavo Plano Quinquenal (de 1966 a 1970), atingindo 7,7% (GÉLÉDAN; BRÉMOND, 1988:107). Com base neste desempenho, em 1970, a URSS sustentou seu patamar de participação no PIB mundial medido por PPC: 9,8% (contra 9,6% em 1950 e 10% em 1960) (19). Estava, no entanto, muito longe de “alcançar e superar economicamente” os Estados Unidos,

como previra o XXII Congresso do PCUS uma década antes. Medido pelo mesmo critério PPC, os EUA eram responsáveis por 22,4% do PIB mundial em 1970 (contra 27,3% em 1950 e 24,3% em 1960). Do ponto de vista das previsões do XXII Congresso, no entanto, mais grave ainda era o fato de – impulsionadas pela dinâmica de desenvolvimento desigual do capitalismo (e pela escala massiva dos financiamentos politicamente motivados para a reconstrução econômica no Pós-Guerra) — outras potências capitalistas (precisamente as perdedoras do conflito) passarem a sustentar índices de crescimento econômico e de elevação da produtividade do trabalho superiores tanto aos EUA quanto à União Soviética. Segundo levantamento de Angus Maddison, entre 1950 e 1973, a média de crescimento anual do PIB a preços constantes do Japão foi de 9,2% e da Alemanha 6%, contra 3,9% dos Estados Unidos (MADDISON, 1977). No que concerne à produtividade do trabalho, a elevação alcançada pelo Japão no mesmo período foi de 7,7%, da Alemanha 6% e dos EUA 2,7%. Com base neste desempenho, o Japão mais do que dobrou a sua participação relativa no PIB mundial medido por PPC, passando de 3% em 1950 para 7,4% em 1970, enquanto a Alemanha aumentava a sua de 4,9 para 6,1% (para efeito de comparação, a participação da China ficou estabilizada em torno de 4,6% no mesmo período).

Os dados acima apontam para uma acelerada e profunda reconfiguração da economia capitalista mundial nas três primeiras décadas do Pós-Guerra, cujas tensões desembocaram na ruptura unilateral dos acordos monetários e financeiros de Bretton Woods pelos Estados Unidos e consequente revogação do padrão dólarouro no início dos anos 1970. As relações da União Soviética e do campo socialista com o mundo capitalista neste período tiveram um desenvolvimento contraditório. Por um lado, de mera possibilidade engendrada pela configuração de um quadro particular de forças no sistema internacional, a “coexistência pacífica” com as potências capitalistas foi transformada, por Krushev e seus sucessores, em “princípio geral” da política externa da URSS e ponto programático fundamental da linha geral do Movimento Comunista Internacional. Esta questão suscitou muitos questionamentos e críticas de lideranças de diversos Partidos Comunistas no mundo, destacadamente do Partido chinês. O fundamento teórico da sua proposição residia na compreensão de que, com a formação, consolidação e fortalecimento do campo socialista no Pós-Guerra, o desenvolvimento desigual das potências capitalistas na “era do imperialismo” não resultaria mais inevitavelmente em novas guerras, como Lênin havia indicado no início do século. A este respeito, o programa aprovado no XXII Congresso do PCUS em 1961 indicava que “a crescente superioridade das forças socialistas sobre as forças do imperialismo, das forças da paz sobre as forças da guerra, torna possível, na

atualidade, banir a guerra mundial da sociedade antes da completa vitória do socialismo, com o capitalismo subsistindo em parte do mundo” (PCUS, 1971:405).

Esta compreensão e formulação levou a direção do poder soviético a implementar várias iniciativas e ações visando a reduzir e/ou a eliminar focos de tensão nas suas relações com as potências capitalistas, e sobretudo com os Estados Unidos, no quadro geral de polarização da Guerra Fria (política que ficou conhecida como “distensão” – em francês, *détente*). Mas, simultaneamente, a liderança soviética operou uma reorientação estratégica da sua política de defesa que teve efeitos opostos. Desde antes da Segunda Guerra, o Exército Vermelho foi montado com caráter eminentemente defensivo, baseado em forças convencionais terrestres. A URSS não possuía, por exemplo, bombardeiros de longo alcance capazes de atingir e dizimar longínquas cidades inimigas, como fizeram ingleses, norte-americanos e alemães no conflito. Sua aviação foi desenvolvida, fundamentalmente, para ações de apoio às forças terrestres, com base em caças e bombardeiros de curto alcance. Nos marcos da tensão do início da Guerra Fria, um marco importante foi alcançado em 1949 com o lançamento da primeira bomba atômica experimental da União Soviética que quebrou o monopólio dos EUA sobre esse tipo de armamento, como vimos antes. Quatro anos depois, a URSS testou, com sucesso, a sua primeira bomba de hidrogênio. Assim mesmo, os soviéticos não desenvolveram, nessa época, sistemas estratégicos que lhes possibilitassem lançar bombas atômicas sobre alvos em solo norte-americano.

Em meados dos anos 1950, Kruschchev resolveu aproveitar a recém-conquistada dianteira da União Soviética em tecnologia missilística (expressa nas conquistas do seu programa espacial) para estabelecer sistemas de foguetes estratégicos com ogivas nucleares capazes de alcançar o território dos Estados Unidos. A lógica era estabelecer uma “capacidade dissuasória” credível como base da sua política de defesa, garantindo capacidade de atingir cidades americanas em represália a qualquer ataque dos Estados Unidos. O desenvolvimento dessa capacidade dissuasória da URSS introduziria um princípio de delicado e perigoso equilíbrio na evolução do sistema internacional do Pós-Guerra: a Destruição Mútua Assegurada (*MAD* no acrônimo em inglês, que também significa “louco” nesse idioma), evitando que a polarização da Guerra “Fria” se tornasse “Quente”. Na estruturação concreta desse princípio, no entanto, por muito pouco o mundo não foi arrastado para uma inimaginável conflagração nuclear na Crise dos Mísseis em 1962, após Kruschchev autorizar e iniciar a instalação de bases para lançamento de mísseis nucleares em Cuba. Depois de muita tensão, os mísseis soviéticos foram retirados de Cuba com a garantia do governo dos EUA de que não invadiria a

ilha. Foi estabelecida uma linha direta de comunicação entre as cúpulas dos governos americano e soviético para evitar que incidentes entre os dois países voltassem a escalar a esse ponto de quase não retorno. Mas a partir dessa crise, a liderança soviética estabeleceu como objetivo central da sua política de defesa alcançar paridade estratégica militar com os Estados Unidos no mundo. Entre outras iniciativas, a URSS desenvolveu uma poderosa Marinha de Guerra com presença permanente em todo o globo, incluindo submarinos nucleares portadores de mísseis e porta-aviões. A reorientação estratégica da política de defesa da União Soviética, iniciada por Krushev, foi continuada e ampliada por Brejnev. O resultado foi um período de “antagonismo oscilatório” nas relações entre as duas potências mundiais, nos marcos da qual foi deflagrada uma acirrada corrida armamentista.

A evolução do campo socialista no período também foi marcada por tensões e fissuras. Já comentamos as rupturas que levaram à exclusão da Iugoslávia (no final dos anos 1940) e da China e da Albânia (no início dos anos 1960) do bloco socialista liderado pela União Soviética. Quando movimentos reformistas em países do bloco — instigados pelas próprias reformas internas deflagradas na URSS — ameaçaram fugir do controle, o poder soviético logo interveio pesadamente para deixar claro que não aceitaria a alteração das “zonas de influência” estabelecidas na Europa Central e do Leste ao final da Segunda Guerra. Assim, no final de 1956, quando uma revolta popular — influenciada pelo processo de “desestalinização” que Krushev havia deflagrado na URSS para se fortalecer na acirrada disputa pelo poder que se travava na cúpula soviética — irrompeu na Hungria (país que integrara ativamente o Eixo nazifascista na guerra) e levou à constituição de um novo governo que chegou a anunciar sua retirada do Pacto de Varsóvia, a União Soviética invadiu o país e depôs o recém-constituído governo de Imre Nagy. Quando a Tchecoslováquia parecia estar enveredando por caminho parecido, após a deflagração da chamada “Primavera de Praga” em 1968, o país foi invadido por tropas do Pacto de Varsóvia que depuseram o governo de Alexander Dubek.

Para justificar a invasão da Tchecoslováquia, Brejnev formulou o conceito da “soberania limitada” dos países do campo socialista, apresentado pela primeira vez em discurso ao Congresso do Partido polonês em novembro de 1968: “Quando forças externas e internas, contrárias ao socialismo, tentam conduzir o desenvolvimento de um país socialista em direção à restauração da ordem capitalista, quando surge a ameaça à causa socialista nesse país, a ameaça à segurança atinge por inteiro a comunidade socialista, e este já não é um problema apenas para o povo daquele país, mas para todos os países socialistas”. Esta formulação contrariava diretamente os dois princípios ordenadores e constitutivos (ainda que formais) do sistema internacional mo-



dermo: os princípios da “igualdade dos Estados” e da “não intervenção” (20). Já a resignação prática (associada a protestos virulentos) com que os países capitalistas reagiram a essas invasões revelava que, no delicado equilíbrio de forças da Guerra Fria, as fronteiras geopolíticas intersistêmicas constituídas na Europa ao final dos anos 1940 continuavam de pé.

Vale registrar que a liderança soviética acolheu, neste mesmo período, variados processos de reforma nos países socialistas, em grande parte inspirados pelas medidas que ela mesma havia ensaiado nos 1950 e 1960, mas que em muitos aspectos foram além. Na Polônia foram implementadas duas reformas, em 1957 e 1965, que levaram, entre outras consequências, à reversão do processo anterior de coletivização da agricultura, fazendo com que mais de 90% do campo polonês passassem a ser explorados por produtores individuais. Culminando sucessivas mudanças, o ano de 1965 registrou a adoção de reformas, inspiradas nas medidas de Kossiguin, na Alemanha Oriental, na Bulgária e na Tchecoslováquia (antes, evidentemente, da “Primavera”). Na Hungria e na Romênia, as reformas começaram um pouco mais tarde (em 1968), mas foram mais amplas. O limite político destas reformas, como visto, era a preservação da liderança soviética sobre o bloco. Pelas contradições e tensões já evidenciadas na experiência da URSS, no entanto, seu alcance sistêmico permaneceu limitado, com as possíveis exceções da Polônia e da Hungria.

Ao mesmo tempo, a União Soviética promoveu a adoção de medidas para aprofundar a integração econômica do campo socialista no período em questão. Se no início dos anos 1950 ela havia desmantelado as empresas (mistas e próprias) que operavam as reparações de guerra devidas pelos membros do bloco que haviam integrado as forças do Eixo na Segunda Guerra (Alemanha, Hungria, Bulgária e Romênia), a partir do início dos anos 1960 o Conselho avançou para uma política de “especialização produtiva internacional” entre os seus integrantes. A avaliação que passou a predominar era a de que a política anterior de montagem de bases econômico-industriais diversificadas em cada país membro teria levado à desnecessária duplicação de estruturas, resultando em desperdício por conta da “irracional” alocação paralela de investimentos em empreendimentos de menor escala (AURTHUR, 1977). A nova orientação adotada constituía o *Came* como órgão coordenador da especialização intrabloco, materializada nos planos nacionais implementados por cada país membro. Antes disso, a partir da IX Reunião do Conselho em 1958, o *Came* já havia substituído a prática de fixação dos preços no comércio intrabloco via acordos bilaterais, vista mais acima, a favor da política de fixar a estrutura geral de preços do bloco tomando por referência a média de preços praticados no mercado mundial no ano imediatamente anterior ao ciclo de planejamento em execução (21).

A nova orientação enfrentou resistências dentro do bloco. O temor de que essa política estratificasse relações econômicas desiguais no âmbito do *Came* (associado à escalada de divergências teóricas e políticas com a direção do PCUS, vista anteriormente) levou a Albânia a se retirar do Conselho em 1962. A Romênia, mesmo sem se retirar, criticou a nova política proposta pela liderança soviética, qualificando-a com uma violação da soberania dos países-membros. Apesar destas discordâncias, foram adotadas medidas no rumo indicado. A mais importante foi a criação do Banco Internacional para a Cooperação Econômica (BICE) no âmbito do Conselho, com a missão específica de coordenar o processo de integração/especialização intrabloco. Brejnev viria a caracterizar este processo de integração como a constituição de uma “divisão internacional socialista do trabalho”.

O *Came* também constituiu, em 1964, uma moeda coletiva para facilitar o comércio entre os países membros: o *rublo transferível*. O valor deste foi fixado com uma cotação idêntica à do rublo soviético, mas tratava-se de uma moeda de referência apenas para as transações internacionais no âmbito do Conselho, não podendo ser convertido para a moeda nacional de qualquer um dos países-membros, nem mesmo para o rublo soviético. Sob o impacto destas mudanças, o valor global do intercâmbio comercial da União Soviética medido em dólares quadruplicou entre 1955 e 1970, sendo que 56% do seu comércio neste último eram realizados com países membros do *Came* e 10% com países socialistas que não integravam o bloco (22).

Do “socialismo desenvolvido” à derrocada da União Soviética

Apesar de não haver “alcançado e superado” economicamente os Estados Unidos, a liderança soviética avaliava que sua sociedade havia ingressado em uma nova etapa de “socialismo desenvolvido” nos anos 1970. Segundo a formulação desenvolvida nos XXIV e XXV Congressos do PCUS, esta etapa seria caracterizada pelo “elevado nível de maturidade de todas as relações sociais, por uma poderosa base técnica e material, e por uma estrutura social marcada pela ausência de antagonismos entre as nações e por seu alto grau de unidade e homogeneidade” (CHEVSTOV, 1981). Na década anterior, os dirigentes da URSS já haviam incorporado o conceito de “Revolução Científico-Técnica” para caracterizar os novos padrões produtivos que estavam se generalizando na economia capitalista mundial. Na sua visão, a planificação racional da alocação de recursos em toda a economia permitiria ao sistema socialista promover o desenvolvimento mais intenso da Ciência e da Técnica, bem como sua rápida disseminação por toda a indústria e sociedade. Isto garantiria a incorporação mais abrangente, acelerada e profunda das



conquistas da Revolução Científico-Técnica na sociedade soviética. O grau já alcançado pela URSS nesse processo fundamental, nos anos 1970, o seu ingresso na etapa do “socialismo desenvolvido”.

Os indicadores dos investimentos soviéticos em formação e capacitação científico-tecnológica eram, de fato, impressionantes. O número de cientistas e engenheiros dedicados a atividades de Pesquisa e Desenvolvimento mais do que dobrou entre 1965 e 1975, passando de 499 mil para 1,1 milhão (DOS SANTOS, 1983:113). Já os investimentos em educação passaram do equivalente de 5,5% para do 7,3% do PIB soviético entre 1955 e 1973 (23). O número de Institutos de Pesquisa em Ciência e Tecnologia passou de 3447 em 1950 para 5327 em 1975 (NOLTING; FESHBACK, 1980:494). Calculados em termos do custo ajustado de fatores com base na estrutura de preços do mercado mundial, os investimentos em P&D na URSS passaram do equivalente a 1,3% do seu PIB em 1950, para 2,6 % em 1975 e passaram de 3% no final dos anos 1980 (MADDISON, 1998:19-20) (24). Para efeito de comparação, cabe registrar que os investimentos em P&D dos Estados Unidos em relação ao seu PIB oscilaram entre 1,5% e 2,5% no mesmo período (NSF, 2015:6). Os do Brasil, a muito custo, chegaram a 1,2% do PIB apenas em 2011.

Apesar desta escalada de investimentos em formação e capacitação científico-tecnológica na URSS, os índices do seu crescimento econômico, elevação da produtividade do trabalho e disseminação tecnológica retomaram sua tendência de queda. A média de crescimento anual da economia soviética no Nono e Décimo Planos Quinquenais (referentes aos períodos de 1970 a 1975 e de 1976 a 1980, respectivamente) foi de 5,6% (GÉLÉDAN; BRÉMOND, 1988:107). No início dos anos 1980, ela já estava situada em 3%. Significativamente, a participação da União Soviética no PIB mundial medido por PPC baixou, em 1980, para 8,5% — o mesmo peso relativo alcançado por seus territórios em 1900, no âmbito do Império Czarista (25). O grau de frustração do esforço para redirecionar a economia soviética para uma nova via de desenvolvimento baseada na rápida incorporação das conquistas da Revolução Científico-Técnica pode ser medido pelo seguinte dado: enquanto o aumento da produtividade foi responsável por 40% do crescimento da renda nacional no Oitavo Plano Quinquenal (de 1966 a 1970), essa participação caiu para 25% no início dos anos 1980 (CHERNIKOV, 1984:593). Segundo Maddison, a produtividade do trabalho na economia soviética, em 1987, não chegava a um terço da americana (MADDISON, 1998:22).

Como foi possível esta evolução? A verdade é que o sistema socialista soviético passou a enfrentar, na década de 1970, um desafio que não lhe é particular, mas que assumiu contornos particularmente acentuados na URSS por conta das particularidades do seu modelo de desenvolvimento: o desafio da

inovação. Assim como ocorreu com os países capitalistas em desenvolvimento no século XX, o sistema de Ciência e Tecnologia soviético foi estruturado, em grande medida, de forma segmentada e desconectada das empresas. As razões para isto não decorriam da “escassez de capital” endógeno para atender, com tecnologia própria, o crescimento e a diversificação dos padrões de consumo de uma elite que concentrava parcela importante da renda nacional, como no caso latino-americano (FURTADO, 1981), mas o resultado foi semelhante: baixa propensão das empresas para desenvolver ou incorporar métodos, técnicas, equipamentos e produtos inovadores aos seus processos produtivos, dando preferência à assimilação e à reprodução de pacotes tecnológicos já testados. Ou seja, uma base empresarial/industrial com baixa propensão ao desenvolvimento tecnológico e à inovação.

No caso soviético, o fator determinante para esta baixa propensão à inovação empresarial que resultou em cada vez mais lenta disseminação tecnológica na sua economia residia em característica essencial do seu sistema socialista já destacada anteriormente: o objetivo central que regia a atividade empresarial era o cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano central elaborado por órgãos centrais aos quais os diretores de empresa estavam subordinados hierarquicamente. A introdução de qualquer inovação afetava procedimentos empresariais já assimilados e estabelecidos, o que tendia a gerar alguma desorganização (ainda que temporária) que podia prejudicar o cumprimento do plano no “horizonte temporal” da sua avaliação e premiação. O “risco” associado à incorporação de novas bases técnicas não era recompensado ao nível empresarial. De toda forma, se a incorporação de progressos técnicos gerasse ganhos de produtividade e eficiência no atendimento às metas estabelecidas no plano em curso, na versão seguinte do plano isso se traduziria em elevação das metas planejadas para a empresa, anulando os ganhos de premiação pelo desempenho anteriormente atingido. A lógica sistêmica carregava, assim, múltiplos e fortes desincentivos à inovação no plano da atuação empresarial (e, portanto, baixa “demanda” por novas tecnologias). A tendência dos dirigentes empresariais era a de tentar reduzir as metas no plano com base nas quais se avaliava o desempenho das suas empresas, e prolongar ao máximo a vida útil dos equipamentos e técnicas já instalados e assimilados, priorizando ações de reparo e/ou ajustes incrementais.

Já do lado dos planejadores centrais, a promoção do progresso técnico era incorporada às decisões sobre alocação de recursos, mas as metas de desempenho empresarial eram referidas, sobretudo, ao desempenho passado das empresas em questão. Era difícil dimensionar o impacto qualitativo da introdução de novas tecnologias. Predominava uma lógica “ofertista” do progresso técnico, materializada em uma profusão de indicadores quantita-



tivos desvinculados do funcionamento e das necessidades reais das empresas (e, por isso mesmo, recebida com relutância e ações reativas pelos dirigentes empresariais). A exceção a este quadro era a do complexo industrial de defesa, que mantinha estreita colaboração entre institutos de pesquisa, ministérios centrais, forças armadas e empresas para a rápida incorporação das tecnologias desenvolvidas aos sistemas de defesa, no quadro de tensionamento geopolítico que marcava a Guerra Fria e do esforço concentrado empreendido pela União Soviética para alcançar paridade estratégica com os Estados Unidos. Mesmo aqui, no entanto, a exploração do caráter dual das tecnologias desenvolvidas, com sua adaptação e disseminação na indústria de bens e serviços civis.

O resultado agregado deste conjunto de características sistêmicas era uma combinação entre elevada capacidade científica e tecnológica, de um lado (26), e baixo grau de inovação empresarial, de outro, resultando em dificuldades para atender as crescentes demandas de consumo de uma sociedade marcada por baixa concentração de renda (i.e., desigualdade reduzida) e elevada homogeneidade econômico-social (assentada sobre a universalização de direitos sociais, incluindo o acesso à educação e à cultura). Como se sabe, no contexto da fixação centralizada de preços, isto resultava em incapacidade crônica para abastecer a sociedade de bens de consumo duráveis na quantidade e qualidade demandada, levando à generalização de práticas de racionamento na URSS. Em outras palavras, o sistema soviético de planejamento centralizado integral carecia de um mecanismo econômico que operasse como equivalente funcional à “anarquia na produção” das economias capitalistas para promover a difusão do progresso técnico com base no processo de “destruição criativa” de métodos e técnicas estabelecidos, identificado por Schumpeter (1984:Cap. VII). O “modelo” socialista soviético teve grande êxito na promoção da acelerada industrialização do seu vasto território baseada na assimilação das técnicas mais avançadas empregadas nos países capitalistas, mas foi incapaz de desenvolver e disseminar (sobretudo, disseminar) bases tecnológicas para alavancar e estruturar novos ciclos de crescimento da sua economia. Chamo, precisamente, a este impasse – para o qual a direção da URSS não gerou respostas estratégicas adequadas – de “encruzilhada da inovação”.

Como vimos, os Institutos que concentravam as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento tecnológico na URSS estavam estruturados em torno da Academia de Ciências da URSS e se relacionavam diretamente com os Ministérios responsáveis pela a sua área de atuação. Eram estes, juntos com o *Gosplan*, que se relacionavam com as empresas para disseminar as novas tecnologias desenvolvidas. Enquanto o desenvolvimento soviético se assen-

tava na montagem de novas unidades empresariais para alavancar a produtividade da sua economia (a fase da industrialização socialista extensiva), o sistema funcionou bem. Nesta base, entre 1913 e 1950, a produtividade do trabalho se elevou 320% na URSS (contra 250% nos Estados Unidos, 155% no Japão e 125% na Alemanha) (BOLÓTIN, 1989:39). Mas quando a URSS passou para uma etapa no seu desenvolvimento em que a disseminação do progresso técnico passava a exigir a elevação da produtividade nas unidades empresariais já montadas (a fase do desenvolvimento intensivo) os mecanismos e lógicas inibidoras, apresentados acima, passaram a operar de forma cada vez mais forte e, por fim, predominante. Entre 1950 e 1987, a União Soviética perdeu a dianteira que havia alcançado anteriormente, em relação aos países capitalistas centrais, no ritmo de elevação da produtividade do trabalho na sua economia: enquanto a sua produtividade se elevou 359% no período, a do Japão cresceu 968%, a da Alemanha 388% e a dos Estados Unidos 210% (IDEM. IBIDEM). O período recortado para a comparação acima não capta adequadamente a gravidade da desaceleração da elevação da produtividade na economia soviética, já que, como vimos, esta começou a se manifestar mais acentuadamente a partir de meados dos anos 1970. Segundo os próprios dados oficiais soviéticos, a média do crescimento anual da produtividade do trabalho na sua economia passou de 5,4% nos anos 1960, para 4,1% nos anos 1970 e 3% nos anos 1980 (GOMULKA; SCHAFER, 1991).

Alguns dados e episódios são ilustrativos do processo apontado acima. No final dos anos 1980, enquanto a taxa anual de substituição de bens de capital era de 10% no Japão e 5% nos Estados Unidos, na União Soviética ela não passava de 2% (*The Economist*, 18-11-1989). Por outro ângulo, a taxa média de incorporação de inovações ao processo produtivo após dois anos de recebimento das suas respectivas patentes, era, no mesmo período, de 66% na Alemanha Ocidental, 64% nos Estados Unidos e apenas 23% na URSS (*The Economist*, 09-04-1988). Em alguns casos, tecnologias desenvolvidas por Institutos de Pesquisa na URSS eram adquiridas por países capitalistas e tinham uma difusão muito mais rápida nestes do que no país de origem. É o caso de uma técnica de produção siderúrgica, aplicada inicialmente na empresa soviética *Novolipetsk* nos anos 1950, que foi adquirida, tempos depois, pelo Japão e rapidamente se disseminou para 79% da indústria siderúrgica nipônica. Em 1982, quase três décadas depois da sua introdução inicial, essa mesma técnica só havia sido difundida para 12% da indústria siderúrgica soviética (*The Economist*, 09-04-1988).

Em outras áreas, importantes desenvolvimentos tecnológicos da URSS simplesmente foram descontinuados. Um caso emblemático – o da informática – foi retratado em matéria recente da revista da SBPC, *Ciência Hoje*.



Ela indica que a União Soviética teve papel pioneiro no desenvolvimento e produção de computadores, sendo o terceiro país a construir um modelo, depois da Inglaterra e dos Estados Unidos. Chamadas de “máquinas eletrônicas de cálculo”, os primeiros computadores (hardware) da URSS foram desenvolvidos no Instituto de Eletromecânica de Kiev no final dos anos '40, e os primeiros modelos (um de pequeno e outro de grande porte) A partir destes modelos, uma nova geração de computadores foi desenvolvida por pesquisadores soviéticos nos anos '50 e '60, usados, sobretudo, nas áreas de defesa e espacial. Após superar resistências iniciais, a área de Ciência da Computação se consolidou e chegou a ser chamada de “a ciência do comunismo”. Foi constituído um Conselho de Cibernética destinado a coordenar a implantação de variados projetos de automação na URSS, incluindo a estruturação de uma rede de computadores para reunir informações geradas em setores administrativos e econômicos de toda a União. Tudo baseado em tecnologia própria, desenvolvida por pesquisadores soviéticos. A partir dos anos '70, no entanto, em função das incertezas e custos relacionados à disseminação desta base tecnológica na sua economia, a liderança soviético resolveu encerrar esse programa e optou pela construção de computadores baseados na clonagem ou adaptação de modelos já testados e estabelecidos no mercado mundial pela IBM. Isto, exatamente no período em que a informática passava a ocupar o coração da Revolução Científico-Técnica Mundial (SBPC, 2013).

A decisão tomada em relação à área de tecnologias da informação e comunicação, relatada acima, evidencia uma opção que se tornou cada vez mais prevalente na direção do Estado soviético a partir dos anos 1970, à medida que foram ficando evidentes as dificuldades para disseminar na sua economia o conhecimento e as tecnologias gerados por seus próprios institutos de pesquisa: aproveitar as brechas ou o relaxamento das regulações de cerceamento de transferência de tecnologia do *Cocom* para comprar pacotes tecnológicos e até plantas industriais completas de empresas capitalistas (obtendo, inclusive, financiamentos de bancos ocidentais para bancar a sua aquisição e instalação). Um estudo da Comissão Econômica da ONU para a Europa identificou, em 1975, que estes acordos de “cooperação tecnológica” assumiam quatro formas principais: a venda de patentes com pagamento em produtos resultantes; a entrega de plantas e equipamentos com pagamento em produtos resultantes; a coprodução e especialização; e a subcontratação (COMISSÃO ECONÔMICA DA ONU PARA A EUROPA, 1975) (27). Estes acordos não envolviam a propriedade ou arrendamento de forças produtivas na URSS por empresas estrangeiras, e, por isso, não alteravam as bases do sistema socialista soviético consolidadas nos anos 1930. Mas por razões e caminhos diversos, eles

ampliavam relações de dependência/vulnerabilidade tecnológica da URSS em relação aos países capitalistas centrais, reproduzindo limitações inerentes a uma condição periférica (ou semiperiférica) na assimilação de progresso técnico irradiado do centro – limitações estas que os países latino-americanos também conheceram de perto nas suas experiências de industrialização da segunda metade do século passado (FURTADO, 1981).

Curiosamente, no final dos anos 1970 — quando as tendências à desaceleração do seu dinamismo econômico se tornavam mais evidentes —, a União Soviética atingia o auge do seu poder e influência no sistema internacional, apesar da cisão operada no campo socialista e sua aguda rivalidade com a China. A URSS finalmente alcançou, no período, a almejada paridade estratégica com os Estados Unidos em sistemas nucleares militares, condição sacramentada na negociação dos Tratados para Limitação de Armas Estratégicas (SALT 1 e SALT 2). Os EUA saíram derrotados da Guerra do Vietnã, ensejando a reunificação deste país sob a liderança de forças socialistas. Os processos de independência deflagrados após Revolução dos Cravos em Portugal levaram à formação de regimes de orientação socialista em todas as antigas colônias portuguesas na África. Neste mesmo período, a influência norte-americana sofreu fortes reveses na chamada “periferia” do mundo capitalista, com o distanciamento de governos nacionalistas árabes no Oriente Médio em função do apoio dos Estados Unidos a Israel, a derrubada do regime do Xá Reza Pahlevi no Irã e o triunfo da Revolução Sandinista na Nicarágua.

Já a intensificação da dinâmica do desenvolvimento desigual na economia capitalista fez a produção combinada dos países capitalistas europeus voltar a superar a dos Estados Unidos, ainda no início dos anos 1970. Mais significativo, ainda, era o desempenho do Japão, que quase triplicou sua participação no PIB do mundo capitalista entre 1950 e 1970. Para agravar o desconforto dos dirigentes em Washington, o aumento da competitividade destas potências capitalistas concorrentes havia se valido de amplos investimentos de empresas norte-americanas a partir dos esforços de reconstrução do pós-guerra, além da intervenção e regulação ativa dos seus respectivos Estados nos espaços legados para a operação de políticas e práticas de tipo keynesiano na arquitetura monetário-financeira desenhada em Bretton Woods.

A resposta dada pelos Estados Unidos a este enfraquecimento relativo do seu poder global foi a deflagração de um processo de reconfiguração dos instrumentos, mecanismos e práticas de exercício da sua hegemonia, que se estendeu do governo Nixon no início dos anos 1970 até o governo Reagan no início dos 1980. No âmbito monetário-financeiro, as primeiras medidas tomadas nesta direção foram a desvalorização e o subsequente cancelamento unilateral da conversibilidade do dólar em ouro, adotadas, respectivamente,

em 1971 e 1973. Para todos os efeitos, essas medidas determinaram o fim do compromisso multilateral previamente assumido pelos EUA com a preservação da estabilidade financeira da economia capitalista mundial, bem como o colapso do regime monetário internacional fixado em Bretton Woods. Visto por outro ângulo, elas sinalizaram a nova disposição da liderança norte-americana em explorar unilateralmente, em proveito próprio, o amplo predomínio da sua moeda nas operações dos mercados financeiros e monetários internacionais (inclusive os mercados desregulados de divisas) e na composição das reservas internacionais.

Na esfera político-militar, os Estados Unidos reverteram um conjunto de concessões feitas pelo governo Nixon ao bloco soviético no âmbito da política de *détente*, e partiram para uma postura de crescente enfrentamento e confronto global que atingiu o seu ápice na chamada “Doutrina Reagan” (mas que incluiu, igualmente, uma política de aproximação estratégica com a China, explorando as divisões no campo socialista). O marco principal desta postura foi o relançamento e a intensificação da corrida armamentista, expressa no projeto “Guerra nas Estrelas”, explorando as dificuldades da União Soviética em sustentar o custo econômico e tecnológico desproporcional de manutenção da paridade estratégica com os EUA em poderio bélico nuclear (afinal, medido por PPC, o PIB soviético equivalia a 40% do PIB americano em 1980) (28). Esta iniciativa, na verdade, anulava a paridade alcançada pela URSS em sistemas nucleares ofensivos via o desenvolvimento de um sofisticado (e caríssimo) sistema espacial antimísseis, o que subverteria o princípio da “destruição assegurada” que sustentara o precário equilíbrio de forças na Guerra Fria até então. Em relação aos regimes que haviam se aproximado política, econômica e militarmente do campo socialista em função do apoio dado por este aos seus processos de independência e desenvolvimento nacional, a nova postura norte-americana foi a de promover a sua desestabilização via o fomento e instrumentalização de “conflitos de baixa intensidade” movidos por grupos opositores internos.

Foi esta política que orientou o apoio dos Estados Unidos aos *contras* na Nicarágua, aos *mujahedins* de grupos islâmicos fundamentalistas (incluindo a Al Qaeda de Osama Bin Laden) no Afeganistão, e à UNITA e RENAMO em Angola e Moçambique. A estes enfrentamentos na “periferia” se somou uma ofensiva para a desestabilização de regimes que compunham o “bloco soviético” na Europa Central e do Leste, com destaque para o apoio ao movimento oposicionista *Solidarność* do líder sindical Lech Walesa na Polônia (29). Na prática, estas iniciativas configuravam a passagem da política de *contensão* para outra de *desestabilização* do bloco soviético e do seu sistema de alianças, e da política defensiva da *contra-insurgência* — com a qual os EUA procuraram

responder à influência da Revolução Cubana nos países em desenvolvimento, sobretudo na América Latina, materializada nas Doutrinas de Segurança Nacional das ditaduras militares — para uma nova política ofensiva de *pró-insurgência* em países sob liderança de forças socialistas ou socializantes.

No plano político-ideológico, a dupla Reagan-Thatcher fomentou e respaldou uma ampla e sustentada campanha contra as práticas de intervenção e regulação estatal que marcavam tanto as experiências socialistas, quanto as dos Estados de Bem-Estar Social na Europa Ocidental, as de desenvolvimento capitalista tardio na Ásia, bem como as nacional-desenvolvimentistas de maneira geral. Esta campanha assumiu proporções avassaladoras nos anos 1980 e 1990, nos marcos da chamada “ofensiva neoliberal”. Essa ofensiva tinha como meta mais imediata a abertura de novas frentes de acumulação via a privatização das estruturas persistentes de capitalismo de Estado nos países do Ocidente e as bases da propriedade social nas economias socialistas; a redução ou desmantelamento dos controles e regulações estatais sobre operações de mercado; e a reversão ou eliminação dos mecanismos e padrões universais de proteção social que teriam se tornado focos promotores de irresponsabilidade fiscal e ineficiência econômica. Vista pelo prisma mais amplo do movimento de recomposição, relançamento e reafirmação da hegemonia norte-americana no sistema internacional, essa ofensiva tinha por objetivo implodir o mundo socialista, conter o dinamismo das potências capitalistas concorrentes e forçar a abertura dos mercados dos países capitalistas dependentes via o desmantelamento de instrumentos fundamentais para a promoção e defesa da sua soberania e desenvolvimento nacionais.

É neste contexto de agressiva contraofensiva dos Estados Unidos no sistema internacional que Mikhail Gorbachev ascende à direção do poder soviético em 1985, após a morte de Brejnev e o interregno dos breves governos de Andropov e Chernenko. A condução dada a esse poder por Gorbachev, no contexto em questão, resultaria, quatro anos depois, na dissolução do campo socialista e, dois anos em seguida, no desmantelamento da própria União Soviética.

Logo após assumir a direção do Estado soviético, Gorbachev reorientou a política externa deste visando a dois objetivos fundamentais: dissipar a escalada de tensões nas relações com os Estados Unidos e se alinhar estrategicamente com os países que comandavam e integravam o processo de unificação da Europa Ocidental. Estes objetivos se materializaram na retomada das negociações sobre o desarmamento com os Estados Unidos (que levaram à assinatura, em 1987, de um acordo para reduzir arsenais nucleares que previa a eliminação, até 1991, de todos os mísseis balísticos e de cruzeiro de médio e curto alcance dos dois países), e no lançamento de variadas iniciativas de

aproximação estratégica com os países da Europa Ocidental para formar um “Lar Comum Europeu”. A reorientação operada na política externa soviética se baseava na formulação de um “novo pensamento para o país e para o mundo”, que abdicava da pretensão de se firmar como alternativa global aos três “polos” do mundo capitalista e seus respectivos blocos econômicos. De fato, junto com seu abandono teórico-político da perspectiva anti-imperialista, que veremos adiante, a nova orientação sinalizava a desistência da afirmação e/ou consolidação de uma alternativa mundial-sistêmica ao capitalismo, objetivo este que estimulou e guiou a própria gênese da experiência soviética (como foi visto, os acalorados debates travados entre os seus dirigentes estavam centrados nos caminhos para a sua realização).

O “novo pensamento” oficial soviético — sacramentado no novo programa aprovado no XVII Congresso do PCUS em 1986 — proclamava a prevalência de princípios humanos universais e temas globais sobre diferenças de natureza classista e/ou sistêmica (formulação que parecia extraída diretamente das proposições idealistas do presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, para a ordem internacional ao final da Primeira Guerra). Talvez sem conhecer as origens teóricas e políticas iluministas dos seus próprios posicionamentos, Gorbachev afirmava no seu *best-seller* mundial sobre a *perestroika*, publicado em 1987, que:

“Pela primeira vez na história, tornou-se exigência vital a ideia de se elaborarem normas de política internacional baseadas na ética e na moral, comuns a toda a humanidade, ao mesmo tempo em que se humanizam as relações entre Estados soberanos.” (GORBACHEV, 1987:163).

Esta linha de pensamento implicava a alteração de posicionamentos que haviam sido basilares na atuação do poder soviético desde a sua constituição. A mudança mais significativa (e profunda) foi o abandono da orientação anti-imperialista da política externa da URSS. Numa explícita negação da teoria do imperialismo desenvolvida por Lênin no início do século, um dos principais formuladores do “novo pensamento” soviético justificava, em 1988, a guinada operada na política externa da URSS nos seguintes termos:

“Ao persistir na lógica da luta anti-imperialista nós acabamos nos envolvendo na corrida armamentista, contrariando nosso interesse nacional. Ajudamos a criar barreiras tecnológicas e culturais entre a União Soviética e os Estados Unidos. (...) O mito de que os interesses de classe do socialismo coincidem

com os dos países em desenvolvimento no que se refere à resistência ao imperialismo não resiste à menor crítica.” (KOZYREV, 1989:163).

Outros autores complementavam este raciocínio destacando os altos custos da orientação anti-imperialista anterior para a economia soviética:

“Numa série de indicadores, está cada vez mais difícil para a União Soviética competir (economicamente) com os países ocidentais no Terceiro Mundo. Nestas circunstâncias, o envolvimento direto ou indireto em conflitos de ‘baixa intensidade’ e as tentativas de criar oportunidades para a nossa influência expandindo a mobilidade das Forças Armadas soviéticas só pode exacerbar as dificuldades existentes.” (IZYMUV; KORTUNOV. 1988:52-53).

Isto nos remete ao tema das “dificuldades econômicas” enfrentadas pela URSS em meados dos anos 1980. Gorbachev já assumiu a direção do Partido e do Estado soviéticos, em março de 1985, decidido a promover a reestruturação (*perestroika*) do modelo de planejamento e comando altamente centralizados, para promover a passagem da economia soviética a uma nova fase de desenvolvimento mais intensivo. Para fortalecer politicamente as mudanças que viria a propor, Gorbachev tendia a traçar um panorama do legado deixado para a economia e sociedade soviéticas por Brejnev mais negativo do que o real. O período inteiro da gestão deste passou a ser chamado de “era da estagnação”, quando, na verdade, como vimos, em nenhum ano desse período houve crescimento próximo a zero ou queda de atividade econômica na URSS, tanto em termos absolutos quanto *per capita* (ao passo que os países capitalistas centrais viveram crises econômicas relativamente severas nos anos 1974-1975 e 1981-1982). Houve desaceleração de crescimento e perda de dinamismo econômico nos anos 1970, o que poderia configurar uma tendência (até mesmo crescente) à estagnação, mas não a estagnação em si, e muito menos uma “era de estagnação”. Segundo Gorbachev, no entanto, a situação que ele encontrou ao assumir o poder na URSS era a de um país “à beira da crise” (supostamente, uma espécie de “crise geral do socialismo soviético”, parafraseando o conceito de “crise geral do capitalismo” desenvolvido por autores marxistas para caracterizar a decadência prolongada e acentuada desse sistema). Curiosamente, as posições e medidas adotadas por ele acabaram por levar a URSS, de fato, a uma crise geral (e terminal).



A partir do diagnóstico apontado acima, Gorbachev lançou, nos marcos da *perestroika*, três “levas” de reformas econômicas na União Soviética. Estas “levas” sucessivas, no entanto, não seguiram um plano estratégico previamente estabelecido para promover transformações sistêmicas integrais, cumulativas e concatenadas. Foram, na verdade, arranjos de medidas *ad hoc*, pouco amadurecidas, mal-ajambradas, e desarticuladas (do ponto de vista sistêmico), lançadas de forma apressada e precipitada para lidar com situações econômicas, políticas e sociais que fugiam cada vez mais ao controle dos dirigentes.

A primeira “leva” de reformas econômicas da *perestroika* lançada já em 1985 não diferia muito dos marcos originais das “reformas de Kossiguin” anunciadas duas décadas antes, orientando-se para a promoção de “maior flexibilidade” na economia e “maior autonomia” para as empresas, mas deixando os pilares fundamentais do sistema intactos. As medidas adotadas generalizaram para toda a economia de experiências econômicas iniciadas por Andropov em 1983, como o fim da garantia estatal da compra de mercadorias produzidas pelas empresas, a substituição do planejamento diretivo baseado em metas detalhadas por um planejamento “normativo” da ação empresarial, e a ampliação da operação de relações mercantis na economia. Uma mudança significativa em relação às experiências reformistas anteriores foi o início da quebra do monopólio estatal das relações econômicas com o exterior. Em 1986, um decreto autorizou 21 ministérios e 70 grandes empresas e conglomerados a operarem diretamente no mercado mundial (OBMINSKY, 1989:42). Em substituição à proteção conferida pelo monopólio estatal, o mesmo decreto lançou as bases de um sistema de tarifas alfandegárias a ser implantado na URSS.

Ao lançar a *perestroika*, a liderança soviética agrupada em torno de Gorbachev localizava na natureza exclusivamente econômica dos movimentos reformistas anteriores a causa para o seu fracasso e retrocesso. Seria necessário, portanto, promover um processo de reforma que abarcasse tanto a “base econômica” quanto a “superestrutura” da sociedade soviética. Para tal, a *perestroika* deveria ser implementada em articulação com processos de abertura e transparência política e cultural (a *glasnost*), para isolar e bloquear movimentos reativos. As medidas adotadas a partir desta compreensão incluíam a libertação de dissidentes presos, a liberação e divulgação de obras artísticas censuradas e/ou proibidas, o afastamento progressivo de posições de poder de dirigentes mais identificados com a “era Brejnev”, a realização de eleições diretas para vários cargos de direção do Partido, a efetivação de uma linha editorial asperamente crítica do passado nos órgãos de comunicação de massa, entre outras.

A despeito da euforia da mídia global com a *perestroika* após o seu anúncio por Gorbachev, o fato é que os resultados desta primeira “leva” de reformas econômicas foram decepcionantes. Ao contrário dos impactos positivos iniciais registrados na experiência reformista anterior (a de Kossiguin), os efeitos negativos da desorganização sistêmica se fizeram sentir desde o início. A economia soviética cresceu 3,5% em 1985 e apenas 2,4% em 1986 (menos do que em qualquer ano da chamada “era da estagnação”) (30). Como vimos, nas experiências anteriores, os dirigentes soviéticos reagiram aos malogros dos seus intentos reformistas reestabelecendo os mecanismos de planejamento e comando centralizado da economia. No caso de Gorbachev, a resposta foi precipitar, a partir de 1987, o lançamento de uma segunda “leva” de reformas econômicas, ainda mais amplas.

Apesar de não estruturarem uma alternativa sistêmica integrada – e nem apontar caminhos consistentes para essa estruturação a médio e a longo prazos – as medidas adotadas nesta segunda “leva” da *perestroika* atingiam, pela primeira vez, bases essenciais do sistema socialista soviético erigido nos anos 1930 (31). Uma das primeiras medidas implantadas foi a autorização de investimentos diretos de empresas capitalistas na URSS, sob a forma de empresas mistas (ou *joint ventures*) com o teto da participação estrangeira no capital das mesmas fixado em 49%. Pela primeira vez em mais de meio século, voltava-se a admitir a propriedade privada de empresas capitalistas privadas sobre forças produtivas da economia soviética. Na sequência, foi liberado o trabalho individual/privado (sem contratação de mão de obra assalariada) em todos os setores da economia, menos naqueles em que prevaleciam considerações de segurança (como armas, substâncias químicas tóxicas, drogas e medicamentos). Já a Lei sobre Empresas e Conglomerados Estatais determinou o fim do sistema de determinação centralizada das metas de produção das empresas, substituída pelos princípios do autofinanciamento e da autogestão. Com base nestes princípios, aos “coletivos de trabalho” das empresas estatais foi dado o direito de eleger os gestores responsáveis em todos os níveis, incluindo os diretores de empresas (embora a nomeação destes continuasse sendo atribuição dos ministérios centrais). Em seguida, foi autorizada a extensão da forma organizativa das cooperativas para as áreas urbanas, que passaram a poder operar em qualquer ramo ou atividade não vedada explicitamente por lei e com o direito de contratar mão de obra assalariada. No que concerne à agricultura, foi aprovada uma espécie de “reforma agrária anticoletivista” com a introdução do arrendamento da terra (a prazos longos) para unidades familiares. A quebra do monopólio estatal das relações econômicas com o exterior foi completada com a autorização para todas as empresas, cooperativas e

organizações econômicas que produzissem ou fornecessem mercadorias e serviços se relacionar diretamente com mercados externos.

Na época, o principal formulador e defensor da *perestroika*, Abel Aganbeguian, refutava as avaliações de analistas que caracterizavam essas medidas como uma passagem à “economia de mercado” capitalista:

“Ao contrário do que acontece no capitalismo, as mercadorias e o dinheiro não são para nós categorias universais. Não se vende nem se compra a terra, o subsolo e outros recursos naturais que são, aqui, propriedade pública. Dado que a propriedade socialista é a base econômica da sociedade e que não temos desemprego, não há mercado de trabalho. Na URSS não há mercado de capitais, bolsa, ações, letras ou créditos comerciais e não há a intenção de modificar esse estado de coisas no processo de reestruturação da gestão.” (AGANBEGUIAN, 1988:139).

O próprio Aganbeguian argumentava que a *perestroika*, ao invés de uma transição para a “economia de mercado” capitalista, era uma passagem “de uma economia de penúria, em que a produção exerce a sua autoridade absoluta sobre o consumidor, para uma produção social orientada para a satisfação das necessidades sociais funcionando na base da procura dos consumidores” (IDEM. IBIDEM, 45). Embora não o teorizasse dessa forma, as medidas da segunda “lewa” da *perestroika* poderiam ser caracterizadas como um retorno a formas de “capitalismo de Estado” adotadas na NEP, mas com uma diferença essencial: faltavam planejamento e controle das “concessões” pelo Estado e mecanismos de regulação sistêmica. Na ausência destes, a economia se desorganizou mais ainda, e foi tomada por uma “febre” de decisões de cunho corporativista e antieconômico que redundaram no crescimento da massa salarial a níveis bem mais elevados do que o da produtividade do trabalho (32). Esta desorganização não se traduziu em explosão inflacionária no período porque persistia o sistema de fixação centralizada de preços na economia, mas ela transbordou para o acúmulo de gigantescos excedentes monetários (na forma de poupança) e para a intensificação das crises de abastecimento (seja a de produtos de consumo para a população por escassez de produção, seja a de insumos e produtos para as empresas em função do desmonte do sistema centralizado de alocação e encomenda). No fundo, isso decorria do fato de as reformas econômicas terem introduzido mecanismos de “estímulo” de mercado, sem os correspondentes mecanismos “punitivos” para uma gestão empresarial ineficiente. A URSS chegou a aprovar a intro-

dução de um mecanismo de “falência” de empresas no âmbito das medidas adotadas, mas dado o amplo predomínio da propriedade pública estatal, o seu efeito foi inócuo.

Os resultados da segunda “leva” de medidas da *perestroika* – como seria de se esperar diante da profunda desorganização econômica que suscitaram –, continuaram decepcionantes. A economia cresceu apenas 1,6% em 1987 (desempenho mais baixo do sistema soviético em tempos de paz até então), teve um pico de crescimento de 4,4% em 1988, mas voltou a cair para 2,4% em 1988, segundo dados do *World Economic Survey – 1990 da ONU*. Um artigo do economista soviético Grigori Khanin registrava no segundo trimestre desse ano a “mais importante queda na produtividade do trabalho desde o início dos anos 1930” (1989:18).

As reformas econômicas mencionadas acima foram acompanhadas por novas mudanças políticas no âmbito da *glasnost*. Os órgãos do Estado soviético foram reconfigurados, com a transformação do Soviete Supremo em uma espécie de parlamento com funcionamento ininterrupto, nomeado pelo Congresso de Deputados do Povo, e a introdução da prática destes deputados em pleitos com multiplicidade de candidaturas. Os deputados que passaram a compor o Congresso no início de 1989 foram eleitos em distritos territoriais e nacionais, ou por cotas de organizações sociais (incluindo a própria Academia de Ciências da URSS, que indicou 23 congressistas). Em várias repúblicas, sobretudo no Báltico, movimentos nacionalistas e independentistas (alguns organizados politicamente nos próprios Partidos Comunistas locais) elegeram a maioria dos deputados nacionais. Forças oposicionistas (agrupadas, sobretudo, nas “Frentes Populares” de Moscou e Leningrado) obtiveram votações expressivas na Federação Russa. A arquitetura do sistema eleitoral descrita acima garantiu folgada maioria para o PCUS no Congresso de Deputados, mas o próprio Partido se apresentava cada vez mais como um amontoado eclético composto por variadas correntes com orientações político-teóricas antagônicas e em disputa entre si (uma espécie de “ornitorrinco polar”).

O marco definitivo da ruptura do sistema socialista soviético, no entanto, viria de “fora” para “dentro”, com os dramáticos acontecimentos que sacudiram os países que integravam o seu bloco na Europa Central e do Leste no final de 1989. Ao longo da segunda metade da década de 1980, a reorientação operada por Gorbachev na URSS enfrentou crescentes críticas e oposição dos dirigentes dos demais países que integravam o *Came*. O dirigente soviético respondeu com movimentações políticas para fortalecer as lideranças mais alinhadas com suas propostas (sobretudo na Polônia e na Hungria), e isolar e substituir aquelas que mais lhe opunham resistência (na Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Romênia e, em menor grau, Bulgária). Em junho de 1989,

o *Solidarność* conquistou retumbante vitória eleitoral na Polônia após ser novamente legalizado e passar a atuar abertamente como partido político. Isto gerou dúvidas quanto ao tipo de resposta que seria dada pela União Soviética a uma evolução que levasse forças não socialistas (ou mesmo antissocialistas) na sua zona de influência. Em discurso ao Conselho da Europa pouco depois, Gorbachev respondeu a essas inquietações anunciando o abandono da “doutrina Brejnev” da soberania limitada e sua substituição pela “doutrina Sinatra”, em que cada país estaria livre para seguir o seu caminho. Restava testar até que ponto seus atos corresponderiam às ideias proclamadas. Nas brechas abertas por seus movimentos políticos para afastar as lideranças opostos à *perestroika*, gigantescas mobilizações irromperam nos países do bloco que não se contentaram apenas com a deposição dos dirigentes críticos a Gorbachev, mas prosseguiram para derrubar, também, em ato contínuo, aliados a ele na direção desses Estados. Apesar de múltiplas pressões internas em direção contrária, a liderança soviética decidiu não intervir militarmente para evitar ou reverter a queda de governos aliados na sua zona de influência (como houvera feito em 1956 na Hungria e em 1968 na Tchecoslováquia). Para todos os efeitos, sacramentou a quebra das fronteiras geopolíticas (e intersistêmicas) estabelecidas em Ialta. Implodiu a arquitetura que conformara o equilíbrio de forças intersistêmicas na bipolaridade da Guerra Fria. Ou seja, completou a travessia do Rubicão – em sentido contrário.

Na sequência destas mudanças, os países que haviam integrado o bloco soviético na Europa Central e do Leste adotaram programas de acelerada restauração capitalista nas suas economias, com a desestatização e privatização do grosso das suas economias, e acabaram por reforçar novo cerco geopolítico à Federação Russa ao aderir à própria OTAN uma década depois. Já em 1990, a União Soviética apoiou e respaldou a condução pelos Estados Unidos da Guerra do Golfo contra o Iraque, permitindo o estacionamento e a mobilização de tropas da Otan próximo das suas fronteiras e em uma região onde tradicionalmente exercera forte influência. Sem muito alarde, o Pacto de Varsóvia e o Conselho de Assistência Econômica Mútua foram dissolvidos em 1991. Mesmo sem integrarem o bloco soviético, a onda de mudanças arrastou a Albânia e a Iugoslávia no início dos anos 1990. Nesta, como se sabe, irrompeu uma prolongada e sangrenta guerra civil entre as repúblicas que constituíam a Federação Iugoslava e sua miríade de minorias nacionais. Já na própria URSS, o impacto das mudanças no Leste Europeu – somado à grave crise econômica e social interna – intensificou a ação de forças centrífugas, que passaram a ameaçar seriamente a integridade da União. Ao longo de 1990, praticamente todas as repúblicas soviéticas proclamaram a “soberania” das suas respectivas nações (i.e., a predominância das suas legis-

lações nacionais sobre a legislação da União Soviética). Multiplicavam-se os conflitos entre repúblicas e grupos nacionais. No âmbito desta evolução, um ferrenho opositor de Gorbachev e defensor de um “choque de mercado” na economia, Boris Iéltsin, foi eleito presidente do poder legislativo e do governo da República Soviética da Rússia (coração da URSS).

É neste contexto francamente desfavorável que o governo soviético lança sua última e desesperada “leva” de reformas da *perestroika*. As avaliações dos principais assessores econômicos de Gorbachev apontavam para um quadro sombrio:

“Aumentou o déficit no orçamento de Estado, perdeu-se o controle da renda da população, agravou-se de forma acentuada a situação no mercado de bens de consumo. Nenhum êxito significativo foi alcançado na elevação da eficiência da produção, nem na aceleração do progresso técnico-científico. A esperança de rápidas mudanças para melhor cedeu lugar à inquietação e à preocupação. Aumenta o descontentamento com a situação na economia, surge o perigo de redução do nível de vida de amplas camadas da população.” (ABALKIN, 1990:67).

“Agora a situação da economia é tal que o mercado consumidor está quase todo destruído e os fenômenos negativos continuam a crescer. A crescente escassez e a inflação conduzem o país a um desastre financeiro, o que poderá tornar necessária a introdução de um sistema geral de racionamento de produtos básicos de alimentação e industriais de consumo popular.” (BOROZDIN, 1990:1.114).

No espaço aberto pela frustração continuada de expectativas irrealizadas, as longas asas de *Tânato* pareciam encobrir os horizontes da sociedade que, outrora, houvera assombrado o mundo com suas conquistas.

A medida mais importante adotada na terceira e última “leva” da *perestroika* foi a que abriu caminho para a desestatização da economia soviética via a constituição de nova forma jurídica de propriedade: a “propriedade coletiva”. Esta forma de propriedade abarcava o “arrendamento” ou “compra” do patrimônio das empresas estatais por seus coletivos de trabalhadores, bem como sua transformação em sociedades acionárias (33). Já o teto de 49% para a participação de empresas estrangeiras em empreendimentos empresariais na URSS foi levantado, liberando a formação de empresas com 100% de capital estrangeiro. Estas podiam, inclusive, investir sem restrições nos novos mercados de títulos e ações que emergiam no país. Quanto a estes,

contrariando as suas posições anteriores, Aganbeguian passou a defender que era fundamental estabelecer e consolidar, nos marcos da nova legislação, um mercado de capitais (inclusive de investimentos), um mercado de títulos e valores, um mercado de trabalho e um mercado de divisas conversíveis na União Soviética (AGANBEGUIAN, 1990:61-65). No que concernia a este último, o drama enfrentado pelas autoridades soviéticas era que o grave desequilíbrio na sua economia poderia gerar uma “corrida” a moedas fortes estrangeiras e uma forte desvalorização do rublo caso este fosse transformado em moeda conversível, ampliando as já elevadas pressões inflacionárias. Por isto, elas se limitaram a iniciativas parciais, com a realização periódica de leilões das moedas fortes mantidas em caixa pelas empresas com negócios no exterior. Este cenário geral da economia soviética não era favorável para investimentos de empresas estrangeiras, cujo valor total permaneceu baixo, frustrando as esperanças dos formuladores e propositores das novas medidas, que apostavam em uma forte entrada de capital internacional para estimular o crescimento (34).

Estas últimas medidas econômicas da *perestroika*, aprovadas e anunciadas a toque de caixa, não conseguiram reverter a crise na economia e sociedade soviéticas. Pelo contrário, ela se agravou. Segundo dados compilados pelo *World Economic Survey 1992* da ONU, calculada em termos de PIB, a economia soviética caiu 2,1% em 1990 e 17% em 1991, um desempenho negativo sem precedentes desde a destruição causada pela invasão nazista na Segunda Guerra. Neste último ano, a inflação na economia da URSS chegou a 196% anuais, e o valor real dos salários caiu 10,2%. Uma verdadeira “crise geral”. A bem da verdade, já não estava claro quem (ou se alguém) de fato governava a União Soviética em 1991. Gorbachev chegou a convocar, em março, um referendo sobre a continuidade da União, que recebeu o apoio de 76,4% dos votantes (embora não tenha contado com a participação de seis repúblicas de menor porte: Lituânia, Letônia, Estônia, Geórgia, Moldávia e Armênia), mas a escalada para o desmembramento continuava. Em agosto, setores do Estado e das Forças Armadas deram um golpe para destituir o combalido dirigente e tentar salvar a União, mas foram derrotados por uma ampla mobilização política em defesa da “legalidade” comandada pelo presidente da República da Rússia, Boris Iéltsin. Na sequência, Iéltsin deu seu próprio golpe, esvaziando os poderes legais do (ainda) presidente da URSS e decretando a ilegalidade do Partido Comunista (do qual Gorbachev ainda era secretário-geral) em território russo. Após a derrota das forças que poderiam preservar, via monopólio coercitivo, a autoridade da URSS, suas repúblicas foram decretando, uma a uma, independência e desligamento da União. No final do ano, os dirigentes da Rússia, Ucrânia e Bielo-Rússia anunciaram a

extinção da União Soviética e a criação da (nati-morta) Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Desorientado e humilhado, Gorbachev seguiu despachando no Kremlin, como se no poder estivesse. Prosseguiu, qual zumbi, cada vez mais isolado e enredado na trama de *Tânato*, até assinar, no dia em que se comemorava o Natal no Ocidente, a sua carta de demissão de um cargo que não existia mais. Talvez não soubesse que a sua assinatura encerrava um “século político”, em que a alma russa, com a radicalidade que lhe é particular, passara do exercício mais exacerbado do pecado capital da soberba, para a intromissão suicida do mais puro complexo de vira-lata (imagem rodrigueana bem conhecida dos brasileiros).

A partir da dissolução da União Soviética, e com a singular hipérbole que marca a sua história, a Rússia empreendeu, nos anos 1990, uma dramática conversão da sua sociedade ao capitalismo que engendrou um retrocesso social e civilizacional sem precedentes na história da humanidade em tempos de paz. A economia russa encolheu quase 40% ao longo da década. A crise social se agravou de forma dramática. O número de cidadãos russos vivendo em situação de pobreza pulou de 2,2 milhões para 66 milhões em cinco anos (MILANOVIC, 1998:76). A desigualdade medida pelo índice Gini passou de 0,259 em 1990 para 0,425 em 2000 (CGEE, 2013:48) (35). Talvez a mais trágica dimensão dessa crise seja a diminuição da expectativa de vida da população russa: a expectativa de vida dos homens russos retrocedeu de 64 anos em 1990 para 57 em 1994 (só voltando a alcançar o nível de 1990 em 2011) e o das mulheres retrocedeu de 75 anos em 1990 para 71 anos em 1994 (só voltando a alcançar o nível de 1990 em 2009) (36). Para além da gravidade da crise econômico-social em si, certamente o colapso do sistema público de saúde contribuiu decisivamente para esse quadro. O sistema de Ciência e Tecnologia da Rússia também sofreu forte abalo. Os investimentos públicos em Ciência e Tecnologia no país sofreram uma impressionante queda de 80% entre 1990 e 1995 (KUZNETSOVA, 2013:80). As consequências na produção científica e tecnológica russa não tardaram a aparecer. A Rússia, que era responsável por mais de 5% da produção científica mundial (medida por artigos publicados em revistas indexadas) no final dos anos 1980, nos marcos do sistema de C&T da União Soviética, viu sua participação cair para 2,5% em 1993; 2,1% em 2003; e 1,9% em 2013 (ficando, já, atrás do Brasil neste último ano) (37). Mesmo no contexto da crise iniciada em 1990, a União Soviética mantinha um patamar muito elevado de investimentos em P&D em relação ao seu PIB: 3,67% (MADDISON, 1998:19-20) (38). No ano 2000, a proporção dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento em relação ao PIB da Federação Russa havia caído para 1,05% (e manteve-se nesse patamar desde então) (39).



A Rússia só conseguiu começar a se recuperar desta prolongada “crise geral” após a ascensão, com plenos poderes, de Vladimir Putin ao cargo de presidente da Federação Russa em 2000. Há que se destacar, a partir de então, a intensificação da atuação internacional da Rússia — ainda que na condição de “potência capitalista relançada” —, procurando retomar e reconstituir suas esferas de influência para enfrentar a política de cerco fomentada pelos Estados Unidos com a contínua expansão da Otan para o leste. Após o colapso econômico e social provocado pelo processo de restauração do capitalismo, a Rússia vem procurando reconstruir instrumentos estatais de planejamento, intervenção e regulação econômica, em parte herdados do período socialista. Nesta base, conseguiu recuperar o dinamismo da sua economia após a crise financeira de 1998 e alcançar, em 2007, o patamar de atividade econômica que havia alcançado antes do colapso da URSS em 1991 (embora tenha sido fortemente atingida pela queda dos preços do petróleo e do gás no mercado mundial na sequência da financeira deflagrada em 2008). Cabe lembrar que, como herança do esforço realizado para alcançar paridade estratégica com os EUA durante a Guerra Fria, a Rússia preserva, ainda hoje, o segundo maior arsenal nuclear do mundo — e manifesta disposição crescente para se contrapor à ofensiva norte-americana sobre suas antigas áreas de influência, como ficou evidente na sua decisiva intervenção na Guerra Civil da Síria. Neste movimento, atua abertamente como potência energética, explorando os recursos de poder conferidos por suas gigantescas reservas de petróleo e gás para integrar sua área de influência na Ásia Central e explorar a vulnerabilidade energética europeia.

Neste contexto, apesar das suas particularidades e diferenças, a Rússia vem procurando estabelecer uma aliança estratégica com os novos polos de poder em ascensão no sistema internacional, com base em uma agenda crítica da arquitetura de governança global moldada pelos movimentos de configuração e reconfiguração da hegemonia dos Estados Unidos no pós-guerra. Isto se materializa em seu apoio à formação do grupo BRICS (abarcando Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para articular e fortalecer posições comuns críticas das políticas dos países capitalistas centrais nos fóruns multilaterais do sistema ONU (com destaque para a exigência de reformas estruturais no FMI e no Banco Mundial), buscar alternativas ao poder estrutural do dólar na economia global, e multiplicar iniciativas próprias, como a criação do novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS.

A orientação predominante na sua atuação externa é a de exigir reformas na governança sistêmica global para melhor refletir, na sua institucionalidade, a nova correlação de forças no mundo. Não se trata mais de uma política de confrontação direta e global com os Estados Unidos, já que o conflito não

tem mais caráter intersistêmico e quadro de forças é de erosão, e não colapso, da hegemonia dos EUA no sistema internacional. Mas, para além da convergência reformista com os novos polos de poder, há, também, importantes movimentos geopolíticos de flanco em curso. Entre estes, eu destacaria, no contexto dos malogros militares norte-americanos na Ásia Central, a consolidação da Organização da Cooperação de Xangai, iniciativa de segurança que abarca (sem a participação dos EUA) a China, a Rússia, o Cazaquistão, o Quirquístão, o Tajiquístão e o Uzbequistão, e agora se movimenta para a incorporação plena do Paquistão, da Índia, do Afeganistão e do Irã. A Rússia parece determinada a recuperar a sua alma da sufocante teia de *Tânato*.

Lições do centenário

A narrativa histórica desenvolvida neste texto procurou acompanhar a economia política da gênese, consolidação e derrocada do sistema socialista soviético através das várias fases da sua evolução. Identificou que, desde o seu nascedouro revolucionário, duas vias alternativas de transição ao socialismo na Rússia foram concebidas pelo poder soviético. Para simplificação, e sem maior pretensão de rigor conceitual, chamo os “tipos ideais” destas vias de “capitalismo de Estado” e “comunismo de guerra”, categorias que abarcam as suas respectivas adaptações e modificações. A primeira implicava uma transição mais gradual e equilibrada para o socialismo, a partir da convivência articulada de variadas estruturas económico-sociais e formas de propriedade com ampla vigência de relações mercantis, sob controle e direção do poder soviético. A segunda, uma socialização mais acelerada da propriedade, com a estatização do grosso das forças produtivas e a alocação administrativa de recursos com base no planeamento racional centralizado de toda atividade económica (uma espécie de “mobilização de guerra” permanente).

Embora a “opção preferencial” inicial dos dirigentes da URSS (em meio a profundos e acalorados debates teórico-políticos) em cada etapa decisiva da evolução da sua revolução fosse pela primeira (a do “capitalismo de Estado”), imposições geopolíticas decorrentes do cerco capitalista a levaram a optar pela segunda (a do “comunismo de Guerra”), resultando na configuração particular assumida por seu sistema socialista: ampla estatização das forças produtivas, planificação centralizada de todo o desenvolvimento económico e social, e concentração de todo poder político efetivo na estrutura vertical do partido dirigente. Dada a liderança soviética no Movimento Comunista Internacional e no próprio campo socialista que se formou após a Segunda Guerra, estas características — que haviam surgido como resposta a condições históricas particulares enfrentadas pela URSS na sua trajetória — foram



erigidas em “princípios universais” que deveriam reger todas as experiências socialistas futuras, constituindo o chamado “modelo socialista soviético”. Este modelo, por sua vez, teve sucesso em promover a transição para o socialismo e sustentar índices de crescimento elevado na URSS e nos demais Estados integrantes do seu bloco, durante a etapa que poderíamos chamar de “modernização” das suas bases econômicas, marcada pelo esforço exitoso da industrialização extensiva. Quando o desafio se deslocou para a contínua elevação da produtividade nas unidades fabris já constituídas, o “socialismo soviético” se revelou cada vez mais incapaz de promover a difusão acelerada do progresso técnico na sua economia, ficando para trás em relação aos países capitalistas centrais neste terreno, precisamente quando se operava nova revolução nas bases produtivas da economia capitalista mundial (a chamada “Revolução Científico-Técnico-Informacional”). As sucessivas tentativas da liderança soviética em ajustar o modelo para dar conta desse desafio não conseguiram superar esta fundamental “encruzilhada da inovação”. Diante deste quadro, por trás das suas proclamações triunfalistas públicas, cresciam dúvidas existenciais na liderança soviética não apenas sobre sua real capacidade de vencer a competição econômica com os países capitalistas, mas também de sustentar uma confrontação sistêmica prolongada com o mundo capitalista. Por outro lado, a sucessiva frustração de expectativas geradas por esse mesmo discurso triunfalista gerava apatia e cinismo, também crescentes, na própria sociedade soviética.

Após a ascensão de Gorbachev, essa “crise existencial” passa a ditar os rumos da liderança soviética, arrastando atrás de si seus aliados no campo socialista. Apesar do tom cativante do seu discurso humanista, quando visto em perspectiva – e embora o termo seja forte –, não encontro conceito que melhor capte o sentido da reorientação operada por ele aos rumos do poder soviético do que o da capitulação à agressiva contraofensiva empreendida pelos Estados Unidos no sistema internacional a partir da eleição de Ronald Reagan. O resultado foi o que Fred Halliday chamou de “colapso singular”: um sistema político e socioeconômico específico, praticamente igual a seu rival no campo militar, desmoronou de forma rápida e inequívoca sem um conflito militar direto (HALLIDAY, 1999:207).

A questão fundamental evocada pela trágica derrocada soviética (e suas consequências no mundo), é se havia caminhos alternativos a serem perseguidos pela liderança soviética que evitassem esse desfecho. Para escapar da sempre autorreferida lógica contrafactual na resposta a esta indagação, vale partir da saudável premissa antidogmática da “prática como critério da verdade”. Aqui desponta, precisamente, a experiência concreta da China, a partir do lançamento, em 1979, da política das “Quatro Modernizações” de Deng Xiaoping,

após uma década de turbulência e instabilidade geradas no país pela chamada “Revolução Cultural”. Curiosa ou sintomaticamente, esta política foi adotada na China no preciso período em que a perda de dinamismo econômico do “modelo soviético” começava a se manifestar de forma mais intensa. A forma assumida pelo desenvolvimento chinês, a partir da reorientação implementada por Deng Xiaoping, encaminhou-se para a retomada dos princípios e práticas que haviam norteado o período da NEP na União Soviética dos anos 1920. Na prática, configurou uma retomada do programa mais “gradualista” de transição (a via do “capitalismo de Estado”) que os soviéticos abandonaram a favor da industrialização e coletivização aceleradas (a via do “comunismo de guerra”) no início dos anos 1930. É claro que as condições geopolíticas enfrentadas pela China ao empreender esta opção eram bem diferentes das enfrentadas pelo poder soviético meio século antes: ela atuava na margem de manobra conferida pelo confronto bipolar da Guerra Fria, explorando o interesse dos Estados Unidos em promover uma aproximação maior para isolar e enfraquecer o bloco soviético (40). Na visão estratégica chinesa, isto abria possibilidades para a sua “ascensão pacífica” no sistema internacional. Mas vale registrar que, como visto anteriormente, esse mesmo período (final dos anos 1970) marcou o auge da influência geopolítica da União Soviética no sistema internacional, o que, em tese, abriria espaços para a reorientação dos caminhos do seu desenvolvimento em sentido semelhante.

Os resultados da reorientação chinesa, como se sabe, foram impressionantes e marcam a profunda transição atualmente em curso na ordem internacional. Sua participação relativa no PIB mundial medida por PPC passou de 5% para 17,1% em 2014, ultrapassando tanto os Estados Unidos quanto o peso combinado da União Europeia (41). Trata-se de trajetória prolongada e sustentada de desenvolvimento sem precedentes na história moderna, superando a dos próprios Estados Unidos na passagem do século XIX para o século XX. Sem alarde, ela parece ter atingido (pelo menos parcialmente) a inalcançada meta de “atingir e superar” os EUA proclamada pelos soviéticos meio século antes. No âmbito desta trajetória, a China estruturou um robusto sistema nacional de inovação para acelerar a disseminação do progresso técnico na sua economia. Este sistema foi estruturado com base em algumas características e posições fundamentais:

1. O grosso das atividades de pesquisa e desenvolvimento foi deslocado das instituições de pesquisa científica para as empresas.
2. A inovação endógena passou a ser predominante, reduzindo o grau de dependência da sua economia em relação a inovações importadas.
3. As atividades de inovação foram expandidas para um conjunto ampliado de empresas públicas e privadas, para além das empresas estatais.

4. Decisões de investimento passaram a ser regidas pelo objetivo da promoção da inovação, ao invés de vantagens de custo imediatas (PING, 2013).

Os resultados alcançados nesta base pela China na área de Ciência, Tecnologia e Inovação também foram impressionantes. Sua participação na produção científica mundial passou de 1,1% em 1993 para 16,7% em 2013 (segunda no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos) (42). Os investimentos em P&D como proporção do seu PIB passaram de 0,6% em 1995 para cerca de 2% em 2012 (43). O mais relevante é que esta expansão teve impactos muito relevantes para a promoção do progresso técnico na economia chinesa. A participação de produtos de alta tecnologia na pauta de exportações da China passou de 4,7% em 1992 para 29% em 2008 (IDEM. IBIDEM, 205). Em suma, a China parece estar conseguindo encontrar os caminhos para enfrentar e superar o “dilema da inovação” no seu desenvolvimento. O interessante é que um conjunto de medidas e proposições, adotados inicialmente pela própria União Soviética no período da NEP para lidar com as condições de “atraso” que marcavam sua transição para o socialismo, foi redesenhado e reinterpretado pela liderança chinesa para encontrar os caminhos para atravessar a “encruzilhada da inovação” no socialismo.

O que a experiência chinesa relatada acima indica é que havia caminhos alternativos viáveis que poderiam ter sido perseguidos pelos dirigentes soviéticos para evitar a derrocada do seu sistema. A questão que, então, se coloca é: por que não o fizeram? Esta é uma temática complexa e multifacetada, que já tive a oportunidade de adentrar, procurando examinar a questão por distintos ângulos, sobretudo o da configuração das formas políticas do poder soviético (Fernandes, 2000). Por ora, queria destacar que um dos problemas críticos me parece ter sido o próprio embotamento da natureza dialética e aberta do pensamento marxista por conta de este ter sido transformado em “doutrina de Estado” na URSS. O fechamento sistêmico desse pensamento acabou por cristalizar, na liderança soviética, uma concepção dogmática que concebia o desenvolvimento da sua experiência socialista como uma evolução linear e continuada de mecanismos e instituições (tanto políticas, quanto econômicas) gestados no período inicial da construção do socialismo (que, como vimos, respondiam a circunstâncias históricas particulares). Os novos e monumentais desafios do desenvolvimento do socialismo eram vistos (e respondidos) apenas parcial e superficialmente. O “modelo” foi incapaz de se reinventar, a não ser pelo caminho da autonegação. Para desfecho diferente, *Eros* teria de haver reassumido o comando.

NOTAS

(1) Em outubro de 1917, só as dívidas de guerra da Rússia com as nações aliadas alcançavam 7,8 bilhões de rublos-ouro. Desse total, 70,4% eram devidos a bancos ingleses e 19,3% a bancos franceses (CONDOIDE, 1951:110).

(2) Cabe lembrar que o próprio capital privado russo estava pesadamente endividado com bancos estrangeiros, sobretudo da Inglaterra e da França.

(3) É verdade que a recém-constituída burguesia russa também tinha os seus próprios interesses na guerra. Esta oferecia-lhe a possibilidade de conquistar mercados dominados pelo capital alemão na Europa Central e do Leste, sobretudo na região dos Bálcãs. Ao mesmo tempo, a mobilização militar abria novas possibilidades de acumulação, via o incremento da demanda por encomendas militares e fornecimentos aos exércitos.

(4) Esta base social se revelou claramente nos resultados das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, realizadas em novembro de 1917. Ver, a este respeito, o interessante estudo de Oliver Radkey (1990).

(5) O próprio encaminhamento da declaração à Assembleia Constituinte, por sinal, nunca visou à sua aprovação, e sim à criação (com a recusa) de um pretexto para a sua dissolução, como de fato ocorreu.

(6) Esta era a base da divergência entre Lênin e Bukharin, e não propriamente a definição do socialismo. Quanto a esta, Bukharin estava de acordo com Lênin ao identificar a propriedade comum (através do Estado) dos meios de produção e de troca como fundamento da primeira fase da sociedade comunista (BUKHARIN, 1980:46 e 54; 1979).

(7) Na verdade, esta posição remonta a reflexões do próprio Marx sobre a necessidade de o proletariado, na sua revolução, estabelecer uma sólida aliança com a massa de camponeses. Segundo ele, isto implicava a incorporação (e encaminhamento), pelo proletariado, das principais reivindicações do campesinato, sobretudo nos países em que este formasse a maioria da população. Ver Marx (1977:561).

(8) Para um panorama geral dessa polêmica, ver Gerratana (1987).

(9) Embora as razões para isto fossem opostas nos dois casos. Na experiência czarista, o problema era o contínuo atraso do campo em função do predomínio da grande propriedade latifundiária. Na experiência soviética, o problema era a geração de excedentes agrícolas crescentes nos marcos da coletivização da terra para financiar o desenvolvimento acelerado das regiões industriais (antigas e novas).

(10) Este desempenho, por sinal, contraria a compreensão do desenvolvimento econômico soviético sustentada pelo próprio Gerschenkron, que a interpretou como um retorno a formas mais primitivas de industrialização tardia, nos moldes da experiência inicial de Pedro, o Grande. Por isto mesmo, ele previu (erradamente) que a URSS seria incapaz de romper a "maldição do surto" e sustentar índices elevados de crescimento por um período mais prolongado (GERSCHENKRON, 1973: Cap. 10).

(11) Calculado com base em dados compilados por Angus Maddison disponíveis no sítio na internet do *Groningen Growth and Development Center*, da Universidade de Groningen: <<http://www.ggdc.net/maddison/oriindex.htm>>. A comparação do desempenho econômico de países capitalistas e socialistas sempre foi problemática por conta das diferenças dos seus sistemas de contas nacionais e das suas estruturas de preços. Para uma discussão metodológica da questão, ver Maddison (1998).

(12) Calculado com base em dados fornecidos por Alec Nove (1984:275).

(13) Embora a liderança iugoslava tenha apresentado essa ruptura como consequência da sua oposição ao "modelo soviético" de socialismo, a verdade é que ela decorreu de tensões decorrentes da tentativa de a Iugoslávia se firmar e consolidar como polo de poder regional nos Bálcãs, incluindo movimentos para a incorporação da Albânia ao seu território (PEROVIĆ, 2007).

(14) Calculado com base em dados compilados por Angus Maddison disponíveis no sítio na internet do *Groningen Growth and Development Center*, da Universidade de Groningen: <<http://www.ggdc.net/maddison/oriindex.htm>>.



- (15) Cuba foi incorporada como membro pleno ao *Came* em 1972.
- (16) Essa posição de Stálin foi defendida em um dos últimos textos que publicou antes de morrer (STÁLIN, 1975).
- (17) Este desempenho, assim mesmo, pode parecer alto para os padrões do mundo atual, mas para efeitos de comparação, vale registrar que os índices de crescimento anual do PIB do Japão se situaram entre 7,4 e 15,5% nos mesmos anos, patamar significativamente mais alto do que o alcançado pela URSS.
- (18) Baseado em dados compilados pelo *Anuário Estatístico da URSS*.
- (19) Calculado com base em dados compilados por Angus Maddison disponíveis no sítio na internet do *Groningen Growth and Development Center*, da Universidade de Groningen: <<http://www.ggdc.net/maddison/oriindex.htm>>.
- (20) Expurgado do seu conteúdo socialista, e submetido à aprovação multilateral dos países envolvidos, o conceito da "soberania limitada" ressurgiu, nos anos 1990, como princípio orientador dos processos de integração da União Europeia.
- (21) Assim, o Conselho adotou como referência dos seus preços de 1958 a 1965 a média dos preços praticados no mercado mundial em 1957.
- (22) Calculado com base em dados compilados pelo *Anuário de Estatísticas do Comércio Internacional* da ONU.
- (23) Lembrando que a URSS usava o conceito de Produto Material nas suas contas nacionais, diferente do sistema de contas nacionais adotado pelos países capitalistas por excluir a maior parte do setor de serviços.
- (24) Medidos em termos de Produto Material, esses valores equivaliam a 1,7% para 1950; 3,1% para 1975; e 3,7% no final dos anos 1980.
- (25) Calculado com base em dados compilados por Angus Maddison disponíveis no sítio na internet do *Groningen Growth and Development Center*, da Universidade de Groningen: <<http://www.ggdc.net/maddison/oriindex.htm>>.
- (26) A União Soviética era responsável, nos anos 1980, por pouco mais de 7% da produção científica mundial (*Thomson Reuter's National Indicators Standard ESI*, 2011). O desenvolvimento de algumas áreas científicas, no entanto, foi prejudicado pela "ideologização" das suas agendas de pesquisa, como o notório "caso Lysenko", que atrasou em duas décadas o desenvolvimento da biologia genética e evolutiva na URSS. No caso em questão, o principal dirigente da Academia de Ciências Agrícolas impôs a toda a área de ciências biológicas na URSS, com apoio oficial e todas as suas consequências, a proposição de que a teoria cromossômica da hereditariedade era "antimarxista" por não prever a transmissão genética de características adquiridas por seres vivos ao interagir com o meio onde vivem.
- (27) Uma quinta envolvia o desenvolvimento conjunto de projetos em terceiros países, mas ela foi pouco utilizada pela União Soviética.
- (28) Calculado com base em dados compilados por Angus Maddison disponíveis no sítio na internet do *Groningen Growth and Development Center*, da Universidade de Groningen: <<http://www.ggdc.net/maddison/oriindex.htm>>.
- (29) A Polônia era uma espécie de "elo fraco" do bloco soviético no início dos anos 1980, castigada simultaneamente, por uma crise de endividamento junto a bancos ocidentais (em 1986, a proporção da sua dívida de longo prazo em relação ao PIB [48,6%] era maior até mesmo do que a brasileira [37,6%], segundo o Banco Mundial) e por uma crise na sua balança de pagamentos em função da brusca elevação dos custos da importação de petróleo e gás soviético no âmbito do *Came*. Isto determinou grave crise econômico-social na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, com quedas no PIB polonês de 2,3% em 1979; 6% em 1980; 12% em 1981; e 5,5% em 1982 (conforme dados compilados no *Anuário Estatístico das Contas Nacionais – 1985* da ONU).
- (30) Dados compilados pelo *World Economic Survey – 1990*, do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU.

- (31) Para uma descrição das principais medidas adotadas ver Pomeranz (1990) e para apresentação da lógica que as fundamentou Aganbeguian (1988).
- (32) Ver dados a este respeito compilados no *World Economic Survey – 1990* da ONU.
- (33) A nova Lei sobre a Propriedade abriu caminho para a acelerada privatização da economia russa, que só veio a se processar dois anos depois, após o desmantelamento da URSS.
- (34) Até o início de 1990, foram firmados mais de mil acordos com empresas estrangeiras para a montagem de *joint ventures*. O valor total de investimentos estrangeiros efetivamente realizados na economia soviética até final dos anos 1980, no entanto, não passava de dois bilhões de dólares (contra um valor total de ativos colocados à disposição para investimento de 4,6 trilhões de dólares segundo o irrealista plano formulado por “comissão de alto nível” do governo soviético em 1990).
- (35) Segundo a lógica do índice, quanto mais próximo de 1 mais concentrada é a renda na sociedade, e quanto mais próxima de zero mais igualitária e é essa distribuição.
- (36) Dados extraídos do sítio do Banco Mundial na internet: <<http://data.worldbank.org>>.
- (37) Dados extraídos do *Thomson Reuter’s National Indicators_Standard ESI*, 2011.
- (38) Assumo que esse valor é válido também para a república da Rússia, que concentrava a maior parte das atividades científicas e tecnológicas da URSS.
- (39) Dados extraídos do *Unesco Institute of Statistics*.
- (40) A chamada “diplomacia tripartite”, no contexto da qual a China, baseada na sua “Teoria dos Três Mundos”, chegou a desenvolver uma aliança preferencial com os Estados Unidos contra a União Soviética.
- (41) Dados compilados pelo *World Economic Outlook Database, April 2016*, disponível no sítio do FMI na internet: <<http://www.imf.org>>.
- (42) Baseado em dados do Dados extraídos compilados pelo *Thomson Reuter’s National Indicators*.
- (43) Dados extraídos do *Unesco Institute of Statistics*.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ABALKIN, L. I. Problemas e Contradições da Economia Soviética no Período de Transição. In: POMERANZ, L. *Perestroika: Desafios da Transformação Social na URSS*. São Paulo: DUSP, 1990.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. *Manual de Economia Política*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

AGANBEGUIAN, A. *A Revolução na Economia Soviética: a Perestroika*. Portugal: Mem Martins, Europa-América, 1988.

_____. Uma das Lições da *Perestroika*. In: POMERANZ, L. *Perestroika: Desafios da Transformação Social na URSS*, São Paulo, EDUSP, 1990.

AURTHUR, J. *Socialism in the Soviet Union*. Chicago: Workers Press, 1977.



BETTELHEIM, C. *A Luta de Classes na URSS – 3º Período 1930-1941 (Os Dominados)*. Sintra: Europa-América, s/d.

BOLÓTIN, B. A União Soviética na Economia Mundial (Renda Nacional, Produção Industrial e Agrícola segundo os Cálculos da Academia de Ciências da URSS). In: *Economias Socialistas*, vol. 2, n. 8, 1989.

BOROZDIN, I. V. Reforma Radical do Sistema de Preços na URSS: Problemas e Soluções. In: POMERANZ, L. *Perestroika: Desafios da Transformação Social na URSS*. São Paulo: EDUSP, 1990.

BUKHARIN, N. The Economics of the Transition Period. In: *The Politics and Economics of the Transition Period*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1979.

_____. *ABC do Comunismo*. São Paulo: Global, 1980.

CARSON, G. B. The State and Economic Development: Russia, 1890-1939. In: AITKEN, H. (ed.). *The State and Economic Growth*. Nova Iorque: Social Research Council, 1959.

CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos). *Padrões de Desenvolvimento Econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia*. Brasília: CGEE, 2013.

CHERNIKOV, D. Scientific-Technological Progress and Structural Shifts in Social Productivity. In: *Ekonomika i Matematicheskiye*, n. 4, 1984.

CHEVSTOV, V. *O PCUS e o Estado na Sociedade Socialista Desenvolvida*. Moscou: Progresso, 1981.

COMISSÃO ECONÔMICA DA ONU PARA A EUROPA. *Preparation for the Second Meeting of Experts on Industrial Cooperation*. Genebra: ONU, 1975.

CONDOIDE, M. *The Soviet Financial System*. Ohio: Ohio University Press, 1951.

DAVIES, N. *Europe at War 1939-1945*. Londres: Macmillan, 2006.

DEUTSCHER, I. Stalin: na Obituary. In: *Manchester Guardian*, edição de 6 de março, 1953.

DOBB, M. *Soviet Economic Development Since 1917*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1966.

DOS SANTOS, T. *A Revolução Científico-Técnica e o Capitalismo Contemporâneo*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1983.

FEJTÖ, F. *As Democracias Populares: 1 a Era Estaline*. Sintra: Europa-América, 1975.

FERNANDES, L. *O Enigma do Socialismo Real: um Balanço Crítico das Principais Teorias Marxistas e Ocidentais*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

FITZPATRICK, S. *The Commissariat of Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

_____. *The Cultural Front: Power and Culture in Revolutionary Russia*. Ithaca: Cornell University Press, 1982.

FURTADO, C. Estado e Empresas Transnacionais na Industrialização Periférica. In: *Revista de Economia Política*, vol. 1, n. 1, 1981.

GÉLÉDAN, A. E.; BRÉMOND, J. *Dicionário das Teorias e Mecanismos Econômicos*. Lisboa: Horizonte, 1988.

GERRATANA, V. Estado Socialista e Capitalismo de Estado. In: BERTELLI, A. (org.). *A Nova Política Econômica*. São Paulo: Global, 1987.

GERSCHENKRON, R. *El Atraso Económico en su Perspectiva Histórica*. Barcelona: Ariel, 1973.

GOLDSMITH, R. The Economic Growth of Tsarist Russia, 1860-1913. In: *Economic Development and Cultural Change*, vol. 9, n. 3, 1961.

GOMULKA, S.; SCHAFFER, M. A New Method of Long-Run Growth Accounting, with Applications to the Soviet Economy 1928-87 and the US Economy 1949-78. In: *LSE Center for Economic Performance Discussion Paper 14*, 1991.



GORBACHEV, M. *Perestroika: Novas ideias para Meu país e o Mundo*. São Paulo: Best Seller, 1987.

HALLIDAY, F. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

HARRISON, M. The Second World War. In: DAVIES, R. W. et alii (eds.). *The Economic Transformation of the Soviet Union, 1913-1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

HITLER, A. *Monologe in Führerhauptquartier 1941-1944*. Hamburgo: Albrecht Knaus, 1980.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IRVING, D. *La Guerra di Hitler*. Roma: Settimo Sigillo, 2001.

KENNAN, G. The Sources of Soviet Conduct. In: *Foreign Affairs*, vol. 25, n. 4, 1947.

KHACHATUROV, T. S. The Economic Reforms and Efficiency of Investment. In: *Soviet Economic Reform: Progress and Problems*. Moscou: Progresso, 1972.

KHANIN, G. Resultados do Primeiro Semestre Mostram Deterioração da Economia. In: *Economias Socialistas*, vol. 3, n. 10, 1989.

KOZYREV, A. Os Erros na Política Externa (Uma Visão Soviética). In: *International Affairs*, republicado no *Jornal do Brasil* edição de 18 de janeiro, 1989.

IZYUMOV, A.; KORTUNOV, A. The Soviet Union in the Changing World. In: *International Affairs*, n. 8, 1988.

KUZNETSOVA, T. Russia. In: SCERRI, M.; LASTRES, H. *The Role of State*. Nova Déli: Routledge, 2013.

LÊNIN, V. I. Report to the 8th Congress of the R. C. P.(b). In: *On the Defense of the Socialist Motherland*. Moscou: Novosti, s/d.

_____. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. In: _____. *Obras Escolhidas – Vol. 1*. Lisboa: Avante!, 1977.

_____. Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução. In: _____. *Obras Escolhidas – Vol. 2*. Lisboa: Avante!, 1978a.

_____. As Tarefas do Proletariado na Presente Revolução (Projeto de Plataforma do Partido Operário). In: _____. *Obras Escolhidas – Vol. 2*. Lisboa: Avante!, 1978b.

_____. Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador. In: _____. *Obras Escolhidas – Vol. 2*. Lisboa: Avante!, 1978c.

_____. O Infantilismo 'de Esquerda' e o Espírito Pequeno-Burguês. In: _____. *Obras Escolhidas – Vol. 2*. Lisboa: Avante!, 1978d.

_____. Sobre a Cooperação. In: _____. *Obras Escolhidas – Vol. 3*. Lisboa: Avante!, 1979a.

_____. Sobre a Nossa Revolução. In: _____. *Obras Escolhidas – Vol. 3*. Lisboa: Avante!, 1979b.

_____. Sobre o Imposto em Espécie. In: _____. *Obras Escolhidas – Vol. 3*. Lisboa: Avante!, 1979c.

_____. Sobre a Importância do Ouro. In: _____. *Obras Escolhidas – Vol. 3*. Lisboa: Avante!, 1979d.

LEWIN, M. *O Século Soviético*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

LEWIS, R. Foreign Economic Relations. In: DAVIES, R.W. *et alii* (eds.). *The Economic Transformation of the Soviet Union, 1913-1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

LOSURDO, D. *Stálin: História Crítica de uma Lenda negra*. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

MADDISON, A. Measuring the Performance of the Communist Command Economy: an Assessment of the CIA Estimates for the USSR. In: *Review of Economic Wealth*, edição de setembro, 1978.



MARX, K. On Bakunin's State and Anarchy. In: MCLELLAN, D. (ed.). *Karl Marx – Selected Writings*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

MASTANDUNO, M. *Economic Containment: COCOM and the Politics of East-West Trade*. Ithaca: Cornell University Press, 1992.

MILANOVIC, B. *Income, Inequality, and Poverty During the Transition from Planned to Market Economy*. Washington D. C.: Banco Mundial, 1998.

MOORE, B. *The Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

NOLTING, L.; FESHBACH, M. R&D Deployment in the USSR. In: *Science*, vol. 207, 1980.

NOVE, A. *An Economic History of the USSR*. Harmondsworth: Penguin, 1984.

NSF (National Science Foundation). *InfoBrief – National Center for Science and Engineering Statistics*, edição de março, 2015.

OBMINSKY, E. Open for Stocktaking. In: *International Affairs*, n. 8, 1989.

PC (B) DA URSS (Partido Comunista [bolchevique] da União Soviética). *História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS*. Lisboa: Povo e Cultura, 1994.

PCUS (Partido Comunista da União Soviética). The New Program of the Communist Party of the Soviet Union. In: MENDEL, A. (ed.). *Essential Works of Marxism*. Nova Iorque: Bantam, 1971.

PEROVIĆ, J. The Tito-Stalin Split: a Reassessment in Light of New Evidence. In: *Journal of Cold War Studies*, vol. 9, n. 2.

PING, Ly. China. In: SCERRI, M.; LASTRES, H. *The Role of State*. Nova Déli: Roulledge, 2013.

POMERANZ, L. (org.). *Perestroika: Desafios da Transformação Social na URSS*. São Paulo: EDUSP, 1990.

PREOBRAZHENSKI, E. *The New Economics*. Oxford: Oxford University Press, 1965.

RADKEY, O. *Russia Goes to the Poles: the Election of the All-Russian Constituent Assembly*. Ithaca: Cornell University Press, 1990.

REIS FILHO, D. A. *Uma Revolução Perdida*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

ROBERTS, G. *Stalin's wars from World War to Cold War, 1993-1953*. New Haven: Yale University Press, 2006.

SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). A Informática Vermelha: uma História do Sistema Computacional na ex-União Soviética. In: *Ciência Hoje*, vol. 52, n. 309, 2013.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SETON-WATSON, H. *The Decline of Imperial Russia, 1855-1914*. Nova Iorque: Praeger, 1952.

SKOCPOL, T. *States and Social Revolutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SKOROV, G. E. Experience of the USSR. In: *Building Up Technological Capacity*. Genebra, UNCTAD, 1980.

SONTAG, J. Tsarist Debt and Tsarist Foreign Policy. In: *Slavic Review*, vol. 27, n. 4, 1968.

STALIN, J. V. *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*. Lisboa: Pensamento e Ação, 1975.

_____. Informe ante el XVII Congreso del Partido acerca del Labor del PC(b) de la URSS. In: *Cuestiones del Leninismo*. Pequim: Edições em Línguas Estrangeiras, 1977.

_____. Informe sobre Temas de la Actualidad. In: LENINE, V. I.; ESTALINE, J. V. *Acerca del Caracter de Nuestra Epoca*. Tirana: 8 Nentori, 1982.



TROTSKY, L. A Bloc with Zinoviev (For a Diary). In: _____. *The Challenge of the Left Opposition (1923-1925)*. Nova Iorque: Pathfinder, 1975.

_____. *História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.


_____. Informe sobre a Nova Política Econômica Soviética e as Perspectivas da Revolução. In: BERTELLI, A. (org.). *A Nova Política Econômica*. São Paulo: Global, 1978.

VON LAUE, T. *Sergei Witte and the Industrialization of Russia*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1963.



Este livro foi composto com as fontes
Latin 725 BT 11/14 (textos) e Aller 8/12 e
10/12 (notas e bibliografias). Impresso pela
gráfica Cromosete em papel Pólen Soft 80gr





“No âmbito global (antes da Revolução de outubro) o mundo se caracterizava, para dizê-lo com Lênin, pelo domínio incontestado de “poucas nações eleitas” ou por um punhado de “nações-modelo” que atribuíam a si mesmas “o privilégio exclusivo de formação do Estado”, negando-o à vasta maioria da humanidade, aos povos estranhos ao mundo ocidental e branco, e, portanto, indignos de se constituírem como Estados nacionais independentes. E, assim, as “raças inferiores” eram excluídas em bloco do gozo dos direitos políticos até mesmo pelo fato de serem consideradas incapazes de autogovernar-se, incapazes de discernimento no plano político.”

Domenico Losurdo

Adalberto Monteiro
Alexandre Belmonte
Alexandre Simões Pilati
Alexis Dantas
Ana Laura dos Reis Corrêa
Ana Maria Prestes Rabelo
Augusto C. Buonicore
Bernard Herman Hess
Climério Paulo da Silva Neto
Domenico Losurdo
Edvaldo Aparecido Bergamo
Elias Jabbour
João Quartim de Moraes
Jeosafá Fernandez Gonçalves
José Carlos Ruy
José Luiz Del Roio
José Reinaldo Carvalho
Lucia Rincon
Luis Fernandes
Madalena Guasco Peixoto
Marly Vianna
Mazé Leite
Nereide Saviani
Nivaldo Santana
Osvaldo Bertolino
Raul Kroeff Machado Carrion
Renato Rabelo

ISBN 978-85-7277-179-5



9 788572 771795

Fundação
Maurício
Grabois

